

Faculdade de Letras

RETÓRICA DA ALTERIDADE:  
PORTUGAL E PORTUGUESES NA  
HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Ficha Técnica:

<b>Tipo de trabalho</b>	<b>Tese de Doutoramento</b>
<b>Título</b>	<b>RETÓRICA DA ALTERIDADE: PORTUGAL E PORTUGUESES NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA</b>
<b>Autor</b>	<b>Luíra Freire Monteiro</b>
<b>Orientador</b>	<b>Doutor António Martins da Silva</b>
<b>Júri</b>	<b>Presidente: Doutor João Maria Bernardo Ascenso André</b>
	<b>Vogais:</b>
	<b>1. Doutor a Maria Fernanda Fernandes Rollo</b>
	<b>2. Doutor Carlos Eduardo Pacheco Amaral</b>
	<b>3. Doutora Maria Manuela Bastos Tavares Ribeiro</b>
	<b>4. Doutor António Martins da Silva</b>
	<b>5. Doutor Antônio Paulo Cabral de A. Avelãs Nunes</b>
<b>Identificação do Curso</b>	<b>3º Ciclo em História</b>
<b>Área científica</b>	<b>História</b>
<b>Especialidade</b>	<b>Identities, práticas e representações no mundo contemporâneo</b>
<b>Data da defesa</b>	<b>24-04-2013</b>
<b>Classificação</b>	<b>Aprovada com distinção e louvor, por unanimidade, além de indicada para publicação</b>



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

## RESUMO

A presente investigação tem como principal objetivo evidenciar o discurso dos historiadores brasileiros a respeito de Portugal e dos portugueses, no contexto da formação da sociedade brasileira, quando a presença portuguesa na América deu ensejo à constituição de variadas representações. A retórica da alteridade que buscamos identificar tomou como lastro as *formas de identidade* que os historiadores estabeleceram para o Brasil, fazendo de Portugal e seu povo importante ponto de inflexão nessa construção. As noções de *Irmandade* e *Ambiguidade* serviram como baliza para analisar as narrativas históricas, em suas diversas perspectivas, circunscritas à primeira centúria após a Independência, o que nos permitiu analisar os modos com que aqueles historiadores referenciavam os portugueses, no tempo real, daqueles existentes no tempo histórico, cristalizados nas fontes por eles utilizadas. No sentido de dar inteligibilidade aos diversos contextos aqui abordados, no qual estavam inseridos os historiadores elegidos, optamos por estruturar o presente texto em três distintos tempos, determinantes para compreensão das mudanças efetivadas na sociedade brasileira em sua formação.

**Palavras-chave:** Historiografia brasileira. Portugueses. Identidade. Alteridade.

## ABSTRACT

This research has as main objective to highlight the speech of Brazilian historians about Portugal and the Portuguese, in the context of the formation of Brazilian society, when the Portuguese presence in America gave rise to the formation of various representations. The *rhetoric of alterity* that we seek to identify, took as ballast the identity forms that historians settled for Brazil, making of Portugal and its people an important point of inflection in this construction. The notions of *brotherhood* and *ambiguity* served as goal to analyze the historical narratives, in their diverse perspectives, circumscribed to the first century after independence, which allowed us to analyze the modes with which those historians referred the Portuguese, in real time, of those existing in historical time, crystallized in the sources they used. In order to give intelligibility to diverse contexts discussed here, in which selected historians were inserted, we chose to structure the present text in three distinct times, crucial for understanding the changes that take effect in Brazilian society in its formation.

**Keywords:** Brazilian Historiography. Portuguese. Identity. Alterity.

## RÉSUMÉ

Cette recherche a l'objectif principal de mettre en évidence le discours des historiens brésiliens à propos du Portugal et des portugais, dans le cadre de la formation de la société brésilienne, lorsque la présence portugaise à l'Amérique a donné lieu à la constitution de plusieurs représentations. La rhétorique de l'altérité qu'on cherche à identifier a pris comme base les formes d'identité que les historiens ont établies pour Le Brésil, en faisant du Portugal et de son peuple un point important d'inflexion dans cette construction. Les notions de fraternité et d'ambiguïté ont été utilisées comme limite pour analyser les narrations historiques, dans leurs points de vue divers, et circonscrits au premier siècle après l'indépendance, ce qui nous a permis de décomposer les modes avec lesquels les historiens ont référé les portugais, en temps réel, de ceux existant dans le temps historique, et cristallisés par les sources qu'ils ont utilisés. Pour donner de l'intelligibilité aux différents contextes ici traités, dans lequel les historiens choisis étaient insérés, on a décidé de structurer ce texte en trois différents moments, déterminants pour la compréhension des changements réalisés à la société brésilienne dans sa conformation.

**Mots clés:** Historiographie brésilienne. Portugais. Identité. Altérité.

*Ao meu pai,  
Lucas Hygino Monteiro  
Que há muito sonhara com Coimbra,  
E à minha mãe, Iraci,  
Que nem sabia onde era,  
Mas que tinha um sorriso lindo.  
(In memoriam)*

## AGRADECIMENTOS

Considero a gratidão um dos sentimentos mais perfeitos, valorizador da vida humana, proporcionando alegria ao coração de quem a nutre. Como essa alegria permeia minha existência, avolumada depois de assentar o ponto final de um texto que foi construído, passo a passo, ao longo dos últimos quatro anos, não poderia deixar escapar este momento para dizer da gratidão que sinto pelas pessoas que, de variadas formas, me auxiliaram nessa construção. Faço-o também pela necessidade de firmar nomes que se fizeram pródigos na amizade, na dedicação, no amor e na capacidade de suportar os dias cinzentos que existiram quando da feitura desta tese.

À Lucira, em primeira mão, quero agradecer a ousadia da mudança, da loucura de permitir um intervalo à vida construída até então, para arquiteta-la em novos patamares. Obrigada, Lulu, pelo apoio emocional e financeiro, pela descoberta comum das ruas coimbrãs e de tantas outras de variadas cidades do Velho Mundo, nas quais andamos para ampliar a experiência. Obrigada por compartilhar a saudade, junto com a meia de leite da confeitaria Vênus, os doces da Briosa, o vinho da Taberninha, que nos tiraram da linha e findaram por nos obrigar a novas andanças.

Ao Flávio, que manteve o brilho do chão branco e o verde do jardim, os livros limpos, os cães alimentados, a integridade do lar, a relação saudável. Agradeço pelo zelo, pelo compartilhamento da solidão nos dois lados do Atlântico, pelo cuidado com Lucas num segundo tempo, pela lágrima da despedida e pela alegria do regresso. Pelas conversas sobre a tese, pela indicação de livros, pelo compartilhamento de um tempo angustiante para os dois, mas que se tornou marco em nossas vidas, com direito àquele café no fim da tarde, território de uma rotina que poucos sabem como perfeita, saiba de meu coração devedor.

Ao meu filho lindo, Lukete, cuja ausência me roubou o sono, e que em pleno aflorar adolescente pediu-me seu mundo de volta. A ti, querido, meu obrigada, por ter aprendido

a viver com migalhas de mãe nesses quatro anos, sem nunca deixar de me amar e de orar por mim.

Ao amigo Carlos Alberto, receptivo desde antes de nos conhecermos pessoalmente, que tanto me ensinou a viver em Portugal, alertando-me para a compreensão de seu povo com o olhar de quem vinha de outras terras. Com a propriedade dos bons observadores e a sagacidade mansa dos sábios.

Agradeço também a Margarida Adônis, que me ensinou da arquitetura das belas casas de Coimbra, do percurso da cidade e dos nomes das ruas, das melhores cantinas da universidade e dos pratos ali servidos, bem como das sutis nuances da vida portuguesa. Uma portuguesa tão brasileira que nem mesmo ela sabe. A ti, amiga, fica minha gratidão, pois o carinho é mais precioso que a palavra burilada.

Ao Ângelo Reinho Lebre, que mesmo sem o notar, proporcionou o *insight* que resultou na definição da temática desta tese.

Aos professores do doutoramento que me ensinaram, cada um à sua maneira, novas abordagens históricas, outros modos de ver e decifrar o mundo.

Um agradecimento especial ao meu orientador, Doutor Antônio Martins da Silva, mais que professor, mais que orientador, um mestre que me guiou pelas sendas tortuosas da pesquisa com mansidão e segurança, sem imposições pessoais. Mesmo à distância, deu-me a liberdade necessária para que me posicionasse como historiadora no construto do texto, apontando caminhos, decifrando enigmas, clarificando o obscuro e aplainando suas dubiedades, como só um grande mestre sabe fazer. Os méritos porventura existentes neste texto devem-se unicamente à sua capacidade. As falhas são minhas, assumidamente, como aprendiz que sou. Obrigadíssima, meu Orientador!

Um agradecimento especial ao Anderson Barbosa, criador da ilustração da capa, e ao Douglas Costa, um anjo barroco mineiro que conheci em Coimbra, e que se tornou, para mim, uma ponte entre o Brasil e Portugal, além de um amigo a quem devo enormes e repetidos favores.

Aos bons portugueses, receptivos e amáveis, que de alguma forma me ajudaram durante minha estadia em Coimbra, sem o olhar desconfiado que dirigem normalmente às brasileiras. Especialmente a dona Maria de Fátima Paiva, cuja casa é pura expressão do

encontro de Portugal, África e Brasil, tal qual a extensão de sua receptividade para comigo e os meus.

Dentro da Faculdade de Letras, um agradecimento especial à Senhora Liz Dália, antiga secretária do Instituto de História Económica e Social, à Senhora Aída Gouveia e à Doutora Manuela Saraiva, da Secretaria de Pós-graduação, pela constante disponibilidade em resolver meus pleitos.

Ao Deus que me sustenta todos os dias, e que me proporciona a alegria de estar aqui.

## **Pequena lista de poucas abreviações**

**IHGB** – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

**HGB** – História Geral do Brasil

**CGS** – Casa grande e Senzala

**S&M** – Sobrados e Mocambos

## SUMÁRIO

Introdução .....	01
<b>Parte I</b>	
<b>A Irmandade como retórica, em tempos de construção da nação .....</b>	<b>15</b>
Capítulo 1. Um projeto para a história da nação emancipada .....	24
1.1. Reconhecendo-se no outro, e o outro é Portugal.....	36
Capítulo 2. A nação como continuação da colônia .....	44
2.1. Os heróis do Brasil .....	50
2.2. O caráter civilizatório da colonização portuguesa .....	60
2.3. A admirável monarquia Bragantina .....	72
Conclusão da Parte I.....	86
<b>Parte II</b>	
<b>Tempos de mudanças, tempos de alteração da retórica .....</b>	<b>90</b>
Capítulo 3. Em busca de um sentimento nacional .....	100
3.1. Impiedosos fazedores de novos caminhos.....	106
Capítulo 4. A exploração colonial como perspectiva .....	119
4.1. De vanguarda a parasitas .....	122
4.2. O caráter predatório e dissoluto dos Bragança.....	135
4.3. A cepa e seus viçosos ramos.....	148
Capítulo 5. A tentativa de superação da herança portuguesa .....	158
5.1. O português livre da Renascença .....	164
5.2. A metamorfose: de livres a tristes .....	172
Conclusão da Parte II .....	180

### **Parte III**

<b>Em tempos de reencontro, o ressurgir da irmandade .....</b>	<b>186</b>
Capítulo 6. Uma nação impregnada de Portugal .....	194
6.1. Uma mentalidade plástica.....	198
6.2. Casa grande à portuguesa .....	206
6.3. Na esquina do mundo, um povo multifacetado.....	218
Capítulo 7. O passado como obstáculo ao futuro.....	227
7.1. Um Portugal pouco europeu .....	231
7.2. Semeadores dos verdes campos da América .....	242
Conclusão da Parte III .....	250
Considerações finais .....	255
Evidências .....	266
Bibliografia utilizada .....	274
Bibliografia consultada .....	299

## INTRODUÇÃO

É inegável o quanto a presença portuguesa ainda ocupa lugar no seio da sociedade brasileira, onde parece ter se cristalizado no dono da padaria, do boteco ou do armazém, reinvenções de João Romão, personagem de Aluísio de Azevedo, em *O Cortiço*<sup>1</sup>. Em opaca alusão aos métodos do Império Português no processo colonial, o romance clássico do autor brasileiro findou por se tornar uma das primeiras construções discursivas de Portugal de largo alcance, personificado na figura do taberneiro luso, expressando, também, o desconforto que existia em relação aos portugueses no Brasil pós-independência, depois de séculos de submissão colonial.

Bem antes, porém, em pleno século XVII, os poemas de Gregório de Matos<sup>2</sup>, o *Boca do Inferno*, já expressavam certo desprezo (e despeito) contra os reinóis, enraizados no comércio e nos cargos administrativos da então colônia, tomados como elementos de uma elite crescentemente representada como usufrutuária e exploradora.

A rivalidade entre portugueses e brasileiros, para além da vida social, foi sobejamente retratada na literatura dos dois países, quase como uma vingança, a expressar um rancor construído nas engrenagens coloniais e alastrado quando do estabelecimento da Corte na América, época em que vicejaram os chistes e as paródias. Fortalecida desde então nas repartições do governo, na Marinha - onde ocupava mais de um terço dos cargos - e até nas ocupações mais modestas, a presença portuguesa tornou-se se não um incômodo, quase um

---

<sup>1</sup> No romance realista do século XIX, o português Romão foi descrito como um homem ríspido, de tamancos, a gritar com seus caixeiros por trás de um balcão, descortinando também a realidade da sociedade brasileira naquele momento. A despeito da existência de outros personagens oriundos de Portugal, como o pacífico cavouqueiro Jerônimo e Miranda - comerciante enriquecido no comércio atacadista e feito barão da coroa -, João Romão teve preponderância no romance pela sordidez de seu personagem, ávido por enriquecer. Dono do cortiço, *mourejava* incessantemente, mas não tinha pudores em mentir nem roubar para angariar lucros.

<sup>2</sup> *A cada canto um grande conselheiro/Que nos quer governar cabana e vinha,/Não sabem governar sua cozinha,/E podem governar o mundo inteiro.* Em **Soneto bem conhecido**, *Obras de Gregório de Matos*, Rio de Janeiro: Oficina Industrial Graphica, 1930.

acinte à identidade nacional, que aos poucos tomava formas<sup>3</sup>. Nesse contexto, as construções discursivas avolumaram-se, como expressão de um antilusitanismo que marcou o tempo político do império brasileiro, mas que deitou raízes naquela sociedade durante alguns décadas após a instauração da república.

Como fator político, o antilusitanismo perdeu forças a partir dos anos trinta, com a aceleração do desenvolvimento capitalista e a crescente aproximação diplomática entre os dois países. A mudança de foco sobre as questões nacionais favoreceram o estabelecimento de outros *bodes expiatórios*<sup>4</sup>, desvanecendo, aos poucos, a negativa separação entre Portugal e Brasil, ao tempo em que novos discursos ensejavam outros olhares sobre Portugal, sem a marca amarga da espoliação e humilhação próprias dos processos colonizatórios.

Mais recentemente, as produções da televisão e do cinema brasileiro, oportunamente, lançaram mão da representação de personagens portugueses, correntes na história brasileira, de forma a acentuar a aura de reencontro entre os dois países. Séries como *O quinto dos Infernos*<sup>5</sup>, *A Muralha*<sup>6</sup> e filmes como *Carlota Joaquina*<sup>7</sup>, *Desmundo*<sup>8</sup>, entre outros mais antigos, fecundaram, mais uma vez, o olhar do brasileiro sobre Portugal e os portugueses.

A despeito dessa reaproximação e das diferenças e semelhanças que a mesma acentuou, os estudos sobre a construção da identidade nacional<sup>9</sup> asseveram que no período colonial

---

<sup>3</sup> Sobre o surgimento, desenvolvimento e aniquilamento do sentimento antilusitano, ver SOUSA, Ricardo Luíz de. **O antilusitanismo e a afirmação de nacionalidade**. *Politéia – História e sociedade*. Vol. 5, nº 1: p. 133-151, 2005.

<sup>4</sup> O termo é de ROWLAND, Robert. **Manuéis e Joaquins: A cultura brasileira e os portugueses**. *Etnográfica*, Vol. V, nº 1: p. 157-172, 2001.

<sup>5</sup> Minissérie escrita por Carlos Lombardi, Margareth Boury e Tiago Santiago e dirigida por Wolf Maia e Alexandre Avancini, apresentada pela primeira vez em 2002.

<sup>6</sup> Baseada no romance de Dinah Silveira de Queiróz, direção de Denise Saraceni, Luis Henrique Rios e Carlos Araújo. Sua estréia no Brasil data de 2000.

<sup>7</sup> Direção de Carla Camurati, de 1995.

<sup>8</sup> Direção de Alain Fresnot, de 2002.

<sup>9</sup> Entre esses citamos ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985; RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1995; SODRÉ, Néelson. **A ideologia do colonialismo**. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1961; REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2003; ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso fundador – a formação do país e a construção da identidade nacional**. Campinas: Pontes, 2003; MELLO E SOUZA, Laura de. **Os desclassificados do ouro**. Rio de Janeiro: Graal, 1982; da mesma autora, **O sol e a sombra - Política e administração na América portuguesa do século XVIII**. São Paulo: Companhia das

inexistiu no Brasil a noção de brasilidade da forma como a entendemos atualmente. Independente do local de nascimento, fosse da colônia, fosse oriundo da metrópole, não existiam exotismos no projeto colonial, sendo todos considerados portugueses, súditos do rei, a ele devendo obediência. A *nação portuguesa*<sup>10</sup> adentrara pelos campos da América, neles se robustecendo, não deixando espaço para identidades alternativas que levassem à desintegração do projeto colonial. Se ao longo dos tempos outras identidades foram sendo criadas – paulistas, pernambucanos, baianos, luso-americanos –, tratavam-se mais de identidades locais, ou regionais, mas que não se desvinculavam de um reconhecimento maior, onde Portugal era o reino, a cabeça, o berço<sup>11</sup>. O *grito* do Ipiranga desvaneceu em definitivo esse convencimento, lançando a nova nação em busca de sua própria face, e com ela, a constatação da face do outro, no caso Portugal; mais especificamente, de brasileiros diante de portugueses.

Não obstante, mesmo separados, os laços não se quebraram no todo. Até meados do Século XX, era comum entre os brasileiros mais idosos, ao se referir a Portugal, trocar o substantivo pelo carinhoso (ou debochado) título de *meu avozinho*, assim como, em algumas regiões, era acentuado o brocardo de que *todo brasileiro um dia foi português*<sup>12</sup>.

---

letras, 2006; MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986; MOTTA, Carlos Guilherme. **1822 – Dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1972; do mesmo autor, **Viagem incompleta – a experiência brasileira**. São Paulo: SENAC, 1999; PIMENTA, João Paulo Garrido. **Portugueses, americanos, brasileiros: identidades políticas na crise do Antigo Regime luso americano**. *Almanack brasiliense*. n° 3: p. 69-81, 2006; JANCSON, István. **Na Bahia, contra o Império**. São Paulo: Hucitec, Salvador: EdUFBA, 1976; PRADO Júnior. Caio. **Ideias gerais sobre a revolução no Brasil. Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1999; STUMPF, Roberta. **Filhos da Minas, Americanos e Portugueses: identidades coletivas na Capitania das Minas Gerais (1763-1792)**. Dissertação de mestrado em História, Universidade de São Paulo, 2001.

<sup>10</sup> Para a discussão do conceito de nação e nacionalismo, ver HOBSBAWN, Eric. **Nações e nacionalismos desde 1780: Programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, especialmente o capítulo “*A nação como novidade: da revolução ao liberalismo*”.

<sup>11</sup> A propósito, ver CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem**. Rio de Janeiro: Campus, 1980; MOTTA, Carlos Guilherme. **Viagem Incompleta: A experiência brasileira**. São Paulo: SENAC, 1999, especialmente os capítulos *Peças de um mosaico* e *Ideias de Brasil: formação e problemas*; LIMA, Oliveira. **Formação histórica da nacionalidade brasileira**. Rio de Janeiro: Leitura, 1944; PIMENTA, João Paulo Garrido. **Portugueses, americanos, brasileiros: identidades políticas na crise do Antigo Regime luso americano**. *Almanack brasiliense*, n° 3: p. 69-81, 2006; BARMAN, Roderick J. **Brazil: the forging of a nation (1798-1852)**. Stanford: Stanford University Press, 1988; MOTTA, Carlos Guilherme. **1822: Dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1972, especialmente o capítulo *Brasileiros nas Cortes Constituintes de 1821-1822 e A interiorização da metrópole (1808-1805)*. SOUZA, Iara. **Pátria coroadada: o Brasil como corpo político autônomo**. São Paulo:UNESP, 1999.

<sup>12</sup> NASSER, David. **Portugal, meu avozinho**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965, p. 29.

Essa relação, tão delicada, no dizer de OLIVEIRA<sup>13</sup>, tem enfrentado desníveis no decorrer dos séculos, e, consoante a conjuntura, pode ser de aproximação ou de distanciamento.

A experiência portuguesa no Brasil, por sua vez, apresentou duas fases distintas, que marcaram as delicadas relações entre esses povos. Uma diz respeito à colonização nas terras do Novo Mundo, criando uma colônia que se tornou independente, no século XIX. Outra fase tomou forma quando da vinda de imigrantes portugueses para a antiga colônia, no contexto do movimento emigratório que atingiu a Europa nos finais do século XIX e início do XX.

Na primeira fase não se fala de emigração, posto serem as terras coloniais extensão das terras portuguesas, de um império colonial que se apresentava como *um trunfo de ouros*<sup>14</sup> no contexto político e econômico da época. Os portugueses *partiram como se nunca tivessem saído de casa*, segundo Eduardo Lourenço<sup>15</sup>, e foram descritos como senhores da terra, capazes de castigar, mutilar e matar todos os demais povos submetidos ao seu mando. Por conseguinte, o português continuou a ser português na América, mera expansão da Lusitânia.

As marcas dos três séculos da colonização portuguesa não passaram incólumes e até nossos dias persistem como ponto de inflexão importantíssimo na emergência da identidade brasileira. Fomos portugueses, um dia, mas nos tornamos brasileiros. Como filhos ou irmãos, não se pode negar tal parentesco. Apesar das relações conturbadas dos dois lados do Atlântico, dos chistes e das paródias, nunca foi fácil ser português no Brasil nem brasileiro em Portugal. O contato entre o colonizador e o colonizado engendrou uma nova cultura, que, desfeitos os laços políticos, fala de variadas formas de um povo que, de longe, nos é tão parecido.

Da colônia nasceram as memórias que gestaram a história contemporânea do Brasil - uma história que fala do outro, de um outro que se lançou no mundo desconhecido, num mar de monstros, de medos indecifráveis, que ousou construir novas formas de viajar e de viver e que sujeitou povos distintos de si, adaptando-se a eles. Esse outro foi quem idealizou um lugar, transformando-o, à custa de sangue, suor e lágrimas de dor e de saudade, não só

---

<sup>13</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Nós e eles – Relações culturais entre brasileiros e imigrantes**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 117.

<sup>14</sup> É de autoria de Gilberto Freyre essa alusão: Vide **Casa Grande e Senzala**, pag. 198.

<sup>15</sup> LOURENÇO, Eduardo. **A nau de Ícaro**. São Paulo: Cia das letras, 2001, p.50.

suas, mas de outros povos por ele dominados. Foi quem traçou um modelo, quem fez um cadinho, quem transformou a terra bruta em solo fértil, numa dinâmica entre mundos, expressa na dificuldade em distinguir a identidade coletiva naquele espaço, onde a distinção em ser português e ser brasileiro, ou mazombo, encontra-se envolta numa discussão profunda sobre identidades<sup>16</sup>. Dos séculos em que atuou, como agente ativo da colonização, restaram memórias de uma experiência que deu certo, e que, de variadas formas, se transformaram em história.

A segunda fase dessa experiência, bem diferente, é representativa de um Portugal empobrecido, politicamente inexpressivo no contexto europeu, cujos nacionais buscaram novas terras para sobreviver à pobreza e ao desamparo de seus líderes. Era preciso documentos para entrar em terras dantes de Portugal! Já não eram mais senhores; antes disso, eram pobres e estrangeiros buscando sustento numa terra que já havia sido sua, submetidos ao destino de viver fora de sua pátria, obrigados a desenvolver estratégias e astúcias na arte da sobrevivência. Essa outra fase da experiência exprimiu a recriação da própria identidade portuguesa no além mar, como uma das muitas estratégias dos migrantes portugueses.

Das vivências conjuntas com os compatriotas, dos espaços diferenciados de sociabilidade, das práticas de migração e das escolhas e formas de trabalhar, além de certas características de personalidade, que vão além da temática deste trabalho, restaram memórias, evidências que o tempo desmanchou em quase lendas, apesar de mais próximas e mais vivas que as do tempo da colônia. De ambas as fases, cristalizaram-se discursos, retratos falados sobre Portugal e de sua população entre os brasileiros, que muitas vezes mesclaram ambas as experiências, mesmo que essas tivessem distintas temporalidades. Retratos que, mesmo passados séculos, chegaram aos nossos dias, representadas a partir de um importante veículo de recriação do passado: o discurso histórico, apoio fundamental do processo de construção do imaginário nacional<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup> As variadas perspectivas dessa discussão são abordadas por JANCSÓN, István. PIMENTA, João Paulo G. **Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)**. In MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem incompleta – A experiência brasileira. Formação: Histórias*. São Paulo: SENAC, 1999. Ver também PIMENTA, João Paulo Garrido. **Portugueses, americanos, brasileiros: identidades políticas na crise do Antigo Regime luso americano**. Almanack brasiliense, nº 3: p. 69-81, 2006.

<sup>17</sup> GODOY, João Miguel Teixeira de. **Formas e problemas na historiografia brasileira**. *Revista de História da UNISINOS*, v. 13, nº 1: p. 66-77, Jan/Abr de 2009.

Sendo a historiografia brasileira um dos principais veículos que possibilitaram a disseminação de muitos desses discursos, representações simbólicas do país e de seus habitantes que se transmutaram, parcialmente, para as terras da América, não há porque não desvendá-la como importante fonte de investigação, posto ser a mesma, por si só, uma representação do passado<sup>18</sup> e um lugar de memória social<sup>19</sup>, memória que ganhou sentido no trabalho de reflexão da escrita realizada pelo historiador a partir de demandas pessoais, sociais e políticas de seu presente.

A historiografia aqui referida expressa uma teia discursiva que envolve, na atualidade, parte do conhecimento brasileiro sobre Portugal, criando mitos e imagens a respeito, mesmo que convergentes e divergentes, distintos e paradoxais entre si. A não-uniformização dessa produção já revela, de *per si*, a sua própria historicidade, e sua renovação não exclui o presente nem o lugar social de seus muitos autores.

Diante da construção discursiva que caracteriza a historiografia brasileira, voltada aos estudos da formação dessa sociedade, levantamos alguns problemas, que nortearam nossa investigação: Como o historiador brasileiro construiu Portugal e os portugueses, dentro da dimensão temporal? Como ele os entendeu? Quais as ressignificações que os historiadores deram às representações já existentes? Como foi representado o povo português que participou da formação brasileira, como sujeitos de nossa história, as nuances e entendimentos de sua formação, seu papel no contexto brasileiro, suas estratégias de sobrevivência e astúcias, seus interesses, sociabilidades, seu imaginário e as problemáticas existentes na formação de um novo espaço no contexto do mundo moderno, com suas permanências e rupturas? Eis os problemas lançados para esta investigação.

O cerne de nossa proposta, como se pode vislumbrar, diz respeito à construção de um Portugal e dos portugueses pelos historiadores brasileiros. Não se trata do português e do Portugal reais, verdadeiros, perdido nas brumas do tempo e cujo legado restou apenas em vestígios, objetificados pela pesquisa histórica em sua ânsia de reconstrução, de regeneração de um passado que se esconde, que não se deixa ver em todas as dimensões do real, que oferece apenas a verossimilhança de si, porque inventado a partir de presente do historiador e de seus embates.

---

<sup>18</sup> MALERBA, Jurandir. **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006.

<sup>19</sup> NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. *Projeto História*, nº 10: p. 07-28, 1993.

São os livros de história do Brasil, mas não apenas, que carregam ao longo dos anos (e dos séculos) os discursos que os historiadores fizeram daquele país e de seu povo. Na *práxis* de construção da própria história, construiu-se também a história do outro, cristalizando-se interfaces que dialogam entre si, sejam portuguesa, holandesa, francesa, africana ou indígena, e que justificam a brasilidade e sua alteridade de forma positiva ou negativa, dependendo do contexto. Assim, partimos do princípio de que a historiografia, enquanto prática de construção identitária, constrói também outras identidades além da pretendida, e em seu metier, mesmo que de modo incidental, articula a retórica do outro, o não-ser, o avesso do ser. São esses discursos que buscamos na prática da história do Brasil.

A construção da historiografia brasileira, é preciso destacar, não se deu de forma uniforme, bem ao contrário. Padecendo de toda sorte de imposições pela antiga metrópole, de imbricação de vivências entre brasileiros e portugueses, de turbulência de pensamentos contraditórios, de ideologias díspares, de distintos interesses e até da ambigüidade de se ter como brasileiro no espaço colonial, expressa uma multiplicidade de discursos reveladores na busca de uma identidade.

Por *historiografia brasileira* é mister esclarecer que consideramos o conceito, em sua polissemia e no contexto desta investigação, nos termos firmados por Carbonell<sup>20</sup>: a história do discurso – um discurso escrito e que se afirma verdadeiro – que os homens têm sustentado sobre seu passado, aberto à análise e recomposição de sua constituição<sup>21</sup>. Os documentos históricos, firmados quando da *escrita do passado*, sujeitos à análise da narrativa e dos seus enfoques, das *interpretações* e das visões de mundo, do uso das *evidências* de métodos para sua composição, assumem o cariz do que aqui se nomeia como historiografia.

Por sua vez, os autores desses documentos são aqui tratados como historiadores, consoante o entendimento de Falcon<sup>22</sup> e Koselleck<sup>23</sup>, ao estabelecer que o que dá forma a tal

---

<sup>20</sup> CARBONELL, Charles-Olivier. **Historiografia**. Lisboa: Teorema, 1992, p. 6.

<sup>21</sup> Cf. GODOY, João Miguel Teixeira de. **Formas e problemas da historiografia brasileira**. *Revista de História da UNISINOS*, v.13, nº 1: p. 66-77, Jan/Abr 2009.

<sup>22</sup> FALCON, Francisco J. C. **A identidade do historiador**. *Estudos Históricos*, n. 17: p. 7-30, 1996.

<sup>23</sup> KOSELLECK, Reinhart. **historia/Historia**. Madrid: Editorial Trotta, 2004 e Id. **Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia**. Barcelona: Ediciones Paidós, 2001. Os estudos de história conceitual, desenvolvidos por Koselleck apontam as longas e importantes modificações no que hoje conhecemos como História. Como um singular plural ou coletivo, a História, segundo Koselleck, passa a designar, a partir do século XVIII, em seu sentido moderno, numa só palavra, os fatos, o relato destes e o conhecimento científico.

identidade é a autoconsciência de ter produzido ou tentado produzir um texto de História, bem como aquele que é reconhecido por tê-lo produzido.

Tais ressalvas são imprescindíveis, para que se entenda o que pode e o que não pode ser considerado um trabalho de historiografia no Brasil<sup>24</sup>, visto que os espaços acadêmicos para cursos de História naquele país surgiram somente com a fundação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo, em 1934, e do Rio de Janeiro em 1935. Foram estes espaços que formaram as primeiras turmas de historiadores no país, cuja produção de profissionais veio à tona dez anos depois, de maneira tímida, o que demonstra que durante muitos anos a história do Brasil foi escrita pelos *eruditos*, homens que se dedicaram a escrever a história da nação.

Francisco Iglesias<sup>25</sup> apontou que, no Brasil oitocentista, o ofício do historiador foi executado por uma categoria mais abrangente de intelectuais: a dos *homens de letras*. Não sendo profissionais da História, diplomatas, professores, médicos, advogados, párocos, militares, comerciantes dedicavam-se a esse campo do conhecimento de forma sistemática e apaixonada, acumulando um saber cuja principal fonte de legitimidade era o trabalho de pesquisa documental: o trabalho de consultar, reunir, criticar e copiar documentos manuscritos. A história escrita nesse contexto, onde não havia historiadores de ofício, mas

---

De tal consideração surgem duas perspectivas, uma com o foco no sujeito e outra no texto. A primeira parte da premissa da existência de certo tipo de profissional especializado, praticante de um ofício intelectual que consiste em saber produzir um tipo específico de conhecimento, no caso, conhecimento histórico, que se materializará em um texto reconhecido como de História pelos demais praticantes do ofício. Na segunda perspectiva há a questão de existir ou não características capazes de conferir o caráter de História a um determinado texto, sendo irrelevante o fato de que quem o produziu ser considerado ou não um historiador. As contestações sobre o período da assunção deste sentido moderno da História apresentado por Koselleck são feitas por: YILMAZ, L. **Como a História deveria ser escrita; ou deve mesmo ser escrita?** *Ágora*, v. 11, nº 1: p. 21-29, 2005.

<sup>24</sup> Mesmo que existam inúmeras obras sobre o Brasil, produzidos ao longo de seu processo colonizador, é ponto pacífico não se tratar de obras de caráter historiográfico, posto não atenderem aos requisitos mínimos para merecer esta catalogação, ficando as mesmas no campo da literatura ou de aporte documental. A respeito, ver RODRIGUES, José Honório. **Teoria da história do Brasil**. São Paulo: Progresso Editorial, 1949; SODRÉ, Nelson Wemeck. **O que se deve ler para conhecer o Brasil**. Rio de Janeiro: CBPE, 1945; GUIMARÃES, Manoel Salgado. **Nação e Civilização nos trópicos**. *Estudos históricos*, nº 1, 1988; ARRUDA, José Jobson e TENGARRINHA, José Manuel. **Historiografia luso-brasileira contemporânea**. Bauru: EDUSC, 1999; IGLESIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil**. Belo Horizonte: EUFMG/IPEA, 2000; KANTOR, Íris. **Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana**. São Paulo: HUCITEC, Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2004, entre outros. Por outro lado, mesmo que se considerem alguns trabalhos como historiográficos, pende sobre os mesmos o cariz de não se enquadrarem como uma historiografia tipicamente brasileira.

<sup>25</sup> IGLÉSIAS, Francisco. **José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira**. *Estudos Históricas*, nº 1: p. 55-78, 1988.

eruditos, está visceralmente ligada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, encontrando-se naquela instituição os parâmetros para sua realização, como será exposto mais adiante.

Os intelectuais que produziram estudos tidos como históricos, no período anterior às Faculdades de História, conviveram, segundo Iglesias<sup>26</sup>, com duas situações: uma de crise profunda no campo do poder, cuja marca era a incerteza política e a outra era o processo de aprimoramento dos trabalhos históricos através das relações com outros campos do saber, surgindo daí uma tensão entre o historiador e o político. Somente com o surgimento dos citados cursos de História na década de 1930, e com a formação dos mesmos ao longo dos anos seguintes e a produção que daí adveio, é que o trabalho do historiador deixou de ser amador, para se tornar um ofício.

Em razão disto, utilizamos indistintamente os termos *intelectuais*, *homens de letras* e *historiadores* para aqueles que se dedicaram aos estudos históricos, tornando-se autores reconhecidos pelos seus pares ou assim o sendo posteriormente. Do mesmo modo, consideramos como historiográficos os trabalhos por eles produzidos, desde que expressem uma crítica do processo histórico, tornando-o inteligível, dados imprescindíveis a um trabalho dessa natureza.

As obras escolhidas fazem parte do chamado cânone da historiografia brasileira, e nelas Portugal foi tratado não como temática principal; bem ao contrário, a discussão do Brasil se expõe em perspectiva. Nem por isso essa discussão obscurece o Portugal como sujeito da história brasileira, pois é na relação entre Brasil e Portugal e no entendimento do primeiro que se representou o segundo. São esses discursos que nos dispomos a investigar, posto que nomeadas vezes passem despercebidos nas discussões sobre o próprio Brasil, fixando-se, de forma explícita ou insidiosa, na memória dos leitores dessa historiografia.

A seleção das obras utilizadas como fontes para a investigação recaiu na produção de autores de nacionalidade brasileira, e cujos textos, temas e campos de trabalho vinculam-se à história do Brasil. Tal escolha, por evidente, exclui os chamados *cronistas coloniais*, bem como os *brasilianistas*<sup>27</sup>, cujos trabalhos, a nosso ver, não expressariam as formações

---

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 61.

<sup>27</sup> Entende-se por brasilianistas os autores estrangeiros (especialmente estadunidenses e franceses), que se dedicaram a analisar a realidade histórica do Brasil, favorecendo seu crescimento e robustecimento. Alguns autores compreendem tratar-se de um movimento, iniciado desde a terceira década do século XX, com a

discursivas que tentamos desvendar como principal objetivo desta investigação, seja a criação de uma identidade para o Brasil, onde se faz necessário a construção de um discurso que fala do outro, representando-o.

Esta seleção pode ser tomada como artificial e discutível, apesar de tratar-se de trabalhos de valor reconhecido e incontestado. É artificial no sentido de que elimina muitas outras obras e autores que poderiam bem representar os chamados *períodos históricos* aqui trabalhados. Entretanto, é consabido que toda e qualquer seleção e periodização é contestável, por se tratar de uma entre tantas outras estratégias de abordagem e de atribuições de sentido. Tal limitação, por sua vez, é intrínseca à reflexão teórico-metodológica que cerca o presente trabalho.

Não foi nossa intenção – dado o tempo que tivemos para realizar a investigação proposta, além das limitações formais impostas pelas normas da academia – abordar toda a obra dos autores escolhidos, nem nos prendemos às possíveis mudanças de pensamento que porventura existisse em cada um deles, salvo em casos que tais mudanças foram expressivas e estiveram diretamente vinculadas ao objeto do presente trabalho. A escolha de determinadas obras teve como critério serem as mesmas quase uma síntese de pensamento de seu autor, no quadro de um tempo determinado.

Nosso esforço é o de compreender, dialogar e mediar o diálogo, sempre apoiados na sensibilidade da origem social, da formação intelectual, enfim, do lugar social e da data dos historiadores aqui contemplados, cujo trabalho possibilita a compreensão das representações discursivas que buscamos sobre Portugal e seu povo, e que foram reelaboradas, ressignificadas conforme o contexto de sua produção. Nosso intuito é alcançar uma compreensão mais ampla dessas representações sucessivas, mas não

---

macia entrada de profissionais franceses nas recém criadas universidades brasileiras. Na maioria das vezes, porém, os autores dedicados à questão entendem ter sido o Brasilianismo um movimento fomentado a partir da Revolução Cubana, e encabeçado por historiadores norte americanos, devidamente financiados e interessados na realidade específica do Brasil. Por terem acesso ilimitado aos arquivos nacionais, vetados para os pesquisadores brasileiros, foram tomados como agentes da Agência de Inteligência americana, no contexto das ditaduras militares, sofrendo rejeição por parte dos intelectuais nacionais. A respeito ver PONTES, Heloisa. **Brasil com z. Estudos Históricos**. v. 3, nº. 5: p. 55-72, 1990. SEBE, José Carlos. **Introdução ao nacionalismo acadêmico – os Brasilianistas**. São Paulo: Brasiliense, 1984. BEIGUELMAN, Paula. **Cultura acadêmica nacional e Brasilianismo**. In. BOSI, Alfredo (Org.). *Cultura brasileira, temas e situações*. São Paulo: Ática, 1987.

suprimidas, que são expressas na chamada historiografia brasileira, no contexto social de sua produção.

Tomamos as obras que nos serviram de fonte, ao longo da investigação, como textos produtores de sentidos, forjados, construídos, elaborados por historiadores que se ocuparam em discutir, analisar e até descrever Portugal e os portugueses, tornando-se, assim, meios de constituição de sentidos. Partimos deste princípio para buscar na historiografia não apenas os fatos escondidos por trás da ideologia ou da imaginação, frutos dos lugares sociais dos variados autores cuja escrita foi aqui utilizada como fonte, bem como a continuidade entre esta imaginação e a produção de sentidos no contato entre estes escritores e um mundo tangível que, apesar de efetivamente observado, não é um dado neutro a ser simplesmente apreendido pelo historiador.

A escolha de obras que vieram a ser pertinentes para o objetivo central da investigação teve como fio condutor as *formas de identidades* representadas pelos intelectuais por meio de suas narrativas, em diversas perspectivas orientadoras sobre o passado. O recorte cronológico da produção de tais obras, por sua vez, fixa desde a segunda metade do século XIX – com o *elogio* da colonização portuguesa, no dizer de Reis<sup>28</sup> - até a década de trinta do século XX, cuja produção marca, mesmo que de forma ambígua, a identidade portuguesa no Brasil.

As noções da *Irmandade* e *Ambigüidade*, existentes, mesmo que de forma distintas, na historiografia trabalhada, são tomadas aqui como fio condutor no levantamento da retórica a ser desvendada. Pela primeira entende-se a crença de que Brasil e Portugal são *pátrias-irmãs*, com culturas que, ao longo de sua história, se fundem numa só cultura brasileira. O termo *lusobrasileiro* é indicativo dessa noção, reunindo, sob tal denominação, as duas nações, criando uma categoria liminar.

A *Ambigüidade*, cuja raiz se encontra na historicidade da colonização, é pouco refletida na produção historiográfica: ao se referir aos *portugueses* observa-se uma indefinição quanto a real nacionalidade de quem se falava, posto serem os lusitanos considerados culturalmente muito próximos dos brasileiros, quase não se podendo tratá-los como

---

<sup>28</sup> REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil – de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003, p. 23.

*estrangeiros, exóticos* ou até mesmo *imigrantes*<sup>29</sup>. A questão do surgimento do sentimento nativista ou da idéia de nação, no contexto da colônia, poderia dirimir a dificuldade de muitos autores em ver os portugueses como diferentes dos brasileiros, assumindo uma retórica do outro<sup>30</sup>. Não obstante, na maioria dos casos, a noção de irmandade é perpassada pela de ambiguidade, em face da artificialidade da construção oitocentista de tal distinção, que findou por se refletir na historiografia das décadas seguintes, nomeadamente aquela que reflete os primórdios do fluxo migratório português para o Brasil<sup>31</sup>.

Tendo como base essas construções metodológicas, tomamos a historiografia como a expressão de uma teia discursiva que envolve parte do conhecimento brasileiro sobre Portugal. Essa teia constitui as chamadas *evidências*<sup>32</sup> desta investigação, e a partir da mesma verifica-se a criação de um discurso que se reflete tanto na identidade brasileira quanto no construto identitário do próprio português, visto que, segundo CILLIA, *as identidades nacionais e sociais são produzidas, reproduzidas, transformadas e destruídas pela linguagem e outros sistemas semióticos*<sup>33</sup>.

Para melhor exposição do tema, esta dissertação encontra-se estruturada em três partes, sendo a primeira voltada exclusivamente à elucidação da formação da narrativa histórica no Brasil como estratégia de consolidação da nação, e da tentativa de criação de uma identidade nacional, após a emancipação política. A este período denominamos *Tempo de Construção*, no qual a história da nação começa a ser criada e redefinida, alijada da produção portuguesa. Destacamos, nesse contexto, a criação do Instituto Histórico e

---

<sup>29</sup> Sobre a questão, há que ter em conta as circunstâncias que favoreceram que a fronteira entre os dois grupos fosse fluida e mal definida, determinada mais por circunstâncias específicas e conjunturais do que por quaisquer critérios gerais ou objetivos. Ao nível da produção dos discursos de legitimação, do processo de construção da nova nação, se expressa a mesma dificuldade de definição, em termos políticos e históricos, da diferença entre a antiga metrópole e o novo estado imperial, ou onde se deveria situar a ruptura e quais as continuidades a serem valorizadas. Qual o papel a atribuir a Portugal, aos portugueses e à casa de Bragança na construção de uma cultura e de uma identidade nacionais? Trata-se de um problema de fundo, que foi obtendo respostas diferentes e contraditórias ao longo do século XIX e durante a primeira metade do século XX.

<sup>30</sup> GOMES, Artur Nunes. **Sob o signo da ambigüidade: configurações identitárias no espaço português do Rio de Janeiro**. Dissertação de mestrado em Antropologia, UNICAMP, 1998, p. 70.

<sup>31</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. **Nós e eles – Relações culturais entre brasileiros e imigrantes**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. A autora chama atenção para o crescente desinteresse acadêmico sobre a experiência portuguesa no Brasil após a Independência. Tal temática apresenta escasso número de investigações, se comparadas com as pesquisas sobre outros grupos nacionais que migraram para o Brasil na mesma época.

<sup>32</sup> Cf. HARTOG, François. **As evidências da história – O que os historiadores veem**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

<sup>33</sup> CILLIA, Rudolf. REISIGL, Martin. WODAK, Ruth. **A construção discursiva das identidades nacionais**. São Paulo: Contexto, 2003.

Geográfico do Brasil (IHGB) como agente dessa construção, posto que sua produção tornou-se o parâmetro para reprodução, durante boa parte do século XX, da historiografia produzida regionalmente no Brasil. Para tanto, destacamos a obra de Von Martius e Francisco Adolpho Varnhagen, como exemplar para a proposta daquele crucial momento histórico. Conquanto Von Martius não tenha escrito um trabalho de história, apenas uma proposta de como deveria se pautar a historiografia doravante produzida, utilizamos seu texto como demonstrativo da identidade pretendida pelo IHGB e pelo próprio trono, doravante. Por sua vez, entendemos que a *retórica da brasilidade* foi desenvolvida nos escritos de Varnhagen, mesmo que enlaçada com a ex-metrópole portuguesa.

A segunda parte tem como pretensão demonstrar como a República, após sua instauração, provocou uma substancial mudança nas propostas monárquicas do Instituto, e de como a retórica oitocentista foi modificada, mesmo dentro da mesma instituição. São *tempos de mudanças*, tanto no contexto sociopolítico brasileiro, quanto nos modos daqueles que escreviam sua história perceberem o país e suas relações com o outro. Para tanto, buscamos desvendar as obras de Capistrano de Abreu, para entender *como e por que* se modificou a narrativa historiográfica em relação a Portugal e seus nacionais, na compreensão do Brasil, no contexto do IHGB.

No mesmo contexto republicano e numa nova arena de produção de um discurso histórico, de caráter mais independente e sem vínculos institucionais, buscou-se revelar as extrusões existentes na historiografia brasileira, em relação às interpretações anteriores. A verificação de tentativas de superação dos liames com Portugal, bem arquitetados na historiografia oitocentista, e que perderam espaço para modelos de história onde o próprio Brasil era posto em dúvida, nos levaram a buscar nas obras de Manoel Bomfim e Paulo Prado o *desvio* até então não encontrado, a antítese que ainda não se ousara fazer. Nas suas obras ácidas e sagazes, onde o Portugal romantizado foi morto e outras construções discursivas assumiram seu lugar, buscamos desvendar a retórica do outro.

Novos olhares e narrativas inovadoras sobrevieram àqueles autores: a entrada em cena dos enfoques de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda é demonstrativa de que o Brasil mudara muito nos cem anos após sua emancipação política, assim como o próprio mundo mudara. A terceira parte de nossa dissertação ocupa-se desse novo tempo, que chamamos de *Tempos de reencontro*, período no qual ocorreu a plena recomposição das relações entre os dois países, a demonstrar um Brasil que ainda buscava se descobrir, ao mesmo tempo

em que tentava se desvencilhar da onipotente presença portuguesa, restos coloniais arraigados no fazer de uma sociedade em busca da própria face.

Para adentrar de vez no território da investigação propriamente dita, faz-se necessário dizer que nosso propósito, quando nos referimos a Portugal no título deste trabalho, nunca foi de limitar nossa pesquisa aos feitos do Estado Português e de seus mandatários. A Historiografia brasileira não trata apenas disso, e resumir o olhar de tantos autores a uma história exclusivamente política seria enfadonho. O português é, aqui, uma extensão de Portugal, e seus atos, suas maneiras, suas astúcias, cristalizadas na produção que nos serviu de fonte, só enriquecem o mosaico desenhado pelos brasileiros ao longo das décadas sobre Portugal. Afinal, são os portugueses os agentes de sua própria pátria, que neles se personifica. Vejamos sua presença na historiografia do e sobre o Brasil.

**PARTE I**

**A IRMANDADE COMO RETÓRICA, EM TEMPOS DE  
CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO**

Há corrente convicção, entre os historiadores brasileiros, que a história produzida nos primeiros séculos depois do aporte português no Brasil não pode ser reconhecida, em primeira mão, como sendo brasileira, apesar de arquitetada no ambiente colonial, por homens que viveram e participaram da construção da colônia<sup>34</sup>. Sendo a conquista de parte das terras americanas, e sua posterior colonização, um feito português, cumpriu aos mandatários daquele império a tarefa do registro, assim como da própria administração, do vasto território. Frei Vicente de Salvador, Jean de Léry, Brandão, Antonil, são nomes, entre tantos outros, que gravaram os primórdios da história brasileira, testemunhas vivas do tempo narrado. Cartas, diários de viagens, memórias, crônicas, relatos, documentos administrativos, instruções, entre tantas outras, perfazem as fontes originais que expressam a presença portuguesa nas terras do Novo Mundo, registros sobre a terra nova, que passava a integrar o notável império ultramarino português.

De conteúdo variado, assim como suas formas, esses documentos que definem o surgimento de um novo espaço no cenário mundial, apregoam também a percepção de seus autores acerca do lugar, as ordens, desejos, determinações e conselhos que marcaram indelevelmente a chamada América Portuguesa. Ao construir uma extensão do seu reino original, nos liames do chamado *pacto colonial*, os portugueses também construíram a

---

<sup>34</sup> A propósito da questão, ver ARRUDA, José Jobson. TENGARRINHA, José Manuel. **Historiografia lusobrasileira contemporânea**. Bauru: EDUSC, 1999. DIHEL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira – dos IHGB aos anos trinta**. Passo Fundo: EDUPF, 1998. RODRIGUES, José Honório. **Teoria da história do Brasil**. São Paulo: Companhia editora nacional, 1978. Do mesmo autor, **História da história do Brasil – Historiografia colonial**. São Paulo: Companhia editora nacional, 1979 e **História e historiadores do Brasil**. São Paulo: Fulgor, 1963. REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil – de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. IGLESIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil**. Belo Horizonte: EDUFMG/ Nova Fronteira, 2000. MACHADO, Ironita. **Cultura historiográfica e identidade**. Passo Fundo: EDUPF, 2001, entre outros.

própria imagem, como administradores, feitores, capatazes, proprietários e, também, como marinheiros, naufragos, degredados, aventureiros, entre tantas outras representações que foram sendo gravadas no tempo pelos documentos redigidos ao longo do mesmo. De indistinto modo o fizeram outros autores, nascidos na colônia, cujos nomes guardam lugares nas narrativas desse período.

Sendo a nova terra, de nomenclatura variada<sup>35</sup>, uma extensão do reino português, sua história seria também a história de Portugal, a qual integrava, ou deveria integrar - tal qual a história das demais colônias portuguesas e dos territórios onde Portugal marcou presença. É, pois, na imbricação das histórias desses dois lugares que nasceu o caráter ambíguo da historiografia colonial, escrita por *portugueses* nascidos em Portugal ou na América, e que também se reconheciam como mineiros, pernambucanos, baianos, e tantas outras naturalidades oriundas das capitânicas, pátrias em miniaturas no contexto colonial<sup>36</sup>.

Foi da necessidade de registrar a história do império que se fundou a Academia Real de História Portuguesa, em 1720, reproduzindo-se em Lisboa o consórcio de homens cultos, surgido quando do Renascimento, por toda Europa<sup>37</sup>. Em seu auxílio foi determinado que uma instituição da mesma natureza fosse organizada no Brasil<sup>38</sup>, no sentido de dar

---

<sup>35</sup> Ilha de Vera Cruz, Terra de Santa Cruz (1500), Terra Nova e Terra dos Papagaios (1501), Terra de Santa Cruz do Brasil, América, Terra do Brasil (1507), são nomes comumente usados nos documentos de distintas épocas, que demonstram a versatilidade dos usos na nomeação da nova extensão do império português na América. A riqueza de denominações denuncia a dificuldade de nomeação das terras portuguesas na América, e até o presente ainda se discute o significado de Brasil, e até mesmo de sua forma escrita. A respeito ver CARVALHO, José Murilo de. **O Brasil e seus nomes**. Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 2, nº 23:Agosto, 2007.

<sup>36</sup> A diferença entre nação, país e pátria, conceitos lautamente encontrados nos documentos que remontam à colonização do Brasil, e utilizados no presente texto, ancora-se nos estudos de JANCSÓN, István e PIMENTA, João Paulo. **Peças de um mosaico – ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira**. In. MOTTA, Carlos Guilherme. *Viagem incompleta – a experiência brasileira – Formação: Histórias*. São Paulo: SENAC, 1999.

<sup>37</sup> CAJUEIRO, Renato Luís Bacellar. **Letrados D’El Rey: os conselhos de história e o poder real em Portugal na primeira metade do século XVIII**. Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, 2007.

<sup>38</sup> No Brasil a história oficial foi escrita entre os séculos XVI e XIX, pelos chamados cronistas ultramarinos, instituídos oficialmente após a Restauração Portuguesa, em 1640. Repetia-se, pois, uma prática de escrita institucionalizada já em uso pela Espanha, desde os princípios da colonização de suas possessões na América. Foi Felipe II quem oficializou o cargo de cronista-mor das Índias de Castela, dando-lhe a missão de corrigir, ordenar e custodiar todas as descrições geográficas do Novo Mundo, além de escrever uma história geral do lugar. A respeito, ver RODRIGUEZ, Maria Tereza Nava. **Reformismo ilustrado y americanismo: La Real Academia de La Historia (1735-1792)**. Tese de doutorado em História, Universidade Complutense de Madri, 1988, p. 199. José Veríssimo Serrão, sobre o assunto, sugere que, muitas vezes, esse título foi meramente honorífico, assinalando que a fundação da Academia Real demarcou o período de declínio dos

assistência na empreitada à congênera metropolitana, dando-se início, assim, a uma história luso-brasileira.

Acintosamente nomeada como *Academia Brasílica dos Esquecidos*<sup>39</sup> a primeira instituição<sup>40</sup> formada para a escrita da história do Brasil ficou marcada pelo hibridismo e ambigüidade da condição dos letrados americanos, considerados inferiores aos seus pares do reino, aos quais competia usar, ou não, os escritos dos acadêmicos da colônia. O desejo de incorporação ao orbe literário metropolitano dos eruditos americanos que integravam a instituição, e negados desde a formação da academia no reino, reverteu-se em indisfarçada mágoa, quase a exigir um olhar mais acurado do rei aos esforços empreendidos pelos seus súditos, na tarefa colonial<sup>41</sup>.

Os Esquecidos, cujo estabelecimento foi festejado nos círculos acadêmicos da Europa, cedo deixaram de existir, sendo substituídos por uma nova academia, de nome também jocoso: *Os Renascidos*, o que revela o caráter satírico de seus integrantes e da instituição. Outros estabelecimentos da mesma natureza existiram na colônia<sup>42</sup>, e nos seus quadros figurava muitos dos nomes que compuseram a primeira, em sua maioria também ligada aos grêmios literários portugueses e a outras academias da península, o que vem provar, mais uma vez, a existência de uma teia de relações intrapessoais que unia acadêmicos americanos e reinóis, num projeto que propiciava o estreitamento dos vínculos entre a colônia e a metrópole, mas que também permitia aos primeiros uma percepção privilegiada

---

croniciados, muito embora, oficialmente, os cargos tenham sido preservados até o século XIX. SERRÃO, José Veríssimo. **A historiografia portuguesa**. Lisboa: Verbo, 1973, v. 3, p. 57.

<sup>39</sup> A Academia Brasílica dos Esquecidos foi fundada em 1724, por ordem do capitão-geral Vasco Fernandes César de Meneses, governador da Bahia, a qual competiu a coleta de informações e dados pertinentes, a serem enviados à metrópole, a fim de serem anexados à Monumental História de Portugal, que se encontrava em redação pela Academia Real. A propósito ver KANTOR, Íris. **Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)**. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 203. PEDROSA, Fábio Mendonça. *Op. cit.*, p. 26.

<sup>40</sup> Apesar dos *Esquecidos* serem apresentados sempre como o primeiro movimento academicista da colônia, não se pode negar a existência de pequenos núcleos acadêmicos antes dessa data, uma vez que os mesmos são referidos pelos próprios *Esquecidos*. A respeito, ver CASTELO, José Aderaldo. **O movimento academicista no Brasil (1641-1808)**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, vol. I, tomo I, 1969, p. 85.

<sup>41</sup> Segundo Holanda, da insatisfação dos intelectuais coloniais, que se julgaram esquecidos quando da convocação para composição do quadro da Academia Real Portuguesa, originou-se a denominação da academia brasílica, expressando a jocosidade bem própria dos ilustrados. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Capítulos de literatura colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

<sup>42</sup> Outras instituições foram organizadas, no mesmo período, na América Portuguesa, entre elas citamos as de maior destaque como a Academia dos Felizes (1736), a Militar (1740) e a dos Seletos (1752). Enquanto as duas últimas sediaram-se na cidade do Rio de Janeiro, a Academia dos Felizes localizou-se na cidade de Salvador, primeira capital da colônia.

da territorialidade colonial e das condições de efetivação da soberania portuguesa nesse espaço.

Coagidos pelas exigências da academia metropolitana, aos estudos e escrita das academias coloniais restou um papel secundário, posto devesse ser a história brasílica parte integrante da história de Portugal<sup>43</sup>. Oficializada, a produção dos letrados coloniais deveria voltar-se para as necessidades metropolitanas, distanciando-se da crônica da vida social. Negou-se à posteridade, pois, com essa prática, o registro escrito da realidade colonial, dos embates e queixumes dos colonos, que também se consideravam esquecidos pelos governantes portugueses<sup>44</sup>.

Por conseguinte, o teor dos escritos dos letrados que compunham essas academias ficava, assim, indelevelmente comprometido pela parcialidade e pelos interesses que perpassavam sua escrita, no jogo político que pontuava a relação metrópole e colônia<sup>45</sup>. As dissertações

---

<sup>43</sup> É PEDROSA quem esclarece sobre a necessidade de uma escrita das possessões americanas, com o propósito de coligir informações sobre a Nova Lusitânia, devendo esse material ser enviado para a Corte a fim de ser anexado à monumental História de Portugal, que estaria sendo redigida pela Academia Real de História Portuguesa: *As dificuldades de redação da história brasílica eram imensas, principalmente no tocante às colônias. Para solucionar este problema o governo metropolitano correspondia com o vice-rei do Brasil Vasco César de Meneses. D. João V ordenou que o vice-rei do Brasil fizesse coligir as informações precisas para a composição da História Portuguesa, encargo da Academia Real, na parte relativa ao Brasil.* PEDROSA, Fábio Mendonça. *Op. cit.*, p. 24.

<sup>44</sup> Essa insatisfação pode ser constatada pelo grande número de rebeliões coloniais, e aqui citamos as mais expressivas: Revolta da Cachaça (1660-1661), Conjuração do “Nosso Pai” (1666), Revolta de Beckman (1684), Guerra dos Emboabas (1708-1709), [Revolta do Sal](#) (1710), [Guerra dos Mascates](#) (1710-1711), [Motins do Maneta](#): (1711) e [Revolta de Felipe dos Santos](#) (1720), sendo as citadas consideradas como movimentos nativistas, de caráter bem específico e localizado. Os movimentos que exigiam emancipação política tornaram-se realidade com a [Conjuração Mineira](#) (1789), [Conjuração Carioca](#) (1794), [Conjuração Baiana](#) (1798), [Conspiração dos Suassunas](#) (1801) e [Revolução Pernambucana](#) (1817). Sobre as guerras indígenas que grassaram o período, destacamos a [Confederação dos Tamoios](#) (1555-1567), [Guerra dos Aimorés](#) (1555-1673), [Guerra dos Potiguares](#) (1586-1599), [Levante dos Tupinambás](#) (1617-1621), [Confederação dos Cariris](#) (1686-1692), [Revolta de Mandu Ladino](#) (1712-1719), [Guerra dos Manaus](#) (1723-1728), [Resistência Guaicuru](#) (1725-1744), [Guerrilha dos Muras](#) (todo o século XVIII) e [Guerra Guaranítica](#) (1753-1756). Estudos recentes apontam que esses conflitos não deram origem a qualquer sentimento nacional ou à percepção de antagonismos extremos que opusesse portugueses e brasileiros enquanto tais, apesar de alguns autores procurarem atribuí-los a um sentimento nacionalista. Talvez por isso mesmo não tenham alçado um lugar de destaque a ponto de serem registrados nas crônicas do período. A respeito, ver JANCSÓ, István, e João Paulo G. PIMENTA, 2000, **Peças de um Mosaico (ou Apontamento para o Estudo da Emergência da Identidade Nacional Brasileira)**, MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Op. cit.*, p. 170.

<sup>45</sup> Nos estatutos da Academia brasileira encontravam-se claramente determinados como objetivos da mesma a escrita da história brasílica e a realização de certames literários, prática corrente nas academias européias. Não obstante, pesquisas mais específicas sobre o tema evidenciaram, na atuação da instituição, o ideário encomiástico e as práticas laudatórias, como estratégia de valorização dos seus membros, da conservação do prestígio simbólico perante a corte portuguesa, além do aprofundamento dos laços com a elite local. Exéquias

ali canceladas tinham como foco os feitos militares, eclesiásticos e políticos, centrando-se principalmente na história natural<sup>46</sup>, de forma a construir uma narrativa de pleno interesse da Coroa; tais fatos demonstram que a sociabilidade intelectual da colônia estava mais interessada na visibilidade que a atividade promoveria perante a corte lisboeta, que na prática da escrita da história como um registro do real possível<sup>47</sup>. No horizonte dos acadêmicos brasílicos, a expectativa de retribuição da mercê régia era um elemento de mobilização importante, de tal maneira que a escrita da história podia ser transformada em moeda de barganha no jogo político entre os colonos e os poderes centrais, como nos mostra Kantor:

“Descrever as ações relevantes, ser nominalmente incluído como bom servidor da Coroa numa relação histórica ou numa gazeta impressa representava uma estratégia para obter a remuneração dos serviços prestados ao rei<sup>48</sup>”.

Demonstrado o teor da história escrita durante a colônia, evidencia-se o caráter da classe que a produzia, bem como a composição desses lugares de produção histórica, e o lugar social dos seus membros. Os acadêmicos coloniais não eram, e nem poderiam ser, súditos comuns, sem nenhuma visibilidade social. Eram, na totalidade, membros da chamada elite

---

públicas e homenagens aos nobres que visitavam a colônia eram rigorosamente cumpridas pelos acadêmicos de então, a demonstrar que o encômio e a bajulação tinham também uma função de reforço do corpo político do Estado

<sup>46</sup> O padrão formal da narrativa histórica na colônia caracterizou-se por uma imbricação entre o empenho erudito e a especulação teológico-política da própria história, ao combinar diferentes modalidades de narração e técnicas de exposição de dados. As reconstituições de episódios, estudos genealógicos, hagiografias, exéquias, panegíricos, poesias, corografias, catálogos, mapas de rendimentos, excertos de legislação e até tratados internacionais compuseram a produção desses lugares, constituindo-se como um gênero ligado à arte da memória, ou assumindo o caráter de documentação informativa ou comprobatória, que integravam memoriais administrativos necessários à obtenção das remunerações de serviços prestados à Coroa. As especificidades da história que se deveria ali produzir tinham representantes, responsáveis pelos estudos e pela coleta de dados, ficando a cargo de Inácio Barbosa Machado a escrita da história militar; ao padre Gonçalo Soares Franca, a história eclesiástica; o ouvidor-geral do cível Luís Siqueira da Gama assumia a história política, assim como o desembargador-chanceler Caetano de Brito e Figueiredo a história natural. De todas, inegavelmente foi a última que apresentou a maior produção. Conforme PEDROSA, Fábio Mendonça. *Op. cit.*, p. 22.

<sup>47</sup> Como matriz fundadora da historiografia brasileira, é certo que as práticas e procedimentos das academias portuguesas foram reproduzidos pelos homens de letras da então colônia. Explica-se, então, por esse viés, a ausência de narrativas sobre os entrecosques entre a sociedade colonial e a coroa portuguesa, posto que a maioria das dissertações produzidas nesses espaços voltava-se para a história natural, revelando a cultura letrada brasílica e os diversos níveis de sociabilidade intelectual no Brasil setecentista.

<sup>48</sup> KANTOR, Iris. *Op. cit.*, p. 98.

colonial<sup>49</sup>, indiferentes ao movimento da sociedade, com os olhos voltados tão somente para o reino e para seus interesses de classe, o que os impedia de nutrir sentimentos localistas, como aconteceu nas academias provinciais da França<sup>50</sup>.

Sendo a educação formal apanágio de poucos, elemento de valorização no espaço colonial, constituiu-se naturalmente como elemento de reprodução da ordem social e de ostentação<sup>51</sup>, em meio a uma população marcadamente inculta, graças à proibição régia da existência de impressos<sup>52</sup> e da circulação dos mesmos além dos limites da metrópole<sup>53</sup>. Daí reputar-se como inviável que homens que não pertencessem a essa elite tivessem acesso à educação formal, de modo a poder integrar um espaço de letrados como as ditas academias.

Impõe-se, neste momento, importante esclarecimento, de forma a situar a natureza da história produzida nesses lugares de saber, e que deriva de uma questão identitária, pois, sendo a colônia uma extensão de Portugal - condição plenamente reafirmada nos escritos

---

<sup>49</sup> Cf. PEDROSA, Fábio Mendonça. **Sol Oriens in Occidus – Contribuições para o estudo da Academia Brasilica dos Esquecidos**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UERJ, 2001, p. 158. Em seu texto, o autor esclarece a composição daquele espaço de saber, que contava, entre os seus 155 membros, precipuamente, eclesiásticos, senhores de engenho, proprietários de fazendas de gado e magistrados públicos. Do total de membros, somente 36 representariam o núcleo efetivo dos acadêmicos, restando aos demais a participação esporádica nas sessões, cabendo apenas a quatro deles a tarefa de escrever dissertações históricas. Também apresenta estimativas interessantes sobre o dito quadro, ao enumerar que dos trinta e seis participantes efetivos, 23 eram naturais do Brasil, e destes 20 eram baianos, sendo os demais naturais de Portugal. Somente 9 dos 36 membros tinham cursado a Universidade de Coimbra, tendo os demais recebido educação primária nos colégios jesuítas. Nesse universo, 16 acadêmicos eram eclesiásticos, 7 seculares e 9 regulares, em sua maioria jesuítas. A maioria de brasileiros não frequentara a Universidade.

<sup>50</sup> ROCHE, Daniel. *Op. cit.*, p. 188. Roche demonstra que as academias das províncias francesas, apesar da manutenção de relações estreitas com as academias parisienses, participaram ativamente do jogo político entre as periferias e o centro político, chegando mesmo a nutrir a formação de um sentimento localista em oposição a Paris. Majoritariamente compostas por magistrados e burgueses, as academias provinciais promoveram ideais de progresso do espírito humano e uma visão cívico-pedagógica da História.

<sup>51</sup> Cf. VILLALTA, Luiz Carlos. **O que se fala e o que se lê: língua, instrução e literatura**. In. MELO E SOUSA, Laura (org) & NOVAIS, Fernando. *Op. cit.*, p. 339.

<sup>52</sup> SOUTHEY, Robert. *Op. cit.*, p. 48. FONSECA, Thaís Nívia de Lima. **Letras, ofícios e bons costumes – civilidade, ordem e sociabilidades na América portuguesa**. Belo Horizonte: autêntica, 2009, p. 127.

<sup>53</sup> Não obstante, as idéias eram divulgadas a partir de três suportes: os livros estrangeiros, geralmente escritos em outra língua, as cópias manuscritas e a linguagem oral. Era prática comum dos letrados se reunirem para leitura coletiva, assim como era usual o empréstimo de livros de interesse comum, de uso interdito. Além dos livros, a circulação de cartas e pasquins revelava a expressão artística e as redes de sociabilidade, destacando-se, entre as mesmas, a prática de versejar como importante suporte literário do território colonial. JANCSÓN, István. **A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII**. In. MELO E SOUSA, Laura de. *Op. cit.*, p. 399.

históricos - e seus habitantes súditos diretos da monarquia que ali reinava<sup>54</sup>, não há que se falar em uma história brasileira, mas uma história lusobrasileira, na qual o Brasil era confirmado como um apêndice português, e sua história uma parte da história de Portugal. A singularidade da sociedade colonial não poderia, assim, ser pensada em oposição ao Velho Mundo<sup>55</sup> e a história apenas reforçava o pacto político forjado no âmbito do sistema colonial<sup>56</sup>. Tais características se refletiram em sua recepção como ambígua, pouco representativa e, portanto, pouco *brasileira*. A constatação do cariz daqueles discursos fez com que mesma sofresse certa repulsa pelos intelectuais do pós-independência, que consideraram-na como *obras de estrangeiros, cheias de falsidades, a respeito do povo e do Brasil*<sup>57</sup>.

Evidentemente, a história feita em tais condições não poderia ser recepcionada como uma história marcadamente nacional, que expressasse as diferenças entre a Metrópole e a colônia. Inexistia, nessa história produzida durante o período colonial, o reconhecimento

---

<sup>54</sup> PIMENTA defende a tese de que durante os três primeiros séculos a identidade política dos colonos era construída a partir do substrato comum de serem súditos de um mesmo rei, formando, assim, indistintamente, a *grande nação portuguesa*, fossem nascidos em Portugal ou na colônia. Mesmo que se chamassem *pernambucanos*, *baianos* ou *paulistas*, eram todos portugueses, submetidos a um só governo e jurisdição. Somente em meados dos setecentos, com a complexificação do sistema colonial e a agudização das diferenciações metrópole/colônia, a identidade lusa começa a sofrer progressivo desgaste, integrando-se à questão a idéia de América, para além de uma referência geográfica geral, mas também como espaço de identificação e de atuação política, ocasionado pelas rupturas de pacto colonial no continente, como foi o caso da luta nas treze colônias britânicas (1776) e na colônia francesa de Saint-Domingues (1791). Tais datas, segundo o autor citado, são fundamentais na modificação da identidade coletiva colonial, politizando-a, passando-se, doravante, a ser luso-americana. Diferente, portanto, dos chamados reinóis, essa nova identidade ganhará ares definitivos quando da instalação da corte no Rio de Janeiro, com a intensificação das discussões políticas, que se tornarão mais abrangentes, vindo a se refletir na re-fundação de uma percepção de si. *Português da América*, nas duas primeiras décadas do século XIX, passou a ser uma distinção especial, na medida que identificava um súdito em um espaço de atuação política que se tornara, segundo os objetivos da corte, o espaço central dos destinos da monarquia. Para o autor, a historiografia brasileira tem atuação marcada pelo anacronismo, ao fazer uso de termos como *brasileiros* e *nacionais*, mesmo tratando de contextos em que os mesmos inexistiam. A propósito, ver PIMENTA, João Paulo Garrido. **Portugueses, Americanos, Brasileiros: Identidades políticas na crise do Antigo-regime Luso-americano**. Almanack Brasiliense, nº 3 – Maio/2006, pp. 69-81.

<sup>55</sup> Segundo ODÁLIA, No caso brasileiro, havia entre seus intelectuais, o acalento do sonho de que a então colônia poderia ser, um dia, a cabeça do Império de que fazia parte. Por isso ela fora pensada como o natural prolongamento da Monarquia e do Império portugueses, numa relação de igualdade, e nunca de sujeição. Esse sonho ganhou dimensões especiais após 1808, mas se desfez no dia seguinte ao da independência. In. ODÁLIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaio sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Viana**. São Paulo; UNESP, 1977.

<sup>56</sup> NOVAIS, Fernando. **Portugal e o Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: HUCITEC, 1979.

<sup>57</sup> MATOS, Raimundo José da Cunha. **Dissertação acerca do sistema de escrever a História Antiga e Moderna do Império do Brasil**. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, nº 26: p. 121-143, 1863.

de Portugal como *um outro* distinto do Brasil, objeto desta investigação. A produção histórica desse período não revelava um Portugal diferente do Brasil, naturalizando o entrelaçamento manso e pacífico entre colônia e metrópole, ao tempo em que ocultava outros processos sociais, o que vem a dar-lhe um cariz de parcialidade a embotar qualquer percepção de Portugal como corpo político distinto, sem a alteridade necessária à presente investigação. Demarca-se, pois, o não uso desses escritos na presente investigação.

O aprofundamento das relações metrópole/colônia, bem como a conjuntura política reinol, refletiu-se na produção desses lugares de saber, que decaiu com a vinda da corte portuguesa para o Brasil e, mais tarde, com a equiparação da colônia à vice-reino, fatos que mudaram completamente o contexto político colonial. A abertura de seus portos às chamadas *nações amigas* parece ter desfeito as contradições e ambigüidades do sistema, extinto em 1816 com a elevação do Brasil a Reino Unido. A pretensa inferioridade foi diluída diante da constante presença de estrangeiros em suas ruas, assim como a entrada de produtos industrializados, o que permitia que se ratificasse a impressão de que o Brasil era uma extensão da Europa<sup>58</sup>, ao qual se pensava pertencer. A busca por parâmetros da civilidade do Velho Mundo fundamentou uma imprescindível ligação com a Europa, no sentido de nela se fazer incluso.

O estabelecimento de instituições centralizadoras que transformassem a colônia na sede provisória da monarquia portuguesa, principalmente os de caráter cultural, como a Imprensa Régia, a Biblioteca, o Real Horto e o Museu Real, somados à vinda da Missão Francesa<sup>59</sup>, caracterizou-se como o primeiro passo para que o Brasil se assumisse como centro produtor e reproduzidor de sua cultura e sua memória.

---

<sup>58</sup> Cf. ALENCASTRO, Luís Felipe de. **Vida privada e ordem privada no Império**. In. ALENCASTRO, Luís Felipe de (Org.) & NOVAIS, Fernando (Dir.). *História da vida Privada no Brasil – A corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Cia das Letras, 1989, p. 89.

<sup>59</sup> Enquanto no plano econômico a Inglaterra representava o principal interlocutor para a nova sede do império português, no plano das idéias, a França asseguraria os modelos com os quais se buscava pensar e viabilizar um modelo de organização nacional para o Brasil. A despeito da invasão napoleônica a Portugal, passos significativos neste sentido foram dados por D. João VI ao chamar à nova sede do império português a Missão Francesa, oito anos após a chegada e instalação da Corte no Rio de Janeiro. Se o ideário político-revolucionário francês era recusado pelos futuros construtores do Estado-nação, a França era, contudo, percebida em sua função civilizatória para o Brasil, função esta restrita eminentemente ao plano da cultura. Estar afinado com os princípios da civilização àquela altura do século XIX significava estar, de alguma forma, em sintonia com as regras da cultura francesa, instância legitimadora por excelência de um projeto 'civilizador' E, portanto, com a vinda da Missão Francesa ao Brasil e os desdobramentos daí decorrentes, que um significativo passo é dado no sentido de transformar a França em modelo de civilização para as elites

A instituição de Reino Unido parece ter sido determinante para a efetivação da Independência brasileira, tornada realidade diante das exigências do Vintismo. Uma vez independente, revelou-se no país o vazio ideológico em que se desenvolvera o processo de emancipação, fazendo-se necessário preencher esse espaço por meio de uma ação deliberada e racional, orientada no sentido de construir o que não havia, para além de um arcabouço jurídico-administrativo<sup>60</sup>.

No plano político-ideológico, as delimitações de um trajeto que fizesse da colônia uma nação e da massa herdada da colônia em povo era a exigência do momento. A sobrevivência do país independente se confundia, pois, com a capacidade política de suas classes dirigentes realizarem com sucesso a missão política fundamental do século XIX: estruturar e tornar efetivo um projeto de Nação. Guardadas as especificidades do momento, o certo é que o imperador Pedro I apoiou a fundação de novas instituições de saber, bem como a formação de uma elite intelectual autônoma, capaz de escrever a história da nova nação, estabelecendo-se, por tal via, a garantia de uma identidade própria. Não obstante, seu apoio não se concretizou imediatamente, e somente alguns anos após sua abdicação do trono do Brasil, e mesmo após sua morte, foram lançados os fundamentos de uma instituição que teria como missão a realização desse projeto: construir a nação.

---

brasileiras, forjadoras do futuro Estado nacional. A propósito, ver GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **De Paris ao Rio de Janeiro: a institucionalização da escrita da História**. *Acervo*, v. 4, nº. 1: p. 135-143, 1989.

<sup>60</sup> Os mecanismos jurídicos já garantiam meios de se fazer criar uma identidade coletiva, distinta da identidade étnica, regional ou mesmo territorial, consoante o Decreto de 14 de Janeiro de 1823, definindo-se a partir de então o que seria um cidadão no Estado recém nascido, os direitos civis e participação política no mesmo. A respeito, ver RIBEIRO, Gladys Sabina. **O Tratado de 1825 e a construção de uma determinada identidade nacional: os seqüestros de bens e a Comissão mista Brasil-Portugal**. In CARVALHO, José Murilo de. *Nação e cidadania no Império – Novos Horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. CERVO, Amado. MAGALHÃES, José Calvet. **Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil (1808-2000)**. Brasília: Editora da UnB, 2000. ANDRADE, Carolina Naciff de. **O Tratado de paz e amizade como fonte de direito: a Comissão Mista Brasil-Portugal, os direitos das gentes e as relações internacionais na época da Independência**. Monografia de conclusão da graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2002.

## CAPÍTULO 1

### UM PROJETO DE HISTÓRIA PARA A NAÇÃO EMANCIPADA

A fundação do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*<sup>61</sup>, em 1838, respondeu à lógica do contexto da emancipação política do país, norteando-se pela tarefa primeira de criar uma história para a nação. Assim, como na Europa dos oitocentos, a história deveria ter um papel importante e até mesmo fundamental a desempenhar na elaboração de uma narrativa nacional, que permitisse a construção, ou rearranjo, de determinadas peculiaridades da nova nação, a fim de dar-lhe a visibilidade necessária.

Forjado para realizar a monumental tarefa de compilar, metodizar e guardar fatos e nomes, no sentido de compor uma história nacional, almejava-se, nesse arranjo, a recriação de um passado singular a partir da ordenação dos fatos e da solidificação dos mitos de fundação. O IHGB vinha para satisfazer, assim, os critérios de uma vertente historiográfica eminentemente brasileira – formada não apenas por brasilienses<sup>62</sup>, mas também por

---

<sup>61</sup> Doravante, ao nos referirmos à instituição, trataremos sempre pela sigla **IHGB**, pela qual é usualmente tratada.

<sup>62</sup> O termo é da época, e foi usado pela primeira vez por Hipólito da Costa - ao lançar o *Correio Brasiliense*, em 1822 - no sentido de diferenciar os *filhos dos portugueses nascidos no Brasil* dos próprios portugueses moradores do país. Buscava-se, assim, a demarcação de uma identidade coletiva, onde os brasilienses eram entendidos como os naturais, e brasileiros quem negociava ou se estabelecera no Brasil. Foi José da Silva Lisboa, no mesmo ano, que definiu o brasileiro como o natural do Brasil, considerando-os como *animais que ainda não atingiram sua plenitude*, assim referindo-se aos indígenas. Somente no período pós-independência o termo foi introduzido na linguagem do poder por Carneiro de Campos. Ao declarar que o adjetivo brasileiro, doravante, não significaria apenas o lugar de nascimento, mas também de uma qualidade na esfera política, o deputado deu um novo significado, enquadrando-o como designativo dos partidários de um projeto político constitucional para o Brasil, encabeçado por Pedro I, independente do seu lugar de nascimento. Somente quando foi definida a idéia de nação, da qual se encarregou a primeira geração do IHGB, o termo brasileiro tornou-se um substantivo pátrio. A propósito ver VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. MACHADO, Humberto Fernandes. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **O império do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

portugueses que assumiriam a nova nacionalidade -, cujo papel consistia em explicar a questão nacional, superando a narrativa das academias coloniais. Aos intelectuais que tomariam assento nesse lugar de saber cumpria atender a essa necessidade básica da nova nação, em vias de consolidação. Impulsionados pela urgência e pela consciência da tarefa que tinham a realizar, esses historiadores deveriam se tornar os forjadores da pretendida nacionalidade. Careceriam, pois, desvendar a formação do Brasil, construindo sua história, divulgando-a e solidificando-a nas gerações futuras<sup>63</sup>.

Sendo Portugal a primeira referência daqueles intelectuais com a Europa, esta não se limitava à antiga metrópole, alastrando-se mesmo para outros países. No plano econômico o principal interlocutor do Brasil era a Inglaterra, que ali impusera sua presença desde a abertura dos portos; no plano cultural, o modelo provinha da França, tida como instância legitimadora de um projeto de civilidade almejado naquele momento histórico<sup>64</sup>. O contrário pode-se dizer do ideário politicorrevolucionário daquele país, plenamente recusado pelos então construtores da nação brasileira.

A vinculação à Europa, mesmo que fosse ponto pacífico ao novo projeto de nação, em alguns aspectos parece não ter ultrapassado o nível da retórica, não se adequando às muitas inovações culturais do Velho Mundo. Um exemplo disso foi a manutenção, no neófito IHGB, das mesmas regras para inserção de membros das academias setecentistas.. A tradição historiográfica iluminista se fez presente, também, na concepção de história professada pelo instituto, o que pode ser facilmente identificado no tratamento linear dado ao desenvolvimento da história e à sua instrumentalização como *mestra da vida*, contida

---

<sup>63</sup> A instituição, principal instituto científico do Brasil no século XIX, foi inspirada na cultura iluminista francesa, em especial no *Institut Historique de Paris*. Os objetivos estabelecidos por seus membros, na escrita da história nacional, orbitaram ao redor da idéia do esclarecimento das elites, as quais, em seguida, se encarregariam de esclarecer o restante da sociedade. Isto é, a preocupação com a sistematização de uma história do Brasil se viabilizou durante a consolidação do Estado Nacional brasileiro, dentro do qual a civilização do Brasil se daria do topo da pirâmide social para a sua base. Assim, a nação brasileira deveria surgir como o desdobramento de uma civilização branca e europeia nos trópicos. A respeito ver NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Pensando Origens para o Brasil no Século XIX: História e Literatura**. In. *História: Questões & Debates*. Curitiba, n. 32: p. 47-64, 2000, p. 50. DIEHL, Astor Antônio. *Op. cit.*, p. 27.

<sup>64</sup> Um contato de natureza cultural com a França não era na verdade novo, se pensarmos que já quando da vinda da família real para o Brasil, em 1808, passos significativos neste sentido foram dados por D. João VI ao receber na nova sede do império português a Missão Francesa, oito anos após a chegada e instalação da Corte no Rio de Janeiro. A língua francesa, como forma de expressão culta de uma elite intelectualizada, ficava patente na publicação de artigos e comentários naquele idioma pela revista *Minerva brasiliense*. Estar afinado com os princípios da civilização àquela altura do século XIX significava estar, de alguma forma, em sintonia com as regras da cultura francesa. A propósito, ver GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. *Op. cit.*, p. 140.

em seu brasão. A tradição particular do iluminismo português se tornou marca na geração fundadora daquele espaço<sup>65</sup>, onde as práticas eruditas de investigação, já existentes desde fins do Século XVII, foram gradualmente incorporadas, marcando o início da autonomização disciplinar e da profissionalização do ofício do historiador no Brasil, mesmo que a história, como disciplina autônoma e independente, ainda não estivesse institucionalizada<sup>66</sup>.

Por conseguinte, os membros daquele espaço não eram, nem poderiam ser, historiadores de ofício, com formação específica para os estudos históricos; eram diletantes, determinados numa missão de *construir* um passado para o país. Apesar de escolhidos por critérios sociais, não se pode negar as disposições intelectuais dos mesmos, que, diante da tarefa assumida, passaram a referir, a si e aos demais autores de trabalhos históricos, como *historiadores, historiógrafos e cronistas*<sup>67</sup>, definição dada, precipuamente, pela instituição a qual eram ligados, lugar que institucionalizava suas falas, autorizando-as.

---

<sup>65</sup> A discussão em torno do Iluminismo e de seus reflexos em Portugal é tema polêmico entre os historiadores. O ambiente intelectual luso, em virtude de ter articulado as idéias modernas com a tradição católica, é comumente identificado, nas historiografias brasileira e portuguesa, como um caso a parte, quase um contraponto à Modernidade européia.. Alega-se ter sido, o Iluminismo em Portugal, pautado pela articulação entre as idéias modernas e a tradição católica, o que findou por se refletir em seu cariz eclético. O emprego desse termo, como elemento definidor da prática iluminista portuguesa, está presente em obras de filosofia e história, produzidas no século XX, como as dos historiadores portugueses José Sebastião da Silva Dias, José Esteves Pereira e António Braz Teixeira. Não obstante, apesar de contraditório, é inelutável o fato de o Iluminismo português ter obtido relevante recepção por parte dos membros do IHGB, instituição mantida pelo Estado monárquico brasileiro, que tinha no Catolicismo sua religião oficial. A respeito da discussão, sugerimos a leitura de CARVALHO, Flávio Rey de. **Revisitando o Iluminismo: contribuições para o estudo do caso português**. *Revista Tempo de Conquista*, nº 5, 2009. Do mesmo autor: **Um Iluminismo português? A reforma da Universidade de Coimbra (1772)**. São Paulo: Annablume, 2008. MACEDO, Jorge Borges de. **“Estrangeirados”, um conceito a rever**. *Bracara Augusta: Revista cultural de regionalismo e história da Câmara Municipal de Braga*, nº 28: p. 184-187, 1974. SÉRGIO, António. **Breve interpretação da história de Portugal**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1998. GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. **Nação e civilização nos trópicos**. *Estudos Históricos*, nº 1, 1988: p. 5-27. HAZARD, Paul. **O pensamento europeu no século XVIII**. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

<sup>66</sup> A respeito bem observou GUMARÃES nos moldes seguintes: *Quando se pensa em campos disciplinares no Brasil no século XIX, é muito difícil pensá-los a partir de uma lógica e de um sistema de fronteiras hoje plenamente constituído e plenamente assentado. Certamente isso não era assim no século XIX, e esses homens de letras transitavam, em termos de suas discussões, pelos campos mais variados como a etnologia, a etnografia, a história e a lingüística. Uma gama muito variada de questões ocupou aqueles que, além de tudo, tiveram como tarefa pensar a Nação, de forma mais geral, sobretudo pensá-la de um ponto de vista de uma história nacional*. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Uma história da história nacional: textos de fundação**. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (Org.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008, p. 397.

<sup>67</sup> A diferença entre eles era estabelecida conforme o posicionamento do escritor diante do que fora relatado e a extensão do conteúdo abordado. A diferença entre o *historiador* e o *historiógrafo* não é explicitada nos

Em meio ao processo de consolidação do Estado Nacional, assinalado por disputas regionais, coube ao IHGB o dever de sistematização de uma história tida como *oficial*, congregando entre seus membros a elite intelectual brasileira, bem como a elite política e econômica da época. O recrutamento de membros a partir de determinantes mais sociais que intelectuais é explicado, em primeira mão, por ter na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional<sup>68</sup> seu idealizador, fato que se revelou no quadro institucional, bem marcado por uma teia de relações pessoais. Por conseguinte, o espaço do IHGB sobressaiu-se também como uma extensão do círculo ilustrado imperial, elencando-se entre seus membros vogais do Supremo Tribunal, procuradores, desembargadores e chefes da Secretaria dos Negócios do Império<sup>69</sup>.

---

documentos institucionais do IHGB, conforme faz mostra o trabalho de HRUBY abaixo referenciado. No entanto, os dicionários no século XIX faziam a distinção entre estes dois literatos. Historiador e historiógrafo escreviam histórias, mas de diferente modo e por diversas circunstâncias. Historiógrafo era um literato pensionado do Estado ou de um príncipe para escrever a sua história e correspondia quase sempre ao que se chamava cronista. O historiador, por sua vez, era um literato que compunha uma história sem ser pensionado e quase sempre “não contemporânea”, cabendo-lhe generalizar os motivos, as ligações com outros fatos e as conseqüências, apresentando obras estruturais, dentro de um conjunto organizado. O historiógrafo, por sua vez, constituía-se num simples analista, que referia acontecimentos, reunia materiais, ao passo que o historiador escolhia-os, colocava-os em ordem, examinava os fatos, julgava os homens e as coisas, devendo ser *menos adulator e mais imparcial que o historiógrafo*. Já nos dicionários no início do século XX, o termo *historiador* passa a englobar estas duas acepções. Por sua vez, os escritos dos cronistas sempre foram tomados como um gênero menor, sem pretensão de obra acabada, limitada a uma missão, a um episódio, posto serem trabalhos conjecturais baseados em presunções, evidências incompletas, pressentimentos ou suposições. Esta convicção sobre os cronistas se estabeleceu a partir dos escritos coloniais, chegando mesmo aos nossos dias. A propósito da discussão, ver HRUBY, Hugo. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: A história do Brasil no IHGB (1889-1912)**. Dissertação de mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007. Sobre o conceito ver SILVA, A. de M. **Dicionário da língua portuguesa**. Lisboa: A. José da Rocha, 1858, v. 2, p. 144. FARIA, E. de. **Novo Dicionário da língua portuguesa: para uso dos portugueses e brasileiros**. Lisboa: Tipografia Lisboense de José Carlos D’Aguiar Vianna, 1850. v. 3, p. 678-679: *Que escreve história ou escreve sobre a vida da humanidade. O que conta ou narra um acontecimento, um fato ou sucesso. Historiógrafo, escritor de história. Cronista, cronógrafo; o que é encarregado oficialmente pelo Estado ou por um príncipe de escrever a história de uma época*. VALENTE, A. L. dos S. (Dir.). **Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa**. Lisboa: Tipografia da Parceria Antonio Maria Pereira, 1911. v. 1, p. 901: *Aquele que escreve sobre história; o que escreve história; narrador. Historiógrafo, aquele que escreve a história de uma época; cronista; historiador*. MORENO, A. **Dicionário complementar da língua portuguesa: ortoépico, ortográfico e etimológico, com um glossário de arcaísmos**. Porto: Educação Nacional, 1936.

<sup>68</sup> A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional foi fundada em 1817, por D. João VI, com o objetivo de promover o desenvolvimento da agricultura, lavoura e pecuária do Reino Unido. Só dez anos depois, ocorrida a independência do Brasil, é que a SAIN veio a funcionar, fazendo parte de um conjunto de medidas que visavam, entre outros objetivos, a centralização do Estado. Sobre o termo indústria aplicado à nomenclatura da instituição, deve-se destacar que o mesmo não tinha a mesma conotação no século XIX, referindo-se a empreendimento de natureza econômica, fosse em qualquer de suas áreas.

<sup>69</sup> Já observara SCHWARCZ que fazia parte dessa lista do instituto nada menos que dez conselheiros do Estado, seis desses sendo senadores. Portanto, aí estava reunida a nata da política imperial, boa parte dela

Esse conjunto de membros bem se assemelhou a uma sociedade de corte, dada a sua composição, que reproduzia a organização das extintas academias setecentistas, fosse como membro efetivo ou sócio honorário. Tal caráter foi acentuado pelo patrocínio pessoal assumido pelo próprio imperador do Brasil, D. Pedro II<sup>70</sup>, cujas oblações incrementavam o orçamento da instituição, formado, em mais de 75%, de dotações estatais, para além da primeira. O estrato social da mais alta elite letrada, do qual os membros do IHGB faziam parte, importou e adaptou doutrinas científicas para a interpretação da realidade brasileira, como o Iluminismo, o Positivismo e o Evolucionismo<sup>71</sup>, que serviram para criar uma história legitimadora de posições políticas dos altos grupos sociais e do próprio Estado<sup>72</sup>.

O marco da produção a ser realizada doravante teria como pauta a aproximação do Brasil com a Europa, embora um pouco distanciado de Portugal. Esse projeto, elaborado pelas elites coloniais que chegavam ao Império mantendo-se no poder<sup>73</sup>, exigia um simbolismo a ser construído, de modo a sedimentar a arquitetura da nação, e demandava a edificação de uma identidade própria, autônoma, capaz de se fazer reconhecer pelas demais nações<sup>74</sup>. A função pragmática dessa produção, centrada na simplificação dogmática e teleológica e num esquema de fatos e imagens da nacionalidade, representava o substrato do projeto de construção da história do Brasil. Deveria, pois, ser registro de uma memória que ensinaria uma epopéia nacional, a partir de fatos grandiosos, bem como a própria fisionomia nacional, a paisagem do Brasil, ancorada em sua memória físico-geográfica. Dessa forma, tanto a epopéia quanto a paisagem brasileira deveriam ser, além de preservadas, continuamente acionadas por um sentimento que deveria ser enfatizado doravante: o

---

nascida em Portugal e fiel defensora da Casa de Bragança. SCHWARCZ, Lílian Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 46.

<sup>70</sup> Ao fazer uma análise da hierarquia interna existente no IHGB, SCHWARCZ observou algumas divisões curiosas em relação aos seus sócios que se diferenciavam em Efetivos, Correspondentes, Honorários e Beneméritos. Enquanto a posição de presidente honorário era cativa do imperador, a de presidente era exclusiva de políticos renomados. Já aos sócios que adentravam por méritos acadêmicos eram reservadas, majoritariamente, as funções de secretários e/ou oradores. In SCHWARCZ, Lílian Moritz. *Op. cit.*, p. 163.

<sup>71</sup> Cf. DIEHL, Astor Antônio. *Op. cit.*, p. 30.

<sup>72</sup> SAES, Décio. **A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

<sup>73</sup> RICÚPERO, Rodrigo. **A formação da elite colonial (1530-1630)**. São Paulo: Alameda, 2009.

<sup>74</sup> Os mecanismos jurídicos já garantiam meios de se fazer criar uma identidade coletiva, distinta da identidade étnica, regional ou mesmo territorial, consoante o Decreto de 14 de Janeiro de 1823, definindo-se a partir de então o que seria um cidadão no Estado recém nascido, os direitos civis e participação política no mesmo. A respeito, ver RIBEIRO, Gladys Sabina. **O Tratado de 1825 e a construção de uma determinada identidade nacional: os seqüestros de bens e a Comissão mista Brasil-Portugal**. In CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.*, p. 356. CERVO, Amado. MAGALHÃES, José Calvet. *Op. cit.*, p. 124. ANDRADE, Carolina Naciff de. *Op. cit.*, p. 68.

patriotismo, concebido não mais como referência de uma determinada região, como se dera nos tempos coloniais, mas relacionado com o território brasileiro e seu passado comum, que lhe deu forma<sup>75</sup>.

Esse passado colonial, por sua vez, não deveria ser apagado nem visto de maneira crítica. Bem ao contrário, deveria ser visto como um caminho para o estabelecimento do projeto monárquico, e sua história deveria ser como um desenvolvimento contínuo desde o descobrimento até aquela data. Escrever história de desordens entre portugueses e brasileiros, em especial a da Independência, significaria abrir espaço para polêmicas, conflitos de interpretações e disputas, tudo aquilo que questionava o funcionamento do próprio sistema político e intelectual, e que não interessava à nova nação, pela ótica de seus dirigentes.

Mas como se faria essa construção, considerando-se as tensões e embates havidos no processo de emancipação política e as próprias dificuldades enfrentadas ao longo dos anos subsequentes ao fato?<sup>76</sup> O que interessava às elites locais, marcadas por séculos de

---

<sup>75</sup> Ver ROUANET, Maria Helena. **Eternamente em Berço Esplêndido**. São Paulo: Siciliano, 1991. GUIMARÃES, Manoel Salgado. **Livro de fontes da historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: FAPERJ/EdUERJ, 2010.

<sup>76</sup> A presença portuguesa no Brasil apresentou uma dualidade característica após a Independência. Em grande número, os portugueses se dividiram em dois grupos, que acatavam ou não a emancipação política. Não obstante essa divisão, a Assembléia Constituinte de 1823 concedeu-lhes privilégios jurídicos e políticos, não sendo considerados estrangeiros – desde que concordassem com a Independência e não se envolvessem em lutas contra a efetivação da mesma. Todavia, esse tratamento privilegiado não necessariamente se refletiu no tratamento que os imigrantes receberam do povo, pois a marca da **lusofobia** e o antilusitanismo que eclodiram naquele momento histórico foram visibilizadas na ocorrência de episódios violentos, alicerçados na visão do português como representante da dominação colonial, que continuava sua prática espoliativa a partir do abuso dos preços, da cobrança de aluguéis a preços exorbitantes, de vender seus produtos a preço acima do valor de mercado, sempre suspeitos de práticas comerciais menos honestas. A lusofobia no Brasil era um reflexo dessa suposta *exploração econômica* que os imigrantes portugueses exerciam sobre os brasileiros, para muitos dos quais era inaceitável que os antigos colonizadores do Brasil continuassem a dominar diversos setores da economia nacional. A lusofobia era fomentada, também em grande parte, pela posição de destaque que os lusitanos continuaram a ocupar no Brasil, mesmo após a independência. Os portugueses concentravam-se nas cidades e grandes centros urbanos, ao contrário de outros imigrantes que tendiam a ficar no campo. Muitos portugueses eram proprietários de imóveis e pensões e dominavam o comércio varejista no Brasil. Em consequência, tinham contato direto com o público e eram vistos com desconfiança pela população. A propósito ver RIBEIRO, Gladys Sabina. **Mata galegos – os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha**. São Paulo: Brasiliense, 1990. Da mesma autora ver: **Os rolos do tempo - O antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1889-1930)**. Niterói: UFF, 1987, e **A liberdade em construção – identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado**. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 2002. FAUSTO, Bóris. **Trabalho urbano e conflito social**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977. Ver também SALES, Iraci Galvão. **Trabalho, progresso e sociedade civilizada**. São Paulo: HUCITEC, 1986; ALENCASTRO, Luis Felipe de. **Proletaires et esclaves: immigrés portuguais et captifs**

patrimonialismo e pautadas num sistema econômico escravocrata, alavancado por uma monarquia, a se destacar em seu caráter de elemento exótico no quadro político do Novo Mundo? Como permitir a manutenção das instituições anteriores à independência, sem ocasionar traumas e fraturas no corpo social? Como mostrar-se separado de Portugal, se este representava a primeira referência com a civilizada Europa?

Em 14 de novembro de 1840 foi proposto um concurso acadêmico por Januário da Cunha Barboza, secretário perpétuo da instituição. Seu objetivo era escolher um plano para escrever a história do Brasil. A existência de tal concurso é demonstrativa de quanto os membros do Instituto se encontravam angustiados diante da imensa tarefa a realizar<sup>77</sup>. Fazer do Brasil uma nação, munidos da pretensão de atingir um modelo idealizado de civilização europeia, estava longe de ser simples, pois o país reunia uma série de condições problemáticas: passado colonial recente, instituições públicas escassas e, em muitos casos, inexistentes, populações marginalizadas, marcadas pela passividade e totalmente avessas à prática da cidadania<sup>78</sup>. O sentido do concurso era o de definir um caminho, um roteiro que permitisse a superação de tais obstáculos, que contemplasse as diversas ambições por trás da escrita da história, e também satisfizesse a ambição científica, latente nos quadros do IHGB, de realizar tal construção.

### 1.1. Reconhecendo-se no outro, e o outro é Portugal

Foi a proposta formulada pelo naturalista alemão Karl Philipp Von Martius, em 1845, que permitiu o deslindamento da questão. O ensaio intitulado *Como se deve escrever a história do Brasil*<sup>79</sup> deflagrou as linhas mestras do projeto capaz de garantir uma identidade ao Brasil, dando-lhe o contorno da civilização pretendida. Estabelecia, também, as bases do que deveria ser uma história científica da nação brasileira, e as proposituras necessárias à

---

**africanins a Rio de Janeiro (1850-1872)**. Cahiers du C.R.I.A.R., n° 4, Publications de l'Université de Rouen, 1984.

<sup>77</sup> Odália obtempera ter sido um grande problema a transformação da ex colônia em nação, visto que só a mágica seria capaz de converter uma colônia marcada por séculos de rapinagem e escravidão numa nação independente e soberana de um dia para outro. Necessário seria uma grande estratégia capaz de consolidar essa possibilidade na mentalidade da população, e esta estratégia fecundou nas idéias de Von Martius. Cf. ODÁLIA, Nilo. **Introdução**. *Varnhagen*. São Paulo: Ática, 1979, p. 16.

<sup>78</sup> WELLING, Arno. **Estado, história e memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1988, p. 88.

<sup>79</sup> MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. **Como se deve escrever a história do Brasil**. In: GUIMARÃES Manoel Luiz Salgado. *Livro de fontes da historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010. (Originalmente publicado na *RIHGB*, t. VII, 1845, pp. 381-403).

confeção de um discurso histórico ideal àquele momento. De tais propostas tornou-se possível identificar uma história dita *nacional*, mesmo que traçada por um estrangeiro, depreendendo-se na mesma a forma e o lugar estabelecidos para o português enquanto sujeito dessa narrativa.

Mesmo sendo bávaro, Martius estava longe de ser um desconhecido dos homens de letras do Brasil, posto que já houvesse visitado o país em missão científica. Também publicara uma obra intitulada *Viagem pelo Brasil*, em parceria com Johann Baptist Von Spix<sup>80</sup>. Apesar da formação e do interesse pelas ciências da natureza, Martius era herdeiro da tradição iluminista e sócio correspondente do IHGB desde sua fundação, o que chancelou a excelente receptividade que obteve seu trabalho no certame<sup>81</sup>. Sua percepção do que as elites que fizeram a Independência queriam para o Brasil foi decisiva para a construção de sua proposta exitosa. Mas o queriam essas elites para o Brasil?

Diante da resposta de difícil esclarecimento, dúvida esta já revelada no próprio concurso do IHGB, cujos integrantes mostravam dificuldade na definição de uma proposta identitária, cumpria fazer uma nova questão: O que não queriam essas elites para o Brasil? Em que se expressava a vontade das elites brancas, em relação ao pretendido projeto de criação de uma identidade nacional?

Guimarães assevera que as elites nacionais desprezavam o índio, o negro, o protestantismo, o republicanismo e, por extensão, os seus próprios vizinhos da América Latina<sup>82</sup>. Tais identificações, não sendo aceitas pelas elites nacionais, não poderiam fazer parte do projeto

---

<sup>80</sup>. MARTIUS, Karl Friederich Phillipe Von. SPIX, Johann Baptist Von. **Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1981. Mesmo se tratando da apresentação dos resultados colhidos numa expedição de botânica e zoologia, o texto dos dois autores revela um apreço pela totalidade da sociedade colonial brasileira, e se destaca pelos estudos etnográficos de sua população. Nele já é possível encontrar alguns argumentos que serão utilizados na monografia vencedora do concurso do IHGB, como a presença indígena na colônia, seus hábitos, e a certeza dos autores da inferioridade dos mesmos, aos quais consideraram uma *civilização decaída*. Destacam também o modo de vida dos colonos, seu cotidiano e estratégias de sobrevivência, dados importantes para Martius, que os sugere como “preciosos” como objeto de investigação do historiador oitocentista.

<sup>81</sup> Apenas dois trabalhos foram apresentados neste concurso. Além de Martius, concorreu Henrique Júlio de Wallenstein, cônsul geral da Rússia no Rio de Janeiro, cujo trabalho propunha o estudo da História do Brasil por décadas, nos moldes do romano Tito Lívio ou do cronista português João de Barros, e privilegiava a história política. A história civil, eclesiástica e literatura deveriam constar como observação no fim de cada capítulo. Sua biografia foi publicada pelo IHGB após seu suicídio, em 1843. Ver **Revista do IHGB**, nº 21, abril de 1844.

<sup>82</sup> GUIMARÃES. Manoel Luís Salgado. **Nação e civilização nos trópicos – O IHGB e o projeto de uma história nacional**. *Estudos históricos*, v. 1, nº 1: p. 5-27, 1988.

de nação que se queria para o Brasil. Contudo, como fugir da dura realidade nacional, marcada pela imagem de *grande laboratório racial*, criada a partir dos relatos de viajantes e naturalistas<sup>83</sup> que encontravam guarida e larga difusão entre os intelectuais brasileiros, e que viam nesse amálgama um impeditivo para o futuro pretendido<sup>84</sup>?

A proposta de Martius parece ter sido moldada para solucionar a questão, apesar de não se adequar plenamente com o pensamento das elites brasileiras. As primeiras linhas de seu

---

<sup>83</sup> Tais relatos que, muitas vezes, ao diminuírem os homens, realizavam movimento contrário quando o objeto observado era o meio, a natureza – *exótica, bela, poderosa* –, hiperbolizada em contraste com a pequenez do elemento humano – *selvagem, desinteligente, inferior*. NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Cientificismo e Sensibilidade Romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX**. Brasília: Ed. UnB, 2004.

<sup>84</sup> À visão dos viajantes que teceram suas considerações sobre o Brasil, uniram-se as variadas teorias de época, tais como ideais positivistas, o biologismo de Darwin, o evolucionismo de Spencer, o determinismo de Taine, os estudos sobre o meio e o clima de T. Buckle e a criminologia de Lombroso, para citar algumas. Esse ideário foi incorporado na obra de intelectuais como Silvio Romero, Euclides da Cunha e Nina Rodrigues, entre outros, onde o Brasil aparecia, condicionado pelo seu passado colonial, como um *amálgama* de raças, não havendo ali, portanto, uma raça *pura*. Com base em premissas deterministas e/ou evolucionistas, muitos consideraram que a miscigenação dera origem a um povo composto por *sub-raças*, fraco, doente, vadio, marcado pela degeneração e, por isso, incapaz de obter algum êxito em constituir uma nação. Guiados por uma suposta emergência do progresso e atribuindo o atraso do país a sua composição racial, alguns entenderam serem urgentes posicionamentos e providências, para que o “mal”, que vinha, sobretudo, da raça negra e das más influências da escravidão, não proliferasse, desviando o Brasil do caminho sem voltas do progresso. A respeito ver CUNHA, Euclides. **Os Sertões**. São Paulo: Cultrix, 1973 (Primeira edição de 1902). ROMERO, Sílvio. **O Evolucionismo e o Positivismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Álvares & Companhia, 1895; Do mesmo autor: **O Brasil social**. Rio de Janeiro: Typographia Jornal do Commercio, 1907 e **Provocações e debates**. Rio de Janeiro: Imprensa moderna, 1910. NINA RODRIGUES, Raimundo. **Os mestiços brasileiros**. Rio de Janeiro: s/e, 1889. Do mesmo autor: **O animismo fetichista dos negros baianos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935; **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Bahia: Progresso, 1957 (Primeira edição de 1894) e **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Nacional, 1988 (Primeira edição datada de 1933). Sobre a discussão da recepção e difusão das teorias eugenistas no Brasil, ver também SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. ODÁLIA, Nilo. **O ideal de branqueamento da raça na historiografia brasileira**. *Contexto*, v. 03, n° 7: p. 127-136, 1977. VENTURA, Roberto. **Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870/1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. CÂNDIDO, Antonio. **Introdução ao método crítico em Silvio Romero**. São Paulo: USP, 1988. CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade: A Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil**. Bragança Paulista: EDUSF, 1998. NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Cientificismo e Sensibilidade Romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX**. Brasília: Ed. UnB, 2004. NAXARA, Márcia Regina Capelari. **A construção da identidade: um momento privilegiado**. *Revista Brasileira de História*, v.11, n° 23/24:p. 181-190, set.91/ago. 92. RAGO, Lúzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: FGV, 2001. SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

trabalho já esclareciam a tônica de seu argumento, centrado no cariz distintivo da população brasileira e no reconhecimento de três diferentes etnias formadoras da sua composição social: a branca (os portugueses), a vermelha (os indígenas) e a negra (os africanos). Seu ensaio se ocupou em esclarecer o lugar social de cada uma dessas etnias, destacando, em primeira mão, os ameríndios, a chamada *raça cor de cobre*<sup>85</sup>. Para tanto, traçou em detalhes o que seria válido investigar naquele grupo étnico, e que poderia explicar a formação da nação, discurso bem acalentado no âmbito da literatura romântica indigenista tão em voga naquele momento<sup>86</sup>. Aos negros também dedicou um lugar na sociedade brasileira, embora se verifique não ter havido esmero da parte autoral em oferecer uma perspectiva detalhada sobre a participação desses na composição da história nacional<sup>87</sup>. Por último, referenciou a raça branca, representada pelo português, no contexto da formação brasileira.

Foi o imperativo civilizacional que fez com que aquele autor destacasse Portugal no concerto dos elementos formadores do Brasil. Em Martius, o português surgiria como o *poderoso e essencial motor* da obra colonial no Brasil, posto ter sido ele quem deu as

---

<sup>85</sup> A ideologia romântica em voga na Europa ensinou a Martius que somente o que era nativo poderia ser entendido como nacional. Desse modo, os elementos verdadeiramente nativos do Novo Mundo seriam os povos indígenas que lá se encontravam, antes da chegada dos colonizadores portugueses. Por esse ponto de vista, não havia dúvida de que o índio representava a essência da nacionalidade. O encontro das três raças proporcionara um povo também renovado, mas essencialmente nativo, e nesse ponto consistiria a expressão da nacionalidade que a elite tanto buscava, apesar de não se reconhecer em dois dos seus elementos formadores, o índio e o negro.

<sup>86</sup> A literatura indigenista nasceu no bojo do manifesto romântico brasileiro, encabeçado por Gonçalves Magalhães e Araújo Porto Alegre, através da revista *Nitheroy*, em 1836. Os românticos brasileiros, inspirados pela definição de bom selvagem, de Jean Jacques Rousseau, projetaram no índio o espírito do homem livre e incorruptível, criando uma imagem literária totalmente idealizada, bem diferente da realidade dos próprios indígenas. A primeira geração desse movimento foi representada pelo poeta Gonçalves Dias (1823-1864), fortemente influenciado pelas obras de Almeida Garret e Alexandre Herculano. Na prosa, o romantismo foi representado, em primeira mão, pela obra de José de Alencar (1829-1877), *Iracema* (1865) e *Ubirajara* (1874). Cf. CÂNDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

<sup>87</sup> Quando trata da raça *preta ou etiópica*, Martius findou por se preocupar mais com o discurso em torno do tráfico do que propriamente discutir a raça como faz com as outras duas. Para ele, a introdução dos escravos negros no Brasil fez com que o país tivesse um desenvolvimento bem diferenciado dos seus vizinhos continentais; não se envolveu, entretanto, na questão, deixando aos historiadores a obrigação da descoberta sobre as virtudes e desgraças desse fato para a formação nacional. Em relação ao índio, cujo trato era extremamente positivo na literatura da época, romantizada e nativista, Martius se refere da mesma forma, demonstrando acreditar terem os mesmos um passado glorioso, com a existência de uma grande e desconhecida civilização também nas terras brasileiras (para além das três bem conhecidas – Astecas, Incas e Maias): *A circunstância, porém, de não se terem achado ainda semelhantes construções no Brasil [às outras da América] certamente não bastam para duvidar que também neste país reinava em tempos muito remotos uma civilização superior*”. In. MARTIUS, Karl Friederich Phillippe Von. *Idem*, p.64.

condições e garantias morais e físicas para um reino independente que foi se formando caudalosamente<sup>88</sup> ao longo de três séculos. Nesta linha de raciocínio, o autor enfatizou as peculiaridades da colonização instaurada pelos descobridores do Brasil, sublinhando a mentalidade portuguesa da época, distinta do restante da Europa, no concernente às causas da imigração:

“Não devemos julgar a emigração desses colonos portugueses para o Brasil, como ela se operava no século XVI, e que lançou os primeiros fundamentos do atual império, segundo os princípios que entre nós regulam as empresas de colonização. Hoje em dia as colonizações são, com poucas exceções, empresas de particulares, e nascem quase exclusivamente da necessidade de trocar uma posição pobre e apertada por outra mais livre e agradável. Estas emigrações quase só têm lugar nas classes dos agricultores e artistas, e quase nunca nas dos nobres e abastados. Mas assim não aconteceu nos primeiros tempos da colonização no Brasil. Elas eram então uma continuação dessas empresas afoitas e grandiosas, dirigidas para a Índia, e executadas ao mesmo tempo por príncipes, nobres e povo; dessas empresas que tornaram a nação portuguesa tão famosa como rica. Também não nasceu esse desejo de emigrar de crises religiosas, como - por exemplo - aconteceu na Inglaterra; ele era antes uma consequência das grandes descobertas e empresas comerciais dos portugueses sobre a costa ocidental da África, do Cabo, Moçambique e Índia. As mesmas razões gerais e poderosas, que imprimiram a uma das nações mais pequenas da Europa um movimento tão poderoso, que a impeliram para uma atividade que fez época na história universal, induziram-na igualmente à emigração para o Brasil<sup>89</sup>”.

Martius tencionava esclarecer que a descoberta e colonização do Brasil não se deveram a um fato isolado dos portugueses, uma surpresa, um acontecimento sem idealização; bem ao contrário, tanto a descoberta quanto a colonização tinham nas façanhas marítimas, comerciais e guerreiras lusas sua justificativa. O cariz português que ensejou o Brasil também teria, bem antes, grande influência sobre a política e o comércio da Europa, mudando sua face e alterando sua história. É nesse contexto de mudanças do Velho Mundo que os portugueses revelaram o Brasil, cuja história, para Martius, estava indelevelmente articulada com a história daquele continente, onde se destacavam como eméritos

---

<sup>88</sup> É interessante destacar que Martius representou Portugal, repetidas vezes em seu texto, como um rio caudaloso, que inundaria com suas águas todas as paisagens ao seu redor, submergindo-as e dominando-as.

<sup>89</sup> MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. *Op. Cit.* p. 73.

descobridores e navegadores. Eram, os portugueses, um povo do qual os brasileiros deveriam se orgulhar de ter como pais fundadores, tamanha sua capacidade e audácia na descoberta e na formação de novos lugares. O português era, por seus méritos, um europeu excepcional, assim como o eram os ingleses, com sua capacidade inovadora, e os franceses, com seu ideário liberal, mesmo que em temporalidades distintas.

Apesar de diferenciar positivamente o povo português no contexto europeu, Martius revelou, de modo incidental, o Velho Mundo como espaço homogêneo, sem diferenças internas e sem hierarquias sociais. Em nenhum momento, aquele autor identificou os portugueses como *ibéricos*, revelando uma diferença bem em voga no contexto norte-americano<sup>90</sup>. Ele os trouxe ao seu texto como legítimos representantes da superior civilização europeia, herdeira dos gregos e romanos, oriundos de uma *raça pura*, e em decorrência, os mais capacitados a formar uma nova nação, independente e capaz, como o Brasil assim poderia vir a ser.

“Disso necessariamente se segue o português, que, como descobridor, conquistador e senhor, poderosamente influiu naquele desenvolvimento; o português, que deu as condições e garantias morais e físicas para um reino independente; que o português se apresenta como o mais poderoso e essencial motor”<sup>91</sup>.

Essa ligação, esse vínculo entre o Brasil e a Europa foi estimulado por Martius em sua monografia, entendendo-o como de suma importância para a configuração identitária da nova nação. Visava, por conseguinte, a manutenção das instituições anteriores à independência, anseio maior da elite local, posto estar consolidada como tal a partir de tais instituições. O temor das arruaças e levantes que marcaram o chamado Primeiro Reinado, nomeadamente de brasileiros contra os portugueses, numericamente superiores no governo e cargos públicos, e que findaram por provocar a abdicação de Pedro I, estavam impressas

---

<sup>90</sup> Alguns anos após a independência americana, ocorrida em 1774, a entrada de cidadãos europeus nos Estados Unidos da América, passava pelo crivo das diferenças internas dentro da própria Europa. A sigla WASP é bem representativa do imigrante que se queria para os nascentes EUA: brancos, anglo-saxões e protestantes. A condição de católico ensejou inúmeros dissídios internos nos EUA, envolvendo diretamente os irlandeses que, apesar de considerados saxões, não eram protestantes. Alguns marcos geográficos do próprio continente, definidores de certas identidades, como alpinos, ibéricos, balcânicos, entre tantos outros, são demonstrativos das diferenças internas que sempre marcaram a história europeia, e que foi vislumbrada por muitos intelectuais de fora do continente como uma heterogeneidade excludente. Um bom exemplo é o trabalho de Sérgio Buarque de Holanda, **Raízes do Brasil**, onde o autor destaca as diferenças de Portugal em relação à Europa, assunto abordado na terceira parte do presente trabalho.

<sup>91</sup> *Ibidem*, p. 64.

na memória dessa elite. Desejava-se, pois, um ambiente nacional de paz e conciliação entre os diversos estratos sociais, e este não poderia ser atingido se, mais uma vez, fossem demarcadas diferenças entre portugueses e brasileiros, entre as muitas existentes, evitando-se traumas e fraturas no corpo social, em parte apaziguado desde a subida ao trono do imperador D. Pedro II, em 1940<sup>92</sup>. Também não se conjecturava dar maior visibilidade às massas de despossuídos que integravam a população brasileira, marcada pelas cores e pelos levantes violentos ocorridos nos últimos anos.

Por conseguinte, a proposta de Martius buscava enfatizar a necessidade de se firmar, na historiografia a ser escrita, o branco português como ator principal da formação nacional. Para tanto, admoestava sobre a necessidade dos historiadores estudarem pormenorizadamente, e de forma comparativa, a história do comércio entre a Índia e as Américas, assim como o comércio do pau-brasil, dos metais e pedras preciosas e, por fim, das plantas tropicais úteis e conhecidas na Europa, no sentido de formalizar, em definitivo, o vínculo entre Portugal e Brasil, açodado num amálgama cultural revelador. A independência cortara os laços políticos com Portugal, mas não conseguiria, jamais, desfazer a presença dos portugueses num Brasil que buscava suas próprias formas, que tencionava construir-se, e que só o conseguiria se desse o maior destaque possível à presença portuguesa na América; uma América diferente, por ser uma América monárquica, ordeira e civilizada, bem distinta das demais repúblicas latinas, juncadas de caudilhos e mandatários e cravadas pelas dissidências.

A porta de entrada para o Brasil, na Europa, encontrava-se em Portugal, metrópole que se destinou à aventura de tornar o território americano numa extensão de si, legando-lhe não só a língua, mas os costumes, as práticas e todo um modelo de sociedade que se ancorava numa mentalidade única para seu tempo, e que por isso teve seus empreendimentos reiterados pelos demais estados do Velho Mundo. Na mentalidade portuguesa poder-se-ia identificar as causas de algumas particularidades do sistema colonial, pois o português, que

---

<sup>92</sup> O interregno de nove anos que marcou a abdicação de Pedro I e a coroação de Pedro II originou o Período Regencial, cuja história se destaca pelas várias rebeliões, ocorridas em todos os níveis sociais e nas distintas regiões na jovem nação. Entre as maiores, citamos: **Balaiada** (1838-1841), **Cabanagem** (1832-1840), **Sabinada** (1837-1838) e **Farroupilha** (1835-1845). Dentre estas, contam-se três revoltas de escravos: a **Revolta das Carrancas** (1833, em Minas), a **Revolta dos Malês** (1835, Salvador) e a **Revolta de Manuel Congo** (1838, no Rio de Janeiro). O cariz comum de todos os movimentos citados era a insatisfação com o poder central do Rio de Janeiro, as dificuldades econômicas, o aumento dos impostos e a nomeação de governadores sem respaldo local.

no princípio do século XVI emigrava para o Brasil, levava consigo aquela direção de espírito e coração, que tanto caracterizou aqueles tempos<sup>93</sup>. O trono brasileiro também era alvo de tais considerações, posto que, descendente da família real portuguesa, deveria ser assim mantido, expressando a união entre esses dois mundos, que se antes caminharam unidos, não se encontravam totalmente desentrelaçados. Aliás, o trono brasileiro mostrava-se como excelente representação desse entrelaçamento a ser mantido, posto ser ocupado por um imperador brasileiro, filho e netos de portugueses, ostentando os nomes das principais casas reais européias.

Para o historiador que se aventurasse a desbravar a história da nação, Martius propôs a obrigação de desvendar como a poesia, a retórica e todas as demais ciências de Portugal faziam dele um lugar especial no concerto das nações européias, posto serem por ele profundamente influenciadas. No desdobramento desse conhecimento, dever-se-ia identificar e apontar a mesma influência portuguesa na vida científica, moral e social do Brasil<sup>94</sup>.

Portugal deveria ser o ponto de partida para todos os estudos que se pretendiam empreender doravante no Brasil, no sentido de criar uma identidade para a nova nação. Esta identidade não poderia prescindir do vínculo com a Europa, e este poderia ser vitalizado pela investigação das ciências e artes, da legislação portuguesa, e de todos os recônditos coloniais que guardassem os *reflexos da vida européia*. Ao historiador competiria, sobretudo,

“...transportar-nos à casa do colono e cidadão brasileiro; ele deve mostrar-nos como se vivia nos diversos séculos, tanto nas cidades como nos estabelecimentos rurais, como se formavam as relações do cidadão para com seus vizinhos, seus criados e escravos; e finalmente com os fregueses nas transações comerciais. Ele deve juntar-nos o estado da igreja, a escola, levar-nos para o campo, às fazendas, roças, plantações e engenhos. Aqui deve apresentar, quais os meios, segundo que sistema, com que conhecimentos manejavam a economia rústica, lavoura e comércio colonial. Não é destituído de interesse saber-se como e aonde se introduziram pelos colonos, pouco a pouco, árvores e plantas européias; como, pouco a pouco, se desenvolveu o sistema presente; qual a parte que em todos estes movimentos tiveram a construção naval, a

---

<sup>93</sup> *Ibidem*, p. 75.

<sup>94</sup> *Ibidem*, p. 78.

navegação e o conhecimento dos mares, principalmente daqueles que foram sulcados pelos portugueses”<sup>95</sup>.

No trecho citado podemos identificar várias possibilidades de estudo sobre o agente colonizador português no Brasil colonial. No campo e na cidade, no litoral e no interior, Martius procurou enfatizar a necessidade de se destacar múltiplas facetas do português, no sentido de acentuar o vínculo do Brasil com a Europa, e conseqüentemente seu cariz civilizador. A *pátria-mãe*, antes considerada a própria nação, deveria ser exaustivamente investigada, de modo que todas as características da sociedade portuguesa pudessem ser vistas, sentidas, tocadas e reproduzidas no Brasil, sedimentando-se assim a cultura portuguesa na América, que deveria continuar a ser portuguesa, católica e monárquica.

Na descrição dos homens europeus que aportaram no Brasil, Martius encontrou elementos emblemáticos para construir as características da colonização portuguesa e da formação da sociedade brasileira. O *seu* português era valente, audacioso, combatente, e por isso mesmo deveria ser sempre mostrado de forma favorável, positiva, e representado a partir de quatro tipos ideais: o *descobridor* (os navegadores), o *religioso* (os jesuítas), o *conquistador* (os bandeirantes) e o *senhor* (os senhores de engenho), amplamente reproduzidos na historiografia local nas décadas seguintes. Indígenas e negros seriam coadjuvantes no processo, capitaneado pelos portugueses.

No reconhecimento inicial dessa formação – habilmente comparada à inglesa, na qual os povos célticos, dinamarqueses, romanos, anglo-saxões e normandos participaram – é que Martius mostrou destreza ao justificar como providente essa *predestinação, que originou uma nação nova e maravilhosamente organizada*<sup>96</sup>. Trazia à baila, assim, uma original visão sobre a nação em formação, desconstruindo o discurso da inferioridade nacional – alicerçado na *mácula* da mestiçagem – para erigir valores que se pautariam nessa mesma mestiçagem que, ao invés de danosa, teria permitido a própria edificação da nação. Não obstante, a mestiçagem não deveria ser vista de forma tão negativa para o futuro nacional, posto ter a mesma uma validade determinada, quando as características físicas das *raças inferiores* seriam erradicadas<sup>97</sup>, definindo-se o futuro da nação pela ligação aos valores

---

<sup>95</sup> *Ibidem*, p. 99.

<sup>96</sup> *Ibidem*, p. 65.

<sup>97</sup> Essa hipótese já havia sido aventada por Robert Southey, em sua **História do Brasil**. *Op. cit.*, p. 184. Outros autores, alguns anos depois, também lançaram mão dessa hipótese para lastrear seus argumentos em relação à mestiçagem originária do processo colonizatório. Sílvia Romero foi um dos maiores exemplos.

portugueses, sólidos, significantes, posto que provenientes de uma sociedade organizada e superior<sup>98</sup>:

“O sangue Português, em um poderoso rio, deverá absorver os pequenos confluente das raças Índia e Etiópica. Em a classe baixa tem lugar esta mescla, e como em todos os países se formam as classes superiores dos elementos das inferiores, e por meio delas se vivificam e se fortalecem, assim se prepara atualmente na última classe da população brasileira essa mescla de raças, que daí a séculos influirá poderosamente sobre as classes elevadas, e lhes comunicará aquela atividade histórica para a qual o Império do Brasil é chamado”<sup>99</sup>.

Evidencia-se no texto do citado autor, o paradoxo relativo à sua visão do valor positivo da composição racial brasileira: em primeira mão ele louvara a mestiçagem e, em seguida, reconheceu-a como um problema na constituição da nova nação, sinalizando para um futuro no qual esse obstáculo seria removido<sup>100</sup>. Dessa forma, Martius alcançou as pretensões da elite nacional, ao resolver dois problemas com apenas um golpe: através da lógica assimilacionista, onde o inferior deveria se adaptar às condições impostas pelo superior, tornando-se igual a ele. Assim, desapareciam negros, índios e mestiços, que tanto incomodavam essa elite, a ela se adaptando e subsumindo.

Apesar do teor preconceituoso e hierarquizante que perpassaram suas proposições nesse sentido, há que se louvar o esforço daquele intelectual no desenvolvimento de um modelo original para a sociedade brasileira e não a mera implantação de um modelo alienígena e inadequado. Seu texto, além de tentar orientar a feitura de uma narrativa nacional, ofereceu uma explicação e uma solução para uma situação inquietante às pretensões da elite

---

<sup>98</sup> A respeito, ver ODÁLIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Viana**. São Paulo: UNESP, 1997, p. 39.

<sup>99</sup> *Ibidem*, p. 68.

<sup>100</sup> O modelo apresentado por Martius efetivamente reconheceu a diferença existente na sociedade brasileira, para depois anulá-la. A diferença precisava ser eventualmente invalidada, para que o brasileiro pudesse pensar-se como moderno, ocidental, europeu, dentro de parâmetros considerados civilizados. Ao mesmo tempo em que se queria outro, o Brasil aspirava à condição de ser esse mesmo outro. E esse outro era o português, ao qual Martius descrevia como um sangue poderoso, capaz de diluir as demais marcas étnicas que escureciam a grande raça brasileira, mas que em breve, graças aos mesmos, seria finalmente branqueada, tornando-se igual, do mesmo tom, que seus descobridores brancos. Em nenhum momento Martius questionou sobre a natureza dessa mestiçagem, as formas e o meio na qual a mesma veio a ocorrer no território colonial. Para o bávaro, a mestiçagem era um fim em si mesmo, que num futuro próximo seria eliminada por completo. Aos vencidos só restaria, segundo sua proposta, a participação passiva no projeto da nova nação e apenas na medida em que fossem absorvidos, ou integrados, racial e culturalmente, pelos valores brancos, única fonte de legitimação, posto que deles decorresse os valores básicos da nova nacionalidade, valores esses defendidos e produzidos pelas elites brancas locais, pelo Estado brasileiro e pela Coroa.

nacional. Ao seu modo, Martius forneceu aos brasileiros uma nova forma de ver o Brasil e de se ver no Brasil. Forneceu, também, de modo sutil, sua apreensão do outro, fosse esse o branco português, o negro ou o índio.

Observa-se também, no ensaio analisado, a perspectiva de mostrar a superioridade de um sangue – o europeu, português, branco, caucasiano – perante os demais grupos, inferiorizados, que serviram apenas como anteparo no constructo de um povo europeu, ao qual deveria o Brasil unir-se, se quisesse ingressar no rol das nações ditas civilizadas. Justificava aquele autor, para tanto, a influência decisiva do sangue da *raça branca ou caucasiana* no desenvolvimento da futura nação<sup>101</sup>, sobrepondo-se às raças etiópicas e indígenas na formação da obra colonial instaurada nos trópicos.

Ao abordar a presença portuguesa no Novo Mundo como elemento essencial, foi-se construindo uma identidade nacional, não apenas para o próprio Brasil, mas também para Portugal, sempre mostrado como uma civilização e uma raça superior, capacitada a dominar o amplo território americano do qual se apossou, e cuja herança deveria ser aclamada e resguardada pelo povo brasileiro. Essa herança deveria ser tomada como parte fundamental na construção da identidade nacional, e sua memória deveria ser sempre objeto de afirmação e de aclamação nacional.

Para Martius, quem se encarregasse de escrever a História do Brasil jamais deveria perder de vista os elementos que concorriam para o desenvolvimento do homem<sup>102</sup>, o que vem demonstrar o quanto estava aquele autor preocupado, sobretudo, com as especificidades da formação histórica, base da identidade nacional:

---

<sup>101</sup> É oportuno relevar que o autor, mesmo considerando a superioridade da raça branca, não fez referência aos demais povos europeus que participaram dessa mesma composição social, nos distintos momentos históricos. Franceses e holandeses num primeiro momento, depois seguidos por italianos, alemães, espanhóis e suíços, entre outros, assim como japoneses e outros povos orientais tiveram inegável influência na formação social do Brasil, nomeadamente em regiões e situações específicas. Entretanto, sua presença foi formalmente ignorada no ensaio de Martius. A respeito da presença de outros grupos europeus no ambiente brasileiro ver: SEYFERT, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica**. Florianópolis: FCC, 1982. ALENCASTRO, Luís Felipe & RENAUX, Maria Luiza. **Caras e modos de migrantes e imigrantes**. In: ALENCASTRO, Luís Felipe (org.) & NOVAIS, Fernando (Dir.). *História da vida privada no Brasil – Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Cia das letras, 1997. FREYRE, Gilberto. **Ingleses no Brasil**. Rio de Janeiro: 1977. LEVY, Stella. **O papel da migração internacional na evolução da sociedade brasileira**. Revista de saúde pública, v. 1. n° 9, 1974. WERNECK, Luís Peixoto de Lacerda. **Ideias sobre colonização**. Rio de Janeiro: s/e, 1855. ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969, OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Nós e eles – Relações culturais entre brasileiros e imigrantes**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006, entre tantos outros.

<sup>102</sup> MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. *Op. Cit.*, p. 389-411.

“Do encontro, da mescla, das relações mútuas e mudanças dessas três raças, formou-se a atual população, cuja história por isso mesmo tem um cunho muito particular”<sup>103</sup>.

A particularidade da história do Brasil, entretanto, passava pela delimitação de diferenças entre ser brasileiro e ser estrangeiro, entre ser uma sociedade com uma formação peculiar, que revelasse a singularidade nacional, e que se diferenciava de todas as outras, cujos elementos originais estavam contidos agora num novo lugar. Um problema se alçava: como se pensar singular sem perder as próprias raízes? Como pensar em diferenciar-se do português, colocá-lo como *um outro*, sem desviar-se de um projeto de modernidade que nascera na Europa, projeto este acalentado pelas elites brasileiras?

Sendo a história uma espécie de espelho onde os homens de determinada comunidade se reconhecem, vislumbrando os traços comuns, mesmo em diferentes grupos internos, fazia-se necessária a construção de uma história capaz de fazer os grupos nacionais reconhecer-se num passado comum. Para tanto, Martius determinou o predomínio do branco europeu, ou seja, do português, na história do Brasil. Essa referência se fazia tão necessária quanto poderosa para o projeto de criação da história nacional, posto que a herança portuguesa fosse o importante vínculo que ligaria o país ao continente europeu, local por excelência da civilização e parâmetro que o Brasil pretendia atingir, na arquitetura da nação, afastando-se de uma identidade latino americana. O Brasil não poderia abrir mão dessa ancestralidade, pois era justamente ela que garantia o seu *pedigrée* e, logo, a possibilidade de inserção no mundo civilizado, das Luzes, do progresso.

As proposições de Martius sobre a colonização portuguesa, em acordo ou desacordo, constituíram um referencial privilegiado na construção das narrativas sobre a história da nação brasileira. Um referencial não por ser o único, mas por apresentar - de forma organizada e sistematizada - uma série de prescrições para a escrita da memória nacional, principalmente em relação ao passado colonial<sup>104</sup>. Seu referencial, ao ser reproduzido pela historiografia nacional, foi consumido também por um público mais amplo, os estudantes de todo o país<sup>105</sup>, consumidores de manuais didáticos que reproduziam a historiografia

---

<sup>103</sup> *Ibidem*, p. 401.

<sup>104</sup> Para uma análise da produção historiográfica destes autores, pensando a construção de uma identidade para o passado colonial brasileiro, conferir: REIS, José Carlos. *Op. cit.*

<sup>105</sup> O projeto de construção da nação também se alicerceou no Arquivo público do Império, além do IHGB, e no Colégio Pedro II, todos criados na Regência de Pedro Araújo Lima. Às três instituições competia, respectivamente, a manutenção da memória nacional, a escrita da história e sua divulgação e consumo. O

produzida no IHGB, consolidando as idéias ali contidas nas várias gerações influenciadas pelas representações traçadas em seu projeto original.

O papel do português como agente do processo civilizatório formou a matriz do pensamento oitocentista brasileiro, fabricando identidades estanques, fechadas e padronizadas, como se pode observar na historiografia praticada no período e que adentrou o século XX, a despeito das diversas mudanças que ocorreram na sociedade brasileira.

A proposta de Martius também enfatizou uma concepção de identidade reforçada dentro de uma racionalidade de coesão, valores de fidelidade, lealdade e devoção à nação e à Monarquia bragantina. A questão da identidade era, sobretudo, politizada e sua propositura de escrita da história era, nitidamente, engajada politicamente<sup>106</sup>. As ideias de integração e

---

quadro de membros desses espaços era, frequentemente, comum, o que impedia disparidades nas finalidades de cada um deles, permitindo-se, assim, que muitos dos historiadores do IHGB atuassem também como professores do Colégio Pedro II ou tivessem cargos no Arquivo público. A divulgação da historiografia do IHGB será amplamente consumida pelos alunos do Colégio Pedro II, instituição educacional de maior destaque do país à época, que visava a formação de quadros políticos e intelectuais para os postos da alta administração, principalmente pública, e cujos alunos pertenciam, em maioria, à elite política e econômica do país. Seu programa de ensino era referência para as demais instituições de ensino brasileiras, sendo reproduzido por todo território para reconhecimento formal do Ministério de Educação. Os professores possuíam um status acadêmico equiparado aos catedráticos do ensino superior, muitas vezes sendo eles mesmos os integrantes das cátedras nos dois níveis de ensino, tendo como atribuição docente a escrita de compêndios usados pelos alunos, além da elaboração dos programas de ensino, participando das principais decisões políticas e pedagógicas do colégio. Desse modo, a reprodução da história chancelada pelo IHGB se dava de modo corrente, sem maiores oposições, sendo consumida por várias gerações sem contestações ou ressalvas, a partir da produção didática do próprio colégio. Não à toa, aquela instituição de ensino médio era considerada *a menina dos olhos do Imperador*, contando com o apoio direto de seu patrono, que fazia questão de inspecionar as instalações físicas e os dormitórios em suas visitas frequentes ao local, acompanhar os exames dos alunos, os processos de seleção de seus profissionais, a produção intelectual de seus professores e ex-alunos, mantendo, inclusive, um de seus netos como aluno regularmente matriculado, quando a regra era educar os descendentes da família imperial na Europa. Sobre a instituição ver o trabalho de ANDRADE, Vera Lúcia Cabana de Queiroz. **Colégio Pedro II – um lugar de memória**. Tese de doutorado em História social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999. CALDAS, Karina Ribeiro. **Nação, memória e história: a formação da tradição nos manuais escolares**. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Goiás, 2005.

<sup>106</sup> CÉSAR afirma que Martius propôs uma história calculada, mensurada, bem refletida para combater os oponentes do regime. Essa história militante seria o ponto máximo a que a história pragmática poderia chegar, segundo aquele autor. In CÉSAR, Temístocles Américo. **Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XI: um ensaio da história intelectual**. In. PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p. 206. REIS, por sua vez, pondera que, de acordo com Martius, um enfoque deveria ser esperado da produção do historiador: ser patriótico, despertando o amor pelo Brasil. Na defesa de um país unido, deveria também ser monárquico e cristão, lutando contra a desconfiança entre as províncias, contra a fragmentação do território e a agitação republicana. Era dessa história que o Brasil recém-independente, e suas elites, precisavam para levar adiante a nova nação. *Uma história que realizasse um elogio ao Brasil, aos seus heróis portugueses do passado distante, mas também do presente, que expressasse uma incondicional confiança em seus descendentes. Uma história que não falasse*

de pedagogia nacional através da história são extremamente fortes nos trechos finais do texto de Martius; uma integração e um fim político que seriam perseguidos com verdadeira obsessão pelos historiadores do período, de acordo com os ensinamentos de Martius:

“Nunca esqueça, pois, o historiador do Brasil, que para prestar um verdadeiro serviço à sua pátria deverá escrever como autor Monárquico-constitucional, como unitário no mais puro sentido da palavra”<sup>107</sup>.

Com o marco fundador de Martius, estava dado o passo inicial para a constituição, através da historiografia, de uma imagem do Brasil, de uma representação do passado, de uma narrativa nacional que conferisse sentido ao todo heterogêneo da nascente nação. Ao que Martius chamou de *sugestões*, explicitadas em sua monografia, tornou-se um modelo a ser adotado pelos historiadores do IHGB oitocentista, instituindo-se, pois, o que chamamos de *retórica da alteridade*.

Seu trabalho conseguira responder as inquietações dos membros daquele conclave, diante da tarefa inovadora e provocativa que tinha nos meados do século: desenvolver uma arquitetura nacional que mitigasse todos os problemas existentes na passagem da condição de colônia para o jaez de nação. Não à toa, o IHGB alçou à qualidade de instituição oficial da escrita da história do Brasil, vindo representar um tempo específico da produção histórica brasileira durante o período imperial.

O projeto para a execução dessa narrativa já estava posto e legitimado pela chancela institucional do IHGB, estando aberta a estrada para a invenção da nação. Missão esta que caberia a Francisco Adolfo Varnhagen desempenhar, em função da negativa de Martius, que considerou a empreitada além das suas forças e disposição, recusando em suas palavras, à *glória de empresa tão árdua*<sup>108</sup>.

---

*de tensões, de separações, de conflitos, exclusões, contradições, pois uma história assim levaria o Brasil à fragmentação, abortando-se um Brasil que lutava para se constituir em uma poderosa nação.* In.: REIS, José Carlos. Op. cit., p. 28.

<sup>107</sup> MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. Op. Cit., p. 409.

<sup>108</sup> Ibidem, p. 415.

## CAPÍTULO 2

### A NAÇÃO COMO CONTINUAÇÃO DA COLÔNIA

A marca elitista exarada pela produção historiográfica do IHGB veio à tona num dos trabalhos de maior relevância daquela instituição. A *História Geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal*<sup>109</sup>, de Francisco Adolfo Varnhagen<sup>110</sup>, foi a melhor expressão da produção daquele espaço de saber, para seguirmos as colocações de Michel de Certeau, cujas delimitações desempenharam um papel decisivo na construção de uma certa historiografia e das visões e interpretações que ela propôs na discussão da questão nacional e de suas ligações com o outro.

Varnhagen nasceu no Brasil, em 1816, filho de pai alemão e mãe portuguesa. Por obrigações profissionais de seu pai, mudou-se para Portugal aos sete anos de idade, onde iniciou seus estudos no Colégio Militar da Luz. Frequentou a Academia da Marinha e integrou o 2º Batalhão da Artilharia, lutando ao lado de D. Pedro pela disputa do trono, após a morte de D. João VI. Coursou o Colégio dos Nobres e a Academia de Fortificações, recebendo diploma de engenheiro, permanecendo na carreira das armas. No interregno de suas atribuições, dedicou-se à pesquisa histórica, escrevendo *Reflexões críticas sobre o escrito do Século XVI*, impresso com o título *de Notícia do Brasil*, obra de proficiência para ingresso à Academia Real de Lisboa. Aos 24 anos licenciou-se da vida militar em Portugal, mudando-se para o Rio de Janeiro, onde pleiteou a nacionalidade brasileira, garantida pelo Decreto imperial de 24 de setembro de 1844. Não se tratava de um homem

---

<sup>109</sup> Para maior fluidez do texto, doravante trataremos esta obra apenas como HGB.

<sup>110</sup> Pelos muitos serviços prestados ao trono de Pedro II, recebeu, em 1871, o título de Barão de Porto Seguro, sendo elevado a Visconde, com as honras do mesmo título, três anos mais tarde. Sua produção bibliográfica é abundante, com dezenas de títulos, em parte publicados via IHGB. De sua lavra é também a *História das lutas contra os holandeses no Brasil* e *História da Independência do Brasil*, marcos nos estudos historiográficos do século XIX.

de dotes financeiros, cargos políticos ou títulos nobiliárquicos. Seu ingresso no IHGB foi facilitado pela indicação de Antônio Meneses Vasconcelos de Drummond, ministro plenipotenciário do Império, em Lisboa, que apontou a *idoneidade intelectual* de Varnhagem como capacidade que o habilitava a integrar aquele espaço. Premiado pela Academia Real de Lisboa, em 1839, impossibilitou os membros do IHGB de ignorar sua presença, sendo assim convidado para assumir a secretaria, cargo reservado àqueles que adentravam o instituto por méritos acadêmicos.

Considerado como pai da história do Brasil, Varnhagen fez da HGB sua obra maior, lançada em 1854. Seu texto constituiu-se a partir de investigação em farta documentação referente ao Brasil, evidenciando o conhecimento do autor sobre os arquivos europeus, aprofundados nas muitas visitas que realizou quando do exercício da atividade diplomática. A coletânea nasceu da necessidade de se ter uma história *verdadeiramente nacional*, em inegável confronto com a tida *estrangeira* História do Brasil, de Robert Southey, sendo seus enredos temáticos enunciados no próprio título, verdadeiro monumento à civilização lusa<sup>111</sup>. A *História Geral do Brasil*, de Varnhagen, foi considerada por muitos estudiosos<sup>112</sup> como uma história da administração portuguesa na América, ou mesmo um capítulo da história de Portugal. Num período em que a maioria dos autores não conseguia ultrapassar os limites da crônica, sua HGB tornou-se uma contribuição rara, que contrastava com a historiografia nacional de até então, marcada por trabalhos de pouco fôlego e acentuadamente regionais. Sua argumentação histórica, apesar das muitas críticas, tornou-se quase um modelo para seus contemporâneos, sendo seu discurso reiterado em inúmeras outras obras de diversos historiadores até metade do século XX.

Como já afirmado anteriormente, o paradoxo dominante nesse período colocava Portugal, de um lado, como um inimigo que escravizara o Brasil durante séculos, escorchando-o sob o peso de impostos, tomando-lhe as riquezas, tratando seus naturais como súditos de

---

<sup>111</sup> O título integral da obra máxima de Varnhagen é *História Geral do Brasil: do seu descobrimento, colonização, legislação, desenvolvimento, e da declaração da independência e do império, escrita em presença de muitos documentos inéditos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda*.

<sup>112</sup> Como exemplo, citamos João Capistrano de Abreu, **Sobre o Visconde de Porto Seguro**. In: *Ensaio e Estudos (crítica e história) - 1ª série*. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931, pp. 193-217. José Honório Rodrigues compartilhou a percepção de Abreu, em **Teoria da História do Brasil**. São Paulo: Companhia editora nacional, 1978, p. 151.

segunda classe, impondo-lhe o ônus da escravidão e da miscigenação negra. Os portugueses, por sua vez, também herdavam parte dessa culpabilidade, sendo acusados de agentes indiretos dessa exploração, por cobrarem *alugueis extorsivos, juro alucinantes, roubarem*<sup>113</sup> nos pesos e medidas das vendas, freges e botequins; enfim, responsabilizados pela carestia de preços enfrentada pelas camadas populares. Essa mácula impregnou o imaginário nacional, configurando a lusofobia disseminada pela sociedade brasileira no pós-independência, ao tomar dimensões nunca dantes imaginadas.

Na antítese, Portugal era também o representante da Europa, da modernidade, da razão, da civilização e do cristianismo, e os portugueses que viviam no Brasil eram tidos, também, como organizadores sociais, agentes valorizados e exaltados do mundo do trabalho, portal de acesso ao progresso e civilização. Essa atormentada relação com Portugal tornou-se um permanente ponto de tensão para a historiografia dos oitocentos, fazendo com que a antiga metrópole sempre fosse uma questão limítrofe na narrativa nacional, o que exigia demasiados apuros na escrita da história<sup>114</sup>, não obstante a proposta decisiva de Von Martius para resolução da questão.

Coube a Varnhagen a desconstrução do imbróglio e, a partir de seu lugar social, firmou a identidade nacional longe da dualidade extremada que marcara as relações Brasil-Portugal, ainda abaladas pela chamada *Causa Brasil*<sup>115</sup>. Aquele autor conseguiu impor, pela sua

---

<sup>113</sup> Os conflitos, ocorridos no início do século XX, entre brasileiros e portugueses, culpabilizados pelas crises econômicas decorrentes da má gestão econômica republicana, são prova do alargamento da lusofobia, que ultrapassou os tempos monárquicos. Os termos utilizados em itálico são originários do texto de RIBEIRO, Gladys Sabina. **Mata galegos – os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

<sup>114</sup> A respeito ver KHALED JR. Salah Hassan. **A construção da narrativa nacional brasileira. A escrita da nação em Barbosa, Martius e Varnhagen**. Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007, p. 107.

<sup>115</sup> A “Causa Brasil” se originou no contexto da regência do príncipe D. Pedro, iniciada após a partida de D. João VI pra Portugal, em 24 de abril de 1821. Com os cofres públicos desfalcados de numerário, conduzido a Lisboa quando da partida do rei, e com a cessação de receitas previstas, a regência teve um início difícil, obrigando D. Pedro à dependência do Congresso de Lisboa, do qual tanto desconfiava. A dinâmica política no Brasil, implantada quando da Regeneração vintista portuguesa, e caracterizada pela existência das cortes deliberativas, pelo soberano constitucional, pela própria regência e pelos governos autônomos das províncias favoreceu a adesão plena ao governo lisboeta, e a não-subordinação política e econômica à regência do Rio de Janeiro, pelas Juntas governativas das províncias do norte, especificamente do Pará, Piauí, Maranhão e Bahia. Quanto às províncias do sul, embora prestassem lealdade ao príncipe regente, se recusavam a apoiá-lo financeiramente, tolhendo em definitivo as finanças em seu mandato. O decreto que referendou a existência das Juntas Governativas nas províncias (vista pelos brasileiros como o início de um inovador governo constitucionalista, revelador de que a população do Brasil apoiava a Revolução do Porto), subordinando-as

escrita, a real necessidade do Brasil independente não se esquecer dos laços com Portugal, não assentando seu destino sobre uma ruptura cultural com a antiga metrópole. A ruptura, já realizada quando da emancipação, deveria estabelecer-se, substancialmente, no plano político<sup>116</sup>, mantendo-se a identidade portuguesa como parte da identidade nacional, que deveria defender os valores lusos já calcados nas terras americanas há tantos séculos, e já bem conformados no seio dessa elite brasileira, que bem reconhecia nos lusos seus antepassados.

---

diretamente ao governo de Lisboa, e a exigência da volta incontinenti do príncipe a Portugal, além da decisão de transferir para Lisboa o Desembargo do Paço, a Mesa de Consciência e Ordens, o conselho da Fazenda, a Junta do Comércio e a Casa de Suplicação, além da adoção de um governador de armas em cada província e a destituição dos “filhos do Brasil” de todos os cargos públicos repercutiu como um risco iminente da ruína do Império Brasileiro, que perderia todas as conquistas auferidas desde a chegada da real família, podendo mesmo cindir-se em dois. Sob esta ameaça, d. Pedro conquistou o apoio de grande parte da elite nacional que, a partir de um documento contendo mais de oito mil assinaturas, exigiu que o mesmo não respeitasse a determinação das Cortes gerais, originando o Dia do Fico. Nesse contexto, a *Causa Brasil* se configurou como uma campanha pela integridade do Reino do Brasil, mesmo que separado do Reino de Portugal, diante da nomeada “intransigência” das cortes. Liderada pelo advogado Hipólito José da Costa, a partir do *Correio Braziliense*, primeiro periódico redigido por um brasileiro, a Causa Brasil buscava unir as províncias dissidentes em torno de um projeto único, calcado na emancipação política do Brasil, buscando forjar um distanciamento da Nação portuguesa, aniquilando-se sua imagem e impondo um modelo de cidadania brasileira, fidelidade ao Príncipe e à monarquia representativa. Para tanto, vários documentos foram escritos – dois dos mais importantes da lavra de José Bonifácio – constituindo juízo de valor sobre o “ser português” e sobre o “ser brasileiro”. Começava-se, assim, a tecer uma identidade do brasileiro contra o português, considerado, desde já, o *outro*. Embora partilhasse das idéias de um império luso brasileiro, organizado sob instituições liberais e dotando com os mesmos direitos as duas partes integrantes, Hipólito se rendeu à convicção que somente a emancipação salvaria a antiga colônia da fragmentação territorial e política, cogitada quando do episódio de ordem de prisão dos deputados brasileiros, quando de sua apresentação às Cortes, e após a recepção das determinações acima citadas. A Causa Brasil, para além do desejo de constitucionalismo, alentado por parte dos brasileiros, findou por tornar em ação separatista, convergindo para o exacerbamento de um sentimento antilusitano por muitos anos presente no Brasil. Sobre o tema, sugerimos a leitura de. MACHADO, Humberto Fernandes. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **O império do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção – Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado**. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 2002. CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Rio de Janeiro: Campus, 1980. CARVALHO, Manuel Emílio Gomes de. **Os deputados brasileiros nas Cortes de Lisboa**. Brasília: Senado Federal/UNB, 1979. OLIVEIRA LIMA, Manuel de. **O Movimento político da Independência (1821-1822)**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989. MONTEIRO, Tobias. **História do Império: a elaboração da Independência**. Brasília: INL, 1972. NEVES, Guilherme Pereira das. **Del Imperio luso-brasileño al Imperio del Brasil (1789-1822)**. In.: AMINO, Antonio (Dir.). *De los imperios a las Naciones: Iberoamerica*. Zaragoza: Ibercaja, 1994.

<sup>116</sup> Essa perspectiva de Varnhagen parece se espelhar na postura de Pedro I, que empregava o termo *Independência* no sentido exclusivo de autonomia política, sem rompimento formal com Portugal, mesmo quando declarava inimigas todas as tropas enviadas ao Brasil, pelas Cortes, sem o seu consentimento. MACHADO, Humberto Fernandes. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **O império do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 197.

O esforço de Varnhagen de construir uma narrativa que não alastrasse o fosso separador de Brasil e Portugal pode ser constatado em carta de sua autoria, dirigida ao imperador Dom Pedro II, em cujo texto justificou sua escolha dos fundamentos definidores da identidade nacional brasileira, enquanto herança da colonização européia. Sendo esses fundamentos os marcos constitutivos de sua obra, fez questão de destacar que buscou sua inspiração numa inovadora perspectiva de nacionalidade, de forma a não acirrar o apelo antilusitano bem presente no Brasil, naquele momento histórico, a demonstrar não ter sido contaminado pela mágoa que marcara as últimas décadas. Buscava, pois,

“Inspirações de patriotismo sem ser no ódio a portugueses, ou à estrangeira Europa, que nos beneficia com ilustração; tratei de pôr um dique a tanta declamação e servilismo à democracia; e procurei ir disciplinando produtivamente certas idéias soltas de nacionalidade”<sup>117</sup>.

Num processo muito próprio ao caso brasileiro, a construção da idéia de Nação feita por Varnhagen não se assentou numa oposição à antiga metrópole portuguesa; muito ao contrário. A nova Nação brasileira se reconhecia enquanto continuadora da tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa. Estado, Nação e Coroa foram mostradas em seu trabalho enquanto uma unidade no interior da discussão historiográfica relativa ao problema nacional, sendo a formação da identidade brasileira umbilicalmente ligada à nacionalidade portuguesa, base de sua narrativa.

No exercício de arquitetar uma identidade para o Brasil, aquele autor optou por definir também o *outro* em relação a esse Brasil, e esse outro não seria Portugal, como veremos mais adiante. Caracterizou, pois, a Portugal, como parte coesa de um projeto que não se encerrou quando da Independência, bem ao contrário: o Brasil foi *transformado* em Nação por estratégia do Estado monárquico português, que se enraizara na América pela manutenção de sua dinastia. Sua *História geral do Brasil*, portanto, não foi uma história de rupturas políticas, de contendas e desentendimentos, mas como uma história de permanências, de perenidades, sendo o papel de Portugal determinante para seu desenrolar.

---

<sup>117</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís. **Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional.** *Estudos Históricos*, op. cit., p. 06.

Ao autor não interessava detratar Portugal - terra na qual por tanto tempo vivera e bem conhecia, e onde nascera sua mãe. O entendimento de Varnhagen era de que a manutenção dos laços entre a antiga metrópole e sua ex-colônia seria essencial para a demarcação de uma identidade brasileira que deveria ser criada na construção da nação. Daí não haver interesse em se desvincular do projeto elitista de fazer crer a existência de laços entre os dois lados do Atlântico, unindo-os, o que evidencia que Varnhagen soube bem dar prosseguimento à proposta de Martius.

A certeza de serem agentes civilizatórios, evidenciada na escrita de Varnhagen no tocante aos portugueses, corrobora essa junção de seu trabalho com a proposição de Martius. A história do Brasil não deveria ser construída sem essa imbricação, e sua história deveria ser parte da história da própria Europa, assim como a história da Europa deveria conter, também, uma história do Brasil, pois fora o sucesso da empreitada dos povos europeus – os portugueses, especificamente - que fizera do Brasil um lugar melhor, retirando-o de um estado selvagem e depreciado para mostrá-lo ao mundo em todo seu esplendor, administrado por uma monarquia e organizado como os mais modernos Estados do Velho Mundo.

Achegado ao seio da mãe Europa, berço da cultura ocidental, relicário da civilização branca e católica, assim era o Brasil de Varnhagen, para quem, se tencionasse distanciar-se desse modelo, triste seria seu destino, açodado pela leniência dos africanos que enegrecia sua população e pela obtusidade dos indígenas, incapazes de construir uma sociedade mais ampla e com densa organização, posto que imersos em práticas bárbaras<sup>118</sup>. Só a ligação

---

<sup>118</sup> O cuidado adotado por Varnhagen, nesse contexto, estava diretamente relacionado com a prática adotada por muitos brasileiros, no pós-independência, de alterarem seus nomes de batismos, por apelidos que os diferenciavam dos portugueses, já considerados *outro* povo. Os nomes preferidos faziam menção à ancestralidade indígena, cuja literatura romântica bem resgatara, ou a contextos políticos ou naturais. Bons exemplos dessa prática são os do Visconde de Jequitinhonha, Francisco Gomes Beltrão e do jornalista Francisco José Corte Real, que escolheram passar a ser chamados de, respectivamente, Francisco Gomes Brandão Montezuma, posteriormente Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, e Francisco José Corte-Nacional, e em seguida, Corte-Imperial. Outros exemplos remetem à família Galvão, que trocou seu nome para Carapeba, ao pernambucano José Maria Migueis, que tornou-se José Maria Migueis Bem-te-vi, e ao padre Pedro Antônio de Sousa, que passou a assinar-se como Pedro Antônio Cabra-bode; Joaquim José da Silva transformou-se em Joaquim José da Silva Jacaré e Bernardo Luís Ferreira Portugal, ao retornar da prisão depois do envolvimento na Revolução de 1817, passou a assinar-se simplesmente Bernardo Luís Ferreira. Tais mudanças levaram *O Espreitador Constitucional*, favorável à causa portuguesa, a afirmar que Portugal jamais pensara que seus netos abandonariam os nomes e sobrenomes dos antepassados, para adotar, orgulhosos, os de *Caramurus, Tupinambás, Congo, Angola ou Assuá*, entre tantos outros. O próprio regente,

aos portugueses poderia dar o necessário teor da superioridade européia ao trono reinante, cuja origem estava assentada do outro lado do oceano.

Elogiar os colonizadores do passado significava legitimar as elites do seu presente. Relatar os feitos da era dos descobrimentos portugueses era uma forma de celebrar a figura do monarca D. Pedro II. Dignificar a civilização portuguesa, representando-a de forma positiva, significava construir uma identidade para o Brasil, assim como destacar qualidades da bravura portuguesa permitia a construção de heróis necessários à consciência cívica. Vejamos como ele desenvolveu seus argumentos, em torno de três contextos: o caráter heróico do colonizador, a capacidade criativa da monarquia bragantina e o gênio civilizador contido no esforço português ao tomar posse das terras americanas.

## 2.1. Os heróis do Brasil

A idéia de que a missão da história era preservar a memória das vidas e feitos dos grandes homens do passado esteve presente de forma marcante no pensamento dos historiadores da estirpe de Varnhagen, dentro do IHGB<sup>119</sup>. A produção das biografias dos varões ilustres por letras, armas e virtudes fazia parte do programa histórico do grêmio e era objeto de dedicação dos seus artífices nas páginas da *Revista*, bem como nos livros e memórias ali produzidos. O visconde de Porto Seguro não fugiu a esta regra e sua *Historia geral do Brasil* foi deliberadamente povoada de passagens ou momentos biográficos, procurando

---

futuro imperador D. Pedro I, adotou o nome do último imperador asteca, Guatimozin, para filiar-se à Maçonaria. Os estudos de SEYFERT sobre esse fenômeno social brasileiro comprovam ter sido o mesmo parte de uma estratégia deslusitanizante, nascida no contexto do pós-independência, mesmo que tenham predominado os nomes tradicionais da onomástica portuguesa nos nascidos durante o Primeiro Reinado ou em data anterior. SEYFERT, Giralda. *Op. cit.*, p. 96.

<sup>119</sup> Segundo Maria da Glória de Oliveira, a constituição de um panteão nacional seria uma preocupação recorrente dos letrados em torno do IHGB, produzindo biografias, memórias, necrológios e notas biográficas nas páginas da sua *Revista* entre outros impressos. A necessidade de arrancar do esquecimento os nomes ilustres afinava-se com o ambicioso empenho da agremiação em coligar documentos para a elaboração da história nacional, tendo em vista as demandas políticas peculiares à consolidação do Estado monárquico no Segundo Reinado. In OLIVEIRA, Maria da Glória. **Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista**. Tese de doutorado em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009, p. 10.

fixar os nomes daqueles que deveriam ser lembrados pelos seus feitos<sup>120</sup>. Na celebração dos feitos destes heróis estaria o mito fundador do Brasil.

O processo de formação da nação brasileira, para Varnhagen, era resultado da ação de indivíduos que se destacaram por seus atos de coragem e bravura, tornando-se heróis da nação recém fundada. No sentido de cristalizar essa percepção, aquele autor lançou mão do recurso sensibilizante da criação de heróis como estratégia para sedimentar a unidade territorial e a irmandade da neófito nação<sup>121</sup>. Na obra de Varnhagen, os atores e a dinâmica social convergiram para o ponto teleológico da formação da sociedade brasileira, entendida, sobretudo, mas não exclusivamente, como a constituição da base territorial e da etnia. Para ele, o processo de colonização entre os séculos XVI e XIX foi a implementação de uma política desejada, planejada e executada pelo Estado português, forjando as ações sociais. Pouco ou nada existiria de socialmente espontâneo, devendo os comportamentos se coadunar aos objetivos e expectativas do Estado português para serem positivamente avaliados. Tal como Martius, Varnhagen também desdobrava o papel desempenhado por Portugal como idealizador das façanhas marítimas, capaz de definir estratégias e astúcias para vencer as dificuldades do empreendimento, sendo o acaso ou a sorte elementos existentes, mas pouco decisivos para o destino da pátria portuguesa, que levava civilidade e cultura para as inóspitas terras americanas.

Nesse sentido, as páginas da HGB expressam a arquitetura de um panteão de heróis, que representariam o Estado português no seu fazer civilizador; homens em sua totalidade que, ao longo dos mais de três séculos de presença da Coroa portuguesa na colônia, constituíram as bases necessárias para a fundação do Império do Brasil no século XIX. Em larga medida, em sua obra principal verifica-se a tentativa de construção de um conjunto,

---

<sup>120</sup> Para um estudo sobre o papel das biografias nos escritos de Varnhagen, conferir: SANTOS, Evandro dos. **Temp(l)os da pesquisa, temp(l)os da escrita. A biografia em Francisco Adolfo de Varnhagen.** Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

<sup>121</sup> Segundo Laura Nogueira Oliveira, embora a *Historia geral do Brazil* não se limitasse a uma galeria de homens ilustres, seria apropriado afirmar que Varnhagen pretendeu construir um panteão nacional. Afinal, as ações vitoriosas, aquelas que a seu ver haviam levado à edificação do Estado nacional brasileiro, foram realizadas por homens que se constituíam, esses sim, na exemplaridade a ser imitada no presente. OLIVEIRA, Laura Nogueira. **A palavra empenhada: recursos retóricos na construção discursiva de Francisco Adolfo de Varnhagen.** Tese de doutorado em Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007, p. 219.

composto majoritariamente por brancos portugueses ou descendentes, a *parte integrante desse processo de definição da nação, os detentores da história*<sup>122</sup>.

Para atingir seus fins, Varnhagen procurou destacar personagens e fatos marcantes na história do Brasil colonial em sua narrativa, de uma forma tal que permitisse fixar a mesma na memória nacional. Para tanto, utilizou episódios, dentre estes alguns emblemáticos para se compreender as representações por ele produzidas sobre os colonizadores, a saber: a expedição de Martin Afonso de Souza e a administração do primeiro governador geral do Brasil, Tomé de Souza, os primeiros nomes de seu panteão. A história de seus feitos seria uma forma de perpetuar os nomes daqueles que seriam os primeiros construtores do Brasil. Heróis, de origem branca e européia – ou seja, portuguesa -, a quem Varnhagen proporia a elevação de monumentos em sua memória. Celebrá-los seria uma estratégia discursiva para se cultuar valores e sentimentos do seu tempo: a unidade territorial, a centralização do poder, a defesa contra os inimigos internos e externos e o elogio da herança portuguesa.

Em sua narrativa, Varnhagen buscou descrever em minúcias os feitos de Martin Afonso<sup>123</sup>, para construí-lo como o primeiro herói da nação, dando destaque a sua capacidade empreendedora no início do processo de colonização do Brasil. Para nosso autor, colonizar

---

<sup>122</sup> Cf. ODÁLIA, Nilo. *Op. cit.*, p. 12. Embora Varnhagen consagrasse sua obra, nas palavras de José Honório Rodrigues, à memória dos *produtos dos grandes homens (...) de pensamento*, não se pode esquecer que ele não fez uma mera escolha com base em suas opções ideológicas, filosóficas e científicas. A respeito ver RODRIGUES, José Honório Rodrigues, **História da história do Brasil**, vol. II, tomo I, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1988, p. 17. Sobre a mesma questão, embora com novo enfoque, para Arno Wehling o historiador sorocabano não compusera apenas uma história dos grandes homens. A sua narrativa da saga dos heróis teria sido caldeada com outras personagens, ou seja, as entidades coletivas, tais como os *agentes mesológicos*; as *etnias* e sua *miscigenação*; as *instituições sociais e políticas*; os *grandes personagens* e o próprio *reino português*. Vide WEHLING, Arno. *Op. cit.*, p. 158. Em nosso entendimento, porém, o Visconde de Porto Seguro não se preocupou em construir uma galeria de brasileiros, menos ainda em constituir os elementos fundamentais da dinâmica social na colônia. Sua narrativa explicita a presença portuguesa como onipresente, num universo em que todos os demais elementos seriam coadjuvantes da mesma, na construção de um tecido social cuja arquitetura seria totalmente uma obra lusa, mesmo que lamentavelmente marcada por cores distintas.

<sup>123</sup> A descrição da viagem de Martim Afonso ao Brasil, apontada como o primeiro movimento de caráter colonizador realizado por Portugal, tomaria duas longas e minuciosas seções da sua *Historia geral do Brazil*. Para a sua elaboração, fez uso do *Diário de Pero Lopes de Souza*, documento descoberto por Varnhagen em suas peregrinações pelos arquivos europeus. O *Diário de Pero Lopes de Sousa* foi publicado com as anotações de Varnhagen em Lisboa, em 1839, e reimpresso no Rio de Janeiro pelas páginas da *Revista do IHGB*, em 1861. Conferir: Carta do Sr. F. A. de Varnhagen á redação, acerca da reimpressão do Diário de Pero Lopes que lhe servirá de prólogo. *Revista da IHGB*, Tomo 24: p. 03-08, 1861.

significava civilizar, e nesse empreendimento, inexistiria uma relação de superioridade por parte da metrópole em relação à submissa colônia; bem ao contrário, a colônia só podia ser entendida como uma extensão de Portugal, dele herdando todas as excelentes características que ensejaram homens valorosos, e cujos feitos heróicos deveriam ser salmodiados na memória da pátria. Assim, a colônia seria a mesma coisa que o reino, não havendo diferenças, dissensões, rupturas entre uma e outro nos quatro séculos de colonização, que pudessem lastrear um separatismo que se verificava após a emancipação política. Tal postura de Varnhagen encontra justificativa se considerarmos suas atividades como diplomata brasileiro em Portugal, e cujo exercício ele fazia questão de dar continuidade na construção de uma história livre de extrusões, pacífica pela própria natureza, ao defender as boas relações entre as duas nações.

Martin Afonso de Souza seria a personificação do português na narrativa de Varnhagen: um homem de *prodígio e de valor*. A sua presença nas terras brasílicas significaria a instauração do poder e da ordem e de suas ações daria a colônia os primeiros passos. Se Gama, para Varnhagen, era *o navegador*, Cabral *o descobridor*, Martin Afonso seria *o colonizador* por excelência. Ele traduzia os elementos necessários para a implantação do Estado português na colônia, uma vez que tinha a missão de organizá-la e administrá-la, no contexto de uma ordem metropolitana.

Na narrativa de Varnhagen, identificam-se três preocupações básicas para a consolidação do domínio português no Brasil: primeiro, a questão do estabelecimento da ordem e da disciplina; segundo, a delimitação dos limites da colônia; terceiro, a posse da terra, bem como sua distribuição em forma de sesmarias. O êxito da obra a ser realizada pelo colonizador dependeria do cumprimento destes pontos, habilmente cumpridos pelo mandatário do império português e, graças à sua perícia, o Brasil existia.

Além de um agente de governo, Martin Afonso também teria sido um modelo de civilizador e, em decorrência de seus feitos, um herói nacional. Ele era o fundador da primeira vila, sinônimo de povoamento, ordem e civilidade. Na fundação de São Vicente e outras vilas estaria a origem européia da província de São Paulo, o lugar de nascimento daquele historiador. Era este o *ethos* a ser valorizado e celebrado como motor da formação da nacionalidade brasileira, na retórica de Varnhagen. Do êxito do esforço afonsino tronou-

se possível a implantação das capitâneas hereditárias<sup>124</sup>, sendo por tal feito eleito como um dos ilustres varões da história do Brasil pelo visconde de Porto Seguro. Na descrição da sua conduta, Varnhagen procurou destacar os adjetivos necessários àqueles que deveriam governar a nação de seu tempo, amoldando a sociedade para um tipo específico – por ele idealizado – para levar adiante os destinos do país. Em todas as fases da imposição dos valores europeus e brancos, vemos surgir a marca de heróis que resumiam em si as qualidades esperadas do cidadão e da Nação.

Outro herói estimado na *Historia geral do Brasil*, o primeiro governador geral, Tomé de Souza, congregaria no pensamento de Varnhagen a importante característica para a legitimação da presença e da herança portuguesa na América: a centralização do poder, responsável pela regeneração do Brasil. Diante de uma colônia viciosa pela promiscuidade dos índios com os colonos e fragmentada pelo fracasso ou mau governo das capitâneas hereditárias, Varnhagen apontou a existência de uma liderança como uma forma de moralização e unificação do povo<sup>125</sup>.

A descentralização promovida pelas capitâneas hereditárias e a proliferação de *cristãos gentilisados*, além da presença de expedições invasoras francesas, seriam corrigidas com a formação do primeiro Governo Geral, de Tomé de Souza, na ótica de Varnhagen, para quem a formação do Governo Geral significaria o estabelecimento da ordem e do poder centralizador na colônia, elementos necessários para o seu desenvolvimento moral e econômico. O visconde de Porto Seguro encontraria em Tomé de Souza o símbolo para traduzir esta página da história do Brasil, e assim representar os portugueses que construíram uma civilização em solo americano.

Tomé de Souza, mostrado na HGB como nobre exemplar do sangue português, seria mais um ilustre varão a ser celebrado por Varnhagen, que assim o descreveu: *filho natural*

---

<sup>124</sup> Em relação à divisão do Brasil em capitâneas hereditárias, Varnhagen teceria severas críticas por ser uma ameaça à unidade e ordem da colônia, havendo, pois, a necessidade da constituição de um governo centralizador e forte. Cf. **História geral do Brasil**, seções XI e XII, p. 347.

<sup>125</sup> Não se pode perder de vista que para o historiador monárquico era vital trazer do passado exemplos de centralização de poder e preservação da unidade territorial, temas importantes se considerados o panorama político vivido pelo autor no chamado Período Regencial e primeiras décadas do Segundo Reinado. A questão é esmiuçada por MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema: a formação do Estado imperial**. São Paulo: Hucitec, 2004.

*d'uma das primeiras casas do reino, distinto por seus grandes dotes governativos, e pelo valor e prudência que provara em muitas ocasiões difíceis na África e na Ásia*<sup>126</sup>. Trazer para a sua narrativa os feitos do primeiro governador geral, de certa maneira, era forma de mostrar que o reinado de D. Pedro II justificava-se num passado que prezava pela construção da unidade e estabelecimento de um governo central, que sufocasse qualquer proposta de fragmentação ou desmoralização. É interessante perceber como Varnhagen mostrava-se fascinado por figuras do Estado que congregavam características fortes como pulso firme, rigor, sobriedade e comando. Tomé de Souza o fascinava justamente por ter estes atributos, o que pode ser verificado na leitura de seu texto, recheado de expressões louvativas à capacidade administrativa e ao espírito intrépido daquele colonizador<sup>127</sup>.

Mem de Sá seria outra personagem a ser cultuada como modelo de governo por Varnhagen, aproximando muitas das suas ações ao legado de Tomé de Souza, uma vez que também seria um regenerador do Brasil na luta contra franceses e indígenas. Tal qual Martin Afonso e Tomé de Souza, Mem de Sá fora eleito como um dos *construtores* do Brasil, tendo sua imagem erguida no panteão daqueles que, no período colonial, contribuíram de maneira operosa na constituição da futura nação. Nas páginas da sua *Historia* - ao contrário dos indígenas e africanos que tinham lugares pré-determinados nas seções - abundavam biografias de proeminentes portugueses ou descendentes, entremeando-se no relato dos eventos, a demonstrar que estes eram os legítimos sujeitos da história: em sua maioria homens de Estado - governadores, militares, religiosos, senhores, entre outros<sup>128</sup>.

---

<sup>126</sup> *Ibidem*, seção XIII, p. 393.

<sup>127</sup> Ao longo das seções XV e XVI, Varnhagen esmerou-se em detalhar cada medida tomada por Tomé de Souza, mostrando o sistema de terror que impôs sobre os índios, o uso dos serviços dos jesuítas na conversão desses e moralização dos costumes dos colonos, a constituição de um aparato administrativo e de proteção do território e das fronteiras e a instituição da ordem<sup>127</sup>. Para ele, Tomé de Souza havia cumprido a sua missão, o Brasil estava constituído: *a autoridade e a lei haviam feito sentir suas forças benéficas: e a moral publica ganhára muito. Ibidem*, p. 216.

<sup>128</sup> Em relação à supremacia do masculino na formação da identidade nacional percebida na história narrada por Varnhagen, assim como nos demais historiadores aqui elencados, salvo poucas exceções, Paul Gilroy teceu as seguintes afirmações: *A integridade da nação se torna a integridade da sua masculinidade. De fato, ela só pode ser uma nação se a versão correta da hierarquia de gênero tiver sido estabelecida e reproduzida.* GILROY, Paul. **Entre campos: nações, culturas e o fascínio da raça**. São Paulo: Anablume, 2007, p. 156.

Ao destacar a história desses heróis, o visconde de Porto Seguro deixava evidente que a obra nacional era fruto do motor civilizacional da matriz portuguesa. A história do Brasil era o resultado da ação de homens brancos, cristãos e defensores do Estado monárquico como forma legítima de governo. Foi construída, assim, pela pena de Varnhagen, a mais bem documentada representação do português enquanto agente e administrador de uma nova civilização na América, e cujos nomes de destaque estavam inscritos, em definitivo, num panteão de heróis que originaram a nacionalidade brasileira.

Foram esses heróis, na perspectiva histórica de Varnhagen, que concentraram em suas mãos os rumos da história, contando inúmeras vezes com a intervenção da Providência divina, posto serem predestinados a desvendar e colonizar (diga-se civilizar) o mundo desconhecido. Assim, a mística que cercava o descobrimento do Brasil, em sua narrativa, ganhava coesão, configurando-se como uma prova de que os portugueses eram o povo escolhido a trazer a luz da civilização e da fé cristã para as terras e gentes dos trópicos<sup>129</sup>. Nas dificuldades da descoberta, da conquista e da colonização emergiram todos os heróis apresentados em seu panteão, e que passaram, desde então, ao plano de reconhecimento da população brasileira, indo do administrador comum à figura do monarca e seus descendentes.

Nesse sentido, Varnhagen definiu a história como uma mestra, por fornecer exemplos de vidas a serem imitadas pelos homens do seu tempo. Seus heróis tinham que ser tomados como modelos, ao derrotar aqueles que puseram em risco a possibilidade da nação se instituir como uma unidade, apresentando as forças viris necessárias à construção e manutenção da nacionalidade. Era de tipos como aqueles que o Brasil emancipado politicamente necessitava, denotando que o laço fraterno com Portugal ainda continuava a existir, mesmo sob nova perspectiva.

Esse *laço* pode ser bem observado na construção dos tipos que tiveram destaque no panteão constituído pelo autor, onde há uma clara distinção, e até mesmo antagonismo, entre as personalidades apresentadas como modelares – os portugueses e seus seguidores - e todos os demais, que não se enquadravam naquele modelo. De um lado, ele mostrou

---

<sup>129</sup> Tal abordagem é reveladora de que aquele intelectual aceitava de bom grado as proposições do Padre Antônio Vieira a respeito do Quinto Império, e da própria predestinação do povo português, cujo *ethos* clamava por ter ciência desse papel.

homens<sup>130</sup> brancos, cristãos, estadistas e lusófonos; de outro, os elementos indígenas, africanos, estrangeiros e não-lusófonos, enfim, os outros – rotulados por marcas negativas, reveladoras da real intenção do autor em elevar o elemento português como um modelo a ser apreciado e reconhecido os seus feitos heróicos. Assim, aquele autor engendrava em seu texto sua estratégia de detração de qualquer elemento que não se enquadrasse no modelo colonizador luso, de forma a valorizar, ao máximo possível, o elemento luso como o colonizador por excelência de um Brasil que atingira sua maioridade, e que doravante caminhava com autonomia.

A leitura da narrativa daquele autor é reveladora da medida utilizada pelo mesmo em relação aos personagens da história nacional, a partir do posicionamento que cada um assumia em relação à colonização portuguesa no Brasil. Aos favoráveis, que trabalharam no empreendimento colonial, Varnhagen mostrava-os como elementos exemplares, personalidades marcadas por um cariz positivo, construindo a partir de seus exemplos os heróis da história nacional. Em relação aos que não se enquadravam nesse modelo, *os outros*, tomava-os por vencidos que, caso não fossem destruídos – tanto no passado quanto no presente –, condenariam a nação a permanecer na selvageria, a cair sob o domínio de estrangeiros ou a sofrer o esfacelamento de seu território pelas mãos dos revoltosos regionais.

Inobstante, sendo sujeitos virtuosos ou não, todos habitaram o universo da sua obra<sup>131</sup>, no sentido de reforçar as representações positivas que ele construía, ao longo da narrativa, em

---

<sup>130</sup> Evidente ter Varnhagen construído sua narrativa histórica numa perspectiva masculina. As mulheres foram personagens ausentes ou secundários na narrativa da *Historia geral do Brasil*. No caso das índias, apareciam como meras figuras de atração para os colonizadores pelas suas belezas e dotes corporais. Atendiam apenas ao princípio da reprodução, quando não eram associadas à luxúria e traição. As portuguesas, por sua vez, ocupavam uma posição de inferioridade ou de coadjuvância nos feitos de seus companheiros, filhos e netos – os grandes homens. Para uma crítica do discurso essencialmente masculino e misógino na historiografia brasileira, conferir: RAGO, Margareth. **Sexualidade e identidade na historiografia brasileira**. *Revista Aulas*, Dossiê Identidades Nacionais, v. 1, nº 02: p. 1-36, Out./Nov. 2006.

<sup>131</sup> Indígenas, negros e estrangeiros, anotados pelo visconde de Porto Seguro como detentores de atributos negativos, apresentavam esse julgamento porque eram contrários ao mundo civilizado branco, cristão (católico) e europeu. Eles seriam uma ameaça à viabilidade da colonização, processo necessário para a emergência da nação independente. Anunciá-los na sua narrativa era uma forma de ressaltar a grandiosidade dos desafios enfrentados pelos colonizadores vitoriosos. Esse outro, perigoso a ser vencido, foi amplamente mencionado por Varnhagen, sendo recorrente sua acusação dos malefícios provocados por indígenas ferozes, invasores estrangeiros e o problemático tráfico negreiro. No caso do governo de Men de Sá, o historiador sorocabano destacou que foi *um dos que a historia deve considerar como dos mais proficuos para o Brazil, o*

relação ao português. Observe-se que não interessava se o *outro* era também europeu (e, portanto, civilizado); seu tratamento negativo foi dirigido também aos invasores franceses e holandeses, quando de suas incursões ao território brasileiro. Se avessos ao processo civilizatório português, Varnhagen não titubeava em apontar o extermínio como solução, auferindo que a civilização almejada para o Brasil era a portuguesa, e nenhuma outra. Mesmo que o decantado Velho Mundo fosse considerado o lócus da civilização por excelência, faz-se interessante destacar que, na narrativa varnhageniana, o laço que se deveria impor era com Portugal, não importando o restante da Europa. A civilização almejada, portanto, seria a portuguesa e nenhuma outra.

Todavia, cumpre-nos questionar a pretensão daquele autor, ao desdenhar do modelo civilizatório das demais nações européias, a exemplo da França e dos Países Baixos, mostrando o modelo português como um exemplo único a ser seguido pela neófito nação. Não nos esqueçamos que Varnhagen era um súdito fiel de uma monarquia, a bragantina, que dominava tanto o Brasil quanto Portugal há vários séculos, e que, na construção de sua narrativa, deveria ter seus feitos destacados, garantindo-lhe o lugar na história e a manutenção do trono. Para tanto, não haveria na história francesa, em primeira mão, exemplos a serem seguidos pelos brasileiros, cuja sociedade deveria ser perpassada pela ordem, pela aceitação das leis do país e pelas determinações do trono. Os revolucionários franceses não inspiravam Varnhagen, e em decorrência das lutas sociais empreendidas naquela nação, defeituosamente republicana, ele não a mostrava como modelo da civilidade pretendida para o Brasil. Este modelo era único e bem conhecido: era o modelo português o que deveria ser seguido, a fim de se garantir o poder reinante (monárquico) e a ordem nacional.

Apesar do excepcional destaque dado aos portugueses como construtores da nação, verifica-se que Varnhagen não se eximiu de qualificar, também, alguns portugueses como *sem virtudes*, dando-lhes a pecha de traidores e corruptores dos hábitos e costumes dos primeiros colonizadores, ao se adequarem ao cotidiano dos indígenas. Todavia, como já

---

*qual se pode dizer ter sido elle alvo, -- principalmente das invasões francezas, assim das dos Indios. Ibidem, p. 267.* A preocupação com os “outros” internos (indígenas) e externos (negros e estrangeiros) pode ser facilmente identificada na produção dos membros do IHGB, publicada na *Revista* em pleno século XIX e mesmo nos anos iniciais do século XX, a demonstrar o quanto a diversidade étnica brasileira foi pouco recepcionada por seus historiadores como um elemento da especificidade do país.

afirmamos anteriormente, sua estratégia em ressaltar a existência de comportamentos desviantes visava tão somente destacar, com maior coerência, a nobreza de caráter dos demais, que não se dobraram aos costumes da terra e que mantinham a disciplina necessária à realização de um processo civilizacional:

“Estes primeiros colonos meio afeitos já aos hábitos dos Bárbaros, enlaçados com suas famílias, e sem prestígio algum perante eles, foram a pior praga que podia cair sobre a recente colônia. (...) A mesma facilidade de trato que, por intermédio desses cristãos gentilizados, tinham os novos colonos para se derramarem pela terra, não só os pervertia, como os expunha a serem inocentemente sacrificados às mãos dos gentios, quando se arredavam um pouco mais. A par destes males resultava outro maior. A colônia se dissolvia; os acostumados a obedecer perdiam o hábito da disciplina; e o chefe começava a não ter força para fazer-se temer e respeitar<sup>132</sup>”.

Faz-se interessante destacar que, na HGB, verifica-se uma construção de personagens marcadas sempre por aspectos negativos, para expressar bem a dualidade com que o autor construiu sua narrativa. Em relação a esses, Varnhagen não os tratou como de somenos, bem ao contrário. Seu discurso alardeou a existência das derrotas e destruições, justificadas como resultantes do distanciamento do projeto português, fosse por vontade própria, fosse por decorrência de um estado anterior à própria colonização. Dentre esses personagens, destacamos sua visão extremamente negativa sobre os indígenas<sup>133</sup> e rivais da colonização portuguesa, assim como os invasores holandeses e franceses, revoltosos regionalistas e, de forma mais sutil, os republicanos das Américas. Para Varnhagen, esses sempre

---

<sup>132</sup> *Ibidem*, Secção XIII, p. 216.

<sup>133</sup> Para homens como Martin Afonso, os índios seriam um dos grandes empecilhos ao processo de ocupação e domínio do Brasil. Reforçando sua imagem negativa dos indígenas e confrontando os adeptos do indianismo romântico do IHGB, Varnhagen mostrou ao longo da descrição dos êxitos e fracassos das capitâneas e o quanto a sua selvageria e violência teria ceifado vidas e obstruído o projeto colonial português<sup>133</sup>. Em suma, para o visconde de Porto Seguro, o protagonismo de personagens como Martin Afonso estava no fato de carregarem no sangue europeu o desejo de ordem, uma das bases fundantes do Estado. Para ele, inexistia uma civilização anterior aos portugueses, mesmo que existissem grupos humanos com uma organização específica antes dos mesmos. Na ótica de nosso autor, civilização era aquela existente na Europa, especialmente em Portugal, a quem cumpria o dever de transformar esses grupos, amoldando-os a um modelo ordeiro, onde predominava a fé, a lei e o rei. Assim, já se observa que Varnhagen procurou interpretar o mundo à sua própria maneira, tergiversando, em alguns pontos, do modelo de história desejado pelo IHGB, e que tinha na proposta de Martius o seu modelo escolhido.

terminariam vencidos pelas mãos dos *homens virtuosos* que, não é demais reafirmar, eram sempre *brancos colonizadores ou lusófilos*<sup>134</sup>.

À exceção, no panteão erguido por Varnhagen, vamos encontrar dois nomes especiais: o de Henrique Dias e o de Felipe Camarão, cujas memórias ficaram para a posteridade como os grandes heróis da Batalha dos Guararapes, guerra final contra os holandeses, que permitiu a retomada de parte do Brasil ao um Portugal restaurado. Henrique Dias era um negro, e seu companheiro, Felipe Camarão, indígena. Juntos com André Vidal de Negreiros, branco, os três perfizeram o heroísmo que Varnhagen quis mostrar ao Brasil, heroísmo que dispensou as diferenças étnicas e se uniu em defesa de um projeto superior: o domínio português na América. Na união das três etnias, tal qual recomendado por Martius, em prol de tal ideiação, mais uma vez nosso autor celebrou a dominação portuguesa, desta feita consentida e acastelada pela população nativa e pelos escravos que também viam no português o senhor das terras americanas.

Nesta perspectiva, a história do Brasil escrita por Varnhagen seria a confluência de biografias de varões ilustres que, em diferentes momentos, lutaram em nome de um Estado forte e centralizado, capaz de forjar uma nação soberana a partir de um processo civilizatório. Da mesma forma, no entrelaçamento destas biografias individuais emergiria a grande biografia da nação, aquela que encontrava suas raízes no solo português. Sua narrativa da criação do Brasil pelos portugueses a partir da construção de heróis tornou-se, posteriormente, largamente reproduzida nos manuais didáticos, que ostentaram as imagens desses heróis, de forma a que seus semblantes fossem gravados pela população nacional que freqüentava a escola, transcendendo seus rostos à própria menção de seus nomes. Definia-se, assim, uma identidade nacional almejada e minuciosamente planejada.

## **2.2. O caráter civilizatório da colonização portuguesa**

Para além da sutil construção de heróis, Varnhagen inseriu em seu projeto toda uma engenharia que lastreou o Estado Português como uma entidade civilizatória, expressão utilizada de forma copiosa em sua narrativa<sup>135</sup>. Buscava, pois, justificar a presença

---

<sup>134</sup> OLIVEIRA, Laura Nogueira. *Op. cit.*, p. 89.

<sup>135</sup> A rigor, o conceito de civilização refere-se a uma grande variedade de fatos resultando na dificuldade de precisão do termo. O ancestral da palavra *civilisation* é o conceito de *civilité*, cujo desenvolvimento expressa

portuguesa na América, assim como a consecução do empreendimento colonial em todos seus desdobramentos. Suas escolhas historiográficas revelam o quanto o visconde de Porto Seguro ratificou o projeto historiográfico de Von Martius, ao tributar aos colonizadores, erigidos em sua narrativa como heróis, a imagem de motor da civilização nos trópicos. Os portugueses, imersos na epopéia de conquista e defesa de parte do território americano para o estabelecimento do poder real e da fundação de uma nova civilização, tinham como objetivo a transformação do comportamento dos distintos povos ali ajuntados (africanos e nativos), bárbaros carecedores de ascender a uma condição superior de civilidade<sup>136</sup>.

É sob essa ótica que as ditas ações civilizatórias encetadas pelo Estado português apareceram com destaque na obra de Varnhagen. O estado de civilização, na retórica daquele autor, mantinha uma luta contínua contra o estado de barbárie, que espreitava o homem e o assaltaria e dominaria tão logo ficasse desamparado dos controles criados pelo homem, mas que pairavam sobre ele na figura onipotente do Estado.

Para nosso autor, a condição humana tinha cariz precário, sendo incapaz de se sustentar sem que existisse, ao seu lado — na qualidade de suportes indispensáveis —, a comunidade, a sociedade e a Nação. Mas foi ao Estado, enquanto expressão primeira da

---

uma antítese fundamental da auto-imagem do Ocidente, a qual opõe o cristianismo romano-latino da Idade Média, de um lado, ao paganismo e à heresia, incluindo o cristianismo oriental-grego. A sociedade do Ocidente empenhou-se nas guerras de colonização e de expansão, primeiramente em nome da cruz e depois pela civilização. Desse modo, o termo *civilização* conservou sempre um resquício da missão em que a cristandade latina e o cavaleiro-europeu superior poderiam e deveriam forçar a alteridade à ação transformadora do comportamento humano, civilizando-o. O termo, portanto, constitui expressão e símbolo de uma formação social peculiar forjada na Europa, *a sociedade de corte*, e remete a uma identidade que, no decorrer da constituição dos Estados nacionais, associou o conceito de cultura à *civilização* — pois a cultura ocidental seria resultado da civilização. Ao ser incorporado no dicionário, no Século XVIII, o termo ganhou o sentido moderno de *resultado de um processo de aperfeiçoamento da humanidade*, isto é, o processo de civilização se traduz como o caminhar do progresso em direção à modernização tecnológica e à sofisticação dos hábitos humanos, cujo parâmetro seria a Europa ocidental. Essa idéia foi exportada da Europa para o mundo, como sendo um processo coletivo ininterrupto com o qual a humanidade estaria comprometida desde suas origens e o ritmo de sua variação dependeria somente das diferentes épocas e lugares, e é sob tal perspectiva que Varnhagen o insere em sua obra. STAROBINSKI, Jean. **As máscaras da civilização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.p. 13-20.

<sup>136</sup> De acordo com Elias, o conceito de civilização expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo, pois o termo condensa tudo em que a sociedade ocidental se julga superior a sociedades antigas ou a sociedades contemporâneas, normalmente entendidas como atrasadas. Assim, o conceito descreve como a sociedade ocidental representa o que lhe é especial e distintivo das demais e o que lhe orgulha: o nível de sua tecnologia, seus hábitos, o nível de desenvolvimento de sua cultura científica, entre tanto outros. A respeito ver ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e a aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001, p. 40. A mesma questão é abordada em STAROBINSKI, Jean. *Op. cit.*, p. 13-20.

Nação, que se delegou o poder de zelar para que tais condições surgissem de forma racional e deliberada. O homem abandonado a si mesmo retroagiria quando desamparado pela ordem e pela lei que nasceriam do Estado, na ótica varnhageniana.

Dessa visão de mundo nasceu a idéia de Brasil, constante em sua HGB, na qual o Estado Português teve papel de destaque, posto atribuir ao mesmo a existência do povo e da nação brasileira. Todo o seu raciocínio histórico foi desenvolvido em virtude do princípio básico de que o Estado é o gerador de nações e povos, e que toda atividade humana que pudesse pôr em risco essa função devia ser combatida como um atentado aos legítimos interesses da Nação<sup>137</sup>. Fixou-se, no Brasil, desde então, a noção de que o Estado chegara antes, como uma entidade superior, dando ensejo posteriormente à nação.

Em decorrência de suas escolhas, sedimento da tese constante na HGB, observa-se que Varnhagen data o início da história do Brasil a partir, apenas, da chegada de Pedro Álvares Cabral e sua tripulação à *nova terra*, em 1500; antes disso nada era interessante a ponto de integrar sua narrativa sobre a formação do Brasil. Com base nessa premissa, aquele historiador, engenheiro militar formado pela Escola de Cadetes de Portugal, foi taxativo ao reconhecer ser dos portugueses a propriedade do lugar: o Brasil pertencia a Portugal, seu descobridor, e a mais ninguém, fossem os nativos que o habitavam desde tempos imemoriais ou os espanhóis, franceses e holandeses que adentravam seu litoral. Lastreava-se, assim, a representação do português como senhor do Novo Mundo, com o fito de ali implantar uma civilização. Nascia também a chamada América Portuguesa, tão cara à versão varnhageniana, posto só compreender o Brasil como extensão de Portugal, país este surgido *no orbe entre as nações civilizadas, regido por uma das primeiras dinastias de nossos tempos (...) e que dentro de algumas gerações, se havia de organizar uma nação mais rica e considerável do que a mãe-pátria*<sup>138</sup>.

Esse argumento foi repetido ao longo de sua narrativa, num esforço notável de bem fixar um atributo dos portugueses no Novo Mundo: agentes da civilização, onde o português descobridor embasava a construção de uma identidade de Portugal, pátria-mãe, mostrada na HGB como um *imenso rio* – tal qual Martius referenciava – que congregaria as

---

<sup>137</sup> A respeito ver ODÁLIA, Nilo. *Op. cit.*, p. 41.

<sup>138</sup> *Ibidem*, secção XVIII, p. 294.

contribuições dos pequenos afluentes de outros povos para a formação da identidade nacional brasileira.

Todavia, diante do esforço do autor em apresentar Portugal como um Estado civilizador, indagemos: em que consistia a civilização tão exaltada, a ser engendrada nas terras descobertas e apossadas? Em que versava o processo civilizatório português tão alardeado em sua *História Geral*? Como esse processo expressara resultados?

Em busca de sentidos para sua argumentação, Varnhagen fez uso de dois elementos marcantes no empreendimento colonial – a religião e a guerra -, mostrando-os sempre como estratégias utilizadas pelos portugueses, para realização de seu projeto civilizador. A religião, para ele, deu o contributo necessário como instrumento civilizador, sendo um anteparo, uma sólida barreira que tinha por fim impedir o colono de perder sua condição humana, passando a chafurdar na barbárie — estado de degradação a ser evitado a todo preço. Exemplos desses desregramentos eram abundantes na colônia, e nosso autor lançou mão dos mesmos para demonstrar o esforço de padres e missionários a fim de evitar a fuga do cristão para as amarras da barbárie que assolava as terras americanas antes da chegada *benfazeja* dos civilizadores, em muitos casos não obtendo resultado favorável ao seu esforço:

“Vendo-se em pequeno número e bem desamparados, os cristãos em cada uma das capitanias começaram por afazer-se a muitos usos dos bárbaros, nos objetos domésticos e nas primeiras necessidades. Destes adotaram o uso do tabaco de fumo, e com tanto amor que se tornou geral e passou à Europa, e já no século seguinte constituíam um dos ramos da indústria e produção do Brasil. Quis a igreja opor-se ao uso, declarando-o rito gentílico; e prelado houve que chegou a proibi-lo, com pena de excomunhão, dando alguma vez como penitência aos que fumavam trazerem na igreja os *pytimbaos* ou grandes charutos ao pescoço; mas foi tudo debalde<sup>139</sup>”.

Varnhagen, mesmo esforçando-se para patentear o português como elemento civilizado, contraditoriamente mostrou sua gradual aproximação com os costumes bárbaros de negros e índios, ao fazerem uso de certos produtos comuns na colônia. Na ocasião ele clamou, também, contra o contato íntimo entre homens brancos e mulheres de cor, ato incompreensível em sua concepção de mundo. Buscava, porém, justificar esses atos como

---

<sup>139</sup> *Ibidem*, secção XXIII, p. 212.

oriundos de um ambiente de penúria e desamparo, tamanha eram as dificuldades enfrentadas pelos primeiros colonos. A religião, em seu cariz regenerador, teria um papel importante para adequar tais comportamentos, sendo a mesma utilizada, e mostrada por aquele autor, como o instrumento do estado para que seus agentes, diante da espinhosa missão, não perdessem o original feito. Em sua concepção providencialista e metafórica da história, a presença de Deus e de Sua Sabedoria se efetivavam sob a forma de uma ação fornecedora de benesses e graças aos portugueses, dignos filhos do divino e pais da nação.

A religião, enquanto instrumento civilizatório, também foi mostrado pelo historiador como instrumento educativo em sua mais difícil missão, que era o resgate dos bárbaros de sua natureza degradante. Varnhagen destacou no trabalho realizado pelos jesuítas a *educação*, elemento profundamente entranhado à religião, a qual, juntamente com a *lei* e a *autoridade*, compôs a tríplice base para a efetivação do processo civilizatório da colônia pelos portugueses. Em sua narrativa, a religião tiraria as gentes da miséria moral e espiritual nas quais estavam inseridas. A expiação desses povos foi rigorosamente datada pelo autor, e se iniciara com o descobrimento e a colonização pela Europa cristã, ou especificamente, católica. Da mesma forma como a providência abençoava os portugueses, lançava sua fúria contra os bárbaros e seus costumes, que deviam submeter-se ao poder real de Portugal e seu projeto civilizatório, sob pena da danação eterna.

Observemos que Varnhagen lançou mão do recurso sensibilizante de mostrar, aos católicos do império, um Portugal guiado pelo divino, a desempenhar um papel predeterminado no âmbito sobrenatural, com o fito de fazer expiar dos seus pecados e crueldades a escória nativa, bárbara, avessa às normas da cristandade. Sua leitura tendeu a remeter o leitor a trechos da história bíblica, em que a posse da terra e a conseqüente expulsão dos filisteus eram promessas divinas, que se cumpriram quando os portugueses chegaram ao Brasil, subjugando os bárbaros que ali habitavam, de forma espúria, pois não eram seus donos. Outros trechos com o mesmo teor são encontrados ao longo de sua narrativa, asseverando que

“Com a chegada do Cristianismo, do rei, da lei e da razão, da paz, da cultura, da civilização, com a chegada dos europeus a este território, o Brasil surgiu e integrou-se no seio da Providência<sup>140</sup>”.

---

<sup>140</sup> *Ibidem*, secção XXXI, p. 337.

Era entendimento de Varnhagen que o Brasil se realizara, no seu destino manifesto, somente quando da chegada dos portugueses, competindo aos mesmos inseri-lo no rol das nações civilizadas, ao implantar na sociedade ali criada as regras da cristandade, expressas nos deveres apregoados pela fé católica. Assim, nosso autor fazia uma conexão entre os tempos coloniais e o seu próprio tempo, tempos imperiais, no qual à Igreja, e ao seu clero, fora reservado um lugar social cercado de especialidades, graças à manutenção da instituição do Padroado<sup>141</sup>.

Contudo, por mais comprometido que estivesse com o catolicismo como instrumento de civilização, associado nessa tarefa com o Estado, o historiador mostrou-se um crítico implacável toda vez que a Igreja, ou seus representantes, agiram – a seu ver - contra a presença do Estado. Quer estivesse analisando Portugal do século XV ou em datas anteriores, quer se detivesse em análises sobre o Brasil colonial ou independente, o critério maior para a avaliação da atividade da Igreja pautou-se sempre nas relações de subordinação da mesma aos interesses do Estado português. Quer falasse da Inquisição, quer analisasse a atuação dos jesuítas no Brasil, toda vez que a intervenção da Igreja pudesse de leve ferir ou sensibilizar a ação do Estado monárquico português, pondo em perigo sua unidade e/ou seu poder, Varnhagen não titubeava, assumindo vigorosamente a defesa do último<sup>142</sup>.

---

<sup>141</sup> Pertinente destacar que o Padroado, como parte da política regalista portuguesa, teve continuidade no Brasil emancipado, por via da Constituição de 1824, que estabeleceu, em seu artigo 5º, a religião católica como religião do império, permitindo excepcionalmente a liberdade de culto, desde que sem símbolos exteriores. A ingerência da coroa nos assuntos religiosos, no entanto, somada a outros fatores – como o contingente de escravos, a presença cada vez maior de imigrantes protestantes e a grande extensão territorial – se revelaram como danosos para o processo de cristianização do Brasil, que, se oficialmente era católico, em sua realidade se movia às margens das práticas e dogmas da Igreja, revelando a precariedade com que foi conduzida a cristianização no território no período colonial. Apesar da ambigüidade exarada da relação população e clero, é inegável a integração de atos religiosos com o cotidiano nacional, onde os grandes momentos da existência eram vividos no ambiente do templo católico. A proximidade da família imperial (mais especificamente, da princesa Isabel e seus filhos) e a Igreja, no entanto, é reveladora da preocupação de Varnhagen em dar ênfase a alguns aspectos nomeadamente ligados à sacralidade. Sobre o tema, ver HAUCK. J. F. **História da igreja no Brasil – Segunda época. A igreja no Brasil no século XIX**. Petrópolis: Vozes, 1992.

<sup>142</sup> Mesmo que em seu texto haja elogios à atuação dos jesuítas no que tange à sua contribuição ao soerguimento moral da colônia, Varnhagen não se esquivou de tecer severa crítica a sua atuação quanto aos indígenas, fonte de grandes males que punham em perigo a estabilidade do governo e da própria colônia, e que motivou a expulsão dos membros da companhia de Jesus. Para Varnhagen, *Os jesuítas pregavam mais com a palavra do que com o exemplo; pois, que não começaram por libertar os que lhes davam obediência. Não temos nenhuma sorte de prevenções contra os ilustrados filhos de Santo Inácio, que tão assinalados serviços prestaram à instrução pública e ao cristianismo; mas quando os documentos acusam deles algumas irregularidades, não trataremos de as contar com artificiosos disfarces, que antes pareceriam adulação*

No esforço civilizatório português, onde a religião não obteve resultados, e em casos mais específicos – como as invasões estrangeiras – a guerra foi relatada sempre como um pressuposto do empreendimento. Para aquele historiador, a construção colonial foi efetivada no combate, na guerra, na disputa da terra contra os invasores, de forma a que Portugal pudesse se impor como seu dono, onde deveria implantar uma nova civilização.

A guerra seria, assim, o instrumento de imposição de um modelo desejado pelos civilizadores. Esse modelo era colocado, em primeira mão, pela educação religiosa – onde a fé, a lei e o rei eram postos como princípios orientadores da sociedade que se formava. Submeter-se a tais princípios significava adequar-se ao modelo civilizatório que se queria para o lugar, e ao qual teriam que se submeter e adaptar todos os demais povos. Do contrário, a não-recepção desses princípios deveria ser entendida como uma oposição a ser severamente combatida pelo Estado português, por meio de seu instrumental bélico. Tratava-se de um novo contexto de aplicação da chamada *guerra justa*, travada contra bárbaros e pagãos desde o período da Reconquista, e sobre a qual o autor não fez maiores menções<sup>143</sup>.

Em diferentes pontos de sua narrativa, Varnhagen acentuou a atuação bélica portuguesa<sup>144</sup>, de forma a que seu leitor entendesse que, no contexto narrado, não bastava a determinação

---

*injusta. Ibidem*, secção XXIV, p. 393. Por esse viés, é possível compreender porque não há um único padre ou missionário em seu panteão de heróis. Nem Anchieta, cujo trabalho nas missões permitiu a melhoria das comunicações entre colonizadores e indígenas, graças à formulação de uma gramática, foi merecedor de um papel de destaque, em decorrência do rompimento de relações entre a coroa portuguesa e os jesuítas, em 1759. Seu nome é citado, junto com o do padre Manoel da Nóbrega, como os dois jesuítas a quem o Brasil devia os maiores serviços, embora o autor reconhecesse como “demorado” o recurso da catequese. *Ibidem*, secção XIV, p. 201.

<sup>143</sup> Varnhagen faz ligeira intervenção crítica sobre o tema, aproveitando para destacar, para além da política dos jesuítas, a piedade dos reis como causa para que os índios fossem chamados à civilização. Aproveita o contexto para lançar chispas contra as pregações de Frei Bartolomeu de Las Casas, a quem nomeou de *pseudo-filantrópico* e *negreiro*, com pretensões de *transportar à América toda a Etiópia*. *Ibidem*, secção XIV, p. 220 e secção XLIII, p. 128 e seguintes.

<sup>144</sup> No Livro I, Varnhagen relata a guerra comandada por Martin Afonso de Sousa contra a invasão dos franceses no Maranhão; mais adiante, justifica a penosa guerra contra os índios, na conquista do território da Paraíba. Essas guerras perpassam toda sua narrativa, pois existiram em diversos pontos do território colonial. A Batalha dos Guararapes, em que descreve a invasão holandesa até sua expulsão, é narrada no Livro II, a partir da p. 187, tendo continuidade no Livro III, tamanha a minúcia do autor. Nesse livro Varnhagen reporta-se à Revolta do Maneta e a Revolta dos Mascates, e dos meios utilizados para findar o levante. À guerra dos Emboabas não deu grande destaque, mas Varnhagen mostrou toda sua fúria lusitana ao narrar, em clima de júbilo, a destruição do quilombo de Palmares pelos bandeirantes paulistas. A Revolução Pernambucana, de 1817, é abordada no Livro V, de uma forma que sua narrativa justifica porque o historiador foi declarado pelos seus pares como um defensor da causa dos Bragança, e não da Causa do Brasil.

inexorável da providência, mas que a posse da terra consubstanciava e representava o resultado da ação do homem conquistador, em sua superioridade civilizatória perante os demais. Eram nessas guerras, contra índios, negros rebelados, quilombolas, calvinistas franceses, e mercadores dos Países Baixos, que Portugal espelhava sua ascensão sobre os demais povos, e especialmente àqueles reunidos na ambiência colonial, num contexto no qual índios e negros não tinham importância nem destaque.

Mesmo sem o desejar, as idéias contidas na HGB findaram por lançar seu autor num certo impasse que, na realidade da nação que buscava se constituir, aflorara como um problema central para essa mesma constituição: a questão racial. Lembremo-nos que, ao tempo da escrita da *História geral do Brasil*, a escravidão ainda era uma forte realidade a ser observada nos espaços rural e urbano, assim como a questão indígena, elevada a um patamar especial pelo romantismo. A existência dessa hierarquia entre distintos povos permitia que se falasse em projeto civilizatório como sinônimo de projeto colonizatório, embora resultasse como um impeditivo para os fins que se buscava, seja: a construção de uma identidade nacional unificada e centralizada em torno de uma *autoridade/poder* existente desde os primeiros anos da colônia.

Por conseguinte, Varnhagen se defrontou com alguns problemas fundamentais, que findaram por se constituir como eixos de sua narrativa: Como representar o português como o *grande rio civilizacional*, no contexto de raças, para estabelecer uma identidade comum? Como resolver a questão da existência de raças, perante a supremacia portuguesa? Como instituir essa união numa narrativa recheada de representações negativas contras as ditas raças?<sup>145</sup>

---

<sup>145</sup> Para aquele autor, os indígenas, com seus modos bárbaros de vida, ter-se-iam perpetuados no solo brasileiro se a *providência divina* não tivesse acudido a dispor que o cristianismo e a civilização trazidos pelas caravelas portuguesas viessem por termo a tão triste e depravado estado. Ao longo da *Historia geral do Brasil*, os indígenas seriam apontados como entraves à colonização, atacando e destruindo povoações. Eles seriam responsáveis pelo pânico e desordem da sociedade que se instaurava em terras tropicais, mostrando-se inconstantes e, portanto, não confiáveis como aliados no processo de colonização do Brasil. Eram sempre anotados, ao longo de sua narrativa, como um dos grandes obstáculos na superação dos limites do litoral, rumo ao interior. Neste sentido, ele elogiava e saudava os feitos dos bandeirantes paulistas, no seu aprisionamento e uso como mão-de-obra. As bandeiras, em última análise, seriam a civilização *dessas gentes* perdidas nas brenhas destas terras. Em síntese, o visconde de Porto Seguro definia *as gentes* que viviam no Brasil como *desgraçadas que, em vez de habitarem tão bello solo, apenas o possuúam, em quanto não se exterminavam umas ás outras em guerras que eram miseraveis a pôder de ferozes* (HGB, secção IV, p.88). Em relação aos negros, pouco se ocupou nosso autor dos mesmos. Para o visconde de Porto Seguro, os traficantes negreiros fizeram uma má ação ao Brasil entulhando as suas cidades do litoral e engenhos de

No processo de permanente escrita, invenção e embates de narrativas<sup>146</sup> de sua *História Geral do Brasil*, nosso autor definiu os rumos por onde resolveria as questões anteriormente expostas. A escolha do que deveria ser a nova Nação acabou por parecer como a natural decorrência de uma situação histórica em que a oposição entre culturas e civilizações diferentes impôs um vencedor — a cultura e a civilização dos brancos, que trazia em seu arsenal de armas não só as de natureza guerreira, como também outras, mais efetivas e sofisticadas, vistas como os atributos de uma civilização superior. Assim, nosso autor referenciava sua apropriação do discurso raciológico tão em voga no século XIX, discurso este bem absorvido pelos intelectuais brasileiros da época, e que se encontrava explícito nas orientações de Von Martius para a operação historiográfica dos membros do IHGB<sup>147</sup>. A Europa, mais especificamente Portugal, com tudo o que significava em termos de cultura e civilização, deveria ser o modelo ao qual se apegaria a nova Nação, onde as diferenças raciais não eram tidas como elementos dissonantes e excludentes. Bem ao contrário, era o processo civilizatório que unificava tais diferenças, pois

“Se da união nasce a força, da desunião somente fraqueza resulta; e o maior ascendente que em todos os países tem tido a civilização sobre a

---

*negrarias*. Ao abordar o concurso dos negros para a obra colonial e nacional, Varnhagen se limitou a registrar que a oferta do povo africano seria os pés e braços para o trabalho na colônia, repetindo a máxima conhecida do missionário jesuíta André João Antonil: *Os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente*. In. ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1982, p. 89.

<sup>146</sup> Varnhagen tinha consciência disso, mesmo sabendo da força da sua obra, e não poucas vezes refez os caminhos da escrita e reescrita da sua *História geral do Brasil*, bem como na produção de outros escritos como a *Historia das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654* e a *Historia da Independencia do Brasil, até ao reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data*.

<sup>147</sup> A respeito, bem nos ensinara Odália que foi sobre a estrutura racial, que dissimulava uma realidade de estrutura de classes, que convergiram todos os esforços de interpretação da história de parte significativa dos intelectuais brasileiros do século XIX e das primeiras décadas do século XX, demonstrando de maneira eloquente que, em primeiro lugar, uma opção de sociedade já havia sido feita, tendo como paradigma a sociedade européia e, em segundo, que essa opção era também uma forma de integração a essa sociedade; integração que demandava uma metamorfose dos elementos espúrios da estrutura racial, índios e negros, pelo remédio da fusão ou miscigenação racial. Contudo, se num primeiro momento, a pura e simples fusão racial parecia conduzir pacificamente à opção feita, num segundo, a rejeição sofrida por essa solução tranqüila pela comunidade científica européia — à qual repugnava o hibridismo racial do homem brasileiro — obrigava a uma reavaliação do nosso passado colonial, de maneira que se amoldasse às condições impostas pela opção feita. Assim, se a opção por um modelo europeu de sociedade parecia ser apenas consequência natural de nossa experiência histórica, os obstáculos teóricos que surgiram da comunidade científica européia deveriam ser analisados, ratificados e, principalmente, retificados, em razão daquela mesma experiência. Cf. ODÁLIA, Nilo. *Op. cit.*, p. 19.

barbárie vem de que esta, composta de elementos dissolventes, não se une, ao passo que a nação civilizada, que com ela se põe em contacto, tem nas suas mesmas leis os laços de união<sup>148</sup>”.

A partir de tal consideração, na escritura da sua *Historia geral do Brasil*, que Varnhagen elegeu como um dos principais mitos fundadores da nacionalidade brasileira: a união de raças<sup>149</sup> – díspares entre si, mas comuns em finalidades, seja, o estabelecimento de uma nacionalidade que se reconheceria com uma herança única, a portuguesa. A tríade brancos/negros/índios, proposta por Martius, encontrou final guarida na obra varnhageniana, para quem esta união era resultante da vitória da ordem e da civilização brancas numa América marcada pela mestiçagem. Eis o segundo aporte para respaldar sua tese sobre o projeto civilizatório português, a atividade bélica, na qual se uniram os diferentes elementos étnicos para defender o projeto português, constituir uma nova sociedade, e formar um povo. Realizava-se, finalmente, no texto do historiador do IHGB, o ideal civilizatório tão arduamente defendido.

Com esse fito, Varnhagen fez da *Batalha dos Guararapes* o *locus* de congregação das distintas etnias, o lugar onde a civilização se faria vitoriosa, ao soterrar as diferenças para se forjar identidade e lealdade em torno de um projeto comum – o projeto colonial português. Outros heróis surgiram em sua narrativa, e que representariam essa união só possível no contexto do ideal civilizador: Vidal de Negreiros, Felipe Camarão e Henrique Dias eram os guerrilheiros ideais para o sucesso da empreitada militar contra o inimigo, bem como os varões ilustres que formariam a nação brasileira. Estes eram os eleitos de Varnhagen para servirem a sua causa – a invenção de um mito fundacional para o Brasil. Ao menos era a verdade que ele desejava acreditar ou fazer crível.

---

<sup>148</sup> *Ibidem*, secção XLVII, p.307.

<sup>149</sup> Varnhagen foi o primeiro ideólogo a formular concretamente a teoria do branqueamento da população brasileira. Dessa união de raças nosso autor construiu a identidade comum do Brasil, bem representada no mestiço, mas que ao cabo de algumas gerações se tornaria, novamente, na essência do europeu vencedor. Purificado, depois de passar pelas agruras da miscigenação, seriam eliminadas as excrescências desse “cruzamento espúrio” e retificados os erros históricos, dentro de uma nova realidade histórica. Ao novo homem branco assim nascido competia tomar consciência de seu ser, ao conhecer de que etnias surgiu; como o seu caráter foi forjado, no combate, na conquista e reconquista da terra, no desbravamento dos sertões e florestas. O ideal do branqueamento da raça é a culminação de um processo de fazer do Brasil uma sociedade branca e européia; ideal permanente que aqui se revela, sob a forma de um confronto de civilização e que vai se matizando diferentemente com o decorrer de nossa história.

A unidade etnicorracial vislumbrada no episódio da invasão holandesa ajudaria no processo de consolidação da unidade territorial, tão necessário no momento da escrita da HGB. Esta preocupação de Varnhagen ficou evidente nas passagens em que estas personagens figuravam, sendo sempre destacados pela associação à causa da civilização, bravura e disciplina e capacidade de seguir a liderança. Além disso, tinham importância pela forma como comandavam seus homens na condição de militares e também de pedagogos, pois suas tropas eram formadas por *suas gentes*. E, ao liderá-los no campo de batalha, também ensinavam qual era o caminho da civilização, cujas regras se amparavam, em grande parte, nas normas da cristandade católica. Estes homens eram exaltados por Varnhagen<sup>150</sup> porque lutaram com bravura – como coadjuvantes – ao lado dos colonos portugueses contra o inimigo estrangeiro e a favor do projeto de Portugal.

---

<sup>150</sup> Em sua narrativa, de variadas passagens, percebe-se que naquele acontecimento histórico, a guerra de expulsão dos holandeses, no qual se congregaram três distintos grupos étnicos, ao elemento português foi dado um lugar especial e mais elevado, como grande autor da nação, sendo os demais meros coadjuvantes. Sendo negro Henrique Dias, e índio Felipe Camarão, Varnhagen faz questão de demonstrar certa inferioridade bélica desses comandantes, ao destacar que *A gente que desembarcara com Henrique Dias havia sido encontrada, à borda de um mato, pelo capitão das guardas de Nassau Carlos de Toulon, que com setecentos homens fora buscá-la, e lhe fizera um grande número de prisioneiros, ficando no campo oitenta e sete mortos, e constando que havia sido ferido o próprio Henrique Dias. (...) Do Camarão, sabemos que se achava às margens do Uma, com os seus guerreiros, quando, ao aproximar-se o coronel Koin, com mil soldados, se retirou mui a tempo pelos matos, evitando combate (Ibidem, secção XXXI, p. 31-2)*. Em relação ao negro Henrique Dias, Varnhagen não apresentou tantos dados biográficos, mas seguiu a mesma linha de raciocínio, procurando mostrar seus valores como soldado e fiel seguidor dos ideais coloniais. Mesmo ao elogiá-lo, o historiador sorocabano não deixou de registrar as marcas herdadas da sua condição racial, que por vezes se manifestavam no guerreiro: *Henrique Dias era bravo, fozoso e às vezes desabrido; e mais valente para obrar, que apto para conceber. Naturalmente loquaz, desconhecia o valor do segredo e discrição nas empresas; mas era dotado de coração benévolo e uma alma benfazeja (Ibidem, p. 16)*. Na descrição do índio Camarão ficou bem perceptível a sua visão do que significava esta adesão à cultura européia como uma saída para a condição de barbárie: *D. Antonio Filippe Camarão (traduzindo-se este apelido do de Poty que levava como selvagem, e que significa o mesmo), unido á causa da civilização desde o estabelecimento da capitania do Ceará, não cessara jamais de prestar serviços importantes, já contra os franceses na costa do norte, já contra os holandeses na Bahia e em Pernambuco, já contra os próprios selvagens. Ao vê-lo no fim da vida tão bom cristão, e tão diferente do que fora, e do que haviam sido no mato os seus pais, não ha que argumentar entre os homens com superioridade de gerações; sim deve abismar-nos a magia da educação, que, ministrada embora à força, opera tais transformações que de um bárbaro prejudicial á sociedade, se pode conseguir um cidadão útil a si e à pátria. – O ilustre comendador Camarão era mui bem inclinado, comedido e cortês, e no falar mui grave e formal; e consta que não só lia e escrevia bem, como que não era estranho ao latim. – Era um tipo do soldado modesto, que combate pela pátria na ideia de não ter feito mais do o seu dever( Ibidem, p.19)*. Ao longo da narrativa, chefes militares como André Vidal de Negreiros ganhavam em quantidade de páginas e de elogios maior destaque. Vidal de Negreiros, na sua leitura, *era homem tão superior que necessitaria um Plutarcho para apreciar-o*. A sua biografia era também muito mais profícua em dados e fatos. Filho de portugueses, branco nascido no Brasil, Varnhagen abre nota de rodapé com os elogios constantes, na obra de Barleus, sobre a atuação de Vidal de Negreiros no

Sendo as nações constituídas como narrativas, como afirmou Said<sup>151</sup>, é corrente que estas congreguem nas suas tramas a dimensão mítica, procurando fabricar um começo sublime. Esta concepção de história, articulada com as tradições inventadas e seu mito fundador, permitiu a Varnhagen interpretar o Brasil como um só corpo territorial, étnico e político, e que suas instituições marcadamente plurais encontrassem uma unidade quase natural, quando pensadas à luz do passado colonial. Nessa dimensão mítica, aquele historiador inventou um começo sublime, onde as diferenças deixaram de existir, para ensejar um povo que deveria tomar consciência de que os seus diferentes sujeitos raciais formavam uma suposta unidade, e essa unidade expressava a realização final do projeto civilizatório português.

Com tais argumentos Varnhagen compôs o mito fundador do Brasil<sup>152</sup>, de um Brasil português, e não de um Brasil - brasileiro. A proclamada união das três raças, em sua ótica, celebrava a dominação portuguesa com o consentimento e a colaboração da população nativa, sendo essa dominação superior a todas as demais, posto que derrotara índios, negros, franceses e holandeses. A superioridade proposta na narrativa de Varnhagen baseava-se na predominância de valores que fizeram do português o vencedor, dentro de um processo histórico idealizado, no qual estava o homem branco, conquistador e católico, e a barbárie, indígena e negra. A idealização do vencedor foi feita pela contínua referência à civilização superior que impôs seus padrões, incluindo-se aí os traços característicos de seu portador, o homem branco, ele mesmo produto de condições históricas e de concepções idealizadoras de seu ser e de sua atuação na história.

A mistura ali não era a possibilidade da existência da diversidade, era a adesão ou rendição ao projeto colonial europeu – branco, cristão católico, masculino. Significava, enfim, a

---

conflito: *Vidalius, homo audax, callidus e prout animum intendisset, pravus aut industrius in Parahyba terris populationibus incendisque grassatus, maximus damnis afflixerat Lusitanorum molas, agrosque camis passim sachareis consito. Ibidem, secção XXXI 14 e seguintes.*

<sup>151</sup> SAID, Edward Wadie. **Cultura e imperialismo**. São Paulo, Companhia das Letras, 2005, p. 13.

<sup>152</sup> A associação desta imagem do panteão das três raças como marco fundador da idéia do Brasil como paraíso racial, como se percebe, por exemplo, na produção didática brasileira, repete a lógica da necessidade de sempre se buscar uma origem primeira, uma mitologia e uma tradição no passado como forma de legitimação. A propósito dessa criação ver RIBEIRO, Renilson Rosa. **Colônia(s) de Identidade(s): Discursos sobre a raça nos manuais escolares de História do Brasil**. Dissertação de mestrado em História Cultural, Universidade Estadual de Campinas, 2004.

aceitação da legitimidade da força e autoridade do povo conquistador, ao qual ele se esforçava para representar, a partir de variados adjetivos e fatos.

Essa pureza arquitetada na *História Geral do Brasil* concretizaria, na verdade, o viés principal de sua obra: mostrar o Brasil como uma continuidade de Portugal, nação cuja superioridade (racial, bélica, cultural) já fora bem provada nas guerras de conquista, de dominação e de civilização do território denominado não como *América portuguesa*, mas como Brasil, desde seus primórdios. Neste sentido, pode-se constatar que a narrativa da história do Brasil, nos moldes projetados por Varnhagen, não foi somente a história de uma conquista, mas foi também, prioritariamente, a constatação discursiva da dita superioridade de uma cultura, de uma civilização, de um modo de vida e de um pensamento, sobre outras formas rotuladas de primitivas que acabam por ser interpretadas como um estado de barbárie. No exercício de mostrar o Brasil como fruto dessa superioridade, insistiu aquele autor em ser o estado imperial, comandado por D. Pedro II, o sucessor de Portugal na América e que somente a colonização lusitana poderia ter garantido a unidade nacional, o que bastava à historiografia imperial para desqualificar as outras experiências coloniais. Mostrava, assim, sua fidelidade ao imperador e aos seus antecessores, diretamente envolvidos na grande obra de civilização do Brasil.

### **2.3. A admirável monarquia Bragantina**

A leitura da HGB parece desnudar, de forma insistente, a fatura de heróis criados por Varnhagen, com o fito de solidificar a proposta mestra de sua obra, seja, a união de Brasil e Portugal. Seus heróis, no entanto, não se limitaram aos súditos portugueses, empenhados na tarefa colonizadora, sobre os quais nos reportamos no item recém concluído. Acima e para além daqueles existiriam *heróis maiores*, capazes de vislumbrar o futuro e de traçar estratégias para realizar planos que dignificassem o Brasil, permitindo a sua existência enquanto nação, que agora buscava se reconhecer como uma, imbatível, autônoma.

Para esse fim, Varnhagen se esforçou em convencer, a partir de seu texto, que a essência que o Brasil buscava naquele momento estava em seu passado mítico, desde a sua origem primeira, unificado, contínuo e eterno<sup>153</sup>. Para tanto, dever-se-ia compreender que os

---

<sup>153</sup> Cf. HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 53.

tempos coloniais foram *tempos do nascimento da nação*, nos quais o Brasil fora gestado, em sua essência, pela vontade e poder dos reis operosos da dinastia bragantina, cujo herdeiro assumira o trono brasileiro. Tais tempos foram mostrados por Varnhagen como um período de labor, de realizações de sonhos e determinações de uma monarquia empenhada no sucesso da empreitada colonial. A existência da nação datava de 1500, com o descobrimento do Brasil pelos portugueses, período que atingira seu ápice em 1808, ano da vinda da família real para o Brasil; para ele, data a ser celebrada com júbilos, posto que destacasse o Brasil entre as demais nações do continente, conferindo-lhe um caráter semelhante a de outras nações européias. Completava-se, ali, a obra colonial, assim como se iniciava a transformação do Brasil em corpo político autônomo<sup>154</sup>, sob o legado de uma paternidade – portuguesa e bragantina -, de todas as formas possíveis elogiada por nosso autor, para quem

“A madureza da independência procederia da carta régia sobre a abertura dos portos e, por conseguinte, ao mês de janeiro de 1808, com mais glória para o Brasil, que destarte remontou a sua emancipação colonial em época anterior a de todas as repúblicas continentais hispano-americanas”<sup>155</sup>.

Para Varnhagen, foi a vontade do então príncipe regente, D. João VI, ao instalar sua corte no Brasil, que permitiu o amadurecimento da nação, tornando-a independente com a abertura dos portos e a elevação, em 1816, a Reino Unido. Sob seu reinado, o Brasil perdera o estatuto de colônia, equiparando-se ao próprio reino, abandonado pelo então príncipe regente, por vontade própria, mesmo que num momento de perigo, para vir reinar no Brasil. Essa emancipação fora feita sem lutas nem discórdias, de forma pacífica, a demonstrar que as esporádicas sublevações de colonos não tinham sentido diante da magnanimidade de D. João VI.

---

<sup>154</sup> Segundo François Hartog, para os historiadores franceses do século XIX, à semelhança de Varnhagen no Brasil, *a nação é (...) ao mesmo tempo uma evidência, uma arma política, um esquema cognitivo e um programa histórico. (...) Ao longo de todo o século, os historiadores tentaram entender este momento fundador, e, portanto, inscrevê-lo e dar-lhe sentido no longo percurso da história*. In: HARTOG, François. **O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges**, Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003, p. 24.

<sup>155</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História da Independência do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1922, p. 241.

O período joanino no Brasil foi construído de forma especialmente favorável no texto de Varnhagen, que elogiou à exaustão a atuação de D. João VI, criador e ordenador das condições para o estabelecimento do Brasil como corpo político autônomo. Foi o seu governo que oxigenou as acanhadas relações sociais até então existentes no Brasil, que melhorou as cidades insalubres, que estimulou a cultura, que rechaçou as insatisfações, que uniu e transformou, habilitando a antiga colônia à condição de autônoma.

Para o visconde de Porto Seguro, em razão de sua administração, o avô paterno de D. Pedro II era, se não o primeiro imperador, ao menos o *verdadeiro fundador do império* do Brasil, por ter lançado os alicerces da obra em que seu filho e neto iriam depois reinar. A pretensão de construir o Império do Brasil era documentada por Varnhagen com o manifesto de guerra feito à França por D. João, em 1º de maio de 1808. Nessa declaração teria o regente afirmado que no Brasil iria criar um novo império, citação bem destacada pelo historiador paulista como prova de seu argumento.

Destarte, Varnhagen construiu em sua narrativa um ambiente propício à definição do heroísmo que pretendia solidificar na figura de D. João VI. Instalado no Brasil com sua corte, reinando dos dois lados do Atlântico, D. João foi mostrado trazendo para a mesma, como face opositora ao estado de emancipação do Brasil, as exigências dos revolucionários do Porto que, ao contrário dos desejos do rei, desejavam submeter o Brasil ao antigo estado de colônia, humilhando, espoliando, destruindo a nação criada por D. João VI com sua presença e seus atos inovadores. As cortes de Lisboa, na sua sanha liberal, foram mostradas na HGB como o elemento responsável pela retirada de D. João VI e de sua família, assim como pela dissolução do Reino Unido, efetivando uma nunca pretendida separação entre Brasil e Portugal.

“Estava já lançado o pomo da discórdia; mas, como se as cortes não quisessem que de forma alguma se questionasse a todo o tempo a procedência dele, não parou nas suas providências de opressão. Para si haviam sido liberais: haviam abolido a inquisição, proclamado a imprensa livre, a negação do veto e dos privilégios eclesiásticos e seculares; e eis que começam, sem esperar ao menos a reunião dos deputados do Brasil, a legislar contra este estado; isto quando a província e corte do Rio de Janeiro sofria dolorosamente pela falta de subsídios e falência do banco; e quando o príncipe regente escrevia do Rio a seu augusto pai, lastimando sua situação e falta de meios, para acudir às

despesas da sua corte, sem outras mais rendas que as da província, e pedindo-lhe inclusivamente que não compromettesse a dignidade de seu filho, que também era a sua<sup>156</sup>”.

Com este enredo, Varnhagen mostrou uma parcela da sociedade portuguesa – os revolucionários e membros das Cortes – como uma gente que se levantava audaciosamente contra seu rei e seus propósitos, coagindo-o a e atormentando-o, com o fito de submetê-lo as suas vontades, para assim ganhar vantagens. Ele não se aprofundou em buscar as razões pelas quais D. João VI se submetera àquelas pretensões, ao deixar o Brasil submisso à vontade das cortes, eximindo-se de toda e qualquer responsabilidade, visto que *El rei amava muito o Brasil, e via-se nele bastante querido*<sup>157</sup>.

Ao mesmo tempo em que Varnhagen criou a figura de um monarca determinado, amado pelo povo do Brasil, profundo conhecedor da arte da política e estrategista por excelência, preocupado com as coisas do Brasil, nosso historiador criou, mesmo a contragosto, o povo português como contrário aos desejos de seu rei. As lutas liberais, na narrativa de Varnhagen, foram do interesse apenas dos portugueses, voltadas apenas para as suas benesses, e não para o rei, para seus herdeiros, para a dinastia de Bragança, e muito menos para o Brasil. Mesmo sem querer, destoando do seu enredo primeiro em mostrar sempre o Brasil como uma extensão de Portugal, Varnhagen arquitetou os portugueses vintistas como uma gente que não amava o Brasil para além dos seus interesses pecuniários. Quem amava o Brasil era a dinastia admirada pelo historiador, cujas pretensões sempre foram de soerguimento, de transformação, de melhorias para com aquela parte da América.

Em sua narrativa, com o fito de mostrar o quanto os Bragança amavam o Brasil, preocupando-se com o seu futuro, caberia a D. Pedro, príncipe herdeiro, concretizar a missão iniciada pelo pai monarca, que levaria seu projeto de criação de um império adiante, dando-lhe ordens e instruções de como proceder. A partir do regresso da família real e das pressões das Cortes, D. Pedro seria o protagonista do processo de independência, soerguendo-se contra as mesmas. Foi, desse modo, aclamado como homem íntegro e corajoso pelo historiador, príncipe altivo capaz de realizar o destino do Brasil, ao evitar seu regresso à condição de colônia. Diante das ameaças das Cortes, os levantes nas diferentes

---

<sup>156</sup> *Ibidem*, p. 399.

<sup>157</sup> *Ibidem*, p. 417.

partes do Reino e os confrontos entre brasileiros e realistas, o D. Pedro descrito por Varnhagen se sobressairia como liderança e única via de se preservar a integridade do Brasil, evitando o caos vivenciado pelas ex-colônias espanholas tomadas pela onda republicana, que se fragmentaram em suas lutas pela independência<sup>158</sup>. A opção por ficar no Brasil era tida como a mais acertada para o bem da futura nação, uma vez que, para o historiador monarquista, significava a manutenção da casa reinante, da ordem e da unidade:

“Não faltaram Portugueses que vissem nesta resolução do príncipe desobediência, deslealdade e até traição; entretanto é certo que ele não fez mais que seguir os impulsos da prudência, e a recomendação de seu próprio pai antes de partir para a Europa. A agitação no Brasil não podia ser maior. Abandonar nesta conjuntura aos furores das tempestades políticas a terra que o hospedara e a seu pai, no momento do perigo, deixar entregue aos horrores da anarquia a pátria dos seus filhos, a joia mais preciosa da coroa que por direito de sucessão lhe devia um dia caber, fora mais que deslealdade a seu pai, fora ingratidão ao país acolhedor, fora um crime ante a humanidade. O príncipe seguiu o partido que devia seguir; mas esta generosa resolução era já um primeiro ato de rebeldia aos decretos das cortes: tudo o mais que se segue foi consequência lógica dele. Toda a filosofia se abisma e cala onde há fatos tão contraditórios como sobrenaturais, e o historiador confuso ao buscar a explicação das causas e dos efeitos, se prosternam ante a sábia Providência que nos havia destinado o príncipe D. Pedro para personificar no ato da separação a integridade do Brasil<sup>159</sup>”.

Observe-se que, para Varnhagen, a Providência teve ação em relação à decisão principesca de ficar no Brasil, rebelando-se contra as ordens das cortes e decidindo-se ao enfrentamento, de modo a manter a integridade do Brasil. A independência, assim, não seria apenas um fato político, originado por interesses contraditórios, mas uma ação divina, que destinara a D. Pedro a honra de ser o primeiro imperador do Brasil. O sobrenatural se

---

<sup>158</sup> Para Martha Victor Vieira, a unidade da nação foi propiciada não pelo papel desempenhado por D. Pedro. Foi a política das Cortes que facultou a união das províncias a favor da emancipação, que se irmanaram em torno de um projeto que dispersava as diferenças entre aqueles territórios, permitindo uma aproximação que nunca existira durante a colônia. Em Varnhagen, essa aliança das províncias, a união do “Brasil num só Estado”, congregando, de norte a sul, províncias tão distantes entre si, foi beneficiada pela oposição às atitudes das Cortes pelo príncipe, e não como um ato político da coletividade. Cf. VIEIRA, Martha Victor. **Varnhagen: um intelectual monarquista**. *Revista Intellectus*, v. 2, nº 5: p. 1-12, 2006, p. 7.

<sup>159</sup> *Ibidem*, p. 427.

tornou sujeito ativo na narrativa de Varnhagen, no seu esforço de construir a figura de um herói nacional, que pôs em risco a própria vida em defesa da terra que o acolheu, legado de seu pai e herança de seus filhos. Toda a vontade do príncipe resultou, também, de um poder maior, que findou por sacralizá-lo como o principal agente da emancipação brasileira, iniciada por seu pai.

A trama em torno das ações e reações do príncipe regente, no processo de independência do Brasil, foi posta em primeiro plano na narrativa de Varnhagen, embora ele não se furtasse a apresentar diversos sujeitos envolvidos no episódio. A consolidação da emancipação foi narrada, enfim, como fruto dos eventos políticos coordenados por D. Pedro, mesmo que apoiado pelas autoridades do Estado. O Brasil de Varnhagen, bem como o novo Império nos trópicos, teria sido obra das mãos do D. Pedro I, o grande herói do ato político, juntamente com seu pai – os grandes personagens tradicionalmente presentes nas páginas dos manuais escolares e memorizados há tempos pelas crianças e jovens nas aulas de História<sup>160</sup>. Se o período colonial fora fértil na produção de heróis, a narrativa da emancipação política só comportava os nomes de D. João VI e D. Pedro I, cuja biografia se confundiria com a própria história da fundação do Império do Brasil nas páginas da primeira edição da *História geral do Brazil* e, posteriormente, da *História da Independência do Brasil*.

Para o visconde de Porto Seguro, o Sete de Setembro foi a recoroação de um projeto de longa data, remontando os feitos da dinastia dos Bragança, protetora do Brasil. A independência proclamada por D. Pedro era, em sua narrativa, o único caminho para o Brasil. Observe-se o quanto aquele historiador mascarava a realidade da própria nação, ao estipular a inexistência da ruptura entre a realidade da colônia e o novo império formado na pós-emancipação<sup>161</sup>. Para aquele homem de letras, D. Pedro proclamara a emancipação

---

<sup>160</sup> Para uma reflexão sobre o papel dos heróis nacionais no ensino da História como parte do projeto de fabricação da identidade nacional brasileira, conferir: MICELI, Paulo Celso. **O mito do herói nacional**. São Paulo, Contexto, 1994 e FONSECA, Thais Nivia de Lima. **História e Ensino de História**, Belo Horizonte, Autêntica, 2003.

<sup>161</sup> Segundo Wilma Peres Costa, é relevante observar que a “continuidade” enfatizada por Varnhagen decorreu de uma postura política e não do reconhecimento de algo “realmente existente”, pois ele próprio reconhecia que na época da Independência, a unidade não existia: Bahia e Pernambuco algum tempo marchavam sobre si, e o Maranhão e o Pará obedeciam a Portugal, e a própria província de Minas chegou a estar, por meses, emancipada. Cf. COSTA, Wilma Peres. **A Independência na historiografia brasileira**. In.

em resposta aos apelos paternos, por ser um bom filho, que em tudo adulava o pai, obedecendo fielmente aos seus ditames. Era mostrado, assim, como portador de um caráter brilhante, que lhe concedia coragem e disposição para defender o Brasil, o que vem a demonstrar o quanto era importante para Varnhagen a defesa de D. Pedro I<sup>162</sup>. Se não era possível a manutenção do Reino Unido, que fosse preservada a emancipação do Brasil, completo em sua autonomia e preservado em sua integridade<sup>163</sup>.

Esta data de celebração não significava, para aquele historiador, a ruptura com Portugal, pois ali se mantinha como rei D. João VI. Significava, portanto, a manutenção de um estado já deliberado em 1808, que os dois monarcas não deixaram soçobrar, mantendo um projeto há muito acalentado, segundo as palavras de Varnhagen:

“O Brasil conta ainda hoje, e contará eternamente, o dia 7 de setembro, como o primeiro do ano no calendário das festividades nacionais. E com fundamento. Nesse dia nasceu a nação, renascendo são e salvo o reino que emancipara El rei D. João VI, o principado que criara D. João IV, o estado que fundara D. João III. -- Também por todas estas razões de vera Portugal festejar este dia, pois de certo que, sem a resolução tomada em 7 de setembro de 1822, não poderá regozijar-se de ver hoje tão próspero, e alimentando em grande parte o seu comércio e marinha mercante, este seu filho, descansando à sombra do solo bragantino, e seguro, esperamos em Deus, de correr a sorte de outros que... não foram tão afortunados. O Brasil não deveu a D. Pedro a sua emancipação, que essa consumada estava desde 1808, e era impossível retroceder, até em vista do tratado celebrado em 1810 com Inglaterra: deveu-lhe porém a sua *integridade*, e deveu-lhe a sua integridade, e deveu-lhe a monarquia, que foi símbolo de

---

JANCSÓ, István (Org.). Independência: história e historiografia. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2005, p. 345-378.

<sup>162</sup> A preocupação em fazer justiça à memória de D. Pedro I era apresentada pelo próprio Varnhagen nas suas cartas ao Imperador D. Pedro II: *Era necessário começar por não me constituir adulator, para melhor encaminhar commigo o leitor a crer o que logo depois digo em tópicos mais melindrosos e essenciais à heroicidade. Como chronista poderei ser mais adulator ou panegyrista, como historiador produziria effeitos negativos. Creio que faço justiça ao Sr. D. Pedro 1º. Cf. Carta ao imperador D. Pedro II, 14 de julho de 1857. In. LESSA, Clado Ribeiro de. Correspondência ativa de Francisco Adolfo de Varnhagen. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/Ministério da Educação e Cultura, 1961, p. 247.*

<sup>163</sup> A preservação da integridade de um Brasil uno, ou melhor, que se desejava uno, na história do Visconde de Porto Seguro, é mostrada como uma realidade desde os tempos coloniais. A narrativa da luta pela defesa da unidade territorial e política remontava aos tempos coloniais em episódios como a fundação do governo geral de Tomé de Souza, as guerras contra os holandeses, a criação do principado e a vinda da família real. Assim, Varnhagen buscava homogeneizar as diferenças gritantes existentes na sociedade colonial, tudo no sentido de conferir sentido aos seus argumentos.

ordem no interior, e de confiança no exterior; e por fim veio até dever-lhe a dinastia, pela sua abdicação feito muito a tempo para a poder salvar<sup>164</sup>”.

Na sua HGB, o Brasil era um legado transferido entre dinastias, e 1822 significava apenas uma mudança de um tempo em que se encaminhava junto com Portugal, para um tempo em que se estava pronto para construir seu próprio futuro<sup>165</sup>. D. Pedro I havia preservado a integridade da nação que seus antepassados originaram, e cabia ao seu filho, D. Pedro II, consolidar o Império, mantendo a ordem, a unidade e o progresso. Com o primeiro imperador, a independência e o império ficam proclamados; assim como a D. Pedro II, legítimo herdeiro do legado do pai e avô, consagrado na existência dos chamados símbolos da pátria. Em nome deste novo fato – a independência – o passado deveria ser reorganizado e interpretado não mais como parte do Império português, mas do nascimento político do Brasil.

Assim, pelo ideal centralizador - do qual Varnhagen era porta-voz e artífice da história - os Bragança inauguraram dois importantes momentos na América: a emancipação sem lutas nem dissídios, e a instalação de uma monarquia no continente, fazendo do Brasil um reino antes mesmo que as demais colônias ali existentes pudessem exigir sua autonomia<sup>166</sup>.

Sua estratégia em mostrar que o Brasil se tornara corpo político autônomo desde 1808, com a abertura dos portos e a instalação da corte, é reveladora da sutil intenção em colocar o país na dianteira das demais nações latino-americanas, posto que emancipada bem antes que as demais. Ao mesmo tempo, escamoteava a criação das repúblicas latinas, tirando-lhes visibilidade diante da implantação de um império monárquico no continente. Na medida em que traçava a diferença entre o Brasil, uma monarquia, e os demais países do continente, todos republicanos, Varnhagem definia quem era o *outro*, a partir do critério

---

<sup>164</sup> *Ibidem*, p. 438-439.

<sup>165</sup> ARAÚJO, Valdeí Lopes de. **A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo: HUCITEC, 2008, p. 20.

<sup>166</sup>No contexto, somente os EUA já haviam se tornado independentes, desde 1776. Em relação a chamada América Latina, as lutas pela emancipação tiveram início desde 1809, no Equador, em Venezuela (1810), Colômbia (1810) e México (1810), adentrando os anos seguintes com as declarações da Argentina (1815), Paraguai (1811) e Chile (1818), em 1821 com a emancipação do Peru, República Dominicana, Guatemala e Panamá, em 1825, da Bolívia e em 1828 do Uruguai. Os demais países que se formaram depois dessa época, tal como seus predecessores, optaram pelo sistema republicano, em franca diferenciação com o Brasil, um império nos trópicos.

político das diferenças quanto às formas de organização do Estado, pois, em sua leitura de mundo, os grandes inimigos externos do Brasil eram as repúblicas latino-americanas. Os vizinhos latinos, ao corporificar a forma republicana de governo, se tornavam *o outro que não se deveria ser*, a barbárie que se deveria rechaçar do destino brasileiro e contra a qual se lutava. Portugal nunca seria o outro, bem ao contrário: era a formação, a continuidade, o exemplo.

Do mesmo modo, ao salientar 1808 como o ano da emancipação política, aquele autor evitava respaldar outros nomes envolvidos no processo – como os irmãos Andrada, principalmente José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), constituído como o *Patriarca da Independência*<sup>167</sup> no imaginário republicano, alguns anos depois. Para o visconde de Porto Seguro, o enredo histórico para a compreensão da criação da nação exigia que a mesma fosse obra da realeza lusitana, e nunca resultante de uma luta enfiada de civis, com finalidades distintas dos dois lados do Atlântico, que apartara o Brasil de Portugal.

O estabelecimento de uma monarquia constitucional nos trópicos, governada por um herdeiro natural da casa dos Bragança, confirmava o discurso da continuidade – da emergência do Brasil como um legado da Coroa portuguesa, de um processo iniciado desde o reinado de D. João IV e que durou até o de D. João VI, e concretizado pelo regente filho D. Pedro, o primeiro imperador do Brasil<sup>168</sup>. Esta monarquia seria a responsável – de

---

<sup>167</sup> Varnhagen seria o representante de uma rede historiográfica antipatriarca, apresentando José Bonifácio com ambigüidade e reservas. A sua dessacralização era uma tarefa não apenas política e ideológica, mas também uma questão de família, uma vez que José Bonifácio havia ofendido o pai de Varnhagen na época da fundição de Ipanema, em Sorocaba. Não seria por mero acaso que a *Historia geral do Brazil* teria uma seção inteira dedicada à reabilitação da memória do tenente-coronel Frederico Luiz Guilherme de Varnhagen (1783-1842) – seu pai, enquanto o patriarca era lembrado em uma nota quase no fim do tomo II. O pai e o patriarca são personagens em tramas urdidas pela pena de Varnhagen. Nos dois casos estão expressos os limites da imparcialidade de um historiador, questão, segundo Hannah Arendt, decisiva no século XIX para toda historiografia que procurava se afastar da poesia e da lenda, e que, no entanto, era difícil de reconhecer. A respeito ver CEZAR, Temístocles Américo. **Em nome do pai, mas não do patriarca: ensaio sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen.** *História*, vol. 24, n. 2: p. 207-215, 2005.

<sup>168</sup> Segundo Michel Foucault, este tipo de narrativa histórica serviria para fortalecer o poder do soberano. Ela seria uma espécie de ritual do poder: *mostra que o que os soberanos e os reis fazem jamais é vão, jamais inútil ou pequeno, jamais abaixo da dignidade da narrativa. Tudo quanto eles fazem pode e merece ser dito e é preciso guardar perpetuamente sua lembrança, o que significa que do menor feito e gesto de um rei se pode, e se deve, fazer uma ação brilhante e uma façanha; e, ao mesmo tempo, inscreve-se cada uma de suas decisões como uma espécie de lei para seus súditos e de obrigação para seus sucessores.* Michel Foucault. **Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976).** São Paulo: Martins fontes, 2000, p. 77-78.

acordo com a interpretação de Varnhagen – pelo estabelecimento de uma sociedade, pela promoção do progresso, a manutenção da ordem, a preservação da unidade territorial e a defesa do projeto civilizacional europeu. Era a essa monarquia que o Brasil deveria agradecer sua existência no rol das nações civilizadas do mundo, posto que, pela determinação e coragem de seus membros, saíra do abismo da barbárie para o panteão da modernidade, sendo forjada para ser grande. Por outro lado, aquele historiador também pensava Portugal com cuidados, entendendo-o como *um estado mui pequeno, para deixar de ser influído na Europa pelas potências maiores*<sup>169</sup>. A ligação com o Brasil soava, diante dessa consideração, como proveitosa para as duas partes, posto ser a possessão ultramarina um lugar especial para o destino português, cujo comércio e a navegação foram mantidos por longos séculos graças à inovadora produção da colônia americana. Todavia, a ligação Brasil-Portugal que mais interessava àquele intelectual tinha esteio no parentesco real da dinastia Bragança, a quem Varnhagen devotava profunda admiração<sup>170</sup>, sendo sua HGB uma expressão incontestante desse sentimento.

Não obstante, ao narrar o governo de D. João VI, Varnhagen não se eximiu de algumas críticas; não de críticas ao rei, mas aos seus assessores<sup>171</sup>, numa tênue tentativa de mostrar imparcialidade. Se houve desventuras em seu governo, estas se deveram aos fracos dotes dos assessores do rei, nunca ao próprio, descrito sempre como o *Enéias do nosso império*, numa alusão ao herói troiano. Para Varnhagen, D. João teria sido o principal protagonista das tramas da independência do Brasil, o verdadeiro pai da nação brasileira, ao libertá-la de um Portugal que queria submeter seu rei, humilhando sua monarquia. D. João VI era

---

<sup>169</sup> *Ibidem*, secção LIV, pag. 231.

<sup>170</sup> Lembremo-nos ser o Brasil, ao tempo da escrita da HGB, comandado por um Bragança, D. Pedro II, e o trono português estar ocupado por D. Pedro V (1853-1861), filho de D. Maria II, primogênita de Pedro I e brasileira de nascimento. Havendo lançado o primeiro volume da História Geral do Brasil, em 1854, e o segundo em 1857, evidencia-se que sua escrita tenha sido influenciada pela lamentável e trágica morte da soberana portuguesa, ocorrida em 1853, num dia aziago para os Bragança (15 de novembro). A ligação entre os irmãos é afirmada na correspondência imperial, que registra a comoção causada pelo luto, nos irmãos residentes no Brasil.

<sup>171</sup> A grande crítica de Varnhagen é dedicada ao ministro dos negócios, D. Fernando José de Portugal (1752-1817), o marquês de Aguiar, por ter cometido erros inadmissíveis para a sua função, especialmente tendo conhecida experiência administrativa como governador da Bahia e vice-rei do Rio de Janeiro: *Infelizmente, porem, o marquês de Aguiar, aliás prudente, íntegro e sensato, com todos os seus anos de mando no Brasil, desconhecia o país em geral, era pouco instruído, e sobretudo nada tinha de grande pensador original, para ser o estadista da fundação do novo império. Minguado de faculdades criadoras, para sacar da própria mente e da meditação fecunda as providências que as necessidades do país fossem ditando, o marquês de Aguiar parece ter começado por consultar o almanaque de Lisboa, e à vista dele ter-se proposto a satisfazer a grande comissão que o príncipe lhe delegara. Ibidem*, p. 316.

visibilizado, pelo discurso moralista do visconde de Porto Seguro, como bom filho, pai e rei por conta do seu fervor religioso. Era apresentado como perfeito modelo de um soberano amante do povo:

“D. João era naturalmente bom, religioso e justo. A história de Portugal lhe chama por Antomasia o Clemente; e o carinho e delicadeza com que se ocupou da augusta mãe enferma, e o não querer cingir-se a coroa real, pelo fácil meio de uma abdicação que podia insinuar, nos evidencia como foi bom filho. – Sua devoção e ânimo religioso eram tão reconhecidos que não faltou quem chegasse a caluniá-lo de supersticioso. (...) De seu espírito de justiça e retidão temos exemplos patentes no modo como recompensou tantos dos seus bons servidores, e nós pessoalmente recolhemos outros dos papéis originais de muitos expedientes de negócios desse tempo no Brasil, que vimos, e em cujas margens encontramos de sua própria letra notas suficientes para comprovar que o príncipe tinha no coração gravado sentimento de que a verdadeira missão dos reis é observar a lei e administrar justiça à grei<sup>172</sup>”.

Ao construir o perfil de D. João VI, Varnhagen procurou, por intermédio de um discurso francamente conservador, estabelecer um modelo de governo superior, que era também português, assim como fazer sua própria interpretação sobre o processo de emancipação. O *excelente* governo de D. João VI não estava apenas no seu perfil de homem bom, mas na sua capacidade de manter a unidade entre as partes constituintes do Brasil e de estabelecer a ordem, sufocando as insurreições locais. Para o visconde de Porto Seguro, a prova da habilidade de governar com a ordem e o progresso de D. João VI foi a sua atuação no combate à Revolução Pernambucana de 1817, marcada pela extremada violência empregada, por determinação real, contra os revoltosos, assunto sobre o qual tergiversou. A forma como o historiador abordou a questão é denunciadora de sua parcialidade, ao construir uma história de heróis portugueses, de reis magnânimos, de governos de paternais doçuras, embora incapaz de lançar olhos para as necessidades e súplicas do povo brasileiro.

No seu tribunal da história, o rei foi ascendido à condição de herói no panteão nacional por evitar a fragmentação da futura nação, enfrentando a insurreição. Os revoltosos, por sua vez, contaminados por posições ultraliberais, ideais enciclopedistas e boataria sobre os

---

<sup>172</sup> *Ibidem*, secção LII, p. 156.

supostos excessos praticados no Rio de Janeiro, seriam no mesmo tribunal varnhageniano condenados sem piedade, por atentarem contra a honra do rei. Em defesa deste, destacou o ato de perdão de D. João VI contra aqueles a quem chamava de *pérfidos, os corifeus da revolução*<sup>173</sup>, que receberam a régia clemência, advertindo serem os reis a imagem do Deus de misericórdia.

O modo como Varnhagen se impunha como julgador de uma questão, característico da cultura historiográfica de sua época, ajudou a conferir legitimidade à sua narrativa, pautada em veredictos condenatórios aos que atentassem contra os interesses da pátria, tão amada pela benquista monarquia portuguesa:

“Ao sensato leitor brasileiro que tenha refletido no estado próspero do Brasil, que se colige de quanto fica referido nas precedentes secções, deixamos que sinta e decida em consciência se lhe parece que haveria motivos para que, em alguma extensão maior do Brasil, se intentasse uma revolução contra o benéfico Sr. D. João, e contra a integridade do seu predileto reino de novo criado, -- então verdadeiramente centro e cabeça de um grande império, maior que os dois romanos, que estendia seu poder, na atual Oceania, às ilhas de Solor e Timor; na Ásia, aos estados de Índia portuguesa e à feitoria de Macau; em África, aos terrenos de Moçambique de dependências, ao reino de Angola, e às ilhas de S. Thomé e de Cabo Verde, e na Europa, ao reino de Portugal, com ilhas adjacentes de Madeira e Açores, -- se é que estas e sobre tudo aquela se devem considerar como da Europa<sup>174</sup>”.

O destino do Brasil como nação, segundo Varnhagen, não estava em datas como 1817 e muito menos 1789, tempos de revoltas e insurreições. Em nome do discurso da centralização política e da unidade territorial do Império, base de sua narrativa, Varnhagen desvalorizou fatos históricos, ao tempo que celebrou e deu destaque a outros eventos e personagens. Assim procedeu em relação à Revolução Pernambucana de 1817, bem como a Conjuração Mineira, de 1789, configuradas como verdadeiras tragédias para a sociedade brasileira pelo historiador monarquista, pois significavam a emergência de uma república dentro do íntegro império luso-brasileiro. Como toda ameaça republicana que pairava no ar no passado e no presente, ela era objeto do ataque voraz de sua pena nas páginas da

---

<sup>173</sup> *Ibidem*, secção LII, p. 177.

<sup>174</sup> *Ibidem*, secção LIV, p. 231.

*Historia geral do Brasil* e de outros escritos, celebrando a retomada pelas tropas da ordem real e os julgamentos dos revoltosos, tudo pela manutenção de uma nação que se queria, conforme sua narrativa, una, e em favor da qual advertia e aconselhava.

Um detalhe, porém, se faz notar em sua interpretação sobre a formação do Brasil como corpo político autônomo. Ao enfatizar as continuidades entre a colônia e a nação, aquele historiador soterrou - pelo discurso unificador e hegemônico - as diferentes identidades que tinham se forjado na colônia. Sendo a força coesiva do conjunto luso-americano indiscutivelmente a Metrópole, e o *continente do Brasil* representasse, para os colonos, pouco mais que uma abstração, para a Metrópole o Brasil era algo muito concreto, a unidade cujo manejo impunha esta percepção. Destarte, a apreensão de conjunto das partes a que genericamente se chamou de Brasil estava apenas no interior da burocracia estatal portuguesa<sup>175</sup>.

Para Varnhagen, no entanto, o Brasil era português e queria continuar a sê-lo, rejeitando e se antepondo ao seu lado *brasileiro*. Queria, mesmo emancipado, ser outro Portugal, potência mundial, grande nação imperial, continuidade do grande projeto português. A idéia de *povo brasileiro*, de *homem brasileiro*, tão necessária naquele momento crucial da formação nacional, inexistiu de forma expressa no texto de Varnhagen, mas pode-se aduzir que o autor o percebia como igual àquele existente no período colonial, que tinha em Portugal sua pátria mãe, visto que, para aquele historiador, a nação, mesmo colocadas as diferenças, nada mais era que uma continuidade da colônia.

Indispensável dizer que, na arquitetura histórica efetivada por Varnhagen, a homogeneidade identitária era elemento imprescindível, para dar sentido a uma monarquia vista por muitos como mais portuguesa que brasileira, e mais voltada para os interesses de Portugal que do próprio Brasil. Essa bifurcação não servia para os fins daquele historiador, para quem a idéia de totalidade, de homogeneidade e de unidade era imprescindível para

---

<sup>175</sup> Aqui retomamos os estudos de István Jancsó e João Paulo Garrido Pimenta, que afirmam da inexistência de uma identidade marcadamente brasileira, nos anos finais do século XVIII e início do XIX, e nenhuma identidade política coletiva ultrapassava o regional. O que havia eram identidades variadas que apresentavam três diferenças básicas - a regional, a americana e a portuguesa. JANCÓSÓ, István e PIMENTA, João Paulo Garrido, **Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)**. In. MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Op. cit.*, p. 140.

cobrir, como se fosse o manto real, o mosaico de identidades que existia no Brasil recém independente, e que necessitava ser aplainado em defesa dos ideais monárquicos. Para aquele autor, a identidade brasileira seria uma criação portuguesa, assim como o Brasil também o era, e não deveria haver dissensões, internas nem externas.

A monarquia, por sua vez, consagrada na figura de D. João VI e, especialmente, D. Pedro I, seria o amálgama da identidade nacional, criada em sua narrativa. A exaltação ao imperador do Brasil também serviria para fazer lembrar o seu descendente, D. Pedro II, a demonstrar que aquele historiador não fugia aos compromissos do IHGB com o seu mecenas<sup>176</sup>, agregando-se, mais uma vez, aos propósitos designados por Martius. Para o autor, o poder esteve sempre com D. Pedro I, pois havia nascido para cumprir o destino de herói nacional.

A regência, pelas lentes varnhageniana, teria sido a preparação final para que o príncipe Pedro de Alcântara, brasileiro de nascimento e herdeiro imemorial do nobre sangue português, assumisse a liderança do Estado imperial brasileiro. Ao transcrever a carta enviada por D. Pedro I ao seu filho, Varnhagen a transformou em uma espécie de testamento que delegava o futuro de um Império, cuja história ainda estaria viva e latente, esperando ser escrita.

“Meu querido filho e meu Imperador: muito lhe agradeço a carta que me escreveu, eu mal a pude ler porque as lágrimas eram tantas que me impediam o ver; agora que me acho, apesar de tudo, um pouco mais descansado, faço esta para lhe agradecer a sua, e para certificar-lhe que em quanto vida tiver as saudades jamais se extinguirão em meu dilacerado coração. Deixar filhos, pátria e amigos, não pode haver maior sacrifício; mas levar honra illibada, não pode haver maior glória. Lembre-se sempre de seu pai, ame a sua e minha pátria, siga os conselhos que lhe derem aqueles que cuidarem na sua educação, e conte que o mundo o ha de admirar, e que eu me dei de encher de ufania por ter um filho digno da pátria. Eu me retiro para a Europa: assim é necessário para que o Brasil sossegue, o que Deus permita, e possa para o futuro chegar àquele grau de prosperidade de que é capaz. Adeus meu amado filho,

---

<sup>176</sup> A propósito ver GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)**. *Revista do IHGB*, v. 156, nº 388: p. 459-613, Jul/Set 1995.

receba a benção de seu pai que se retira saudoso e sem mais esperanças de o ver. – D. Pedro de Alcântara. Bordo da Nau Warpite, 12 de abril de 1831<sup>177</sup>”.

Para Varnhagen, este fora o momento ideal para mostrar D. Pedro I como o herói comum de Brasil e Portugal, posto ter renunciado a herança paterna – o trono do Brasil – como forma de defendê-lo das mãos dos revolucionários portugueses<sup>178</sup>. Do mesmo modo, sacrificara em defesa de Portugal sua saúde e vida, ao partir para defender os interesses da filha, que enfrentava imensas dificuldades para assumir o trono<sup>179</sup>. Em relação ao infante D. Pedro II, nosso autor insistiu em mostrá-lo como herdeiro do Império, sendo esta a sua missão, legitimada não apenas pela trajetória da dinastia, bem como pela própria história daquele presente – a do Segundo Reinado –, que deveria ser documentada, organizada e escrita pelo historiador sorocabano.

### **Conclusão da Parte I**

A *História geral do Brasil* seria, assim, a epopéia que interpretou e legitimou o Império para o próprio Império, ou seja, para os diferentes sujeitos que constituíam esta comunidade imaginada. Criava-se, de tal modo, uma robusta identidade nacional, atrelada a Portugal, e recepcionada pelas gerações seguintes como a mais coerente história do país até então escrita por um brasileiro.

Varnhagen, pela sua HGB, foi considerado o *pai da história do Brasil*, destacando-se como o mais prolífico historiador brasileiro do Oitocento. A produção histórica de sua lavra não foi superada por nenhum outro, numa época que a história feita por brasileiros se limitava, em grande parte, à crônica. Ao coligir documentação inédita e desentranhar fatos desconhecidos, aquele historiador inaugurou a história nacional, como bem observou o jornalista e historiador Maximiano Lopes Machado (1821-1895):

---

<sup>177</sup> Francisco Adolfo de Varnhagen. **Historia geral do Brasil**, *op. cit.*, 1857, p. 443.

<sup>178</sup> A respeito dessa questão, sugerimos o trabalho de BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib. **Da alteza Real ao Imperador: O Governo do Príncipe D. Pedro, de abril de 1821 a outubro de 1822**. Tese de doutorado em História Social, Universidade de São Paulo, 2006, p. 145 e seguintes..

<sup>179</sup> A luta pela sucessão do trono português, após a morte de D. João VI, não é, obviamente, abordada por Varnhagen. Não obstante, em sua *História da Independência do Brasil*, ao narrar as negociações de reconhecimento de Portugal sobre a emancipação, aquele historiador impõe ao leitor a percepção de D. Miguel como um herói, ao defender pelas armas a dissolução das cortes e restabelecer o poder absoluto de D. João VI. Posteriormente, com o fito de mais exaltar a figura do *bom e venerado rei*, D. Miguel é mostrado como um fantoche político, manipulado pela mãe e por um bando de conspiradores. A respeito ver VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Op. cit.*, p. 239 e seguintes.

“Ficamos estacionários, à espera que mandassem da Corte uma história completa do Brasil, e a história geral foi a de Varnhagen, na qual declina para os historiadores parciais o exame dos fatos relativos a cada uma das partes do todo<sup>180</sup>”.

Varnhagen se superou, ao instituir um discurso fundador para o país, numa época em que o mesmo era mais que necessário. Não obstante os elogios feitos ao seu trabalho inaugural por nomes como Ferdinand Denis e Von Martius, seu lançamento no Brasil suscitou protestos de alguns membros, adeptos do indigenismo romântico em voga no IHGB, insatisfeitos com a abordagem de seu autor em relação aos nativos. Em contrapartida, D. Pedro concedeu-lhe o título de Visconde de Porto Seguro, numa alusão ao lugar original onde aportaram os navegadores portugueses.

Apesar da crítica avassaladora ao seu trabalho, Varnhagen tornou-se um expressivo nome na historiografia por ele inaugurada, e que findou por coroar o IHGB como o lócus por excelência da produção da história nacional nas últimas décadas do século XIX. À produção daquele momento, FIGUEIRA denominou de *historiografia burguesa*<sup>181</sup>, cuja circulação e consumo foram restritos a uns poucos que se interessavam pelo tema e com cabedal suficiente para aquisição das obras, geralmente editadas e publicadas na Europa, em tiragens curtas, porém com formato extenso.

Quando a pedagogia da disciplina de História adotou os primeiros livros didáticos, coube à produção do IHGB imprimir suas idéias e intenções no espaço educacional brasileiro<sup>182</sup>. O ensino de História, que se fazia pela memorização de datas e vultos nacionais, sobretudo nas séries iniciais, fez a história se tornar o meio mais importante de forjar a memória coletiva, convertendo-a em História nacional<sup>183</sup>. A proposta do IHGB se consolidou nesse momento, quando a construção da identidade nacional, em todos os seus desdobramentos, saiu do espaço erudito para tomar os bancos escolares, ali influenciando toda uma geração. Assim, a HGB deixou de ser uma leitura de ilustrados, para ser reproduzida nos manuais durante muitas décadas, notadamente pelos membros dos institutos históricos, existentes

---

<sup>180</sup> MACHADO, Maximiano Lopes. **História da província da Paraíba**. Parahyba: s/e, 1912, p. III.

<sup>181</sup> FIGUEIRA, Pedro de Alcântara. **Ensaio de História**. Campo Grande: EDUFMS, 1997.

<sup>182</sup> A respeito ver KUHLMANN JR, Moysés. **Raízes da historiografia educacional brasileira (1881-1922)**. *Cadernos de Pesquisa*, vol. 106: p. 159-171, Mar, 1999.

<sup>183</sup> Cf. TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. **A história ensinada sob o império da memória: questões de História da disciplina**. *História*, v. 23, n. 1-2, 2004.

em diversas localidades do país, e que integravam a docência nas escolas e colégios brasileiros.

A constituição do saber histórico, disciplina estratégica para o estabelecimento do substrato de formação e transmissão da idéia de nação, em seu caráter pedagógico, cooperou no sentido de criar uma cultura histórica cujo tom de interpretação do mundo esteve de acordo com os pontos de vista dessa elite. Desse modo, a arquitetura historiográfica existente na HGB foi facilmente assimilada pelos estudantes brasileiros de uma época, em todas as suas dimensões. A perspectiva de Portugal como pátria-mãe, dos portugueses como agentes civilizatórios, da dinastia dos Bragança como benfeitores do Brasil findou por tornar-se a cabal demonstração da irmandade que nos unia a Portugal, sendo assimilada sem críticas nem discussões em seu tempo, tornando-se uma verdade incontestada repassada por gerações<sup>184</sup>. Gravada em primeira mão nos livros escolares do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, a história de Varnhagen serviu como um espelho para refletir as imagens existentes na HGB por todo o país.

Se o IHGB representou o lugar específico da produção histórica brasileira durante o período imperial, não se pode dizer o mesmo daquela instituição depois que a força avassaladora do republicanismo adentrou o Brasil, às portas do século XX. A expulsão de Dom Pedro II causou um impacto profundo entre seus membros - mesmo que entre eles já houvessem simpatizantes do novo sistema -, não apenas pelo simbolismo de sua proteção, mas também pelo corte abrupto da subvenção do imperador, tornada inexistente na república. Por quarenta e um anos reinou o IHGB como espaço de produção da história oficial brasileira. Só a instauração do regime republicano mudou esse estado de coisas.

Considerado um *ninho de sebastianistas*, o IHGB sofreu sutil repúdio por parte dos jacobinos brasileiros, o que obrigou à instituição buscar uma imagem de neutralidade entre sua produção e a vida política brasileira, nos primeiros anos da república, conforme observado por HRUBY<sup>185</sup>. Nesse novo contexto político, outros historiadores reescreveram

---

<sup>184</sup> As principais teses da História Geral do Brasil, de Varnhagen, vigoraram pelo século XX e podem ser identificadas sem maiores elucubrações no **Livro para o Exame de Admissão ao Curso Ginásial**, publicado pelos governos militares na década de 60, em pleno século XX.

<sup>185</sup> HRUBY, Hugo. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: A história do Brasil no IHGB (1889-1912)**. Dissertação de mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007. Segundo o autor essa neutralidade, mesmo perseguida a todo custo, foi posta à prova quando da morte do imperador, em 1892, quando a república já era uma realidade. A cadeira que o mesmo ocupara, quando ainda freqüentava as sessões do instituto, sempre fora mantida vazia. Após sua morte, foi

a história do Brasil, absorvendo a discussão de nação e dando-lhe novos significados. A retórica foi renovada, em consequência das novas idéias e das novas propostas de construção de *outras* identidades para o país.

---

coberta com um véu negro, e um retrato a óleo do seu presidente de honra tomou lugar de destaque naquele espaço. Mesmo quando da aproximação entre os republicanos e iagagebeanos, em 1894, franqueada pela visita oficial de Prudente de Moraes, presidente recém empossado, à sessão de aniversário do instituto, manteve-se o lugar de honra de D. Pedro II. As relações do IHGB e o governo ampliaram-se desde então. O fim da Revolução Federalista foi marcado pelas cordiais e respeitosas felicitações ao presidente pela pacificação no sul do país. Da mesma forma ocorreu quando do reatamento das relações Brasil com Portugal, em 1894, e de outros acontecimentos nacionais, de forma a fixar o lugar do Instituto junto ao governo republicano.

## PARTE II

### TEMPOS DE MUDANÇA, TEMPO DE ALTERAÇÃO DA RETÓRICA

Os anos de transição do século XIX para o XX se configuraram como um momento privilegiado na constituição da história brasileira. Entendido como um aglutinador de uma série de episódios relevantes que ocasionaram alterações estruturais no país - e que se destacaram pela extinção da escravidão, pela expulsão da família imperial e pela implantação da República - o momento se distendeu aos trinta primeiros anos do novo século, quando se verificaram os efeitos sociais das ocorrências do século anterior. O Tenentismo, o Movimento operário, a fundação do Partido Comunista, o Movimento Modernista foram desdobramentos do passado recente, num momento ao qual chamamos *tempo de mudanças*, mudanças que alteraram a fisionomia da nação que em pouco faria seu primeiro centenário<sup>186</sup>.

Os efeitos de tantos acontecimentos se materializaram na perspectiva dos pensadores brasileiros e em sua produção<sup>187</sup>, também afetada pelos acontecimentos mundiais, como a eclosão da I Guerra e a Revolução Socialista. Em sua historicidade, tal produção teve como destaque a tendência eminentemente crítica, aliada à disposição em esquadrihar a cultura

---

<sup>186</sup> As exigências acadêmicas para a feitura desse texto não nos permitem um aprofundamento do contexto histórico, que pode ser referendado facilmente em trabalhos específicos sobre o Brasil. Não obstante, sempre que necessário, tentaremos esclarecer a circunstância no qual se verificaram tais mudanças, de forma a permitir ao leitor a compreensão do momento histórico que nos serve de contexto.

<sup>187</sup> Grande parte dos literatos que lançaram obras nesse período era integrante da cognominada Geração de 1870, e seus trabalhos confluíam para temas, conteúdos e possibilidades da nação, da democracia, das formas de trabalho e das instituições políticas, no contexto da crise social e política dos anos 70. Repetiam, pois, o mesmo movimento português, amparando-se, na maioria das vezes, nas teorias de Oliveira Martins, Eça de Queiroz e Teófilo Braga, e das conferências do Cassino Lisboense, das experiências históricas da Comuna de Paris, da república espanhola, da crise do capitalismo, do debate entre socialistas e anarquistas. No Brasil, este grupo, liderado por nomes como os de Machado de Assis, André Rebouças, Rio Branco, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Tobias Barreto, Castro Alves e Sílvio Romero, tinha como fito único a decifração do enigma nacional. A propósito ver Cândido, Antônio. **Formação da Literatura brasileira - momentos decisivos**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1981. ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

nacional e dar-lhe orientação diversa daquela que fora comum nos tempos imperiais, pois os tempos eram novos, o que exigia a renovação do pensamento nacional. A decifração do chamado *enigma brasileiro* marcou o pensamento da época, assim como a ascensão de novos atores na cena mundial, o que permitiu o afloramento de novas perspectivas para se ver e se pensar o Brasil, que se estruturava em busca de uma nova identidade.

A identidade criada para o Brasil no contexto do IHGB oitocentista mostrava ter encontrado eco na memória nacional na transição dos séculos. Apesar de perder, aos poucos, seu lugar de destaque como espaço de produção de saber<sup>188</sup>, a avaliação positiva do passado colonial e imperial, assim como a crença na excelência das tradições herdadas dos colonizadores portugueses e da ação da igreja católica, construída naquele âmbito, ainda marcava densamente o pensamento historiográfico no início do século XX.

Para os defensores do modelo de brasilidade atrelado a Portugal, defendido por Martius e Varnhagen, a nacionalidade deveria simbolizar a defesa e a valorização do singular. O novo modelo que se expandia como ideal no contexto americano era observado com desconfiança e desconforto por uma elite que secularmente mirava-se pelo espelho europeu, e que olhava de esguelha para o estabelecimento dos EUA como um padrão para o continente. A sociedade americana em ascensão, fruto da colonização inglesa e do protestantismo<sup>189</sup>, não poderia ser tomada como um paradigma para o Brasil, devendo prevalecer a herança secular – portuguesa e católica -, estabelecida desde os tempos coloniais, mesmo que as principais influências já houvessem se desvirtuado com o fim do sistema monárquico brasileiro. Imprescindível afirmar ser esta a expectativa dos admiradores da monarquia, numa forçosa tentativa de adaptação aos novos tempos.

---

<sup>188</sup> O pontual declínio do IHGB como instituição oficial de constituição da história nacional é ponto de intersecção da época. Com a implantação da república, o IHGB desdobrou-se em dezenas de institutos locais, inaugurados em diversos estados da federação, com o fito de estudar a história desses lugares. Em seu lugar firmou-se a Academia Brasileira de Letras, fundada em 1897, como um espaço político mais favorável aos eruditos, no contexto republicano.

<sup>189</sup> A obra de Eduardo Prado, *A ilusão Americana*, é representativa dessa vertente. Nela, o autor negava as virtudes atribuídas ao republicanismo norte-americano, tecendo uma sofisticada defesa da monarquia nacional e da necessidade de o Brasil manter-se independente perante as demais nações. A respeito, ver PRADO, Eduardo. **A ilusão Americana**. Brasília: Senado Federal – Conselho Editorial, 2003, p. 87 e seguintes. Originalmente, o livro foi lançado em 1893. Sua antítese tem na obra de Raul Pompeia a principal representação, ao congregar e consagrar os argumentos a favor do nacionalismo republicano, em sua luta marcado pelo forte sentimento antilusitano.

Em contrapartida, levantava-se em coro o discurso impetuoso dos republicanos, a exigir um corte abrupto com Portugal, cujos *laços* corporificados no combatido governo de D. Pedro II, pareciam não ter sido extintos pela expulsão dos Bragança. A presença lusa na vida socioeconômica do país, no início do século XX, deveria ser energicamente extirpada, num esforço coletivo para quebrar as correntes que uniam ainda Brasil e Portugal; para tanto, incentivavam-se movimentos sociais, muitas vezes violentos, contra os portugueses, forçados a assumir a nacionalidade brasileira sob o risco de serem expulsos do país<sup>190</sup>. Para os republicanos, a Europa representava um padrão falido, um passado que deveria ser esquecido, mormente haver um modelo a ser absorvido pela nação independente, que abominava o sistema monárquico: a América e a modernidade. A nacionalidade seria assim, para aqueles, o resultado da luta contra o passado, da construção de uma nova sociedade, organizada politicamente pelos nacionais e na qual as classes empresariais brasileiras – que apoiaram o movimento - teriam destaque.

As esperanças no futuro, por sua vez, ensejavam uma terceira versão dessa recriação identitária, ao tomar como base não mais a ligação à Velha Europa ou à Nova América. O ufanismo das condições naturais da terra<sup>191</sup>, somado aos valores das três raças, justificava tais expectativas, que encontraram solo fértil na cultura local. O que se deveria valorizar no novo século não eram o passado nem suas construções; o que valeria a partir do novo momento era a valorização do nacional, do brasileiro em sua essência, de uma diversidade

---

<sup>190</sup> A presença portuguesa no Brasil, no início do século, foi motivo de acirrados conflitos em todas as esferas sociais. Vistos com desconfiança, os portugueses se tornaram o cerne de algumas situações de conflito, estudadas por RIBEIRO, Gladys Sabina, em **Mata galego! Os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha**. São Paulo: Brasiliense, 1989. Coleção *Tudo é História*. Da mesma autora, é válido ler **A liberdade em construção – identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/FAPERJ, 2001.

<sup>191</sup> Afonso Celso foi o mais poderoso representante dessa corrente, com sua obra **Por que me ufano do meu país**, disponível em [www.ebooksbrasil.org](http://www.ebooksbrasil.org). Nessa, o autor admoesta, à p. 53: *Não deveis prezar a vossa terra só porque é vossa terra, o que, aliás, bastaria. Sobejam motivos para que tenhais também orgulho da vossa nacionalidade. A natureza não constitui o seu exclusivo e principal título de vanglória. Ousa afirmar muita gente que ser brasileiro importa condição de inferioridade, ignorância, ou má fé! Ser brasileiro significa distinção e vantagem. Assiste-vos o direito de proclamar, cheios de desvanecimento, a vossa origem, sem receio de confrontar o Brasil com os primeiros países do mundo. Vários existem mais prósperos, mais poderosos, mais brilhantes que o nosso. Nenhum mais digno, mais rico de fundadas promessas, mais invejável*. Nesse mesmo texto, o autor dedica um capítulo inteiro aos portugueses, tecendo considerações elogiosas ao papel dos portugueses na formação nacional, assim como no panorama cultural mundial, o que vem provar que o antilusitanismo da época não fora tomado como referencial no pensamento daquele autor. Defender o Brasil não significava, mesmo em ambiente republicano, execrar Portugal, como queriam alguns.

expressa não apenas na constituição de seu povo, mas igualmente na própria natureza, tão apreciada em sua singularidade pelos outros, fossem europeus ou americanos.

Apesar do esforço de valorização do nacional, desapegado de qualquer modelo externo, parte da intelectualidade local, paradoxalmente, se mostrava extremamente pessimista com o destino do país, imbuída nos princípios evolucionistas assentados sobre a desigualdade da raça e a realidade da miscigenação, que para esses teria comprometido severamente os chamados *alicerces* da nação. Esse enigmático panorama perpassava o pensamento nacional, que buscava compreender o futuro do país com base nesses dados.

Em meio à defesa de modelos para o Brasil e de criações identitárias, os publicistas do regime se esforçavam para escamotear as conturbações políticas, econômicas e sociais dos primeiros anos da República, pela crença de que a *ordem e o progresso*, lema estampado na flâmula nacional, reinariam doravante, e transformariam o país<sup>192</sup>. A eclosão da primeira guerra mundial<sup>193</sup> validou os argumentos - defendidos pelos próprios republicanos - de que a Europa era um território decadente, em contraponto com a *América* (os EUA), modelo de civilização e do futuro que se impunha. A decantada decadência europeia, atrelada a um modelo de governo - o sistema monárquico - não deveria interessar à nova identidade desejada, devendo-se sobrepujar o modelo oitocentista construído no âmbito do IHGB para com o passado histórico português. Se a Europa era o atraso, não havia

---

<sup>192</sup> O movimento republicano brasileiro foi fortemente influenciado pelo Positivismo, posto que aquele defendesse a exaltação das ciências e valorizasse o capitalismo industrial como mecanismos que proporcionariam o progresso da humanidade. Por tal via, os militares brasileiros, que implantaram na marra o republicanismo, tomaram como prioritária a industrialização do país, e com tal fito fizeram uma reforma econômica nas primeiras semanas do governo. A Política do Encilhamento, como foi denominada a estratégia econômica, buscava incentivar o crescimento econômico nacional por meio do crescimento industrial. Para isso, foi permitida a emissão de uma grande quantidade de papel moeda, visando garantir o crédito na implantação de novas indústrias e o pagamento de salários dos novos empregos, entre outros desafios, o que resultou num transitório momento de euforia, ante a abertura de um grande número de empresas e da agitação crescente na Bolsa de Valores do rio de Janeiro. O momento foi desfeito pelo crescimento brutal dos preços e surgimento de uma crise econômica sem precedentes. Sem grandes preocupações com as necessárias mudanças na situação social e econômica do país como um todo, os republicanos no poder mostraram-se indispostos a romper com as estruturas exploradoras que sacrificavam a população brasileira, ficando a riqueza nacional concentrada em poucas mãos, enquanto predominava o sistema monocultor, voltado à satisfação do mercado externo.

<sup>193</sup> Inegável, porém, que o Brasil muito lucrou com o conflito entre as nações européias. A exportação da borracha teve aumento expressivo, assim como a de muitos produtos agrícolas, como café, cacau e açúcar. Frente à impossibilidade de importações de produtos europeus, dezenas de cafeicultores brasileiros, capitalizados pelo aumento das exportações, reinvestiram seus créditos na abertura de novas indústrias, o que favoreceu a industrialização brasileira tão sonhada pelos republicanos.

justificativa em se fomentar esse passado, tal era a realidade a ser considerada na produção historiográfica do período.

Mas como pensar um Brasil desvinculado de Portugal, se grande parte da intelectualidade local tinha uma mentalidade marcadamente européia, assim como a elite brasileira se via como tal? O Brasil, balizado pelo atraso econômico, pelo clima e pela mestiçagem, passou a ser denunciado por alguns homens de letras<sup>194</sup>, que clamavam reformas para a sociedade que ainda não conhecia nem a ordem nem o progresso em seu esteio modernizante – palavra tão em voga naquele contexto. A desorganização do Estado, a falta de patriotismo, as inúmeras doenças, o arraigado analfabetismo, a mestiçagem e a indiferença das elites foram mostrados, por distintos grupos, como problemas que requeriam soluções imediatas para que o Brasil pudesse se modernizar. O quadro de crises daquele momento histórico, somado aos diversos movimentos simbólicos<sup>195</sup> que eclodiram no período, denunciavam o clima de efervescência social e de crise que atingiria seu ápice com a Revolução de Trinta<sup>196</sup>.

A modernidade, como parte do programa republicano, tornou-se anseio da época, assumindo contornos próprios num país gestado fora do tempo e do espaço no qual o moderno se afirmara como tal. Se para alguns o modelo de modernidade estava representado pela dinâmica América, a pujança do Velho Mundo ainda parecia como extremamente sedutora para a elite nacional, cuja intensa ligação com a Europa fazia com que se verificasse cruamente o atraso cultural brasileiro e todas as diferenças existentes entre os dois mundos. Se o almejo do momento era a modernidade, essas diferenças deveriam ser combatidas e ultrapassadas.

---

<sup>194</sup> Alberto Torres, Olavo Bilac e Monteiro Lobato são os nomes mais representativos do período, e que, logo após a eclosão da primeira guerra, se esforçaram para diagnosticar os problemas locais. A propósito ver PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1989.

<sup>195</sup> A Semana de Arte Moderna, de 1922, desencadeou a revolução estética; a renovação da organização operária se delineou com a fundação do Partido Comunista Brasileiro; a criação do Centro Dom Vital, de orientação católica, renunciou a renovação espiritual. No campo político, a revolta do Forte de Copacabana, em sua primeira etapa, consagrou o panorama de crise e de mudança no Brasil dos anos vinte. A respeito ver TRINDADE, Hélgio. **Integralismo**. São Paulo: DIFEL, 1974.

<sup>196</sup> A chamada Revolução de Trinta será tratada na terceira parte desta dissertação.

Com esse fito, criou-se um audacioso projeto de cunho político, embora atrelado a um projeto cultural: a riqueza produzida pela civilização do café resultou na formação de um mecenato - constituído por latifundiários, empresários, banqueiros, funcionários públicos de alto escalão e políticos -, com o fito de adquirir obras e produzir artistas, no sentido de incrementar a cultura nacional<sup>197</sup>. No contexto de comemoração dos cem anos da independência, aflorou o chamado Movimento Modernista, para combater o romantismo e o passado por ele construído<sup>198</sup>, bem como toda e qualquer expressão que não se adequasse a uma almejada estética da vida moderna, urbana e industrial, e que tinha em São Paulo seu exemplar máximo.

Simbolicamente, 1922 foi o ponto de partida para a prevalência do tema nacional, no qual o ideário de modernização, de unificação cultural e política do país se impôs, repassando-se ao Estado a incumbência de realização. O projeto político paulista, apoiado nesse discurso nacionalista, criou corpo nesse momento, impondo-se graças à força da economia cafeeira, reduzindo outras visões sobre a formação do Brasil, a identidade de seu povo, a diversidade de sua constituição a meros enfoques regionais, sem cariz generalizante. São Paulo assumiu-se como um modelo e tornou-se, conforme planejado, a *cabeça da nação*, apoiada na figuração do bandeirante como o pai da pátria<sup>199</sup>. Debaixo de si, o restante do

---

<sup>197</sup> O florescimento das artes em São Paulo dos anos vinte, entretanto, não estava aberto a todos os artistas ou era patrocinado por todos os aristocratas. Na verdade, o grupo de aristocratas que se divertia com o mecenato e o grupo de artistas que se beneficiava com esse mecenato eram muito reduzidos. Somente uma elite ilustrada e artistas ou intelectuais bem relacionados é que participavam deste movimento renovador. O que se assiste de fato é uma reinvenção modernista que buscou suprir as necessidades de uma aristocracia ávida da novidade européia.

<sup>198</sup> Segundo Lúcia Oliveira, o Modernismo não combatia apenas o romantismo, por considerá-lo sentimental, pré-racional e pré-moderno. Arvorava-se também contra o Realismo, demasiado preso ao cientificismo e ao pessimismo, que considerava as raças e o clima nacionais como caracteres negativos; da mesma forma, se opunha ao Parnasianismo, demasiado preso a rígidos cânones que impediam a criatividade própria da Modernidade. In OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A década de vinte e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: UNESP/FAPESP, 1997.

<sup>199</sup> Prevalência, no discurso paulista, a união do colonizador português – homem exclusivo do primeiro século após o descobrimento - com a índia americana, apurada na reclusão característica da Serra do Mar, o que findou por forjar uma raça superior, capaz de dominar o Brasil e torná-lo uma nação moderna. Ao mesmo tempo em que o discurso modernista unia, criava também uma aura de desprezo pelo restante do país, acentuadamente mestiço, filho de branco com negras e, portanto, inferior aos rijos paulistas. A respeito, ver Mota, Marly Silva da. **A nação faz cem anos. A questão nacional no centenário da independência**. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 1992.

país, arcaico, diferente, inferior, pronto a assumir uma nova identidade, na qual se extirpava a tradição de se ter como uma continuação de Portugal<sup>200</sup>.

A questão da identidade nacional foi pautada numa concepção evolucionista da história, tendo o progresso como idéia central e a possibilidade de realização do país, visto como *atrasado* em relação a um mundo *civilizado*<sup>201</sup>. Para tanto, tomou-se como chave para compreensão da diferenciação entre os povos, binômios como progresso/atraso, civilização/barbárie e povo/elite, dando ensejo a uma *crise de identidade*, onde os discursos do século passado passaram por severas modificações.

Tal crise se evidenciou, também, no entrelaço entre o velho e o novo, entre as necessidades oriundas dos movimentos sociais e as determinações do sistema, acirrando o descontentamento da população para com as oligarquias dominantes. Não à toa, a sociedade brasileira, no início do século XX, foi marcada por inúmeros confrontos que deram a tônica do que deveria mudar na república, que parecia ter mais semelhanças que diferenças com o Império.

A ausência da participação democrática dos cidadãos na condução dos negócios públicos, a precária condição de vida e de trabalho dos operários em meio à incipiente

---

<sup>200</sup> Três vertentes modernistas marcarão essa arquitetura do brasileiro e da brasilidade, nos anos vinte. A primeira vertente modernista (Verde-amarela) tinha como proposta o total abandono das influências portuguesas e européias, devendo a cultura nacional se voltar aos *mitos fundadores*, buscando-se a alma brasileira no seu passado mitológico, na vida autêntica das cidades do interior, e do contato do homem com a natureza. A segunda vertente (Antropofágica) propunha a apropriação das ideias europeias pelo canibalismo cultural, transformando aquelas em ideias nacionais. A terceira vertente buscava se incorporar à cultura mundial, entendendo o Brasil como parte de um todo. Sobre o Movimento Modernista brasileiro ver ÁVILA, Afonso. **O Modernismo**. São Paulo: Perspectiva, 1979. BRITO, Mário da Silva. **História do modernismo brasileiro – Antecedentes da Semana de Arte Moderna**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. CACCESE, Neusa Festa. **Contribuição para o estudo do modernismo**. São Paulo: Instituto de estudos Brasileiros/USP, 1971. TELES, Gilberto. **Vanguarda européia e modernismo brasileiro – apreciação e crítica dos principais movimentos vanguardistas**. Petrópolis: Vozes, 1977. MORAES, Edmundo. **A brasilidade modernista**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

<sup>201</sup> Jacques Le Goff analisou as concepções de progresso na história, mostrando que a idéia explícita de progresso desenvolveu-se entre o nascimento da imprensa, no século XV, e a Revolução Francesa, estando vinculada ao desenvolvimento da ciência e da técnica. Salientou, pois, que o grande século do progresso foi o XIX, encontrando sua expressão mais acabada na filosofia de Augusto Comte, a demonstrar que a filosofia do progresso não estava inevitavelmente ligada ao espírito democrático. Aquele historiador ainda assinalou que, na segunda metade do século, a ideologia do progresso deu novos passos adiante com as teorias científicas e filosóficas de Darwin e Spencer, marcando o entrelaçamento da idéia do progresso com o ideário de uma *necessidade benfazeja*. Por tal modo, difundiu-se a ideologia do progresso, originária de uma Europa, a do século XIX, que confundia a sua civilização com a *civilização* (ênfase no original). LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003, p. 235 e seguintes.

industrialização, a adesão as idéias socialistas e anarquistas, o domínio dos coronéis nos campos, o messianismo e o cangaço faziam crer na extrema necessidade de mudança das instituições brasileiras. A Guerra do Contestado (1912-16), as revoltas da Vacina (1904) e da Chibata (1910), a Greve Geral Operária (1917), a Revolta do Forte (1922), a Revolta de 1924 e a Coluna Prestes, ambas lideradas pelos chamados Tenentes, além da contestação cultural do Movimento Modernista (1922), são reveladores de que a nação ainda não se encontrara em pleno século XX.

Essa insatisfação, expressa nos movimentos sociais, se alastrou também para o campo literário, que sofreu uma renovação de seus temas. A preocupação com a realidade nacional ocupou não apenas as obras de ficção, mas também os ensaios, artigos e comentários dos eruditos, onde se fixava a crítica às instituições, tidas como elementos de cristalização e acomodação de uma estrutura de poder, que resultava na cegueira às reivindicações das vastas camadas da população brasileira. Foram os aspectos mais tristes e pobres do país que representaram a realidade nacional nesse início de século. O sertão, o interior, os subúrbios e a natureza, que já apareciam romanceados, passaram a ser retratados como modelos de atraso, e seus personagens se distanciaram da estética anterior. Se o sertanejo, no século findo, fora considerado um forte, naquele momento deixava de ser ordeiro e servil, assim como o caipira deixava de ser saudável e trabalhador e o suburbano de ser alegre e expansivo, já alertara NAXARA<sup>202</sup>. As representações do brasileiro para com as massas de despossuídos do país foram as mais negativas possíveis, a denunciar a insatisfação dos intelectuais diante de um Brasil que adentrara ao século XX entorpecido com seu passado, desnorteado diante do destino de ordem e progresso alardeado pelos republicanos, e que parecia não querer se realizar jamais.

No campo da História, as mudanças ocorreram, mesmo que de forma lenta e sutil, em face da manutenção do enfoque racista na produção historiográfica do período. Apesar de frutos desse *tempo de mudanças*, de um ambiente efervescente tanto no sentido político quanto no campo da cultura, poucos foram os trabalhos de historiadores que incorporaram, de pronto, as variadas teorias nacionalistas da época. Até os anos trinta, a cultura historiográfica brasileira pouco destoou daquela produzidas no século anterior, guardando as mesmas limitações e, em muitos casos, sequer tomando conhecimento do progresso das

---

<sup>202</sup> NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro (1870-1920)**. São Paulo: Annablume, 1998.

ciências sociais naquele período. A grande distinção que o historiador brasileiro teve, naquele conturbado momento, foi seu afastamento do oficialismo<sup>203</sup> – marca visceral da produção oitocentista -, e que resultou em novas formas de se enxergar o país e escrever sua história de uma forma mais autônoma, caso de Capistrano de Abreu<sup>204</sup>, que demonstrou uma incipiente preocupação com as experiências de habitantes do Brasil, dando ao povo a atuação de sujeito da história, mesmo que de forma tímida<sup>205</sup>.

Além de Abreu, outros nomes se destacaram como uma ruptura às teorias da época, quebrando o paradigma vigente e construindo um discurso não apenas sobre o Brasil, mas sobre o outro, o elemento colonizador, caso de Paulo Prado e Manoel Bonfim. Homens de letras nascidos nos Oitocentos, mas que, diante dos novos rumos políticos e sociais tomados pelo Brasil nas últimas décadas, lançaram suas obras, modificaram a retórica da alteridade de até então, onde o europeu fora representado sob as mais positivas formas, sendo ponto pacífico o elogio ao colonizador.

---

<sup>203</sup> Segundo SEVCENKO, a nova ordem instaurada após a consolidação do regime republicano brasileiro, na qual os governadores passaram a ter um lugar de prestígio antes ocupado pelos intelectuais, ocasionou o afastamento dos últimos, desiludidos com o regime ante o grande número de conflitos populares severamente coibidos pelo governo. A expressão histórica de Euclides da Cunha (“*Esta não é a república dos meus sonhos!*”) revela o sentimento dos que lutaram pela dissolução da monarquia, mas que em poucos anos perderam as ilusões ante os rumos tomados pelo novo regime. SEVCENKO, Nicolai. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

<sup>204</sup> Este foi o caso de José Capistrano Honório de Abreu, que procurou trilhar novos caminhos na lide historiográfica, e sobre os quais trataremos nas próximas páginas. Sobre aquele historiador, DIHEL faz questão de destacar a obra de Capistrano de Abreu como uma exceção, por buscar estar em sintonia com o desenvolvimento do pensamento historiográfico estrangeiro, nomeadamente o alemão e francês. Cf. DIHEL, Astar Antônio. *Op. cit.*, p. 57.

<sup>205</sup> É imprescindível dizer que, mesmo havendo uma maior ênfase na atuação popular na construção da nação, e portanto, na de sua história, ainda vigorava a idéia de que existiam fatores maiores e anteriores ao indivíduo, cuja vontade nada ou muito pouco podia fazer. O povo, em sua diversidade não apenas racial, mas também psicológica e cultural, era visto como ativo na ocupação do território, mas era também, frequentemente, considerado passivo na produção de uma verdadeira independência, na implementação do progresso ou de um verdadeiro conhecimento sobre si mesmo. Mister lembrar que a busca de peculiaridades essenciais de uma população justificava-se, no início do século XX, pela crença na existência de um caráter nacional, expresso através da cultura e regido pelos fatores psicológicos e raciais. Esta perspectiva favorecia interpretações norteadas por pressuposto essenciais e a-históricos, que justificavam a naturalização dos fenômenos sociais. Sobre a problemática, ver LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro - História de uma ideologia**. São Paulo: Ática, 1976 e GONÇALVES, Marco Antônio e MAGGIE, Yvonne. **Pessoas fora do lugar: a produção da diferença no Brasil**. In.: BOAS, Gláucia Villas. GONÇALVES, Marco Antônio (Org.). *O Brasil na virada do século: o debate dos cientistas sociais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

No concernente ao nosso objeto de estudo, esse desvio das interpretações anteriores, configurado na escrita de Bomfim e de Prado, se constitui como novas e necessárias perspectivas, frutos de um momento privilegiado para as diversas tentativas de compreensão da cultura e da história brasileiras, elevando para um centro nodal a questão da identidade nacional.

Em meio ao turbilhão de mudanças e de inovadoras perspectivas, sobrepunha-se a presença de Portugal como elemento balizador da discussão nacional. No mesmo período, não se pode negar as dificuldades na relação entre os dois países, cujas relações diplomáticas foram abruptamente cortadas. Vejamos as perspectivas sobre a antiga metrópole que emergiram nesse tempo de transição.

## CAPÍTULO 3

### EM BUSCA DE UM SENTIMENTO NACIONAL

O historiador que marcou com seu trabalho a cultura historiográfica brasileira nos primeiros anos do século XX foi José Capistrano de Abreu<sup>206</sup>, membro ao IHGB desde 1887. Autodidata, empenhado no estudo de geografia, psicologia, sociologia, antropologia e história, Abreu, apesar de ratificar o perfil do homem de letras do Oitocento, se destacou por pensar uma produção historiográfica distinta daquela realizada até então. As várias áreas do conhecimento pelas quais se interessou muito influenciaram sua produção historiográfica, fornecendo-lhe um caráter interdisciplinar, da mesma forma que a leitura de inúmeros teóricos permitiu-lhe a vinculação ao historicismo como paradigma de estudos<sup>207</sup>. À guisa de apresentação, fazemos questão de destacar esse historiador como o diferencial, a exceção à regra dominante do período aqui tratado como um tempo de mudanças. Mudanças políticas e sociais que, como já frisamos anteriormente, não se refletiram de imediato na produção historiográfica no mesmo período, mas que podem ser observadas em produções lançadas nos anos posteriores<sup>208</sup>.

---

<sup>206</sup> Oriundo do Ceará, extremo Nordeste, Capistrano de Abreu, apesar de haver estudado na Faculdade de Direito de Recife, não teve nessa profissão o seu maior interesse, sendo reprovado nos primeiros anos do curso. Segundo Iglesias, *Capistrano pode ser visto como um precursor da historiografia do cotidiano, modismo atual já por ele visto no que tem de significativo*. IGLESIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil**. Belo Horizonte: EDUEMG/Nova fronteira, 2000, p. 117. Rodrigues classificava-o como *o primeiro historiador moderno e progressista do Brasil*. RODRIGUES, José Honório. Op. cit., p. 411.

<sup>207</sup> A leitura atenta da correspondência de Capistrano de Abreu permite encontrar as referências daquele autor com muitos pensadores, tais como Taine, Buckle, Comte, Spencer, Sombart, Ratzel e Ranke, a demonstrar o quanto interessava àquele historiador as correntes do pensamento europeu no campo das ciências sociais.

<sup>208</sup> Ao estudar as implicações do movimento modernista na ampliação da cultura histórica brasileira, DIHEL elencou alguns autores que incorporaram elementos do modernismo em seus textos. Apesar de Capistrano de Abreu ter tido íntima vinculação com os membros do mencionado movimento, não se percebe traços mais fortes da retórica nacionalista em suas obras. O mesmo não se pode dizer dos escritos de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, reconhecidos por Dihel como autores fundamentais de um modernismo maturado. Considerando ainda que as idéias marxistas foram um dos motores do movimento operário e, conseqüentemente, do movimento modernista, o autor reputa como tal as obras de Caio Prado Jr. e Nelson Verneck Sodré. In DIHEL, Astor Antônio. Op. cit., p. 175 e seguintes.

A vinculação de Abreu a algumas proposições filosóficas da época refletiu-se em seu trabalho, evidenciando sua preocupação pelo documento, pela busca da autenticidade, pela verdade das fontes, pelo esforço de análise objetiva. Ao romper com o característico das crônicas descritivas e das abordagens políticas da história, sem a menção preponderante aos grandes nomes e datas importantes, tão comuns no meio e no seu tempo, Abreu abriu um novo caminho para uma nova história colonial, ao eleger novas abordagens, novos objetos, outras perspectivas historiográficas que lhe deram o destaque merecido.

A obra de Capistrano de Abreu, ao contrário da de Varnhagen, não foi prolífica, publicando alguns poucos trabalhos específicos de história, sendo os mais destacados *O descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI* (1883), *Capítulos de História Colonial* (1907) e *Caminhos antigos e povoamento do Brasil* (publicado em 1930, três anos após sua morte)<sup>209</sup>. Não obstante, Abreu tornou-se o historiador por excelência do início do século e seus escritos serviram como referencial para muitos dos autores que lhe sucederam, tamanha sua inovação e a perspicácia de suas observações.

Num tempo de mudanças profundas no panorama nacional, buscava, sobretudo, entender a formação da nacionalidade brasileira em todas suas singularidades, e para isso se tornou um leitor atento da HGB, de Varnhagen, lançada em primeira mão no ano de seu nascimento (1853). De reconhecimento comum, o trabalho de Varnhagen lançara as bases de uma formação da nação no campo da história, porto seguro para consagrar sua visão de mundo. Apesar de celebrar o louvável trabalho, livro-monumento de uma época, Abreu não se eximiu de constatar a necessidade de ir além, completá-lo, preencher as lacunas documentais e temáticas presentes naquela obra, tarefa que se tornaria verdadeira obsessão<sup>210</sup>. Sua intenção era superar o que chamara de *quadros de ferro* traçados por

---

<sup>209</sup> *Capítulos de História Colonial* é considerada a obra mais importante daquele historiador que, para além da composição de obras históricas, a importância do trabalho está vinculada à recuperação e edição de valiosos textos do período colonial, tais como, a *História do Brasil*, de Frei Vicente de Salvador, *Cultura e opulência do Brasil*, de André João Antonil e *Diálogos das grandezas do Brasil*, de Ambrósio Fernandes Brandão. Dessas duas últimas obras coube-lhe a identificação da autoria. De espírito ousado, parece-nos que o esforço metódico de produção de um texto era-lhe cansativo em demasia, posto considerar-se sempre *sujo e aliviado* ao concluir um trabalho.

<sup>210</sup> Apesar de elogiar o esforço de Varnhagen, Capistrano de Abreu denunciou as falhas da HGB, na qual o autor foi capaz de, como um antiquário, estabelecer e datar documentos como um *trabalhador possante, explorador infatigável que muitas vezes surgia exausto e ensanguentado, trazendo nas mãos pérolas e corais* (In Necrológio). Apesar do esforço, Capistrano queixava-se da incapacidade de Varnhagen de dar aos fatos uma explicação convincente, sem traçar um enredo histórico que permitisse averiguar até onde um fato era o desenrolar do outro, passando assim do papel de crítico de documentos para a de narrador. No mesmo

Varnhagen na HGB, e que foram reproduzidos largamente nos manuais escolares de história pátria, como o de Joaquim Manuel de Macedo<sup>211</sup>. Com esse fito, tornou-se um dos anotadores da 3ª edição da *Historia geral do Brasil*, ao lado de Rodolfo Garcia, tarefa que lhe proporcionou subsídios para a realização de uma reescrita da história, que seria concebida pela diferença em relação à HGB. Aquela, para Abreu, seria um texto hermético, demasiado longo, de leitura exaustiva, incapaz de conquistar leitores distantes

---

**Necrológio**, Capistrano de Abreu não temeu em afirmar que Varnhagen não fora além de *escavar documentos, demonstrar-lhes a autenticidade, solver enigmas, desvendar mistérios, nada deixar de fazer a seus sucessores no terreno dos fatos. Compreender, porém, tais fatos em suas origens, em sua ligação com outros fatos mais amplos e radicais de que dimanaram, generalizar as ações e formular-lhes teorias, representá-los como consequência de duas ou três leis basilares, não conseguiu nem consegui-lo-á*. ABREU, José Capistrano de. **Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro (1878)**. In. *Ensaio e estudos*, 1ª série. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1976, p. 202. Em outros momentos, pareceu desconfiar da autenticidade dos documentos apresentados por Varnhagen: *Ainda não pude verificar onde ele colheu os esclarecimentos a respeito do assalto inglês na Bahia. Não figuram na primeira edição. Provavelmente encontrou os documentos em Simancas, onde deveriam estar, se não os tirou, porque hoje cheguei à desoladora convicção de que nosso ilustre historiador roubava papeis*. Carta ao Barão do Rio Branco (303/1887). In. RODRIGUES, José Honório (org.). **Correspondência de Capistrano de Abreu, vol. 1**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1977, p. 117.

<sup>211</sup> O manual de história pátria de Joaquim Manoel de Macedo é representativo da produção didática de membros do IHGB, o que vem provar a preocupação daquele espaço de saber não apenas com a produção da história, mas também com sua legitimação, a partir da feitura de manuais. Tal discussão fora iniciada desde 1840, por Justiniano José da Rocha, professor de História Pátria no Colégio Pedro II e membro do IHGB. Ao reconhecer que existiam poucos compêndios disponíveis sobre o assunto, instou ao Instituto nomear uma comissão especial a fim de organizar um compêndio de História do Brasil, o que não foi de pronto ocorrido ante a obstrução de Januário Da Cunha Barbosa, que indicava – como o mais representativo - o compêndio do sócio Pedro de Alcântara Bellegarde. Somente com o pedido formal do diretor do Conselho de Instrução Pública, Eusébio de Queirós, em 1860, o IHGB se dispôs a renovar a produção de compêndios, indicando Joaquim Manoel de Macedo para o empreendimento. Aquele autor, além de primeiro secretário do IHGB, era também professor do Colégio Pedro II, e durante algumas décadas, seu manual – intitulado *Lições de História do Brasil* - foi o mais utilizado nos colégios brasileiros, pois seu trabalho congregava Didática, Currículo e Saberes escolares, cerne do ato de “professorar”. Macedo era médico de formação, ligado à família imperial, da qual se tornou preceptor e professor dos filhos da princesa Isabel. Seu romance *A Moreninha* é considerado a obra inaugural do romance brasileiro, que lhe deu fama e fortuna, para além de tantos outros trabalhos de cunho literário que marcaram sua carreira. A partir da década de 60 muitos dos membros do IHGB – que já eram professores – tornaram-se também autores didáticos, chamados para engrossar um filão novo do mercado, mas que se anunciava absolutamente promissor: o mercado editorial. A transposição didática dos saberes produzidos e armazenados pelo Instituto também se constituía em uma fonte a mais de rendimentos para muitos, além de uma maneira de divulgar para um público mais amplo o conhecimento sistematizado pela agremiação. A respeito ver MACEDO, Joaquim M. **Lições de História do Brasil**. Rio de Janeiro: Typografia Imparcial, 1861. Para aprofundamento do tema sugerimos a leitura de HILSDORF, Maria Lúcia. WARDE, Míriam. CARVALHO, Marta de. **Apontamentos sobre a História da escola e do sistema escolar no Brasil**. In.: GARCÉS, O.L.Z.; SAUTER, G.O. (org.) *Gênesis y desarrollo de los sistemas educativos Iberoamericanos - siglo XIX*. Tombo I. Universidad de Antioquia, Espanha: Cooperativa Editorial Magistério, 2004, p.127-202. Com especialidade, MARIOTTO HAIDAR, Maria de Lourdes. **O ensino secundário no império brasileiro**. São Paulo: Grijalbo/EDUSP, 1972.

da chamada elite intelectual, e que, por isso mesmo, exigia que fosse refeita, como forma de aproximar o povo de sua história.

A reescrita da história nacional deveria ocorrer a *grandes traços e largas malhas*, afastando-se em definitivo da tradição, não muito antiga, de narrativa do passado nacional, na qual a cronologia dos acontecimentos era mais importante que a atuação humana. O fio condutor dessa reescrita deveria levar à compreensão da formação da nacionalidade, do nascimento coletivo de um sentimento nacional, capaz de unificar a diversidade dos grupos humanos que originaram o povo brasileiro. Abreu tencionava mostrar, pois, como os grupos étnicos se uniram, para além da língua comum, da religião e da antipatia ao reino, passando a pensar num Brasil emancipado, unificado, que se via como povo, como comunidade. A justificativa para tal empreendimento se dava pela compreensão da impossibilidade de Varnhagen ter construído uma identidade nacional verdadeira, visto que, ao tempo da escrita da HGB, poucos anos após a emancipação política, o *espírito nacional* não se constituía de todo, estando ainda em formação<sup>212</sup>. No especial tempo de mudanças que vivia, era natural que aquele historiador se inquietasse com o passado, agora posto à prova em todos os seus matizes.

Abreu compreendia a instauração da república como o elemento unificador da nação, e nesse sistema governativo – apesar dos variados problemas que irrompiam desde sua instauração – já se fazia possível vislumbrar um *rascunho* do que poderia vir a ser a mesma<sup>213</sup>. A captação desse *espírito* só seria possível com a consolidação da própria nação, experiência que ocorreria por uma tomada de consciência do que seria a nação em si, e de como a mesma se formara ao longo dos séculos. Ao mesmo tempo, tal consciência é que permitiria aquela consolidação, dando ensejo à solidez da idéia de nação, que para Capistrano de Abreu, teria na escrita de sua história a condição de possibilidade para se

---

<sup>212</sup> Para tanto, faz-se necessário lembrar que a escravidão só fora abolida em 1888, o que indicava forte impeditivo para que grande parte dos trabalhadores nacionais tivesse consciência de uma suposta e inexistente cidadania em meados do século XIX. Demais grupos formadores da nacionalidade, mesmo livres, não eram agentes políticos da nação emancipada, o que descaracterizava a unidade inicial da colônia, vigorosamente defendida nas muitas páginas da HGB.

<sup>213</sup> Só após a instauração do sistema governativo republicano é que todos os brasileiros, maiores de 18 anos, e que fossem alfabetizados, passaram a ter acesso ao direito de eleger seus representantes. Antes disso, o voto era restrito a cidadãos que provavam ter certo nível de renda, exigência que afastava a grande maioria da população do exercício de cidadania, definidor do espírito de nação. NICOLAU, Jairo. **História do voto no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

aperfeiçoasse o processo formativo<sup>214</sup>. Esta tarefa deveria ser cumprida com a maior brevidade, pois aquele autor vislumbrava, no contexto dos primeiros anos da república, considerável fragilidade dessa consciência nacional, além de significativo risco de dissolução da proclamada unidade nacional, diante das mudanças provocadas pela instauração de um novo sistema de governo. Originou-se dessa urgência sua proposta de uma história escrita sem se deter nos grandes eventos, sem citar os grandes nomes ou os pormenores dos acontecimentos dos últimos tempos, sem minúcias nem detenção nos detalhes que ainda não estavam amadurecidos o suficiente para ser compreendidos em sua historicidade.

O desvendamento da trajetória que levou à formação da nação e a lenta gênese de um sentimento nacional se configuraram como pontos de inflexão de seu trabalho, nomeado pelo autor como *história íntima da nação*. Nesta, a noção de territorialidade teve lugar de destaque, posto seu autor haver deslocado o eixo geográfico da experiência colonial do litoral para o interior. Saiu, assim, do espaço dos engenhos e da produção açucareira – alma da colônia – para o interior do território colonial, no espaço chamado *sertão*<sup>215</sup>, a fim de compreender os desdobramentos mais profundos da formação nacional, revelando uma intimidade ainda desconhecida. Para tanto, aprofundou os estudos geográficos, que em sua obra se fundiram como parte integrante da historicidade nacional, a demonstrar como as relações do homem com a natureza foram fundamentais para a ligação das diversas partes do território colonial, através de escusos caminhos e trilhas. A *história íntima*, interna, de Capistrano de Abreu seria, assim, quase complementar à chamada *história externa*, litorânea, de Varnhagen<sup>216</sup>.

---

<sup>214</sup> Vê-se, pelo exemplo acima, que Capistrano de Abreu já definira, desde o final do século XIX, uma finalidade para a história, que divergia da visão do próprio IHGB, cujo brasão apresentava-a como *mestra da vida*. Abreu já antevia os fins políticos da própria história, e do papel do historiador.

<sup>215</sup> Em 1902 foi lançado *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, que retratava a epopéia da vida [sertaneja](#) em sua luta diária contra a paisagem e a incompreensão das elites governamentais. O substrato dessa obra ampara-se na ocorrência da Guerra de Canudos (1896-1897), onde um pequeno povoado no interior da Bahia – Arraial de Bom Jesus, ou Belo Monte - se constituiu às margens da presença do Estado desde o século anterior. Assumiu sua liderança Antônio Conselheiro, na república recém instaurada, o que acentuou seu crescimento, chamando a atenção das autoridades locais, determinadas a extinguir o grupo, sob a alegação de se tratar de um “conluio de monarquista”. As colocações de Euclides da Cunha sobre o Brasil do final de século são reveladoras de sua visão sobre a existência de dois Brasis: um do litoral e outro do interior, que se diferenciavam pelos fatores da raça, do meio ambiente e do momento histórico, refletindo o determinismo de Taine, que também influenciou o trabalho de Capistrano de Abreu.

<sup>216</sup> Para Capistrano de Abreu, a História de Varnhagen era litorânea porque era portuguesa. A história da intimidade da formação nacional não poderia ter o mesmo cenário, pois se iniciara em épocas diversas, assim como em diversos lugares, permitindo a abertura de veredas que uniam silenciosamente os distintos pontos,

Não obstante, Abreu tentou se afastar de um modelo de abordagem histórica que construía a história do Brasil a partir do descobrimento, num desdobramento da colônia em império, tipificado na *História Geral do Brasil*, de Varnhagen. Para ele, o Brasil tinha uma história que antecedia à presença portuguesa, ajuizando os nativos como integrantes de uma sociedade que se transmutou com a chegada de brancos e negros, o que possibilitou a datação histórica a partir dessa chegada. O chamamento dos demais grupamentos étnicos como sujeitos da história de formação do Brasil, para além da presença portuguesa, foi mais um destaque em sua análise, ao considerar que as distinções culturais de índios e negros quase se dissolveram no cadinho da formação nacional.

A narrativa estabelecida a partir de temáticas<sup>217</sup>, e não mais como uma evolução de fatos encadeados em si, solidificou o cariz inovador ao seu trabalho, diferenciado pela análise do modo de vida dos homens comuns, das suas estruturas de pensamento, das suas questões cotidianas. Capistrano de Abreu se esmerou no desvendamento de como havia se dado o povoamento do interior, as formas de ocupação do território, os desequilíbrios e contrastes da sociedade colonial, a diversidade territorial, a fragmentação e as incomunicabilidades. Marcou, assim, um novo modo de se escrever a história brasileira<sup>218</sup>, além de trazer à tona grande parte da história do Brasil do século XVII<sup>219</sup>, da qual pouco ou nada se sabia e, em decorrência, tornou-se um membro de destaque no IHGB, ao qual frequentava precariamente, além de ser considerado um precursor da moderna historiografia do país.

---

num alargamento territorial que se formara a partir de uma corrente interior mais volumosa e mais fértil que o tênue fio litorâneo. A propósito, ver o capítulo IX de **Capítulos de história colonial**.

<sup>217</sup> Os *Capítulos de história colonial* foram organizado a partir dos seguintes temas: “Antecedentes indígenas”, “Fatores exóticos”, “Os descobridores”, “Primeiros conflitos”, “Capitanias hereditárias”, “Capitanias da coroa”, “Franceses e espanhóis”, “Guerras flamengas”, “Os sertões”, “Formação dos limites” e “Três séculos depois”. Por sua vez, *Caminhos antigos e povoamento do Brasil* tem a seguinte compleição: “Sólis e primeiras explorações”, “Os Guaianases de Piratininga”, “Atribuições de um donatário”, “Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil”, “Os primeiros descobridores de Minas”, “Documentos históricos”, “Esquema das bandeiras”, “A bandeira de Francisco de Mello Palheta ao Madeira”, “Sobre uma história do Ceará”, “Tricentenário do Ceará”, “Fragmento de um prólogo”. Vale lembrar ser este último livro uma compilação de escritos esparsos, organizado postumamente.

<sup>218</sup> Para Daniel Mesquita, o tratamento dado à história, no início do século XX, por Capistrano de Abreu, teve grande influência nas obras futuras de Paulo Prado, Sérgio Buarque de Holanda e até mesmo de Gilberto Freyre. A respeito ver MESQUITA, Daniel. **Os descobrimentos de Capistrano**. Rio de Janeiro: Apicuri/EdPUC, 2010.

<sup>219</sup> *Capítulos de história colonial*, obra principal, retrata o processo colonial, encerrando-se ao fim do século XVII. O século seguinte representava, para Capistrano de Abreu, o momento de possibilidades de inserção do Brasil, conquanto nação emancipada, no concerto das nações civilizadas, o que lhe parecia campo pouco seguro para o trabalho do historiador. Suas preocupações nesse sentido, não obstante, podem ser acompanhadas em sua correspondência, organizada por José Honório RODRIGUES.

Apesar de desejar ser o diferencial em relação ao trabalho de Varnhagen, Capistrano de Abreu nele se amparou para repensar a história nacional, ao considerar o empenho daquele historiador na descoberta e detalhamento dos documentos referentes ao Brasil<sup>220</sup>. Elogiava a profundidade da pesquisa documental encetada pelo Visconde de Porto Seguro, e de seu profundo conhecimento dos diversos arquivos europeus – tão freqüentados por Varnhagen, e nos quais nunca fora. Usava, pois, do artifício de Bernardo de Chartres<sup>221</sup>, ao se apropriar dos escritos de Varnhagen para deles recuperar a face da história, a partir de novas ferramentas teóricas.

### 3.1. Impiedosos fazedores de novos caminhos

Abreu tentou, em todos os sentidos, resgatar no ambiente colonial um sujeito histórico que pudesse se diferenciar do colonizador português, na tentativa de se desprender da criação varnhageniana. Sua geração, ao contrário da de Varnhagen, vivera o questionamento e dissolução de um modelo social tipicamente luso, tendo se defrontado com problemáticas relativas à construção da nação e da identidade nacional. Esse tempo de transição abriu espaço para o questionamento da relação de continuidade histórica entre Portugal e Brasil (o chamado luso-americanismo), bem como o questionamento do sentido do valor em relação à antiga metrópole.

Concomitante à crise do Império, aflorou a reavaliação do papel de Portugal em relação ao Brasil, e se este seria um desdobramento da antiga metrópole (premissa do IHGB), ou uma nação que se constituía de forma particular e autônoma. Questionava-se, pois, se a continuidade, caso existisse, não seria justamente a raiz dos problemas sociais e políticos ou, de outro modo, se a herança portuguesa não seria a causa dos males da sociedade brasileira<sup>222</sup>. Neste contexto de reavaliações e questionamentos nasceu a obra de Abreu,

---

<sup>220</sup> ABREU, José Capistrano de. **Sobre o Visconde de Porto Seguro**. *Op. Cit.*, p. 133.

<sup>221</sup> *Somos anões empoleirados nos ombros de gigantes. Assim, vemos melhor e mais longe que eles, não porque nossa vista seja mais apurada ou nossa estatura mais alta, mas porque eles no elevam até o nível de toda sua gigantesca altura*, observara Chartres, cujas palavras foram resgatadas por LE GOFF em **Os intelectuais na Idade Média**. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 25. No artigo **Sobre o Visconde de Porto Seguro** (Ensaio e estudos, 1ª série. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1975, pag. 25 e seguintes), Capistrano fez alusão a uma reescrita da história a partir dos erros e acertos de Varnhagen.

<sup>222</sup> Exemplo dessa reavaliação é a grande popularidade, entre os intelectuais do período, no Brasil, da obra *O Brasil e as colônias portuguesas* (1880), de Oliveira Martins, que observara que a colonização do Brasil acontecera em meio à decadência da metrópole. Para aquele autor, as incursões de Portugal na África e no Brasil, descritas como uma triangulação, ao tempo que formavam um sistema de exploração colonial bem-

voltada a perscrutar a formação da identidade brasileira no ambiente da colônia. Para tanto, escolheu refazer o cenário histórico, afastando-se dos engenhos litorâneos e da grande empresa portuguesa, nos quais era predominante a presença estatal, para voltar-se ao avesso da história do lugar chamado Brasil.

Em Abreu, o sujeito colonial se diferenciou daqueles encontrados em Varnhagen. A partir do conceito de *transoceanismo*, aquele autor estabeleceu a sutil diferença entre o português que ia à colônia com o fito de enriquecer, ou realizar um mandato, daquele que ia para se estabelecer, ali se fixando indefinidamente, buscando novas terras nos interiores, formando famílias, trasladando os parentes do reino para a lida colonial. Com tal fito, passou a estudar as famílias portuguesas que inauguraram os povoamentos, abriram caminhos, definiram fronteiras, guerrearam entre si pela posse da terra, dando-lhe rostos e nomes e evidenciando um português diferente, que não teve o transoceanismo como perspectiva de vida, posto deixasse para trás Portugal e desenvolvesse relações afetivas com o espaço colonial, elegendo-o como o ambiente onde faria sua vida, onde habitaria doravante.

Desconstruía-se, por tal viés, um tipo mítico – o português navegador, cujas águas salgadas dos mares pareciam compor o próprio sangue, tão perene era seu destino e vontade de lançar-se ao mundo, desvendando-o, para se apoderar de tudo que oferecia de diferente e precioso. Em contrapartida, revelava-se um português retraído, taciturno, dedicado à terra e à família, compenetrado em ganhar a vida com o esforço diário. Diferente, este português trazido à história por Abreu desbravara os sertões, fazendo daquele espaço o seu lugar de domínio, como homem comum, sem vantagens nem benesses; um típico sujeito do ambiente colonial, exterior ao contexto da empresa portuguesa, embora a favorecesse de uma maneira especial, à parte, com seu empenho de explorar as novas terras e povoá-las.

Em Abreu, as figuras dos degredados, dos naufragos e dos desertores de Portugal foram referendadas como os primeiros habitantes portugueses nas terras da América, tendo como expoente Diogo Álvares Correia, mais conhecido por Caramuru<sup>223</sup>. Para aquele historiador,

---

sucedido por redundar em colonização, embora malgrado por estar na raiz do declínio do Império português.

<sup>223</sup> O naufrago português, nascido em Viana do Castelo, em 1475, foi acolhido pelos tupinambás, após presenciar o massacre dos companheiros de viagem, ao chegar em terra firme. Reza a lenda que seu livramento se deu em decorrência de ter sido achado semimorto sobre as pedras da praia, ou por ter feito uso

tratava-se de homens cuja opção em viver na nova terra não derivara da própria vontade, mas de alguma punição, caso dos degredados, ou de algum infortúnio, caso dos naufragos e dos desertores<sup>224</sup>. Aos dois primeiros entendemos tratar-se do tipo transoceânico, cujos pés fixaram-se na nova terra, embora seus pensamentos e desejos voltassem-se constantemente para Portugal. Aos últimos, que fugiam das amarras da sociedade portuguesa, e que por vontade embrenhavam-se nas matas americanas, furando lábios e orelhas e rendendo-se aos rituais dos nativos, parece ser parte do que Abreu tomou como a energia geradora da nação brasileira.

Homens fortes, intemeratos, resolutos, esses portugueses foram considerados por Abreu como os verdadeiros construtores da colônia, os domadores da natureza dos trópicos, os civilizadores de negros e nativos, os engenheiros de uma nova raça, moldada pelas condições ambientais de cinco regiões geográficas diferentes, ligadas entre si graças a abertura de caminhos e implantações de povoados. Viver na colônia foi uma resolução de vida de caráter peremptório, e não uma missão determinada pelo empreendimento colonial, de durabilidade efêmera. Assim, tornaram-se senhores, descobridores, colonizadores, empenhados na feitura de caminhos que internalizassem a colônia, para que tomassem posse de sesmarias, que a povoassem por dentro, unindo as diferentes partes do território, que aos poucos se definiu em sua imensidão.

---

de uma arma de fogo, atingindo um pássaro que estava nas proximidades, o que causou temor e respeito por parte dos nativos que assistiram ao fato. Sua permanência com os nativos brasileiros tornou-o profundo conhecedor dos costumes indígenas, o que contribuiu para torná-la importante mediador no contato inicial entre nativos com os jesuítas e/ou agentes da coroa portuguesa, para quem prestou alguns serviços, dela recebendo posse de terras e honrarias. Sua história foi noticiada pelo jesuíta Simão de Vasconcelos, em 1680, tendo nela se inspirado Frei José de Santa Rita Durão, que escreveu o poema “Caramuru”, em 1781.

<sup>224</sup> Em decorrência dessa análise, contida na obra de Capistrano de Abreu, foi reproduzida ao longo dos anos, na historiografia brasileira, a representação negativa de que os elementos formadores da nova sociedade provinham da escória da sociedade portuguesa, sem que se observasse o contexto no qual se encontraria a explicação da transformação de um homem comum num facínora, da distinção entre crime e pecado, da aplicabilidade das penas civis e religiosas, enfim, da própria historicidade da metrópole nos séculos da colonização. Essa proposição, a nosso ver, só permitiu o aprofundamento da lusofobia, ao reproduzir um perfil abjeto – que remontava aos séculos de colonização – em relação aos migrantes portugueses do início do século XX, considerados como elementos indesejáveis em seu país de origem, e que levavam consigo um histórico pouco exemplar que causava repúdio e que se refletia, em última análise, em relações marcadas pela animosidade e desrespeito entre brasileiros e portugueses. Em oposição a esta versão da história, destacamos o trabalho de Afonso Celso, citado anteriormente, que procurou desconstruir a negatividade de ter sido grande parte da primitiva população colonial formada por degredados portugueses.

Indiferente se os sujeitos que brotaram da documentação analisada eram portugueses de nascimento ou seus descendentes, Abreu construiu os portugueses que *fizeram o Brasil por dentro*, fomentando sua alma, ensejando uma brasilidade que só se revelou séculos depois. Com índias, negras ou portuguesas, esses homens foram esculpidos como os patriarcas da nação, aqueles que fizeram vicejar uma nova população nos trópicos, destinada ao trabalho de amansar a terra e de fazê-la dar frutos.

Com esse viés, Abreu fez uma espécie de *corte* entre os tipos portugueses que participaram da empresa colonial<sup>225</sup>. De um lado ele colocou o homem comum, o colono aventureiro, com disposição para viver na nova terra, nela criando raízes; de outro, ele dispôs o colonizador, o português que, por determinação real, foi escolhido para desempenhar alguma missão, com o fito de realizar algum aspecto na empresa colonial. A respeito desses agentes, Abreu os revelou como

“...homens audazes, contratados pelos poderes públicos para pacificar certas regiões em que os naturais apresentassem mais rija resistência, podendo cativar legalmente a indiada, autorizados a distribuir hábitos e patentes aos companheiros mais esforçados<sup>226</sup>”

Em partes de sua obra, não é difícil identificar a atuação desses agentes, cuja presença e ação demarcaram importantes momentos na formação da sociedade brasileira, gravados no montante da documentação utilizada pelo historiador na escrita de sua história, e da qual não pode fugir. Em sua história, os grandes nomes portugueses adquiriram nova dimensão, dando-se visibilidade a personalidade e ações ainda pouco abordadas pelos historiadores nacionais, a começar por D. Henrique (herói da Reconquista) e de D. João II (sábio e providente), até Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral.

Sobre o último, o liame mais forte a unir Portugal e Brasil, patenteou-se, na escrita abrelina, as minúcias da expedição que culminou com o descobrimento e a chegada de seus membros na nova terra, a ponto de destacar a doação, por parte do rei, de um barrete bento,

---

<sup>225</sup> Esse corte é explícito em sua obra, pois se nos *Capítulos da história colonial* Abreu referenciou os atos das grandes navegações e descobertas portuguesas, citando atos de reis e de seus mandatários, nos *Caminhos Antigos e povoamento do Brasil* ele se voltou a investigar o homem comum e sua trajetória na experiência colonial.

<sup>226</sup> ABREU, José Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**, p.44.

enviado pelo papa em prol do sucesso da empreitada. Todavia, a história escrita por Abreu não pode ser considerada a história dos grandes homens, como o foi a de Varnhagen, caracterizando-se como um *desvio* das pretensões do autor da HGB. Mostra disso são as marcantes representações que ele fez de Portugal na transição das idades Média e Moderna, como estratégia para tentar explicar alguns aspectos percebidos na formação da sociedade brasileira.

O Portugal revelado na narrativa abreliniana era um espaço de contradições flagrantes, tomado pelo poder do catolicismo, a dominar todos os recônditos da vida social, embora inexistente na intimidade dos lares. Para Abreu, o português seiscentista era pouco devoto, e conquanto tivesse sua vida marcada por atos da liturgia católica, transitava numa sociedade marcada pela violência, onde a rudeza e a agressividade imperavam, imprimindo nas pessoas o mesmo cariz. Em Abreu, o Portugal seiscentista era um império onde

“As cominações penais não conheciam piedade. A morte expiava crimes tais como o furto do valor de um marco de prata. Ao falsificador de moeda infligia-se a morte pelo fogo e o confisco de todos os bens. Com a rudeza de costumes que assinala aqueles tempos, a segurança da própria pessoa, família e haveres, dependia em grande parte da força e energia individual; daí freqüentes homizios, agressões, feridas e mortes que habituavam à contemplação da violência e da dor, infligida ou recebida. O espetáculo de penar não repugnava, porque ninguém tinha em muita conta o padecimento físico. Cruzas que hoje denotariam a vileza de um caráter perverso não tinham nesses tempos semelhante significação. O mal que elas causavam não se reputava demasia, todos estavam sujeitos a padecê-lo. Mas se a dor física ou moral alcançava molificar a rijeza da índole inacostumada à paciência e a reflexão ou se a paixão a inflamava, então o sentimento irrompia em clamores, prantos e contorsões, semelhando os meneios da demência furiosa<sup>227</sup>”.

Dessa sociedade que banalizava a violência e o sofrimento físico, onde a dor era um demarcativo das relações sociais, Abreu ensejou adentrar na compreensão da personalidade do português que colonizou o Brasil. O homem oriundo desse meio não poderia ser afável, sendo a bestialidade e a intolerância a marca dos portugueses que povoaram os seus escritos, recheados de vivências que retratavam a aspereza da vida colonial, repetição da

---

<sup>227</sup> *Ibidem*, p. 48.

vida na metrópole<sup>228</sup>. A experiência do sertão nada teve de romântica em Abreu; bem ao contrário, os tempos coloniais foram a reprodução da sociedade portuguesa, acentuada em razão das dificuldades do novo lugar. O português ali contido foi, pois, compreendido em razão de seu tempo e seu ambiente, no compósito de sua historicidade, sendo mostrado por Abreu como um

“...fragueiro, abstêmio, de imaginação ardente, propenso ao misticismo, caráter independente, não constrangido pela disciplina ou contrafeito pela convenção; o seu falar era livre, não conhecia rebuscos nem eufemismos de linguagem. A têmpera era rija, o coração duro. (...) À dureza da têmpera correspondia extensamente um aspecto agreste, a força muscular era tida em grande apreço. Cercear com um revés de montante uma perna de boi por meia coxa ou decepar-lhe quase todo o pescoço eram feitos dignos de recordação histórica<sup>229</sup>”.

Essa dureza de caráter e bravura indômita se refletiria, para Abreu, como uma justificativa para certos atos perpetrados pelos colonizadores, à maneira do tratamento empregado ao lidar com os povos indígenas, africanos e estrangeiros invasores, sem piedade na aplicação de castigos nem meneios em relação à sua sobrevivência. As punições empregadas no ambiente colonial contra as gentes submissas eram tidas como verdadeiros atos de sadismo pelos contemporâneos daquele historiador, diante das narrativas de atrocidades<sup>230</sup> resgatadas nos documentos de época. A respeito, Abreu fez lembrar da pertinente historicidade dos homens e da sociedade investigada, na qual o espetáculo de penar não

---

<sup>228</sup> Com essa finalidade, Abreu fez questão de destacar excertos dos escritos de Domingos de Loreto Couto, na descrição do português primitivo: *No nosso reino de Portugal, entre Celorico e Trancoso, habitavam povos tão brutos e silvestres como animais indômitos, tão rudes que uma família não entendia a língua da outra com menos de duas léguas de distância. (...) Nem nos deve admirar a barbaridade destes povos (os indígenas), quando sabemos que dos descendentes de Tubal e de outras nações políticas com que se povoou Portugal se reduziram muitos dos seus descentes a tanta brutalidade que matavam e comiam aos que dos povos vizinhos se apanhavam ou em guerras ou em ciladas.* Couto, Domingos de Loreto. **Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco.** Anais da Biblioteca Nacional. V. 24, 1902, p. 45, citado à p. 187 e seguintes de *Capítulos de História Colonial*.

<sup>229</sup> ABREU, José Capistrano de. **Capítulos de história colonial.** São Paulo: Publifolha, 2000, p. 46-7.

<sup>230</sup> Há muitas passagens na narrativa de *Capítulos de História Colonial* sobre a violência empregada pelos portugueses sobre as demais gentes. A entrega de prisioneiros franceses a uma tribo de antropófagos para que fossem por eles devorados, as estratégias de aproximação com os indígenas, com o fito de escravizá-los, a descrição das chamadas *práticas medievais* empregadas por um certo Francisco Caldeira de Castelo Branco, na Capitania do Pará, contra os nativos da região, a execução à espada e punhal de crianças e mulheres indígenas devastados pela fome, a emasculação praticada contra os índios, entre tantos outros, foram fatos utilizados por Abreu para dar visibilidade aos ares bestiais que demarcaram os tempos coloniais.

repugnava, porque ninguém tinha em conta o padecimento físico<sup>231</sup>, fato que se refletira no cotidiano colonial, por ser este uma extensão da sociedade portuguesa.

No contexto daquela sociedade, por sua vez, o mesmo colono de aspecto severo, disposto a entregar franceses para os antropófagos, mutilar índios e a castigar negros nas terras da América lusa, foi mostrado como uma *grande massa da nação, sem direitos pessoais*, um Terceiro Estado sem visibilidade, numa sociedade marcada por uma hierarquia nitidamente transportada para o Brasil<sup>232</sup>. Numa e noutra o povo era elemento de somenos, mas era seu labor que dera forma ao Brasil e que era mostrado como componente decisivo para se abranger o contexto histórico da colônia. Era a história desse povo, em sua luta pela conquista territorial e sua consolidação, que permitiria a construção da identidade brasileira, nos republicanos tempos em que as populações simples tomavam foros de sujeitos políticos.

Esses fortes e cruéis homens, mais endurecidos na severidade da empreitada, foram mostrados pelo historiador cearense não apenas como artífices de atos de heroísmo, mas na faina diária da vida na colônia, sendo executados ou executando os nativos, mentindo ou usando de artifícios para auferir lucros, angustiados pelas dívidas, enfrentando a criminalidade corrente e a pirataria, vitimados pelos ódios e paixões, doentes de fome, comendo terra e ratos para sobreviver, rodeados pelos rios encachoeirados e pelas serras ínvias. Assumiram assim, na escrita de Abreu, a inegável condição de pais da nação, posto que mostrados como indivíduos que edificaram sua vida e, por conseguinte, construíram um novo lugar que ao longo dos séculos se transformou na nação brasileira. O povo

---

<sup>231</sup> Observe-se que, à época da escrita de seus *Capítulos*, as *mentalidades* sequer eram cogitadas como campo de investigação da história, embora o historiador cearense já tomasse tal abordagem como possível no desvendamento de uma problematização capaz de revelar um tempo que se queria conhecer. Ao longo de seus textos emergiram diversas abordagens que alguns anos depois seriam apontadas como características de uma história dita “das mentalidades”.

<sup>232</sup> Ao empenhar-se no estudo das formas de distribuição de terras – principalmente em relação às capitânicas hereditárias - e da hierarquia existente na sociedade colonial, Abreu entendeu que a organização feudal que ocorrera na história portuguesa na média idade fora reproduzida no Brasil, por ordem de D. João III, desde 1534. Todavia, é inegável que aquele historiador tentava mostrar a América Portuguesa como uma recriação da Europa, com sua organização e valores, já que tinha na propriedade da terra a base de sua sociedade. Ao fazê-lo, ele não questionou as especificidades do Medieval português, nem as características próprias do feudalismo luso. Tencionava, apenas, dar continuidade a uma visão bem própria do IHGB, que defendia o nexos com a Europa e seus valores, como forma de visibilizar o construto civilizatório nacional. Por outro lado, abriu caminho para uma tese preciosa, abraçada pelos historiadores marxistas brasileiros, a partir da década de 40, tais como Caio Prado Jr., Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré.

brasileiro seria, assim, uma *invenção* do povo português, dele se originando, num amálgama inovador, até desabrochar como tal após a independência.

Ao mostrar a sociedade portuguesa como um império de costumes rudes, Abreu teceu cuidadosamente uma trama capaz de justificar alguns aspectos da vida colonial dos quais muito se falava (o extermínio indígena, por exemplo), mas que até então não haviam sido analisados sob um enfoque que permitisse trazer à tona o processo histórico que lhes originara. Na perspectiva daquele autor, o conhecimento da vida social portuguesa permitiria a ampliação do conhecimento sobre o Brasil em sua formação, proporcionada graças ao caráter dos homens oriundos de uma sociedade eminentemente superior e, portanto, civilizadora.

Esta superioridade foi carregada, também, de um pressuposto étnico, no qual a raça branca, representada no Brasil pelo português, superpunha-se às demais. A despeito de muitos estudiosos afirmarem não haver em Abreu uma discussão de raça, são diversas as passagens na sua narrativa que demonstram seu ponto de vista a respeito. O autor não discutiu nem problematizou a questão racial; apenas se apropriou do tema e o conduziu consoante sua perspectiva pessoal, fixando na historiografia uma retórica que lhe parecia tão natural quanto aos seus contemporâneos<sup>233</sup>.

---

<sup>233</sup> Aos índios ele chamou de “*selvagens, sanguinários, rancorosos e antropófagos, material mais próprio para a escravatura do que para a conversão*” (Cf. **Capítulos da história colonial**, p. 55), Fez questão de descrever a violência indígena contra os colonos, chegando aos pormenores de chacinas e barbáries, de forma a bem fixar a solidez de suas afirmativas. Em algumas passagens de seus textos, Abreu sequer considerou os indígenas como humanos, referindo-se aos mesmos como de natureza distinta daqueles: “*O bruto com seu instinto rasga horizontes sem vacilar; o homem, porém, que de uma vez penetrou na caatinga e lhe falhou a memória na escolha de uma vereda, é uma vítima que só um milagre o salvará*” (Cf. **Caminhos antigos e povoamentos do Brasil**, p. 51). Sobre o extermínio dos indígenas, Abreu se mostrou indiferente, e até cruel, ao se reportar ao domínio pleno dos portugueses sobre os nativos, numa única frase: *Só no século seguinte se remediou o mal* (Idem, p.78). Sua narrativa sobre as índias é escancaradamente pejorativa, mostrando-as como mulheres interesseiras, que lubricamente procuravam os portugueses para deles engravidar, posto considerá-los de qualidade genética superior aos de sua própria etnia. Abreu sequer cogitou se os indígenas seriam capazes de elucubrar mentalmente a idéia de superioridade racial, mas se esmerou em conduzir seu leitor à plena aceitação da afirmativa. Com esse fito, descreveu as nativas como interesseiras nos bens dos “ricos” marinheiros, aos quais se ofereciam sexualmente, com a intenção de receber benefícios. Sobre os negros, bem menos presentes na narrativa daquele autor, ainda encontramos excertos capazes de demonstrar seu ponto de vista, imbuído na certeza da superioridade racial dos brancos. Tal afirmação pode ser patenteada quando Abreu tratou do contato entre portugueses e franceses nas terras coloniais, reconhecendo nesses últimos uma maior capacidade de relacionamento com os indígenas, se comparados aos portugueses: “*Estes, de espírito mais aberto, trato mais agradável, inteligência mais ágil, gênio mais alegre, não viciados pelo contato diuturno com raças inferiores, aprenderam a língua, acataram, alguns até adotaram os*

Assim, a perspectiva de recriação da civilização pelos colonos portugueses, marca exponencial do trabalho de Varnhagen, também foi abordada por Abreu, embora ressignificada. Se em Varnhagen a construção de uma civilização nos trópicos teve um caráter heróico, a partir de grandes nomes, em Abreu, a tarefa foi patenteada graças à têmpera rija do português comum que, oriundo de uma sociedade de sólidos costumes, debelara todas as demais. Por conseguinte, negros e índios foram expostos como inferiores diante desse português, aos quais tiveram que se submeter, numa relação de dominação/submissão inexplicável, pela inferioridade numérica dos ditos dominadores. Em Abreu, essa relação teve como substrato não a força física, nem a superioridade das armas, mas uma força moral<sup>234</sup> cunhada numa sociedade severa, despida de compaixões, cuja população desenvolvera atributos que possibilitaram o domínio de povos e da própria natureza em favor de suas necessidades e desejos.

A superioridade portuguesa foi acentuada na narrativa de Abreu, ao demonstrar o pleno convencimento desse atributo pelos estratos mais humildes da população colonial - negros, índios, mulatos e mamelucos. O reconhecimento dessa superioridade pela população da colônia foi exposta pelo autor ao narrar a invasão holandesa, contra a qual todos lutaram juntos pela *liberdade divina*, proporcionada apenas pelos *verdadeiros donos da terra*<sup>235</sup>.

---

*costumes, captaram a simpatia dos indígenas, isto é, dos produtores, e pouco a pouco foram preponderando*". (Idem, p. 29). Por *raças inferiores* podem-se depreender os índios, mais ainda os negros, cujo contato com os portugueses fora anterior à colonização, estabelecendo-se desde as primeiras navegações nas costas da África. O destaque é de nossa lavra.

<sup>234</sup> De acordo com Patrícia Chagas, na história das chamadas "relações raciais" têm ocorrido a clara divisão *dos atributos do corpo, como sendo mais fortes nos negros, e os atributos da mente, como características quase que exclusivas dos brancos*. Para aquela autora, a hierarquia capitalista impôs a compreensão de que os atributos físicos representavam características negativas, pois o corpo era inferior à mente e subordinado a ela. CHAGAS, Patrícia de Santana Pinho. **Em busca da Mama África: Identidade africana, cultura negra e política branca na Bahia**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, UNICAMP, 2001, p. 86. Nesta perspectiva, torna-se plausível porque, para Abreu, negros e índios, portadores de atributos físicos, foram submetidos pelos portugueses, brancos de origem européia, portadores de atributos mentais. Pelo mesmo enfoque, atribuiu-se à astúcia e à inteligência um lugar geográfico (a Europa) e uma identidade racial (branca). O fato é que ao padronizar, a partir de caracteres somáticos, os grupos humanos existentes no Brasil, tendo os portugueses (europeus e brancos) como padrão de humanidade e civilização superior, Abreu determinou os lugares sociais e políticos que cada um desses grupos deveria assumir na sociedade contemporânea.

<sup>235</sup> Os termos são da lavra do próprio Abreu, em **Capítulos da história colonial**, p. 123-4 e são reveladores do entendimento do autor sobre a preponderância dos portugueses no contexto da sociedade colonial.

A festejada liberdade, então, deveria ser entendida como um benefício concedido pela metrópole a um espaço que não se considerava diferente, mas como uma expansão do reino português – cuja conquista e colonização o fez senhor e possuidor de um pedaço da América, denominado Brasil. Defender a colônia dos invasores holandeses e franceses assumia o significado de defender Portugal, de aceitar sua dominação manifesta no chamado Pacto Colonial, de se submeter sem queixas à crescente espoliação, de reconhecê-lo como dominador. Por outro lado, defender Portugal e sua propriedade poderia significar sentir-se súdito, partícipe do reino distante e poderoso, que se destacara pela ousadia das navegações, pela descoberta de novas terras, pela força de submeter diferentes raças e culturas na formação de um novo espaço. Defender Portugal significaria, acima de tudo, sentir-se português ou dele dependente, mesmo sendo mazombo, mulato, curiboca, negro ou índio.

Nesse enlace de diferentes etnias, unidas pelo ideal de manutenção da colônia, Abreu construiu um entendimento sobre a inexistência de qualquer outra identidade além da portuguesa no seio da colônia. Para ele, a identidade do colono não era diferente da do reino, a despeito das múltiplas formas de tratamento entre a população, resgatadas em sua pesquisa documental. Em Abreu, o *ser português* era uma certeza inelutável de todos os habitantes da colônia, mesmo que este fosse chamado de *brasileiro*. Todavia, o *sentir-se português* foi mostrado pelo historiador como perpassado pela inferioridade em relação aos reinóis, beneficiários diretos de dádivas da coroa, e por isso sujeitos diretos das antigas sátiras<sup>236</sup>. A menor qualidade do português da América frente aos chamados *filhos de Portugal* aflorou no aprofundamento da condição colonial e no amadurecimento político da crescente população autóctone, para quem

“Os triunfos colhidos em guerra contra os estrangeiros, as proezas dos bandeirantes dentro e fora do país, a abundância de gado animando a imensidade dos sertões, as copiosas somas remetidas para o governo da metrópole, as numerosas fortunas, o acréscimo da população, influíram

---

<sup>236</sup> Basta lembrarmos as sátiras de Gregório de Matos, o *Boca do Inferno*, em relação ao português que se mudava para a colônia, em resposta a outras tantas que existiam no reino: *Vem degredado por crimes ou fugido do pai, ou por não ter o que comer, salta no cais descalço, despido, roto, trazendo por cabedal único piolhos e assobios, curte vida de misérias, amiúda roubos, ajunta dinheiro, casa rico e ocupa os cargos da república*. MATOS, Gregório. **Crônicas do viver baiano setecentista – O Burgo**. In SPINA, Segismundo. *A Poesia de Gregório de Matos*. São Paulo; EDUSP, 1995.

consideravelmente sobre a psicologia dos colonos. Os descobertos auríferos vieram completar a obra. Não queriam, não podiam mais se reputar inferiores aos nascidos no além-mar, os humildes e envergonhados mazombos do começo do século XVII. Por seus serviços, por suas riquezas, pelas magnificências da terra natal contavam-se entre os maiores beneméritos da coroa portuguesa<sup>237</sup>.

No trecho citado, já se faz reconhecer que as diferenças existiam, mesmo que o historiador não tenha demonstrado intento de se aprofundar na temática, sob pena de desvirtuar seu pensamento. Havia, de forma indubitável, certa hierarquia entre reinos e colonos, o que pode ser percebido nos documentos da época. Como exemplo, citamos uma correspondência dos vereadores da Câmara de Vila Rica, solicitando ao trono que os *filhos de Portugal* tivessem preferência sobre os *naturais da terra* no acesso aos cargos. Considerando-se os principais artífices das riquezas da terra, verdadeiros dilatadores do império, os autores do documento traçaram a distinção entre colonizadores (os reinos) e colonos (os que nasceram na América portuguesa), num indicativo de que tais diferenças foram construídas dentro da própria colônia, de forma a beneficiar uma elite em formação.

Por outro lado, a leitura dos autos da devassa da Inconfidência Mineira desvenda uma parte das identidades coletivas do século XVII na colônia. Há, naquele documento, 74 ocorrências para a palavra *América* que, em pouco menos da metade dos casos, designa o todo da América Portuguesa, referindo-se, em muitos momentos, unicamente à capitania das Minas. Os chamados *filhos das minas* referenciavam os nascidos na localidade, ou *filhos da América*. Três identidades distintas foram utilizadas no citado documento, a saber: a *mineira*, como expressão do específico regional, a *americana*, numa expressão de alteridade com os metropolitanos, os europeus, e, por último, a *portuguesa*. Em decorrência, Abreu também fez uso, ao longo de seus textos, de vários designativos para demonstrar a existência de variadas identidades dentro da colônia, embora não as tenha utilizado para problematizar uma postura política de enfrentamento com a metrópole.

Para Abreu, o que havia era a vontade dos colonos em obterem da Coroa o mesmo tratamento dispensado aos reinos, que se diferenciavam dos mesmos, o que ratifica a percepção de que a identidade portuguesa pelos colonos era muito forte, mesmo decorrido

---

<sup>237</sup> *Ibidem*, p. 173.

mais de um século desde o início do processo colonial. Buscava-se, pois, uma equivalência, e não um distanciamento que denunciasse uma vontade de construir outra identidade que não a portuguesa, num espaço onde parecia inexistir qualquer sentimento de oposição à metrópole pelos colonos, nem qualquer ideário de formação de uma nova nação, liberta das exigências metropolitanas<sup>238</sup>. Fosse qual fosse o designativo dos habitantes das distintas regiões da extensa colônia, este não podia ser compreendido como uma identidade oposta à portuguesa.

Em Abreu, o Brasil só se tornou *brasileiro* após a Independência, quando o *espírito da nação* aflorou, consolidando-se com a própria nação. Só então o colono, aos poucos, perdeu sua identidade original, a portuguesa, assumindo outra, a brasileira. Para aquele historiador, tal qual Varnhagen, a nação foi feita a partir de um ato político, e não como resultante da montagem de uma comunidade modernamente inventada, que se concretizou mediante símbolos, práticas, comportamentos e valores firmemente ancorados na vida social<sup>239</sup>.

Embora Abreu não tenha reproduzido a história heroica do Oitocento, sua escrita naturalizou representações compostas na historiografia do IHGB do século passado, fazendo-o sem críticas nem discussões, e permitindo, mesmo sem o notar, sua reprodução. A conotação depositada por aquele historiador aos portugueses merece destaque, posto a história por ele escrita nascesse de um tempo onde eram rotos os laços entre Brasil e Portugal.

Os primeiros anos do século, tempo em que lançou seus *Capítulos*, fora um tempo de plena perseguição política e acentuado desprezo aos portugueses residentes no país. Envolvidos nas lides do movimento operário, os lusos eram considerados, quando trabalhadores,

---

<sup>238</sup> Rodrigues considera que Abreu já vislumbrara o gene da independência nos conflitos entre colonos e reinóis, acirrados por uma pretensa superioridade dos últimos, mas não se interessara por alguns movimentos que ocorreram nos três primeiros séculos de colonização, tal qual a chamada Conjuração Mineira. Para Abreu, aquele movimento não se configurou como um fato histórico, sendo apenas *um pensamento sem ação*, que não caberia numa obra que não se voltava para a história das ideias. Outras ações revoltosas também foram descartadas de sua narrativa por serem concebidas como movimentos que visavam apenas modificações em alguns aspectos do chamado Pacto Colonial, mas sem objetivar uma separação política. RODRIGUES, José Honório. *Op. cit.*, p. 178.

<sup>239</sup> HOBBSAWM, Eric J., **Nações e nacionalismo desde 1780 : programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991. p.19.

usurpadores de empregos; quando empreendedores, exploradores dos brasileiros, visto que exerciam controle sobre grande parte do comércio e das casas de aluguel<sup>240</sup>. O anterior e breve rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal, em 1894, seguido pela indigesta Lei da grande naturalização e a sutil tentativa de travamento dos capitais escoados pelas remessas dos imigrantes portugueses são denunciadores do sentimento antilusitano que dominara o país logo após a proclamação da república, alastrando-se pelos anos seguintes em sessões populares de espancamento, perseguições e agravos gratuitos. Em meio aos turbulentos confrontos entre portugueses e brasileiros, Abreu parece não ter sido abalado em seus propósitos de analisar objetivamente a realidade investigada, tomando como base a informação colhida nas fontes utilizadas, o que vem a demonstrar sua independência em relação aos poderes constituídos.

Sendo o discurso histórico de Abreu arquitetado a partir de qualidades positivas do povo português, mesmo quando a monarquia não mais existia, resta-nos destacar as razões daquele historiador em manter uma abordagem bem definida pelos historiadores oitocentistas, mas que já não encontrava razões de ser no novo milênio. Mesmo que a estrutura narrativa de seus trabalhos não comungasse com o estilo do século passado, o lugar concedido por aquele historiador aos portugueses no seio da nação brasileira foi determinante para que se ratificassem os próprios brasileiros como descendentes de uma população forte, capaz de construir seu próprio destino, como os portugueses tão bem o souberam fazer. Abreu buscava, assim, reproduzir um modelo já esposado por Martius e deliberadamente amoldado por Varnhagen, fazendo-o também à sua maneira. Mesmo na República, ele não construiu representações negativas do povo português, de forma a não se afastar das orientações do seu lugar social, o do historiador do IHGB. Sua história é uma história de lutas e de vitórias, vitórias de um lusoamericanismo diáfano do qual resultou a grande nação brasileira, herdeira direta da grande nação portuguesa, pátria-mãe. Unia-se, assim, a história do Brasil, com uma história universal, nela dissolvendo-se.

---

<sup>240</sup> Cf. CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados – O Rio de Janeiro e a república que não foi**. São Paulo: Companhia das letras, 1999, p.43.

## CAPÍTULO 4

### A EXPLORAÇÃO COLONIAL COMO PERSPECTIVA

Ao tempo em que Abreu reforçava os laços que uniam Brasil e Portugal, Manoel Bomfim<sup>241</sup> se lançou no cenário nacional com uma obra sobre as razões do atraso que dominava as nações latino-americanas, entre elas o Brasil. Médico por formação, aquele

---

<sup>241</sup> Manoel Bomfim, intelectual sergipano, nasceu em 08 de agosto de 1868, na cidade de Aracaju, numa família de proprietários de engenhos. Aos dezessete anos, mudou-se para a Bahia, onde iniciou o curso de medicina, mas o concluiu no Rio de Janeiro em 30 de julho de 1890, onde apresentou a tese *Das Nefrites*. Em 1891 foi nomeado médico da Secretaria de Polícia, tornando-se um ano mais tarde tenente-cirurgião da Brigada Policial. Casou-se com Natividade Aurora de Oliveira e se mudou para Mococa, no interior do Estado de São Paulo com o objetivo de clinicar. Teve dois filhos, Aníbal e Maria, sendo que esta veio a falecer com um ano e dez meses. Desiludiu-se com a medicina no ano de 1894, justamente por não ter conseguido salvar a filha. Depois de abandonar a medicina, regressou ao Rio de Janeiro e passou a se dedicar aos estudos sociais e a educação. A princípio, escreveu artigos para jornais, ministrou aulas particulares (ensinou português, ciências e história natural) e revisou provas tipográficas. Em maio de 1896, Manoel Bomfim foi convidado pelo então prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Francisco Furquim Werneck de Almeida, para ocupar o cargo de subdiretor do *Pedagogium*, cargo que assumiu em 25 de junho daquele ano. Criado em 16 de agosto de 1890, pelo governo provisório, através do decreto No. 677, o *Pedagogium* tinha a função de coordenar e controlar as atividades pedagógicas do país e de ser um centro impulsionador e estimulador de reformas e melhorias para o ensino público, em contraponto à situação sofrível da realidade escolar brasileira. Pouco tempo depois, em março de 1897, Bomfim tornou-se o Diretor Geral da instituição. Escreveu livros de medicina, livros didáticos para o primeiro e segundo grau e trabalhos de história, onde pretendia compreender as causas dos males que assolavam o Brasil e a América Latina. As suas obras históricas foram: *A América Latina, Males de Origem* (1905), *O Brasil na América* (1929), *O Brasil na História* (1930) e *O Brasil Nação* (1931). Também legou à cultura brasileira uma importante e ampla obra intelectual. Além dos livros já citados, escreveu ainda *Cultura e educação do povo brasileiro* (1931): *O fato psíquico* (1904), *Noções de Psicologia* (1916), *Pensar e dizer: estudos do símbolo e do pensamento* (1923) e *Métodos do teste: com aplicações à linguagem do ensino primário* (1928). Bomfim também teve relevante atuação na imprensa brasileira. Foi redator e secretário de *A República* e da Revista *Pedagogium*, diretor da Revista Pedagógica *Educação e Ensino* e um dos fundadores da revista quinzenal *Universal*. Redigiu a revista *Leitura para Todos* e escreveu artigos para os jornais: *O Correio do Povo*, *O Comércio*, *Ilustração Brasileira*, *O País*, *Notícia e Tribuna*. Devido a sua vasta experiência pedagógica, produziu diversos livros didáticos destinados ao curso primário e ao ensino médio. Entre eles podemos citar: *Compêndio de Zoologia geral* (1902), *Lições e leituras para o primeiro ano* (1922), *Lições e leituras: livro do mestre* (1922) e *Crianças e homens* (1922). Com Olavo Bilac escreveu três obras didáticas que tiveram forte influência da formação inicial de gerações e gerações de brasileiros: *Livro de composição para o curso complementar das escolas primárias* (1899); *Livro de leitura para o curso complementar das escolas primárias* (1901) e *Através do Brasil: livro de leitura para o curso médio* (1910). Bomfim faleceu em 1932, aos 64 anos, no Rio de Janeiro.

intelectual interessou-se em investigar a história brasileira e da América Latina após estudar na França, onde se defrontou com a visão dos europeus sobre os latino-americanos, aos quais se atribuía inaptidão para o progresso/civilização em decorrência de uma pretensa inferioridade racial característica de povos ditos “mestiços”. Em face de tal destino, anunciado pelas elites letradas européias, e da submissão passiva da *intelligentsia* latino-americana - que passou a elaborar soluções locais para suas complexas realidades em matéria racial<sup>242</sup> -, Bomfim assumiu o papel de denunciador dessa visão negativa da Europa sobre a América. Seu trabalho inicial, *América latina, males de origem*, configurou-se como um libelo contra a *ignorância interesseira*<sup>243</sup> das condições e da história social e política, no passado e no então presente da América Latina, criação europeia.

Bomfim esposou, no início do século XX, uma tese que se opunha à perspectiva da historiografia do IHGB, na qual a união do Brasil com Portugal nos ligaria à civilização ocidental, fazendo-nos possuidores das mesmas características das nações européias, ou – ao menos - tendo alguma semelhança com as mesmas. Se para o IHGB o colonizador era um agente civilizacional, que trouxera para a colônia americana todo um aparato que dera à mesma o cariz de civilidade almejada, para Bomfim não se encontrava no Brasil, do início da centúria, nenhuma das peculiaridades que tipificassem a ambicionada civilização, pois dela só possuía-se os encargos, inexistindo qualquer um dos benefícios inerentes à condição de nação civilizada<sup>244</sup>. As benesses da civilização inexistiam no Brasil, assim como nos demais países colonizados pelos ibéricos, no continente, cuja situação socioeconômica se assemelhava ao Brasil, num contexto há muito definido como América Latina.

Ao fugir do padrão estabelecido pelo Instituto, Bomfim sugeriu uma nova consciência nacional, ao defender a necessidade do país se voltar para as nações vizinhas. Esse olhar sobre o outro, mais próximo, deveria servir como um espelho que permitisse ao próprio

---

<sup>242</sup> A propósito ver SANTOS, Ricardo Ventura. MAIO, Marcos Chor. **Qual "retrato do Brasil"? Raça, biologia, identidades e política na era da genômica**. Mana, vol.10, nº 1: p. 18-35, Abril de 2004.

<sup>243</sup> O termo é utilizado pelo autor, em **América Latina, males de origem**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005, à pag. 44.

<sup>244</sup> A respeito, o autor esclarece da total inexistência na América Latina dos pressupostos de uma sociedade dita civilizada: *Nem paz, nem ordem, nem garantias políticas; nem justiça, nem ciência, nem conforto, nem higiene; nem cultura, nem instrução, nem gozos estéticos, nem riqueza; nem trabalho organizado, nem hábito de trabalho livre; muitas vezes, nem mesmo oportunidade de trabalhar; nem atividade social, nem instituições de verdadeira solidariedade e cooperação; nem ideais, nem glórias, nem beleza*. *Ibidem*, p. 134.

Brasil compreender-se não mais como uma extensão da Europa, mas como uma criação defeituosa dela, posto que marcado em sua formação por um cruento processo de exploração econômica, que dilapidara grande parte de suas riquezas naturais, e cuja população resultara desse processo.

Ressalte-se que aquele autor reconhecia as diferenças existentes na formação da sociedade brasileira frente às nações vizinhas, o que impedia que as mesmas fossem tomadas como um todo homogêneo. O que unia essas nações, além de sua localização espacial, era a exploração colonial e os resultados que esta deixara no continente: o subdesenvolvimento. Em decorrência dessa percepção, rechaçava o uso do termo *latino-americano* como uma expressão identitária, compreendendo-o como parte de um discurso geo-ideológico articulado pelos franceses, desde o período napoleônico, no sentido de estender sua dominação ao chamado Novo Mundo<sup>245</sup>. O luso-americanismo seria, também, uma identidade equivocada, defendida por historiadores que transitavam num contexto híbrido, onde a monarquia dominava com sua aura portuguesa abrasileirada, ou brasileira com um caráter português, de olhos fitos na Europa.

Para Bomfim, não haveria uma identidade comum entre os povos da América, posto a mesma ter sido destroçada pela sanha furiosa do colonizador, cujas marcas se perpetuaram no panorama dessas nações atrasadas, apesar de estabelecidas em terras férteis e pujantes. O subdesenvolvimento, por conseguinte, não tinha como causa a mestiçagem das populações americanas, como o queriam os franceses e demais pensadores europeus. Em Bomfim, o infortúnio dessa América dita latina tinha como raiz a colonização, e os povos que a impuseram.

Por tal viés, Manoel Bomfim não pretendia *construir* Portugal com as mesmas características dos historiadores do seu tempo, pois sua compreensão a respeito do Brasil era diferente, posto que o próprio país adentrasse, há pouco, num contexto diverso. A monarquia não mais existia e os ares da república, a qual Bomfim tanto admirava, pareciam querer expurgar da memória nacional a imagem do português enquanto agente de um projeto civilizador. Foram as condições sociais e os anseios daquele momento histórico que permitiram que se efetuasse uma mudança na construção dessa memória, posto ser esta

---

<sup>245</sup> BOMFIM, Manoel. **O Brasil na América. O Brasil na América: caracterização da formação brasileira**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

um espaço de lutas e de disputas do qual o próprio historiador fez parte<sup>246</sup>. A transmissão dessa memória, por sua vez, esteve ligada à busca estratégica da identidade de uma sociedade em plena mutação<sup>247</sup>.

Na investigação das condições sociais e políticas, do caráter e das tradições dos ibéricos, se estabeleceu a obra de Bomfim, a denunciar uma América (e um Brasil) que parecia não se ver, a divagar no desejo de ser, propiciado por décadas de exploração mascarada em processo civilizatório. Ao fazê-lo, buscou reconstruir a história da expansão ultramarina dos ibéricos, alicerçada na ambição desmedida, que findou por lançá-los na decadência inevitável. A visão de Bomfim sobre a Europa e a própria América foi determinante na modificação do olhar dos historiadores brasileiros sobre *o outro*, num tempo em que o próprio Brasil se transformava.

#### **4.1. De vanguarda a parasitas**

O desvendamento da história da nação portuguesa marcou grande parte do primeiro trabalho de Bomfim, cujo texto revelou uma nação mergulhada num profundo atraso cultural e econômico, se comparado aos países vizinhos, em pleno século XIX. Tal panorama contrastava com seu passado glorioso, repleto de feitos únicos no concerto geral das nações, que a colocou na vanguarda do progresso.

Em Bomfim, o original povo português foi vigoroso, altivo e brilhante, posto que capaz de reconhecer-se como tal, mesmo sob o domínio estrangeiro, sobrepujando-o e constituindo-se numa nacionalidade perfeita para sua época, assumindo também, em poucos séculos, um incontrastável poder em terra e absoluto nos mares. Ao tempo de sua expansão, graças à alentada capacidade de sua população, Portugal ofuscou a história dos demais povos europeus, sendo mostrado pelo historiador sergipano como um império dos mais possantes e fecundos, co-autor da Era dos Descobrimentos, num desdobramento de ações que culminou com a conquista e colonização do vasto território americano denominado Brasil.

Entretanto, neste inegável passado glorioso de Portugal vislumbrava-se uma série de erros e abusos por parte de seus governantes e de suas elites, que findaram por lançar o país num inexorável destino, tornando-se incapaz do autossustento já no setecento. A expropriação

---

<sup>246</sup> HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990, p. 53.

<sup>247</sup> MASTROGREGORI, Massimo. **Historiografia e tradição das lembranças**. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 70.

das riquezas alheias foi o mecanismo encontrado para suprir as veleidades construídas ao longo dos séculos, numa nação que se formou guerreira, mas que adentrou no terreno fácil das aventuras e da depredação de tantos territórios, acostumando-se à prática parasitária que findou por minar sua energia criadora. Na narrativa bomfiniana, enquanto a América se desvencilhava do colonialismo sufocante de suas metrópoles europeias<sup>248</sup>, Portugal plasmava-se em profunda inatividade social, contaminado por uma intensa fraqueza, alardeadora de sua incapacidade em manter-se soberana e livre diante de outros povos.

A análise arguta daquele historiador tomou como referência a formação do estado português, cujos desdobramentos históricos compuseram seu caráter final, de uma formação tão profunda a ponto de ser transmitida às elites coloniais boa parte de suas distorções. A personalidade social portuguesa seria, pois, resultante do entrelaçamento cultural possibilitado pela presença de romanos, seguidos de visigodos, alanos e suevos. No entanto, a presença árabe na Península foi determinante para a (de)formação do caráter português, com suas práticas inescrupulosas, calcadas num belicismo desenfreado e numa extorsão sem medidas.

Civilização expansiva e guerreira, na construção bomfiniana, os árabes impuseram ao coração português seu gosto em acumular o melhor das riquezas, fruto das rapinas e dos saques sobre os vencidos. Ao longo de séculos de contato, a prática mercantil e a tributação de territórios foram métodos apreendidos pelos governantes portugueses<sup>249</sup>, vindo a tornar-se a principal fonte de riqueza de príncipes e fidalgos pelos séculos seguintes à conquista da Ibéria, realizada a partir das mesmas práticas do invasor. Se a rapina, para Bomfim, fora apreendida pelos ibéricos no contato com os árabes da

---

<sup>248</sup> Observe-se que Bomfim analisou a independência colonial como um processo de formação de nações, carreado pela vontade soberana de suas populações, e não como atos políticos dos governos metropolitanos, como o fizeram Varnahgen e Capistrano de Abreu, sob a égide do IHGB. Para ele, as independências das nações americanas foram produtos da luta social contra a exploração de suas metrópoles, após séculos de exploração e genocídio. A emancipação somente se concretizou quando as ditas metrópoles já haviam mergulhado na decadência absoluta.

<sup>249</sup> A respeito da recepção dos métodos dos muçulmanos pelos governantes portugueses, Bomfim buscou mostrar o quanto a prática do saque se tornara comum entre os governantes portugueses. Para o historiador, tratou-se de *um dos processos de fazer receita, o processo geral, e Afonso Henriques inventou um seu – novo genere pugnandi: assaltar furtivamente os castelos árabes quasi per latrocinium. (...) No rol dos crimes da fidalguia daqueles tempos, figura invariavelmente a pilhagem, o roubo. Quando faltam castelos sarracenos, saqueiam-se uns aos outros, coisa que o estado de guerras sucessivas entre as próprias nações cristãs permite e favorece. A guerra é um sistema de rapinas, e a rapina, para eles (os reis portugueses), se tornou uma ocupação normal. Ibidem, p. 87-8.*

península, o furto de idéias e de conhecimentos também foi acrescentado ao cariz português.

Esse furto é expressivo na decisão portuguesa de partir para o Oriente, para África e a própria Índia, territórios bem conhecidos pelos chamados sarracenos, que abriram o mundo ao português, desvendando-lhes os segredos desses lugares. O conhecimento obtido nesse contato foi, para Bomfim, decisivo na realização da chamada expansão ultramarina e que, assim mostrada, tirou o brilho da empreitada portuguesa, por não ter nenhum ineditismo. Se na Ibéria o português já demonstrava ter aprendido as práticas mouras, tomando-as como se suas fossem, lançado ao mundo o português tornou-se um navegador por excelência, e sua arte trazia em si a conquista, a guerra, o saque como parte da estratégia de expansão de Portugal. Não obstante, em Bomfim os avanços da técnica naval e dos instrumentos de navegação desenvolvido em Sagres só valeriam de respaldo à certeza da vasta e freqüente apropriação do conhecimento, das idéias e dos projetos dos povos árabe presentes na Península.

De parágrafo em parágrafo Bomfim construiu um português despido de brios, dedicado a satisfazer seus próprios desejos. Se até então o modelo de historiografia vigente no Brasil representava o luso como homem heróico, de honra, distinção e coragem, a partir de Bomfim tal imagem começou a ser desfeita. Para dar suporte à sua tese, fazia-se necessário provar que o português se igualava a um ladrão cruel, um salteador que atravessara os mares para se impor contra os povos americanos, apropriando-se de suas riquezas e destruindo sua cultura, assim como já o fizera em outros lugares do mundo, aos quais chegara por ter aprendido a dominar os oceanos e mares. A presença portuguesa em variados lugares se fez marcar pelos atos de covardia e ferocidade, e no Brasil, mais especificamente, a conquista territorial se fizera pela violência e agressão contra os povos nativos e até contra a própria natureza do lugar, dizimada para ceder espaço a uma agricultura perversa. Estranho à terra, o cultivo estabelecido pelos portugueses a empobrecia, enquanto os lucros dali auferidos permitiam o levantamento de palácios suntuosos, de catedrais forradas do ouro na longínqua metrópole, ouro extirpado à força das minas e aluviões, pelas mãos nodosas de homens mortos de fome e sedentos de justiça social.

A violência que marcou o processo colonizatório, episódio bem explorado no texto de Bomfim, lastreou sua consideração a respeito da total ausência de civilidade dos

portugueses, comparando-os aos mesmos selvagens por eles chacinados na América. Nem civilizado, tampouco civilizador, o português tinha como seu real intento apenas a ambição, posto que houvesse se acostumado com a perspectiva de tomada de riquezas e tesouros, deixada pelos árabes e pelas Cruzadas. Só essa ambição justificava que os povos ibéricos tivessem se lançado ao mar, tomando por simulacro da empresa colonial uma religião cujas práticas destruíam culturas e escravizavam povos.

Na historicização das aventuras portuguesas pelos mais variados lugares onde estiveram, é que Bomfim corporificou o argumento inicial de degeneração da nação portuguesa, que aos poucos se transformou num parasita, sobrevivendo apenas das riquezas produzidas longe de seu território. Para aquele historiador, o português não tinha temores nem rédeas, e só a lei da natureza o dominava. O contato com povos díspares parecia ter aleijado seu caráter, e o cariz altivo modificou-se em pura prepotência; o domínio dos mares tirara dele o respeito ao outro, a quem sempre via como um ser inferior e pronto a ser dominado, a ser posto ao seu serviço, à sua disposição. A riqueza das terras alheias deveria ser sua, se necessário pela força, à espada ou punhal. *Para que perder tempo em desatarraxar os brincos das mulheres quando era tão simples cortar-lhe as orelhas? Para que regularizar tributos, monopolizar comércio, coisas para o porvir, quando se podia arrasar a cidade e levar todo o ouro, de uma vez, para bordo?* Tais indagações foram repetidas por Bomfim, ao narrar o contexto das grandes navegações portuguesas, em clara alusão à obra de Oliveira Martins<sup>250</sup>.

Todavia, como já afirmado anteriormente, a pretensão de Manoel Bomfim era explicar os males que assolavam, no início do século XX, a América Latina, males que para ele se originaram no sistema colonial. Se no primeiro momento Bomfim reconheceu a grandiosidade de Portugal enquanto império colonial, ele também não escondeu a decadência desse império, e procurou explicar as causas que a originaram.

O conhecimento das causas da decadência do império português deveria servir para que se reconhecesse, por analogia, os diversos problemas do Brasil e da América Latina, e que haveria solução para eles, desde que se assinalassem os mesmos e houvesse uma ação para combatê-los. Com esse fito, Bomfim inovava na forma de escrever história, apontando problemas e desenvolvendo soluções, praticando, assim, uma *história combatente*, no dizer

---

<sup>250</sup> *Ibidem*, p. 267.

de LeGoff<sup>251</sup>. Afastado propositadamente do alvitre historiográfico do IHGB, aquele intelectual se esmerou em apontar a decadência portuguesa, iniciada ao mesmo tempo em que se firmava a colonização brasileira, de forma a destruir deliberadamente as representações existentes, até então, na produção intelectual nacional no concernente a Portugal.

Não havia, na retórica bomfiniana, os heróis nem os agentes civilizadores que povoaram a história dos tempos coloniais, na retórica dos historiadores do IHGB. Havia, contudo, ambição desenfreada e total despudor pela vida humana, proporcionados por um povo que, em seu próprio território, permitira que fossem eliminadas sistematicamente todas as aspirações de liberdade, ao erguer um sistema de escravidão espiritual do porte da Inquisição. Ao passo que os demais povos europeus<sup>252</sup> completavam a sua evolução e se estabeleciam definitivamente, aplicando as descobertas da ciência às reais necessidades da vida, criando a indústria moderna, normatizando o trabalho, fundando a riqueza estável pela produção inteligente, completando seu desenvolvimento econômico, os portugueses foram mostrados por aquele autor como totalmente distanciados desse concurso de progresso. Enquanto os ânimos fortalecidos pela ciência iam lutando e se libertando para atingir o estado de emancipação de espírito dos fins do século XIX, em diversos países europeus, os portugueses tornavam-se, na ótica bomfiniana, alquebrados e corroídos tanto econômica quanto politicamente, perdidos na sua ânsia de apropriação da riqueza alheia, sem maiores preocupações com os avanços da ciência e da técnica.

A modernidade parece não ter encontrado espaço nas sociedades ibéricas, segundo Bomfim, e o desapego ao progresso científico e artístico foi apontado como predominante para a degradação dos Estados da península. A Ilustração portuguesa, para aquele historiador, foi o marco inicial de sua deterioração, aferrada tão somente às letras e ao bacharelismo, a olhar com desdém os albores do cientificismo que inundava o Velho Mundo, como se a ele pudesse ter livre acesso apenas a partir das riquezas auferidas de suas colônias. Bomfim destacava não ser possível encontrar um único representante, português ou espanhol, entre os homens que fundaram a cultura moderna e dominaram a natureza, ou naqueles que refizeram a filosofia racionalista, que iluminou as gentes na conquista da justiça e da liberdade.

---

<sup>251</sup> Le Goff, Jacques. **Combates pela história**. Lisboa: Editorial Presença, 1989

<sup>252</sup> Entenda-se que, a respeito desses povos, o autor referenciava diretamente os franceses e ingleses, cuja organização social sempre foi tomada como paradigma da modernidade pelos intelectuais brasileiros.

Esse desencontro de mundos tão próximos, esse caminhar equidistante das nações europeias subsidiou a argumentação de Bomfim, ao destacar o quanto Portugal se aprofundara num processo degenerativo sem voltas, se comparado ao robustecimento das demais nações do Velho Mundo. Ao tempo que aquelas pouco ou nada eram no panorama mundial, Portugal surgira coberto de glórias, de frente alteada pelos sucessos de suas descobertas e pela plenitude de seus domínios mundo afora. Enquanto a Europa engatinhava para a modernidade, Portugal já exibira uma organização social e política que servira de modelo. Mas sua altivez se perdera ao só enxergar a pimenta e o açúcar como os luminares de seu presente e os albores de seu futuro. Os lucros oriundos de suas experiências ultramarinas injetaram em seus governantes a loucura da ostentação majestática e fradesca, que resultou numa *nação de estufa*<sup>253</sup> ainda no século XVII, arrastada por seus governantes a uma vida pedinte e miserável. Em decorrência, tornou-se cem anos depois num país desolado e despovoado, aferrado às suas colônias para sobreviver. Parasiticamente<sup>254</sup>.

Ao fazer uso da metáfora de parasitismo para esclarecer a relação de exploração e domínio da metrópole sobre a colônia, causadora de assimetrias e desequilíbrios, como a hipertrofia do Estado e a distância social e política entre o povo e a elite, evidenciou-se, no texto de Bomfim, a articulação entre a vida prática e a ciência. Tal dinâmica refletiu a coerência entre os interesses cotidianos do historiador e as perspectivas de orientação e formas de representação do passado usadas por ele, na composição do conhecimento histórico científico. Sendo Bomfim médico por formação, entendemos como natural seu interesse pelas representações biológicas, das quais era um conhecedor, largamente usadas e difundidas em seu tempo como evidente recurso homológico de análise social. O uso de tal homologia em sua argumentação repetiu a prática de seu tempo, ao fazer a conexão entre dado organismo biológico e o organismo social português, considerando a justaposição entre um e outro<sup>255</sup>. Seu *biologismo* não era infundado, visto que foi

---

<sup>253</sup> O termo é do autor e pode ser encontrado em **América Latina – males de origem**, à p.117.

<sup>254</sup> O recurso à metáfora organicista tem relação com autores como Saint-Simon, Comte, Spencer e Durkheim, além de Charles Darwin, Haeckel, Ribot e Tarde, de quem tomou as noções de *evolução*, *hereditariedade*, *instinto*, *adaptação e imitação*. A respeito das metáforas utilizadas pelo medido sergipano, ver UEMORI, Celso Noboru. **Dominação e consentimento na obra “A América Latina: Males de origem”, de Manoel Bomfim**. *História em Revista*, v. 14: p. 81-100, Dez./2008.

<sup>255</sup> Apesar de usar de tal analogia, Bomfim rejeitava a aplicação à sociedade de conceitos biológicos e de categorias darwinistas, como a luta pela existência e a lei de sobrevivência dos mais aptos, pois entendia que o elogio da livre concorrência pelos evolucionistas quanto à afirmação das diferenças inatas entre as etnias

ressignificado como método de interpretação da vida social, sem, no entanto, constituir uma identidade entre um e outro.

Para aquele autor, Portugal adentrou na prática parasitária no momento em que se lançou ao mar em busca de um novo caminho, onde pudesse ter acesso aos cobiçados produtos do Oriente, que lhe valeram grandes lucros e pujante enriquecimento. A esta fase, Bomfim denominou de *parasitismo heróico*, visto que o organismo social ainda não se sedentarizara, destacando-se como vanguarda entre os países vizinhos, a dar-lhe exemplos de competência e destinação para liderança continental. Era livre aquele Portugal, que se lançara em busca de novidades e riquezas que modificaram a face da Europa, alterando suas estruturas e ao mesmo tempo, mantendo as de sua sociedade. Era livre porque era uno, indiviso, e sua prática só o engrandecia, posto que repetisse os feitos da antiguidade clássica, ao apropriar-se de riquezas alheias, exibindo-as e repartindo-as com quem pudesse pagar. Era livre aquele Portugal, pois era independente de riquezas e lugares específicos; tudo o que existia estava à sua disposição, pois o Mundo era seu. Seu heroísmo consistia no devassamento do desconhecido, no desvendamento dos segredos de sítios exóticos, no domínio de outras culturas, na submissão de tantos povos às suas vontades. Só aos livres esse heroísmo era permitido.

Tal liberdade, contudo, foi desfeita com a execução do empreendimento colonial, obra que exigiu um agigantamento grotesco da nação que se tornava metrópole, e que para tanto dividia seu próprio corpo como forma de dominar, em absoluto, o que até então só o fizera de forma relativa. No caráter paralisante do chamado *exclusivo metropolitano* Bomfim ancorou sua metáfora biológica, dando-lhe novos significados, a demonstrar a degeneração do organismo sociopolítico português, aos poucos deformado pela prática exploratória que levou a efeito sobre a colônia americana, parasitando-a.

As práticas e estratégias da metrópole sobre a colônia se assemelhavam, para ele, às ventosas do parasita, a sugar tudo de onde fosse possível vislumbrar o enriquecimento,

---

estariam em flagrante contradição com as idéias do evolucionista. Sobre a temática, afirmara que *Darwin nunca pretendeu que a lei de seleção natural se aplicava à espécie humana, como o dizem os teóricos do egoísmo e da rapinagem* (In. **América Latina – males de origem**, p. 288). Segundo aquele autor, a ideologia liberal e o método evolucionista se fundariam na transposição indevida para o campo social do conceito darwinista de luta entre as espécies, o que levava à apologia da livre concorrência entre indivíduos. Ao contrário do que diziam os evolucionistas, a luta pela sobrevivência seria substituída na sociedade pelo concurso e solidariedade entre os homens e só poderia ser empregada, em termos sociais, em sentido figurado devido às relações de dependência e cooperação.

posto que assim o fazia Portugal há séculos, acostumado que fora à aventura e ao saque. Àquele autor não importaram os desafios da empreitada, os medos, as mortes, as doenças e todas as dificuldades superadas pelos colonizadores, posto que bem decantadas por outros historiadores portugueses e brasileiros. Sua tese foi às entranhas do processo colonizatório, na tentativa de desmascarar o que até então não havia sido mostrado, aquilo que não havia sido historicizado e compreendido em seu âmago. Seu discurso se configurou como profunda crítica ao discurso ideológico de sua época, erguendo-se, solitário, como um contradiscurso, disposto a fazer aflorar as incongruências da produção intelectual daquele momento.

Tomada como a principal categoria de análise, o parasitismo permitiu que Bomfim pensasse a sociedade colonial como uma estrutura, na qual os indivíduos e grupos tinham funções, mas não vontades pessoais. Havia uma racionalidade subjacente moldando as vontades: o desejo único de se apossar da riqueza produzida como objetivo único, em todas as classes e grupos. O parasitismo era o sujeito que controlava, como uma força exterior – mas nunca transcendental – que determinava e submetia a vida e o comportamento de todos, nos dois lados do Atlântico, de forma a garantir o funcionamento e a conservação da máquina de produzir e extorquir riqueza. Em Bomfim, o vocábulo que definia as feições do empreendimento colonial, que demonstrava seu espírito, que se adequava às práticas do exclusivo metropolitano, era *Exploração*. Uma exploração típica dos parasitas em relação às suas presas, numa prática desdobrada em variados matizes e iniciada na colônia americana com a chamada preação indígena, originada no contato com as práticas tribais do continente negro.

A análise do processo colonial realizada por aquele intelectual abandonou a discussão de civilização, tão acalentada pelos historiadores do IHGB, para adentrar no terreno da exploração do homem pelo homem, introduzindo o enredo da teoria marxista, ainda pouco recepcionada pelo pensamento social brasileiro, no início do século. A perspectiva marxista se revela na narrativa bomfiniana no embate entre parasitas e parasitados, de explorados e exploradores, numa alusão direta à luta de classes decantada no Manifesto Comunista. Contudo, aquele autor não se limitou a isso. Em nosso entendimento, a principal preocupação de Bomfim consistia em desmistificar, tanto ideológica quanto cientificamente, o pessimismo das teorias raciais justificadoras dos problemas existentes nas ex-colônias ibéricas. Ao usar a homologia do parasita o autor não abandonou o enredo

marxista, que continuou inserido de forma difusa em seu texto, mas o fez indo além, ao mostrar o parasitado como um organismo maior, superior, rico e capaz de sustentar o parasita (o Brasil e a própria América seriam detentores de tais adjetivos). Da mesma forma, sua linguagem construiu os Estados metropolitanos como parasitas, inferiores, minúsculos, fracos num certo sentido e, acima de tudo, dependentes. Abertamente, ele foi apologético do Brasil e, para sê-lo, construiu uma imagem profundamente negativa de Portugal, num tempo em que a lusofobia já dominava a população nacional, considerada portadora de um caráter inferior, do qual resultavam os muitos problemas nacionais.

Para Bomfim, a verdadeira origem dos profundos males do continente tinha no colonialismo suas raízes históricas, combinada com a dominação interna imposta pelas elites dirigentes. Entretanto, foi a ampliação da prática parasitária que ocasionara a degradação de Portugal que, sedentário e alijado do processo produtivo europeu, em escala crescente, e cada vez mais dependente da exploração do trabalho em suas colônias, decaiu em sua própria força. Uma força que nada mais era que o disfarce de sua incapacidade de lutar contra a natureza; de não ter necessidade de apurar os seus processos, nem de por em contribuição a inteligência, por não ter aprendido a tirar da natureza sua subsistência, e sim do trabalho de outro grupo. Entranhada no âmago do tecido social português, essa prática se alastrou a todos os âmbitos da sociedade portuguesa, inaugurada por sua monarquia sobre os súditos que se destinaram a dar sentido à colônia com seu trabalho, explorando-os a partir da cobrança de tributos, dízimos e monopólios, num desdobramento incomum e avassalador.

O Estado português, assim, tornara-se um parasita da colônia americana, fato repetido pela Igreja, que cedo se transformara em parasita direta da colônia e do Estado português. Com a nobreza sucedia a mesma coisa, ao parasitar o trabalho escravo nas colônias, ou parasitando o próprio Estado, por meio de sinecuras e pensões. Quanto ao português comum, empenhado na faina colonial, esse também fez uso dessa prática, ao submeter pela força o indígena, obrigando-o a trabalhar, e posteriormente, quando o genocídio e a belicosidade dos sobreviventes impediram a continuidade dessa exploração, ao lançarem mão do trabalho do africano, reificado no eito.

Em tal contexto, Bomfim definiu os principais traços do português colonizador, ascendente direto da elite brasileira, que herdara seu nome e, por conseguinte, sua tradição. O autor o descreveu como um homem que sonhava com

“O lucro imediato. O colono encontrou na escravidão o processo sonhado: algumas centenas de escravos e um chicote para cada turma – eis tudo que era preciso. Ele não tinha que apurar a inteligência, nem desenvolver atividade. Se os lucros não lhe pareciam bastantes, era só aumentar o número de escravos. Já ignorante, já retrógrado por educação, como ele iria pensar em modificar os processos de produção, aperfeiçoar instrumentos de trabalho, dar tratos aos talentos para achar lavouras mais remuneradas, quando tinha um meio seguro, infalível e simples – crescer o número de escravos? (...) Tirava-se ao escravo quatorze, dezesseis horas de trabalho por dia, mas esse trabalho se fazia segundo processo tão grosseiros e primitivos que não produzia o que se poderia produzir em três ou quatro horas de trabalho inteligente. Que importava isso ao colono? Ele via as coisas em grosso. O provérbio português – *Antes pilado a pilão que comprado a tostão* – era sua divisa. O essencial era que a receita viesse exonerada de qualquer despesa. Àquelas inteligências sumárias, este fato se afigurava como garantia absoluta do bom negócio – tudo é lucro! Ideal!...<sup>256</sup>”.

Embora o autor tenha demonstrado um colono empenhado na faina colonial, interessado nos ganhos produtivos, fez questão de enfatizar o cariz sádico dos mesmos, denunciando o trato brutal do chicote e o exagero no uso da força física e da tortura sobre a massa escrava. Essa prática atroz, oriunda dos métodos de uma sociedade marcada pelo descaso com a dor e o sofrimento humano – já abordados por Capistrano de Abreu – foi diagnosticada por Bomfim como parte do processo parasitário, ao se apossar do organismo para dele retirar vantagens. Para tal fim, não se fazia necessário procedimentos mais refinados que o emprego do pau, do pano e do pão.

Da mesma forma também realçou um português desinteressado dos avanços de seu próprio tempo, que inaugurou a escravidão na América, quando a Europa se livrava dos estatutos da servidão, por antever no assalariamento maiores vantagens. A narrativa bomfiniana impôs a compreensão de que tais vantagens não eram significativas para o português, imerso numa cultura que centrava o lucro, embora distanciado de maiores investimentos. Ao tempo em que o capitalismo deu seus primeiros passos como sistema econômico, e que a denominada *acumulação primitiva* alçara a condição de estágio preparatório para a revolução industrial, os portugueses optaram pela escravidão, dando-lhe um novo significado. Mesmo que aquela prática proporcionasse grandes lucros, Bomfim não a entendeu como uma nova forma de acumulação, apenas a analisando sob o viés da

---

<sup>256</sup> *Ibidem*, p. 146-7.

dominação e exploração que marcava a atividade parasitária, posto que os lucros do período nunca fossem revertidos em prol de outros empreendimentos senão a compra e venda da massa humana transportada nos tumbeiros, para mourejar nos canaviais e nas minas.

A fixação na prática de auferir vantagens sem maiores investimentos foi justificativa para que aquele autor aprofundasse sua apreciação negativa sobre os lusos. Para Bomfim, fora a própria cultura parasitária arraigada em Portugal que aleijara seu povo, empobrecendo seu pensamento, castrando sua habilidade criativa, anulando sua capacidade de reinventar-se, sem tencionar ajustar-se aos avanços científicos de seu próprio tempo. Em decorrência, tornara-se ignorante, alienado, incapacitado diante das exigências de um mundo em plena mutação, ofuscado pelo brilho do ouro e dos diamantes e embriagado pelo cheiro doce das caixas de açúcar. A retórica bomfiniana que mostrava um português ignorante, marcado pelo atraso e pela inexistência de instrução formal fazia eco ao discurso antilusitano, que destacava o analfabetismo e as dificuldades com as contas enfrentadas pelos caixeiros lusos, e cujas falhas resultavam na multiplicação de anedotas e chistes impiedosos pela população em geral contra aqueles imigrantes. A ressignificação dessa visão preconceituosa pelo autor, por sua vez, é demonstrativa do quanto o sergipano foi influenciado pelas práticas de seu tempo, no ambiente do Rio de Janeiro, principal reduto dos portugueses numa América que outrora lhes pertencera.

A colônia, na visão de Bomfim, nada mais fora que um rico organismo, infectado por um parasita que lhe minara as forças, deixando-lhe com deformidades que careciam de cuidados, sob pena de transformarem-se em aleijões permanentes. A metrópole, por sua vez, fora um dia uma nação briosa, formada por um povo valoroso, que fora conduzido por seus governantes a uma prática parasitária inicialmente perpassada por ações heróicas que, em parte, lhe dignificavam. Não obstante, o aprofundamento dessa prática dera uma nova feição ao antigo Portugal heróico que, ao investir na empresa colonial, caíra no sedentarismo doentio que findou por transformá-lo num Estado decadente, improdutivo, a sustentar-se da exploração da mão de obra, fosse aquela acorrentada nos tumbeiros ou pela prática da tributação.

Segundo o autor, o parasitismo impunha três efeitos malévolos: o enfraquecimento do parasitado, com a exploração de uma classe sobre as demais, ocasionando gritante desigualdade; as violências exercida sobre ele, obrigando-o à continuidade de serviços para

os parasitas, seja no âmbito individual, seja no âmbito nacional; e a adaptação do parasitado às condições de vida que lhe eram impostas, suplantada numa certa *paralisia social*. Tais efeitos ocorriam em todas as facetas da vida coletiva, e podiam ser notados em várias dimensões da sociedade brasileira.

Mas como Bomfim explicou o parasitismo português em relação à sua colônia americana? Como ele esclareceu a prática espoliativa do Estado Português em relação ao Brasil? O autor foi claro ao demonstrar que, no plano econômico e administrativo, o Estado em Portugal, no concernente à sua colônia americana faltava muito para que se reconhecesse como Estado moderno, garantidor, protetor, órgão da nação, seu defensor e representante. Os serviços públicos eram nulos e da máquina administrativa constava tão somente o fisco, seguido pelas tropas e pelos justiceiros do rei. Com tal análise, Bomfim seccionava o Brasil colonial do Portugal metropolitano, mostrando-os como diferentes, desunidos pela própria condição de espoliação perpetrada pelo segundo contra o primeiro. Não havia português-brasileiros ou lusoamericanos no contexto colonial, como fomentado amplamente na historiografia oitocentista. Havia, tão somente, parasitas e parasitados, exploradores e explorados, organismos distintos, embora um contivesse o outro – para sua própria desgraça.

Tal destino podia ser analisado no plano social brasileiro, onde o parasitismo português atuou de forma profunda, nomeadamente na vida intelectual e moral daquela nação. De livre e indivisa, sua população se tornou heterogênea, instável, fragmentada, quase uma sociedade de castas. Seus traços se replicaram, por conseguinte, na sociedade parasitada, ao que Bomfim denominou de *hereditariiedade social*, seja, a herança do caráter da metrópole, de suas leis, suas instituições, seus traços psicossociais, daí decorrendo os grandes problemas existentes no Brasil do início do século. Tais problemas não poderiam ser encarados como fruto de uma sociedade marcada pela mestiçagem, bem ao contrário; não fora a questão racial que definira o caráter nacional, mas as imposições e transposições originárias de uma metrópole defeituosa.

Essa herança social findou expressa no conservantismo próprio das sociedades latino-americanas, impondo-lhe uma paralisia impeditiva de mudanças, e que se tornou mais problemática por ser próprias das classes dirigentes, clamava Bomfim. Tais classes, em decorrência, se opunham a qualquer inovação ou mudança, e o pensamento político nacional consistiu sempre em encontrar estratégias para impossibilitar quaisquer tentativas

de reforma. De acordo com o autor, das qualidades transmitidas pelos portugueses aos brasileiros, a mais sensível e interessante, também a mais funesta, foi o conservantismo, não se podia dizer obstinado, por ser, em grande parte inconsciente, mas que se poderia chamar, propriamente, um conservantismo essencial, mais afetivo que intelectual<sup>257</sup>. Tal conservantismo seria o elo a unir Brasil e Portugal, mesmo depois da separação, e que lastreava um ponto comum na identidade das duas nações. Esse conservantismo do qual falou Bomfim refletiu-se na educação bacharelesca, tão estimada pelas classes dirigentes nacionais, fato que as levou a interpretar os problemas estruturais sem buscar entender as condições históricas nas quais encontravam-se, também, inseridas<sup>258</sup>.

Vê-se, assim, que Bomfim era uma excelente observador da realidade nacional, contestando o pensamento hegemônico brasileiro, e latino-americano como um todo, por entender sua formação elitista, seu nascedouro de aleijão, cujos desdobramentos findariam por impedir o desenvolvimento do continente, de forma que o mesmo nunca alçasse os ares de civilização que ainda não tinha, mas que era ansiada – a todo custo.

#### 4.2. O caráter predatório e dissoluto dos Bragança

A crítica às elites dirigentes do Brasil marcou grande parte dos escritos históricos de Bomfim, que problematizara sobre o tema com o fito de investigar a origem da mesma, forjada desde a colônia, e que se tornou governante do Brasil após sua independência<sup>259</sup>.

---

<sup>257</sup> De acordo com Antônio Cândido, o conservantismo foi *...uma das ideias fundamentais de Manoel Bomfim; talvez a que seja politicamente mais importante do seu livro, e sem dúvida uma das mais fecundas e esclarecedoras para analisar a sociedade brasileira tradicional, assim como as suas sobrevivências até nossos dias*. Cf. CÂNDIDO, Antônio. **Radicalismos**. *Estudos avançados*, Vol. 4, nº 8, 1990, p. 13.

<sup>258</sup> Segundo BARONI, o sistema educacional brasileiro foi seriamente afetado pelo bacharelismo português e, por decorrência, sempre valorizou a instrução erudita, desvalorizando os saberes do povo. Para o autor, tal disparidade findou por colocar o indivíduo ao nível da produção intelectual de sua época, mas não permitiu que desenvolvesse o espírito de observação, tão necessário para refletir sobre as especificidades de seu meio. Cf. BARONI, Márcio Henrique de Moraes. **Entre o continente e a nação**. São Paulo: Annablume, 2004, p. 76.

<sup>259</sup> Rodrigo Ricúpero se voltou também a entender a formação da elite colonial, esclarecendo nuances sequer aventadas no trabalho de Bomfim sobre a dita formação. O autor deu ênfase às estratégias da coroa portuguesa para manter na colônia a sua *face visível*, materializada em seus vassalos residentes que, em troca de benefícios, no jogo patrimonialista de honras e mercês, levaram a cabo a empreitada colonial. Fora nesses residentes o germe da chamada elite colonial, ancorada na tríade terra-trabalho-poder que, por si só, já os transformava em agentes de dominação portuguesa, restando aos mais humildes, interessados em viver na colônia, se engajarem como soldados em uma campanha qualquer para poder ali chegar. A análise daquele autor desmistifica a corrente de pensadores brasileiros que ajuizava os súditos portugueses, que fizeram a colonização do Brasil, como apenas infames e degredados, de forma a reafirmar a inferioridade moral da

Para tanto, indagou: *Donde veio, o que valem os que conduzem esta pátria*<sup>260</sup>? Seu interesse pelo tema brotou da decepção pessoal para com os rumos tomados pelo país, em plena consolidação da República.

Nascido nos tempos da monarquia, Bomfim aderiu à propaganda republicana ainda bem jovem, e sempre defendeu aquele sistema de governo. Não obstante, ao testemunhar no panorama político republicano as mesmas desídiás existentes no sistema anterior, desencantou-se ante aquilo que chamou de degradação dos costumes. Seu texto evidenciou um desabafo e uma contestação à política nacional e seus desdobramentos, pois se anteriormente o historiador antevira um futuro condigno para o Brasil (desde que o país se esforçasse para superar os vícios contraídos desde os tempos coloniais), naquele momento revelava um desencanto com a direção que o Brasil tomara, afirmando da impossibilidade de divisão dos destinos, nos planos da normalidade<sup>261</sup>.

---

população nacional. Por outro lado, mostra que desde os primórdios da colonização, já havia notável diferença no trato da Coroa Portuguesa em relação aos seus súditos, havendo aqueles privilegiados, assim como outros totalmente desassistidos. RICÚPERO, Rodrigo. *Op. cit.*, p. 99-100. Sobre o mesmo tema, Luís Filipe Alencastro elencou dois tipos coloniais distintos: o *homem ultramarino* e o *homem colonial*, de forma a diferenciar os vassallos reais que participaram do processo colonial. Enquanto o primeiro atuava pelo Império para aproveitar as recompensas na metrópole, o segundo circulava por várias regiões, mas apostava sua promoção social e econômica em uma determinada região do Império. No conjunto da sociedade, Alencastro esclareceu ser necessário incluir várias categorias de vassallos, com pretensões bem mais limitadas que os primeiros, e dispostas a atuar em áreas restritas, com visto nas mercês concedidas pela Coroa. O autor é taxativo ao afirmar que eram essas mercês, fossem materiais ou simbólicas, sumamente importantes na transferência de valores estamentais da metrópole para a colônia, onde se fazia mais que necessário recriar as hierarquias sociais vigentes em Portugal, com a promoção de setores da baixa nobreza ou mesmo plebeus, que passaram a formar o topo da sociedade colonial, embaçados nas honrarias e propriedades conferidas pela Coroa, garantindo-se, assim, o substrato econômico para que essa elite em formação pudesse desempenhar as tarefas que lhe cabiam na empresa, vinculados à administração direta e indireta de partes do Brasil. Para Alencastro, porém, os homens ultramarinos pouco se interessavam pelas mercês, posto já serem nobres, e só buscavam principalmente benefícios materiais no Reino, para lá voltando ou dirigindo-se para outras áreas do Império tão logo concluíam suas tarefas na colônia. Ao contrário, o homem colonial via nas mercês mais importantes – terras e cargos administrativos, e hábitos da Ordem de Cristo e os foros de cavaleiro – os elementos necessários para a montagem de seu patrimônio, representativo dos grupos que formariam a leite colonial no Brasil. In. ALENCASTRO, Luís Felipe. **O trato dos viventes: formação do Brasil no atlântico Sul, séculos XVI-XVII**. São Paulo: Companhia das letras, 2000, p. 103.

<sup>260</sup> Bomfim, Manoel. **O Brasil Nação**. Rio de Janeiro: Record, 1988, p. 40.

<sup>261</sup> Em fins dos anos vinte, tempo da escrita de seu trabalho, só publicado em 1931, o país era dominado por oligarquias regionais, coronéis que determinavam as leis e a justiça em sua própria região, que nomeavam os juízes e que diziam quem deveriam ser os párocos nas localidades por eles dominadas. As eleições eram fraudadas, o eleitor sofria coação para votar em candidato determinado pelos líderes políticos das regiões, as verbas federais eram direcionadas para os interesses desses mandatários, cuja hegemonia somente foi quebrada com a chamada Revolução de Trinta. Sobre a vida política nacional do período, Bomfim assim referenciou sua percepção: *Assisti, se bem que obscuro e humilde, a todas as lutas, transes e contendadas da implantação do regime republicano, para ver, ao cabo de um decênio, largarem-se os homens à ceva bruta,*

O rumo incerto no qual enveredara o Brasil resultava, para Bomfim, das escolhas e da postura de sua elite política, organizada para dessangrar o país, voltada apenas aos interesses próprios e com o fito único de auferir vantagens para si e os seus. O parasitismo assim voltava à tona, como meio de análise daquele historiador, desta feita sobre parte da população brasileira, herdeira direta do sangue e das qualificações que tipificavam a corte portuguesa, portadora dos mesmos vícios ostentados pela elite nacional, e reconhecida por Bomfim como a expressão máxima do parasitismo português.

Foi no sentido de denunciar a corrupção dessa elite que Bomfim elaborou uma tessitura entre seus integrantes e os Bragança, a quarta dinastia dos reis portugueses. A vontade dos governantes nascidos naquela casa imperou no Brasil desde 1640, quando ascenderam ao trono português, perdurando até 1889, com a expulsão dos seus representantes e a extinção do sistema monárquico no Brasil. Para Bomfim, tal interregno representou um tempo de submissão, no qual a torrente das práticas exploratórias bragantinas invadiu o Brasil, nele se fixando de forma traiçoeira, capaz de se reproduzir e se fazer identificar como natural do lugar<sup>262</sup>. O produto dessa reprodução, naturalmente, poderia ser identificado com facilidade na elite que dominava o panorama nacional.

---

*que fossada, foi a lameira onde desapareceu o pouco de brio dos dirigentes. (...) E tanto que, consagrada indiscutivelmente a República nos últimos vinte anos, vimo-la definida na inteira degradação dos costumes políticos. Já nem importam os nomes, que eles não modificariam esse parecer. Contudo, ensinaram muito, esses vinte últimos anos: tudo que se poderia aprender de um mundo totalmente podre.(...) Aprendi, então, como os nossos dirigentes são incapazes de compreender e realizar a democracia, como temem a liberdade que nunca conheceram; aprendi como se mostra a degradação de uma classe por definição do escol, como se organiza o Estado para a exclusiva injustiça, até a torpeza e o roubo; como é preciso não ser honesto, nem sincero, nem apto... Vi como evolui a corrupção, como se consagra a infâmia e a ignorância, como é livre o poder para atentar contra as mais humanas das tradições brasileiras – a da bondade e da compaixão... E, assim, se fez o esquema das qualidades precisas a um político para ser estadista na República Brasileira. Ibidem, p.21-2.* A visão do autor teve amparo em sua larga experiência e proximidade com os próceres do poder, em face de seu próprio lugar social. Oriundo de família rica do Nordeste do país, o médico Bomfim falava de um lugar privilegiado, embora contraditoriamente, contra os de sua própria classe.

<sup>262</sup> Observe-se que aquele autor enfatizou o poderio dos Bragança no Brasil, e sua provável *infecção* pela citada dinastia, apenas nos dois primeiros séculos da colonização. Para ele, esse foi o espaço de tempo suficiente para que se germinasse a idéia de *pátria* na colônia, posto que, nos setecentos, multiplicaram-se os movimentos e levantes contra a metrópole, fruto da consciência plena de que o Brasil não era uma extensão de Portugal, mas um celeiro de onde os lusos tiravam seu sustento, sem pedir nem pagar. Assim, ele deu visibilidade à sua idéia de que a América Portuguesa era apenas uma criação dos historiadores, que deturpam as tradições ao falsearem a história, trazendo para o Século XIX, apenas, o *sentimento de nação* brasileira, quando este já existia desde os setecentos. Sendo Bomfim um republicano de primeira ordem, explica-se por este viés seu esforço de fazer valer a inexistência – ou a pequena existência – de uma América Portuguesa, ressaltando a experiência de um Brasil – uma comunidade imaginada, em si e para si –, com todas as implicações que a nacionalidade pressupõe. Buscava, assim, retirar da memória nacional uma

Para Bomfim, o mal não advinha de um sistema político exclusivo, posto defender repetidas vezes que Portugal tivera na dinastia de Avis uma liderança segura, capaz de ter lançado com destaque aquela nação no contexto europeu, mesmo que moldados na guerra e na violência. O mesmo não podia dizer dos Bragança<sup>263</sup>, os grandes responsáveis pela dissolução de um Portugal que, de heróico, perdeu-se num vazio sem volta, por ser liderado por uma estirpe marcada pela ganância e pelo enriquecimento sem critério, tornando-se apenas um Estado parasitário, independente da genialidade de seu povo e de sua formação. Assim, sua oposição não se dava contra o sistema monárquico, exclusivamente, mas especialmente contra os próprios Bragança, cujo último remanescente governara o país durante a juventude do historiador, quando aquele integrava as hostes dos que viam a república como o remédio necessário para sanar os males da sociedade brasileira oitocentista. A questão em pauta não estava atrelada apenas a um sistema político, mas às idiossincrasias de uma linhagem marcada fortemente por tantos defeitos de caráter que os legara, sem maiores dificuldades, aos seus descendentes políticos, mesmo que nascidos em outro contexto. De antemão já se depreende que aquele autor tornara a fazer uso do conceito de herança social para desenvolver seus argumentos sobre os graves defeitos por ele apontados nas classes dirigentes nacionais. Seu ponto de vista sobre esse espólio foi mostrado de forma indubitável, no excerto seguinte:

“Sobre a energia renascente de germes vivazes, a deprimente influência de uma direção que foi, desde logo, contaminação, estiolamento, corrupção irresistivelmente operante, diabolicamente perversa, porque veio de cima. Recebendo, em fatalidade de herança, o que de útil pudesse haver na alma portuguesa, o Brasil teve que herdar a tradição e as normas dos dirigentes dali; a sorte de uma nação feita com a direção dos mesquinhos governantes, teve de ser o fermentar de misérias em que se resume nossa vida nacional. Não houve colônia que tanto sofresse das condições de governo em que se achava, ao tornar-se soberana e livre. Depois de ter sido, durante quase dois séculos, carne viva para a varejeira

---

simbologia monarquista, intrinsecamente ligada à história colonial, pautada pelo engrandecimento e valorização dos monarcas portugueses como esteio de sagração nacional.

<sup>263</sup> Observe-se que Manoel Bomfim destacou a prática exploratória dos Bragança como um legado mental maldito repassado à elite brasileira, marcadamente gananciosa e despida de preocupações para com o destino coletivo. Não obstante, o autor reconhecia notável distinção entre os Avis e os próprios Bragança, desconsiderando a existência da linhagem de sangue entre as duas dinastias que, juntamente com a Afonsina, originaram-se da casa ducal de Borgonha. Ao distanciar as práticas de governança dos Avis da dos Bragança, Bomfim resvalou no próprio argumento de transmissão de mentalidade, por ele utilizado à farta contra a extinta casa imperial brasileira e a elite nacional, uma vez que considerava os Avis uma liderança segura, virtude inexistente nos descentes brigantinos.

lusitana, o Brasil acabou incluindo em sua vida o próprio Estado que de lá emigrara, na plenitude da ignomínia bragantina<sup>264</sup>”.

A degradação do organismo social brasileiro, assim, teria ocorrido em razão do caráter de sua formação histórica, que lhe imprimiu o caráter de celeiro português, de onde tudo se tirava e nada era repostado. A prática dos dirigentes portugueses, por sua vez, não cessou quando extinto o pacto colonial, assumindo outras dimensões quando da mudança da corte, o que ocasionou extorsões de outra natureza, num círculo vicioso pelo qual os governantes portugueses nunca perderam seus benefícios, o que não se pode afirmar em relação ao próprio Portugal. Tal afirmação, a nosso ver, marca o aprofundamento da tese inicial de Bomfim, ao adentrar na exploração bragantina quando radicada em terras da ex-colônia.

O Brasil (assim como toda América Latina), parasitado pela metrópole que o colonizara, infelizmente findara por reproduzir um outro parasita, sua própria elite, mesmo que livre do primeiro. Se em *América Latina Bomfim* se prendera à formação da sociedade brasileira, aleijada pelo abuso constante do processo colonial, num segundo momento o historiador se voltou a mostrar que os abusos continuaram a ocorrer, a exploração e os malfeitos não cessaram, haja vista a continuidade do mesmo caráter dos dirigentes portugueses nos governantes brasileiros. O parasita não seria mais as gentes de Portugal, mas seus reis e mandatários, representados pelos *fugidos de 1808, que aqui se acoitaram*<sup>265</sup>, e que antes mesmo de habitarem as terras brasileiras originaram a elite local, imersa nos mesmo vícios, que os aprofundou pelo contato direto com a corte bragantina na capital do recém vicerreino.

Para aquele historiador, fazia-se necessária a reavaliação da história do país, nomeadamente a partir de sua independência, cujo processo havia sido falseado tanto no plano político quanto nos escritos históricos. E foi no intuito de denunciar tais falsificações<sup>266</sup> que Bomfim se debruçou a reconstituir a formação nacional, a partir de uma tônica na qual os Bragança eram elementos-chave na compreensão das desordens

---

<sup>264</sup> *Ibidem*, p. 41.

<sup>265</sup> *Ibidem*, p. 140.

<sup>266</sup> Sobre as considerações do autor sobre a falsificação da história brasileira por seus historiadores sugerimos ver **O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930. Segundo Rebeca Gontijo, a reinterpretção da história brasileira sofreu significativa demanda no início do século XX, momento em que Bomfim se dispôs a fazer uma reflexão sobre a história e a historiografia nacional, mesmo que seu projeto não fosse metodologicamente guiado, ou que o mesmo propusesse uma teoria da história. GONTIJO, Rebeca. **Manoel Bomfim e a escrita da história do Brasil**. Recife: Massangana, 2010.

características da sociedade brasileira nas primeiras décadas do século XX. Observe-se que mesmo voltado à reinterpretação do nacional, Manoel Bomfim não conseguia desvincular sua análise da história de Portugal, nem se afastar da influência portuguesa como uma dominante na formação da sociedade brasileira.

Assim, ao se referir à presença de D. João VI no Brasil, com sua corte, Bomfim não interpretou aquele momento pela tradição oitocentista, que o considerava especial, ímpar na formação da nacionalidade. Para o historiador,

“O que se passou com o Brasil com D. João VI, se medrou foi – abafando, mentindo, infectando, oprimindo, dissolvendo as boas energias sociais, desfigurando as formas naturais e salutareis da nação, deixando sobre elas as suas estratificações de misérias, estratificações que nos cobrem até hoje. Quem negará que os governos passam sobre o nosso Brasil, no mesmo cortejo de mentiras, abjurações, extorsões e despotismo, em que viviam os torpes dirigentes das épocas de D. João V e D. Maria<sup>267</sup>?”

A revisão de Bomfim à historiografia tradicional pode ser verificada em sua crítica aos governantes portugueses e àqueles que administraram a colônia a partir das ordens desses governantes. Essa ótica pode ser tomada como inovadora, pois mesmo mantenedora de uma proposta historiográfica (na qual os destinos do Brasil estavam sempre atrelados ao passado colonial e a Portugal), emergiu como uma ressignificação do papel da monarquia lusitana no contexto colonial, fugindo do estereótipo consagrado pelo IHGB. Assim, Bomfim usou de uma releitura da história da colônia para revelar dirigentes impiedosos, distanciados dos anseios populares, cujos governos se pautaram mais pelo excessivo rigor na tributação e na aplicação de penas que no cuidado e na defesa dos interesses da população colonial. Por tal viés, Bomfim denunciou também que as mesmas práticas se reproduziam com natural facilidade no contexto republicano, cujos dirigentes se destacaram pelas mesmas *mentiras e despotismo* dos tempos coloniais.

Embora desiludido com os rumos tomados pela política nacional, Bomfim demonstrou que a doutrinação republicana ainda encontrava ecos em seus ouvidos, posto tomar como o grande exemplo dos males da nação D. Pedro I, herdeiro do trono brasileiro<sup>268</sup>. Em

---

<sup>267</sup> *Ibidem*, p. 46.

<sup>268</sup> Necessário destacar que a proclamação da república no Brasil se pautou na implantação de um imaginário denso, voltado à legitimação do regime, e que tinha por propósito atingir a população, sob a forma de

subcapítulo intitulado *O Bragança ao Natural*, Bomfim realçou sua tese contra o artífice da *farsa* da Independência de conveniência, tramada entre pai e filho com o intuito de enganar os constitucionalistas portugueses.

“O Brasil, feito soberano nas grosseiras tramóias do filho de D. João VI, teve de consumir o primeiro decênio de sua vida autônoma em debater-se, no atoleiro a que o atiraram a título de libertá-lo. E é por isso que, se rebuscamos os como e os porquês da nação brasileira, devemos insistir ainda nos processos e atos do príncipe embusteiro a quem nos entregamos, seguindo-lhes os efeitos até que, em 1831, cai pela gangrena o que já era esfacelo. Esses longos nove anos patenteadam a miséria política do Brasil, inoculado de bragançismo. Se não fora a dolorosa depressão, resultado da peçonha que nos embebia, senhora dos seus sentidos, a Nação desde logo o teria eliminado, porque o filho de Carlota Joaquina não tinha nem a coragem nem o talento necessário para o inteiro efeito da maquinação que urdira. Houvesse nele qualquer valor de estadista, teria construído um Estado forte e eficaz, pois que se fez chefe de um povo na crise da juventude e da liberdade. Em vez disso, Pedro I foi um tampo sobre o Brasil que se erguia. Foi, apenas, um Bragança. Faltava-lhe tudo que distinguisse o estadista heróico do simples aventureiro velhaco<sup>269</sup>.”

O discurso antilusitano de Bomfim, imputado então à dinastia bragançina, parece-nos evadido de um antagonismo só justificado pelo republicanismo do autor, tamanho o ódio destilado em suas palavras contra D. Pedro I – cuja memória firmada até final do século

---

símbolos, alegorias, rituais e mitos, complementares à própria ideologia do sistema. Entre a variada simbologia utilizada pelos republicanos, não se pode deixar de destacar a criação de um novo panteão de heróis, bastante diferenciado daquele criado pelos historiadores do IHGB, portugueses em sua maioria. No seu bojo, oportunamente, vigorava a figura do anti-herói e este não poderia ser outro senão D. Pedro I, cuja biografia foi, aos poucos (des)construída pela propaganda republicana, elaborada no bojo do próprio Império, mesmo diante da severa restrição legal desde o chamado Primeiro Reinado (1822-1831). Naquele período, existia proibição imperial de se promoverem ataques à figura do imperador e promover as idéias republicanas, o que forçava os jornais ao uso de artifícios para publicizar atos e posturas de D. Pedro I que repercutiam de forma extremamente negativa em sua imagem, e que findaram por ser diretamente associadas ao mesmo de forma definitiva, e absorvidas plenamente pela historiografia do regime. A respeito ver NEVES, Lúcia Maria Bastos; MOREL, Marco; e FERREIRA, Tânia Maria. **História e Imprensa: Representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DPA, 2006. LESSA, Mônica Leite. FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito. **Entre a Monarquia e a República: Imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito. **A idéia de República no Império do Brasil: Rio de Janeiro e Pernambuco (1824-1834)**. Tese de doutorado em História, Universidade Federal do rio de Janeiro, 2004. CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das almas: O Imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1990. ALVES, Caleb Faria. **Benedito Calixto e a construção do imaginário republicano**. Bauru: EDUSC, 2003.

<sup>269</sup> *Ibidem*, p. 48.

XIX era do príncipe que livrara o Brasil dos grilhões portugueses. E foi contra essa memória historicamente construída que Bomfim se voltou, ao considerar como um *engodo* a declaração de independência nacional, promovido entre D. João VI e Pedro I, num acinte aos diversos movimentos emancipatórios ocorridos desde o setecento, e liderados por brasileiros<sup>270</sup>. Tais movimentos foram violentamente combatidos, resultando em enforcamentos, degredo e prisão dos seus líderes.

A farsa da independência bragantina, para Bomfim, era um desrespeito aos brios nacionais, construída com o intuito de fraudar os dois lados do Atlântico, pois o que existia na intenção de Pedro I era, tão somente, desunir para unir mais adiante, mantendo o poder dos Bragança a todo custo em ambos os territórios, numa estratégia familiar demonstrativa dos interesses privados de seus membros, em detrimento dos interesses das duas nações. As variadas questões que marcaram o Primeiro Reinado foram usadas por Bomfim para justificar a inexperiência política do então imperador, assim como seu caráter violento, pouco conciliador, marcado por uma alma tingida no absolutismo de um governante ausente das grandes questões sociais, com ações claramente demarcadas pelo interesse pessoal.

Uma das mais vívidas questões sobre a estratégia exploradora dos Bragança, quando da feitura da Independência, foi o pagamento de vultosa indenização paga a Portugal, que forçou o Brasil a se endividar junto à Inglaterra, fornecedora do empréstimo de dois milhões de libras esterlinas. A sangria econômica ocasionada por tal endividamento teve severas repercussões na vida nacional, já abalada pelo levantamento total das reservas monetárias quando do retorno de D. João VI a Portugal, em abril de 1821. A negociação bragantina de reconhecimento da independência pelos demais países europeus também foi

---

<sup>270</sup> É preciso recordar que o republicanismo havia sido a principal corrente ideológica entre os revoltosos de Minas Gerais, em 1788-89, dos alfaiates baianos, em 1789, e em 1817/19 em Pernambuco, assim como durante toda a década de 1820. O problema é que, em se tratando de Brasil, todos esses movimentos republicanos foram, ou ao menos poderiam ser, interpretados como revoltas regionais contra a autoridade centralizada e uma ameaça à integridade territorial da América Portuguesa. O sistema de monarquia centralizada estabelecera uma forte presença institucional desde 1808, e esse fator foi determinante no sucesso da manutenção do império, que desbravou com ferocidade qualquer intenção nesse sentido. Conforme MAXWELL, esses movimentos foram encarados pela elite local como ameaças à ordem social, sofrendo contestação por parte da mesma, que se uniu fortemente em defesa do trono, nomeadamente os proprietários de terra, para quem o republicanismo sempre fora associado a uma *liberdade* que talvez chegasse à *igualdade*, o que causaria sérios problemas numa sociedade hierarquizada em termos sociais e raciais. Cf. MAXWELL, Keneth. **Por que o Brasil foi diferente? O contexto da Independência**. In. MOTA. Carlos Guilherme. *Op. cit.*, p. 177 e seguintes.

abordada por Bomfim como exemplar da incapacidade política do então imperador, que não hesitava em favorecer os interesses externos em desfavor do Brasil, por ter profunda convicção ser este o seu destino – o de provedor de toda Europa. Os grandes enclaves financeiros de seu reinado foram mostrados como a prova viva de sua incompetência política, aliado ao desejo vivaz do sangue bragantino em explorar.

Foram muitos os argumentos de Bomfim que solidificaram sua análise sobre a estratégia política dos Bragança para dominar Portugal e Brasil concomitantemente, mesmo quando a conjuntura política se erguia como um impeditivo. Nesses, percebe-se o esforço do autor em lapidar adjetivos a respeito do imperador, de forma a demolir o mito fundador da nacionalidade brasileira<sup>271</sup>. Na construção de Bomfim, D. Pedro I, o pretenso articulador de nossa independência, não passava de um oportunista e interesseiro, que planejara minuciosamente a forma de ser rei tanto do Brasil, quanto de Portugal, pois só agia para os seus exclusivos interesses, com alma de puro português, para quem a união continuava a ser um desejo vivaz.

Bomfim não esclareceu o que seria a *alma do puro português* nem o *portuguesismo* a que se referiu em algumas citações, denotando controvérsias em seu pensamento, que buscou a todo custo separar os defeitos da monarquia lusitana do caráter do povo português, e sobre o qual já aprofundara em seu trabalho anterior. É provável que essa *alma* fosse uma referência à tradição absolutista que dominou o cariz da monarquia bragantina, tradição

---

<sup>271</sup> Dentre as múltiplas citações encontradas nas obras daquele autor denegrindo a imagem de Pedro I, destacamos duas, por considerá-las bem representativas do estilo do historiador, e que podem ser encontradas em seu livro **O Brasil nação**, às páginas 57 e 98: *Uma das taras de Pedro I, como no antepassado Afonso VI, era a vulgaridade e a grosseria suja das gentes de sua privança. Chulamente preguiçoso, dando em portuguesismo o que lhe faltava de verdadeiro talento, o embusteiro constitucionalista de 1821, uma vez entronizado, foi o tipo acabado do Bragança – pérfido, absorvente, cruel, inexorável tirano... Mas faltou-lhe coragem para dar à tirania caráter franco, relativamente leal.* Sua referência, aqui, ao *portuguesismo*, como um adjetivo oposto a certas *habilidades* inexistentes em Pedro I, revela-se como um termo pejorativo, dentre os muitos utilizados pelo autor ao referir-se ao imperador, o que dá a seu texto um caráter lusóforo, por tratar-se de um termo que exara o cariz do povo português. Outro exemplo bem reproduzido por Bomfim sobre o imperador caracteriza-o como *Curto de inteligência, falho de sentimento, Pedro I não compreendeu a extensão dos feitos ligados ao ato que lhe fora ditado por José Bonifácio, e julgou poder voltar atrás do gesto do Ipiranga. Uma vez aclamado e coroado, considerando-se definitivamente empossado no domínio do Brasil, tratou de voltar com ele ao seio de seu Portugal, para a reconstituição do sonhado Império lusobrasileiro.*

esta herdada por Pedro I e bem cultivada por sua mãe, D. Carlota Joaquina, que provinha de família de absolutistas em Espanha<sup>272</sup>.

Considerando-o como portador de *sangue de déspota*, Bomfim atribuiu a dissolução da assembléia constituinte brasileira, em 1823, por Pedro I, como resultante de seu perfil. Amparado na absoluta divergência entre os interesses brasileiros que inspiravam a feitura da primeira Carta Magna do recém independente país, e os interesses bragantinos, na pessoa do então imperador, só restara ao mesmo desfazer os reais interesses do Brasil em favor dos interesses próprios. Seu ato, materializado na criação de um Poder Moderador (uma excrescência juridicopolítica, que mobilizou os debates públicos por todo o século XIX no Brasil<sup>273</sup>) concedeu-lhe uma atribuição maior que os três poderes que marcavam as democracias.

Desde a outorga da Constituição de 1824, o *quarto poder* foi considerado como maléfica invenção, chave mestra da opressão da nação brasileira, o garrote mais forte da liberdade dos povos, pelo liberal Frei Caneca, cujo pensamento era divulgado nos jornais de seu tempo. O cariz absolutista do poder moderador, entretanto, foi amplamente divulgado pela obra de Zacarias Vasconcelos, publicada apenas em 1860<sup>274</sup>. É provável que a opinião de

---

<sup>272</sup> A marca absolutista de Pedro I foi atrelada pelo historiador a inúmeros atos imperiais, tais como dissolução da assembléia constituinte, implantação do Poder Moderador, a violência extremada exercida contra os revolucionários da Confederação do Equador, a declaração de guerra à Província cisplatina, o assassinato de líderes opositores, entre tantos outros. Sobre o absolutismo nos Bragança, ver AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de. **Carlota Joaquina na Corte do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Ver também PEDREIRA, Jorge. COSTA, Fernando. **D. João VI – um príncipe entre dois continentes**. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

<sup>273</sup> O modo pelo qual a historiografia sobre o período caracterizou o poder moderador alicerçou-se, em grande parte, em argumentos de natureza jurídica e política, construídos durante o acirrado debate sobre o tema que teve lugar no período, o que contribuiu para consolidar uma memória sobre o Estado monárquico que, em parte, se fundamenta em premissas segundo as quais a interpretação e a prática do quarto poder não teriam se alterado ao longo do período imperial, constituindo-se como o “leme”, conforme expressão de Raymundo Faoro, que dirigiu a unificação territorial, o Estado centralizado e a alternância dos partidos. Sobre o tema consultar entre outros: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. **A Astúcia Liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro, 1820/1824**. São Paulo/Bragança Paulista, Ícone/UFS, 1999; LUSTOSA, Izabel. **Insultos impressos. A guerra dos jornalistas na Independência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; NEVES, Lucia B. P. das. **Corcundas, constitucionais e pés-de-chumbo. A cultura política da Independência (1820-1822)**. Rio de Janeiro, Revan/FAPERJ, 2003; MOREL, Marco. BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder. O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003; VAINFAS, Ronaldo (Dir). **Dicionário do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. FAORO, Raimundo. **Os donos do poder – formação do patronato político brasileiro**. Rio de Janeiro: Globo, 1984.

<sup>274</sup> VASCONCELOS, Zacarias de Góes e. **Da natureza e limites do Poder Moderador**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1862.

Bomfim a respeito de Pedro I tenha nascido dessas fontes, marcadamente vinculadas ao Partido Liberal do Império, e que também ensejaram o movimento republicano.

Foi nas contradições e dilemas dos atos do imperador que Bomfim buscou respaldo, no sentido de demarcar negativamente sua personalidade, de forma a enfatizar o cariz predatório e dissoluto dos Bragança, a reminiscência portuguesa que restou no domínio da pátria. Insistentemente, o autor afirmou das intenções dos Bragança em relação à realização da Independência, acordo firmado entre pai e filho, que daria lucros às duas partes. O fingimento também é uma característica acentuada por Bomfim em relação a D. Pedro I, que sendo um déspota no Brasil, mostrava-se como liberal em Portugal, considerando-se um sucessor necessário de D. João VI. Os embates entre Miguelistas e Pedristas foram, para Bomfim, apenas uma guerra de interesses da própria família, marcada pelo personalismo e sem maiores preocupações para com os destinos de Portugal (*Ostentava desamor a Portugal, desamor que ia até o vitupério, e timbrava em afirmar que dali nada queria*<sup>275</sup>.) quanto aos do Brasil. Somente quando o trono do Brasil estava assegurado à descendência pedrista, é que o imperador renunciou, visando dominar o trono português, naquele momento nas mãos do próprio irmão.

Em *O Brasil Nação*, Bomfim trouxe à baila o relacionamento de portugueses e brasileiros no período pós-independência, mesmo que limitado ao mundo político. A volta da corte portuguesa à Europa não foi impeditivo para que muitos lusos preferissem ficar no Brasil, participando diretamente das ações políticas da época<sup>276</sup> e formando um loquaz

---

<sup>275</sup> *Ibidem*, p. 94.

<sup>276</sup> Um dos melhores exemplos do europeu que preferiu ficar é o de Luiz Joaquim dos Santos Marrocos, arquivista real, que chegou ao Brasil em 1811. Foi responsável pelos Manuscritos da Coroa, coleção de 6.000 códices por ele organizada e catalogada. Das 186 cartas redigidas à família, em Portugal, Marrocos enseja seu desprezo pelo Brasil: *A gente é indigníssima, soberba, vaidosa, libertina: os animais são feios, venenosos. (...) eu não gosto de prender-me a esta terra, que julgo para mim de degredo. (...) Estou tão escandalizado com este país, que dele nada quero, e quando daqui eu sair, não me esquecerei de limpar as botas na beira do cais, para não levar o mínimo vestígio desta terra. (...) Quando se trata das más qualidades do Brasil, é para mim matéria vasta de ódio e zanga (...) e julgo que até dormindo praguejo contra ele.* Três anos depois, sua opinião é diferente, posto as melhorias auferidas em seu nível de vida, e o consequente crescimento do patrimônio pessoal: *Vivo em paz e abundância e com aquelas comodidades de que tanto precisava, com uma boa casa, bem arranjada de tudo, com escravos e outras conveniências. A aversão a este país é um grande erro, de que há muito tempo me considero despido*, corrige-se, referindo-se à boa situação com que Deus me favoreceu. Em 1817 Marrocos foi nomeado Secretário de Estado dos Negócios do Reino por Thomaz Antônio Villa Nova Portugal, principal ministro e conselheiro de D. João VI, e em 1821 foi promovido a encarregado da direção e arranjo das reais bibliotecas do Rio e de Salvador, com ordenado anual de 500.000 reis, onde permaneceu mesmo depois da volta da corte. Após a Independência, Marrocos tornou-se um alto funcionário do império, e em 1824 desligou-se das bibliotecas

contingente de portugueses em sua maioria vinculado ao trono. Depois da efetivação da Independência, esse contingente passou a ser visto com maus olhos pelos patriotas, posto seguirem com forte ingerência no poder, ao aglutinarem-se em torno do Partido Português. Para Bomfim, a *cáfila* dos que ficaram era o que tinha de pior no Brasil, pois não expressava amor à nação, e só tinha olhos para seus interesses pessoais, tal como o próprio Pedro de Alcântara. Utilizando trechos da obra de Armitage, Manoel Bomfim esqueceu momentaneamente do heroísmo português vigorosamente decantado em *O Brasil na América* (ao qual nos reportaremos no próximo tópico) para denunciar a ação desse poderoso grupo radicado em várias províncias (principalmente no Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Belém), que havia contemplado com desgosto a convocação da Assembléia, e aplaudiu sua dissolução. Juntamente com a elite brasileira, esses portugueses foram mostrados em Bomfim como um escol desinteressado das questões nacionais, e voltados apenas aos próprios interesses, tal qual Pedro I.

Consoante Bomfim, Pedro I era um covarde, pois fingia que amava o Brasil, mas *era português seu coração*<sup>277</sup>. Tanto o era que toda diplomacia do país estava nas mãos de portugueses. Estes, por mais liberais que se mostrassem em sua terra, no Brasil eram profundamente *corcundas*, pois as eminências dos poderes públicos durante o reinado de Pedro I eram, com raras exceções, restos da

“Disforme, anacrônica e imprestável mobília dos palácios de D. João VI, os carcomidos cangaços do antigo, velho, cruel e ridículo absolutismo português<sup>278</sup>”.

Observe-se que, a essa altura, nosso autor não mais diferenciou o servidor português dos próprios monarcas, visibilizando a todos – principalmente a chamada elite nacional, imersa nos mesmos hábitos difundidos pelo Bragança – com a mesma negatividade que deu ênfase em seu trabalho inaugural.

---

para assumir o cargo de oficial maior da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, onde se manteve até sua morte. Seu nome conta como um dos autores do texto da primeira constituição brasileira. Cf. GOMES, Laurentino. **1808**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007. Ver também SCUHLTZ, Kirsten. **Versalhes tropical**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008. O exemplo de Marrocos não é único. Centenas de portugueses aqui ficaram por imposição do ofício, como é o caso do batalhão da Brigada Real da Marinha, que teve que permanecer no Rio de Janeiro, onde ficara parte da real família. Outro grupo ficou por interesses próprios, como é o caso de Marrocos, considerando o patrimônio pessoal amealhado com o passar dos anos, e em grande parte oriundo das mercês reais, e que não poderia ser trasladado para Portugal.

<sup>277</sup> *Ibidem*, p. 103.

<sup>278</sup> *Ibidem*, p. 105.

“Sobre a vasa de 15.000 despejados das naus fujonas de 1808, qualquer estatura de homem devia aparecer; mas foram os parasitas imundos que ganharam a partida. Como legítima vermina proliferaram tanto que, se voltaram 4.000 em torno do *lorpa asqueroso e mau*, não chegou a haver diferença de nível do Estado que aqui se implantara, e o Brasil ficou pertencendo, e por longos anos pertencerá, a esse brasileiros de D. João VI, em quem a nacionalidade é iludida, mascarada, traída, deturpada, para a miséria do que tem sido sempre a política brasileira. Aqui estabelecido, o Estado Português veio a degradar-nos completamente, com todas as características da sua política. Até as nossas tradições se perverteram, pois que tivemos, mascarando a essência do Brasil, os brasileiros de D. João VI a serviço do lusitanismo renitente. Sobre a nação, ingênua e confiante, eles se estenderam, numa crista infectante, vivaz – o bragantismo, e nunca mais nos foi possível descascar dessa miséria<sup>279</sup>”.

A história, na urdidura de Bomfim, adquiriu contornos duros, tamanha a sisudez de seu pensamento e a dureza de sua linguagem, e sua análise sobre o Brasil esbarrou numa perspectiva de culpabilidade constante, que anularam outras suas perspectivas de observar a sociedade brasileira como um espaço dinâmico, capaz de se reinventar. Ao mesmo tempo em que aquele historiador vislumbrou a formação de uma nação já em pleno século XVII, onde o sentimento nacional já se evidenciava em movimentos sociais que clamavam por liberdade, onde o historiador já identificara um povo bem definido, com consciência de si, concomitantemente ele anulou essa mesma nação, ao transferir para os Bragança e a elite nacional todos os encargos pelos problemas brasileiros de pleno século XX.

Sua narrativa não nos permite vislumbrar os antagonismos e as contradições de classe que deveriam existir num espaço onde uma elite dominava consoante sua vontade e suas necessidades, totalmente desconectadas do restante da sociedade. Apesar de viver em um tempo de notáveis levantes populares, já referidos anteriormente, Bomfim parece ter se esquecido dos mesmos, para mostrar uma nação homogênea, inerte e incapaz de se libertar dos próprios males, adquiridos ou criados. Em sua retórica, a dinâmica natural da sociedade brasileira, ativa em seus primeiros tempos, pareceu ter medrado diante da presença portuguesa, vivaz, dinâmica, sempre capaz de reinventar-se.

É possível que tal certeza o tenha levado a indicar uma proposta de educação conscientizadora, como remédio necessário à mitigação do problema. Em sua premissa, o

---

<sup>279</sup> *Ibidem*, p. 230.

povo necessitava ser capaz de criticar sua própria sociedade, através de mecanismos apropriados que o tornasse capaz de transformá-la, livrando-se da pesada herança social que deformara seus governantes e a si próprio, lançado na ignorância e no desinteresse pelos rumos da nação. Para tanto, esse povo deveria consumir uma historiografia não falseada pelos poderosos, recheada de inverdades, de mitos falsos. Daí a necessidade de reescrita da história nacional, extirpando da mesma as deturpações que viabilizavam a história universal em favor apenas das nações européias. Ao historiador competia alijar-se do pensamento aculturado, de modo a construir uma história que permitisse ao brasileiro se reconhecer como sujeito central de sua própria história, mesmo que a contrapelo.

Num desdobramento da mesma solução, Bomfim enxergara também a revolução socialista como única saída para um país degradado por sua elite política, distanciada da *alma da nação*, a demonstrar que as utopias revolucionárias ou calcadas numa educação popular libertadora<sup>280</sup> já encontravam eco no Brasil, antes mesmo de serem recepcionadas no restante do continente, fato que distinguiu Bomfim como adepto de uma utopia, à frente de seu tempo e lugar.

#### 4.3. A cepa e seus viçosos ramos

A leitura de variadas biografias sobre Manoel Bomfim atesta ter sido sua vida pacata e ordeira, sem sobressaltos tais – salvo algumas perdas familiares - que o diferenciasse de outros homens de sua época, e justificassem profundas modificações em suas visões de mundo<sup>281</sup>. Apesar da aparente tranqüilidade de sua vida, observa-se em seus diversos

---

<sup>280</sup> A proposta da educação conscientizadora foi expressa em seu livro **O Brasil na América**, publicado em 1926, antecipando-se no tempo e espaço em que os programas educativos eram tomados como uma solução precisa contra os graves problemas sociais que grassavam não apenas o Brasil, bem como toda América Latina. Entendendo-se a liberdade como superação da alienação, e que a transformação do mundo pressupunha a efetivação dessa liberdade, muitos teóricos latinoamericanos apregoaram como solução a chamada Filosofia da Libertação, cujas primeiras manifestações foram identificadas nos movimentos operários do Brasil, Argentina e México no final dos anos 60, conforme observação de DUSSEL, Enrique. **América latina, dependência y liberación – Antología de ensayos antropológicos y teológicos desde La preposición de um pensar latinoamericano**. Buenos Ayres: Fernando Garcia, 1973. Sob a mesma perspectiva, a proposta revolucionária de Bomfim foi exposta em **O Brasil nação**, livro de 1931.

<sup>281</sup> A respeito, ver AGUIAR, Ronaldo Conde. **O rebelde esquecido – tempo, vida e obra de Manoel Bomfim**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000. Nesta obra, o autor faz questão de destacar a personalidade calma de Manoel Bomfim, dado a poucos arroubos, apesar da linguagem apaixonada e até agressiva que marca sua narrativa, e que tipificava um estilo de sua época. Outros autores ratificam a mesma perspectiva sobre aquele historiador, tais como ALVES FILHO, Aluísio. **Manoel Bomfim – combate ao racismo, educação popular e democracia racial**. São Paulo: Expressão popular, 2008. GONTIJO, Rebecca. **Manoel Bomfim e a escrita**

trabalhos modificação de seus pontos de vista, de suas opiniões, não obstante o autor enfatizar a inexistência de mudanças de sentimentos, ou novidades de pensamento. Certas contradições encontradas na argumentação de sua obra são de difícil explicação, tamanha a disparidade entre as mesmas, nomeadamente quando fez referência a Portugal, que é o que nos interessa de pronto<sup>282</sup>.

Em relação às construções de Portugal e dos portugueses, Bomfim demonstrou, no decorrer de suas obras históricas, contradições e ambigüidades difíceis de entender, mesmo reconhecendo evidentes mudanças de enfoque, que vão do socioeconômico para o cultural, e que podem ter ocasionado alterações em seus pontos de vista<sup>283</sup>. Lowy buscou justificar essas *guinadas* de pensamento, ao denominá-las como flutuações de natureza temporária<sup>284</sup>, admitindo, tal qual Mannheim<sup>285</sup>, a relação entre a categoria dos intelectuais e as classes, relação esta que, cedo ou tarde, sobreviria em sua obra.

Seriam então, meras *flutuações temporárias* as ambigüidades existentes nos textos de Bomfim, oriundo de uma família de latifundiários? Seria a trajetória de Bomfim a exemplificação do intelectual oriundo da classe dominante, que, temporariamente escapou do círculo de interesse de sua classe e passou a defender os oprimidos, para mais tarde, retornar à sua origem?

---

**da história.** Recife: Massangana, 2010. Essa faceta do sergipano se torna explícita no episódio em que se tornou alvo do escarnecimento do crítico literário mais temido de seu tempo, o advogado Sílvio Romero, que lançou 25 artigos nos jornais cariocas desdenhando da argumentação de Bomfim em seu livro *América Latina, males de origem*, além de um volume com o mesmo título e sua antítese. Convidado pelo editores para rebater as idéias de seu crítico, Bomfim se reservou o direito de silenciar no debate, evitando a contra-argumentação. Para alguns, esse silenciamento foi uma das causas, além de seu inovador ponto de vista sobre o tema, na contracorrente do pensamento hegemônico de então, de seu ostracismo no campo intelectual alguns anos depois do lançamento do seu primeiro livro, tomando-se um autor quase desconhecido já em meados do século XX.

<sup>282</sup> É no seu segundo livro de história, **O Brasil na América – caracterização da formação brasileira**, escrito em 1925, mas só publicado quatro anos depois, que a lusofobia com que o mesmo se fez reconhecer no início do século sofreu modificações pujantes, que marcaram a idéia daquele autor na obra citada.

<sup>283</sup> Existem casos de intelectuais que mudaram radicalmente de opinião ao passarem por momentos revolucionários. Um dos grandes exemplos dessa ocorrência diz respeito às mudanças havidas nas obras de Guizot e Carlyle, posteriormente à Revolução de 1848, explicada por Lukács. O primeiro, mesmo tendo reconhecido a função da luta de classes na história, depois da revolução esmerou-se em apontar o equívoco da mesma e em defender os interesses da monarquia. Por sua vez, Carlyle deixou de ser um vigoroso crítico das mazelas produzidas pelo capitalismo para se tornar, depois da dita revolução, um apologista do sistema. Em outros termos, esses ideólogos abandonaram a análise em bases materiais, científicas, passando a defender a idéia do compromisso entre a ordem burguesa e os restos feudais.

<sup>284</sup> LOW Y, Michel. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchausen**. São Paulo: Busca Vida, 1991.

<sup>285</sup> MANNHEIM, KARL. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

A nosso ver, essa perspectiva não coaduna com a trajetória do combatido autor, se consideramos o contexto no qual estava inserido, seja, a exacerbação do pensamento nacionalista no Brasil na década de 20. O Movimento Modernista, influenciado profundamente pelo nacionalismo, parece ter conquistado Bomfim; daí advindo sua perspectiva de fomento à consciência e à coesão nacionais, à extinção da dualidade Portugal/Brasil tão fremente em sua obra primeira, e o redirecionamento de suas últimas críticas à monarquia lusitana, por esta não ser representativa desse Brasil que ele tanto defendera.

Vinte e dois anos após ter escrito *América Latina – males de origem*, no qual denunciou as mazelas provocadas pela colonização empreendida por portugueses e espanhóis, Bomfim retomou o tema da herança social como elemento formador do caráter nacional. Em *O Brasil na América*, lançado em 1929, aquele historiador se esforçou para definir o perfil do povo brasileiro a partir daquilo que denominou de *cepa portuguesa*, numa extraordinária guinada em direção a uma abordagem da nacionalidade dentro do cânone consagrado pelo Romantismo, radicalmente contestado em sua obra anterior. A questão dos laços com Portugal, mais uma vez, voltava à sua obra.

No cenário intelectual brasileiro do período, continuava presente a preocupação com a identificação de um *caráter nacional*, como forma de definição de uma identidade ainda em construção. Em fins dos anos vinte, o debate ainda era válido, oscilando entre as teorias de degenerescência racial, ocasionada pelo cruzamento com raças (ditas) inferiores e as teorias que previam uma regeneração embranquecedora dos povos mestiços, num panorama de hierarquia entre as raças. Dentre os extremos, a noção de um caráter nacional, que permitiria definir e distinguir os traços de personalidade coletiva de um povo, juntamente com a noção de hereditariedade social, serviu como anteparo das proposições daquele intelectual<sup>286</sup>, em sua luta para reverter o termo das equações hegemônicas sobre o tema. Para ele, um povo não era inferior por natureza, mas historicamente inferiorizado, a partir de teorias e proposituras filosóficas que nada tinham de científicas. O uso do

---

<sup>286</sup> De uma forma geral, a degeneração serviu de matriz comum a diferentes visões sociais entre 1880 e 1930 quando seu suporte científico entrou em declínio. A propósito, ver SUSSEKIND, Flora. VENTURA, Roberto. *Op. cit.*, p. 17. LEITE, Dante. *Op. cit.*, p 251.

instrumental histórico para alertar sobre tal engodo foi fundamental para traçar a diferença entre Manoel Bomfim e grande parte dos intelectuais seus contemporâneos<sup>287</sup>.

Todavia, como poderia o historiador Bomfim aduzir uma identidade positiva para o brasileiro, considerando-se a validade de sua premissa de hereditariedade social, se tratara o povo português como um parasita, historicamente contumaz na prática do saque e da rapina, em sua obra inaugural? Com tal perspectiva, como poderia clamar pelo valor da mestiçagem, tão combatida pelas teorias racialistas, se a herança portuguesa era inegável elemento de formação da nacionalidade brasileira? Essa aparente encruzilhada parece ter permitido um desdobramento da visão de Bomfim, refletindo-se na nova abordagem que aquele historiador fez acerca do povo português, e que se caracterizou como a grande guinada de sua obra.

Oportunamente, o desdobramento de novas situações no contexto republicano, ocorrido nos trinta primeiros anos do século XX, exigiu que novas proposituras fossem desenvolvidas, no sentido de firmar o lugar do Brasil no contexto regional. Ao tempo da escrita de outro texto, iniciado pouco depois das comemorações dos cem anos de independência nacional, a palavra de ordem era *conhecer, desvendar, investigar e mapear o Brasil e a sua realidade, bem como traçar simultaneamente os contornos da identidade nacional*, conforme observara MOTTA<sup>288</sup>.

A necessidade de um despertar para a importância de colocar no papel a avaliação correta do passado, a interpretação segura do então presente e as sugestões valiosas para o futuro da nação era ponto pacífico para balizar a produção intelectual do período. A adesão ao Romantismo e a busca pela identidade nacional demarcavam as exigências intelectuais da época, o que tornava a discussão da formação da nação uma temática extremamente relevante, mesmo para Bomfim, historiador completamente disperso no que concerne a um lugar institucional que legitimasse seu discurso. Seu posicionamento, mesmo evidenciando

---

<sup>287</sup> Foi por privilegiar as tensões no processo histórico de produção de diferenças entre colonizado e colonizador em suas análises que Bomfim pôde questionar as teorias de Gustave Le Bon (1841-1931), Louis Agassiz (1807-1873) e Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882), entre outros, e criticar duramente intérpretes da América Latina como José Ingenieros (1877-1925), Carlos Octavio Bunge (1875-1919) e Lucas Ayarragaray (1861-1944), defensores do determinismo racial e da inferioridade do negro e do índio.

<sup>288</sup> MOTA, Marly Silva da. *Op. cit.*, p. 29.

uma necessidade comum daquele momento histórico<sup>289</sup>, foi construído de forma autônoma, sem o devido resguardo institucional que funcionasse como anteparo a suas colocações ou como um estimulador de temáticas.

Com esse fito, foi escrito *O Brasil na América*, cujos primeiros capítulos descerraram a formação histórica brasileira a partir de seu principal veio, os portugueses, cujo cariz marcou as novas perspectivas bomfinianas para fundear a construção de uma identidade nacional. Dessa feita, o parasitismo como categoria analítica foi abandonado, em prol do desvendamento das qualidades essenciais do português, que o fizeram se destacar no cenário mundial. Tal caracterização tinha como escopo, segundo o próprio autor, *verificar até que ponto se refletiu nas nossas qualidades e no nosso proceder*<sup>290</sup>. Intentava, dessa forma, dar relevância ao papel do Brasil em meio às demais nações da América Latina, marcada pelo caudilhismo e pelos arroubos revolucionários que a transformavam num continente em eterna luta fratricida, cuja origem era apontada como decorrente da mestiçagem característica desses povos.

Foi clamando por um Portugal Heróico que Bomfim abriu o primeiro capítulo de *O Brasil na América*, deixando estupefato o leitor que consumiu *América Latina*, ante a revolução operada na forma daquele autor compreender e retratar o português. Na formação daquela nacionalidade, Bomfim redescobriu um povo excepcionalmente vigoroso e disciplinado, capaz de grandes feitos, de caráter nobre marcado pelas ações heroicas. Para tanto, bastou *desenterrar os celtiberos do Estrabão, ou relembrar os façanhudos lusitanos, com o respectivo Viriato*<sup>291</sup> para descobrir a dianteira assumida por povos díspares, quando da conquista de um território, e a célere convicção de uma identidade comum: os brasileiros tinham muito dos portugueses!

Para Bomfim o povo português tinha gênio político, unificado no desejo de ser materialmente grande pela riqueza; um povo com virtudes e vontade para transformar esse desejo em necessidade de dominar o mar, como realização de seu destino. Pelo seu valor primeiro, merecia fortuna e glória bem acima do que lhe era concedido, por pertencer a

---

<sup>289</sup> Atente-se, também, na mesma década, ocorreram episódios considerados paradigmáticos na história do país, consagrados como marcos fundadores de um novo Brasil, tais como a fundação do Partido Comunista, a Semana de Arte Moderna e a primeira manifestação do Movimento Tenentista.

<sup>290</sup> *Ibidem*, p. 67.

<sup>291</sup> *Ibidem*, p. 40.

uma *pátria distinta, indestrutível e inconfundível no conjunto da Ibéria*<sup>292</sup>. Assim, esse povo moldado não mais no saque e na rapina, mas na resoluta disciplina de ser grandioso, de alma marcada pelo vigor e pela determinação, foi trazido ao contexto de sua obra como a cepa formadora da nacionalidade brasileira, cuja especificidade a fez ser destaque no contexto americano, já não mais como um parasita a sugar o sangue brasileiro, a apropriar-se das riquezas encontradas nessa parte da América, que lhes encheriam as burras e permitiria a dissolução final, mas como uma gente decidida a encontrar seu próprio lugar num mundo cada vez maior, alargado em grande parte pela ousadia lusa.

Ao aprofundar-se no tema, Bomfim traçou um exercício de correlação entre portugueses e espanhóis, como modo de diferenciar o Brasil de seus vizinhos latinoamericanos. Em seu texto, o espanhol<sup>293</sup> foi mostrado como bem diferente do português, ficando com o segundo a figuração de senhor de uma personalidade benemerente, capaz de se adaptar a diferentes culturas, melhor talhado pelas vicissitudes, aperfeiçoado pela disciplina, profundo nas decisões, tenaz nas realizações<sup>294</sup>. Se assim o fora o português dos tempos do descobrimento, assim deveria ser o brasileiro – uma criação tipicamente portuguesa-, acreditava Bomfim, ao estreitar laços de um parentesco até então marcado por contradições e ambiguidades.

Sob tal enfoque, não há como negar a aproximação do autor, declaradamente republicano - mesmo que desencantado - dos historiadores monarquistas. Para aqueles, que criaram a idéia de uma nação unitária e indivisa, obra realizada pelo governo imperial<sup>295</sup>, o Brasil em muito se diferenciava dos demais países da América Latina. Fazendo a distinção entre duas Américas (a lusobrasileira e a hispanoamericana), salientaram características das nações de colonização espanhola, associando-as ao caudilhismo, ao militarismo, a instabilidade

---

<sup>292</sup> *Ibidem*, p. 19.

<sup>293</sup> Sobre o espanhol, Bomfim se refere como um povo de *caráter duro, ousado, apreciador de espetáculos sanguinolentos, rude e arrogante, inclinado para atos violentos, capazes de justificar a natureza bélica das nações vizinhas da América Latina*. *Ibidem*, p. 77.

<sup>294</sup> *Ibidem*, p. 76.

<sup>295</sup> Um dos discursos mais fortes do período é o de Oliveira Lima, em **O Movimento político da Independência (1821-1822)**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989. Sobre a criação da diferença entre o Brasil e o restante da América Latina, ver também MALATIAN, Tereza. **Oliveira Lima e a construção da nacionalidade**. Bauru: EDUSC, 2001. GRACINDO, Eliane & IOKOI, M. Gricoli (Org.). **América Latina Contemporânea: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: Expressão cultural, 1996 ( Col. América: Raízes e Trajetórias). OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990. TORRES, João Camilo de Oliveira. **Intérpretes da realidade brasileira: introdução à história das idéias políticas no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olímpio Editoras, 1969.

política e às guerras civis. A nação brasileira, em contraponto, se distinguiu pela idéia de unidade e estabilidade política no discurso intelectual, graças ao feitio da ocupação e colonização portuguesa e, sobretudo, pela presença imponente da monarquia lusitana nos trópicos, antes e depois da independência. De tal modo enfatizou-se a noção de comunidade indivisa forjada pelos portugueses em oposição à de comunidade fragmentadas das possessões espanholas, que o discurso nacionalista findou por opor a suposta paz e estabilidade política da monarquia brasileira ao caos e à anarquia das demais repúblicas do continente, perspectiva que foi repetida por Bomfim, mesmo que o Brasil já houvesse ultrapassado seus tempos monárquicos e experimentasse o sistema republicano.

Sua alusão a muitas das características enaltecidas pelos historiadores oitocentistas teve como foco a definição de um lugar de destaque a ser assumido pelo Brasil no grande teatro da América, como já mencionado anteriormente. Para tanto, sua anterior preocupação com o desvendamento do colonialismo como expressão do imperialismo europeu parece ter sido superada por esta nova perspectiva. Para tanto, fazia-se mais que necessária a contextualização histórica da nação *bem nascida*, criação de uma poderosa cepa cujos ramos desdobraram-se num novo povo, o brasileiro<sup>296</sup>. O patriotismo, a consciência da nacionalidade, a história de lutas e de heroísmo, de genialidade de celtiberos e lusitanos, coroada na articulação do primeiro Estado moderno da Europa e refletida no ordinário do português deveriam servir como prova cabal de que as mesmas existiam no povo brasileiro, herança lusa aos seus descendentes americanos. Em suas considerações, ao se reportar a capacidade indômita do português, ele buscou obstinadamente mostrá-la no caráter do brasileiro:

“As virtudes germes na história de Portugal, e que fizeram daquele recanto uma pátria distinta, indestrutível e inconfundível no conjunto da Ibéria atual, essas virtudes nós as encontramos como forças essenciais no

---

<sup>296</sup> A perspectiva assumida por Bomfim em relação ao caráter nacional português, por sua vez refletido de pronto no povo brasileiro, permitiu àquele historiador enveredar por uma nova seara, ao argumentar sobre a formação de *um novo povo na América*. O passar dos séculos, na visão bomfiniana, e as especificidades da vida na América, aperfeiçoaram o cariz português que, amalgamado com o caráter dos nativos, originou um novo povo. Para tanto, aquele autor lançou mão de mais uma homologia biológica, ao comparar os portugueses da Ibéria a uma cepa específica cujos ramos, transplantados para o Brasil, originaram uma nova árvore. Esta árvore, inegavelmente, tinha os mesmos elementos da cepa original, embora mesclada com novos elementos, de outra cepa, a cepa americana, nativa. Deste modo, o discurso daquele autor concebeu a nação como um organismo homogêneo, consagrado na fusão de nativos com lusos, resultante no povo brasileiro, único, indiviso, original, estando ausentes de seu meio os antagonismos e as contradições de classe.

germinar desse Brasil; delas se fazem as qualidades que nos distinguem entre outras nações americanas<sup>297</sup>.”

Ao enaltecer aspectos positivos no cariz português, Bomfim praticou um exercício de identidade às avessas, fazendo com que o brasileiro se reconhecesse no português, num espelhamento tal qual referido por Hartog<sup>298</sup>. Tal reconhecimento se deu ao nível de uma irmandade que deveria ser mantida, de modo que todo o processo histórico de formação nacional não fosse sopesado apenas pela via do binômio colonizador/colonizado. Se a empresa colonial havia tido vultosos lucros com a exploração do Brasil, não se poderia desdenhar do contributo dos próprios portugueses para o engrandecimento da nação, construída também com o sangue e o suor luso, assim como dos demais povos formadores, aos quais também deu o devido destaque.

Com esse intuito, Bomfim fez da nação um sujeito, entendendo-a como uma força modeladora de consciências, uma estrutura, uma entidade supramaterial, cuja construção exigia o esquecimento do seu próprio passado, tal como ensinara Ernest Renan<sup>299</sup>. Sua intenção pareceu ser a de apagar da memória histórica brasileira os antagonismos, as contradições, a violência do processo colonial para consolidar a *vontade de ser uma nação*, unificando vontades, consciências e ações em torno de um objetivo comum. Em decorrência, seu proceder se assemelhou aos dos historiadores de viés nacionalista – assumidamente iagagebeanos – para os quais *a nação deixou de ser objeto para ser parâmetro*<sup>300</sup>, elaborando, assim, o que foi denominado de *biografia da nação*<sup>301</sup>: uma entidade abstrata e idêntica a si mesma, que exigia, por si só, os acontecimentos, os temas e

---

<sup>297</sup> *Ibidem*, p. 102.

<sup>298</sup> HARTOG, François. **O Espelho de Heródoto**. Belo Horizonte: Editora da UFMG/Autêntica, 1999, p. 141.

<sup>299</sup> Para Renan, a narrativa sobre nação exige o esquecimento, posto ser aquela comum entre as pessoas que vivem no mesmo território, sendo esse “comum” uma produção artificial, na maioria das vezes gestada pela violência. Dessa forma, a nação nada mais era que uma produção humana, histórica, fazendo-se necessário esquecer tudo que lembrasse sua gestação nesse tempo histórico definido. Exemplificava, pois, o caso da França, cuja construção implicou na união de dois territórios distintos – a França do Norte e a França de Midi, à custa do extermínio e do terror durante quase um século. Cf. RENAN, Ernest. **O que é uma nação**. Rio de Janeiro. Brasiliense, 1987.

<sup>300</sup> A expressão foi cunhada por Homi Bhabha, ao se referir à narrativa de Ernest Renan, e pode ser encontrada na obra **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

<sup>301</sup> O termo é de autoria de SILVA, Rogério Forastière da. **Colônia e Nativismo. A história como “biografia da nação”**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

os sujeitos históricos que deveriam ser esquecidos ou poderiam permanecer para sempre na narrativa nacional<sup>302</sup>.

O discurso de Bomfim, num primeiro momento, parece ter sido movido por uma força centrífuga, posto dispersar os atores históricos da América Latina, colocando-os em campos distintos, consoante o cariz do colonizador: brasileiros eram diferentes dos demais latinos, haja vista que Portugal em muito se distinguiu dos vizinhos espanhóis (tal reconhecimento não estabelecia qualquer noção de superioridade entre os envolvidos, protestava o autor). Por outro lado, ao tempo que tentava constituir o caráter da nação – a partir da noção de hereditariedade social – aquele historiador considerava a necessidade de aplainamento das vontades, das consciências, das ações com esse fito, dando relevância a um movimento centrípeto de unificação das muitas diferenças (geográficas, econômicas, raciais) encontradas no Brasil.

O conceito de nação, em Bomfim, é expressão do ideário nacionalista brasileiro, fixado no historicismo romântico, no qual a nacionalidade se fundava no espírito ou caráter peculiar de um povo, herança da raça, língua, história, que por sua vez compunham os fundamentos de uma comunidade. A naturalização das nações, entendidas como *destino político inerente aos homens*<sup>303</sup>, inscrevia-se na esfera da montagem de uma comunidade construída historicamente, e em função da qual daria forma, objetivo e direção à vida de seus habitantes. O universo simbólico serviria como guia das ações humanas, uma vez que atenderia à necessidade de legitimação inerente ao arcabouço institucional quando este não pudesse mais ser mantido pela memória do indivíduo. Daí a necessidade de construção de

---

<sup>302</sup> Bomfim efetivamente faz essa seleção na narrativa da nação, o que pode ser claramente percebido quando de sua abordagem sobre a participação dos africanos na formação nacional e a ausência dos conflitos entre escravos e colonizadores e a omissão ao Quilombo de Palmares em *O Brasil na América*. Ao comentar como os negros foram inseridos na obra de Bomfim, Celso Uemori advertiu para o fato de que Manoel Bomfim, efetivamente, afirmou que *a influência dos negros foi menor se comparada à dos índios*. Cf. UOEMORI, Celso Nobrou. **Explorando em campo minado: a sinuosa trajetória intelectual de Manoel Bomfim em busca da identidade nacional**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006. Tal afirmação teve, a nosso ver, o objetivo de enfatizar que o povo brasileiro resultara da mistura, preponderante, entre europeus e índios e apagar seu antagonismo, a exploração de classes e a violência. Ao suprimir o negro de seu esquema teórico, no limite ele estava negando a concepção de luta de classes, pois desaparecia de sua narrativa a *vítima das vítimas*, a máquina de trabalho, quem produzia a riqueza e de quem se extorquia excedente. Em outras palavras, com a supressão dos negros tornou-se possível afirmar a origem cabocla do brasileiro e a reiteração da idéia de que no Brasil a escravidão foi branda. Se em alguns textos Bomfim esboçou a existência de reação entre colonos e colonizadores, nesse ponto de sua trajetória ele fez questão de arquitetar um subterfúgio, de modo a fugir da proposição.

<sup>303</sup> Cf. HOBBSBAWN, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991, p. 28.

um universo nacional, capaz de organizar o espaço público num processo de constituição de identidade, implicando tanto a acentuação dos traços de semelhança e homogeneidade, como a diferenciação em relação ao outro.

Foi sobre essa identidade que Manoel Bomfim se reportou em seu *Brasil na América*, partindo da configuração do outro para se reconhecer como tal. Ao tempo em que reconheceu no português um dos gênios formadores da nacionalidade brasileira, afastou-o de pronto desta mesma nacionalidade, tornando-o um estrangeiro, um estranho. Portugal teria sido o fator dominante, o determinante na formação do Brasil; mas tais outros valores humanos foram inclusos na sociedade brasileira, que ela se tornou completamente diversa. Dessa forma Bomfim, contraditoriamente, praticou o que Hartog<sup>304</sup> (mais uma vez) denominou de *identidade relacional*. Frente ao *eu* ou ao *nós* do pertencimento ao Brasil ele colocou o estrangeirismo do outro, o português, que mesmo sendo considerado uma cepa, elemento primordial na constituição de um novo lugar, não poderia ser considerado, jamais, como um brasileiro.

Ao separar portugueses de brasileiros em sua narrativa do período colonial, Bomfim facilitou a identificação dos primeiros, em sua retórica, não deixando dúvida a quem se referia, pois a ambigüidade de ser português, na colônia, inexistiu em sua narrativa, diferenciando-a essencialmente das abordagens de Varnhagen e Abreu. Há uma linha divisória entre portugueses e brasileiros nos escritos daquele historiador, que designa por *reinóis* os portugueses de origem. Seus filhos e descendentes nascidos no Brasil, sob o jugo colonial, não eram portugueses, mas brasileiros. Em sua análise, a colônia não era uma extensão de Portugal, mas um novo lugar, formado por uma gente disposta a desgarrar-se de vez de Portugal, pátria de origem, que nunca fora recriada em terras americanas.

Assim, não haveria uma América portuguesa, fracionada, dividida, com colonos de olhos fitos para o além-mar, mas um Brasil criado desde os momentos iniciais do descobrimento, onde se ajuntavam as gentes mais díspares, para arquitetar a nação a partir das condições de vida que ali encontrou<sup>305</sup>. Em decorrência de tal perspectiva, o enredo civilizatório –

---

<sup>304</sup> HARTOG, François. *Ibidem*, p. 34.

<sup>305</sup> A justaposição de contrários, traçada por ele, ressaltou a fusão de tradições lusa e indígena, o que gerou uma síntese: a cultura brasileira, entendida por Bomfim não como puramente lusa, nem tão somente indígena, mas original em sua formação. Forjada para além do confronto de civilizações, da imposição cultural e da aculturação, havia um amálgama de culturas, onde predominaram as trocas, os compartilhamentos, num esforço onde se denota que o autor tudo fez para suprimir as asperezas e conflitos, a ponto de afirmar não ser

vigorosamente defendido pelos ihagagebeanos – inexistira em Bomfim, que vira o Brasil como uma civilização específica, e não como uma cópia mal-feita da Europa. A idéia de Brasil, enquanto lugar peculiar, já existira no intuito daqueles que atravessavam o oceano para ali se estabelecer, já defendera aquele historiador<sup>306</sup>, contrariando o discurso vigente, até então, de que o Brasil teria sido uma extensão de Portugal.

A mencionada separação entre brasileiros e portugueses, e a aversão ao termo *lusobrasileiro*, em Bomfim, foi tomada por muitos como prova de seu sentimento lusópho, o que expressa um equívoco evidente. Não se observa nos demais historiadores brasileiros a linguagem apaixonada de Bomfim ao se referir ao povo português, linguagem esta que ensejou muitas das críticas feitas ao seu trabalho, e que, no entanto, foi expressão de seu tempo<sup>307</sup>. Observe-se que, a rudeza do processo colonial findara há menos de um século, mas as representações discursivas do português como um povo determinado estavam intrinsecamente alojadas na memória nacional, graças à historiografia oitocentista, e se repetiam na escrita da história do país, mais especificamente, na narrativa de um historiador que não se adequara ao pensamento comum de sua época.

---

importante ter havido vencedores ou vencidos, mesmo que em seu texto se encontre trechos extensos onde se aponta a dissolução das sociedades nativas.

<sup>306</sup> *Nos primeiros colonizadores do Brasil encontravam-se as virtudes essenciais do pioneiro português – tenacidade heróica, solidariedade na compreensão nítida da existência nacional, hábito de atividade disciplinada, e com isso, o sentimento de trazerem consigo uma pátria, no intuito explícito de fazerem um novo país, pelo desenvolvimento das tradições nacionais. Como estímulo geral, havia desejo de formar fortuna estável. (...) Pensemos agora que todo português de então era um patriota, e que, nascidos no influxo desse valor, exaltados na idéia de pátria, os daqui mostraram, desde sempre, que essa idéia de pátria – Brasil -, era um motivo explícito sobre seus afetos. Ibidem, p. 88 e 92.*

<sup>307</sup> Sobre o estilo da escrita de Bomfim, ver VENTURA, Roberto. SUSSEKIND, Flora. *Op. cit.*, p. 91.

## CAPÍTULO 5

### A TENTATIVA DE SUPERAÇÃO DA HERANÇA PORTUGUESA

Ao tempo em que Manoel Bomfim revelou as raízes nacionais, fortalecendo os laços criados pela historiografia oitocentista, o Brasil assistiu ao lançamento – em São Paulo - da Semana de Arte Moderna, expressão maior do Movimento Modernista nacional. Na esteira do lançamento de uma proposta de redimensionamento da arte e da literatura nacionais, inseria-se a necessidade de delineamento de um perfil para a nação capaz de lhe garantir uma identidade própria, calcada no ideário de modernização e na unificação cultural e política. Não era mais hora de se olhar para o passado, tomando-o como um referencial para o presente; bem ao contrário, era o momento exato de se desvencilhar desse passado, de forma a dar passos firmes na construção de um porvir calcado na constatação de ser um povo único, especial, independente de sua formação inicial e amadurecido o suficiente para se reconhecer como tal. Para tanto, era preciso marcar o próprio território e suas fronteiras, definindo relações com os *outros*; formando imagens dos amigos e inimigos, rivais e aliados; modelando as lembranças do passado, bem como projetando, sobre o futuro, temores e esperanças. Finalmente, era necessário exprimir e impor certas crenças comuns a partir da constituição de modelos formadores da brasilidade pretendida<sup>308</sup>.

---

<sup>308</sup> Três vertentes modernistas marcarão a arquitetura do brasileiro e da brasilidade, nos anos vinte. A primeira vertente modernista (Verde-amarela) tinha como proposta o total abandono das influências portuguesas e europeias, devendo a cultura nacional buscar a alma brasileira no seu passado mitológico, na vida autêntica das cidades do interior, e do contato do homem com a natureza. A segunda vertente (Antropofágica) propunha a apropriação das ideias europeias pelo canibalismo cultural, transformando aquelas em ideias nacionais. A terceira vertente buscava se incorporar à cultura mundial, entendendo o Brasil como parte de um todo. Necessário dizer que o Verde-amarelismo se sobressaiu às demais, e que o otimismo apregoado por seus integrantes tornou-se nacionalismo exaltado, ponto de partida do Integralismo, movimento político de nacionalismo direitista que, na década de trinta, atingiu mais de um milhão de filiados. Sobre o Movimento Modernista brasileiro ver ÁVILA, Afonso. **O Modernismo**. São Paulo: Perspectiva, 1979. BRITO, Mário da Silva. **História do modernismo brasileiro – Antecedentes da Semana**

Segunda maior cidade do país no início do século, com crescimento vertiginoso graças à cafeicultura, São Paulo ostentava uma burguesia familiarizada com a ambiência européia, que detinha um projeto homogeneizador para uma nação heterogênea. A república, em seus primeiros anos, como fruto dos interesses dessa elite cafeicultora, tinha que gozar de representações que a mostrasse alinhada aos princípios da civilidade, tão qual o fora a extinta monarquia, e o Movimento Modernista serviu a este fim, explorando uma prática política para além de um projeto estético. Com esse fito, o ideário da civilidade bem decantado pelos historiadores do IHGB findou por ser apropriado pelo projeto paulistano como específico de seu lugar, e não disposto pelo Brasil em toda sua dimensão. Por tal viés, foram reduzidas a meros enfoques regionais outras visões sobre a formação do Brasil, a identidade de seu povo e a diversidade de sua constituição.

São Paulo assumiu-se como um modelo e tornou-se, conforme planejado, a *cabeça da nação*, apoiada na figuração do bandeirante como o pai da pátria, o civilizador por excelência, filho de um português específico, banhado nas águas do Renascimento. Debaixo de si, o restante do país, arcaico, diferente, inferior, pronto a assumir uma nova identidade, na qual se extirpava a tradição de se ter como uma continuação (e até como uma invenção) de Portugal, posto ser esta uma das propostas dos modernistas da chamada *primeira geração* (1922-1930): o que interessaria doravante era a cultura nacional, completamente desvinculada das raízes culturais portuguesas<sup>309</sup>. O brasileiro era único, especial, fruto de um ambiente específico.

No campo da história, lócus especial de criação e reprodução identitária, o nome de Paulo da Silva Prado<sup>310</sup> se ergueu a partir da criação de *Retrato do Brasil* (1928), obra que se

---

**de Arte Moderna.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. CACCESE, Neusa Pinsard. **Festa: Contribuição para o estudo do modernismo.** São Paulo: Instituto de estudos Brasileiros/USP, 1971. TELES, Gilberto. **Vanguarda européia e modernismo brasileiro – apreciação e crítica.** Petrópolis: Vozes, 1972. MORAES, Edmundo. **A brasilidade modernista.** Rio de Janeiro: Graal, 1978.

<sup>309</sup> Exemplo disso foi oferecido por Mário de Andrade, em *Macunaíma* (1928), ao sintetizar o ambiente cultural brasileiro a partir de ingredientes de todas as regiões brasileiras, sem desprezar o papel da nova e dinâmica metrópole, que procurara retratar nos poemas de *Paulicéia Desvairada* (1921). Oswald de Andrade, com a noção de que a cultura brasileira fora *antropofágica* desde a deglutição do Bispo Sardinha, insistiu na importância da síntese. Como a proposta modernista tomava como imprescindível o rompimento, no plano da linguagem, com a cultura convencional e acadêmica, propunha também um corte implícito e radical com as raízes culturais portuguesas, base da formação nacional.

<sup>310</sup> Paulo da Silva Prado nasceu em São Paulo em 1869 e faleceu no Rio de Janeiro em 1943. Filho do Conselheiro Antônio Prado, diplomou-se em 1889 pela Faculdade de Direito de São Paulo, nunca exercendo

dispôs a constituir essa nova identidade brasileira, num desdobramento de sua tese inicial, ancorada na criação de uma identidade regional específica dos paulistas, o bandeirante<sup>311</sup>.

---

a profissão de advogado. Ao preferir participar dos negócios da família, nos quais se destacou por alçar o lugar de um dos maiores produtores e exportadores de café no Brasil, cedo alçou importantes cargos públicos como representante da abastada burguesia paulista. Sobrinho de Eduardo Prado (1860-1901), foi com este morar em Paris, logo após encerrar sua formação superior, passando a partilhar do ciclo intelectual no qual aquele estava inserido, tornando-se amigo de escritores como Eça de Queiroz, Oliveira Martins, Ramalho Ortigão e Blaise Cendrars, entre outros. Foi da sua experiência na Europa que Prado apurou seu olhar sobre a questão brasileira, aproximando-se, também, dos grandes nomes formadores do IHGB, como Joaquim Nabuco, Capistrano de Abreu, Afonso Arinos de Melo Franco, e da ABL, como Olavo Bilac e Graça Aranha. Seu retorno ao país resultou na inauguração de sua escrita sobre a colonização brasileira, escrevendo *As Confissões da Bahia* (1922), *Denúncias* (1925), *Paulística - História de São Paulo* (1925), *Retrato do Brasil: ensaios sobre a tristeza brasileira* (1928) e *Denúncias de Pernambuco* (1929), cujas abordagens tinham a explícita admoestação do autor de tratar-se de trabalhos de natureza historiográfica, e não literários. Também publicou editoriais, artigos e resenhas em importantes periódicos e (re)editou documentos inéditos sobre o período colonial, incentivado pela grande amizade que nutria pelo historiador cearense Capistrano de Abreu, cujo profundo conhecimento de fontes e referências permitiu a descoberta de importantes documentos a respeito da história do Brasil. Apesar de esquecido como mecenas dos Modernistas, foi Prado, juntamente com sua esposa Marinette, o grande idealizador da Semana de Arte Moderna, de 1922, movimento que reuniu as manifestações mais avançadas da época no campo da literatura, das artes plásticas, do teatro e da música, financiando e promovendo vários artistas. Participou da fundação e do controle de revistas modernistas, dirigindo a *Revista Nova*, da qual participaram, entre outros escritores, Mário de Andrade e Alcântara Machado. Prefaciou a obra *Pau-Brasil*, de Oswald de Andrade, um dos mais ativos participantes daquele movimento, com o qual rompeu amizade ante a crítica que fez aquele autor ao seu *Retrato*. Paulo Prado tornou-se um importante mediador entre diferentes universos. Como promotor da Semana de Arte Moderna, tornou-se um elo fundamental entre os modernistas e um grupo de intelectuais que compuseram uma geração anterior a sua, a de seu tio, o jornalista e monarquista Eduardo Prado (1860-1901), podendo ser visto também como uma figura-ponte entre o ensaísmo da década de 1920 e aquele que terá expressão maior em 1930, em obras como as de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1987), Gilberto Freyre (1900-1987) e Caio Prado Júnior (1907-1990), o que tornou sua trajetória de vida marcada por uma relação paradoxal entre o tradicional e o moderno. Posto ter desenvolvido atividades em ambos os campos, colocou-se entre duas gerações, a de 1870 (era novo demais para o Romantismo) e a modernista (era o mais velho de todos), tornando-se um personagem ideal para encarnar esse paradoxo. No campo da História, sua visão não fugia ao clássico enunciado: o conhecimento do passado fornecia bases para se compreender o presente e se aventurar em previsões acerca do futuro. Prado via a história como uma linha reta com direção e sentido, onde as relações de causalidade permitiriam ao historiador projetar uma certa teleologia da história. Em *Uma carta de Anchieta* (1926), publicada na revista *Terra roxa e outras terras*, deixava clara a sua reflexão sobre o fardo da história. Segundo Prado, *seria próprio de uma criança (...), seria infantil ignorar o que se passou antes de nós. É o desenvolvimento desse sentimento humano que se chama a paixão histórica*. Somente no culto dessa paixão poder-se-ia compreender o momento vivido. A crença numa filosofia da história e num sentido para a mesma se aproximava de um certo idealismo teórico característico da visão romântica presente em sua formação. No entanto, foi na reinvenção de um olhar culturalista sobre a história, que Paulo Prado colocou-se dentro do movimento modernista.

<sup>311</sup> O discurso da identidade paulista, diferenciada do restante do país, remonta ao século XVIII, com as obras dos cronistas Frei Gaspar da Madre de Deus e Pedro Taques, desdobrando-se em novas abordagens já a partir de 1870, com a redefinição dos termos da relação entre o nacional e o regional, não somente no universo político, como também no cultural-identitário, chegando mesmo a dar suporte ao movimento separatista paulista de 1887. Oliveira Vianna foi um dos nomes mais representativos desse período. Na década de vinte, o discurso laudatório da paulistanidade foi absorvido pelos modernistas do porte de Menotti Del Picchia, Plínio Salgado e Cassiano Ricardo, assim como por historiadores como Alcântara Machado, Alfredo Ellis

O reconhecimento do autor sobre a criação histórica de uma *nova raça* é reveladora do quanto sua obra buscava repostas para as questões de seu tempo, posto que o debate sobre a interferência da raça na formação da identidade nacional ainda mostrava ser assunto candente naquele momento.

Em Prado a identidade brasileira foi inicialmente dual, tipificada pelo bandeirante que se alastrou pelo território colonial, e pelo brasileiro, homem comum, de pouca ou nenhuma qualidade. O bandeirante, de cariz aventureiro e libertário, preservou suas qualidades enquanto isolado do restante da colônia graças à topografia paulista, que dificultava o acesso de estranhos ao planalto. Tão logo se aventurou a desbravar outros sítios, decaiu tal qual Adão ao deixar o Paraíso, misturando-se ao tipo comum do Brasil<sup>312</sup>: um mestiço insignificante, corroído de desejos e manipulado livremente por uma elite dissoluta, sem responsabilidade social.

Embora gestado na esteira do Modernismo, o *Retrato do Brasil* de Paulo Prado pareceu vir como contraponto às proposições do movimento, ao construir um brasileiro a partir de suas

---

Júnior e Afonso d'Scragnolle Taunay. Prevalecia, no discurso paulista a união do colonizador português – homem exclusivo do primeiro século após o descobrimento, banhado nas espumas do Renascimento - com a índia americana, apurada na reclusão característica da Serra do Mar, o que findou por forjar uma raça superior, capaz de dominar o Brasil e torná-lo uma nação moderna. Paulo Prado contribuiu fortemente para a construção do mito do bandeirante, explorando tal discurso em sua obra *Paulística*, de 1925, na qual o bandeirante se diferenciava dos demais tipos encontrados no Brasil pela sua ânsia de liberdade e de independência. Ao mesmo tempo em que a construção da identidade regional paulista unia, criava também uma aura de desprezo pelo restante do país, acentuadamente mestiço, filho de branco com negras e, portanto, inferior aos rijos paulistas. Refletia, também, o federalismo brasileiro à americana, que reforçava as lealdades provinciais em detrimento da lealdade nacional. A fragmentação do país ocasionada pelo estabelecimento de uma república federativa só impulsionou a criação de identidades regionais, e foi tão notório que chegou-se a prever a fragmentação do país como consequência do modelo. A respeito, ver CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil, o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006. FERRETTI, Danilo J. Zioni. **A Construção da paulistanidade. Identidade, historiografia e política em São Paulo (1856-1930)**, São Paulo, EDUSP, 2004. Mota, Marly Silva da. **A nação faz cem anos. A questão nacional no centenário da independência**. Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 1992. ABUD, Kátia. **O sangue intímato e as nobilíssimas tradições: a construção de um símbolo paulista: o Bandeirante**. São Paulo, EDUSP, 1985. ADUCCI, Cássia Chrispiniano. **A pátria paulista**. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial, 2000. ELLIS Jr., Alfredo. **Raça de gigantes**. São Paulo: Hélios, 1926.

<sup>312</sup> A decadência bandeirante, entretanto, não foi completa. Prado insistiu na regeneração do tipo como sendo a própria regeneração do lugar São Paulo, uma vez que o bandeirante era o fundador do lugar, e o desbravamento do sertão brasileiro pelos mesmos foi considerado como o fato que ocasionou sua decadência. O retorno às raízes representou, na obra de Prado, o revigoramento local, expresso na força empreendedora do povo paulista como extensão da força desbravadora do bandeirante. A propósito, ver **Paulística**. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

qualidades negativas. Todavia, a pretensão de Prado era modernista em sua essência, pois se voltava para o futuro do país ao enxergar em seu presente os entraves e dilemas que teimavam em não permitir sua modernização. Fixando-se na crítica às formas culturais que o Brasil herdara da experiência colonial, além de uma reflexão sobre as possibilidades de superação dessa herança, vista como um entrave à modernidade, ao progresso moral e ao aperfeiçoamento político do país, Prado se dispôs a inventariar os traços supostamente característicos da identidade nacional, que repercutiam diretamente no descalabro que o autor enxergava no Brasil dos anos vinte.

Ao esculpir uma *história psicológica*<sup>313</sup> do brasileiro a partir do estabelecimento e identificação dos aspectos mentais dos colonos portugueses, seu texto mostrou-se como um exercício de distanciamento do otimismo característico dos modernistas, muito embora o autor fosse um dos seus mais atuantes representantes<sup>314</sup>. Ao construir um tipo nacional vergado pelos defeitos morais, que o impedia de realizar as melhorias necessárias ao seu lugar, de natureza marcadamente esplêndida, Prado dava as costas ao ufanismo típico de uma das principais vertentes do movimento, lançando mão da temática da herança social abordada por Bomfim, embora sob outra perspectiva. Em sua narrativa não eram os brasileiros ramos verdejantes de uma cepa vigorosa, como dizia o médico sergipano, mas um povo de cariz marcadamente negativo, que precisava se olhar no espelho e enxergar suas próprias misérias, de forma a enfrentá-las e, superando-as, renovaria a si e à própria sociedade.

---

<sup>313</sup> O termo é de LEITE, Dante Moreira. *Op. cit.*, p. 262.

<sup>314</sup> A respeito ver Martins, Wilson. **A literatura brasileira. Vol. IV - O Modernismo (1916-1945)**. São Paulo: Cultrix, 1965. Se o retrato negativo de Prado permitiu aos seus críticos compreendê-lo como um historiador preso na fronteira entre o moderno e o arcaico, assim como referenciavam a distância etária existente entre aquele autor e os demais escritores modernista para acentuar certo distanciamento de Prado do Movimento Modernista (apesar de ser o mesmo um dos principais financiadores do principal evento e de variadas obras), Martins renegou tais perspectivas para reconhecer na obra de Prado as principais características do Modernismo nacional, amplamente distanciado do Romantismo típico dos oitocentos, pela própria coerência estrutural do seu livro, no qual os aspectos históricos são plenamente articulados com os estéticos, convergindo para um nacionalismo típico. Contra todos os argumentos contrários, a recepção de Blaise Cendrars a *Retrato do Brasil*, e sua oferta de tradução para publicação do livro na Europa, parece-nos fazer cessar a dúvida sobre a inserção das propostas modernistas na obra de Paulo Prado. Sobre o contato do modernista francês com Paulo Prado ver EULÁLIO, Alexandre. **A aventura brasileira de Blaise Cendrars**. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2001.

Para a realização de uma empreitada conscientizadora, Prado teve a preocupação de fugir do modelo de obra histórica peculiar à época em que vivia. Como modernista, o historiador desprezava o estilo intelectual sonhador e egocêntrico dos românticos, marcado pela grandiloquência e retórica pomposa, que para ele nada mais eram que uma dose adicional na deformação da vida nacional, a ocasionar um hiato entre a vida material e a vida intelectual e institucional. Por conseguinte, *Retrato do Brasil* ofereceu-se, em seu formato, como obra literária, de leitura agradável, avessa às exigências de citações das fontes utilizadas, apesar de largamente utilizadas em sua composição. Fugiu, assim, dos rigores do academicismo no concernente à composição de seu texto, embora tenha obedecido ao rigor metodológico dos seus mestres<sup>315</sup> para se propor como uma história mais fácil de ser compreendida pela população em geral<sup>316</sup>, distanciada da erudição de Francisco Varnhagen e do tom inflamado de Manoel Bomfim.

O jogo de palavras do historiador revelou um excelente escritor, capaz de conduzir seu leitor à profundidade de sua argumentação sem o cansar, graças à narrativa bem elaborada, inteligível, com valores e expectativas bem definidas, de modo a constituir a identidade pretendida. No *post-scriptum*, Prado revelou ter pintado o retrato do Brasil como o teria feito um pintor impressionista, ao diluir na composição histórica a cronologia e os fatos, para que ali surgissem somente os aspectos, as emoções, a representação mental dos acontecimentos. Sua finalidade última, porém, era a de produzir uma homogeneização da visão sobre o Brasil, a ser divulgada de forma a servir para esclarecer a sociedade sobre seus riscos futuros, o que denunciou uma postura um tanto *iluminista* do historiador, que

---

<sup>315</sup> Inegável que Prado em muito repetira, na escrita do *Retrato*, da prática de Capistrano de Abreu, a quem devotava atenção especial, e com quem muito aprendera sobre o fazer história. A correspondência de Capistrano é reveladora do quanto os dois historiadores discutiam e planejavam as principais abordagens desse texto, ficando a Abreu a incumbência da leitura e consequente crítica para o aprofundamento e melhoria do trabalho, cujas fontes surgiram das indicações seguras de Abreu, profundo conhecedor dos arquivos nacionais. Eduardo Prado, seu tio já falecido, historiador vinculado ao IHGB, também lhe serviu como exemplo.

<sup>316</sup> É importante relevar o fato que, ao tempo de escrita e lançamento dos principais títulos de Prado, 75% da população brasileira não eram alfabetizadas. Em contrapartida, o Brasil se destacava no período pelo expressivo aumento de publicação de jornais, folhetins e revistas, o que pode ter influenciado Paulo Prado a buscar facilitar a circulação de textos históricos à população, dando um formato mais leve ao seu livro, o que parece ter surtido efeito. A notícia de que seu texto era manuseado por leitores nos bondes cariocas foi motivo de exultação do autor, sendo relatada por René Thiollier em suas memórias sobre o Modernismo brasileiro. A respeito ver THIOLLIER, René de Castro. **A Semana de Arte Moderna: depoimento inédito, 1922**. São Paulo: Cupolo, s/d.

também apresentava sugestões, tais como uma revolução popular, como solução para os problemas nacionais.

Com tal finalidade, aquele historiador fez inegável uso político da história, ao selecionar das múltiplas reminiscências do passado aquelas capazes de compor os tipos brasileiros, no contexto da formação nacional. Triste, apático, romântico, individualista, erótico, bruto, inescrupuloso, amante da liberdade, os brasileiros de Prado se originaram da memória de uma classe específica, no contexto de manutenção de prestígio da mesma classe. Seu desdobramento, entretanto, barateou a identidade nacional em favor da própria identidade, na qual o historiador se reconhecia. Seu esforço na recomposição das origens da nacionalidade, por meio de uma viagem à colônia e à experiência dos primeiros séculos, permitiu não apenas a composição de uma identidade para o Brasil. Ao tempo em que a construía, Prado findou por realizar também uma retórica do outro, o português formador. Em sua narrativa, o outro não foi um só, o outro foi dual, duplo, modificado pelo ambiente, distorcido em seu caráter original pela ânsia por riquezas, depauperado pelas paixões carnavais, e de livre findou dissolvido pelo desânimo, tal como os nacionais.

### **5.1. O português livre da Renascença**

Os tipos portugueses, em Paulo Prado, entretanto, não são coexistentes. Tal qual Manoel Bomfim, Prado decompôs a mentalidade do homem português em dois momentos distintos, superpostos em tempo e espaços. Se em Bomfim o português experimentara uma sutil e gradativa mudança com o fim da União Ibérica e a ascensão da Dinastia dos Bragança e suas práticas reprováveis, em Prado o português se assumiu como um tipo novo ao tempo do Renascimento<sup>317</sup>, quando – segundo o autor – descobriu a alegria de viver. Assim sendo, depreende-se que Prado entendia o português anterior a esse período

---

<sup>317</sup> Apesar de não esclarecer seu entendimento sobre este período, o conceito de Renascença é sempre retomado no trabalho de Prado, que dele se utilizou como forma de insuflar dinâmica a pessoas e lugares, de modo a enriquecer sua descrição das formas de agir impregnadas de menoscabo pelo alheio, conforme o conceito de um clássico da Renascença, Baldassare Castiglione, em sua obra **II Corteghione**, de 1528. O retrato de Prado sobre o português renascentista explorou bem essa peculiaridade, ao revelá-lo como um homem sem maiores sentimentos pelo outro, essencialmente individualista e disposto a realizar somente a própria vontade, fazendo um paralelo entre esse e o homem renascentista, marcado pela desenvoltura no fazer, numa superioridade sem esforço, que Castiglione denomina de *spezzatura* para sintetizar o padrão da época. Cf. MISSIO, Edmir. (2008). **O cortesão moral de Baldassare Castiglione e o ordinário de Eustache du Refuge**. *Memorandum*, n° 14: p. 25-36, Abril/2008.

como diferente, imerso nos dogmas das instituições feudais, manietado em seu próprio lugar por profundas preocupações sobre a morte e o inferno, o medo de Deus e do diabo.

Foi a alegria a qualidade de maior destaque manifestada no português do Renascimento, facultada pela visão humanista da época, afirmou o autor. Em *homem novo* se transformou o português, ao tempo em que passou de podridão, pó e cinza a um *grande milagre*<sup>318</sup>, descobrindo a vida, tomando o gosto pela aventura, pelos prazeres corporais, pelas viagens, pelo desbravamento das coisas e dos lugares. Já não havia espaço para o português ensimesmado, amarrado aos dogmas do catolicismo arcaico, amortecido pelo terror da cruz e pela promessa do paraíso. Superando a Idade Média, esse homem livre e consciente voltou ao paganismo, e seu retorno ao ideal antigo alargou suas ambições de poderio, de saber e de gozo. Para chegar a esse ponto foi preciso alterar o *sinal negativo*<sup>319</sup> que o cristianismo inscrevera diante do que exprimia fortaleza e audácia. Já não era mais tempo de se resguardar, era tempo de conhecer o mundo, que se abria em leques ao português, acenando-lhe com ganhos e riquezas com os quais ainda não havia se permitido sonhar. Era tempo de enfrentar a fraqueza, a pobreza, a doença, abrindo as portas translúcidas da prisão ocidental, de modo a substituir a obediência pela vontade individualista<sup>320</sup>.

Esse tempo de libertação gerou um português capaz de grandes conquistas. Não à toa, datam do período as mais belas expressões da arquitetura manuelina, assim como uma plêiade de historiadores, teólogos, poetas e literatos, com suas obras notáveis. Mestre do empírico, consciente de que a experiência seria a mãe de todas as coisas, o português se fez navegador, lançando-se ao mar na ânsia de descobertas, atraindo para si os avanços cruciais de mapeamento do mundo, inaugurando a era dos descobrimentos e da expansão comercial, aventurando-se.

Foi na conquista e colonização do território americano que esse português renascentista assumiu, em definitivo, os traços de personalidade decisivos na construção do retrato que

---

<sup>318</sup> O termo é de Hermes Trimegisto, expresso na obra **Corpo Hermeticum**. São Paulo: Editora Hemus, 2005, p. 37.

<sup>319</sup> Prado utilizou a expressão de Nietzsche, de modo a enfatizar a transformação vital pela qual passou o português renascentista, transformado de camelo em leão pela negação ao até então existente. Cf. **Assim falou Zaratustra**. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

<sup>320</sup> Nesse contexto, Paulo Prado chamou a atenção para a formação da Companhia de Jesus, que teve em suas bases o princípio da Obediência. Foi contra a mesma, segundo o autor, que se revoltou o colono no Brasil, o que explica o longo embate desse contra os jesuítas. Esse ponto de vista de Paulo Prado é originário das leituras de Antero de Quental e de Oliveira Martins, para quem a companhia de Jesus foi fator determinante para a decadência dos Ibéricos. A propósito, ver **Retrato do Brasil**, p. 149.

Prado pretendeu do Brasil. Era feliz, era liberto, era ousado, movido pelas ambições de poder, de saber e de desfrutar, tal qual o fora no tempo das Cruzadas, guardadas as devidas diferenças. Longe da sociedade européia, lastreada por normas de toda ordem, o português pradiano alçou a condição de homem novo e livre, pois que não mais teve amarras para satisfazer seus desejos. Era preciso ser feliz, ter gosto pelo que fazia, amar a aventura para subsistir à mesma, marcada pelo perigo do desconhecido, num tempo em que ver se tornou tão importante quanto ouvir.

“Para homens que vinham da Europa policiada, o ardor dos temperamentos, a amoralidade dos costumes, a ausência do pudor civilizado – e toda a tumescência voluptuosa da natureza virgem – eram um convite à vida solta e infrene em que tudo era permitido<sup>321</sup>”.

Assim, o retrato do português construído por Prado tomou seu primeiro contorno: esse tipo português, livre e aventureiro, fora criado nos limites europeus, onde o pensamento humanista vingou, ocasionando mudanças substanciais nas sociedades do continente. Não obstante, a liberdade e aventura iniciais só atingiram seu ápice distante dos limites dessas sociedades, onde a norma era elemento impeditivo para que sua liberdade se externasse em plenitude. Assim, já é possível aduzir que o português pradiano, mantido nos limites geográficos de Portugal e que mesmo gozando de todas as virtudes permitidas pelos pilares da Alta Renascença, jamais atingiu a liberdade e a alegria daqueles que abandonaram a Península Ibérica para desfraldar o mundo. Aos navegadores, aos descobridores, é que a liberdade se ofereceu com capacidade total de mudá-los, de renová-los, de tirá-los das peias de uma sociedade normatizada para lançá-los num mundo natural, sem fé, sem lei, para oferecer-lhes, paradoxalmente, valores prezados por sua sociedade original: ouro, liberdade, sexo.

A impulsão desse português renascentista, mais que o desejo de conhecer o mundo, de superar seus limites geográficos, se configurou na escrita de Prado como o desejo de possuir o extraordinário, o diferente, o exótico. Como o português já tinha acesso aos produtos orientais, às sedas, especiarias, às jóias e pedrarias, a América pouco lhe valeria num primeiro momento. A Carta de Caminha não noticiara a descoberta de produtos comerciáveis, o que de pronto lhes tirou o interesse. Que lhes proporcionaria uma natureza edênica, num tempo em que o amor à natureza era inexistente? Tanto o era que a afirmação

---

<sup>321</sup> *Ibidem*, p. 61.

de Hernán Cortez ( *Io no vine aqui para cultivar la tierra como um labriego, sino para buscar oro*<sup>322</sup>) tornou-se a realidade dos conquistadores de Castela.

Em Prado, foram os portugueses mais abastados que não mostraram interesse imediato pelo território americano, que mais valorizavam as riquezas orientais, dedicando-se a esse mister. Diante dos esplendores da conquista do Oriente, na metrópole ninguém pensava na terra dos bugios, papagaios, saguis, araras e paus-de-tinta. Esse desinteresse, não obstante, abriu espaço para que, logo nos primeiros anos após a chegada ao Brasil, membros das camadas mais desfavorecidas da sociedade portuguesa se aventurassem na conquista da natureza americana, sem nenhum suporte a não ser aquele que a própria terra oferecia.

Assim, Prado demarcou a origem social dos primeiros colonizadores do Brasil, os *fortes troncos que chegaram à nova terra*<sup>323</sup>, remontando à antiga discussão da historiografia nacional, sobre o cariz dos mesmos<sup>324</sup>. Para abrir picadas na mata hostil, que não permitia sequer a visão do céu, para enfrentar o nativo e tentar livrar-se de sua borduna e afiadas flechas, aparentando-se com o mesmo, para descobrir, na vegetação luxuriante, o que alimentava e o que envenenava, só a valentia e determinação dos degredados, dos criminosos, dos náufragos de má-sorte e de grumetes rebelado. Eram esses os primeiros pais de uma nova raça, envolvidos pelo individualismo infrene, anárquicos pela volatização dos instintos sociais, cada qual tendo no peito a mais formidável ambição que nenhuma lei e nenhum homem limitava, entregues ao encanto da novidade e da surpresa, primitivos, individualistas, ávidos de gozo e vida livre. A extrema mocidade dessa gente<sup>325</sup>, traço característico da época, foi associada pelo historiador como detalhe favorável às

---

<sup>322</sup> Citado por MOLAS, Ricardo Rodrigues. **Los sometidos de La conquista. Argentina, Boli via, Paraguay**. Buenos Ayres: Centro editor de America Latina, 1985, p. 34.

<sup>323</sup> Observe-se que Prado utilizou em **Retrato do Brasil** (p. 194) da mesma representação de Manoel Bomfim em **O Brasil Na América: caracterização da formação brasileira**, publicado um ano antes (1927).

<sup>324</sup> É preciso destacar que essa representação dos primeiros europeus a colonizar o Brasil se distancia de uma representação mais forte, associada à produção do IHGB, na qual tratava os portugueses como agentes da civilização, uma raça forte capaz de superar todas as adversidades dos momentos iniciais de vivência no novo território. Apesar de negativar a origem brasileira, forjada no encontro de índios e europeus, entretanto, as duas representações não se anulam. A nosso ver, tais representações se fortalecem mutuamente, posto ser inegável a fortaleza física e psicológica dos portugueses condenados ou insatisfeitos com a vida na metrópole. Tanto o é, que as ditas representações foram reproduzidas, sem contradição, nos manuais escolares brasileiros, durante várias décadas, como nos mostra o trabalho de RIBEIRO, Renilson Rosa. **Colônias de Identidades**. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Estadual de Campinas, 2004.

<sup>325</sup> Sobre a questão, Prado destacou alguns exemplos, como o de Simão Luís, que fugira de um navio com apenas dez anos de idade. Afirma ter Cortez dezenove anos quando veio para a América; Cieza de Leon apenas 13, Gonçalo de Sandoval, 22. No Brasil Estácio de Sá tornou-se governador com 17 anos. In **Retratos do Brasil**, p. 32.

inovações vitais que produziram um homem novo, aberto a diferentes realidades. Em grande parte, porém,

“Raros eram de origem superior e passado limpo – na proporção de 1 para 10. De *baxa manera y suerte, de linajes oscuros e baxos*, informam os cronistas castelhanos<sup>326</sup>”.

Ao se referir aos primeiros anos do descobrimento, período idílico, Prado estipulou o primeiro século como aquele capaz ainda de produzir o português aventureiro, indômito, sôfrego por liberdade: o português da Renascença, sem peias nem traços de obediência à rigidez moral da Europa. Eram os *caraibas*, aqueles bem recebidos pelos nativos, a escória de Portugal transformada na primitiva aristocracia da terra, ao se misturar com a índia, num caldeamento de raças livres, que originou o bandeirante, o mameluco<sup>327</sup>. Eram aventureiros, mas tomaram a colônia como um paraíso terreal, onde enriqueceriam, distanciados da hierarquizada sociedade portuguesa. Ao destacar a ambição como um dos motores desse homem renascentista, Prado fez questão de destacar a nomenclatura utilizada pelos colonizadores dos primeiros tempos, para demarcar o quanto a cobiça pelo ouro foi decisiva na expansão dos mesmos pelos territórios americanos: Rio da Prata, Rio do Ouro, Castela do Ouro, Costa Rica, Porto Rico, Ouro Preto, Diamantina, Minas Gerais.

---

<sup>326</sup> O retorno a essa temática pareceu-nos ser necessário na construção da identidade nacional pretendida por Prado, sendo essa informação abundante nos documentos utilizados pelo autor, e disposta em *Retratos do Brasil* à página 127. A união espúria do aventureiro (principalmente português e francês) com a índia do Brasil, e com as negras também, se refletiu numa perspectiva depreciativa da origem do povo brasileiro, carecedora de um estudo mais detalhado.

<sup>327</sup> Prado informou a existência de três núcleos de povoamento e mestiçagem originados nesse período inicial, chefiadas pelos portugueses Jerônimo de Albuquerque, Diogo Álvares (o donatário da Casa da Torre) e João Ramalho. A este último intitulou patriarca por excelência dos mamelucos paulistas, embora Jerônimo de Albuquerque fosse o único com família e crônica conhecida. *Ibidem*, p. 128 e seguintes). Mesmo que Prado fizesse questão de criar uma identidade paulista a partir da representação da união do português dos primeiros tempos com a nativa, cuja prole se tornou ancestral da aristocracia cafeicultora (orgulhosamente autodenominada *quatrocentona*), e a qual pertencia, há que se destacar não ser o historiador descendente direto dos primeiros bandeirantes. O fundador da família Prado, no Brasil, foi o português Antônio da Silva Prado, que chegou ao Brasil na primeira década do século XVII. Originário da cidade de Prado, provinha de linhagem nobiliárquica, e no Brasil casou-se com uma senhora descendente direta dos bandeirantes. Estabelecido, Antônio Prado financiou várias expedições nos sertões de Goiás, em 1730, em busca de ouro, sendo agraciado com o título de Barão de Iguape, o que projetou a sua família no campo político e social, cuja fortuna e prestígio distenderam-se durante o Período Imperial. A data da chegada de Antônio Prado denuncia não ter sido o mesmo um homem com o cariz descrito por Prado como tipificador do português renascentista, cujos valores foram fundamentais na criação da *raça* original dos paulistas. Por outro lado, Prado afastou da própria linhagem a desdita de descender da baixa estirpe da sociedade portuguesa, ao destacar ser seu ancestral um nobre, e não mais um aventureiro em busca de fácil enriquecimento.

Ao constituir esse português aventureiro, dado a ousadias que pareciam integrar o seu caráter como algo natural, preexistente às conquistas ultramarinas, Prado aliou-se com Manoel Bomfim, que fez uso da mesma descrição para representar o português infrene, livre, sem temor dos riscos das aventuras e descobertas que se tornaram comuns entre seu povo. Não obstante o adjetivo *aventureiro* denotar certa negatividade, o autor não o usou com esta intenção; Prado enfatizou aspectos de bravura e determinação ao representar o português como tal, mas um aventureiro ávido por ouro, e que tinha um fito em suas ações, que as justificariam – o retorno ao país de origem em melhor situação financeira, estabelecendo-se num lugar social de maior destaque. Aventureiro porque, ao lançar-se no mar, não conhecia a realidade que enfrentaria, sendo o conhecimento do mundo além da Europa marcado por narrativas que mesclavam a realidade com a fantasia<sup>328</sup>.

O desinteresse pela colônia enquanto lugar de vivência emergiu no texto de Prado, ao estabelecer mais uma representação do português: a do usufrutuário, dilapidador, desinteressado pela rica natureza encontrada, como já o atestara Frei Vicente de Salvador, em sua História do Brasil, de 1600. Tal constatação parece ser contraditória, se avaliarmos que o português, especificamente, conhecera no Brasil uma vida aprazível, se comparada à que era reservada ao homem pobre do Velho Mundo, e cujo detalhamento fora levantado por Alonso de Santa Cruz, em 1527, ao descrever as ilhas do Brasil<sup>329</sup>. Sendo superior a condição de vida do colono em relação à sua existência em Portugal, somente o espírito de aventura, tão decantado por Prado, justificaria a vontade perene de voltar ao Reino, espírito esse enfatizado pelo caráter de desapego à terra pelos colonizadores portugueses,

---

<sup>328</sup> Claude Suto resgatou a realidade da terra para o homem europeu do século XVI e afirmou a crença na existência do equador, dos trópicos, de cinco zonas climáticas, três continentes, três mares, doze ventos. Falava-se em hiperbóreos vivendo em trevas na Europa setentrional e em grandes ilhas cheias de mistério no Atlântico. Sobre a África falava-se do Magreb e do Egito, e nele fundeavam-se hipóteses sobre as nascentes do Nilo. A Ásia, grande pólo de fascínio, encerrava o Paraíso terrestre, vedado por altas montanhas, por uma cortina de nuvens e por hordas de animais monstruosos. Ao norte ficaria o país de Gog e Magog, onde habitavam as tribos de Israel, expulsas por Alexandre. No centro, estendia-se o reino de Preste João, descendente dos reis magos e inimigo ferrenho dos muçulmanos. Ao sul, ficava a Índia, composta por ilhas transbordantes de pérolas, madeiras preciosas, especiarias e peças de seda, além de homens e animais monstruosos e uma natureza exuberante. O oceano Índico seria, à época, o horizonte mental corporificador do exótico para o Ocidente medieval. Cf. SUTO, Claude. *L'image Du monde connu à La fin Du Moyen-Age*. In: ALLARD, Guy. *Aspects de la marginalité au Moyen-Age*. Citado por MELLO E SOUSA, Laura de. **O diabo e a terra de Santa Cruz**. São Paulo: Companhia das letras, 1986.

<sup>329</sup> No *Islário Geral*, de 1542, Santa Cruz descreveu a vivência do colono português no litoral da Capitania de São Vicente, asseverando ali existir um povoado *de dez ou doze casas, uma feita de pedra com seus telhados, e uma torre, para a defesa contra os índios em tempos de necessidade. Estão providos de coisas da terra, de galinhas e de porcos da Espanha em muita abundância, além de hortaliças variadas. Tem estas duas ilhas um ilhéu entre ambas, do que se servem para criar porcos. Há grandes pescarias de bom pescado.*

interessados tão somente nas riquezas que podiam ser constituídas na colônia, e na forma de como poderiam transportá-las para o reino. Em Prado, esse modo de vida redimensionava o espírito aventureiramente alegre do português, que tinha Portugal como porto de partida, mas sabia que o mundo era seu lar.

Por tal viés, dá-se a reconhecer algumas continuidades entre a história produzida por Prado e a história íntima de Capistrano de Abreu, que buscou revelar o Brasil pelo seu avesso, investigando a vida dos sertões. O português seria, assim, na construção pradiana, o mesmo tipo transoceânico<sup>330</sup> apontado por Abreu, mas que deixou no Brasil a sua semente no contato com a nativa, originando uma nova raça. Um homem que não se pautava mais pelos valores do catolicismo, que já não via o mundo pela dicotomia do pecado e graças a isso era livre para praticar o que o momento lhe oferecia, dentro de uma lógica proporcionada pela ideologia renascentista. Ao mesmo tempo, algumas extrusões são reveladas no pensamento dos dois historiadores. Um bom exemplo diz respeito ao total esquecimento de Prado à dicotomia aventada por Abreu, ao representar o homem simples de Portugal que viera ao Brasil por sua própria vontade como diferente daquele que cumprira uma missão, investido de poderes concedidos pela Coroa. Em Prado este tipo não existiu, o que denuncia o tratamento generalizante aplicado pelo autor em relação ao colonizador.

Por extensão, Prado enfatizou o gosto pela aventura do português renascentista, pelo desbravar, pelas viagens, temática não abordada por Abreu, desdenhando do cariz próprio do burocrata, enviado para assumir um posto na administração colonial, transferido para o Brasil sob uma obrigação, e não apenas por exclusiva vontade – esses já estavam no território colonial, mesmo que em número reduzido, bem antes de Martim Afonso de

---

<sup>330</sup> O transoceanismo é característico dos escritos de Capistrano de Abreu, que cunhou a expressão, para designar a base fluida e instável que dava sustentação ao projeto colonial, onde o Estado Português não ia além das costas brasileiras. Esta base se refletirá no modo de enxergar o território colonial também pelos seus agentes de colonização, que consideravam a colônia como um degredo ou purgatório, da qual pretendiam sair o mais breve possível, preferencialmente enriquecidos. A instabilidade da vida colonial, resultante do transoceanismo, foi informação resgatada por Capistrano de Abreu nas *Informações e fragmentos históricos do Padre José de Anchieta (1584-1586)*, prefaciada por Abreu, e também na *História do Brasil*, de Frei Vicente, inédita até 1886, quando publicada por Capistrano, em fascículos do Diário Oficial. A respeito dessas descobertas, ver o trabalho de WALDMAN, Thaís Chang. **Moderno Bandeirante: Paulo Prado entre espaços e tradições**. Dissertação de mestrado em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, 2009. O liame entre Prado e Abreu será uma constante nos escritos do primeiro, posto ter aquele autor, em Abreu, uma referência de sólidos conhecimentos, além de uma qualificada orientação. Muitos dos pontos de vista de Capistrano podem ser encontrados nos escritos de Paulo Prado.

Sousa e o estabelecimento das capitanias<sup>331</sup>. Mesmo ao se referir ao português do século XVII, época em que o arcabouço institucional metropolitano já existia em plenitude no ambiente colonial, Prado manteve a representação do aventureiro, não obstante marcado por severos vícios, como veremos mais adiante.

O cariz de aventura e de liberdade que deu face ao português pradiano ratificou outra peculiaridade do tipo, mostrado como incapaz de se sedentarizar no ambiente colonial. Sua liberdade pressupunha um direito quase natural de ir e vir quando tivesse vontade, de afiliar-se aos costumes nativos, de despedir sua companheira ou desposar quantas quisesse, de partir para os matos sem se importar com o que deixara para trás, de ir e voltar de Portugal sem maiores apegos. Prado pretendia, com essa representação, mostrar o quanto essa liberdade ficara marcada na descendência bandeirante, apesar do historiador não fazer menção ao caráter desbravador do português dentro da colônia. Em seu texto, raros foram aqueles que procuraram desde o início o ermo de difícil acesso do território colonial, fixando-se no litoral, o que denuncia seu desvio da perspectiva abrelina, ao referenciar a interiorização da colônia por variados portugueses<sup>332</sup>.

Ao aplicar um teor literário a um texto de história, Prado desdenhou da datação como elemento primordial a um trabalho dessa natureza, caindo num generalismo abusivo nas representações acerca do português. Ao trazer a tese de *Paulística* para o bojo de *Retrato do Brasil*, evidencia-se a necessidade de uma datação mais precisa para que se identifique

---

<sup>331</sup> A propósito ver AVELAR, Hélio de Alcântara. **História administrativa e econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: FENAME, 1976.

<sup>332</sup> Prado não fez menção do caráter desbravador do português, apenas do bandeirante, a quem considera seu descendente, fruto de sua união carnal com a nativa. Há que se destacar que aquelas tinham como prática o nomadismo, além do conhecimento do território advindo da necessidade de se buscar nas tribos inimigas matéria para suas práticas antropofágicas que, somados à necessidade portuguesa de buscar riquezas, de descobrir veios auríferos e jazidas de pedras preciosas, resultou num enlace interessante para os dois. Sendo o bandeirante o herdeiro natural de tais características, não poderia deixar de promover as mesmas práticas, resultantes de uma herança social. Ao mostrar o desbravamento como uma virtude apenas do bandeirante, Prado subtraiu os devidos créditos ao português, ao tempo que avolumou a importância do mestiço bandeirante na formação do território brasileiro, concedendo-lhe um papel privilegiado mais interessante para a fixação da identidade regional pretendida pelos integrantes de sua classe social. Em **Paulística**, Prado discriminou as peculiaridades de cada raça, para mostrar qual a participação das mesmas na formação da personalidade do bandeirante, defendendo a superioridade da mestiçagem originada do encontro do nativo com o português: *Do índio vinha-lhe o ardil, o instinto, a maleabilidade, a coragem impassível, a observação agudíssima apurando os sentidos. Do branco, a obstinação, a inteligência, a imaginação, a cobiça, o gosto pela aventura. Corrigindo o velho fundo disciplinar e tradicional do europeu, a fraternidade comunista do indígena seria a semente da independência esquiva que veio caracterizar o novo tipo étnico em formação. E, desenvolvendo nessa luta de cada instante contra a natureza, foi aí que se revelou a verdadeira grandeza da bandeira paulista*. PRADO, Paulo. **Paulística**. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

sobre qual português o autor se refere em determinados trechos de seu trabalho. Ao utilizar as escarpas da Serra do Mar como elemento primordial e único a diferenciar o alegre português renascentista do planalto paulista daquele que se dispôs a ficar no litoral, Prado findou por lançar dúvidas sobre a acalentada identidade étnica original dos paulistas, se considerarmos que a união com a índia fora prática comum do primeiro século em todo território colonial, assim como por ele se alastrara o português renascentista na primeira centúria. Por suposto, o mameluco abrelino ou o bandeirante pradiano deveriam ter a mesma composição étnica.

Em defesa do retrato regional intentado, o historiador insistiu na preservação da cultura originária da raça ali formada, o que para ele não ocorrera no restante da colônia, nas capitanias mais ao norte, próximas do mar e em constante contacto com Portugal. Naquelas, o português do renascimento europeu cedo teve seu caráter modificado, em decorrência de outro ambiente social, além do contato freqüente com outros portugueses, oriundos de um reino cada vez mais degenerado, a produzir homens diferentes daqueles alegres aventureiros que chegaram ao Brasil apenas cem anos antes...

## **5.2. A Metamorfose: de livres a tristes**

Se o ouro fora a motivação primeira para que aquele português renovado no Quatrocento se lançasse ao mar em busca de aventuras e enriquecimento, Prado investiu na tese de que o ouro também se alçou como um dos principais motivos para sua derrocada. Foi com o fito de enriquecimento que os aventureiros partiram dos portos portugueses para explorar outros lugares. O espírito da época inspirava as descobertas e os portugueses revestiram-se desse espírito ao extremo, posto terem se tornado exímios navegadores numa busca frenética pela descoberta do mundo. Os mais abastados rumaram ao Oriente, enquanto aos desfavorecidos restou a América, nos seus primeiros tempos. Fosse qual a direção ou a condição social, libertaram-se os descobridores dos freios e sanções de uma sociedade que amadurecia e que passava por severas transformações.

No Brasil, habitado por gente de hábitos prosaicos, o aventureiro português refinou suas primitivas pretensões e, mesmo ao enfrentar uma natureza que escondia seus prováveis e preciosos encantos - para além de serras, rios e florestas - não se desviou do motor de suas aventuras: era necessário descobrir riquezas, imperioso seria enriquecer.

A busca pela riqueza foi mostrada por Prado como a desventura portuguesa no Brasil. Se no primeiro momento o fito do enriquecimento foi o motor da aventura colonial, do desbravamento dos mares, da exploração das matas, foi o encontro das profusas riquezas minerais ocultas no território brasileiro uma das ocorrências determinantes para que o português renascentista entrasse em acelerado processo de degradação, realçando um cariz que lhe era natural: o português era, naturalmente, um ser melancólico<sup>333</sup>, e tal peculiaridade foi relatada desde os primeiros anos da colônia por Padre José de Anchieta (1534-1597) e por Frei Vicente de Salvador (1564-1635).

A cobiça foi ponto de apoio, a justificativa necessária para a superação dos desafios enfrentados pelos portugueses na faina cotidiana. Foi a ambição, a sede pelo ouro e pelo enriquecimento, a cupidez, um dos mais pujantes aspectos da mentalidade que impulsionou o português para as descobertas e para a conquista de novos lugares, aos quais Prado buscou dar o máximo destaque.

“Por toda a parte o aventureiro corria atrás da prata, do ouro e das pedras preciosas, que durante quase dois séculos não foram senão ilusões e desenganos. Compensava a esterilidade do esforço, a descida do indígena. Entrelaçavam-se e confundiam-se assim as bandeiras de caça ao gentio e bandeiras de mineração. Quando se dissipava a miragem da mina, ficava como consolo o índio escravizado. (...) Obsessão formidável de uma época, de uma raça e de um novo tipo, convergindo numa idéia fixa avassaladora. Ouro, ouro, ouro<sup>334</sup>”.

Não obstante o olhar pradiano, lembremos que desde os anos iniciais da colonização, com a divisão do solo em capitanias, a cultura canavieira e a conseqüente produção açucareira assumiram importante papel no quadro de desdobramento da expansão colonial, especificamente na orientação de uma política econômica de interesse metropolitano. A

---

<sup>333</sup> Segundo SCLIA R, durante a Idade Média a melancolia fora pensada como um grave pecado: a acédia. A indiferença do homem em relação a Deus era tão grave quanto a cobiça ou luxúria, sendo a tristeza crônica, quando manifestada, considerada coisa do demônio. Com o enfraquecimento do papel da Igreja, a acédia passou a ser considerada um caso a mais de melancolia. A acédia prostrava o homem enquanto a melancolia permitia a produção intelectual e artística. Para Scliar, a melancolia retornou num contexto de ascensão do individualismo renascentista, tipificado em Prado no colono português do primeiro século. SCLIA R, Moacyr. **Saturno nos trópicos: a melancolia européia chega ao Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. A temática da tristeza como típica do colono português emergiu das pesquisas de Capistrano de Abreu, ao editar alguns documentos sobre o período, sendo os mais expressivos as *Cartas, informações e fragmentos históricos*, de autoria do Padre José de Anchieta (Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1933), bem como na *História do Brasil* de Frei Vicente de Salvador (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978).

<sup>334</sup> *Ibidem*, p.56 e 61.

descoberta das minas e a atividade mineradora datam do início do século XVIII, enquanto a instalação dos primeiros engenhos de açúcar remonta ao século XVI<sup>335</sup>. A produção da especiaria de alto valor no comércio europeu foi, portanto, uma das primeiras e a principal atividade econômica do português no Brasil, até meados do século XVII, quando os preços caíram vertiginosamente, obrigando a coroa portuguesa a ressuscitar uma antiga obsessão: a descoberta das minas e sua subsequente exploração, que se tornou – nas palavras de Prado - uma *loucura coletiva*<sup>336</sup>.

Prado não fez menção à mentalidade portuguesa sobre as minas no Brasil, desde os primeiros tempos da colônia, apesar de Gândavo referenciar a convicção dos lusos sobre a certeza do ouro e a prata brotarem da terra nas regiões exótica de clima quente<sup>337</sup>, o que restou provado tratar-se apenas de lenda. Assim como a produção açucareira, em seu fazer meticuloso, demandava inauditos esforços, do mesmo modo ocorrera com a exploração mineradora. O trabalho, antes de tudo, era a exigência básica para a formação dessas riquezas na colônia, que somente em raras ocasiões se apresentavam à superfície da terra, na faisqueira da areia dos rios. Mesmo para encontrá-la, entretanto, eram necessários meses de caminhada na mata, formação de roças para a subsistência, enfrentamento de terríveis animais, pestes e inços próprios dos trópicos. Não se pode dizer que a riqueza ansiada pelos portugueses foi auferida com a facilidade sonhada, e o trabalho árduo foi o marco na exploração dessa riqueza. O Brasil não era o Oriente, onde o saque exigia no máximo a luta e o arrancar de ouro se dava diretamente das orelhas das mulheres, como já referido por Oliveira Martins. Nesse ambiente de trabalho árduo, marcado pela

---

<sup>335</sup> Foi precoce a vontade da Coroa portuguesa de introduzir a economia açucareira no Novo Mundo. Em 1516 a Casa da Índia recebeu a incumbência de localizar artífice no fabrico e que quisesse tentar a sorte no Brasil. Já em 1519 há notícias da existência de pequeno engenho, assim como da entrada de açúcar brasileiro no porto de Antuérpia no ano seguinte, sem maiores relevância econômicas. Somente após a instalação das capitanias verificou-se como prerrogativa a concessão de licenças para construção de engenhos, e em 1534 foi noticiada a instalação do primeira unidade produtiva em Pernambuco. Gândavo informara que em 1570 existiam sessenta engenhos, com produção anual total de 2.700 toneladas. Dez anos mais tarde Fernão Cardim indicaria a existência de 115 unidades produtivas, sendo 36 na Bahia, 3 em Ilhéus 1 em Porto Seguro, 66 em Pernambuco, 6 no Espírito Santo e 3 no Rio de Janeiro. Os dados podem ser conferidos em GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. **Tratado da província do Brasil**. Rio de Janeiro: INL/ MEC, 1965 e em CARDIM, Fernão. **Tratado da terra e da gente do Brasil**. São Paulo: CEN, Brasília, INL, 1978.

<sup>336</sup> É certo terem sido os habitantes da capitania de São Vicente os encarregados de esquadrihar os sertões do Brasil central, em decorrência das condições geoclimáticas daquela parte da colônia, adversas à economia açucareira e ao contato com o litoral, razões para a manutenção de uma economia seminatural, o que obrigava seus habitantes – sem capitais para aquisição de escravos negros – buscarem o aprisionamento dos nativos. Por não participarem da principal economia de interesse da metrópole, e por terem vasto conhecimento dos territórios interno da colônia, receberam a incumbência dessa missão.

<sup>337</sup> *Ibidem*, p. 122.

mentalidade de enriquecimento a todo custo em constante enfrentamento com a natureza desafiadora, frutificaram os troncos robustos do português renascentista, marcados pelo enfado como pressuposto de sua busca.

Em oposição, do outro lado do Atlântico, Portugal decaía em seu poderio: a derrota na Ásia, a morte de D. Sebastião, a união com a Espanha, assim como o estabelecimento da Inquisição e seu crescente poder, foram apontados na escrita de Prado como os fatores da dissolução do homem renascentista que vivia em Portugal, e cada vez mais castrado dos ideais humanistas que o Quatrocento lhe proporcionara:

“A nação portuguesa, corrompida pelo luxo e pela desmoralização dos costumes, perdia, pouco a pouco, a sua primitiva vitalidade. Os governos, despóticos e incapazes, só conservavam a antiga energia para sustentar a Inquisição<sup>338</sup>”.

Para Prado, tinha faltado a Portugal a verdadeira compreensão histórica e econômica de sua missão metropolitana. A nação e o governo recebiam como uma esmola o ouro, as pedras preciosas e os produtos comerciáveis das colônias, vivendo sem trabalhar. Acoimado pelo ambiente, restou ao português comum ser inoculado pelo germe da decadência, murchando em si, escalavrando-se na tristeza que acobertava as terras portuguesas, transformando-se, pois, no português da governança e da fradaria.

No ambiente colonial, o mal tardou a chegar, nomeadamente nos rincões mais remotos do litoral, ausentes do contato constante com o ambiente metropolitano. Por sua vez, nas terras do açúcar, bem antes das descobertas das minas, o entrelaçamento com o português oriundo desse ambiente de ruínas, corrompido pelo luxo e pela desmoralização dos costumes resultou na degradação dos colonos que, se antes eram movidos pela ambição e pela aventura, passaram a sê-lo por uma cobiça irrefreável. Cada vez mais exigia o colono de si, na ânsia de enriquecer. E nessa angústia, o português dantes livre e alegre foi decaindo numa melancolia que nascia das estafantes atividades por ele empreendidas, nas lembranças da terra e das pessoas que deixara para trás, e assim seu olhar sobre o ambiente colonial foi sendo modificado, pois que aquele de edênico tornou-se satânico, a expressar a inadequação do elemento humano ao cenário paradisíaco tropical<sup>339</sup>.

---

<sup>338</sup> *Ibidem*, p. 188.

<sup>339</sup> CARVALHO, José Murilo de. **O motivo edênico no imaginário social brasileiro**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 13, n. 38, Out/1998. p. 13-21.

Antes disso, todavia, o mesmo espírito de aventura fizera com que o português se entregasse ao desejo imediato diante da nudez das nativas, cujas qualidades estéticas foram objeto de inúmeras páginas escritas por cronistas e navegadores, entre os quais Caminha, em sua carta ao rei sobre a descoberta de novas terras. Abaixo do Equador não existiam pecados, e as mulheres pitorescas do Brasil firmaram-se como excelente surpresas para os portugueses, cuja lubricidade afluíu no contato com os nativos, embora preexistisse na mentalidade quatrocentista, marcada pelo desejo individual e pela vida livre. Prado destacou o quanto o colono português se entregou à vida dissoluta, ao fazer das índias as companheiras de lida na colônia, formando famílias, tendo filhos, assumindo os costumes e o parentesco dos nativos. Para aqueles, não bastava uma ou duas, assumindo-se como companheiro de três ou mais mulheres, no mesmo ambiente ou em localidades diferentes, como era comum entre os nativos, os quais, segundo Gabriel Soares de Sousa, *morriam esfalfados, pelas sujidades que cometiam a cada hora*<sup>340</sup>.

Do texto de Prado sobrevém a certeza que muitas das práticas adotadas pelo colono português em seu contato com os nativos não se tratava apenas de uma adequação dos primeiros para com os segundos, num exercício de adaptação aos costumes vigentes na nova terra, como descritos por muitos dos cronistas coloniais<sup>341</sup>. Para Prado, o português já era dissoluto desde sua origem, onde o desregramento ocasionado pela mentalidade renascentista somara-se à sua experiência diante dos diversos povos do mundo, por onde transitou sem cuidados nem respeitos.

A luxúria que tipificou o português, no entanto, atingiu novos patamares quando a colônia já não se restringia a dois tipos étnicos. O aprofundamento da exploração canavieira exigira braços fortes, e a recusa e valente teimosia do índio sobreviera como impeditivo de seu uso como mão-de-obra nos engenhos, além de não proporcionar lucros diretos à metrópole. Por outro lado, a escravidão negra emergira como excelente razão econômica para seu estabelecimento oficial, e a partir de 1570 os escravos da Guiné aportaram nas praias da colônia, para trabalhar do eito dos engenhos, numerosos nas regiões mais ricas do

---

<sup>340</sup> SOUSA, Gabriel soares de. **Tratado descritivo do Brasil**, 1587.

<sup>341</sup> A perspectiva de Prado, por conseguinte, trata o encontro entre portugueses e nativos americanos como pouco impactante para os primeiros, sexualmente desregrados no ambiente de origem e em contato com tribos complacentes nesse mister. Parece-nos, então, que a narrativa pradiana trata de um encontro de mundos não muito diferentes, ao destacar as práticas sexuais e sociais dos nativos como forma de esclarecer que a lubricidade portuguesa apenas se acentuou na América, sendo anterior à chegada dos portugueses na mesma.

espaço colonial<sup>342</sup>, que tiveram sua face modificada desde então. Em nova cena, a mulher negra em sua condição de submissa, bem diferente da índia voluntariosa, foi mais um passo na decadência portuguesa, justificativa da luxúria infrene somada à ambição do enriquecimento a todo custo que marcou o processo colonial, repleto de histórias escusas, ocorridas nos quartos da casa-grande, na sordidez das senzalas, no oculto dos canaviais<sup>343</sup>.

Como prova de que a luxúria da qual falava provinha do ambiente metropolitano, Prado insistiu em mostrá-la como uma peculiaridade não exclusiva do homem (macho) português. Com tal finalidade, seu texto inovou ainda mais, ao resgatar de relatos de viajantes as astúcias na arte de sedução e do capricho na escolha de amantes, utilizada pelas poucas mulheres européias na colônia, capturando recônditos do mundo feminino português até então inexplorados pelos historiadores locais. O relato de autoria desconhecida, datado do início do século XVII e utilizado por Prado em seu *Retrato*, não trata de mulheres pobres ou desvalidas, sujeitas a prostituição como forma única de sobrevivência, mas *da vida íntima da boa sociedade da época*<sup>344</sup> e das práticas secretas das jovens damas portuguesas<sup>345</sup>.

---

<sup>342</sup> Necessário lembrar que a escravidão negra não dominou por completo o território colonial, destacando-se apenas nas regiões produtoras de açúcar, cujos ganhos com a venda da especiaria permitia o financiamento de cativos africanos. Nas regiões onde o clima ou o relevo não permitiram a exploração açucareira, consideradas periferias da colônia, como São Paulo, Maranhão e Pará, fizeram uso de formas incompletas de escravidão, assim como formas servis de submissão do nativo e do homem pobre livre, cujos usos atingiram o século XX.

<sup>343</sup> No texto de Paulo Prado a questão é tratada de forma elegante, sem expressões chulas e com a objetividade necessária, de forma a demonstrar a seriedade daquele autor para com o seu leitor e seu próprio trabalho. A mesma postura pode ser observada quando da publicação da *Primeira visitação do Santo Ofício a partes do Brasil: Confissões da Bahia (1591-2)*, em consórcio com Capistrano de Abreu. A correspondência dos dois autores revela como os mesmos consideravam *melindroso* o trato com a forma como seriam publicados os relatos sobre as heresias sexuais: *sujidades*, no dizer de Prado. Na discussão entre os autores sobre a forma como tais passagens deveriam ser impressas, foi Abreu taxativo, ao concordar com o parceiro: *Você tem razão e não importa a pornografia: a impressão deve ser feita*. Mesmo assim, no prefácio do livro, Abreu orientou o leitor sobre as páginas onde encontraria o *assunto melindroso*, podendo, assim, evitá-las. A respeito ver RODRIGUES. José Honório. **Correspondência de Capistrano de Abreu**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977 (3º volume). O interesse pelos temas miúdos da história, Prado os assumiu no contato com Capistrano de Abreu, para quem *o estudo completo e complexo do drama humano engloba duas histórias distintas, porém complementares, uma íntima e outra externa*. A história íntima, com seus relatos sobre os costumes, as moralidades e os vícios, deveria *mostrar como aos poucos foi se formando a população, devassando o interior, ligando entre si as diferentes partes do território, fundando indústrias, adquirindo hábitos, unindo-se, por fim, à nação*. A respeito, ver ABREU, Capistrano. **Ensaio e estudos: crítica e história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

<sup>344</sup> *Ibidem*, p. 39-40.

<sup>345</sup> A primeira mulher branca de que se tem notícia no Brasil é a de João Gonçalves, meirinho em São Vicente, e de que fala uma petição datada de 1538. Segundo os termos desse documento, o casal deveria ter chegado um ano antes, em 1537. Tomé de Sousa, em 1549, trouxe algumas mulheres casadas com

Outro exemplo do fato teriam sido as práticas cotidianas de Garcia D'Ávila em sua Casa da Torre<sup>346</sup>, que nada mais era, para o autor, que um pequeno núcleo de devassidão, indisciplina e viver desregrado, desenvolvendo em plena anarquia moral e social os germes da desmoralização e depravação dos costumes trazidos da metrópole já decadente. Ligada umbilicalmente ao organismo enfraquecido e doentio da metrópole, a Casa da Torre, assim como os núcleos costeiros da colônia, não viviam vida própria, na ótica de Prado. A proximidade com a Europa, o intercâmbio comercial, a influência direta da administração central, mil fatores étnicos e econômicos solidarizavam tais espaços com o ritmo vital do velho reino, ora paupérrimo, ora esbanjador de riquezas, mas no caminho fatal para a decadência.

Sem ideais religiosos ou estéticos e sem nenhuma preocupação política, intelectual ou artística que pudesse entorpecer sua busca constante de enriquecimento e seus excessos carnis, Prado abordou tal contexto como o estopim para que o português perdesse de vez o espírito renascentista que o fizera livre. Consumido pelo desejo, envenenado pela concupiscência, no contato constante com os do reino - onde a ambição e luxúria assumiram patamares nunca antes visto -, o colono português decaiu numa tristeza

---

empregados que vinham temporariamente para a colônia. Só mais tarde, em 1551, diz Gabriel Soares, chegaram mulheres para casar com os moradores principais da terra. Traziam como dotes ofícios da fazenda e justiça. Na frota de Bois-le-Conte, em 1556 refere Jean de Lery que embarcaram cinco solteiras, acompanhadas por uma governanta. Foram as primeiras francesas que conheceram o Brasil, casando com seus patrícios no Forte de Villegaignon.

<sup>346</sup> A Casa da Torre foi uma grande construção em formato de castelo medieval, única existente em todo território brasileiro, sede administrativa de uma série de datas auferidas pelo português Diogo Álvares e seus descendentes, empenhado na interiorização do domínio português no território da colônia no Século XVI. Caracterizou-se como a sede do maior latifúndio do mundo, dentro de uma área equivalente a 1/10 do território brasileiro, equivalente às áreas de Portugal, Espanha, Holanda, Itália e Suíça, juntas. Localizada na capitania da Bahia, representou grande poder militar no combate aos franceses e holandeses que ali aportavam, e integrava um conjunto residencial-militar, compreendido pelo próprio Castelo, com sua Torre e seus anexos: o Forte Garcia d'Ávila, o Porto do Açú da Torre e sua Ambiência, formada pelas áreas adjacentes. Também nomeada nos documentos da época como Castelo da Torre de Garcia d'Ávila, Castelo Garcia d'Ávila, Torre de Garcia d'Ávila, Solar da Torre, ou Torre de Tatuapara, a Casa da Torre representa o arcabouço da aristocracia colonial, cuja família original tem na união de Diogo Álvares com Catarina Paraguaçu, uma tupinambá batizada na França com o nome de Katherine du Brésil, sua máxima representação. Além de importantíssima no desbravamento do Brasil e na formação do território nacional, a Casa da Torre foi pioneira na pecuária brasileira, corroborou com a expulsão dos jesuítas do Brasil, participou na corrida pelo El Dorado que culminou nas descobertas das minas em Minas Gerais e teve entre seus membros adeptos dos ideais libertários da Revolução Francesa. De 1798 em diante, esteve envolvido nas lutas pela Independência, sendo muitos de seus membros agraciados com títulos de nobreza por Dom Pedro I e Dom Pedro II. A respeito ver SEIXAS, Wilson. **Pesquisas para a história do sertão da Paraíba**. In Revista do Instituto Histórico e geográfico paraibano. Nº 21. João Pessoa: Imprensa universitária da Paraíba, 1979, p. 64 e seguintes.

paralisante, deixando aos poucos de ser um aventureiro ousado, cujas faces irradiavam a felicidade de ser solto no mundo, de conhecer seus caminhos, de ser um desbravador. Aqueles pecados capitais, refreados no medievo, parecem ter sido acordados de um sono ordinário, num despertar que os deixara fortalecidos. A colônia, então, se antes fora um local aprazível, transformou-se no purgatório ou, quiçá, no próprio inferno, lotado de homens decaídos, cuja virtude da felicidade se esvaíra no eito dos canaviais, na solidão da bateia, no gozo rápido com negras e índias.

A melancolia, a tristeza, tornou-se assim uma peculiaridade do cariz português na narrativa de Paulo Prado, a demonstrar não ser o luso um tipo superior, conforme descreveram alguns historiadores nacionais. Preconizado, no grosso da historiografia nacional de até então, como aventureira, gente com cariz povoador e com a notável capacidade de estabelecer contatos amigáveis com as populações nativas com as quais travava relação<sup>347</sup>, o português de Prado pareceu inverter esta tese, ao salientar a saudade como atributo. Sendo a saudade um sentimento do que se deixou para trás, como poderia ser esse mesmo português um aventureiro, destinado a fazer sua vida nos mais diferentes lugares do globo, indiferente à sua terra e à sua gente? Se o caráter do português exibia uma maleabilidade tal que o permitia se adaptar sem dificuldades, mais que quaisquer outros povos, aos diferentes lugares em que chegara, como considerar que o mesmo nutria sentimentos adversos pela América portuguesa, considerando-a como uma prisão?

Eram, por conseguinte, uma *raça triste*, e sua tristeza tinha nascedouro em sua paixão pelo ouro, assim como no abuso venéreo, experimentado à exaustão principalmente no Brasil. Também tornava entristecida a personalidade dos portugueses a melancolia e saudade da pátria que deixaram para trás, e por considerarem a colônia um verdadeiro purgatório, onde penavam em degredo. No além-mar estava a terra portuguesa, o lugar de origem, a pátria-mãe, a referência identitária, e no trânsito do mar-oceano emergiu a saudade portuguesa, embasada na tristeza e na melancolia, originárias dos sentimentos vazios proporcionados

---

<sup>347</sup> Seu argumento permitiu que, mais adiante, o autor justificasse a escravidão negra como uma necessidade econômica do período, salientando sempre o *caráter harmonioso* das relações entre portugueses e africanos, observação utilizada anos mais tarde por Gilberto Freyre em seu *Casa Grande & Senzala*, de 1933.

pela luxúria e pela cobiça, e que o português legou ao seu descendente: o brasileiro<sup>348</sup>, que viveu triste numa terra radiosa, permeada por vícios e pecados.

## Conclusões da Parte II

Foi Capistrano de Abreu quem comparou o brasileiro a um jaburu, ave forte, embora pouco capacitada à ação<sup>349</sup>. O jaburu carregava uma simbologia marcadamente negativa, construída ao arpejo do espírito ufanista do início do século XX e, embora pecasse pela generalidade, expunha uma faceta da identidade nacional que ainda não se ousara construir. Nessa identidade, os portugueses estariam amalgamados de forma tal que quase não se podia extirpar sua presença, tão profunda seria a mesma na formação nacional. A colônia gerara um povo novo, cujos genes carregavam grande teor dos chamados *filhos de Portugal*, e o questionamento sobre o sentido de valor da antiga metrópole foi expresso na herança mental dos colonos.

Prado, como discípulo de Abreu, interessou-se pelo tema, utilizando-o na construção de uma identidade-denúncia, que demonstrava o incômodo do historiador pelos rumos tomados pelo país, o que findou por fazê-lo enfrentar severas críticas<sup>350</sup>. Em seu tempo, *Retrato do Brasil* foi uma obra inovadora e polêmica, embora tenha inaugurado, no panorama da historiografia brasileira uma era de grandes ensaios, destacando-se por construir uma *psicologia da descoberta*, dominada por dois grandes impulsos. A tristeza portuguesa, e por extensão a tristeza brasileira, não teriam consistido na tese central do pensamento daquele autor, organizada a partir de peculiaridades de um dado momento

---

<sup>348</sup> Segundo EULÁLIO & CALIL, Prado pediu a Blaise Cendrars, em dezembro de 1926, uma busca bibliográfica sobre o tema que daria ensejo ao seu Retrato. Cf. EULÁLIO, Alexandre. CALIL, Carlo Augusto. *Op. cit.*, p. 27.

<sup>349</sup> Em trecho de carta de autoria de Abreu a João Lúcio de Azevedo, aquele historiador descreveu o jaburu como de *estatura avantajada, pernas grossas, asas fornidas, mas (que) passava os dias com uma perna cruzada na outra, triste, triste, daquela austera, apagada e vil tristeza*. A carta pode ser lida na íntegra à p. 175 e seguintes, em RODRIGUES, José Honório (Org.). **Correspondência de Capistrano de Abreu**, Vol 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

<sup>350</sup> O volume intitulado **O brasileiro não é triste**, assinado por Eduardo Frieiro, em 1931, foi publicado como um contra discurso à proposta de Paulo Prado, e só não teve um impacto esperado pelo fato de que, na data de lançamento da obra, as mudanças políticas operadas pela Revolução de Trinta permitiram uma rápida superação do debate estéril sobre a alegria e tristeza nacionais. A respeito ver a observação de Brito Broca em **Alegria versus tristeza**, Seção Vida literária, *A Gazeta* (recorte não datado, pertencente ao arquivo do CEDAE/IEL/UNICAMP).

histórico, sendo a tristeza o resultado da soma dessas ditas peculiaridades, a definir um espírito coletivo nacional<sup>351</sup>.

Ao utilizar o português como referencial na construção de uma identidade nacional, Prado se diferenciou dos demais historiadores de sua época, inaugurando o tratamento ambíguo na relação havida entre portugueses e brasileiros. Necessário enfatizar que aquele autor, ao falar do português, referiu-se ao reinol, e não ao seu remanescente, nascido no Novo Mundo e afiliado à coroa portuguesa, por isso considerado português por tantos outros autores, ou lusoamericano. Seu ponto de vista não admitia o Brasil como uma extensão de Portugal, mas como um novo lugar, onde surgiram novas raças. Digo *novas* posto o autor entender haver duas, ambas lusoamericanas, com seus tipos próprios: o mulato e o mameluco. A primeira, formada pelo sangue do negro em contato com o do português decadente, tornara-se um *problema angustioso*, no dizer do autor. A segunda, resultante do contato entre europeus e nativos, em seu esplendor e fortaleza, dominou os campos das Gerais e São Paulo, fomentando, assim a civilização do café, tão bem representada na figura do próprio Paulo Prado.

Mesmo ao utilizar o pressuposto da herança social, largamente difundido em seu tempo, o historiador manteve um distanciamento entre portugueses e brasileiros, fossem mulatos ou mamelucos, de modo a destacar o retrato que queria construir. No quadro impressionista pretendido por Prado, o brasileiro estava em foco, como a imagem principal da composição, e não enlaçado com o português, como caberia a personagens de uma mesma família, irmanados por uma genealogia. Um português seria como que uma sombra, nessa composição, capaz de ressaltar os traços da figura principal. Era um *outro*, mas um outro distante, perdido nas brumas do tempo de onde já não poderia mais sair, embora sua herança psicológica insistisse em ficar, mantendo-se no caráter nacional quase como uma tragédia que precisava ter um fim, o que vem demonstrar a diferença na perspectiva de Prado em relação a de Abreu.

Para um mal tão perverso, Prado prescreveu um remédio perigoso: a guerra ou a revolução, o que nos revela que o próprio autor claudicara na indicação. Sendo os grandes males

---

<sup>351</sup> Para BERRIEL, a tese da tristeza brasileira não teria sido a principal proposta de Prado, ante a vacuidade do tema e da forma como foi tratado. A mesma, por si só, não poderia sustentar um trabalho que veio a ter repercussão e se tornar referência para estudos que foram significativos para a compreensão da realidade brasileira. Ver BERRIEL. Carlos Eduardo Ornelas. **Tietê, Tejo, Sena – A obra de Paulo Prado**. Campinas: Papirus, 2000, p. 192.

morais da sociedade brasileira produtos de uma mentalidade, como exterminá-los com tal dolorosa e incongruente solução? A violência do remédio é sugestiva de um tempo de indecisão e pouco esclarecimento político, um tempo em que se sonhava com o moderno sem que se soubesse bem como realizá-lo, assim como revela um vago heroísmo do autor, empenhado no redirecionamento da pátria, tal qual o desejava as doutrinas fascistas que começavam a aparecer no Brasil.

A irmandade entre brasileiros e portugueses, por conseguinte, inexistiu na composição pradiana. Na retórica daquele intelectual, a presença portuguesa se caracterizou como passageira, temporária, fugaz e já se perdera. Não havia mais necessidade de se apegar a ela, de recompô-la no presente como mecanismo de construção de identidade, embora o próprio autor lançasse mão desse recurso na tentativa de dar contornos ao Brasil, de impor à sua face um espelho onde pudesse mirar-se e, vendo os próprios defeitos, quisesse deles se livrar, mesmo que para tanto recorresse a remédios amargos.

Em Prado, o elo aclamado pelos historiadores oitocentistas quebrara-se. O contexto da época já permitia esse distanciamento de Portugal, então imerso nas brumas do Salazarismo, distanciado dos tempos de heroísmo e conquistas, de costas para a própria Europa, da qual os modernistas diziam querer livrar-se, embora a admirassem profundamente. Um século já havia transcorrido desde a realização da independência, tempo suficiente para dissolver os laços urdidos nos tempos coloniais, mesmo que a historiografia brasileira teimasse em mantê-los, embora nos limites de sua historicidade.

Se em Abreu nos defrontamos com o fortalecimento desses laços, expressos em representações impeditivas de dicotomia entre o português de Portugal e um português americano, em Bomfim essa divisão é dada como imprescindível, de forma a demonstrar as diferenças entre um e outro, fazendo emergir dessas diferenças a consciência de uma identidade brasileira, nascida desde os primeiros tempos da colônia. Mesmo ao traçar uma intensa linha divisória entre os dois povos, o sergipano Bomfim não se esquivou de visibilizar o cariz positivo da gente simples de Portugal empenhada no esforço colonizatório, em oposição à elite portuguesa, cujos esforços centraram-se na exploração da colônia e na dilapidação das riquezas dali retiradas. Desprezar o colono significaria desprezar a própria formação nacional, amparada no pressuposto de uma herança social. Valorizar o gênio popular português significaria, também, aquilatar a *cepa* portuguesa, da qual se originaram os brasileiros.

Embora Abreu tenha se tornado a referência primeira na historiografia do início do século XX, suplantando a caudalosa história produzida por Varnhagen, sua perspectiva sobre o outro é marcada pela ambiguidade, e em determinados trechos de sua obra é quase impossível discernir sobre a distinção entre ser português ou ser brasileiro. A composição do homem colonial, em Abreu, sofreu do mal da simbiose, proporcionado pelos documentos utilizados pelo historiador, que instituíam o Brasil como uma província portuguesa, o que findou por se refletir em sua narrativa. Em Bomfim, não obstante toda a negatividade explorada em seu discurso sobre Portugal, o liame também se dá ao nível da ambiguidade, mesmo que aquele intelectual tenha insistido numa separação física dos organismos por ele utilizados como representações. Vencido seu olhar sobre o Portugal parasitário, o sergipano encontrou no português uma extensão do brasileiro, e essa extensão atesta a favor da irmandade entre os dois povos, em face de seu passado comum, de seus traços culturais comuns. Por sua vez, em Prado não se percebe nem o caráter ambíguo da relação entre os dois povos, menos ainda há um discurso que dê relevância à irmandade. Para aquele intelectual, o que restou dos portugueses foi a mentalidade, apenas, da qual fazia-se mais que urgente livrar-se.

Abreu, por sua vez, mesmo alteado pelo olhar arguto de Varnhagen, e favorecido pelos novos enquadramentos teóricos que em muito se refletiram em sua forma de fazer história, não fugiu de muitas das representações constantes na HGB, principalmente aquelas relativas aos portugueses. Na ambiência republicana, ao tempo da escrita de *Capítulos de história colonial*, já não se fazia necessário o fascínio e admiração pelos portugueses, que tanto marcou a obra de Varnhagen, e dos quais bem que tentou se afastar, embora sem o conseguir de todo. No concernente a Portugal, Capistrano de Abreu – mesmo de forma distinta e sutil – referendou os elogios de Varnhagen, ratificando algumas das representações construídas na HGB, e reproduzidas nos livros didáticos sobre a história nacional.

Considerando ser a produção histórica passível de fruição e consumo por seus prováveis leitores, é neles que as representações ali existentes assumem uma importância vital, refletindo-se no seu aproveitamento ou seu esquecimento. É o caso do português abrelino que, de tão mesclado com o seu descendente, diluiu-se numa história percebida como uma história incapaz de se tornar memória, posto firmar-se na história de homens comuns imersos na faina cotidiana, de caráter taciturno, retraído, intolerante, que se diferenciavam

entre si apenas pelo esforço autoral de citar nomes e feitos. Apesar de entender os fins políticos da história e da necessidade de sua escrita na formação do espírito nacional, Abreu não conseguiu configurar o surgimento de um sujeito político capaz de formar a nação, que em sua narrativa só surgiu pelo ato político da independência. Mesmo traçando distinção entre os tipos portugueses, revelando uma heterogeneidade na mentalidade do português em relação à empresa colonial e ao seu próprio papel na sociedade da metrópole, Abreu não conseguiu destrinçar o português do brasileiro.

Em seu discurso, ora há uma junção, ora há uma separação entre os mesmos, o que desvenda a busca de caminhos para a construção de uma nova história do Brasil tão pretendida pelo autor, mas que ele não conseguiu alcançar como modo de não destoar da história de seu próprio tempo e de seu lugar social. Assim, não se pode afirmar existir no discurso daquele historiador uma retórica bem definida de uma alteridade, que permitisse a construção de uma identidade nacional onde o *nós* se defrontasse com o *eles*. A nosso ver, o tratamento ambíguo dado aos portugueses pelo autor resultou da própria ambiguidade do momento político vivenciado quando da escrita de um de seus textos, assim como pelo próprio lugar social daquele historiador. O fato de pertencer ao IHGB, ambiente francamente marcado pela imponente presença do antigo imperador, a admiração de Abreu pela personalidade de D. Pedro II, assim como seu apoio ao republicanismo evidenciara contradições e ambiguidades que bem se refletiram em sua obra, nomeadamente no concernente ao português, no contexto colonial.

Ao contrário de Abreu, o português construído por Bomfim se destacou, posto que mostrado como um sujeito interesseiro, marcado por qualidades negativas e oriundo de uma sociedade doente. Sem respeito pelos povos de terras distantes por onde andara, o português bomfiniano teve seu caráter constituído pelo historiador no mesmo espaço temporal utilizado por Prado, embora sob outra abordagem, que o difundiu como um aventureiro explorador, acoimado pela prática que findou por abatê-lo, transformando-o num parasita das riquezas alheias. Embora tomado, ao longo de sua obra, como parte integrante na formação do nacional, com ativa participação na constituição do povo brasileiro, evidencia-se em Bomfim a retórica da alteridade em relação aos portugueses, pois a cepa, mesmo sendo imprescindível para a existência dos ramos, é tratada com o devido distanciamento inerente à questão.

Em Bomfim, a distância foi mitigada pelo liame de uma cultura comum, pela junção da cepa com os ramos, onde alguma seiva alimentaria as duas partes, vivificando-as e realizando-as. Em Prado, essa distância foi propositadamente acentuada pelo caráter de herança que o autor imprimiu ao lugar do português na narrativa do nacional. Desmistificando seu modernismo, Prado fugiu do ufanismo do movimento para tentar se livrar do passado, o que permitia ao autor falar do outro, um outro que imprimiu sua mentalidade nessa brasilidade marcada por estupros, roubo, depredação da natureza, maus tratos contra negros e índios, e que se revelou na alteridade construída pelo autor paulista. Sua obra, pautada num discurso interessado em desvendar algumas cenas da vida brasileira, assumiu papel de destaque na produção histórica nacional, persistindo durante décadas nos estudos sobre a colonização. Por conseguinte, a representação do português ambicioso e lúbrico do *Retrato* serviu para fomentar estudos sobre a vida cotidiana na colônia, em uma série de novas abordagens que modificaram em definitivo o fazer histórico no Brasil, refletindo-se nos grandes ensaios que surgirão na década seguinte, tais como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda.

### **PARTE III**

#### **EM TEMPOS DE REENCONTRO, O RESSURGIR DA IRMANDADE**

A transição da década de vinte para a seguinte se configurou, no Brasil, como um especial momento de sua história, marcada pela erupção de críticas e oposições à sociedade oligárquica, assim como aos rumos tomados pela república. A historiografia daquele período, marcada pela discussão da herança portuguesa, teve como propositura demonstrar o quanto dessa herança sobrevivera no Brasil, mesmo após sua independência, e de como tal legado proporcionara respaldo às oligarquias nacionais, dominadoras de amplos setores da sociedade.

Tal qual nos tempos de Felipe II, o Brasil encontrava-se dividido em dois núcleos geográficos maiores: o Nordeste agrário, com toda sua carga colonialista e uma economia já sem expressão, e o Sul agrário-exportador, ancorado na cultura cafeeira, e com crescente burguesia industrial a formar um complexo econômico decisivo para a economia do país. Uma linha imaginária dividia a jovem nação em dois pólos nos quais se preservava a concentração de diferentes atividades econômicas, além de uma estrutura regional de classes. Tal realidade findou por solapar o precário equilíbrio existente no seio da própria classe dominante, algumas privilegiadas pelas próprias divisões setoriais, evidenciando oposições dessas áreas, bem como internamente às mesmas.

As camadas medianas da população não tinham espaço no jogo de poder, assim como o operariado, realidade refletida nos diversos movimentos sociais que eclodiram no país desde os primeiros tempos da república. A hegemonia política da elite agrária do sul, porém, sofreu severo golpe ao romper-se dentro de si mesma, permitindo novas alianças que culminaram numa revolução civil/militar, na tentativa de reordenação do sistema de

poder<sup>352</sup>. A Era Vargas teve início com o sucesso do movimento revolucionário, que banuiu a chamada *Política dos Governadores*<sup>353</sup>, encerrando a *República Velha (1894-1930)*, expressão maior da sociedade oligárquica. Doravante, a Nova República (ou Segunda República) se renovaria no Estado Novo, ditadura implantada por Getúlio Vargas, sete anos após tomar posse como presidente do Brasil.

Bem antes disso, porém, o governo revolucionário definiu seu plano de ação, de modo a realizar mudanças estruturais em áreas de seu interesse. Era preciso provar, naquele especial momento, que o Brasil mudara, e que os vícios e erros do passado haviam sido banidos da vida pública nacional. Era o momento de se republicanizar a República, dando início a uma revisão da vida nacional, a reclamar por mudanças estruturais. A conjuntura externa difícil, marcada pela crise econômica de 1929 e descrédito da doutrina liberal, manifestada pela ascensão do fascismo, do comunismo e do culto ao Estado forte refletiu-se no amadurecimento de uma ação governamental consistente em linha antiliberal: o Vargasismo, determinado em seus fins de estabelecer outra ordem econômica e social no

---

<sup>352</sup> A Revolução de Trinta foi considerada por Sodré como uma revolução burguesa, ante a ascensão da burguesia industrial ao aparelho do Estado, até então limitado aos setores agrarioexportadores hegemônicos desde o Império. Essa tomada do poder resultou na implantação da indústria de base, meio único para promover o encontro entre o arcaico setor da agro exportação e o setor moderno, tão ansiado, de um pólo urbano-industrial criado. Para Santa Rosa, entretanto, a Revolução não pode ser tomada somente como um momento de ascensão da burguesia, em virtude da inegável penetração dos setores médios marginalizados no jogo político, com a implantação de um regime de participação política que, mesmo restrito, mostrava-se purificado dos vícios tradicionais, como a fraude eleitoral e a fragilidade do sistema judiciário. Para Weffort, por sua vez, a revolução foi um marco que distinguiu a nova estrutura política da anterior, ao não mais expressar a hierarquia social e econômica nem os interesses de uma fração de classe. O chefe do executivo, assim, adquirira a função de árbitro, fato que respaldou uma modernização conservadora, resultante do conteúdo de classe tradicional e da modalidade autoritária de sua intervenção. SODRÉ, Néelson Weneck. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1963. SANTA ROSA, Virgínio. **O sentido do Tenentismo**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975. FAUSTO, Bóris. **A Revolução de Trinta – História e historiografia**. São Paulo: Brasiliense, 1972.

<sup>353</sup> A Política dos Governadores se caracterizou como acordo formado desde os anos iniciais da república entre o governo federal e os líderes políticos regionais, mais conhecidos como *coronéis*, em alusão à patente da Guarda Nacional do Império. Visava a eleição de maciças bancadas para as assembleias legislativas ao nível federal e estadual, com o apoio irrestrito do governo federal, de modo que nem este nem os governos estaduais enfrentassem qualquer tipo de oposição. Esta política foi a progenitora da *política do café-com-leite*, prática de um revezamento do poder nacional entre membros de dois partidos exclusivos de São Paulo (mais poderoso economicamente, principalmente devido à produção de café) e Minas Gerais (maior pólo eleitoral do país da época e produtor de leite), e certamente moldou diversas práticas políticas no Brasil atual. A Revolução de Trinta foi inicialmente articulada a partir da cisão entre paulistas e mineiros, unindo-se os últimos a outros nomes da política nacional, especialmente dos estados do Rio Grande do Sul e da Paraíba, para formar a Aliança Liberal, na qual se uniram as mais díspares idéias que se materializaram, em parte, com a revolução.

país há bem pouco comandado por coronéis. Concomitantemente, evidenciou-se a distância entre a sociedade civil e o Estado, entre o Brasil real e o Brasil legal, entre a realidade brasileira e as idéias importadas, graças ao intenso debate político doravante travado, sedimentado na radicalização ideológica do período.

O Rio de Janeiro, capital do país desde os tempos coloniais, assumiu-se desde o Reino Unido como o locus de encontro da intelectualidade, sediando jornais, academias e institutos, assim como as sedes dos primeiros cursos superiores implantados no país. Mesmo oriundas das várias regiões do território, era ali que se encontravam as *cabeças pensantes* da vida nacional, seja no campo político, seja no campo cultural. Mesmo na década de trinta, com a criação de uma universidade brasileira em São Paulo, e a efervescência por ela provocada nos meios intelectuais, a proximidade das duas cidades só referendou o sudeste brasileiro como espaço privilegiado de produção, de circulação e de consumo da *intelligentsia* brasileira. O Sudeste tornara-se, também, o centro urbano e industrial do país, seu centro de gravidade para onde convergiam todos os movimentos, enquanto as demais regiões, ao norte, assumiram-se como periferia nacional, em sua posição geográfica, política, econômica e cultural, no contexto do intenso redimensionamento ocasionado pelo governo pretensamente revolucionário, em todos os seus desdobramentos. Tal realidade acabou por gerar uma substancial modificação na mentalidade dos intelectuais brasileiros em relação ao futuro do Brasil, ao seu progresso e à identidade nacional. A transformação das estruturas sociais e a conseqüente emergência de novas classes também favoreceu uma nova percepção dessa problemática. Era mais que necessário decifrar o enigma do Brasil e interferir na produção do seu futuro.

Dentre as reformas implantadas pelo governo de Vargas, ao longo de seus quinze anos, duas merecem aqui ter maior destaque, por estarem diretamente vinculadas ao objeto do presente trabalho: a reaproximação do Brasil a Portugal, na tentativa de afirmação do país no cenário internacional e a reabertura, consolidação e fundação de instituições de ensino superior, com a respectiva implantação de cursos de filosofia e ciências sociais em São Paulo e no Rio de Janeiro, como parte do esforço de fortalecimento nacional do novo governo<sup>354</sup>.

---

<sup>354</sup> O estatuto colonial vetou a abertura de cursos superiores no Brasil, que teve na Universidade de Coimbra a referência para a realização de estudos desse nível. Somente com a chegada de D. João VI foi autorizada a

A carência de personalidades nacionais capazes de exercer cargos de magistério superior tornou necessário o convite a nomes estrangeiros, tornando indispensável a colaboração de uma *nova missão cultural francesa*<sup>355</sup>. Marcada por nomes que posteriormente desempenharam influência significativa no desenvolvimento da cultura e das ciências humanas na segunda metade do século XX, os franceses que ali trabalharam - em conjunto com alguns dos nomes dos integrantes do IHGB<sup>356</sup> - acentuaram o convívio dos autodidatas com pesquisadores e professores de formação universitária, impondo nova dinâmica à vida acadêmica brasileira<sup>357</sup>. A influência da cultura humanística francesa em geral, e da história da filosofia em particular foi muito visível, nomeadamente sobre a terceira geração

---

abertura de cursos superiores no Brasil, sendo abertos os cursos de direito em Olinda e São Paulo. Outro fator que contribuiu para o atraso na criação de cursos superiores no Brasil teve na influência positivista um forte empecilho, ao serem consideradas instituições medievais e com ligações com a Igreja católica. Dominante entre os republicanos, essa influência resistiu bravamente à criação de universidades brasileiras, criadas aos poucos como 27 escolas superiores, entre 1891 e 1910. Após esse período, surgiram os embriões das futuras universidades. De existência fugaz, surgiram a Universidade de Manaus, em 1909, e extinta em 1920, a Universidade de São Paulo (1911-1917) e a universidade do Paraná (1912-1915). A campanha para reabertura e fundação de universidades no país nasceu no esteio do Movimento Modernista e em 1933, logo após a derrota da contrarrevolução constitucionalista, um grupo de empresários se dispôs a alinhar-se com o governo, abrindo a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) com o objetivo de formar uma nova elite capaz de contribuir para o aperfeiçoamento das instituições, do governo e a melhoria do país. Vargas bem soube utilizar-se das pretensões paulistas, ao incentivar o então interventor Armando de Sales Oliveira a implantar uma universidade, a USP, em 1934, que teve como fonte de inspiração o mundo acadêmico francês. No ano seguinte, a abertura da faculdade de filosofia na Universidade do Rio de Janeiro, criada desde 1920, consolidou em definitivo a abertura de um novo momento para os estudos superiores do país. A propósito ver CUNHA, Luis Antonio. **A Universidade Temporã: O Ensino Superior da Colônia à Era de Vargas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1975. SOARES, Maria S. A. (Coord.). **A Educação Superior no Brasil**. Brasília: CAPES, 2002. TEIXEIRA, Anísio. **Ensino Superior no Brasil: Análise e Interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989. CARDOSO Irene. **A universidade da comunhão paulista**. São Paulo: Cortez, 1982.

<sup>355</sup> Dentre os nomes que vieram para o Brasil integrar o quadro de docentes das faculdades de filosofia, ciências e letras recém fundadas, destacam-se o historiador Fernand Braudel, o antropólogo Claude Lévi-Strauss, o economista François Perroux, os sociólogos Roger Bastide e Georges Gurvitch. Entre os filósofos cabe destacar Martial Gueroult, um dos criadores do Método Estrutural de História da Filosofia, Etienne Borne, Gilles Gaston Granger, Jean Maugüé. Posteriormente chegaram como professores visitantes Michel Foucault e Claude Léfort, que passaram alguns anos; Gérard Lebrun e Michel Debrun permaneceram no Brasil por longo tempo.

<sup>356</sup> O IHGB perdeu em definitivo sua influência como espaço privilegiado do ensino e pesquisa em história, que foi transferida para a universidade de forma quase absoluta. A propósito ver MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira (1933-74)**. São Paulo: Ática, 1978.

<sup>357</sup> Tal realidade permitiu a Michel Foucault afirmar ser o departamento de Filosofia (da USP) *um departamento francês de Ultramar*. Cf. ARANTES, Eduardo. **Um departamento francês do Ultramar. Estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana – uma experiência dos anos sessenta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. A respeito ver também MICELI, Sérgio (Org). **História da Ciência Social no Brasil**. São Paulo: Sumaré-FAPESP, 1995. Vol. 2. PECÁUT, Daniel. **Os Intelectuais e a Política no Brasil**. São Paulo: Editora Ática. 1980.

de professores do departamento, com profundos reflexos na produção historiográfica desde então, que passou por intensas reformulações, deixando aos poucos de ser campo exclusivo de médicos e bacharéis em direito, para se firmar como produção profissional, como veremos mais adiante. Tal realidade, entretanto, não se presentificou nos autores e suas obras, esmiuçadas mais adiante, em face das especificidades de sua formação e de sua vivência, como será demonstrado. Não obstante, é certo que a historiografia brasileira produzida depois desse período sofreu notável influência da presença francesa nas principais universidades brasileiras, influência que posteriormente se alastrou para as demais regiões e espaços de produção da história nacional<sup>358</sup>.

O crescente e profícuo contato com a *intelligentsia* francesa, por sua vez, fez afluir certo europeísmo que remontava ao Oitocento, bem almejado por alguns setores das elites intelectuais brasileiras desde o início da república, ensejando uma reaproximação na esfera da política externa e, por conseguinte, no âmbito cultural. A aproximação com esses intelectuais europeus ocasionou notável desconforto entre os Modernistas, apesar de alguns dos seus representantes terem tido ativa participação na formação desse quadro acadêmico. Entretanto, as dificuldades que grassavam o velho continente, às vésperas de um novo conflito e imerso nos problemas ocasionados pela Grande depressão, se elevavam como um impeditivo para um maior contato entre o Brasil e o Velho Mundo. Se até aquela década o país continuava a ser um receptor de mão de obra européia, fato que acentuava certa vinculação entre as duas partes, após os anos trinta essa realidade foi obscurecida em parte pelos efeitos da crise econômica mundial, em parte pela política nacionalista expressa na determinação anti-imigratória do novo governo. As restrições às atividades de estrangeiros no país, inclusive de portugueses, tinham como justificativa a defesa dos interesses nacionais, face à elevada taxa de desemprego resultante da crise econômica e a possibilidade de ameaça à soberania nacional, ocasionada pelo monitoramento político desses imigrantes, sobretudo alemães e italianos, por seus países de origem<sup>359</sup>.

---

<sup>358</sup> Sob a influência dos franceses, a história se aproximou das ciências sociais, objetivando analisar a realidade brasileira em seu aspecto econômico, social e mental e não apenas político, refletindo as complexas e significativas mudanças que ocorriam na sociedade, em plena transição de uma economia agropecuária para o domínio do capitalismo industrial e a emergência dos seus peculiares sujeitos.

<sup>359</sup> GONÇALVES, Willians da Silva. **O realismo da fraternidade. As relações Brasil-Portugal no governo Kubitschek**. Tese de doutorado em Sociologia, Universidade de São Paulo, 1994.

Dar visibilidade ao Brasil no âmbito internacional integrava o projeto Vargasista, dentro da complexa realidade do momento. O alinhamento a determinados países parecia ser indispensável para a consecução dos planos projetados, dos quais o de maior destaque dizia respeito à obtenção dos capitais e tecnologias necessárias ao desenvolvimento do parque industrial almejado por Vargas. A tentativa de abertura de mercados consumidores para as exportações brasileiras também foi determinante para redimensionar a política externa do período, que de relativamente passiva adotou critérios para se inserir afirmativamente nos quadros da ordem mundial em construção. A visibilidade externa pretendida também foi o esteio para a aproximação com Portugal, cuja afinidade histórico-cultural serviria como uma propaganda positiva do país no exterior ou, pelo menos, no mundo lusófono. Para tanto, o governo suscitou expressivo número de eventos diplomáticos e civis entre os dois países durante os quinze anos seguintes<sup>360</sup>, que se alastraram pelos governos posteriores.

O aprofundamento dessa relação historicamente conturbada, marcada por aproximações e distanciamentos, não obstante, serviu como mais um fator de reforço da nacionalidade brasileira, e marcou a adoção de uma *diplomacia cultural*<sup>361</sup> entre os dois países. A afinidade étnica luso-brasileira e a semelhança da estrutura e natureza dos governos destes países permitiram que fossem revogadas as restrições para a entrada de portugueses no Brasil, como expressão da pré-falada afinidade. Os argumentos utilizados para justificar a

---

<sup>360</sup> Como exemplo do esforço de aproximação entre Portugal e Brasil no período abordado, destaca-se a realização do I Congresso de Portugueses no Brasil, em 1931, no qual foi criada a Federação de Associações Portuguesas. Nesse mesmo ano, em 30 de abril, a Academia Brasileira de Letras e a de Ciências de Lisboa assinaram simultaneamente, em Lisboa e no Rio de Janeiro, um acordo ortográfico que pretendia manter a unidade e promover a expansão da língua portuguesa. Também foi assinado, em 1933, um tratado comercial não cumprido pelas duas partes devido a onda protecionista gerada pela crise econômica mundial. Em 1938 foi enviada ao Brasil uma delegação portuguesa com a finalidade de estudar medidas que pudessem incrementar o intercâmbio comercial entre estes países e que resultou na assinatura, em 1941, de um protocolo adicional ao tratado de 1933, apresentando resultados poucos significativos. O acordo acadêmico de 1931 também não obteve o resultado esperado o que fez com que, em 1943, fosse negociada a Convenção Ortográfica Luso-Brasileira, que tampouco conseguiu acabar com as divergências na aplicação dos sistemas ortográficos. Mais uma nova tentativa foi feita em 1945, quando uma delegação brasileira foi enviada a Portugal para negociar uma nova convenção que expressasse o interesse dos dois países, mas esta nem chegou a entrar em vigor. Em 1941, foi assinado o Acordo Cultural Luso-Brasileiro; em 1946, depois de findo o Estado Novo, foi assinado o Acordo Aéreo; em 1948, o Acordo de Cooperação Intelectual e, em 1953, o Tratado de Amizade e Consulta, que também é resultado deste período de grande aproximação luso-brasileira. Sobre a questão ver CERVO, Amado; MAGALHÃES, José Calvet de; ALVES, Dário Moreira de Castro (org.). **Depois das Caravelas. As Relações entre Portugal e Brasil, 1808 – 2000**. Brasília: Editora da UnB, 2000. CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: Política Externa e Projeto Nacional**. São Paulo: UNESP/ FAPESP, 2000.

<sup>361</sup> O termo é de autoria de LOBO, Eulália Maria Lahmayer. **Portugueses en Brasil en el Siglo XX**. Madrid: Mapfre, 1994.

medida destacavam a importância do elemento português na formação do povo brasileiro, o sentido lusobrasileiro da formação histórica da nacionalidade, o poder de adaptação do luso, a identificação entre brasileiros e portugueses e sua contribuição civilizadora e cultural.

Em contrapartida, tornou-se inegável o dispêndio do governo português em se aproximar e tentar melhorar sua relação com o Brasil, elo fundamental para que Portugal atingisse um lugar de maior destaque no cenário mundial ansiado por Salazar, no contexto do Estado Novo. O objetivo era abandonar o título de país periférico, constituindo-se em Estado forte e estabilizado economicamente, o que, devido a sua incipiente industrialização, só seria possível através da manutenção das colônias africanas, ameaçada pela doutrina anticolonialista do pós-guerra<sup>362</sup>. A aproximação com o Brasil, como parte da política externa salazarista, tinha como fito a defesa do império colonial português, já que aquele país, como ex-colônia portuguesa, apareceria como prova concreta da eficiência lusitana em administrar seus territórios coloniais.

No sentido de dar maior visibilidade ao vínculo cultural entre os dois países, foi lançada em Portugal a revista *Atlântico*<sup>363</sup>, com o principal objetivo de difusão recíproca da cultura nacional nas duas margens do oceano, apoiada na busca de um passado em comum e da reafirmação de todos os elementos que compunham esse passado. Em última análise, porém, as preocupações comerciais regiam os esforços dos respectivos governos, o que pode ser demonstrado pelo rol dos muitos acordos (na maioria das vezes ineficazes) sobre o tema<sup>364</sup>. Portugal desejava abrir novos mercados com a finalidade de reduzir a

---

<sup>362</sup> Cf. FIGUEIREDO, António de. **Portugal: 50 anos de ditadura**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1976, p. 87.

<sup>363</sup> Idealizada por Antônio Ferro, diretor do Secretariado Nacional de Propaganda em Portugal e não pelo governo brasileiro, a revista se propunha a divulgar os vínculos comuns entre Portugal e Brasil, que partilhavam dos mesmos sentimentos e ideais, criando a idéia de uma Civilização Atlântica, apoiada na compreensão recíproca proporcionada pelo idioma comum. A semelhança lingüística sempre foi defendida como fundamental fator no processo de aproximação luso-brasileiro, cujo desejo há muito existia, segundo José Osório de Oliveira em artigo de sua autoria, intitulado **Obreiros da aproximação** (*Atlântico*, nº 2, 1942). Por esse modo, a revista se revestiu como o instrumento oficial que garantiria a eficácia e a continuidade dos numerosos esforços para efetivar tal aproximação.

<sup>364</sup> O comércio entre estes países já vinha apresentando acentuado declínio desde meados da década de 20 e esta situação piorou ainda mais depois de 1929 visto que o Estado brasileiro procurou realizar uma política de autossuficiência que dava ênfase ao desenvolvimento industrial e a uma agricultura que satisfizesse o mercado interno. No seu tempo, o governo de Vargas apresentou uma disposição diferente com relação a essa questão, tanto que um acordo comercial foi assinado em 1933 com a finalidade de recuperar a queda dos índices comerciais das exportações brasileiras e portuguesas, estabelecendo princípios da liberdade de

dependência do país à Inglaterra e o Brasil precisava manter o comércio exterior de forma que as exportações pudessem garantir certo nível de estabilidade interna. Além disso, um acordo comercial com Portugal era extremamente importante, em face da impossibilidade de competitividade dos produtos brasileiros com aqueles produzidos em áreas coloniais.

A retórica da irmandade tomou nova forma nesse contexto, conectada com as balizas políticas do momento. A semelhança ideológica dos dois governos, cada um com seu departamento de propaganda e ambos com a mesma nomenclatura, após 1937, parece provar que tal aproximação não pode ser considerada unicamente como simples resultado da relação histórica a unir os países, ou simples fruto da vontade dos setores da sociedade que desejavam estreitar as relações luso-brasileiras. Foi somente com a intervenção e participação dos Estados brasileiro e português que importantes passos foram conquistados, mesmo que em longo prazo, no caminho de um entendimento recíproco. A afetividade constituída nesse período findou por tornar-se um laço permanente nas relações lusobrasileiras, e um dos seus mais importantes efeitos foi dissuadir o viés político existente nas mesmas, sobressaindo-se sempre o vínculo cultural.

Profere-se que determinados períodos da História de um país são especialmente significativos não porque representam um rompimento radical com as estruturas sociais, políticas ou econômicas anteriores, mas porque neles os agentes históricos procuram dar novas dimensões e significados à realidade passada a fim de construir no presente um mundo adequado a seus próprios projetos. Tal fato pode ser percebido nos grandes ensaios sobre a formação da nacionalidade brasileira, que nasceram nesse ínterim, demonstrativos do quanto fora modificada a idéia de nação buscada desde a independência, assim como o que se pensava do outro, dos outros e, no presente caso, de Portugal e dos portugueses.

---

comércio e navegação, de reciprocidade e no tratamento da nação mais favorecida. Outros acordos que tinham como objetivo diminuir os obstáculos comerciais entre estes países foram assinados posteriormente, mas nenhum deles, até a década de 60, conseguiu ter grande êxito.

## CAPÍTULO 6

### UMA NAÇÃO IMPREGNADA DE PORTUGAL

A obra de Gilberto Freyre<sup>365</sup> integrou o rol dos grandes ensaios interpretativos sobre a formação da sociedade brasileira, que surgiram no país no contexto dos anos 30<sup>366</sup>. Seu texto-germinal, *Casa grande & Senzala*<sup>367</sup> é o expoente para revelar a compreensão que aquele autor arquitetou sobre o Brasil e, conseqüentemente, sobre Portugal nesse tempo de aproximações. Com efeito, o que se contém em CGS é amplo e complexo painel, pouco atento a cronologias, e ao mesmo tempo sincrônico e diacrônico, da formação da sociedade patriarcal, tendo na família a célula civilizadora, reinante no Brasil por mais de três

---

<sup>365</sup> Gilberto Freyre nasceu no Recife em 1900, residindo nos Estados Unidos e Europa de 1918 a 1924, tempo em que cursou a graduação e concluiu o mestrado, com a tese intitulada **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**. Defendida perante a Universidade de Colúmbia, em Nova York, em 1919, e publicada pela primeira vez na *Hispanic american historical review*, em 1922, sua investigação germinou a idéia aprofundada em *Casa grande & Senzala*. Promoveu em 1926, no Recife, o 1º Congresso Brasileiro de Regionalismo, quando lançou seu Manifesto Regionalista, em contraponto ao Manifesto Modernista dos paulistas, abrindo caminho para a literatura regionalista e a construção discursiva da região nordeste. Realizou, em meio a dificuldades financeiras, as pesquisas que levariam à publicação de *Casa Grande & Senzala*, um desdobramento da investigação da tese de mestrado **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**. Iniciou, em 1935, um curso de Sociologia na Faculdade de Direito do Recife, mas nunca seguiu carreira acadêmica regular. Foi eleito deputado federal pela UDN em 1946, mas também não permaneceu na atividade política. Seu livro seminal se desdobrou numa trilogia imprescindível para o conhecimento da formação do Brasil, seguindo-se de títulos como **Sobrados e Mocambos** e **Ordem e Progresso**. Autor prolífico, publicou dezenas de títulos, reeditados variadas vezes e em vários idiomas, o que dispensa, a nosso ver, de maiores apresentações. No Brasil, sempre foi visto com desconfianças por um grupo de intelectuais, por suas posições políticas e suas escolhas, o que resultou numa severa crítica à sua obra, crítica que vem se desvanecendo desde os anos 80, após sua morte, em 1987. Apesar de nunca ter se afirmado como sociólogo e menos ainda como historiador, a trilogia freyreana é acatada como um trabalho de história cultural pelos historiadores nacionais.

<sup>366</sup> Produzidos por jovens autores que intentavam abordagens renovadoras de fenômenos históricos, econômicos, sociológicos, educacionais, étnicos, destacam-se por ostentarem o termo “formação” em seu título, evidenciando a temática principal das mesmas: **Formação histórica do Brasil**, de Néelson Werneck Sodré, **Formação do Brasil contemporâneo**, de Caio Prado Júnior, **Os donos do poder – formação do patronato nacional**, de Raimundo Faoro, e até mesmo **Casa Grande e Senzala - Formação da família brasileira sob o regime patriarcal**.

<sup>367</sup> Doravante, ao nos referirmos a este livro, trataremos apenas por CGS, como já o fizemos em casos anteriores. Justificamos nossa opção como estratégia para dar maior fluidez à escrita do presente texto. Na leitura ora realizada utilizaremos também *Sobrados & Mocambos* (SM) e *Ordem & Progresso* (OP).

séculos, acima de Igreja e do próprio Estado. Mais que uma história íntima pretendida por seu autor, CGS é uma análise da gênese da sociedade brasileira, agrária em sua estrutura de produção, escravocrata no modo de exploração do trabalho, e híbrida em sua composição social.

Composta de cinco partes, nas quais o autor analisou o papel desempenhado pelos nativos, pelos negros e pelos portugueses na formação social e familiar brasileira, o texto-chave de Gilberto Freyre buscou desvendar a cultura colonial, cujo enraizamento se deu de formas distintas em todo território da chamada América portuguesa, consideradas as especificidades regionais.

Seu autor, nordestino de nascimento, viveu os vestígios dessa cultura, amalgamada na vida social de Pernambuco, seu estado natal, antiga capitania que se destacou como a maior produtora de açúcar da colônia, com farto contingente de escravos, cujas terras eram loteadas de engenhos e de famílias poderosas. Seu lugar social o indicava como um representante da decadente aristocracia pernambucana, célula máter da civilização construída pelos portugueses, auxiliados por índios e negros, o que se refletiu numa perspectiva de ser o nordeste açucareiro a matriz fundamental da sociedade brasileira<sup>368</sup>, uma expressão da autenticidade na formação nacional, onde se formara uma democracia racial<sup>369</sup>. No contexto político e econômico daquele momento, entretanto, Freyre

---

<sup>368</sup> OLIVEIRA discute a questão da (baixa) aceitabilidade da premissa do nordeste açucareiro como epicentro da formação da sociedade brasileira, traçada na obra de Freyre. A respeito ver OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. **Gilberto Freyre e a valorização da província.** *Sociedade e Estado*. v. 26, nº 1, Jan./Abr, 2011. Sobre a questão, Freyre esclareceu ter sido o Nordeste, e mais especificamente, em Pernambuco, mais que a qualquer outra região do Brasil que teve início a civilização no Brasil: *Não foi em São Paulo. Em São Paulo, fundou-se um engenho no Século XVI. Enquanto se fundava esse engenho, perto de Santos, já existia uma constelação de engenhos e casas grandes em Pernambuco, constituindo a verdadeira raiz do Brasil. Esta é a tese de Casa-Grande e Senzala, pois a família - e não o governo ou a igreja - é que foi a raiz brasileira, cuja força germinal você encontra aqui, e não em outro lugar do Brasil. Essa crítica é de gente do sul e você sabe como são exclusivistas. Eles querem que tudo tenha começado por lá. Veja bem. Eu admiro o bandeirante, mas ele foi um nômade, de pouca fixação. A fixação em algum ponto do Brasil - vamos dizer, vertical - começou do Nordeste brasileiro. Daí, o símbolo casa grande e senzala ser muito importante, pois foi uma fixação natural. A casa grande era aceita não só como residência, mas também como banco, escola e uma série de funções.* Cf. trecho de **Gilberto Freyre: um menino aos 83 anos.** *Santista*. São Paulo, v. 1, n. 2, nov. 1983, p. 16-18. Entrevista disponível em [http://www.bvgf.fgf.org.br/portugues/vida/entrevistas/menino\\_aos83.html](http://www.bvgf.fgf.org.br/portugues/vida/entrevistas/menino_aos83.html), acessada em 20/10/2011.

<sup>369</sup> Sua postura deu margem à larga oposição com o sudeste industrial, ganhando a antipatia e a crítica negativa, especialmente por parte da chamada Escola Paulista de Sociologia na década de 50, liderada por Florestan Fernandes. A EPS contou com nomes como Otávio Yanni, Emília Viotti da Costa, Fernando Henrique Cardoso e outros, cujas perspectivas tinham por base os ideais marxistas, característicos dos pesquisadores da USP e da influência européia que ali estava desde sua fundação. Desse grupo emergiram

representava o arcaico Nordeste, em oposição ao Sul transgressor do modelo colonial, a esculpir a modernização nacional, o que se refletiu facilmente na recepção de sua obra, alguns anos depois.

Ao conceder o papel de matriz da cultura brasileira ao nordeste açucareiro, Freyre fez emergir na historiografia nacional o importante papel do negro na formação daquela sociedade – até então relegado a segundo plano em face do teor racista que dominava a temática. Ao fazê-lo, redimensionou em definitivo o papel dos envolvidos no cadinho de raças que se tornara o Brasil, revalorizando cada participação, nomeadamente em relação aos portugueses. A estes dedicou importante espaço em sua pesquisa, trazendo à luz variados matizes e tons na construção de um português diferente do que até então se conhecia a respeito. Em Freyre os tipos portugueses deixaram de ser considerados pelo seu papel econômico, ou por seu teor político, sendo mostrados como relevantes agentes culturais na formação de um novo lugar.

A composição do português freyreano, ao contrário dos demais autores aqui utilizados, não se deu apenas no contexto colonial. Mesmo que outros historiadores tenham se utilizado das origens do Estado português para compreender os aspectos psicológicos e culturais do português que chegou ao Brasil, Freyre percorreu um caminho distinto e mais ousado. Ao buscar nessas origens a constituição da cultura portuguesa em si, Freyre identificou nos recônditos do Brasil a fixação dessa cultura, transplantada em sua plenitude, e ainda pujante, em seus maiores aspectos, em pleno século XX. Sua investigação foi pautada pela larga variedade de fontes primárias, sequer reconhecidas como tais pelos historiadores de

---

discursos combatentes ao sistema capitalista e em prol da independência econômica do Brasil. No tocante ao social, as possibilidades do discurso foram em torno das contradições de classes e das injustiças sociais. A postura de Freyre sobre as relações senhor português/escravo negro defendendo uma democracia racial e a existência de relações amenas entre as duas partes suscitou severas críticas contra aquele autor, considerado um conservador desprovido de senso social. Não obstante, outras críticas surgiram, tendo um cunho mais pessoal contra o lugar social de Freyre, e de forma disfarçada, contra sua origem longe dos grandes centros do sudeste brasileiro. Uma se destaca por sua virulência e ataque pessoal, intitulada **O espírito da aldeia - Orgulho ferido e vaidade na trajetória intelectual de Gilberto Freyre**, de autoria de Luís Antônio de Castro Santos. *Novos estudos CEBRAP*, n.27: p. 45-66, Jul, 1990. A resposta ao infeliz trabalho foi dada por FONSECA, Edson Neri. **Gilberto Freyre, a província e o Phdeísmo carioca**. *Ciência e trópico*, v. 20, nº 2: p.309-316, jul/dez, 1992. Tantas críticas não escondem, porém, a boa recepção do trabalho de Freyre, ainda nos anos 30, por nomes como os de Álvaro Lins, Roberto Alvim Corrêa, Otto Maria Carpeaux, M. Cavalcanti Proença, Osmar Pimentel, Eduardo Portella, Gilberto de Metia Kujawski, José Guilherme Merquior e Leo Gilson Ribeiro. Fora do Brasil, Freyre foi aclamado por críticos do porte de Lucien Febvre, Fernand Braudel, Roger Bastide, André Rétif, Jean Pouillon, Roland Barthes, Jean Duvignaud, Frank Tannenbaum, Asa Briggs, Julián Martas e David Mourão-Ferreira, e sua CGS publicada em vários países, o que tornou um dos autores brasileiros mais lidos no exterior.

então, antecipando-se no uso das mesmas às propostas dos *Annales* e aos métodos da história cultural ou da micro história<sup>370</sup>.

Em Freyre encontra-se o português no contexto de sua própria formação nacional, assim como o português colonizador, que para o autor aos poucos se tornou em lusobrasileiro. Suas fontes falaram do português dos séculos XV e XVI, e não do português moderno, já *manchado de podre*, segundo palavras do historiador. Para ele, somente o levantamento e análise do perfil daquele permitiria auferir uma idéia equilibrada e exata do colonizador do Brasil.

A lusitanidade, em sua narrativa, foi elemento essencial do Brasil em gestação, que chegou ao século XX dela impregnado, seja pela repetição, seja pela adequação de miríades de detalhes utilizadas pelo historiador para construir o português. Tais expressões da cultura portuguesa, transplantadas para a colônia, segundo aquele autor, não se tornaram hegemônicas, mesclando-se com outras, formando uma cultura nova, exclusiva, singular.

Apesar de publicado no contexto de um projeto dito revolucionário, não é possível afirmar da existência de qualquer vínculo entre o trabalho seminal de Freyre com os interesses governamentais do período. CGS é inegável desdobramento da tese de mestrado produzida por Freyre quando de sua experiência universitária nos Estados Unidos, sendo sua perspectiva teórico-metodológica proveniente do academicismo norte-americano, arquitetadas a partir do pensamento de Franz Boas. A entrada de diversos pensadores europeus nos quadros acadêmicos do Brasil, nos anos trinta, em pouco ou quase nada contribuiu na feitura da obra, apesar de haver influenciado, em muito, sua crítica<sup>371</sup>.

---

<sup>370</sup> Freyre fez uso da história oral, de testamentos, inventários, cartas, livros de receita, romances, canções folclóricas, relatos de viajantes e a iconografia do período. Consoante Burke e Palhares-Burke, Freyre se ressentia da relativa inexistência de diários e agendas pessoais como vestígios da vida colonial brasileira, sugerindo que num país católico não foi o diário, mas o confessionário que absorveu os segredos pessoais e de família. In. PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. BURKE, Peter. **Repensando os trópicos – um retrato intelectual de Gilberto Freyre**. São Paulo: UNESP, 2009, p. 128.

<sup>371</sup> SILVA identificou algumas particularidades existentes no trabalho de Freyre, que podem ser lidas na ótica de Michel Foucault. Não obstante, faz-se necessário destacar a datação da obra seminal de Freyre, lançada vinte anos antes do lançamento do primeiro livro do filósofo, e cuja obra *Microfísica do poder*, de 1979, serviu de parâmetro para a comparação realizada por SILVA, Fábio Lopes da. **Freyre & Foucault; Casa grande & Senzala como microfísica do poder**. Revista de história e estudos culturais, v. 3, nº 3, Jul-Set, 2006.

entrada do filósofo francês no quadro de acadêmicos da USP, que ocorreu apenas em 1975

## 6.1. Uma mentalidade plástica

O perfil português traçado por Gilberto Freyre, inicialmente, teve como base o delineamento histórico da formação nacional de Portugal, da qual o autor buscou dar maior visibilidade a alguns aspectos, de forma a acentuar peculiaridades importantes para o desenvolvimento de sua tese<sup>372</sup>. Para Freyre, a revelação do colonizador exigia o pleno conhecimento da formação portuguesa enquanto nação, e do português dos séculos XVI e XVII como agente final desse empreendimento. Só assim seria possível a plena aceção do homem que participara da formação brasileira, nela imprimindo sua marca, e esta remontava a um Portugal antigo, e não ao Portugal moderno, decaído do contexto das navegações, dos empreendimentos, das campanhas vitoriosas.

O homem oriundo desse Portugal moderno já estaria psicologicamente depauperado, manchado de podre, posto que resultante de uma sociedade plenamente falida, envenenada pelas próprias estratégias de exploração desmedida de suas colônias, asfixiada pela imobilidade que escolheu como destino<sup>373</sup>. Assim, o português ao qual se referiu Freyre em sua obra primeira é o homem dos séculos XV e XVI, aquele que se tornou o colonizador por excelência. Compreendê-lo significaria capacitar-se à compreensão do Brasil, extensão da população ibérica.

Esse tipo seicentista, para nosso autor, fora marcado pela ambiguidade, sendo seu caráter de difícil definição, em face de sua própria formação. Sua postura como homem de um século de descobertas e alargamento do mundo não permitia que fosse tratado como um espírito simplório de hábitos toscos, como atestado por Keyserling, para quem o português seria um plebeu, um home rude, marcado por certa ingenuidade se comparado com o *caráter imperialista*<sup>374</sup> de outros povos europeus. Em Freyre, o português - no contexto de suas singularidades historicamente construídas, nomeadamente em relação aos seus

---

<sup>372</sup> Em sua narrativa, percebe-se com clareza ter o autor feito uso de algumas representações, entre os quais as de Keyserling e de Haldemann, para elaborar uma contra-argumentação convincente na construção de um perfil português. KEYSERLING, Conde Herman de. **Portugal. Descobrimto**, nº 2, Lisboa, 1931. HANDELMANN, Hendrich. **História do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

<sup>373</sup> A este português, Freyre referenciou em **Sobrados & Mocambos – decadência da sociedade patriarcal**, quando abordou a chegada da família real ao Brasil e o processo transformador originado pelo fato, deslocando o eixo da sociedade colonial do rural para o urbano, do aristocrata do engenho para o burguês da cidade.

<sup>374</sup> Em Freyre o termo referencia a tendência colonizadora, dominadora, imperativa de alguns países europeus, tal qual Inglaterra e Espanha, que não existiria nos portugueses em decorrência da maleabilidade de seu caráter, que o tornava um conciliador por excelência, sem arroubos autoritários.

aspectos psíquicos -, não ofereceria possibilidades de comparações com outros povos, tal quais ingleses e espanhóis, já engolfados na sanha imperialista que dominou a Europa seicentista.

O autor em foco defendeu que a formação de Portugal não possibilitara que ali o sistema feudal se desenvolvesse em sua plenitude, e como consequência não se consolidara em seu meio uma aristocracia nos moldes como adviera em outros lugares<sup>375</sup>. A nobreza portuguesa seria formada, em grande parte, por eclesiásticos que dominaram grandes extensões de terra desde o fim das Cruzadas, constituindo-se como cerne da estrutura social do país em formação. Desse modo, o sistema de senhores e vassallos fora, em Portugal, dominado por clérigos, cujo poder se robusteceu pelo prestígio político e militar num primeiro momento, aprofundando-se numa ordem moral e jurídica lastreada pelo direito canônico que dominou aquela sociedade. Em decorrência desse desenvolvimento especial, Portugal foi mostrado por Freyre como uma sociedade caracterizada pela mobilidade social desde sua formação, haja vista a aliança de casamentos entre a fraca nobreza civil, mais interessada na própria sobrevivência que na manutenção da pureza do sangue. A união de nobres com membros da classe média, impregnada de sangue mouro e hebreu, favoreceu a precoce ascendência das classes marítimas e comerciais na economia e na política portuguesa. Em decorrência dessa mobilidade extremada, não haveria em Portugal grandes distinções entre os patronímicos familiares que permitissem a identificação de classe, pois o mais pobre lavrador poderia ostentar o mesmo nome de família do mais alto escalão social.

Para Freyre, o português se aburguesara facilmente, mas tal estado não o fizera um portador de um cariz burguês, com todas as suas especificidades, tal qual reconhecidas nos Oitocentos. Para nosso autor, tal aburguesamento se deu pela opção política dos reis em se libertar das pressões da aristocracia, num quadro de divergência entre os interesses rurais e marítimos. A inclinação pelos projetos da burguesia mercantil e pelos centros urbanos, mais que pelas demandas rurais, foi uma realidade que tornou Portugal uma nação mais

---

<sup>375</sup> Para Freyre, a Reconquista, embora seguida de concessão de largos trechos de terra aos grandes guerreiros (em sua maioria pertencente às ordens eclesiásticas) não acentuou traços e característicos feudais, e as terras concedidas sempre se engravavam com outras da coroa ou do rei, cultivadas por foreiros ou rendeiros. Nessa organização social, figurava o solar, a mansão senhorial, avó da casa grande, embora as terras ao seu redor não se destacassem como de grande propriedade, embora subdivididas em pequenas parcelas. Tal formação se distingue no contexto feudal da Europa medieval, por somar os proveitos da pequena propriedade com as vantagens do latifúndio, o que resultou num saudável economia nos primórdios da nação portuguesa. In **Casa Grande & Senzala**, pag. 231-2.

urbana que rural, mais voltada para fora que para si mesma, ainda numa época que o restante da Europa tinha sua vida centrada nos campos<sup>376</sup>. Por conseguinte, não se poderia nunca encontrar nos lusos o mesmo cariz de ingleses e espanhóis, cuja aristocracia feudal se assumira como imperialista no contexto colonizador, tal qual pretendia o conde alemão. O português era um semiburguês pela realidade dos casamentos exogâmicos que marcava sua sociedade, assim como era um aristocrático, no gosto pelo formalismo e pelas medidas sociais.

Haveria, assim, na alma portuguesa uma distinção especial, que o tornava um povo à parte da própria Europa dominadora: era, antes de tudo, um contemporizador, acostumado que fora ao longo dos séculos a bem conviver com povos os mais distintos possíveis, fosse às beiradas de seu território ou em portos distantes. O português navegador aprendera com a própria experiência que viveria bem se desenvolvesse a arte da transigência, da moderação. Sua experiência mundana configurou sua mentalidade como extremamente plástica, amoldável às situações existenciais, sem que sofresse maiores danos, numa saudável expressão cosmopolita que o marcaria como povo devassador do mundo moderno, exemplar de um ecletismo psicossíquico exclusivamente luso<sup>377</sup>. Como tal, desenvolveu extraordinária força de diferenciação e autonomia diante dos demais povos do continente, capacitando-se à convivência e à confraternização com povos de origens diversas, por ser despido de preconceitos e de ideais absolutos. Tal cariz nos leva a perceber que o português freyreano ganhou o mesmo tônus do luso renascentista de Paulo Prado: livre, liberto de amarras, desvinculado dos preconceitos europeus e das amarras do medievalismo, aberto a dominar o mundo, o que lhe rendeu fama de inepto e – contraditoriamente – sagaz.

---

<sup>376</sup> FREYRE se reporta à discussão em seu livro **Interpretação do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1957 à p. 59..

<sup>377</sup> REIS admoesta que a visão positiva de Freyre a respeito da eclética mentalidade portuguesa, que o capacitou como o mais habilidoso dos colonizadores europeus, poderia ser tomada como essencialmente negativa, sob uma abordagem econômica ou política, capaz de justificar a falência dessa empresa em poucos séculos após sua origem. Essa falência resultaria, pois, do *caráter bambo, flexível, frouxo, plástico, fortemente sexuado, imprevidente, fatalista, que permitiu ao português reunir em si muitos contrastes, passando de um estado psicológico a outro, rápida e subitamente. Místicos, políticos, aventureiros, atolados numa indolência pouco europeia e bem oriental*. REIS, José Carlos. *Op. cit.*, p. 75. Cabe lembrar ser a análise freyreana centrada nos aspectos culturais da formação das sociedades portuguesa e brasileira, resultando em perspectivas dissonantes de outros estudos de viés politicoeconômico. Daí ser a plasticidade arguida por Freyre uma qualidade, e não um defeito.

A astúcia foi, para Freyre, uma arte e uma estratégia de sobrevivência do português, desenvolvida no contato com outros povos. Foi através da cordialidade e da simpatia que o português tornou-se capaz de se projetar pela imaginação na posição de outro homem e de experimentar sentimentos e estado de espírito alheios<sup>378</sup>. Em razão dessa habilidade, Freyre representou o português quinhentista como capacitado, mais que qualquer outro povo europeu, a desenvolver uma civilização moderna na América, sem entretchoques nem conflitos profundos. Sua experiência histórica com outros povos o moldara para tanto, bem convivendo com mouros e judeus, dos quais recepcionaram muitos dos costumes, que no ambiente colonial foram tomados como tipicamente lusitanos<sup>379</sup>. Faz-se interessante notar que esse caráter plástico, destacado por Freyre como tipicamente português, parece dissolver todas as diferenças culturais desses povos, cujo contato se deu sem embates nem entretchoques, salvo em alguns casos específicos.

Com tal escopo, Freyre elencou uma série de peculiaridades da cultura moral e material portuguesa, por ele entendidas como herdadas do contacto com o estrangeiro e que, impondo-se em zonas onde a presença alienígena era mais freqüente, findou por configurar distintos tipos portugueses. Assim, o português do norte (o minhoto) foi mostrado por Freyre como um português diferente, com valores distintos dos habitantes do sul português. Ali, a presença moura deixou rastros na cultura local, que se destacou pela higiene pessoal, pelo asseio doméstico, entre a miríade de detalhes que Freyre enumerou como exemplos dessa assimilação cultural. Essa divisão também foi tratada pelo autor como existente na própria origem de Portugal e na formação étnica de seu povo, o que nos leva a entender que em Freyre não há um português, mas tipos vários, apesar do autor não acentuar tais distinções como de maior relevância em sua construção<sup>380</sup>.

---

<sup>378</sup> Cf. FREYRE, Gilberto. **O mundo que o português criou**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1940.

<sup>379</sup> Dos mouros, Freyre destacou a azulejaria, a arquitetura, o gosto pelas comidas oleosas, a prática de certo processos culinários, a doçaria com ovos, a higiene pessoal, o asseio doméstico, a facilidade do contato com mulher exótica, a poligamia, o sistema de ensino, a família patriarcal, entre tantos outros detalhes. Dos romanos, estipulou o paganismo típico do catolicismo português, o pendor guerreiro, os hábitos predatórios, a latinização da fala, a técnica imperial. Dos judeus, a prática mercantil, a necessidade de entesouramento, o desinteresse pelo trabalho braçal, a preguiça, o cunho escravocrata.

<sup>380</sup> Dentre os autores aqui analisados, somente Capistrano de Abreu se assemelhou a Freyre nesse pormenor, visto que o português abrelino apresentou certa dualidade desde sua origem, em razão de sua propositura existencial: *aventureiros* ou *agentes da coroa*. Em relação à sua atuação na própria colônia, Abreu mais uma vez os dividiu entre *filhos do Reino* ou *naturais da terra*. Mesmo que os últimos revelem o português em relação à sua naturalização, ou seu lugar de nascimento, os primeiros levam-nos a entender existir em Portugal notável distorção da própria mentalidade portuguesa, uma mais liberta e desgarrada das vontades da

O comprovado contato do português com estrangeiros de toda ordem, e a assimilação de traços dessas culturas serviu para que Freyre argumentasse contra a pretensa xenofobia que marcara os lusos na escrita de Handelman<sup>381</sup>, utilizando aspectos do direito português que poderiam comprovar a liberalidade com que o luso recebera estrangeiros em seu país, sem que o fato ocasionasse maiores desgastes no tecido social. A esse corpo jurídico, Freyre reputou com um dos mais liberais de toda a Europa, por não sufocar nem abafar as minorias étnicas dentro do reino, nem suas tradições e costumes, e – mais além – concedendo-lhes o direito de se regerem por um corpo jurídico próprio. O autor, em sua convicção, não fez referência aos embates e sangrentos conflitos ocasionados entre portugueses e essas etnias, em momentos específicos da história de Portugal, com o foco em confirmar suas hipóteses; bem ao contrário, se aprofundou em mostrar os intensos contactos com outros povos. Para Freyre, tais conflitos tiveram tónus religiosos e até mesmo políticos, jamais étnicos, desconfigurando desse modo a xenofobia portuguesa aventada pelo autor a quem Freyre se contrapôs.

Em Freyre encontramos um português marcado por certa ortodoxia católica, que o fizera olhar o mundo a partir do prisma religioso homogeneizado em sua cultura desde a experiência nas Cruzadas. Essa religiosidade extremada deu contornos para que sua aceitação do mundo e das pessoas passasse pelo crivo da fé, ao que o autor chamou de *profilaxia religiosa*. Para o português quinhentista, não seria a cor da pele nem as diferenças culturais que o faria recusar maior contacto com indivíduos, pois – consoante o próprio Freyre – a origem étnica desse português fora marcada por povos tão distintos entre si, que era inegável sua mestiçagem, um mestiço que gerava crianças *louras e cor-de-rosa como um Menino Jesus flamengo, para tornarem-se, depois de grandes, morenas e de cabelo escuro*<sup>382</sup>. Esse dado, para Freyre, sinalizaria a inexistência de questões étnicas no contexto da sociedade portuguesa, acostumada que fora com o convívio com estrangeiros,

---

coroa; outras mais obediente, mais submissa e mais interesseira, o que vem clarear a questão da própria homogeneidade das ações políticas daquela população.

<sup>381</sup> O autor analisou como discriminatória e xenófoba a atuação portuguesa, ao não aceitar colonos de outras partes da Europa na colônia americana, baseado na experiência para com os mouros e judeus, ainda na Península Ibérica. HANDELMANN, Hendrich. *Op. cit.*, p. 81. A questão será discutida no decorrer deste texto, ao se abordar a colonização portuguesa na América.

<sup>382</sup> Evidencia-se na narrativa freyreana o imperativo de mostrar o português como um híbrido, talvez no intuito de mais aproximá-lo de seus descendentes americanos. Mesmo que a análise freyreana não tenha como pressuposto a discussão de raça, é inegável seu sentido de valorização da mestiçagem como um adjetivo positivo aplicado à condição humana, discurso que se contrapôs a certos grupos de intelectuais brasileiros que não tinham a mesma convicção. *Op. cit.*, p. 203.

e reconhecendo-se como resultado do encontro de povos. Esse encontro, por sua vez, refletira-se na religiosidade portuguesa, cujo catolicismo fora marcado profundamente por outras crenças, no qual o autor apontou inúmeros elementos comprovativos que tirariam desse catolicismo o teor ortodoxo do mesmo.

O que avultava em Portugal, e na personalidade de seus habitantes, segundo Freyre, era certa *mística católica*, que dava sentido ao mundo e a sua maneira de entendê-lo, justificando sua ação política. Tal se comprovava na análise do entrelaço havido entre portugueses e mouros, nas lutas da Reconquista, mostrado em CGS como um embate de fé, desvinculado de questões raciais, e até mesmo como um embate político, expressão da autonomia característica do português e da nascente idéia de nacionalismo. Da mesma forma ocorrera em relação aos judeus, que por muito tempo conviveram pacificamente no reino, sem prejuízo de suas atividades, até que demonstraram – segundo o autor - a falta de delicadeza de sentimentos em questões de dinheiro para com os cristãos. Por tal viés, os conflitos entre portugueses e judeus se transformavam em conflitos de cristãos contra hereges, com visões diferenciadas acerca da usura, do entesouramento bem praticado pelos judeus e denunciados como pecaminosos pelo clero em determinado momento da conjuntura nacional.

A questão em si, trazida à baila por Freyre, denotava a pureza de fé, e não pureza de raça, que impôs aos judeus portugueses serem conhecidos, em Portugal e suas colônias, como *cristãos novos*, e não como *judeus* como o eram no resto do mundo, desmemoriando-lhes de sua própria condição religiosa, mas não de sua condição social.

O xenofobismo português, em Freyre, não existiria, ante a capacidade portuguesa de estar no mundo, de nele se colocar sem freios nem peias, salvo aquelas determinadas pela ortodoxia católica, as quais inúmeras vezes esqueceu pela sua própria condição de povo cosmopolita, que se amoldava às mais diferentes culturas sem imposições imperialistas, e que findou por ser entendido como um povo plebeu, cujos contactos com outras gentes eram feitos sem maiores formalidades nem separações. Essa postura solta, sem amarras nem vontades foi revelada pelo intelectual como bastante proveitosa para a cultura portuguesa, corroborando o caráter cosmopolita e a maleabilidade psicológica como uma marca que não se podia desdenhar para a cabal compreensão do povo português.

Tal maleabilidade, por sua vez, não foi representada por Freyre apenas como uma marca do contato do português com o estrangeiro, mas das próprias condições sociais existentes naquela sociedade que findaram por impor certos costumes na população quase por força de lei. Freyre atentou para a constante *crise de gente* enfrentada por Portugal, que atingiu seu ápice quando da colonização agrária implantada no ambiente colonial. Essa escassez populacional, ocasionada pelas condições disgênicas, pelas dificuldades do meio físico e pela instabilidade econômica demandava uma solução cabal, sendo mostradas pelo autor como um fato que reverberou na mentalidade portuguesa em definitivo e que acresceu o valor dos lusos como agentes da colonização. Como um povo numericamente ínfimo tornara-se capaz de dominar tão grande espaço, submetendo os naturais da terra e impondo-lhe uma presença ádvena, para além de si próprio?

Para Freyre, os lusos foram capazes de fundir os interesses de sua coroa com os da população, adequando certos mecanismos sociais com esse fito. É o caso do catolicismo português, que abriu mãos da própria ortodoxia religiosa em prol de uniões que resultassem no crescimento da população portuguesa. O consentimento eclesiástico do casamento secreto, consumado com o coito, posteriormente reconhecido pelas Ordenações Manuelina e Filipina, denunciava o quanto os interesses pela procriação se tornaram questão de Estado, abafando não só os preconceitos morais como os escrúpulos católicos, o que deu substratos para que Freyre destacasse os aspectos fálicos do cristianismo português, e de como a questão se refletiu na cultura portuguesa, regida, em todas suas esferas, por uma simbologia francamente obscena.

“Outro aspecto da obsessão que se tornou em Portugal o problema do amor físico surpreende-se no fato de não haver, talvez, nenhum outro país onde a anedota fescenina ou obscena tenha maiores apreciadores. Nem em nenhuma outra língua os palavrões ostentem tamanha opulência. Os palavrões e os gestos. (...) O erotismo grosso, plebeu, domina em Portugal todas as classes, considerando-se efemeninado o homem que não faça uso dos gestos e dos palavrões obscenos<sup>383</sup>”.

Sobre a questão, Freyre deu vazão à prática etnográfica, para elencar os variados aspectos da cultura portuguesa que se transformaram desde então. Para tanto, destacou desde os rosários com símbolos fálicos, vendidos às portas das igrejas portuguesas, aos doces conventuais, identificados por nomes afrodisíacos, do culto aos santos com danças

---

<sup>383</sup> *Ibidem*, p. 250-1.

orgiásticas à utilização das igrejas e conventos como recintos de acasalamento. Para o autor, esse rude naturalismo emergiu como um diferencial do português em contraste com os excessos de reticências característicos dos anglo-saxões.

Não obstante, Freyre considerou que esse aspecto renovador, nascido no século XV, não poderia ser tomado como dissolução moral da sociedade portuguesa. Bem ao contrário, essa obsessão pelo amor físico seria reveladora da capacidade de adaptação portuguesa, a plasticidade que se destacava em sua personalidade e que, ao invés de fazê-lo sucumbir entre os seus, abria-lhe as portas do mundo, para confraternizar-se com outros povos, para conhecer novas gentes e entrecruzar, dando-se permanência e visibilidade. Essa plasticidade era de natureza tal que facilmente o plano original se realizou, com a ampla formação de uma população mestiça, dominada por laços de sangue e pelo poder político, integrada ao ambiente colonial para o povoar, defender e torná-lo produtivo.

Embora seja persuasória em alguns trechos, a narrativa freyreana é marcada por detalhes e sutilezas tais que exigem plena atenção do seu leitor. Ao se dispor a analisar o português quinhentista, Freyre sempre se voltou à formação da nação portuguesa, como espaço de elucidação da mentalidade de seu povo, representado a certa altura como uma população famélica, extenuada pela alimentação pobre, carente de recursos de toda ordem. Em sua exposição sobre a alimentação portuguesa, alertou seu leitor para que não se deixasse ludibriar pelas muitas *crônicas de banquetes, as tradições de comezainas, as leis contra a gula*<sup>384</sup>, capazes de convencer tratar-se aquela população de uma horda de superalimentados<sup>385</sup>. Nesse contexto, no qual mostrou a distinção da alimentação ordinária, consumida no cotidiano popular daquela preparada nas cozinhas gigantes dos mosteiros e conventos, ou para banquetes festivos, Freyre desvendou um Portugal dividido em si, não pela capacidade nutricional de estamentos diferentes em um mesmo território, mas pelas ações de um Estado e de uma população em mutação, ao afastar-se da tradição agrária para

---

<sup>384</sup> *Ibidem*, p. 236.

<sup>385</sup> O fato é que Freyre insistia em não identificar a mesma realidade no Nordeste brasileiro, região agrária, com a maior parte de sua população vinculada ao campo, economicamente explorada pelos latifundiários e que beirava a má alimentação, minorada pela oferta e variedade de frutos da terra e pela extensão dos canaviais, cujas canas serviam para aplacar a fome. A fartura expressa na cultura regional, e bem típica das famílias aristocráticas (“...*que tinha piano de cauda e livros em casa. Que recebia bem, que apreciava a boa cozinha, o doce fino, o quitute delicado, o bolo bem feito*”), embora incomum para a classe trabalhadora, era peculiar aos dias de festas, como a de São João, Natal ou os dias de eleição, quando se abatiam animais e o cardápio era enriquecido em qualidade e quantidade. Sobre a questão ver Freyre, Gilberto. **Nordeste**. Rio de Janeiro: Record, 1986.

ingressar na aventura ultramarina – numa estratégia que para Freyre só ratificara a plena capacidade de adaptação que tipificava o português.

Na narrativa freyreana, encontramos esse dois Portugais, numa sanha íntima de crescimento, favorecida pela própria mentalidade cosmopolita que o fizera desvendar o mundo. No Portugal agrário, Freyre desvendou um mundo baseado em fazendas verdejantes, a produzir trigo e víveres que davam saúde econômica ao reino, graças à ação criadora das grandes corporações religiosas que a tudo dominavam, e que dava *pão aos ingleses desde o reinado do senhor Dom Diniz até o do senhor D. Fernando*<sup>386</sup>. A influência moura e a atuação eclesiástica foram decisivas, na visão de Freyre, para a pujante formação econômica de Portugal antes do século XV, embora esterilizada pela inércia dos senhores de terras, mais interessados na vida urbana.

Em contraponto, o autor enfatizou o panorama nutricional português após a Era dos Descobrimentos<sup>387</sup>, a demonstrar que o descaso com a vida rural por parte de sua população foi o substrato necessário para alavancar a vida rural brasileira. O paradoxo por ele levantado findou por revelar também a ação criadora e nada parasitária das corporações religiosas, além da profunda influência dos conventos no progresso interno de Portugal, influência que, sob os ventos dos descobrimentos e da colonização, perdeu-se nos interiores dos engenhos e na paliçada das Missões.

## 6.2. Casa grande à portuguesa

A análise histórica realizada por Freyre justificou sua observação acerca da origem dos primeiros colonos, gente famélica a fugir das amarras de um espaço assinalado pela severa fiscalização dos jesuítas e da Inquisição, mas com notável disposição mental para enfrentar outras realidades, amoldando-se e, se possível, transformando-as. À desídia de um Portugal cindido entre o agrarismo e o mercantilismo, entre um Portugal semi feudal e um que se queria aburguesar, restou à sua gente a busca de outras terras e de novas experiências, uma

---

<sup>386</sup> *Ibidem*, p. 233.

<sup>387</sup> Freyre se apropriou dos escritos de historiadores, cronistas e viajantes para revelar o quadro alimentar típico de Portugal até o século XVIII. Em seus escritos, ele resgata dados sobre as refeições realizadas por Beckford, em suas viagens por Portugal. In: BECKFORD, William. **Excursion to the monasteries of Batalha and Alcobaca**. Londres: S/e, 1835. As **Cartas de Clenardo**, ao retratar da vida lusitana em seu tempo, são reputadas por Freyre como fieis testemunhas da sociedade portuguesa. Estrabão e suas informações sobre a deficiência alimentar da Península anterior à invasão romana, também foi tomado de empréstimos da leitura de SAMPAIO, Alberto. **Estudos históricos e econômicos**. Lisboa: s/e, 1924.

extensão portuguesa onde em pouco tempo o tónus agrário estaria bem próximo da atividade comercial, e os resquícios feudais não entrariam em choque com a flama burguesa. A sanha aventureira do português freyreano destoou, assim, da de Paulo Prado, que via o espírito livre como a marca renascentista da sociedade portuguesa. Em Freyre, foi a necessidade, a pobreza e a fome que impulsionaram a adesão dos portugueses ao projeto colonial, e não apenas certa liberdade de espírito fomentada pelos ares renascentistas, que em bem pouco dominara as gentes dos campos portugueses.

Em sua narrativa sobre a formação social do Brasil, antes mesmo de abordar como o solar português se tornara casa-grande, Freyre desvendou os primeiros anos após a chegada do luso e do seu contato com as gentes da terra. Nesse contexto o autor deu rosto a esses primeiros indivíduos, que lançaram com sua intrepidez os fundamentos de uma nova sociedade, ante a possibilidade de uma vida livre, *no meio de muita mulher nua, garanhões desbragados*<sup>388</sup> que agiam pelo gosto da aventura ou pela afoiteza da adolescência, apresentando um português que optava pela liberdade colonial como nova forma de vida. Sobre o contexto, Freyre pouco referenciou a mudança de rota tomada por um Portugal que já não tinha os mercados da Ásia como fonte segura de enriquecimento, fixando sua narrativa na transição operada nos limites de Portugal, ao optar em deixar de ser agrícola para se tornar explorador, em definitivo. Tal opção, por sua vez, teria sido quase uma imposição dos reis portugueses, profundamente influenciados pelos interesses dos judeus<sup>389</sup>.

A abordagem dos primeiros tempos após o descobrimento e contacto de portugueses com os nativos tornou-se tema recorrente na historiografia nacional, em face da construção da própria brasilidade, embora tenha se revelado sempre como danosa aos brios nacionais. Os relatos sobre os primitivos colonos como parte da escória da sociedade portuguesa, expulsos ou fugidos das/pelas normas da civilização, por não serem capazes de

---

<sup>388</sup> *Ibidem*, p. 19.

<sup>389</sup> Por suas preposições em CG&S, a demonstrar terem sido os judeus os responsáveis pelo parasitismo na personalidade do português, ensinando-lhe certo horror ao trabalho manual, a prática para viver de escravos, inculcando-lhe a necessidade de abandono do cultivo da terra e o investimento em comércio e nas aventuras marítimas, Freyre foi acusado de ser antissemita. A respeito ver o texto de SOUZA, Jessé. **A atualidade de Gilberto Freyre**. In. KOSMINSKY, Ethel Volfzon. LÉPINE, Claude. PEIXOTO, Fernanda Arêas (Org.). *Gilberto Freyre em quatro tempos*. São Paulo: EDUSC, 2003; BONDER, Nilton; SORJ, Bernardo. **Judaísmo para o século XXI: o rabino e o sociólogo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. SOBREIRA, Caesar. **Nordeste Semita: ensaio sobre um certo Nordeste que em Gilberto Freyre também é semita**. São Paulo: Global, 2010; SENNA, Alecrides de. **Reflexões sobre anti-semitismo: O elemento português em Casa-Grande e Senzala, de Gilberto Freyre**. *Mneme – Revista De Humanidades*, v. 27, nº 11, Jan, 2010.

convivência sob padrões razoáveis de sociabilidade, fizeram dos degredados quase uma vergonha nacional, que a elite brasileira se esforçou para esconder, desconstruir ou relativizar<sup>390</sup>. Freyre, em sua abordagem, inovou o entendimento acerca dos primeiros povoadores, reconstruindo suas trajetórias pelo entendimento da dúbia sociedade portuguesa, marcada pela ortodoxia católica em contradição com a prática auferida na experiência pelos diversos portos e cidades.

Em Freyre, esse pária social não tinha os mesmos traços encontrados em Abreu ou em Prado; não eram criminosos, tarados, estupradores, apenas homens expatriados por irregularidades ou excessos: *por abraçar e beijar, por usar de feitiçaria para querer bem ou mal, por bestialidade, molície, alcovitice*<sup>391</sup>, numa demonstração plena de que o degredado português antes de ser de má índole era uma vítima de uma sociedade repressora, de moral estreita, que confundia pecado com crime<sup>392</sup>. Ao mesmo tempo em que essa sociedade reprimia a sensualidade, incitava-a, restando aos expatriados por crimes dessa natureza o ambiente colonial, onde o pecado inexistia, e onde a atividade genésica aproveitara aos interesses políticos e econômicos de Portugal no Brasil.

Apesar de mostrar os benefícios desse contato nos dois lados do Atlântico, Freyre destacou que a recepção da aluvião de indivíduos foi rasa e de durabilidade efêmera, não deixando rastros capazes de conferir-lhe o título de sistema colonizador, devendo os primeiros cinquenta anos, após a descoberta, ser considerados como uma *pré-história nacional*<sup>393</sup>. O interesse do autor tinha como ponto de partida o ano de 1532, quando teve início a

---

<sup>390</sup> Cf. REIS, José Carlos. *Op. cit.*, p. 93.

<sup>391</sup> *Ibidem*, p. 21.

<sup>392</sup> Faz-se interessante destacar o quanto a presunção de serem os primeiros pais da população brasileira, representantes da escória portuguesa, reverberou negativamente na identidade nacional durante muitos anos. A coerência de Freyre, ao apresentar esses portugueses como vítimas de seu próprio tempo, coagidos pela moral dúbia que regia a sociedade portuguesa quinhentista, renovou as representações feitas a propósito dos elementos iniciais dessa formação, que por muito tempo foi tida como deformada e deformante. Sobre a questão dos degredados como os primeiros povoadores, ver ALCOFORADO, Carlos Silva. **Nossos primeiros pais – As representações dos degredados no livro didático**. Cuiabá: Argonautas, 1979. COSTA, Emília Viotti da. **Os primeiros povoadores do Brasil**. *Revista de História*, ano VII, vol XIII, jul-set, 1956. Um estudo conciso sobre as principais linhas de banimento para o Brasil é o de PIERONI, Geraldo. **Vadios e ciganos, heréticos e bruxas – Os degredados no Brasil-colônia**. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2006.

<sup>393</sup> O termo é originário de Azevedo Amaral, e utilizado por Freyre, ao concordar com aquele autor quanto à superficialidade do povoamento perpetrado durante o período, à revelia de qualquer supervisão política e sem cariz civilizador. Se evidenciou, por tal modo, assim, a natureza do pensamento freyreano, bem adiante dos demais historiadores de até então, preocupados com a discussão biológica da raça e dos reflexos ocasionados pelo intercruzamento de um povoador sem estirpe com as mulheres da terra. A propósito ver AMARAL, Azevedo. **Ensaio Brasileiro**. Rio de Janeiro: s/e, 1930.

verdadeira formação social brasileira, com o estabelecimento da família rural ou semi-rural por unidade, quer através de gente casada vinda do reino, quer das famílias constituídas pela união dos colonos com mulheres caboclas, com moças órfãs ou sem esteio, mandadas vir de Portugal pelos padres casamenteiros.

Se o português como indivíduo interessara a Freyre, ao construir as *criaturas da formação brasileira*<sup>394</sup>, sua narrativa sobre esta formação teve como esteio a família. Ao contrário de muitos intelectuais de sua época, aquele autor deixou de enxergar o Brasil a partir de sua composição racial, utilizando a família como a célula da formação social<sup>395</sup>, que teve na casa grande e no engenho o seu lugar, constituindo-se como um modelo em todas as regiões onde foram implantados os grandes sistemas agrários de produção – engenhos de açúcar, plantações de café ou fazendas de criação. No contexto colonial, a família foi o esteio necessário para que o Brasil não se tornasse apenas uma terra de aventureiros, firmando-se como lugar de vivência, como espaço formador de um núcleo onde o casal, seus filhos e respectivos cônjuges, acompanhados de sua prole, junto com outros parentes, agregados e escravos, conviviam. Em Freyre, descobre-se o português não mais como o aventureiro marítimo nem o plebeu agrário<sup>396</sup>, pois sua narrativa erigiu o português como senhor de engenho, patriarca, agente de uma colonização particular, e não estatal.

Perdida nos grotões coloniais, essa família patriarcal foi, além de um núcleo econômico, um núcleo de poder, posto seus membros se subordinarem ao patriarca, assim como outros núcleos que atuavam em conjunto com o mesmo, solidificando-o. A grande propriedade, na qual o engenho era o núcleo produtivo, teria sido um mundo à parte, uma célula que

---

<sup>394</sup> O termo é de BASTOS, Elide Rugai. **As criaturas de Prometeu – Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira**. São Paulo: Global, 2006.

<sup>395</sup> Segundo FONSECA, Freyre foi o primeiro intelectual brasileiro a deslocar o eixo da discussão do tema das raças para eleger a família como elemento primordial sobre a identidade nacional e sua formação. FONSECA, Ana Maria Medeiros da. **Da raça à nação: um debate sobre a construção da nação**. Dissertação de mestrado em História, UNICAMP, 1992, p. 56. Ao interpretar a formação nacional e não apenas sua composição, Jean Pouillon defendeu o caráter histórico do trabalho de Freyre, ao buscar metodologicamente, pela estruturação de sua documentação, a constituição de uma unidade social ainda não beneficiada de elaboração teórica. Cf. LEENHARDT, Jacques. **A consagração na França de um pensamento heterodoxo**. In DIMAS, Antônio (Et alli). *Reinventar o Brasil – Gilberto Freyre entre história e ficção*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

<sup>396</sup> SCOTT, ao tratar das representações construídas durante o Estado Novo e mesmo após a Revolução dos Cravos, assevera ser tripla a idéia de *portugalidade*, capaz de construir e manter os vínculos com a terra natal: o português camponês, o português explorador e o português emigrante. As duas primeiras, bem detalhadas na obra de Freyre, no entanto, são dissolvidas por uma terceira identidade, a do português construtor, cujos esforços resultaram na criação de um novo lugar. A respeito da identidade portuguesa, ver SCOTT, Ana Volpi. **Os portugueses**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 26.

compunha o tecido colonial, dentro de um espectro civilizador, que se caracterizava por sua autonomia, onde se produzia a valiosa especiaria que sustentava o comércio triangular e que ao mesmo tempo se autossustentava. O engenho, em si, seria quase um pequeno pedaço de Portugal na América, onde se manifestava a energia indígena ou negra, na figura da mulher parideira, cujo ventre era auxiliar direto da empreitada produtiva<sup>397</sup>; onde se fazia presente a força do braço escravos, a arar os campos, plantar e colher, transportar e fazer girar a moenda, a queimar a fornalha, a mexer nos imensos tachos de melado fervente; onde coexistia a obediência mesclada de mandonismo dos capitães de mato, dos feitores, dos moradores, cuja presença se dissolvia na habilidade de dezenas de artífices. Todos submetidos ao poder de um patriarca, quase nos moldes de um senhor feudal, cingido por vassalos, criador e criatura daquele espaço onde sua vontade era lei, e cujo modelo familiar, embora não fosse único, tornou-se um padrão dominante<sup>398</sup>, destinado à manutenção da propriedade e dos seus interesses políticos.

Na solidão dos matos e diante do desafio do adestramento da terra inculta para recepção da monocultura açucareira, Freyre mostrou um português a quem coube organizar um sistema capaz de proteger a si e aos seus de todas as dificuldades e perigos oferecidos pelo ambiente colonial. Na organização desse sistema o português foi revelado como colonizador por excelência, capaz de sobrepujar as adversidades para construir um lugar novo, de onde tiraria o próprio sustento, com poder quase absoluto em seus limites territoriais em decorrência da distância do Estado português e de muitas de suas instituições<sup>399</sup>. A esse homem Freyre revelou como um transformado que, acostumado ao

---

<sup>397</sup> Joaquim Nabuco já constataria ser a parte mais produtiva da propriedade escrava o ventre gerador. **O Abolicionismo**. Londres: s/e, 1883, p. 189.

<sup>398</sup> Cronistas, viajantes e agentes coloniais revelaram modelos alternativos de família no Brasil, obscurecidos pela ênfase dada àquela forma de organização familiar. A propósito ver ALMEIDA, Maria Suely Kofes de. (Et alli). **Colcha de retalhos – estudos sobre a família no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982. Para as autoras, a família patriarcal colonial em muito se distanciou da família tradicional moderna, típico produto do urbano, e que tem na satisfação dos impulsos afetivos e sexuais sua principal finalidade. Este modelo familiar, entretanto, consideradas suas especificidades, já existia no ambiente colonial rural e urbano, e em face de sua diversidade socioeconômica.

<sup>399</sup> A afirmativa do autor parece-nos contraditória, posto que ao longo de seu texto o mesmo informar que muitas das instituições da metrópole fomentavam esse poder, no âmbito local. É o caso dos párocos que rezavam missa nas capelas dos engenhos, em alguns casos preferindo ali habitar, para ficar sob as benesses da casa. O reconhecimento da autoridade patriarcal pelas demais autoridades coloniais é revelado pelo autor, ao relatar que qualquer criminoso, sendo conduzido pela justiça, poderia pedir asilo ao senhor de engenho, de forma verbal ou agarrando-se ao mourão do engenho; sendo sua súplica atendida, nenhuma autoridade poderia se interpor à proteção dada. Na analogia entre as casas de coito portuguesas e o engenho, Freyre

saque e a mercancia, estipulou soluções outras para exploração das novas terras<sup>400</sup>, a oferecer condições bastante distintas das demais até então visitadas. *Previsão, utilidade, prudência e disciplina* foram os adjetivos usados por aquele autor, ao longo de CGS, para valorizar o português na criação de seu espaço na colônia.

Seu castelo, a casa grande, ambiente de gênese da sociedade brasileira nada mais foi que uma criação portuguesa, fomentada pela experiência lusa em diferentes lugares do mundo, solidificada nos distintos detalhes de sua constituição e arvorada como um símbolo da presença portuguesa na América. Construção tipicamente local, arrematada por alguns detalhes pespegados de outros lugares - a varanda, o gineceu, o pátio interno -, em pouco podia ser comparada ao solar português quinhentista<sup>401</sup>, sendo o hibridismo dessa habitação elemento revelador do hibridismo do povo português, em sua diversidade étnica, em sua heterogeneidade cultural. A analogia entre essas duas moradias, e o levantamento de suas diferenças, permite antever esse português colonizador como um tipo criador, cujo caráter adaptável o levava a também amoldar seu mundo, ali originando o necessário para seu conforto.

Ao analisar a originalidade existente no ambiente colonial como resultante da adaptabilidade portuguesa, Freyre revelou uma casa grande marcada pelos grandes traços da sociedade portuguesa, embora mesclada com variados aspectos. Ali, no edifício idealizado por portugueses, construído por escravos e com arquitetura própria, apesar de

---

revelava a presença imponente das instituições portuguesas na colônia, embora submissas ao mandonismo característico do patriarcalismo. Submissas, mas não ausentes.

<sup>400</sup> É Freyre quem diz ter tido o português colonizador arremedos de *Taylorismo*, ao pensar na organização do trabalho do engenho valorizando o máximo de esforço útil e não simplesmente o máximo de rendimento.

<sup>401</sup> Segundo LEMOS, a casa grande brasileira detinha inúmeros detalhes típicos das construções portuguesas, manifestado na aparência em decorrência da utilização de técnicas, materiais de construção e de certos estilos, mas não poderiam ser comparadas às construções portuguesas, nas quais a diversidade da paisagem impunha variada arquitetura vernácula, nomeadamente em relação às habitações rurais. A inexistência de latifúndios em Portugal também é fato determinante para traçar as devidas distinções, pois se ali os minifúndios agrupavam-se em volta de aldeias, a casa grande foi marcada pelo distanciamento relevante em relação ao urbano, e essa distância, juntamente com a presença escrava, foi decisiva na definição de um desenho que permitisse agrupar todas as necessidades de seus habitantes. LEMOS, Carlos. **História da casa brasileira**. São Paulo: Contexto, 1989, p. 21. Leitura mais apurada sobre o tema, outrossim, revela a ampla utilização de mão de obra escrava no interior das casas grandes portuguesas, como constatado por CUNHA e MONTEIRO, ao investigarem os grande solares portugueses. In. CUNHA, Mafalda Soares da. MONTEIRO. Nuno Gonçalo. **As grandes casas**. In. MATTOSO, José. *História da vida privada em Portugal – A idade Moderna*. Lisboa: Círculo de leitores, 2011, p. 202. Em variados aspectos é possível traçar uma analogia entre as casas portuguesas e as brasileiras, que mais se aproximam que se afastam, nomeadamente em relação à composição da família patriarcal que habitava ambas.

marcada por certo estilo luso, Freyre descortinou a vida íntima portuguesa nos trópicos, desvendando práticas cotidianas, costumes e hábitos que deram origem à cultura brasileira.

Dessa heterogeneidade resultou a mentalidade eclética portuguesa que, se existira no reino, na colônia atingira o vigor de sua expressão. Ali o luso adaptou-se às mais miseráveis condições para satisfazer suas vontades, para realizar seus intentos, sobrepujando antigos costumes de sua sociedade original com o fito de realização de um projeto. Se não havia homens suficientes para trabalhar nas roças e plantações, que se prendessem os nativos; se os nativos fossem numericamente insuficientes ou de difícil trato, que se trouxessem os africanos. Da mesma forma se deu em relação à recriação de um núcleo familiar, tão necessário para homens perdidos na solidão das matas: se não havia católicas e brancas, a índia serviria, e na falta daquela, a negra seria companheira. Ali, a família por ele constituída era um híbrido da família portuguesa<sup>402</sup> que ele tivera no reino, com as adaptações necessárias para que se enfrentasse a solidão e a necessidade de companhia, de mão de obra, de produção de riqueza, de consecução e manutenção de poder<sup>403</sup>.

Do ecletismo português rigorosamente defendido por Freyre, alguns detalhes de seu texto destacam as contradições existentes no tipo por ele criado, compreendido pelo autor como de definição complexa, posto que marcada por ambigüidades. Uma dessas imprecisões diz respeito à chamada *mística religiosa* herdada pelos lusos desde os Cruzados, e que se tornou um lema na empresa colonizadora. Para nosso autor, o Brasil colonial foi, preponderantemente, um espaço de católicos, e a fé instrumento *sine qua non* para a permanência nas novas terras. Os embates étnicos que marcaram a formação do Estado português nunca tiveram lugar no tecido social da colônia, preservado graças à uniformidade religiosa que permitira a presença de múltiplas nacionalidades, mas não a diversidade de crenças<sup>404</sup>.

Por esse modo, as guerras coloniais nunca foram racializadas, não ocorrendo entre o branco superior contra o índio inferior, nem a coisificação do escravo se deu em

---

<sup>402</sup> Freyre referenciou a existência de uma tipologia familiar no Portugal quinhentista, que influenciou a formação patriarcal colonial, descendente direta da família feudal e da família comunitária ali existente, e cujos modelos referendaram a família rural na colônia. Ver **Casa Grande & Senzala**, p. 240.

<sup>403</sup> FREYRE, Gilberto. **Sociologia: introdução ao estudo dos seus princípios**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1957.

<sup>404</sup> O autor utilizou a argumentação do critério de pureza de fé para anular a percepção de Handelmann sobre o caráter xenófobo português, sobre o qual nos reportamos no subtítulo anterior.

decorrência de sua pele, mas de sua ausência de cristandade. Por tal viés, fortaleceu-se a idéia de que a colonização, mais que uma missão civilizatória, era uma missão cristã, e que os embates coloniais eram sempre de cristãos contra bugres, contra ateus, hereges e protestantes, fundamentando a percepção do nexó político entre os diferentes grupos que formavam a colônia, eliminando diferenças, aplainando contradições, fortalecendo o poder dos senhores de engenho e dando-lhes *consciência de espécie*, no dizer do historiador.

Na criação desse português profundamente religioso, Freyre nos mostrou um cotidiano onde se deixava o descanso para cumprimento da obrigação de rezar. Tão grande era a devoção portuguesa, que se andava de rosário na mão, bentos, relicários, patuás, santos pendurados ao pescoço e todo material necessário às devoções de reza. Dentro de casa, rezava-se em vigílias no quarto dos santos, especialmente construído com essa finalidade. A vida comum seria, assim, comandada pela ortodoxia católica, abençoando os nascimentos e confortando nas mortes, resguardando amoagem da cana de quaisquer perigos e protegendo a família de doenças, ladrões, assassinos e tempestades, através de papéis grudados com orações nas janelas e nas portas.

Ao catolicismo português, no entanto, Freyre fez questão de mostrá-lo como diferente, posto que profundamente marcado por múltiplas influências sofridas por aquela sociedade, resultando em extraordinário lirismo que deu aos seus fieis profunda intimidade com seus santos, e àqueles elementos tão humanos capazes de se presentificar nas mais comezinhas situações da vida prática. Em sua narrativa inexistiram apóstatas, divergentes da doutrina, reacionários e adeptos de outras práticas religiosas. O português católico era submisso e fiel aos dogmas religiosos, na visão do *mestre de Apipucos*.

Ao tempo que mostrou o português como um católico convicto, Freyre reforçou a profunda inimizade e contendas havidas entre os colonizadores e os padres da Companhia de Jesus, que professavam a liberdade dos nativos e a necessidade de sua conversão. Em sua narrativa, as *peças* impedidas de serem apresadas resultavam em desastre para o processo colonial, e de prejuízos para os colonos, obrigados ao dispêndio na aquisição de africanos. Com tal argumentação, Freyre superpôs um português metódico, identificado com o espírito mercantilista e produtivo do processo colonial, interessado em ganhos, na lucratividade de sua empresa mais que no ganho de almas, que o autor tentou a todo custo definir. Ao fazê-lo destacava, mesmo sem o perceber, o dito aburguesamento que vislumbrara na formação da sociedade portuguesa, mas que não enxergara nos

colonizadores em seu mister. A repulsa desses ao interdito jesuítico de escravidão indígena, porém, não pode ser tomada como mera transgressão de preceitos religiosos, porém como um mecanismo de realização da própria colônia em si.

A proximidade existente entre padres e senhores, no contexto da sociedade patriarcal, na qual os primeiros viveram sob a tutela física e moral dos segundos, é reveladora desse quadro. Para Freyre, o catolicismo português não se expressou na colônia na forma de catedral e seu bispo, nem como mosteiros ou abadias solitários, mas na capela do engenho, ligada visceralmente à casa grande – o que fez da figura do padre mais um aliado e dependente do patriarca, em muitos casos participante da procriação nas senzalas. Em decorrência de tal proximidade, natural tenha se tornado a difusão de um catolicismo se não herético, menos ortodoxo, de infração e não de interdito. Um catolicismo de festa, de guerra e de sexo, distanciado de uma compreensão mais *ética* da religião, com tudo o que isto implicava em termos da adoção de uma perspectiva mais sistemática, neutra e impessoal da doutrina cristã.

A ligação de padres e nobres como senhores de terra no medievo português, foi mostrada no texto de Freyre como modificada no ambiente colonial, restando aos primeiros a tarefa de dar suporte ao poder dos segundos, pela liturgia, pelo catecismo, pelas Ordenações e até pela difusão da língua portuguesa auxiliada pela *geral*, de criação jesuítica. Fortalecidos, os patriarcas freyreanos se aristocratizaram de uma forma nunca antes ocorrida em Portugal, ao que Freyre diz ter sido um esforço coletivo de retificação da história portuguesa, marcada por uma nobreza debilitada pelo poder clerical.

A aristocracia auferida pelo português no Brasil foi considerada por Freyre, inicialmente, ao destacar o papel de *autarquia* das casas-grandes, que serviam ao mesmo tempo de fortaleza, capela, escola, oficina, santa-casa, harém, convento de moças, hospedaria e até de banco. A multiplicidade de papeis do ambiente doméstico, assim como o nexo das dependências da casa permitiriam, para Freyre, uma sociabilidade tão intensa quanto a vivenciada pela aristocracia européia e, por conseguinte, permitiria a aproximação de sociedade colonial da cultura medieval, que o autor pressupunha como recriada na colônia. Nesses domínios, o patriarca era influente, superposto em sua parentela, superior na rígida estrutura social marcada por casamentos monogâmicos como forma de preservação de poder. Tal quadro, para Freyre, era suficiente para provar a autonomia do patriarca em relação ao Estado português; autonomia relativa, por ser inegável a manutenção do poder

graças às horas e mercês concedidas pelo soberano português, o que o tornava um vassalo<sup>405</sup>. Nesse enquadramento, o português tornara-se um aristocrata, acostumado a ser servido, com poder de vida e morte sobre seus filiados, revestido de poder político e militar e de destaque social<sup>406</sup>.

O engenho seria, para Freyre, um feudo<sup>407</sup>, consideradas suas singularidades, onde a vassalagem européia fora redimensionada pelos mestiços que ali viviam, à disposição do senhor para o que se fizesse necessário, de quem recebiam pequenos pedaços de terra inculta para plantar roçados, ou bezerros, por cuidar do rebanho; habituados não à rotação de terras, mas à coivara, à meação ou à terça. Para Freyre, o português implantara *um* sistema feudal no ambiente colonial, mesmo sem tê-lo vivido na sua completude, e com as singularidades permitidas pelas facetas do colonialismo. Um feudo movido também por escravos negros, bem diferentes dos feudos do centro europeu, e do patrimonialismo português. Um feudo lusobrasileiro, que impediria quaisquer comparações com a

---

<sup>405</sup> FERNANDES considerou que o colono de status senhorial não só era o vas salo e o representante da coroa na colônia; era, simultaneamente, a base material visível e a mão armada invisível da existência do império colonial. In FERNANDES, Florestan. **Circuito fechado**. São Paulo: HUCITEC, 1977, 114. Por sua vez, Ricúpero, ao estudar a formação da elite colonial, destacou os pedidos da *vassalagem americana* ao rei de Portugal, na demonstração dos serviços feitos à custa de sangue e fazenda. In. **Formação da elite colonial – Brasil, 1530-1630**. São Paulo: Alameda, 1979. O termo em itálico é do autor citado.

<sup>406</sup> ARAÚJO buscou fazer uma correlação entre a proposição aristocratizante dos senhores de engenho do Brasil colonial, construídos por Freyre, com o contraste entre uma cultura oficial, baseada na seriedade, na hierarquia e em aristocráticas separações, e uma popular, preocupada com a promoção da familiaridade, da liberdade e do humor, traçado por Mikhail Bakhtin em **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: O Contexto de François Rabelais**. São Paulo/Brasília, Hucitec/UnB, 1987. Segundo aquele autor, boa parte das características que Bakhtin imputou àquele universo popular e enfaticamente antiaristocrático, poderia perfeitamente se encaixar nos aspectos da casa grande evidenciados por Freyre, sobretudo em relação ao comportamento dos *senhores*, da freyreana nobreza açucareira brasileira. In. ARAÚJO, Ricardo Benzaquem de. **Guerra e paz : Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994, p. 84 e seguintes.

<sup>407</sup> Apesar de Freyre não esclarecer seu entendimento acerca do Feudalismo, usamos a acepção clássica para a leitura de seu texto, definindo-o consoante Marc Bloch: *A fragmentação da soberania entre uma multidão de pequenos príncipes, ou até de senhores de aldeia*. In. **A sociedade feudal**. Lisboa: Edições 70, s/d, p. 71.

experiência européia, por ser única, dentro de um espaço e tempo específico, marcado pela singularidade do próprio tecido social da colônia<sup>408</sup>.

No aprofundamento do processo colonizatório, o historiador reconheceu as profundas modificações que se estabeleceram na mentalidade portuguesa, tal qual o fizera, já no início do século, Manoel Bomfim e o próprio Paulo Prado. Não apenas do português colonizador, mas da própria sociedade portuguesa peninsular, diretamente afetada pelas modificações extremas assumidas no concerto europeu, quanto pelo distanciamento português do ambiente dos grandes Estados do Velho Mundo. Mais uma vez a questão do parasitismo, do caráter explorador da coroa portuguesa repassado aos seus súditos, ressurgiu nessa análise sobre a história brasileira, a denunciar a fixação de um mesmo tema no constructo nacional.

Foi a decadência portuguesa que, para Freyre, fez assomar certo espírito plebeu no português, originando um tipo novo. Mesmo tendo refutado a existência do espírito rude apontado por Keyserling, no contexto inicial do processo colonizatório, Freyre reconheceu no português moderno<sup>409</sup> o característico do plebeísmo que contaminara Portugal,

---

<sup>408</sup> A tese de que relações feudais pautaram o modo de colonização do Brasil gerou profundas controvérsias entre historiadores, economistas e sociólogos, perdurando durante várias décadas após a assertiva freyreana, embora seja possível identificar algumas premissas em Capistrano de Abreu. Enquanto alguns autores perceberam e denunciaram essas relações, como fundamento do sistema fundiário brasileiro, que persistiu, de certo modo, até o século XX (a exemplo de Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães, Jacob Gorender e Caio Prado Júnior), outros negaram sua existência, inclusive na caracterização das capitânicas hereditárias (tais como Roberto Simonsen, Celso Furtado e Ciro Flamarion Cardoso). Sobre o tema, reputamos preciosa a análise de BANDEIRA, Luís Alberto Moniz. **O Feudo – a Casa da Torre de Garcia D'Ávila. Da conquista dos sertões à independência do Brasil**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2007.

<sup>409</sup> Faz-se interessante destacar que o autor, em muitos trechos de seu texto, deixou em aberto seu pensamento, não definindo adequadamente certas questões – fato que o levou ao decorrer de sua vida tentar solucionar certos excertos em outras obras e por via dos muitos prefácios escritos para CGS. Em relação ao cariz rústico por ele indicado como constitutivo do português *moderno*, notamos certo mecanicismo do autor, ao referenciar aquele português sem especificar seu próprio tempo, explorando uma realidade histórica sem beneficiá-la da necessária elaboração teórica. Freyre foi claro ao dizer que o *seu* português era aquele dos séculos iniciais da colonização – portanto, os dos séculos XVI e XVII – quando já se reconhece o advento da modernidade em Portugal, segundo MONTEIRO, Nuno Gonçalves. **História da vida privada em Portugal – a Idade Moderna. Introdução**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011. Contudo, o que Freyre compreenderia por *Moderno*, no contexto que buscava desvendar? Guimarães, ao estudar a questão da temporalidade na escrita de CGS, esclarece a inexistência de um tempo retilíneo, sucessivo na proposta daquele autor, pautada num tempo tríplice, existencial, proustiano, em seu esforço de resguardar a verdadeira qualidade do tempo passado. Para a autora citada, a obra freyreana *liga o passado ao presente e destaca o futuro como um mundo de reconstituição e de restituição do passado, de valorização e reconhecimento das raízes culturais do povo brasileiro. Seu tempo não é tempo mensurável, é vivido, sentido, pois o sentir é sua comunicação com o real. Não é duração concreta e sim um tempo psicológico, fruto de sua introspecção histórica, sociológica e antropológica. Assim, tudo que o autor considera moderno é o seu próprio presente, em contraponto ao*

naufregado na prática da exploração colonial, transmutado em espaço a alimentar-se da fama adquirida nas conquistas do ultramar, *vivendo de um passado cujo esplendor era exagerado*. Para o autor, enquanto Portugal fora eficiente no imperialismo colonizador, o português não assumira tal cariz, só o fazendo depois da decadência, quando intentou se erguer como igual entre as grandes potências da Europa<sup>410</sup>. Se antes era condescendente no contato com outros povos, ao tempo em que se esforçava pela própria autonomia, deixou de sê-lo desde então, ao se tornar dependente, o que exara contradições profundas no cariz português criado por Freyre.

Mas o que seria esse traço plebeu que Freyre abordou como típico do português moderno, mas que não foi aprofundado no texto de CGS? Ao tema o autor se reportou como típico de uma sociedade que se aburguesou, mas que não se tornou completamente burguesa, posto ter estacionado na transição de uma sociedade não totalmente tradicional a uma sociedade não totalmente moderna. Enquanto a Europa se industrializava, Portugal insistia num mercantilismo que obrigava sua população a fixar-se, em grande parte, na atividade agrária – tanto na metrópole como na colônia. Em decorrência do fato, o povo português – e a esse o autor especifica ser o peninsular –, tal qual seu descendente brasileiro, fora marcado por uma rusticidade constitutiva, expressa na recusa ao processo homogeneizador<sup>411</sup> engendrado pelas transformações burguesas no continente. Da mesma forma pode ser entendida na persistência de uma mentalidade anacrônica da manutenção da escravidão frente ao humanismo naturalista que avançou sobre a Europa.

---

*antigo, pois em seu pensamento não há uma subordinação aos preceitos de temporalidade escavados pelo pensamento eurocentrista.* GUIMARÃES, Myrna Botelho de Barros. **Uma reflexão sobre o tempo em Casa Grande & Senzala**. In. QUINTAS, Fátima. *A obra em tempos vários*. Recife: Massagana, 1999, p. 57. Sendo o homem do passado o português das centúrias acima indicadas, pensamos que ao se referir a um português moderno, Freyre tenha se referido ao homem do século XVIII e seguintes, que vivenciou as grandes transformações - ocasionadas não mais por uma burguesia mercantil, mas por uma burguesia industrial- no bojo da sociedade européia.

<sup>410</sup> Sobre a temporalidade de tal fato, não há menção na obra de Freyre, embora entendamos tratar-se do início do século XIX, consoante as indicações de VILLON, Victor. **O mundo português que Gilberto Freyre criou**. Rio de Janeiro: Usina de livros, 2010, p. 61.

<sup>411</sup> Em aprofundamento de sua tese inicial, Freyre deu como indicativos de rusticidade lusa alguns exemplos, entre eles, a opção pela falta de instrução adequada às novas formas de organização da sociedade, compensada por *uma natural sabedoria, pela imaginação e pelo humor que não devem ser desdenhados nunca*. O apego à visão católica e conservadora face ao cosmopolitismo e o aburguesamento vivenciado, a recriação da escravidão no bojo do desenvolvimento capitalista, assim como a tendência para tratar escravos como agregados foram mostrados por Freyre como rizomas da rusticidade constitutiva do português, que alcançarão seu auge na modernidade. FREYRE, Gilberto. **Interpretação do Brasil – aspectos da formação social brasileira como amalgamento de raças e culturas**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1947.

Para Freyre, esse espírito rústico, plebeu, que marcou o português moderno, não desqualificava o super português constituído em sua obra, típico homem de meados do milênio, plenamente adaptável, mais capacitado que os demais europeus a consolidar uma civilização nos trópicos, em face de sua própria constituição histórica. Entretanto, essa mesma constituição fez do português um semieuropeu, com uma visão mais prática que teórica do mundo, a valorizar mais a ação que a reflexão, precarizando sua ligação com a civilização ocidental, aproximando-o mais do Oriente, por onde andou no passado.

### **6.3. Na esquina do mundo, um povo multifacetado**

A perspectiva de o ibérico ser diferente, em relação aos demais povos europeus, remonta ao final do século XIX e início do século seguinte, como uma preocupação ressaltada por variados autores, tanto ibéricos<sup>412</sup> quanto latino-americanos<sup>413</sup>. No Brasil, Freyre retomou a discussão, em modos de arrematar muitas de suas perspectivas, apresentadas ao longo de sua obra.

A indefinição portuguesa em Freyre decorreu, em primeira mão, pela alargada mobilidade proporcionada por sua localização geográfica. Situado no extremo sudoeste europeu e amplamente voltado para o Atlântico, natural seria ter Portugal o cariz híbrido explorado por Freyre, que o compreendeu quase como uma periferia da própria Europa, tão distanciado o enxergou do padrão cultural modelado pelos países do centro do continente, nomeadamente França, Inglaterra e Alemanha. Tal distanciamento, entretanto, não deve ser tomado como uma impossibilidade do próprio Portugal em se tornar tão europeu

---

<sup>412</sup> Um exemplo pode ser indicado na obra de Ortega y Gasset, quando o autor indicou ser o grande desafio espanhol reconhecer-se como um país onde decorreu o encontro das culturas oriental e ocidental, existindo, na cultura ibérica, uma especificidade que escapava à análise dos estudiosos em geral. Para o filósofo espanhol, uma vez aceita a diferença essencial entre a cultura germânica e a latina, classificou-se erroneamente a Espanha como informada pela última, quando o que se presentificou naquele país fora a cultura mediterrânea, capaz de explicar as semelhanças entre os povos do norte da África e os europeus do sul. Por sua vez, a cultura mediterrânea não se originou na cultura helênica, mas na cretense, onde desembocou a civilização oriental e se iniciou outra, que não é a cultura grega e que, em última análise, distanciou o ibérico dos demais povos europeus. Cf. ORTEGA Y GASSET, José. **Meditaciones del Quijote**. Madrid: Alianza editorial, 1987.

<sup>413</sup> Aos últimos, a tese se deu como um desdobramento, corporificando a percepção de ser a própria América Latina outra América, respeitadas as características locais, sempre ancoradas na transição Europa/América e Ocidente/Oriente, como é o caso dos trabalhos do argentino Domingos Sarmiento, do uruguaio José Henrique Rodó, do cubano Lezama Lima e dos brasileiros Mário de Andrade e Paulo Prado, seguidos pelo próprio Freyre.

quanto as demais nações do Velho Mundo<sup>414</sup>; tratou-se, pois, de uma escolha, frente às demais alternativas históricas que marcaram seu passado e como consequência de sua própria formação.

Mais interessado em outras paisagens e nas novidades que os outros lugares o propiciavam que pela própria Europa, o português explorou ao máximo as condições de mobilidade que a geografia lhe permitiu, bem como os acordos políticos. Basta lembrar que, ao tempo das grandes navegações, o tratado de Tordesilhas concedera aos portugueses a posse de todo o Atlântico, assim como de boa parte das terras americanas, fato que parece ter propiciado o país a voltar-se mais para a ambiência atlântica que para o interior do chamado Velho Mundo<sup>415</sup>. Os resultados dessa tomada de rumos, em contraponto à política continentalista do infante Pedro<sup>416</sup> e de D. Manuel I, por sua vez, parece terem se arraigado indelevelmente na mentalidade portuguesa, resultando como fértil temática amplamente manifesta em sua cultura. Em definitivo, *o mar entranhou-se na alma portuguesa*<sup>417</sup>.

Na verdade, o mar tornou-se quase que uma representação do imperialismo português, uma exigência para que o pequeno reino se tornasse cabeça da Europa durante determinado período. Em Freyre tal condição tornou-se um motivo de diferenciação do português em relação aos demais europeus. Para aquele historiador, o fato de Portugal estar numa *esquina*, entre dois continentes, foi mais que suficiente para dar a seu povo um cariz indefinido, nem de europeu, nem de africano, mas de ambos, numa singular expressão híbrida, vaga e imprecisa.

A imprecisão portuguesa consistiria, em Freyre, na inexistência de traços puramente europeus nem tipicamente africanos naquele povo. A ambiguidade da identidade portuguesa era caracterizada pela bicontinentalidade que sua condição geográfica

---

<sup>414</sup> A respeito do lugar de Portugal no concerto das nações européias, SILVA destaca o perfil percussor assumido por seu país desde os tempos iniciais de sua organização, a fim de levar a efeito uma união efetiva dos países europeus, por intermédio de um acordo pacífico e voluntário, fato revelador de um Portugal plenamente inserido no contexto europeu, e não voltado contra o mesmo. In. SILVA. Antônio Martins da. **Portugal e a Europa, distanciamento e reencontro -A idéia de Europa e a integração européia: ecos, reacções e posicionamentos (1830-2005)**. Viseu: Palimage, 2005.

<sup>415</sup> Sobre a facilidade de mobilidade auferida pelos portugueses, Freyre utilizou como exemplo a prontidão dos indivíduos de valor, tais como guerreiros, administradores, técnicos, deslocados pela política colonial de Lisboa como *peças de um jogo de gamão; da Ásia para a América e daí para a África, conforme as conveniências de momento ou de religião*. In **Casa Grande & Senzala**, p. 83.

<sup>416</sup> Cf. SANTOS, João Marinho dos. **Estudos sobre os descobrimentos e a expansão portuguesa**. Coimbra: FLUC, s/d, p. 20.

<sup>417</sup> SILVA, Antônio Martins da. *Op. Cit.*, p. 15.

permitira, tornando um português quase um povo de transição, disposto numa zona de passagem que o impossibilitara de um cariz típico, de uma identidade homogênea. Enrijecido pelas condições vibráteis entre os povos dos dois continentes, pelos constantes estados bélicos, o português freyreano era bicontinental, manipulado pela indecisão que o definiu como um povo multifacetado, no qual era possível se enxergar resquícios de diversos povos que aportaram na Península Ibérica, ou que foram visitados pelos próprios portugueses, em suas aventuras marítimas. Sua extensa mobilidade definiu seu caráter, marcado em primeiro plano por um *não ser*, expressivo do amálgama cultural peculiar da própria formação de Portugal. Não havia homogeneidade no povo português, nem nos caracteres biológicos e menos ainda em sua *constituição espiritual*<sup>418</sup>, bem ao contrário. Era marcado por um caráter resultante do amálgama de sua própria formação social, e que findou por determiná-la como uma concentração de elementos opostos, antagônicos, mesmo que surpreendentemente equilibrados.

“Gente mais flutuante que a portuguesa, dificilmente se imagina; o bambo equilíbrio de antagonismos reflete-se em tudo que é seu, dando-lhe ao comportamento uma fácil e frouxa flexibilidade, às vezes perturbada por dolorosas hesitações e ao caráter uma especial riqueza de aptidões, ainda que não raro incoerentes e difíceis de conciliarem para a expressão útil ou para a iniciativa prática<sup>419</sup>”.

Assim, o português reuniria em si contrastes vários, que ao mesmo tempo em que o aproximaria dos povos europeus, o distanciava, graças à imprecisão e ambiguidade concentrada não apenas nos seus caracteres biológicos, sobretudo em sua própria constituição espiritual. Nele se enxergava a Ásia e a influência moura, as práticas judaicas, o espanhol sem a flama guerreira nem a ortodoxia do conquistador, bem como um inglês sem as linhas duras do puritanismo, graças à extensa mobilidade que o fizera deslocar-se do seu próprio território, e daquele um espaço de deslocamento de outros povos. As aptidões daí resultantes, entretanto, foram tomadas pelo autor como tão flexíveis e fugidias que quase impossibilitavam o português às ações práticas, afirmação que se contradiz com outros trechos da mesma obra, nos quais Freyre reconhecia o português como o europeu mais capacitado a vencer nos trópicos graças à sua capacidade de adaptação, ao seu caráter mimético de quem se tornara capaz de vencer os grandes desafios do mundo.

---

<sup>418</sup> O termo é de Freyre, e pode ser encontrado à página 197 de CGS.

<sup>419</sup> *Ibidem*, p. 6.

Tal caráter, por sua vez, foi destacado como decorrente desse *não-lugar* português. Tendo sido a mobilidade resultante de um pressuposto geográfico, o mesmo não se pode dizer da capacidade de aclimatibilidade, da virtude mimética alcançada pelo Português em seus contatos com outros povos – para Freyre, o grande diferencial dos lusos em relação aos demais povos europeus, e a que mais os afasta do Velho Mundo. O contato com outros povos não se deu apenas em sua forma mais superficial ou mais despótica ou imperial, como o fizeram ingleses e espanhóis. Àqueles, valendo-se da superioridade bélica e da incapacidade de se relacionar com o outro, diferente, impuseram-se à força, estabelecendo sociedades onde o colonizador não confraternizava com o colonizado. Ao português, diferentemente, coube desenvolver a capacidade de se aclimatar com esses povos, conhecer-lhe os costumes, escolher o que lhe parecia mais prático, enfim, engendrar em sua própria cultura a alheia, quase como uma escolha, nunca como uma imposição.

A imprecisão de sua natureza bicontinental, desse modo, irmanava-se com certa heterogeneidade na composição dos mais destacados princípios formadores da alma portuguesa, princípios capazes de fazer que nela se destacassem a qualidade da contemporização, da negociação pautada na relativização dos ideais, na flexibilidade dos preconceitos. Enfim, uma expressão da contínua deseuropeização portuguesa em sua essência.

Utilizando-se das considerações de inúmeros autores sobre a grande influência moura e judaica na sociedade e cultura portuguesas, Freyre se dispôs a estabelecer, mesmo a quantificar, até que ponto os portugueses tinham sido influenciados pelos demais europeus ou por outros povos, posto enxergasse na sociedade portuguesa uma formação social católica, mesclada pelo misticismo e com grandes doses de cultura judaica e maometana, o que o intrigava. Tais elementos o autor afirmava terem sido introduzidos livremente na colônia, fato que denunciava o quanto tais práticas estavam naturalizadas na sociedade portuguesa seiscentista. Sobre a maior das influências, Freyre destacou a dos semitas na formação do povo português, seguida de perto pelos costumes mouros, determinantes para que o português tomasse uma nova configuração mental e também biológica.

Freyre indicou ter sido a prática da escravidão, o uso da mão de obra de terceiros na feitura das tarefas de uma sociedade inclinada para outras atividades, como a maior expressão do contato desses povos. Fora a prática da escravidão secularmente comum entre os semitas, e sendo aqueles numerosos na Península Ibérica, não foi necessário grande esforço para que

esta se tornasse comum, mesmo que enojasse os mais puristas<sup>420</sup>. Mas a escravidão que Freyre perscrutou foi a escravidão negra, integralizada em toda sua cruel face na América portuguesa. Mesmo sem negar ter sido o português um escravocrata terrível, o autor destacou outra faceta desse português, como aquele que soube adaptar tal exploração, dando-lhe um sentido mais suave, doméstico, onde o escravo estava mais próximo de seu dono, tal qual a escravidão apreendida na cultura moura.

“Sabemos que os portugueses, apesar de intensamente cristãos – mais do isso até, campeões da causa do cristianismo contra a causa do Islã – imitaram os árabes, os mouros, os maometanos em certas técnicas e em certos costumes, assimilando deles inúmeros valores culturais. A concepção maometana da escravidão, como sistema doméstico ligado à organização da família, inclusive às atividades domésticas, sem ser decisivamente dominada por um propósito econômico-industrial, foi um dos valores mouros ou maometanos que os portugueses aplicaram à colonização predominantemente, mas não exclusivamente cristã, do Brasil<sup>421</sup>”.

De forma mais profunda, chegou mesmo ao recôndito dos lares e aos hábitos dos portugueses, de forma a dar maior ênfase às qualidades judaicas e mouras introjectadas na cultura portuguesa, e que muito a diferenciava de outros povos europeus. Ao destacar o gosto pelo asseio, pela limpeza, pela claridade, pela água, Freyre traçou uma divisão peculiar no interior de Portugal, identificando as regiões onde a presença moura ou judaica mais se fez presente nos costumes e hábitos populares. Contraditoriamente, ao representar o português como passível de confraternizar-se com outros povos, não teve a mesma preocupação, generalizando suas observações como se a população portuguesa fosse uniformemente igual.

Foi a partir da percepção da existência de expressivos costumes mouros e judaicos na população brasileira, mais especificamente na nordestina<sup>422</sup>, existentes desde a

---

<sup>420</sup> O autor esclarece o papel dos judeus no interior da sociedade portuguesa e de sua influência nos métodos escravocratas adotados mais tarde pelos portugueses: “*Os judeus, desde o começo do período visigótico, souberam impor-se entre os povos peninsulares como negociantes de escravos e credores de dinheiro. De modo que para o pendor português de viver de escravos parece ter concorrido o sefardim. Inimigo do trabalho manual, o judeu desde tempos remotos inclinou-se à escravidão. Diz Chamberlain que Isaías insinua a idéia de que os estrangeiros deveriam ser os lavradores e os vinhateiros dos hebreus. E o certo é que na Península muitos dos judeus mais longínquos de que se tem notícia foram donos de escravos cristãos e possuíram concubinas cristãs*”. *Ibidem*, p. 228.

<sup>421</sup> *Idem*. **Novo mundo nos trópicos**. São Paulo, Nacional/EDUSP, 1969, p. 83.

<sup>422</sup> A propósito ver SOBREIRA, César. *Op. cit.*, p. 134.

colonização, além da coleta de dados em variadas obras, que aquele autor traçou a mais forte e resistente representação acerca de Portugal e de seu povo, distanciando-o ainda mais do modelo do Velho Mundo, centro da cultura ocidental e da civilidade<sup>423</sup>.

Ao aprofundar seu argumento, o autor justificou suas alegações com base em dados da grande ascensão intelectual dos judeus dentro da sociedade portuguesa. Para além da habilidade daquele povo nos assuntos financeiros, base da expansão do imperialismo luso, foram as tradições sefardínicas de intelectualismo que influenciaram, em grande medida, os portugueses. Desde 1589, segundo o autor, a Mesa de Consciência e Ordem já identificara estarem os cristãos novos a fazer monopólio dos ofícios de médico (rivais poderosos dos padres perante as famílias e os reis) e boticário, além do de bacharel, o que fez Coimbra ser tomada como um *covil de heréticos*<sup>424</sup>, face ao grande número de judeus como alunos e professores da universidade. Para Freyre, a presença preponderante de judeus na sociedade portuguesa e a realização plena da cultura hebraica em Portugal findaram por estabelecer como comuns algumas práticas contrárias à mentalidade europeia, como a da escravidão, e o ambiente doméstico português foi inundado por africanos antes mesmo que fossem levados à colônia americana, sob a alegação de inexistência de mão-de-obra.

Da prática escravocrata, de origem judaica, Freyre produziu um sentido, considerando ter a mesma apenas realçado algo bem peculiar do português comum: a índole oposta ao

---

<sup>423</sup> O gosto pelas comidas oleosas e pela doçaria, a aprendizagem a partir de canções da tabuada ou da cartilha, o ideal da beleza feminina ligado ao excesso adiposo, os banhos de gamela, o gosto da água corrente nos jardins, o uso da mantilha pelas mulheres, dando às modas femininas um ar mais oriental que europeu, a preferência mais pelos tapetes e esteiras que pelo sofá ou estofados (“*onde se sentavam, de pernas cruzadas, à mourisca, os pezinhos tapados pela saia, pois seria grande vergonha deixar alguém ver os pés*”), a azulejaria, a telha mourisca, a janela quadriculada, a gelosia, o abalcoado e as paredes grossas. Todos esses foram costumes trazidos pelos colonizadores, inclusive uma indefinida “*doçura no tratamento com escravos*”, docilidade esta desconhecida pelos historiadores, ante os variados relatos de abusos e a existência de vários instrumentos de castigo e tortura de uso comum nos engenhos. Antagonicamente, o autor assevera que o horror à água, o desleixo pela higiene do corpo e do vestuário permaneceram entre os portugueses, de forma mais intensa nas zonas menos beneficiadas pela influência moura. A divisão do país em norte e sul, sendo o último o reduto de influência mourisca, surpreende pelos exemplos de higiene da casa. Para Freyre, a casa portuguesa seira “*suja, feia e emporcalhada no norte e no centro*”, e o minhoto, mais europeu, mais louro e mais cristão, o mais desasseado, a denunciar “*flagrante desleixo pelo asseio*”.*Ibidem*, p. 222.

<sup>424</sup> Freyre utilizou a expressão de AZEVEDO, João Lúcio de. **História dos cristãos novos portugueses**. Lisboa: s/e, 1922.

trabalho<sup>425</sup>. Para Freyre, a indolência seria marca do caráter português, que a escravidão apenas ratificara. O autor não esclareceu se a reconquista da península e a subsequente escravidão moura ensejaram tal estado de espírito, apesar de ter destacado que bem antes de aprender a prática escravagista com os africanos, o português bem soubera submeter os mouros na Península, passando a viver da exploração do trabalho daqueles. Por outro lado, insistiu em demonstrar a percepção lusa em relação ao trabalho físico: *coisa de negro*, assim como o novo sentido dado ao verbo trabalhar, tomado livremente como *mourear*, a demonstrar o quanto a prática fora alojada na cultura portuguesa, desdobrando-se numa aversão pelo trabalho que transformara o português num povo indolente.

A aclimatibilidade portuguesa em relação a práticas de outros povos foi revelada por Freyre como mais um atributo do crescente distanciamento luso da própria Europa. O Velho Mundo apresentava uma história de trabalho, de esforço físico e mental valorizado não pelas instituições feudais de servidão e vassalismo, mas pelo esforço burguês de crescimento financeiro, de industrialismo enobrecedor, de ascensão social propiciada pela capacidade de trabalhar, capacidade esta decantada como uma *ética* por Weber<sup>426</sup>, passível de diferenciar populações inteiras pela sua capacidade de impulsionar, ou não, a economia ocidental moderna. O português, aburguesado em suas primeiras experiências mercantis, não aprofundara tal cariz, posto ter enfrentado um dos grandes enclaves de sua história, ao ter que optar entre o mercantilismo e o imperialismo colonizador, quando *fundou a maior civilização moderna dos trópicos*. Esse aburguesamento tão referenciado por Freyre encontrou seu termo quando da descoberta de uma rearistocratização, confirmada pela sua capacidade de exploração da mão-de-obra escrava, que findou por fazê-lo se aclimatar a um novo modelo de vida, modelo este emergido na contramão das férteis transformações ocorridas no seio social do Velho Mundo.

Como um indolente, o português foi tratado por Freyre como o avesso do europeu, a percorrer um caminho à parte das grandes nações do continente, o que lhe deu uma identidade distinta daqueles. Todavia, ao constituir esse português pouco afeito ao trabalho, mergulhado na languidez e morosidade reproduzidas na colônia, Freyre evidenciou a própria historicidade da formação de Portugal, resultante não de fatos como a

---

<sup>425</sup> A percepção de uma suposta indolência portuguesa é colhida por GF nas cartas de Clenardo, traduzidas pelo Cardeal Gonçalves Cerejeira e publicadas no livro **O Humanismo em Portugal**, citado pelo autor, mas sem referências. In. *Casa Grande & Senzala*, p. 238.

<sup>426</sup> WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

Revolução Gloriosa ou a Renascença Italiana, mas da cultura de povos distantes, aos quais se aclimatara sem prejuízo algum.

Essa capacidade de adaptação bem própria do português Freyreano, todavia, tomou novos contornos ante o aprofundamento das relações dos lusos com os demais povos. Mais que se adaptar aos mesmos, o luso foi mais adiante, fundindo-se, miscigenando-se, atingindo o ápice do contato que lhe foi proporcionado pela geografia e sua própria constituição psíquica, capaz de se chegar a outros povos, posto que tal capacidade não se originasse da realidade de suas fronteiras continentais, mas decorresse dela. A aclimatibilidade portuguesa não seria, pois, uma consequência da localização, mas uma estratégia diante da mobilidade propiciada pela localização; a capacidade de convivência pacífica e integrada com povos distintos decorreu, para Freyre, de um *componente distinto*, bem peculiar ao português e inexistente em outros povos europeus, quase tão móveis quanto aqueles, embora incapacitados a um contato mais próximo.

A miscigenação, por sua vez, resultou desse componente, ao alargar a mescla cultural da aclimatibilidade em mescla biológica. Desse modo, o português teria perdido o cariz de *branco puro* desde que confraternizara com romanos, fenícios, árabes, franceses e judeus, diferenciando-se dos demais europeus, ao se tornar um *híbrido*, resultado de um amálgama iniciado antes do seu desembarque no continente americano<sup>427</sup>. Esse intercruzamento teria resultado numa nação onde as propriedades singulares de cada um desses povos não se dissolveram, possibilitando o surgimento de um tipo com perfil próprio, que sintetizasse as diversas características de sua composição. Bem ao contrário, o mestiço português freyreano, assim como o próprio tecido social português, se assemelhavam a alguém que guardou a indelével lembrança das diferenças presentes em sua composição<sup>428</sup>. O português, tal qual sua própria sociedade, exibiria notáveis antagonismos que, dado ao seu equilíbrio, não se desfariam, não se homogeneizavam de forma a se reunir numa entidade separada, original e indivisível.

---

<sup>427</sup> Neste sentido, Freyre ofereceu uma impressionante descrição dos movimentos dos mais diversos povos que, desde a pré-história até a ocupação moura, converteram a Península Ibérica e em especial a sua face lusitana em um local de intensos encontros, contatos nem sempre pacíficos, mas ainda assim capazes de produzir mútuas e duradouras influências. In **Casa Grande & Senzala**, p. 216-20 e 223-30

<sup>428</sup> ARAÚJO argumentou que o hibridismo que Freyre enxergou na sociedade colonial não era a conversão do azul com amarelo, transformado em verde. Tal mistura, naquele autor, não facultaria a perda das cores originais, mantendo-se as mesmas. ARAÚJO. Ricardo Benzaquen de. *Op. cit.*, p. 74.

Embora Freyre, em muitas passagens de seu texto, houvesse proclamado as expressivas peculiaridades étnicas mouras e judaicas da sociedade portuguesa, ele defendia o hibridismo como sua principal marca. Seria, assim, a sociedade portuguesa, híbrida, sincrética, polifônica,

“Indefinida entre Europa e a África. Nem intransigentemente de uma nem de outra, mas das duas. A influência africana fervendo sob a européia e dando um acre requieime à vida sexual, à alimentação, à religião; o sangue mouro ou negro correndo por uma grande população brancarana quando não predominando em regiões ainda hoje de gente escura; o ar da África, um ar quente, oleoso, amolecendo nas instituições e formas de cultura as durezas germânicas; corrompendo a rigidez doutrinária da Igreja medieval; tirando os ossos ao cristianismo, ao feudalismo, à arquitetura gótica, à disciplina canônica, ao direito visigótico, ao latim, ao próprio caráter do povo<sup>429</sup>”.

Tais características, por sua vez, não importariam em qualquer diminuição ou perda para Portugal. Muito pelo contrário, seria exatamente por essa índole flexível e até vulcânica, inteiramente despida de compromissos com a coerência e a rigidez, que o nosso autor localizou a maior virtude do português: o sucesso do empreendimento colonial, marcado por uma expressiva mobilidade, aclimatibilidade e miscibilidade de sua exígua população e incipientes recursos materiais. Deslocando-se com rapidez, deitando-se com qualquer raça e aceitando todas as situações e todos os climas, o português realizou a proeza de não só se multiplicar e assegurar a sua presença nas mais longínquas regiões do planeta, mas também a de fazê-lo através de um tipo singular de colonização, baseada em um íntimo contato com as terras e os povos por ele conquistados, distinguindo-se em especial da colonização européia e angloamericana dos trópicos.

A mobilidade, a miscibilidade e a aclimatibilidade, como multifacetadas do povo português, refluiu na idéia da plasticidade portuguesa, categoria central de construção de um português, e sobre a qual já nos referimos em títulos anteriores. A plasticidade seria, então, uma ampliação e uma concretização da experiência étnica e cultural de Portugal, tônica do português freyreano apresentado ao Brasil, uma extensão de Portugal, imerso em sua cultura, herdeiro de sua formação. Na defesa dos valores dali decorrentes, clamava Freyre.

---

<sup>429</sup> *Ibidem*, p. 2-3

## CAPÍTULO 7

### O PASSADO COMO OBSTÁCULO AO FUTURO

Enquanto a intelectualidade brasileira ainda se encantava com as descobertas proporcionadas pela Casa Grande & Senzala freyreana, outro título era lançado, na esteira de obras que se dispunham a analisar a formação daquela sociedade: *Raízes do Brasil*. Seu autor, Sérgio Buarque de Holanda<sup>430</sup>, paulista de nascimento, vivenciara a Revolução de Trinta, acontecimento que desencadeou uma complexa trama de tradição e modernização, tornada em substancial apelo sobre a vida pública brasileira e, por extensão, na

---

<sup>430</sup> Natural da cidade de São Paulo, onde nasceu em 1902, ali vivendo até 1921, transferindo-se para o Rio de Janeiro, com o fim de cursar a faculdade de direito. Como acadêmico, Holanda ingressou na carreira jornalística, assim como na crítica literária, exercida em jornais e revistas como principal atividade até os últimos anos da década. Nesse ínterim, participou do Movimento Modernista, participando da revista Klaxon, e fundando, em 1924, a revista Estética, na qual trabalhou até 1929 quando partiu para a Alemanha, onde permaneceu por um ano. O período naquele país, como correspondente dos Diários Associados, inseriu Holanda nas tendências dominantes da intelectualidade europeia do momento, tendo o Historicismo conquistado seu modo de ver e entender o mundo, o que findou por se refletir na composição de sua obra inaugural, publicada em 1936: *Raízes do Brasil*. Com a mesma ingressou no quadro de docentes da Universidade do Distrito Federal, onde permaneceu por três anos, até sua extinção, nos quadros do Estado Novo. Nesse período, teve contatos próximos com os grandes nomes da cultura francesa, tornando-se assistente do franco-argelino Henri Hauser (1866-1946), em História econômica, e de Henry Trousseau, em literatura comparada, experiência que o iniciou nas técnicas sistemáticas da pesquisa histórica, utilizadas na produção de *Monções*, publicado em 1945. No ano seguinte, após a extinção do Estado Novo Vargas, Holanda retornou a São Paulo, para assumir a direção do Museu Paulista, cargo abandonado em 1956, quando ingressou na Universidade de São Paulo, como regente da cadeira de História da Civilização Brasileira, onde se efetivou como catedrático com a tese *Visão do Paraíso; os motivos edênicos do descobrimento e a colonização do Brasil*, publicada em 1959. Antes, porém, publicou *Caminhos e fronteiras*, no qual historiou a lenta ocupação territorial promovida pelos bandeirantes. Sérgio Buarque de Holanda foi professor da USP até 1969, quando pediu aposentadoria em face ao clima de tensão proporcionado pela instalação do AI-5, instrumentado pela ditadura militar. Desde então, sua produção ocorreu desvinculada de instituições, levando a cabo a direção da coleção História Geral da Civilização brasileira, iniciada na USP desde 1960, da qual redigiu vários capítulos e um volume completo, *Do Império à república*, publicado em 1972. Engajado politicamente durante toda a vida, ajudou a fundar, junto com outros nomes, o Partido dos Trabalhadores, em 1979. Foi casado com Maria Amélia Alvim Buarque de Holanda, com quem teve sete filhos, tendo falecido em 1982.

historiografia a partir de então produzida. Ao contrário de Freyre, que olhava o passado que aos poucos se desfazia - tal qual o esfarelar das casas grandes e das famílias patriarcais -, Holanda espreitava o presente vivido, impactado pela ocorrência de uma revolução no âmbito nacional, seguida de outra, de cunho regional<sup>431</sup>, e tentava imaginar o futuro que aguardava o país.

Foi o caráter da Revolução, além de todos os acontecimentos políticos dela decorrentes, que aproximaram Sérgio Buarque de Holanda da perspectiva de que no Brasil nunca houvera uma revolução social, pois todas as revoluções foram políticas e voltadas para remodelar os interesses das elites<sup>432</sup>. Para ele, todas as medidas políticas, sociais e econômicas do governo varguista eram inerentemente conservadoras e, portanto, pertencentes a um quadro social que remontava à sociedade colonial. Para a subversão de tal estado, Holanda apregoava a necessidade de se revelar o passado do país para combater o autoritarismo do seu tempo, ou desvendar nesse presente as permanências e as sobrevivências arcaicas do passado com o fito de superá-las, para que a almejada modernização nacional viesse a se concretizar<sup>433</sup>. Observe-se que o autor já não buscava mais o *espírito nacional* em sua formação, como o tentara Capistrano de Abreu. Era do próprio espírito nacional que ele buscava revelar os grandes males que atrelavam o país ao passado, impedindo sua progressão, suas melhorias, e cuja extirpação daria sentido à realização revolucionária.

---

<sup>431</sup> A chamada *Revolução Constitucionalista, Revolução de 32* ou *Guerra Paulista* ocorreu em São Paulo, de 9 de julho a outubro de 1932, objetivando derrubar o governo provisório de Getúlio Vargas e promulgar uma constituição nova para o país. A face oculta do movimento armado, por sua vez, expressava o revanchismo dos paulistas contra o novo poder instituído em 30, que extinguiu a autonomia gozada pelos estados desde 1891, submetendo São Paulo ao governo federal. O movimento também expressava o inconformismo dos paulistas pela ação revolucionária de 30, que impediu a posse do candidato vencedor das eleições à presidência da república, Júlio Prestes, indicado pelo estado, e por ter derrubado do poder o então presidente Washington Luís, também paulista. Sérgio Buarque de Holanda apoiou integralmente este movimento, mesmo residindo no Rio de Janeiro à época de sua ocorrência. Sobre o evento, de farta bibliografia, sugerimos a leitura de BORGES, Vavy Pacheco. **Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista: História de uma Esperança e Muitos Desenganos**. São Paulo: Brasiliense, 1979 e, da mesma autora, **Os sentidos do Tenentismo – memória, história e historiografia**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

<sup>432</sup> A propósito da postura autoral, ver COSTA, Marcos Antonio Silva. **Biografia histórica: a trajetória intelectual de Sérgio Buarque de Holanda entre os anos de 1930 e 1980**. Tese de doutorado em História, Universidade estadual Paulista, 2007.

<sup>433</sup> Holanda, parafraseando Goethe, defendia a validade do conhecimento do passado como forma única de libertação do próprio passado. Para ele, a missão do historiador consistia em *procurar afugentar do presente os demônios da história. Quer isso dizer, em outras palavras, que a lúcida inteligência das coisas idas ensina que não podemos voltar atrás e nem há como pretender ir buscar no passado o bom remédio para as misérias do momento que corre*. In. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso – Os motivos edênicos do descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 2010, p. 181.

Para o autor, a verdadeira revolução se operaria com uma passagem definitiva da vida rural brasileira para a vida urbana e pela superação das raízes ibéricas, impregnadas no recôndito da nação, sob as formas do ruralismo, do personalismo, das relações de favor, do patriarcalismo e da democracia improvisada, onde o interesse privado prevalecia sempre sobre o público. O Brasil necessitava, para Holanda, não apenas de uma revolução política, mas de uma revolução social<sup>434</sup>, ou seja, uma revolução que desencadeasse um processo de passagem de uma formação social a outra, superando a formação originada na colônia e que se perpetuara sob novas roupagens. Para ele, a revolução política seria apenas um episódio da transformação institucional das relações de poder, o que vem demonstrar o sentido da História para aquele autor. O estudo do passado, longe de ser operação saudosista ou modo de verificar ou legitimar as estruturas vigentes, poderia ser uma arma para abrir caminho aos grandes movimentos democráticos integrais, que contariam com a ajuda do povo e não o confinaria a mera massa de manobra.

Com tal finalidade, Holanda se empenhou em apresentar, em *Raízes*, as permanências e sobrevivências do passado colonial brasileiro, como um entrave a ser superado, um estorvo para o tempo presente, que deveria ser outro e não mais aquele tão bem apresentado por Freyre em sua Casa Grande & Senzala. As vívidas reminiscências acalentadas pelo historiador pernambucano deveriam ser banidas da vida nacional, fosse válida a busca pelo progresso alardeado como um dos fins da revolução, e arduamente defendido por alguns intelectuais<sup>435</sup>, nomeadamente os do sudeste agrário exportador.

Em *Raízes do Brasil*, o historiador paulista buscou analisar o sentido do Brasil, mediante um estudo do processo histórico de nossa formação, mas não um processo marcado por uma sequência de eventos. Tal como Capistrano de Abreu, Holanda preferiu abordar

---

<sup>434</sup> SINGER definiu a revolução social apontada por Holanda, como um evento com dinâmica própria produzida por amplas mudanças históricas na infra-estrutura econômica e outras tantas na superestrutura ideológica e institucional. Para aquele autor, a noção de revolução política ofuscou a de revolução social, por causa da tese, até então pouco predominante nos meios de esquerda, que a condição necessária e suficiente para a conquista do socialismo seria a conquista do poder estatal: *Continua sendo verdadeiro que o socialismo pressupõe a transferência do controle efetivo dos meios de produção dos capitalistas aos trabalhadores. Mas, esta transferência requer muito mais do que um ato jurídicopolítico de transferência de posse. Ela requer, antes de tudo, que os trabalhadores estejam desejosos de assumir coletivamente tal controle.* In. SINGER, Paul. **Uma Utopia Militante: repensando o socialismo.** Petrópolis: Vozes. 1998, p. 93. A assunção de tal controle requeria, em Holanda, o amplo conhecimento de todos os aspectos da sociedade, e com esse fim ele procurou denunciar o quanto ainda havia, na sociedade brasileira, dos mecanismos coloniais.

<sup>435</sup> A exemplo do pensamento de Alberto Torres, Oliveira Viana, Azevedo Amaral e Plínio Salgado.

formas de vida social, de instituições e de mentalidades do passado, introjectadas na identidade nacional em vias de ser superada. Desse modo, o autor buscou reconstituir uma identidade nacional tradicional, arcaica, aferrada a padrões exógenos que não lhe conferiam singularidade, com a intenção que a mesma pudesse ser sobrepujada pela sociedade em seu devir, em seu processo de construção. Os padrões exógenos referenciados por Holanda destacaram o papel de Portugal e dos portugueses como autores dos pilares da formação nacional, marcada por incompatibilidades entre o modelo de milenar tradição implantado e o extenso território e sua gente, cujas condições, no mais das vezes, foram adversas e contrárias à violenta imposição do modelo adotado.

Ao fim, restara ao Brasil uma formação resultante da soma de múltiplos e distintos elementos, da qual tomou relevo um padrão, o luso, a despeito das diferenças. Para o autor, nem o contato e a mistura com raças indígenas ou adventícias fizeram um povo novo, mas uma gente e uma sociedade que transbordava lusitanidade, mais parecidas com *os avós do além-mar*<sup>436</sup> como às vezes intentaríamos não sê-lo.

Residiria a contradição da sociedade brasileira na permanência dessas raízes ibéricas e da própria estrutura do mundo colonial que, somadas ao processo desencadeado pelo incentivo à industrialização e conseqüente modernização do país (originadas pelo processo revolucionário) revelava a incongruência da formação brasileira. Não obstante, o confronto dessas forças, que se opunham veementemente até chegarem à exaustão, cederia lugar a formas e forças novas, capazes de transformar os homens e a sociedade.

Ao historiador, desencantado com os rumos tomados pelo Brasil<sup>437</sup>, coube denunciar a persistência dessas *raízes*, de uma modernização conservadora calcada num passado com a intenção de que se encontrassem mecanismos de neutralização dessa tradição ibérica, para ele um entrave responsável pelo atraso. Na mostra dessa tradição, Holanda construiu um Portugal, cujos traços principais tentaremos apresentar a seguir.

---

<sup>436</sup> O termo é de HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1988, à p. 73.

<sup>437</sup> Sob forte influência de Max Weber e do complexo das variantes interpretativas implícitas na obra daquele pensador, é expressivo o envolvimento de Holanda com o grande teórico da racionalização, da modernização, da burocratização e da administração racional-legal. Para Diehl, a vinculação ao pensamento weberiano denunciou o desencantamento do mundo por parte do historiador brasileiro, em relação à realidade enfrentada por seu próprio país. A respeito ver DIEHL, Astor Antônio. *Op. cit.*, p. 200.

## 7.1. Um Portugal pouco europeu

Chama atenção o fato de Holanda, mesmo se colocando numa posição diferente da de Freyre em relação ao papel das raízes portuguesas no Brasil, ter retomado o tema abordado pelo *mestre de Apipucos* em sua CGS, embora por outro viés, sem o saudosismo nem a alegria freyreana, mas a expressar certa inquietação diante da persistência de tais rizomas.

Em primeira mão, Holanda se destinou a desconstruir uma das maiores referências de Portugal para o Brasil – a de porta de entrada ao mundo europeu, tão acalentado em sua aura civilizatória pelos historiadores oitocentistas. A apresentação de um Portugal fronteiriço, com uma cultura marcada pela transitoriedade, onde o europeísmo seria mantido apenas como patrimônio necessário, foi tratado por Holanda como um exercício de contrastes, do qual sobressairiam algumas peculiaridades ibéricas bem presentes no Brasil vintista.

Em Holanda, ser português significava pertencer a um território-ponte, a Península Ibérica, no limiar entre dois mundos: a própria Europa e demais continentes. A Península não seria único exemplo dessa comunicação, também exercitada pela Rússia e países balcânicos e até mesmo pela Inglaterra, o que evidenciava que a diferenciação dos ibéricos em relação à Europa não era única. Desse modo, a Europa foi mostrada como um continente geograficamente centralizado, com vários pontos de contacto com outras partes do globo, condição validada mais pelo seu papel histórico que pela cartografia. O Velho mundo exibiria também seu próprio centro, pautado pelo avanço econômico em relação às demais regiões, periferias do continente que construía a modernidade.

Ao propugnar o distanciamento de Portugal em relação à Europa, Holanda não tomou como referencial apenas a sua localização geográfica ou o contato com outros povos, como o fizera Freyre. O diferencial abordado por Holanda circunscreveu-se à específica formação histórica dos próprios ibéricos, designadamente dos portugueses. Enquanto as regiões centrais da Europa se organizavam no contexto de seu próprio território, os povos da Península ainda lutavam contra invasores, convivendo durante alguns séculos com uma cultura totalmente ádvena. No caso específico de Portugal, tal diferença fora ampliada, por só ter conseguido se organizar em torno de uma monarquia apenas no século XIII, o que impusera aos lusos um desenvolvimento quase à margem das congêneres europeias. Ao tempo que aquelas nações já superavam os entraves feudais, com sua rígida hierarquia,

Portugal tentava se adaptar a um modelo, utilizando-se de ajustamentos que findaram por se revelar mais como diferenciais que como análogos.

Como resultante desse descompasso histórico de Portugal em relação às nações da Europa central, sua sociedade assumiu – na visão de Holanda - uma estrutura marcada por notável frouxidão, expressa em ampla mobilidade desde a Revolução de Avis. A crescente união de membros da nobreza com a crescente burguesia mercantil portuguesa resultou numa sociedade que mais valorizava o prestígio pessoal que os nomes de família, pouco apreciando as influências e os privilégios hereditários zelosamente resguardados nas demais nações europeias. O individualismo originário da nobreza feudal, como ética de fidalgos, não se restringiu à nobreza lusitana, alastrando-se pelas demais classes, fazendo dos lusos um povo de mentalidade diferente da dos demais europeus<sup>438</sup>.

Graças a tal particularidade, a burguesia mercantil portuguesa não necessitou adotar um novo modo de ser e viver para marcar seu predomínio, bastando à mesma associar-se às antigas classes dirigentes e assimilar seus princípios, guiando-se mais pela tradição que pela razão predominante nos membros da mesma classe nos demais países do Velho Mundo. Desse entrelaçamento de classes, dessa união de interesses avultou a cultura da personalidade que definiu na sociedade portuguesa uma *ética da autonomia* que expressava a valorização da autossuficiência, do alvedrio do homem em relação aos demais. Cada homem seria, assim, filho de si mesmo, sem necessidade dos seus semelhantes, contando somente com suas virtudes e seu próprio esforço. Ao tempo em que mais se valorizava a capacidade pessoal de conquista que os privilégios hereditários, inegavelmente o português tendia a desenvolver uma mentalidade ousada, moderna e diferenciada de uma Europa marcada pelo *sangue azul*, por antever a irracionalidade desse sistema e a injustiça social dali resultante. Bem notável ainda, é aduzir que a própria nobreza portuguesa, que deveria defender esses privilégios, subverteu a regra, com fito em outros interesses, fazendo de Portugal um lugar especial e diferenciado do tecido social europeu.

---

<sup>438</sup> Michel de Foucault esclareceu que durante o medievo, a individualidade se vinculava à posição social do indivíduo, e tinha como pressuposto a liberdade. Desse modo, o rei era considerado como indivíduo por excelência, o que já não ocorria com o servo que, por não ser dono de si mesmo, não figurava como indivíduo. In. **Vigiar e Punir - o nascimento das prisões**. Petrópolis: Vozes, 1987. Portugal, por sua vez, alheio à severa hierarquia do sistema feudal, teve uma nobreza que não se enquistou, e sua acessibilidade favoreceu uma fidalguia em todos os níveis, diferenciando-o dos demais países do continente.

Dessa mentalidade valorativa do mérito e da responsabilidade individuais nasceu o português de Holanda que, contraditoriamente, não foi capaz de desenvolver o espírito de organização espontânea, tornando-se inepto para a vida social, para a associação entre os homens. A solidariedade, como laço de união entre os interesses compatíveis, não existiria entre os portugueses, para os quais a associação derivaria apenas dos vínculos sentimentais, a unir círculos limitados e particularistas – tal qual a família patriarcal explorada por Freyre, ou associações beneficentes comuns na metrópole e na colônia. Deste modo, o personalismo português tornou-se fruto de uma sociedade que compreendia a diferenciação entre os homens, entendendo-os como desiguais, frente a uma Europa moderna, que crescentemente valorizava a igualdade como um pressuposto da individualidade<sup>439</sup>.

Da incapacidade dos lusos para a organização espontânea, para a racionalização da vida social, a exigir a gestação de formas livremente pactuadas, emergiu na sociedade portuguesa construída por Holanda evidente inclinação à anarquia e à desordem. Para o historiador, na terra “*em que todos eram barões, não era possível acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior responsável e temida*”<sup>440</sup>. Teria que haver um elemento que favorecesse a criação e manutenção artificial de organização política, fator de estabilidade e de equilíbrio de um povo eminentemente personalista, e por isso incapaz de diferenciar as ditaduras e a anarquia, posto serem ambas típicas de seu caráter. Um governo seria a necessidade básica do português de Holanda, incapaz de gerenciar a própria vida social em decorrência da própria mentalidade. O individualismo português formara, assim, uma gente incapaz de se aglutinar, só o fazendo em casos extremos, regidos pelos sentimentos e por certa proximidade.

É desse contexto outra peculiaridade portuguesa, resgatada por Holanda: a extraordinária disposição para o mandonismo<sup>441</sup>, nascida do predomínio individualista, da autarquia do indivíduo, da exaltação extremada da própria personalidade, que atingiu seu ápice na

---

<sup>439</sup> Cf. DUMONT, Louis. **O individualismo: uma perspectiva antropológica da sociedade moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, p. 316.

<sup>440</sup> *Ibidem*, p. 4.

<sup>441</sup> O termo foi usado por Sérgio Buarque de Holanda, reproduzindo um conceito que já se estabelecia nas ciências sociais brasileiras, e que já se fizera conhecer na literatura nacional. Característico do coronelismo, o mandonismo refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder, bem presentes no Brasil e representadas pelo patriarcalismo. *O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional e existe no Brasil desde o início da colonização*, segundo CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual**. *Dados*, vol. 40, n.º. 2, 1997.

implantação do sistema escravocrata. Na colônia, o trato com o escravo expôs a capacidade de mando do português, assim como com o indígena, tornando-o em terrível senhor<sup>442</sup>, embora Holanda tenha vinculado esse cariz como um paradoxo da capacidade lusa em obedecer. Mais que o próprio mando, a virtude maior do português seria a obediência, a capacidade de se submeter à disciplina imposta, a submissão total, cega, irrestrita, distinta da lealdade originária dos princípios medievais. O que se destacava na obediência que caracterizou o português de Holanda seria o interesse pessoal, sendo este o único princípio político verdadeiramente forte entre os mesmos. A capacidade de obedecer, em Holanda, foi trazida à baila quase como uma *arte* desenvolvida pelos portugueses, uma virtude maior que ancorava aquela sociedade e que fora levada aos seus limites pelos jesuítas. Ao mesmo tempo em que o português se valorizava em sua própria autonomia, em que se fazia senhor de si, não lhe onerava o mando, havendo em si uma extremada capacidade de submissão – submissão ao outro ou à própria realidade, submissão não à linhagem, mas ao mérito pessoal.

Todavia, o que dera origem à mentalidade portuguesa que, ao tempo em que libertava, aprisionava, condicionando os lusos à submissão de uma liderança ou à anarquia pura e simples? A respeito, Holanda constituiu os antecedentes dessa aptidão, composta na junção dos campos políticos e teológicos. Para ele, a doutrina agostiniana teve papel decisivo para que o português assim se tornasse, ao se alhear da organização de um mundo afastado de Deus, no qual o princípio ordenador da hierarquia e das relações de poder estava distante do modelo da *cidade* proclamada por Santo Agostinho.

Na construção agostiniana do mundo ibérico, o português era movido por uma fé no sobrenatural, que o distanciava da organização do mundo terrestre<sup>443</sup>. Contrariamente ao que se passava no resto da Europa, o individualismo português jamais foi significativamente submetido à idéia de organização hierárquica dos homens, em termos sociais e políticos. O indivíduo, em si, contaria apenas com seu próprio esforço e com suas

---

<sup>442</sup> Mais que Holanda, foi Freyre – em sua CGS - quem esmiuçou a capacidade de mando do português, expressa em variados exemplos da disciplina imposta pelos patriarcas, que se revelava na execução de castigos atroz para os que ousavam dela se afastar: mulheres emparedadas vivas, crianças estouradas no calor das formalhas, escravos mutilados, filhos assassinados por ordem do pai.

<sup>443</sup> A mesma perspectiva foi desenvolvida por Holanda em **Visões do paraíso – os motivos edênicos do descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 2010. Naquele texto o autor explorou a mentalidade dos portugueses a respeito do Novo Mundo, salientando o quanto os teólogos medievais foram responsáveis pelos mitos e lendas que ancoraram suas ações no descobrimento e povoamento do Brasil.

virtudes, fazendo-se diferente e, em decorrência, merecedor de prestígio e valorização<sup>444</sup>. Por esse modo, na retórica de Holanda, seria natural entre os lusos a insensibilidade à organização social, bem como a invencível repulsa à moral fundada no culto ao trabalho, conforme abaixo assinalado:

“É compreensível que jamais se tenha naturalizado entre a gente hispânica a moderna religião do trabalho e o apreço à atividade utilitária. Uma digna ociosidade sempre pareceu mais excelente, e até mais nobilitante a um bom português, do que a luta insana pelo pão de cada dia. O que ambos admiram como ideal é uma vida de grande senhor, exclusiva de qualquer esforço, de qualquer preocupação. E assim, enquanto povos protestantes preconizam e exaltam o esforço manual, as nações ibéricas colocam-se ainda largamente no ponto de vista da antiguidade clássica. O que entre eles predomina é a concepção antiga de que o ócio importa mais que o negócio e de que a atividade produtora é, em si, menos valiosa que a contemplação e o amor<sup>445</sup>”.

Ao considerar as virtudes proclamadas pelos portugueses (a *inteireza*, o *ser*, a *gravidade*, o *termo honrado*, o *proceder sisudo*, no dizer de Francisco Rodrigues Lobo<sup>446</sup>), Holanda deu uma interpretação à mentalidade portuguesa como essencialmente inativa, que em nada favorecia ao país, prejudicado em seu desenvolvimento pela apatia de sua população, sempre indisposta a modificar o que já existisse e o que estava determinado. A indolência lusa seria a antítese da ética protestante, e a não-valorização do trabalho tomava foros de defesa da dignidade humana, aviltada e depreciada pela mecânica sobre as coisas. Desse modo, Holanda construiu um português distinto dos demais europeus, posto que indolente, hostil ao trabalho braçal e aferrado à exploração de mouros e negros.

Contudo, fosse a preguiça (e o próprio catolicismo) uma das marcas desenvolvidas pelo português e destacada no texto de Holanda como mais um diferencial dos lusos em relação aos povos europeus, como justificar a disposição do português para a aventura do além mar, para a descoberta de novos mundos, já que os grandes caminhos e descobertas resultaram da ação direta dos mesmos, e não do trabalho escravo?

---

<sup>444</sup> Para Leenhardt, os portugueses da obra de Sérgio Buarque de Holanda seriam os herdeiros dignos da doutrina estoica de Sêneca. Cf. LEENHARDT, Jacques. **Frente ao presente do passado**. In: PESAVENTO, Sandra Jatthy (Org.). *Um historiador sem fronteiras – O Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005, p. 85.

<sup>445</sup> *Ibidem*, p. 10.

<sup>446</sup> LOBO, Francisco Rodrigues. **Cor te na aldeia**. Lisboa: s/e, 1945, p. 136.

Mesmo sem responder a essa indagação, Holanda aventou uma *ética* própria do português navegador, uma ética que surgiu na época das chamadas grandes navegações, e que se fez presente no empreendimento colonial americano. Essa ética foi tomada por Holanda como um instrumento capaz de ordenar o conhecimento dos homens e entender os seus conjuntos sociais. Ao tempo em que o português se submetia às atitudes mentais herdadas de Santo Agostinho, vivenciava uma época que predispunha os grandes gestos, astúcias e façanhas, fermento natural para o surgimento de um sem número de aventuras bem recepcionadas pelos lusos. Nesse contexto, desenvolveu-se o que Holanda chamou de *ética da aventura*, em oposição à *ética do trabalho*, vivida pelos povos europeus protestantes.

Com tal finalidade, aquele autor construiu tipos sociopsicológicos – o aventureiro e o trabalhador -, como instrumentos metodológicos capazes de evidenciar a importância da dimensão psicológica nas ações sociais<sup>447</sup>. Para ele, as sociedades se constituíam de atores capazes de construir riquezas e as usurpar, graças à astúcia e à violência, assim como por outros que, por segurança, privilegiavam os investimentos confiáveis, invariavelmente despojados pelos primeiros. Esses primeiros seriam, em Holanda, os indolentes portugueses, aventureiros afeitos às novas sensações e ao reconhecimento público. Propositamente cegos quanto às fronteiras, os limites impostos, em oposição aos que enxergavam primeiro as dificuldades a vencer, animados pelo desejo de segurança, o português da obra de Holanda queria o mundo sem penhorar esforços em seu domínio.

“O que o português vinha buscar era, sem dúvida, a riqueza, mas riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho<sup>448</sup>”.

A esse português aventureiro e personalista, Holanda configurou com atributos tais como audácia, imprevisão, irresponsabilidade e instabilidade, cunhados no esteio de uma concepção espacial do mundo, em oposição à concepção temporal vigente entre os povos trabalhadores. Estes, por sua vez, se destacariam por valorizar a paz, a estabilidade, a segurança, o empenho desinteressado, típicos – segundo Holanda – do mundo sociopolítico do norte da Europa.

---

<sup>447</sup> Evidente que os tipos construídos por Holanda foram inspirados pela obra de Max Weber, embora o autor os articulasse aos modelos de Vilfredo Pareto (o Rentista e o Especulador), utilizados para explicar a distribuição da riqueza e sua concentração. Na verdade, esse uso sistemático de oposições polares tornou-se evidente na obra de Holanda (*Trabalho e aventura, o sementeiro e o ladrilhador, Caminhos e fronteiras*), assim como na de Freyre, não apenas como uma idealização weberiana, mas como uma necessidade de colocar em ação um campo de tensão, tal qual a própria realidade que ambos vivenciavam, dividida entre a tradição e a modernidade.

<sup>448</sup> *Ibidem*, p. 18

Entretanto, o cariz imposto por Holanda aos portugueses é perpassado por sutilezas tais que ocultam, mesmo mostrando, o papel decisivo dos lusos nas transformações mundiais ocorridas com a expansão ultramarina. Na articulação do tipo aventureiro, o autor construiu um português plenamente apto a viver sua temporalidade, repleta de movimentos decisivos para que se tomasse a dianteira do mundo, lançando-se na aventura das grandes navegações. Ao mesmo tempo, se mostrava portador de mais aptidões para tal empreendimento que os tipos trabalhadores naturais da Europa arquitetada por aquele autor, e caracterizados positivamente em *Raízes*. O trabalho de explorar as ilhas do Atlântico e os territórios americanos não foi, evidentemente, tarefa capaz de ser desempenhada com sucesso pelos demais europeus, tamanha era sua disposição para o trabalho, mas um trabalho de outra natureza, planejado, metucioso, que não exigia coragem nem audácia – talentos que sobejavam no aventureiro português.

É inegável que a ousadia que Holanda afirma ser peculiar ao português também era uma forma de trabalho, considerada a diversidade de papéis existentes no contexto das grandes navegações e no processo colonial. O português seria ousado por fazer o que os demais temiam ou evitavam, traçando estratégias, definindo novas rotas, articulando ações arrojadas. Ser ousado não implicava em ser preguiçoso, embora o autor tenha destacado que a própria sociedade portuguesa, em suas leis, derogava a nobreza se vinculada aos chamados *ofícios mecânicos*. Mesmo que a fidalguia, como trato social, perpassasse todos os estratos, haviam discriminações consagradas pelos costumes em relação aos ofícios de mais baixa reputação social, o que tornava o trabalho na sua expressão física, braçal, uma ocupação de desvalidos no seio da sociedade portuguesa. Se a alguns pensar o empreendimento dispensava o esforço físico, traçando estratégias, definindo rotas, articulando ações, para a grande maioria dos envolvidos o que restava era a labuta, fosse no convés das embarcações, no cais dos portos, nas oficinas ou nas lavouras.

É preciso destacar que o trabalho, como significado de execução de uma obra, é próprio do final do século XV<sup>449</sup>, o que colide com a percepção do autor sobre a existência de uma

---

<sup>449</sup> Segundo Le Goff, a palavra *trabalho* não existia antes do século XI, assim como a palavra *trabalhador* veio a surgir apenas no final do século XVII, com o estabelecimento do Capitalismo. Por sua vez, Hobsbawn esclarece que, já nesse período, o trabalhador era considerado socialmente inferior, um ser ignóbil, cuja ocupação tão necessária era desdenhada pelas classes superiores, evidenciando a desvalorização social do próprio trabalhador. A propósito ver LE GOFF, Jacques. **Para um novo conceito de Idade Média: Tempo, trabalho e cultura no ocidente**. Lisboa: Editorial Estampa, 1979. Ver também HOBBSAWN, Eric. **Os trabalhadores: estudo sobre a história do proletariado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

suposta ética contra as atividades laborais ditas físicas na sociedade portuguesa desde sua fundação. O desprezo pelas atividades braçais aventado pela nobiliarquia do medievo, a nosso ver, confronta-se com o personalismo português, no qual um homem se tornava notório pelo próprio esforço. Desde que esse não lhe causasse calos nas mãos, estaria apto ao recebimento das mercês régias – demonstrativo que a tão falada permeabilidade social abordada por Holanda tinha também seus entraves, e que a ascensão era vetada para os mais humildes.

Evidente que o português como homem de aventuras foi utilizado por variados autores na escrita da histórica colonial – a exemplo de Varnhagen, Abreu, Prado e mesmo de Gilberto Freyre -, ficando restrito ao tempo inicial da colonização. O aprofundamento da exploração do território pela coroa portuguesa parece ser um tempo em que os autores já divisavam que os homens que se dispunham a viver na colônia já não tomavam a tarefa como uma aventura, mas como uma missão. Holanda, por sua vez, quebrou este paradigma e, como exceção, construiu um português naturalmente aventureiro, para o qual o trabalho comum era elemento social que desvalorizava o indivíduo, ao qual recusavam e sequer compreendiam.

O personalismo que gestou esse tipo valorizador de aventuras, por oportuno, foi válido nos séculos iniciais da colonização, sendo superado pelo próprio movimento do mundo moderno, onde o trabalho se tornou elemento substancial no sistema econômico que se impôs do outro lado dos Pirineus, e que se alastrou pelo continente, atingindo territórios longínquos, tal qual o da colônia. A ética da aventura, ali, foi mostrada por Holanda como necessária, num primeiro momento, para o sucesso da empresa, de modo que ficou cristalizada na mentalidade dos seus habitantes, numa realidade temerária da qual o Brasil do século XX deveria se desembaraçar, sob pena de nunca atingir suas metas de modernização e de progresso.

A análise de Holanda sobre o não pertencimento do português ao contexto europeu vinculou-se, em seu texto, à separação da Península Ibérica do restante do continente, para além de sua histórica constituição, pela linha imaginária dos Pirineus. O Velho Mundo, na retórica de Holanda, foi representado pelos países do norte, expressão de um europeísmo que inexistia para os ibéricos. Enquanto aqueles se caracterizavam por uma significativa

homogeneidade cultural, os ibéricos se diferenciariam entre si, apesar da proximidade geográfica e da formação histórica assemelhada, como veremos mais adiante.

Mas de qual Europa Holanda falava, ao retirar de seu meio os ibéricos e, mais especificamente, os portugueses? Na tentativa de desvendar a questão anterior, lembremos que essa divisão assumiu expressiva relevância quando da apresentação dos tipos aventureiro e trabalhador, localizando-se estes no norte europeu e aqueles na Península Ibérica, fronteira com o ultramar.

A despeito da cartografia do norte europeu nos séculos XVI e XVII, observamos que Holanda fez poucas referências à França e à Inglaterra, principais representantes europeus no colonialismo imposto à América, além dos portugueses e espanhóis. Entretanto, ao se referir aos europeus do norte, o autor indicou indubitavelmente os holandeses como os representantes daquela Europa povoada por tipos trabalhadores, em oposição aos tipos aventureiros por ele reconhecidos no além dos Pirineus<sup>450</sup>.

A França, que deveria referenciar o europeísmo aduzido por Holanda, parece-nos não se adequar perfeitamente aos predicados próprios do tipo *trabalhador* construído por Holanda, posto que, antes mesmo que os portugueses explorassem as regiões litorâneas do Brasil, os franceses conduziam uma política de entrepostos nas costas brasileira, em contato constante com os nativos. O estabelecimento de excelentes relações com os naturais induziu os franceses a invadir a região da Baía de Guanabara, ali estabelecendo um povoamento que durou mais de uma década, e cuja experiência resultou no relato de Jean de Léry<sup>451</sup>. Outra experiência francesa no Brasil, embora de menor duração e intermitente com a primeira, foi a da França equinocial, que fundou a cidade de São Luís, no Maranhão, meio-norte da colônia.

A presença francesa na colônia revelou o quão pouco poderia se identificar do tipo trabalhador construído por Holanda naquele povo, que cedo se acostumou a ser acolhido nas malocas nativas, aceitando as esposas oferecidas pelos anfitriões e adequando-se sem

---

<sup>450</sup> A respeito, Holanda reporta que “*O insucesso da experiência holandesa no Brasil é, em verdade, mais uma justificativa para a opinião, hoje corrente entre alguns antropologistas, de que os europeus do norte são incompatíveis com as regiões tropicais*”. No índice de assuntos organizado ao final do texto de Raízes do Brasil, encontramos apenas uma referência aos “europeus do norte”, que alude especificamente aos holandeses. A problemática da colonização dos Países Baixos na região Nordeste do Brasil findou por se tornar relevante no trabalho de Holanda, que a utilizou para traçar uma analogia entre ibéricos e europeus. *Ibidem*, p. 34 e 149.

<sup>451</sup> LÉRY, Jean. **Viagem à terra do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2007.

pejo à vida natural dos indígenas<sup>452</sup>. Tal quais os portugueses, os franceses que contrabandeavam livremente pau-brasil no litoral, encerraram as trocas voluntárias, passando a exigir o domínio da terra e do trabalho nativo, realizando a profecia tupinambá que antecipava o desejo dos franceses de fixarem-se na terra para desrespeitar os costumes nativos e escravizá-los, da mesma forma que os lusitanos<sup>453</sup>. Em suas práticas, não se vislumbrava a busca de estabilidade, a segurança, o empenho sem perspectiva de proveito imediato, peculiares da ética do trabalhador do norte europeu de Holanda. Por outro lado, no contato dos franceses e a subsequente tentativa de colonização no Brasil podem se identificar variadas ações recheadas da audácia e irresponsabilidade típicas do aventureiro ibérico.

Em relação à Inglaterra, o próprio Holanda reconheceu tratar-se de um povo aventureiro e pouco laborioso, assemelhando-se aos portugueses em suas práticas colonizatórias e, principalmente, escravagistas. A correlação entre portugueses e ingleses realizada pelo autor é reveladora as similitudes entre os dois povos pouco industriais, com tendência à indolência e à prodigalidade, atributos também reconhecidos pelo autor inglês William Inge, cujas idéias foram apropriadas por Holanda para justificar a própria visão<sup>454</sup>.

É preciso destacar que Holanda referiu-se não ao inglês que viveu o surto industrial – evento que, para ele, criou uma idéia equivocada em relação ao povo da Inglaterra -, mas ao inglês anterior à era vitoriana, que denominou como *típico*: não-industrial, sem senso de economia tal quais seus vizinhos continentais mais próximos. Inge, por sua vez, referira-se ao homem do século XIX, imerso no que chamou de *ociosidade impudica*, mas que foi considerado por Holanda como um tipo que já ultrapassara os vícios do passado, o que revela evidente descompasso entre o contexto tratado pelo historiador inglês em relação à abordagem de Holanda, que lançou mão de certas *adequações* a fim de justificar as suas proposições.

---

<sup>452</sup> Cf. MARCHANT, Alexandre. **Do escambo à escravidão: As relações econômicas de europeus e índios na colonização do Brasil. (1500-1580)**. São Paulo: Companhia editora nacional, 1980, p. 281.

<sup>453</sup> A propósito ver DAHER, Andrea. **O Brasil Francês: as singularidades da França Equinocial. 1612-1615**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

<sup>454</sup> Sobre a questão, o autor inglês fez a seguinte observação: “A indolência é vício que partilhamos com os naturais das terras quentes, mas não com qualquer outro povo do Norte da Europa”. In: INGE, William Ralph. **Inglaterra**. Londres, s/e, 1933, p. 160. O autor não viu o mesmo atributo nos franceses, praticantes da frugalidade parcimoniosa, nem nos alemães, aos quais julgou portadores de uma diligência infatigável.

Em nosso entendimento, a tipologia criada por Holanda escondeu alguns problemas de cunho histórico. Ao intentar distinguir os lusos dos demais europeus, a partir de um cariz aventureiro, visibilizado ao limite durante o empenho colonial, assim como o perfil trabalhador dos países ao norte, designadamente dos povos dos Países Baixos, Holanda não observou que a política de exploração levada a efeito pelos portugueses se reproduzia nas demais colônias francesas, inglesas e flamengas<sup>455</sup>, sem grandes diferenças. Em meados do século XVI, os entrepostos eram realidade tanto nas costas africanas quanto na América de norte a sul, configurando-se como um desdobramento da expansão europeia, na tentativa de superação da crise do fim da Idade Média e da questão inerente à formação dos Estados nacionais<sup>456</sup>. A presença indiscriminada das nações europeias nos movimentos de expansão, e as práticas daí decorrentes, a nosso ver, não encontram semelhança na chamada *ética do trabalho* construída por Holanda. Bem ao contrário, detêm todos os pormenores com os quais nosso autor consagrou aos ibéricos, determinando-os como um povo de aventuras.

A peculiaridade da política de expansão europeia, nos seiscentos, nos leva a entender tratem-se todos de aventureiros, movidos mais por uma concepção espacial do mundo do que com sua própria temporalidade. Não seriam assim o Renascimento, o humanismo, a busca da segurança ou a consolidação da paz os motores do alargamento do espaço europeu, mas a ânsia de ultrapassar fronteiras, a partir de *modus operandi* equivalentes. Somente no século XIX, consolidado o industrialismo e profundamente modificada a situação sociopolítica e econômica do continente, a mentalidade colonialista europeia sofreu algumas modificações. Foi o caso da França que, mesmo realizando uma política violenta em suas colônias, como imperativo da própria prosperidade e da defesa e

---

<sup>455</sup> O termo, de uso comum na historiografia brasileira, referencia os naturais das Províncias Unidas ou holandeses, sendo resgatado dos documentos portugueses relativos ao Brasil, nos séculos XVI e XVII, conforme esclarecimento de Melo, que indica seu largo emprego no ambiente colonial. Os flamengos, mesmo sem envolvimento nas atividades de exploração de novas terras, se estabeleceram em entrepostos no Brasil, [São Tomé e Príncipe](#), Angola, Índia Portuguesa, Sri Lanka, Formosa, Japão e Indonésia, entregando sua administração a companhias especializadas, restando ao Estado holandês apenas a responsabilidade nominal da empreitada. In. MELO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos flamengos – Influência da ocupação holandesa na vida e cultura do Norte do Brasil**. Recife: Secretaria de educação e cultura, 1978, p. 34.

<sup>456</sup> Cf. VAN DULMEN, Richard. **Los inicios de La Europa Moderna (1560-1648)**. México: Siglo vintiuno editores, 1984, p. 74-6. Ver também RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a civilização**. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 62.

preservação de sua ordem social<sup>457</sup>, assumiu um forte papel ideológico em nome dos ideais da revolução de 1789, por efeito da libertação das nações da América Latina e perante uma Inglaterra que não capitulou de seu papel militar, comercial e industrial – tal qual Portugal.

A participação dos lusos na recolonização da África, no século XIX, a nosso ver, mais os aproximou da mentalidade colonial europeia, e dos interesses comuns das potências do Velho Mundo. Na ocasião, a ética da aventura parece ter se fundido com a do trabalho, embora em Holanda a primeira tenha se mantido cristalizada no Brasil.

## 7.2. Semeadores dos verdes campos da América

Vencido o contraponto entre portugueses e europeus, Holanda se dedicou a analisar a singularidade de Portugal conquanto Estado colonizador. A unidade proporcionada pela historicidade da Península perante o restante da Europa, tratada pelo autor nos termos iniciais de sua obra, pareceu perder dinâmica quando defrontada com o ambiente colonial. Em tal contexto Holanda buscou dar sentido às peculiaridades portuguesas indicadas ao longo de seu texto, mostrando como as mesmas se revelaram na prática da colonização de enorme espaço, ocupado por populações nativas.

Como o português, afeito à aventura, incapaz de gerenciar a própria vida social e avesso ao trabalho, obteve sucesso no empreendimento colonial? Haveria diferenças entre os ibéricos, considerados pouco europeus? A partir dessas questões, o historiador passou a burilar o português por ele construído, no sentido de mais compreendê-lo e assim julgar o que restou de sua herança a um Brasil aferrado àquela mentalidade, apesar de decorrido mais de um século de separação.

Em novo cenário, o português teve que se adaptar, a demonstrar sua profunda capacidade de enfrentamento da realidade, o que revela o quanto Holanda se debruçou no trabalho de Freyre, compartilhando muitas de suas proposições. A maleabilidade portuguesa tornou-se, assim, no texto de Holanda, uma qualidade imprescindível para que o mesmo assumisse

---

<sup>457</sup> À época, Ernest Renan defendia a idéia de que “*Uma nação que não coloniza está irremediavelmente condenada ao socialismo, ou à guerra do rico contra o pobre. A conquista de um país de raça inferior por parte de uma raça superior, que se estabelece nele para governá-lo, nada tem de estranho. A Inglaterra pratica este tipo de colonização na Índia, com grande proveito para a mesma, para a humanidade em geral e para a própria Índia. Do mesmo modo como devem ser criticadas as conquistas entre raças iguais, a regeneração das raças inferiores ou abastardadas por parte das raças superiores se situa, pelo contrário, dentro da ordem providencial da humanidade... Regere império populos, eis nossa vocação*”. Cf. ARON, Raymond. **Dimensões da consciência histórica**. São Paulo: Editora da UNESP, 1994, p. 45.

em definitivo o desafio da conquista das terras americanas, destinando-se a colonizá-las. Observe-se que aquele autor, mesmo tratando da mentalidade portuguesa, não se reportou a temores, impossibilidades, adversidades da época do descobrimento, situações certamente existentes e enfrentadas pelos que se destinavam a integrar a aventura. Em seus escritos, a colônia surgiu como uma miragem, um fato novo a ser recepcionado pela população, prontamente disposta a vencer o desafio, sem maiores preocupações com o porvir por ser de sua natureza a experiência arriscada e a imprevidência em sua realização. O português de Holanda parecia não ter consciência dos riscos da aventura, pois toda sua vida seria dedicada às mesmas, sem apegos à família, a amores, à própria terra onde nascera. Seria, assim, um homem sem vínculos, mostrado como avesso ao meio social, embora contraditoriamente nele integrado, num coletivo de vontades de aventurar-se pelo mundo, de descobri-lo para dele se apossar.

Num ambiente totalmente novo, a exibir diferente realidade, o aventureiro se fez outro, submetendo-se à sedentária vida rural, rechaçada em Portugal, posto que o cais e as embarcações ofertassem melhores condições que a lide campestre para seu instinto aventureiro, embora o ambiente colonial revelasse um cenário oposto aos seus propósitos existenciais. Vitimado pelo caráter inativo, nascido da mentalidade que tomava o trabalho físico como desonra, o português de Holanda desejava a riqueza do Novo Mundo como um fruto maduro, a pender de galhos firmes em árvore de fácil colheita; contudo, não era esse o caso. A riqueza que buscava ali se escondia em florestas inacessíveis, e adentrar nas mesmas significava suor e desgaste físico, termos fora do padrão português. Sob essa configuração, como esse português venceu a ética da aventura para realizar a colônia?

Para aquele historiador, a imprevidência fora a marca dos lusos no empreendimento colonial. Chancelado por este modo de ser, lançava-se ao que julgava dever ser feito sem preocupar-se com os meios, e por isso mesmo exibia franco caráter plástico, adaptando às mais distintas situações por não se preocupar em prevê-las. Assim, a aventura seria a própria realização do caráter português e sua plasticidade não decorreria de um condicionante geográfico, mas da própria formação histórica que sedimentara uma mentalidade na qual aquela, na acepção *do que está por vir*<sup>458</sup>, definira as feições do elemento português.

---

<sup>458</sup> O historiador fez questão de alertar para a expressão na primeira edição de *Raízes do Brasil*, dando-lhe o sentido do porvir, do possível de acontecer, o que a nosso ver retirou do termo certo ranço pejorativo. Com

Aí se destacam as diferentes visões de Freyre e Holanda, pois se para o primeiro o português exibiu uma plasticidade social e cosmopolitismo únicos, mostrando-se perfeitamente capaz de conviver, e coabitar, com outras raças graças à formação social de Portugal, integrando-se plenamente em outra cultura sem prejuízo da própria, vemos que Holanda não comungou da mesma idéia. Convicto do espírito aventureiro do lusitano, Holanda encontrou nele a justificativa para a adaptabilidade portuguesa às condições mais ásperas ou resistentes, embora a partir da *recriação dos lugares de sua procedência*<sup>459</sup>. A versatilidade portuguesa só encontrava esteio ante a recriação de seu próprio lugar, na construção de outro Portugal, de uma nova Lusitânia. Não obstante, esta recriação não pode ser tomada ao pé da letra, em decorrência do caráter plástico do português. Tratava-se mais de *adaptações*, nas quais os lusos somavam elementos de sua cultura com o que preexistia no lugar, verdadeiros monumentos da cultura lusitana, impregnados indelevelmente da vida material de uma América dita portuguesa.

Ao recriar a própria cultura na colônia, o português Holandino não perdeu seu cariz aventureiro; bem ao contrário, mostrou-se aberto ao futuro, disposto a enfrentá-lo, fosse como fosse. Não teria sido, pois, um mero adepto da aventura, amante da precariedade e afeito a expedientes, mas um homem sem preocupações com o agora, cujo nível de adaptabilidade decorreria, pois, de seu senso de futuro, o que o tornaria desapegado do próprio presente. Na colônia, competiu-lhe fazer uso de tais atributos mentais, frente a realidade ali encontrada, encarada como a renovação da própria aventura, outros níveis aos quais necessitava revelar sem maiores imposições. Desse modo, a recriação de Portugal não prescindia da imposição do mesmo padrão, mas de uma adaptação entre o pré-existente e o encontrado, num jogo de combinações despido de regras, a expressar a maleabilidade lusa. Esta, para Holanda, seria uma fraqueza que os fizera fortes.

Da ausência de planejamento do colonizador, da negação coletiva à organização política nasceu um empreendimento realizado ao sabor das conveniências, onde não houvera interesse pelo fazer, mas pelo resultado, dada sua incompreensão em relação à própria ética

---

tal sentido, o português de Holanda, mais que um especulador de novas experiências, foi também um dinamizador, cujo empenho resultou em vetustas mudanças e progresso social do mundo moderno.

<sup>459</sup> Com essa abordagem, Holanda se distanciou da perspectiva de Gilberto Freyre, não reconhecendo o caráter cosmopolita do português. Lembremos que, em Freyre, a plasticidade dos lusos originava-se em seu contato com diversos outros povos, dentro e fora de seu território, o que se refletia na franca recepção dos mesmos a outras terras e outras culturas. Holanda, por sua vez, considera a mesma plasticidade a partir da não imposição da própria cultura, embora permeada pela adaptação e pela interpenetração de elementos de uma com outra.

do trabalho. Para aquele intelectual, o português não planejou, em todas as minudências, a implantação dos vastos campos coloniais, onde a cana seria transformada em açúcar, sendo eles apenas a multiplicação do modelo já existente na Madeira, que por sua vez fora tomado da bacia do Mediterrâneo. Em decorrência, não existiram maiores preocupações com a adaptabilidade da cultura canavieira ao solo, nem com as condições a longo prazo do mesmo, danificado em sua fertilidade pela baixa qualidade técnica da exploração, pela ausência de investimentos e pela ganância dos exploradores. Seu primado, marcado pela desorganização, também foi solitário, desgarrado do grupo, antipolítico e antimoderno.

Ao nomeá-lo como um *semeador*, o historiador patenteou um português que se adaptou ao máximo às oportunidades dadas pela natureza encontrada na colônia, por ser capaz de renunciar às normas imperativas e absolutas, cedendo sempre quando a oportunidade lhe fora conveniente a assim agir. Jogara a semente, da qual cuidaria a chuva e sol, tão somente, e seus frutos seriam colhidos<sup>460</sup>. Se, para fazê-lo, tivesse que desmatar, destocar, adubar e lavrar o solo, jamais teria lançado a semente, pois o empenho físico contrariava sua índole.

---

<sup>460</sup> A análise das metáforas existentes na obra de Holanda, especialmente do português como um semeador, revelam ser aquela figura originária da obra de Padre Antônio Vieira, da qual teria sido apropriada por Holanda de modo a compor seu tipo português. A metáfora da semeadura também pode ser encontrada na chamada *certidão de nascimento do Brasil*, a famosa carta de Pero Vaz de Caminha, na qual o escritor se referia à semente como a ação salvacionista e civilizatória que deveria ser empreendida pela coroa portuguesa a favor dos nativos americanos. Não obstante, alguns autores identificam tal metáfora como originária da obra de Paulo Prado, onde o português semeador teria forte conotação lúbrica. A semente lançada seria, ali, desvinculada de teor agrário para se assumir como um gene de procriação, de geração de uma nova população. Em Gilberto Freyre também é possível encontrar o português representado como um reprodutor, a sedimentar as relações entre a casa grande e a senzala a partir de *sua semente*, originando uma população mestiça e valorosamente original. A respeito ver DE DECCA, Edgar Salvadori. **Decifra-me ou te devo: As metáforas em Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2008. Ver também CAMPOS, Haroldo. **O Barroco e a identidade cultural brasileira – Vieira, Venera, Vênus**. In. JUNQUEIRA FILHO, Luís Carlos Uchoa (Org.). *Perturbador mundo novo*. São Paulo: Escuta, 1994 e FINAZZI-AGRÓ, Ettore. **A trama e o texto – história com figuras**. In. PESA VENTO, Sandra Jatahy. *Um historiador nas fronteiras – O Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005. A nosso ver, a figura do semeador não tem o teor genésico que alguns autores quiseram imprimir-lhe, posto não haver maiores preocupações, por parte de Holanda, com a questão do cruzamento racial ou de quaisquer outras abordagens sobre a formação da população no contexto relacional, em *Raízes do Brasil*. O que o autor tentou mostrar foi a formação de todo o universo histórico do homem brasileiro, do qual o mesmo fez parte e do qual resultou, universo este de criação única e exclusiva dos portugueses, sem coadjuvantes de outras raças, como os existentes em Prado e em Freyre. A semente, como instrumento formador (o português), seria a origem da árvore, e os rizomas (a cultura portuguesa, em todas as suas facetas), sua base, a demonstrar, desde o título da obra, que Holanda buscava evidenciar o quanto de Portugal estava incrustado no Brasil, formando suas raízes, título da obra. A metáfora também faz alusão à origem agrária do Brasil, tendo sido utilizada também por Manoel Bomfim.

Assim teria sido o empreendimento colonial português na escrita de Holanda: marcado por pequenos e individuais esforços, sem vontade para devassar o sertão, pois no litoral já se tirava riquezas de um mundo francamente rural, isolado, onde o que valia era o esforço subjetivo, que resultava em prestígio pessoal. Com tal fim investiu-se na abertura dos campos, na sementeira em larga escala das mudas de cana, posteriormente transformadas em mercadoria preciosa pelas mãos nodosas e pelas costas retalhadas de escravos.

Suas cidades, meras extensões da vida rural, não foram erguidas em oposição à natureza. Bem ao contrário, a topografia urbana em nada ou pouco alterara o que ali pré-existira, e suas ruas toscas e sinuosas exibiam uma adaptação à composição original da paisagem. Para Holanda, tais cidades não foram produzidas mentalmente, parecendo brotar do panorama ao qual se enlaçaram, numa expressão do desleixo própria da mentalidade lusa, desapegada das necessidades do presente, cariz que o autor se empenhou em demonstrar.

Para o colonizador, as cidades seriam apenas centros de administração da própria coroa, pois o coletivo representado pelo urbano contrariava sua mentalidade avessa à coletividade, à vida social. Seu mundo era o latifúndio, espaço onde se constituía a solidariedade, os laços comunais, onde o Estado não existia e a família tomava foros de unidade básica da administração política. A cidade seria um instrumento de dominação que poderia desequilibrar o caráter autárquico dos domínios rurais, onde sobejavam os valores aristocráticos, onde o personalismo vicejava em plenitude.

A repulsa ao trabalho – ação mesquinha e estúpida para o aventureiro - fez dos portugueses adeptos da preação indígena e do mercadejar de africanos, sobre os quais a disposição de mando assomou ao extremo, tornando-os terríveis senhores, maus patrões que muito cobravam e pouco sabiam fazer. Ali, a ética da aventura parece ter se tornado, também, uma ética do trabalho, embora um trabalho realizado de forma distinta, pois não se poderia negar a qualidade da tarefa realizada pelos portugueses em suas experiências além das próprias fronteiras.

Na conjugação dos valores que os distinguiram dos europeus, e mais especificamente dos povos dos países baixos – fracassados nos trópicos – o português foi mostrado em sucesso graças àqueles predicados. Em seu gosto pela aventura, na aversão à vida social, o português sementeiro construiu um novo lugar, adaptando-se sem imposições, reformando sem muito alterar, transformando sem transmutar. Teria sido isso possível?

A construção levada a efeito por Holanda parece negacear todas as oposições gestadas pela ação colonizadora. Ele não referenciou o impacto causado sobre as populações nativas com a chegada, sempre crescente, de grande número de pessoas, e a plasticidade portuguesa esmerada em sua retórica tratou de omitir os conflitos oriundos de tal presença. A prática de preação, a destruição de pequenas roças, os descimentos, as expulsões, os estupros, a tomada de terras inexistiram em sua narrativa, fazendo crer ter sido a colonização portuguesa despida de maiores problemas que não aqueles relacionados ao português em si e para si, na realização de mais uma aventura, mesclando-se com outros povos com uma naturalidade desabusada. Holanda também passou ao largo, ao construir seu português na América, da questão negra e dos dissabores da escravidão. É certo que seu intento não seria investigar a formação da sociedade brasileira em si, mas de uma sociedade específica, uma sociedade onde o principal e único ator teria sido o português, de forma a revelar o quanto do mesmo restara. Ao tempo em que negaceou a participação dos demais povos envolvidos nessa formação social, diluindo suas práticas como se fossem unhas, Holanda ampliou seu foco de imagem, relegando temas mais próximos para fixar com nitidez outros alheios à realidade investigada.

Na América ibérica, dividida entre portugueses e espanhóis, o historiador paulista foi definir a singularidade portuguesa, criando um povo de cariz único, distinto de todos os demais e homogêneo em si mesmo. O semeador português já não tinha as mesmas qualidades que o espanhol, de quem se distinguiu por incontáveis razões. Destacado como emérito construtor de núcleos de povoamento estáveis e bem ordenados, o espanhol assegurou seu domínio pela força, ao contrário do português plástico, que mais se adaptou que se impôs.

O estabelecimento dos domínios lusos, predominantemente rurais, foi marca diferencial entre portugueses e espanhóis nos escritos de Holanda. Enquanto os primeiros se dedicaram, convenientemente, à exploração agrária, os segundos expressaram uma *fúria centralizadora*<sup>461</sup>, uma vontade de mandar maior que a dos portugueses. Para o autor, em seu cariz aventureiro, os lusos teriam sempre os olhos voltados para o futuro, daí sua irreprimível vontade de sempre partir. Mesmo aqueles estabelecidos em latifúndios e com vasta prole voltavam-se sempre para o mar, revelando o caráter transoceânico já mostrado por Abreu, e reproduzido parcialmente por Holanda.

---

<sup>461</sup> O termo é de autoria de Holanda, constando à página 52 de **Raízes do Brasil**.

Aos *ladrihadores* espanhóis competia ficar, traçando cidades regulares com o mesmo esquadro que desenhavam seu futuro na nova terra, e cujo traçado era um acinte à própria natureza. Foram aventureiros na Península, mas na América assumiram-se como administradores, a reprimir qualquer ato de vontade além da própria, sem comedimento e prudência. Enquanto o português recriava a Nova Lusitânia lançando mão de adaptações, sem trabalho, sem planejamento, sem método, o espanhol assegurava seu predomínio a partir do pleno domínio dos eventos, da modificação da ordem natural, da imposição da razão pura e impessoal.

No plano dos sentidos, por outro lado, Holanda apresentou o calculista espanhol extasiado com as descobertas da nova terra, cuja descrição foi imersa num tom de maravilhas e mistérios. A criação de mitos, oriunda do medievo, encontrou guarida na imaginação dos castelhanos, e a cartografia fantástica promovida por seus navegadores recriou o paraíso terreal, marcado por vegetação luxuriante, primavera constante, rouxinóis cantantes e gente simples e inocente. O deslumbramento sem medida dos espanhóis apareceu em contraste com a noção mais nítida das limitações terrestres e humanas própria dos lusos, consoante o historiador:

“A parte que cabe aos portugueses nas origens da geografia fantástica do Renascimento acha-se, realmente, em nítida desproporção com a múltipla atividade de seus navegadores. Sensíveis, muito embora, às louçanias e gentilezas do mundo remoto que a eles se vai desvendando, pode dizer-se, no entanto, que ao menos no caso do Brasil escassamente contribuíram para a formação dos chamados mitos da conquista. A atmosfera mágica de que se envolvem para o europeu, desde o começo, as novas terras descobertas, parece assim rarefazer-se à medida que penetramos a América lusitana<sup>462</sup>”.

Nesses termos, surgiu nos escritos de Holanda um português comedido e prudente, que realizara navegação de cabotagem nas costas da África e que evitara adentrar-se nos sertões americanos, preferindo-lhe o litoral, mais real e imediato. Sua indiferença ao exotismo das novas terras pautava-se no pragmatismo que o tornava demasiado realista e, por isso mesmo, pouco audacioso se comparado aos vizinhos que exacerbavam na fantasia.

As diferenças que separaram os ibéricos, visibilizadas quando de sua presença na América, foram justificadas – alusivamente – por Holanda, ao apontar alguns meandros do

---

<sup>462</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 2010, p. 43.

desenvolvimento daquelas sociedades, bem como no desdobramento alcançado durante a colonização. Os portugueses, ao atingirem uma unificação política concreta e precoce, conseguiram certa unidade étnica<sup>463</sup>, o que findou por se refletir em relativo afrouxamento das tensões internas daquela sociedade. Tal detalhe, para Holanda, explicaria o natural descaso para com a realidade, não a sujeitando a leis rígidas, aceitando-a sem grandes embates por já se sentirem senhores da própria história, domesticada, aplainada, na qual as tradições seriam mais relevantes que a imaginação. Diferentemente, a unidade espanhola foi tardia e difícil, não tendo se completado à época da colonização e enfrentando, mesmo em nossos dias, sérias ameaças de desintegração, o que teria exigido uma administração centralizadora, disposta a tudo controlar. A realidade da multiplicidade de identidades existentes na Espanha foi recepcionada por Holanda como um motivo para a própria fragmentação da América hispânica, ao contrário da América portuguesa, que se manteve intacta graças à identidade monolítica dos lusos.

Para Sérgio Buarque de Holanda, enquanto os portugueses experimentaram os trópicos e todas as suas naturais diferenças, tendo que se adaptar aos mesmos, os espanhóis vivenciaram uma realidade geográfica distinta, de maiores altitudes e clima ameno, o que lhes permitiu a reprodução da própria Espanha. Em cidades ladrilhadas, erguidas como cenários de um Estado regulador, disposto a controlar não apenas as onças de prata extraídas das minas bem como as sociedades nativas, mais bem estruturadas e desenvolvidas que as encontradas pelos portugueses, os espanhóis implantaram seu catolicismo inquisitorial e intolerante, realizado com toda sua severidade, de modo a evitar misturas étnicas e culturais, tal qual se dera abertamente no Brasil português<sup>464</sup>.

O historiador paulista, apesar de se esforçar em demonstrar as diferenças havidas ente os ibéricos em si, pontuando-as na intenção de ressaltar as diferenças internas da própria América dita latina em decorrência de suas distintas colonizações, entretanto, não se deixou fisgar pelo passado. Efetivamente para ele o passado ficara para trás, e seu interesse

---

<sup>463</sup> Alguns anos mais tarde, em estudo sobre as fronteiras étnicas existentes na sociedade portuguesa, Sérgio Buarque de Holanda reconhecera na formação daquela sociedade o cruzamento das culturas muçulmana, hebraica, africana e ibérica, nulificando a afirmação anterior sobre a pretensa unidade étnica que diferenciava portugueses e espanhóis. In HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Elementos formadores da sociedade portuguesa à época dos descobrimentos**. Dissertação de mestrado. Escola Livre de Sociologia e Política. São Paulo, 1958.

<sup>464</sup> Sobre a questão ver o trabalho de FEITLER, Bruno. **Dos usos políticos do Santo Ofício no Atlântico – O Período Filipino**. In Mello e Souza, Laura de. FURTADO, Júnia Ferreira. BICALHO, Maria Fernanda (Orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009.

evidenciava uma preocupação com o futuro da nação, imersa em nuvens sombrias que antecediam o Estado Novo, e que o historiador já se preparava para enfrentar. Os portugueses, em Holanda nada mais foram que povos formadores, raízes enterradas na terra, talvez dispersas em galhos, ambos a desempenhar um papel fulcral no robustecimento da planta. Ele não os enalteceu, tecendo odes de admiração como o fizeram outros historiadores, tampouco fez pouco caso de sua atuação como agentes decisivos na formação nacional. Para Holanda, o que o interessava eram os frutos.

### **Conclusão da Parte III**

Necessário destacar que os olhares distanciados desses dois intelectuais contemporâneos se refletiram na produção historiográfica brasileira consecutânea, abrindo uma esteira de disputas ideológicas entre as duas partes do país, iniciada com a crise da oligarquia brasileira e a transferência do poder do Nordeste agropecuário para o Sudeste urbano.

Gilberto Freyre, como integrante dessa oligarquia decadente, enxergou o progresso e a industrialização do Brasil com desconfiança, e em sua obra fez um grande elogio ao passado, defendendo uma retomada daqueles valores que estavam sendo superados pelo aprofundamento do processo de urbanização e industrialização nacional. Freyre conclamava pela sobrevivência dessa cultura, tão arraigada em seu Nordeste, berço mãe da experiência lusa, em oposição aos modernistas paulistas.

Seu Manifesto Regionalista<sup>465</sup> exprimiu um grito pela manutenção de um passado congelado nas paredes derruídas das velhas casas patriarcais, abandonadas pelas famílias - cada vez mais segmentadas - para viverem nos sobrados urbanos, crescentemente influenciados pela cultura inglesa que se espraiava pelo Recife<sup>466</sup>.

---

<sup>465</sup> Trata-se de texto escrito em 1926, a propósito da realização do Congresso Regionalista, embora só publicado em 1952. Nele Freyre fala à *consciência da geração* de uma mocidade atônita diante do *holocausto de sangue* da cultura colonial, e da necessidade de lutar contra o *furor neófilo* e as idéias de progresso que cegavam a geração mais velha. A análise desse texto foi realizada por DIMAS, Antônio. **Manifesto guloso. Introdução ao Manifesto regionalista**. Recife: Massangana, 1996. Ver também TELES, G. M. **Vanguarda europeia e modernismo brasileiro, apresentação e crítica dos principais movimentos vanguardistas**. Petrópolis: Vozes, 1977.

<sup>466</sup> A propósito ver, do autor, **Sobrados & Mocambos: Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977 e **Inglês no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977. Apesar de Freyre asseverar sua anglofilia, defendia a todo custo a cultura lusobrasileira. A respeito ver PALLARES-BRUKER, Maria Lúcia Garcia. **Gilberto Freyre, um vitoriano dos trópicos**. São Paulo: UNESP, 2005. Sobre a presença inglesa no Nordeste, ver MELLO, José Antonio Gonçalves de. **Inglês em**

Por sua vez, Sérgio Buarque de Holanda buscava uma ruptura com o passado, pois projetava no futuro o progresso, a mudança, o avanço da sociedade, avanço este em plena prática nas terras paulistas, financiado não apenas pelos capitais provenientes dos lucros com as exportações do café, mas também subsidiado pelo governo de Getúlio Vargas, contra o qual se opunha.

Com uma diferença apenas de três anos entre as publicações, o texto de Holanda repercutiu as teses esposadas por Freyre, embora sob um outro enfoque. Não obstante, vale salientar ter o texto de Holanda sofrido constantes modificações nas variadas edições, conforme já alertara Pesavento, ao analisar as reconfigurações efetivadas pelo autor no corpo de sua obra<sup>467</sup>, o que pode ser apontado como um impeditivo para que se reconheça o pensamento original do autor em todas as suas nuances. Freyre, por sua vez, acrescentou ao texto original variados prefácios, como se tentasse a cada edição clarificar seu pensamento ou responder à crítica, crescente após os anos 40, período em que o pensamento marxista inundou o Brasil.

A despeito de aqueles dois intelectuais pensarem o Brasil por distintos enfoques, e mesmo estando em díspares lugares sociais, em ambos reverberou o reconhecimento a Portugal como elemento diferenciado e superior da identidade brasileira. Por outro lado, as considerações tecidas por ambos os autores, mesmo comuns à primeira vista, detêm algumas especificidades a ser esclarecidas. É o caso daqueles autores considerarem Portugal como um país à parte do contexto europeu.

A construção de Holanda tomou como base uma divisão Ibéria-Europa, na qual o *Portugal ibérico* não seria nunca um *Portugal europeu*, ligado ao Velho Mundo apenas pela sua localização geográfica, e mesmo assim seccionado pela divisão promovida pelos Pirineus. Em sua formação histórica, o português – e por extensão os espanhóis – em muito se distanciavam dos europeus centrais, erguendo-se como um povo distinto, marcado por especificidades que lhe davam um caráter próprio, único. Freyre, por sua vez, viu em Portugal resquícios culturais dos dois continentes (e até mesmo de três), franqueados pelo

---

**Pernambuco: história do cemitério britânico do Recife e da participação de ingleses e outros estrangeiros na vida e na cultura de Pernambuco, no período de 1813 a 1909.** Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1972.

<sup>467</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cartografias do tempo – palimpsestos na escrita da história.** In \_\_\_\_\_. *Um historiador nas fronteiras: O Brasil de Sérgio Buarque de Holanda.* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005, p. 51.

contato proporcionado pela própria geografia. Se no autor paulista a geografia separava Portugal do Velho Mundo, fechando-o em si mesmo, no pernambucano era a localização geográfica que lhe franqueava o mundo, enriquecendo sua cultura, o que permite vislumbrar as mudanças de percepção da intelectualidade brasileira a respeito da própria Europa como centro do mundo ocidental.

A perspectiva dos dois historiadores é deveras interessante por revelar o total afastamento da cultura histórica dos anos trinta das antigas pretensões do IHGB, que apresentava Portugal como um elo a unir o Brasil ao Velho Mundo. A negação desse papel a Portugal, descaracterizado como simbólico representante europeu, poderia ter sido tomada como minoração dos lusos no concerto geral das nações do Velho Mundo, paradigma do modelo civilizacional acalentado pelas elites nacionais. Aos novos tempos tal modelo já não apresentava melhores serventias ao Brasil, fato repercutido na produção historiográfica de então que, ao contrário da produzida no Oitocento, procurava encontrar uma identidade para uma nação já existente, enquanto os ihagagebeanos queriam definir o *projeto da nação* por eles pretendida.

Na produção dessa identidade nacional, os dois historiadores enxergaram, reconheceram e assumiram a presença portuguesa como o lastro necessário à formação da sociedade brasileira, nela estando amalgamada até o século XX. Para Freyre, três raças formaram o Brasil, e seu estudo-síntese explorou as particularidades e contribuições de portugueses, negros e índios, não obstante o autor reconhecer o papel prevalecente dos portugueses, sedimentado em todos os recantos do engenho, assim como na rotina da família patriarcal, peça-chave na composição civilizacional. Sua tese corajosa rompeu com o estigma da mestiçagem nacional, valorizando-a, ao tempo em que transformou a experiência portuguesa em grande êxito.

Ao reivindicar para a sociedade colonial nordestina e escravocrata o papel de matriz fundamental da cultura brasileira, Freyre teve que transformar a escravidão em fenômeno doméstico e cultural, minimizando seu cariz e conseqüente impacto. Com isso, maximizou o papel dos portugueses na formação do Brasil, ocasionando questões transversais, tais como a pretensa harmonia social a acobertar o racismo, a ausência de conflitos e de desigualdades sociais. Por outro lado, seu discurso referendou o Nordeste, decadente tanto econômica quanto politicamente, como espaço autêntico da formação nacional, o que veio a acentuar as diferenças regionais já existentes face ao Sudeste urbano e capitalista.

Holanda, por sua vez, fixou o português conquanto principal, senão único lastro da sociedade brasileira, pouco referenciando os demais povos, como se os mesmos em nada tivessem contribuído na composição da identidade nacional. Tal perspectiva acentuou novas questões no concernente à dita identidade, ao se considerar que tal ausência tenha sido usada pelo autor como de somenos na formação nacional<sup>468</sup>.

A despeito de o intelectual paulista ter reconhecido a manutenção do cariz português transplantado para a vida nacional, argumentando pela necessidade de extirpação do mesmo, ele não o considerou como preponderantemente negativo, como defendem alguns autores. Holanda, na verdade, propunha uma renovação da mentalidade brasileira, como um impulso necessário para se assumir como específico, para crescer como independente, para traçar seu próprio destino, livrando-se de um passado que parecia durar para sempre. Para ele, seriam os brasileiros uma metamorfose do português, desterrados em sua própria terra – a demonstrar que Holanda compreendia a colônia como uma extensão de Portugal.

O que havia de estranho nessa composição era a constelação de valores, de referências culturais oriundas de um meio diferente, de um processo histórico distinto e que precisava ser sobrepujada. A imbricação de figuras, desse modo, enfatiza a retórica de Holanda como marcada por certa ambiguidade, pelo reconhecimento do outro quase como uma extensão do próprio eu, e expressando uma dificuldade de vê-lo como diferente.

É certo que a fluidez e a indefinição, em termos políticos e históricos, da diferença entre a antiga metrópole e o Brasil, remontavam ao século passado, no contexto da produção dos discursos de legitimação da nação emancipada, revelando-se no discurso histórico de Holanda. Não obstante, no momento em que aquele autor reconheceu ser a carga cultural portuguesa uma criação ádvena, ele assumiu o discurso da irmandade, ao formatar um cenário de criação do Brasil pelos portugueses.

Em Freyre tal irmandade é tão íntima a ponto de se reconhecer o português como uma extensão do Brasil. Sua retórica não é propriamente de alteridade, pois ele fala de um outro, mas de um outro que estava plenamente introjetado no tecido social brasileiro, que

---

<sup>468</sup> Holanda viu a mestiçagem como influência formadora, embora não fosse capaz de alterar o traço luso essencial. Antes, porém, exacerbava os defeitos e diminuía as virtudes, acentuando o afetivo, o irracional, o passional, ao tempo que estagnando ou mesmo atrofiando as qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras, peculiaridades que o autor considerava como imprescindíveis a uma população em vias de se organizar politicamente. *Ibidem*, p. 31.

não havia como vê-lo em suas diferenças. Em Freyre, o português não era um povo que ficara no passado do Brasil, personagem fugidio de sua história. Bem ao contrário, ele estava presente em todas as casas, nas pessoas, na linguagem, nos costumes, nos ditos e não ditos de um Brasil vintista, há mais de um século afastado politicamente de Portugal, embora continuasse entrelaçado em sua alma.

As perspectivas de Gilberto Freyre e de Sérgio Buarque de Holanda evidenciam até que ponto os discursos sobre a identidade nacional no Brasil tiveram, inevitavelmente, uma dimensão política e regional. A questão do papel atribuído nesses discursos aos portugueses tem muito menos relação com os eventuais traumas provocados pela independência, ou com pretensas implicações pós-coloniais, do que com o lento e, mormente, conflituoso processo de estruturação da sociedade brasileira.

## ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

A Retórica da alteridade realizada pelos historiadores abordados neste trabalho, cada um ao seu modo, é reveladora do quanto a presença portuguesa no Brasil se tornou alvo de diferentes discursos no cerne da produção histórica nacional. Se em alguns momentos tais formações discursivas demonstram certa similitude, em outros foram perpassadas por relativo distanciamento ou acentuadas diferenças, revelando o quanto o pensamento de um só tempo bem pode ser diacrônico, contraditório, original.

O levantamento dos escritos dos historiadores aqui elencados tem uma expansão temporal que conta um século de produção historiográfica no Brasil, segmentada em quatro principais formações discursivas<sup>469</sup>, das quais as três primeiras podem ser identificadas na produção desses autores. Esses ofereceram à sua geração, e à própria nação, como expressão da experiência social brasileira, distintos discursos sobre o país e sua formação, acentuando (ou não) a presença portuguesa como elemento prezado e indispensável nesta arquitetura.

Tal fração discursiva, objeto de nossa investigação, se destaca em sua manifesta flutuação, referendada mais pelas questões nacionais do que pelo movimento de aproximação ou

---

<sup>469</sup> Consoante os estudos sobre a produção historiográfica nacional, especificamente sobre os estudos que tiveram o Brasil como objeto, a mesma se organiza a partir de quatro formações discursivas, sejam: O discurso das descobertas, no qual o Brasil foi produzido como o Outro da Europa, de Portugal, da civilização; O discurso fundador, onde o Brasil passou a ser produzido como nação, a escrever sobre si, a construir sua identidade nacional, seja em sua versão romântica, ou em versão positivista e naturalista; O discurso nacional-popular, onde se repôs a questão da nação e sua identidade em conexão com a questão da produção de um povo civilizado, cidadão e dotado de uma cultura moderna e racionalizada, seja em sua versão fascista, liberal ou marxista e, por fim, o discurso da desconstrução, onde a historiografia se preocupou e se preocupa com a desconstrução dos mitos e marcos que fundaram uma identidade para o país e criaram uma dada imagem de seu passado.

distanciamento entre os dois países. Nos tempos propostos como marcos metodológicos do presente trabalho, pode-se observar a flutuação desses discursos.

Nos primeiros tempos, nos quais se formou a própria historiografia nacional, aos quais denominamos de *construção da nação*, nos deparamos com retóricas baseadas na fraternidade, sem a qual parecia não ser possível a construção da própria história do período. A história da pátria nasceu, assim, vinculada indelevelmente a Portugal, sem impasses nem conflitos, a expressar a própria genealogia da nação. Nesta, o Brasil é dito como dádiva da Europa, do Portugal famoso dos séculos XVI e XVII. O *descobrimento* português representou, pois, a inauguração de nossa história, o pano de boca para as cenas que doravante vieram a existir, já que não se concebia uma história nacional anterior à presença europeia em terras da América. As grandes navegações e a chamada *história universal* - como história específica de algumas nações do continente europeu - tornaram-se quase a expressão genuína de uma pré-história brasileira, na qual as comunidades nativas, descritas em suas singularidades, assumiram um papel francamente nulo no sentido que se queria dar à nação.

A identidade nacional, construída nesse contexto, se constituiu quase que exclusivamente pela inserção no mundo ocidental e cristão, no qual o Brasil seria uma extensão do Velho Mundo, um outro da própria Europa. Mas não um outro marcado pelas diferenças; bem ao contrário. Um outro que reproduzia em si todas as virtudes, que integralizava o modelo social e administrativo vigente nas sociedades europeias, já que o cariz mais destacado da Europa - o influxo civilizatório - representava nessa historiografia o aporte mais valorativo de um Brasil que se criava como autônomo, porém em consonância com seu modelo primeiro de civilidade: Portugal.

Destarte, Portugal emergiu nessa narrativa como o receptáculo da civilização, berço dos grandes heróis, homens audazes que dominaram o pavor dos mares e que subjugaram a precariedade técnica de uma época para, com o ardil e a valentia que lhes eram característicos, desvendar ao mundo novos espaços, neles recriando a própria Europa. Católicos audazes que exterminaram a barbárie dos campos americanos e implantaram o temor a Deus e a submissão à santa igreja, transformando hereges e infiéis em afáveis súditos de uma monarquia formada por espíritos ilustres, homens de caráter que amavam o Brasil.

A retórica bem lapidada de tal período, que salientava ao extremo a irmandade como um laço a unir Portugal e Brasil, indefinidamente enredados pelo seu passado comum, teve como expoente a tese central de Francisco Adolpho de Varnhagen, apoiada na proposta de Carl Friedrich Philipp Von Martius. Gestada no período monárquico, além de financiada pelo próprio imperador, natural que a cultura historiográfica do período expressasse um vínculo com Portugal e os portugueses, considerando-se os laços parentais existentes entre as casas de Bragança nos dois lados do Atlântico. O discurso vanhageniano foi, inegavelmente, o discurso inaugural de uma identidade nacional, dentro de um paradigma romântico, embora mesclado por muitas das proposituras existentes na chamada historiografia lusobrasileira, produzida pelos cronistas coloniais e que antecedeu a independência nacional.

A história escrita sob tal enfoque, para atingir os fins a que se propunha, escamoteou o crescente desacerto entre brasileiros e portugueses, cujo alargado espaço político ocupado pelos últimos no império brasileiro ensejava uma negativa apreciação dos mesmos e, por extensão, um desejo de mudança do quadro, que deveria ser ampliado pela ascensão de certos setores da sociedade em plena mutação. Mesmo que essa fosse a voz das ruas, ou de apenas uma fração da elite política nacional, a mesma não encontrava respaldo no poderoso IHGB, voz ecoante de um trono que tentava, a todo custo, perpetuar os laços entre Portugal e Brasil, e que constituía o lugar social do chamado *pai da história do Brasil*. Seu discurso oficial, monocórdio, erudito ao extremo, dirigido à elite intelectual de sua época e, conseqüentemente, consumido por um público restrito, teve que se deparar com o som mais poderoso que provinha dos republicanos, ferrenhos adversários do sistema monárquico que lhe respaldava.

Em certo sentido, a república foi o ápice da independência, posto representar o decisivo corte com o passado colonial, distendido no trono bragantino. Aos novos tempos, aqui chamados *de mudança*, sobrevieram discursos históricos rigorosamente elaborados com a finalidade última de mostrar que o passado passara, ficara perdido na história e que de pouco valeria.

Dentre os historiadores que perfizeram nossa investigação, impossível não dar o devido destaque a José Capistrano de Abreu, tanto pela inovação encetada na forma de pensar o fazer historiográfico, bem como no seu esforço em redimensionar a própria abordagem da história brasileira. Autêntico representante de um período ambíguo na história política

nacional, a produção do historiador cearense foi marcada pelo paradoxo de ser gestada do espaço oficial da extinta monarquia, o IHGB, ao tempo em que tentava a todo custo se desvencilhar das proposituras oficiais. Nesse sentido, seu esforço foi exitoso apenas em parte, haja vista ser comum em sua retórica a reprodução de muitas das proposituras constantes na obra de Varnhagen. A farta documentação utilizada por Abreu, assim como as injunções sociais de seu tempo, foram determinantes para que o mesmo reproduzisse muitas das proposituras constantes na HGB, de Varnhagen. Omitir a presença negra na história social do país ou se referir pejorativamente aos nativos é dado inegável em sua narrativa, que resultou numa maior ênfase ao luso como agente criativo da nação. O reconhecimento do mameluco como tipo especificamente brasileiro, resultante do contato do luso com as nativas americanas deu ao seu discurso a inovadora abordagem de um Brasil que se fez principalmente com os portugueses, mas não apenas por eles.

A criação do conceito do *transoceanismo* foi um marco para dividir até onde o português fora responsável pela nova nacionalidade, e até onde ele se recusara a sê-lo. Nem por isso a narrativa de Abreu deixou de fixar o português como homem forte, destemido, oriundo de uma sociedade que o lapidara para o enfrentamento da dor e de todas as provações que o ser humano fosse capaz de enfrentar. Embrenhado nos matos, preando índios, criando vilas e contribuindo para o crescimento de uma população nova, se erigiu um tipo português pioneiro na retórica abrelina, em contraponto ao português administrador, em missão oficial e sem maiores vínculos com o Brasil.

O *outro* seria esse executivo, mero transeunte das sendas do oceano, representante do Estado. O português criador, corajoso, desbravador, criatura viva nas páginas dos livros de história escolar desde meados do oitocento, fora acalentado por Abreu como uma extensão de Portugal no Brasil, embora vinculado indefinidamente ao último, por fertilizar seus campos e erigir suas cidades, frutificando-se numa população numerosa e nela se dissolvendo. Em Abreu evidencia-se a ambiguidade bem própria da relação entre as duas nações, pois mesmo reconhecendo um tipo português específico como o outro, estranho ao lugar, não lhe nega o caráter de elemento formador do nacional, posto que metamorfoseado no brasileiro que o autor reconhece existir desde os primeiros anos da colônia.

Contudo, nos tempos de mudança, outras visões também estiveram presentes na cena historiográfica nacional, marcada pelo nacionalismo e pelo sentimento patriótico, fermentados nas disputas pretéritas entre republicanos e monarquistas. Os tempos eram

outros, mesmo que tenha havido, um dia, uma cepa ou de que a herança recebida fosse demasiada pernicioso para ser mantida.

Na retórica, em muitas vezes, tóxica de Manoel Bomfim e de Paulo Prado, evidenciou-se que a alteridade do período não poderia ser perpassada pela noção da irmandade. Baseada numa ótica marcadamente negativa, insuflada pelo caráter ambíguo da mentalidade dos republicanos em relação ao passado, os citados historiadores revelaram suas preocupações com as singularidades nacionais, decisivas para o futuro. Conquanto ao nível diplomático as trocas tenham sido abundantes no período abordado, a despeito do corte de relações havido em 1894, evidenciou-se que as preocupações contidas em suas problemáticas eram bem mais profundas no tocante ao verdadeiro papel de Portugal na composição da pretendida identidade nacional.

O regicídio que ensejou a república portuguesa, acarretando um alinhamento político entre os dois países, parece não ter ocasionado maiores intervenções nas elucubrações desses historiadores a respeito do passado nacional. Por sua vez, o evidente recrudescimento do antilusitanismo, mais como expressão popular que ao nível diplomático ou comercial entre os dois países, se refletiu na cultura historiográfica daquele momento. Maior prova disso foi a ruptura total daqueles historiadores com a propositura original do IHGB, alavancada na monografia sugestiva de Von Martius, que propugnava a presença portuguesa como o principal motor no construto da nacionalidade.

Republicano convicto, embora desiludido, Manoel Bomfim alteou-se como uma voz contrária ao eterno liame historiográfico com Portugal. Como um provável consumidor da teoria marxista nos albores do século XX, aquele historiador não temeu em assumir em primeira mão o discurso da exploração colonial, apontando Portugal e a empresa colonizadora como responsáveis por grande parte dos males que afetavam o país. Com base em metáforas biologizantes, Bomfim execrou o Estado português e seus mandatários, trazendo ao conhecimento do brasileiro algumas locuções depreciativas, existentes no trabalho do historiador português Oliveira Martins, como meio de validar os próprios argumentos. Em compensação, foi o historiador brasileiro que muito se empenhou na compreensão da sociedade portuguesa, por nela enxergar a ambiência própria que poderia auxiliá-lo na compreensão de um povo que, quisesse ou não, continuava incrustado na realidade brasileira. O tempo de sua produção foi, efetivamente, um tempo de rupturas, no

qual o Brasil tentara, a todo custo, se perceber como nação autônoma, desembaraçada da forte herança portuguesa dos tempos monárquicos.

Por sua vez, em Paulo Prado, nos deparamos com uma articulação do próprio futuro da nação. O passado só seria válido como um momento formativo da herança social, que deveria ser sobrepujada a todo custo, sob pena de não se constituir uma identidade autônoma, tomando a forma de uma comunidade imaginada que, com o fito de alcançar novos patamares, necessitava ser redimensionada em sua formação. Por tal viés, as mentalidades – como atitude mental coletiva – foram objeto dos estudos daquele historiador, ao utilizar a história nacional como artefato denunciador daquilo que julgava ser uma herança social explicitamente portuguesa.

Em Prado encontramos marcante e negativo discurso sobre o tipo português, cuja utensilagem mental fora entendida pelo autor como profundamente entranhada na mentalidade brasileira, num processo de transferência mecanicista, que negava ao brasileiro o lugar de sujeito da própria história. Aquele intelectual não se preocupou com o Estado luso como o gestor de um processo de formação do nacional, ancorando-se firmemente na composição psicológica do português para apontar onde tal composição se alocara nos brasileiros, dando-lhes uma face negativa, desprezível, que necessitava ser extirpada brutalmente. Tal operação, não obstante, consistia em primeira mão no reconhecimento de certa *herança social* como estratégia para, em seguida, bani-la como uma maldição impeditiva do avanço nacional.

O afastamento definitivo de Portugal e da herança portuguesa, a ruptura com esse passado é que daria sentido à melhoria ansiada, a um Brasil aperfeiçoado, liberto em definitivo não só dos grilhões coloniais, mas de toda uma mentalidade embolorada que só nos lançava no abismo incapacitante da preguiça, da luxúria e da cobiça. Por meio dessa retórica, Paulo Prado cristalizou em sua obra um português obtuso, medíocre, atrasado, como forma de justificar o próprio atraso dos nacionais cem anos após a emancipação política de Portugal. O modernismo, como movimento de vanguarda financiado e defendido pelo historiador, em seu viés nacionalista, deu lastro a sua retórica. Mesmo que a Europa representasse o supro sumo da modernidade para Prado, ápice da modernidade que ele desejava que se realizasse em seu próprio país, certamente que o mesmo não enxergava Portugal como parte desse cadinho do Velho Mundo, o que denuncia o surgimento de uma nova

compreensão a respeito de Portugal pelos intelectuais brasileiros, e que terá desdobramentos em outros estudos, tais como o de Freyre e de Buarque de Hollanda.

Nos *Tempos de reencontro*, percebemos que o verdadeiro enlace não foi apenas do Brasil para com Portugal, mas para consigo próprio. As lutas políticas intestinas, aliadas à conjuntura mundial, se uniram como forças inexoráveis para que o Brasil olhasse o próprio passado e enfrentasse-o sem medos, buscando formas de encaminhamento sobre os problemas sociais decorrentes desse processo histórico, nem que fosse pelo silenciamento e pela exclusão. A historiografia produzida nesses tempos bem que tentou se livrar da idéia de um passado único e homogêneo, dando vez –mesmo que de forma pontual- aos diferentes setores sociais e étnicos, embora os seus efeitos tenham passado ao largo de suas propostas.

A produção de Gilberto Freyre é representativa do deslocamento do eixo na cultura historiográfica brasileira, ao abandonar o ponto de intersecção entre o Brasil e seu passado. Gestada em outro ambiente – os EUA -, sob amparo de teóricos distintos daqueles até então utilizados pelos intelectuais nacionais, a retórica freyreana se dedicou à reconstrução de facetas de um português que ainda não fora impresso nos livros de história: gente inovadora, sem preconceitos nem heroísmos, solta no mundo graças aos traços de sua própria natureza, embora tangida pela ocasião. Enfim, um tipo único e, por isso mesmo, superior. Destoando do discurso das décadas anteriores, Freyre aprofundou observações sobre a formação da mentalidade nacional, considerando-a plural, posto que articulada num panorama de diversidade cultural que a diferenciava de qualquer outra experiência.

Ao assumir sem receios nem vergonhas a diversidade étnica nacional, Freyre transformou a participação lusa, considerando-a tão responsável pela sociedade brasileira quanto a de negros e índios envolvidos em sua formação. Para o mestre de Apipucos, a herança social brasileira provinha da tríade étnica envolvida em sua composição, e não apenas de um dos seus elementos, como fizeram Bomfim e Prado. Assim, o historiador desmontava, em parte, o teor de responsabilidade que aqueles historiadores dedicavam a Portugal como construtor de um Brasil que teimava em não deslanchar. A especificidade de um Brasil criado entre os canaviais, num mundo rural diverso de tudo que até então existia, fez emergir em sua narrativa ricos detalhes da cultura portuguesa que o historiador identificara como reproduzidos no cotidiano nacional, assim como dos demais povos nele envolvidos.

Em contrapartida, Sérgio Buarque de Holanda produziu um Brasil – e, conseqüentemente, um português – distante do terreiro da casa grande. Seu palco era a Serra do Mar, e seu português aquele que ali se isolou, pronto para produzir riquezas ou, ao menos, novas formas de sobrevivência. Homem ímpoluto, oriundo de um Portugal em seu esplendor imperialista, originou no território, dentro de um tempo específico, uma raça de fortes. Por outro lado, na construção de um tipo específico, Holanda enfatizou a conseqüente decadência portuguesa, retomando a questão de herança social para promover uma história regional com fins evidentemente políticos.

Sua obra revelou tempos distintos de um Portugal até então mostrado como imutável, maciço em seu poder e em sua expansão, sem rupturas nem graves crises. Ao revelar um português especial, ilibado, ensejou também sua antítese, representado num outro sujeito, moralmente decrépito, aliciado pelas próprias necessidades para explorar o território americano, mesmo que em outro tempo e em novos espaços.

Conquanto fossem inegáveis os fins da retórica de Holanda, não se pode desdenhar a convergência do pensamento do autor para um ponto fixo: a preponderância dos lusos na formação do Brasil, a despeito de todos os demais elementos que deram seu contributo à mesma. Dessa forma, a tríade traçada por Martius, em meados do século XIX, provava sua validade ante o impulso de modernidade que assomava o Brasil, e o papel do português como elemento decisivo na arquitetura nacional atingia seu auge na cultura historiográfica nacional, mais uma vez, na retórica holandina, quem ponderou ser o brasileiro um “neo português”.

Nesses três momentos, aqui chamados de *tempos*, a nosso ver, a produção de discursos sobre Portugal e os portugueses configurou-se como uma estratégia de constituição da identidade nacional. Neles, falou-se do outro para falar de si, numa evidente recombinação de elementos de discursos anteriores em função das novas problemáticas germinadas em cada contexto, o que vem revelar o viés político e ideológico tão próprio da cultura histórica.

Foram as preocupações políticas de cada um dos autores aqui analisados que fomentaram sua retórica, sendo o fim último dos mesmos a criação de uma identidade nacional, capaz de convencer o público que consumiria seus textos. A esse foram ofertadas *versões* que, ao mesmo tempo em que erigiam modelos, desconstruíam outros, cristalizavam memórias e

lançavam nomes e fatos ao esquecimento consoante os interesses de cada autor, na tentativa de estabelecimento de uma comunidade imaginada e por eles desejada.

Se hodiernamente necessitamos de outros operadores conceituais para compreender nosso presente, e a definição de nossa identidade ocorre a partir de referências específicas, flexíveis e provisórias<sup>470</sup>, para os historiadores dos três períodos fora imprescindível a definição da própria identidade, o que os remeteu à busca da essência nacional, no mais das vezes entendida pelos mesmos como oculta nas profundezas de nossa mentalidade. Tudo com o fito de compreender o passado para transformar o presente e, por conseguinte, liberar-se de um fardo, romper com as pesadas tradições que emperravam o progresso e entrar no compasso da História.

Republicados pelas gerações seguintes, amplamente elogiados e difundidos até o final dos anos setenta<sup>471</sup>, tais autores e suas leituras históricas do passado formaram inúmeras gerações, moldando a chamada *consciência nacional*. Tornaram-se, pois, uma das principais referências acerca da identidade nacional, lentes através das quais os brasileiros passaram a se olhar e a reconhecer sua própria imagem, assim como a imagem dos portugueses e, por conseguinte, de Portugal<sup>472</sup>.

Erigidos como cânones da cultura brasileira, aqueles autores foram definidos como matrizes do pensamento social brasileiro, graças ao regime discursivo de verdade que produziram e reforçaram, falando do lugar privilegiado da ciência ou do que se pensava dela, mantendo-se inquestionáveis por várias décadas, como verdades. Verdades que omitiram serem apenas discursos, retóricas a falar de si e do outro, construções que expressaram também uma prática, e não apenas um dizer.

---

<sup>470</sup> Cf. NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. *Projeto História*, nº 10: p. 07-28, Dez/1993.

<sup>471</sup> Salvo os casos específicos de Manoel Bomfim e Gilberto Freyre, desprezados pelos acadêmicos brasileiros até bem recentemente.

<sup>472</sup> Sobre a estratégia de construção da história nacional, em detrimento da própria História, Silva pondera ser a mesma, para além da narrativa autoral, *uma tarefa de gerações, de tal forma que ao passar o tempo, à força da constante repetição desde as primeiras letras até os bancos da universidade, com graus variados de acuidade e sofisticação, forjam-se determinados estereótipos, determinados temas que passam a ter um peso suficientemente marcante para dar consistência a um corpo que há pouco não existia. Aos poucos passa-se de hipóteses, de suposições a afirmações, e a construção de uma história geral passa por um somatório dessas histórias nacionais*. In. SILVA, Rogério Forastieri da. **Colônia e Nativismo. A História como “biografia da nação”**, p. 13-14.

Os rumos tomados pela historiografia produzida nos últimos anos apontam para a gradativa desconstrução daqueles mitos e marcos que fundaram uma identidade para o país e criaram uma dada imagem de seu passado. A retórica que tem emergido nos novos tempos em relação a Portugal continua a ser marcada pelo binômio de uma irmandade ambígua, trôpega, quase impossível de se realizar em face da própria dinâmica mundial, cuja organização insiste em desconhecer as ligações coloniais e todos os liames dali oriundos. Caminhamos para as comemorações dos duzentos anos de nossa independência, uma independência que hoje assume – no imaginário nacional – mais uma face econômica do passado recente, no qual estivemos atrelados ao FMI, que essencialmente política. Embora prescindida de um estudo rigoroso, admitimos não ser difícil perceber que a população brasileira em si já não detém a consciência de que já fomos colônia, e que o território brasileiro em grande parte é resultado das ações do Estado português, assim como falamos uma língua comum e que muitos dos nossos costumes são resultado desse contacto.

Não obstante, não se pode negar que a presença portuguesa ainda ocupa lugar de destaque no seio da sociedade brasileira, em parte cristalizada graças às décadas de reprodução discursiva de modelos que se tornaram estereótipos do dono da padaria, do boteco ou do armazém... Estereótipos firmados pelo discurso historiográfico e estresidos pela literatura, pelo cinema e por outros meios disseminadores de determinados retratos, facilmente fixados pela população em geral.

A identidade nacional continua a ser construída, mas podemos afirmar que o contraponto dessa construção não mais tem Portugal como referente. Outros povos que tem se relacionado com os brasileiros, e cuja presença tem afetado sobremaneira a face da nação, tem tomado o espaço anteriormente exclusivo de Portugal. Portanto, hoje, a identidade nacional pode ser tomada como mais diáfana, diluída diante de outros referentes. Já não nos vemos mais como descendentes de portugueses apenas, mas também de italianos, alemães, japoneses, libaneses, russos, espanhóis, entre tantos outros. Abrangentes movimentos sociais clamam pelo reconhecimento da cultura afrobrasileira, e boa parte da sociedade (antes constrangida pela branquidade sugerida como perfeição) já se orgulha da própria negritude, do passado escravocrata, das raízes africanas. Guarani-kaiowás é título unificado em nomes de milhares de brasileiros pelas redes sociais, a reclamar a difusa herança indígena e a defesa de tradições e de terras dos povos nativos.

A narrativa da trajetória do Brasil, de sua formação colonial, de sua criação enquanto nação, explorada sob diferentes abordagens pelos historiadores relacionados em nossa investigação revela-se a nós como frutos exclusivos de seu tempo. Era necessário construir o outro, defini-lo, mostrá-lo ora como igual, ora como diferente, tudo com o fito de que nos tornássemos o que somos, para que tal discursividade nos desse visibilidade, nos materializasse enquanto povo uno, liberto, autônomo.

Contudo, não podemos afirmar que a produção desses historiadores, por mais que ancorada em documentos, tenha exarado uma verdade absoluta sobre Portugal e os portugueses. Nenhum texto, lembrou Chartier<sup>473</sup>, é capaz de manter uma relação transparente com a realidade que apreende. As dobraduras que envolvem a confecção do mesmo, os interesses de cada autor e os fins políticos inerentes à produção historiadora podem ser tomados como eixos capazes de dar rumos variados ao que se pretende historiar.

Por fim, como narrativa, é preciso destacar que um texto só encontra sua completude quando posto diante do leitor. É este sujeito que o torna significativo, e que, pelo seu ato, revela as mais diversas possibilidades interpretativas dessa produção, reconfigurando-a. Nesta relação dinâmica, novos sentidos podem ser descortinados, sentidos que escapam à vontade autoral daquele que o produziu. Tal vontade não pode ser invocada como o lugar de produção da verdade do texto, mas como lugar de partida para um debate e, de fato, a produção de um novo texto<sup>474</sup>, o que faz do leitor um novo autor.

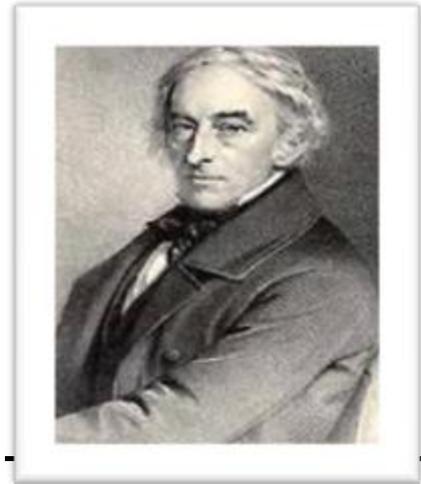
Assim sendo, ousamos afirmar que mesmo estando os discursos dos historiadores contemplados na presente investigação encerrados num contexto histórico, não devemos esquecer serem, os mesmos, criações de um dado tempo, narrativa passível de interpretação, refletidas por historiadores que olharam com olhos do seu presente um Portugal que talvez nem mais existisse... Ou que talvez nunca tenha sido como foi constituído no contexto de uma retórica.

---

<sup>473</sup> CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 52.

<sup>474</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Introdução**. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. v.15. n.2. p. 125-148 jul-dez, 2007.

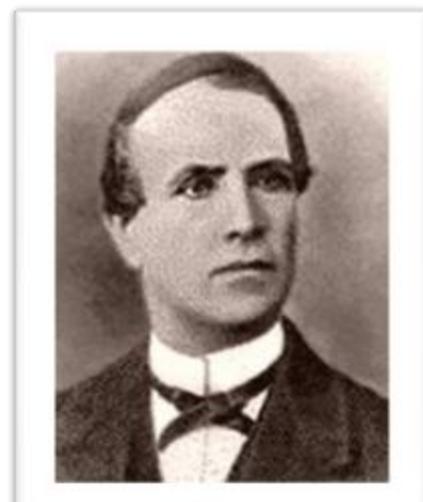
**EVIDÊNCIAS**  
**(pela ordem no corpo do texto)**



**Karl Friedrich Philipp Von MARTIUS**

**Como se deve escrever a história do Brasil.** In. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Livro de fontes da historiografia brasileira. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010. (Originalmente publicado na *RIHGB*, t. VII, 1845, pp. 381-403).

\_\_\_\_. SPIX, Johann Baptist Von. **Viagem pelo Brasil (1817-1820).** Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1981.



**Francisco Adolpho VARNAHGEN**

**Carta** acerca da reimpressão do Diário de Pero Lopes. *Revista do IHGB*. Tomo 24, 1861, p. 03-08.

**Correspondência ativa** de Francisco Adolfo de Varnhagen – coligida e anotada por Clado Ribeiro de Lessa. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/Ministério da Educação e Cultura, 1961.

**Historia geral do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1956. 5 Tomos.

**História da Independência do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1922.



**João Capistrano de ABREU**

**Caminhos antigos e povoamento do Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

**Capítulos de história colonial (1500-1800).** São Paulo: Publifolha, 2000.

**Correspondência de Capistrano de Abreu.** Organização de José Honório Rodrigues.  
Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1977, 3 volumes.

**Ensaio e Estudos: Crítica e História - 1ª série.** Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931.

**Ensaio e Estudos: Crítica e História - 3ª série.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, Brasília/INL, 1976.

**Ensaio e Estudos: Crítica e História - 4ª série.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, Brasília/INL, 1976.



**Manoel BOMFIM**

**América Latina – males de origem.** Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

**Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930.

**O Brasil na América: caracterização da formação brasileira.** Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

**O Brasil Nação.** Rio de Janeiro: Record, 1988.



**Paulo da Silva PRADO**

**Paulística.** São Paulo: Companhia das letras, 2004.

**Primeira visitação do Santo Ofício a partes do Brasil: Confissões da Bahia (1591-2).**

São Paulo: s/e, 1925.

**Provocações e debates.** Rio de Janeiro: Imprensa moderna, 1910.

**Retrato do Brasil.** São Paulo: IBRASA; Brasília: INL, 1981.



**Gilberto FREYRE**

**Além do apenas moderno.** São Paulo: José Olympio, 1973.

**Casa Grande & Senzala.** São Paulo: Record, 1992.

**Ingleses no Brasil.** Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

**Interpretação do Brasil – aspectos da formação social brasileira como amalgamento de raças e culturas.** Rio de Janeiro: José Olímpio, 1947.

**Nordeste.** Rio de Janeiro: Record, 1986.

**Novo mundo nos trópicos.** São Paulo, Nacional/EDUSP, 1969.

**O Luso e o trópico: sugestões em torno dos métodos portugueses de integração de povos autóctones e de culturas diferentes da europeia num complexo novo de civilização: o Luso-tropical. [Ensaio].** Lisboa. Comissão Executiva das Comemorações do v Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961.

**O mundo que o português criou.** Rio de Janeiro: José Olímpio, 1940.

**Sobrados & mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano.** São Paulo: José Olympio, 1977.

**Um brasileiro em terras portuguesas.** Rio de Janeiro: José Olímpio, 1953.

**Vida social no Brasil nos meados do século XIX.** São Paulo: Global, 2008.



**Sérgio Buarque de HOLANDA**

**Capítulos de literatura colonial.** São Paulo: Brasiliense, 1991.

**Elementos formadores da sociedade portuguesa à época dos descobrimentos.**  
Dissertação de mestrado. Escola Livre de Sociologia e Política. São Paulo, 1958.

**História geral da civilização brasileira. A época colonial.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1984.

**Raízes do Brasil.** Rio de Janeiro: José Olímpio, 1988.

**Visão do Paraíso – Os motivos edênicos do descobrimento e colonização do Brasil.** São Paulo: Companhia das letras, 2010.

**Caminhos e fronteiras.** São Paulo: Companhia das letras, 1994.

## **BIBLIOGRAFIA UTILIZADA**

ABUD, Kátia. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições: a construção de um símbolo paulista: o Bandeirante**. São Paulo: EDUSP, 1985.

ADUCCI, Cássia Chrispiniano. **A pátria paulista**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2000.

AGUIAR, Ronaldo Conde. **O rebelde esquecido – Tempo, vida e obra de Manoel Bomfim**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

ALCOFORADO, Carlos Silva. **Nossos primeiros pais – As representações dos degredados no livro didático**. Cuiabá: Argonautas, 1979.

ALENCASTRO, Luís Felipe & NOVAIS, Fernando. **História da vida privada no Brasil – Império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Cia das letras, 1997.

\_\_\_\_\_. **O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI-XVII**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

\_\_\_\_\_. **Proletaires er esclaves: immigrés portuguais et captifs africanins a Rio de Janeiro (1850-1872)**. Cahiers du C.R.I.A.R., nº 4, Publications de l'Université de Rouen, 1984.

ALMEIDA, Maria Suely Kofes de. (Et alli). **Colcha de retalhos – estudos sobre a família no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

ALVES FILHO, Aluísio. **Manoel Bomfim – combate ao racismo, educação popular e democracia racial**. São Paulo: Expressão popular, 2008.

ALVES, Caleb Faria. **Benedito Calixto e a construção do imaginário republicano**. Bauru: EDUSC, 2003.

AMARAL, Azevedo. **Ensaio Brasileiro**. Rio de Janeiro: s/e, 1930.

AMINO, Antonio. **De los imperios a las Naciones: Iberoamerica**. Zaragoza: Ibercaja, 1994.

ANDRADE, Carolina Naciff de. **O Tratado de paz e amizade como fonte de direito: a Comissão Mista Brasil-Portugal, os direitos das gentes e as relações internacionais na época da Independência**. Monografia de conclusão da graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2002.

ANDRADE, Vera Lúcia Cabana de Queiroz. **Colégio Pedro II – um lugar de memória**. Tese de doutorado em História social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1982.

ARANTES, Eduardo. **Um departamento francês do Ultramar. Estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana – uma experiência dos anos sessenta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquem de. **Guerra e paz : Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

ARAÚJO, Valdeci Lopes de. **A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo: HUCITEC, 2008

ARON, Raymond. **Dimensões da consciência histórica**. São Paulo: Editora da UNESP, 1994.

ARRUDA, José Jobson e TENGARRINHA, José Manuel. **Historiografia luso-brasileira contemporânea**. Bauru: EDUSC, 1999.

AVELAR, Hélio de Alcântara. **História administrativa e econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: FENAME, 1976.

ÁVILA, Afonso. **O Modernismo**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

ANCHIETA, José de. **Cartas, informações e fragmentos históricos**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1933.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – Século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de. **Carlota Joaquina na Corte do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

AZEVEDO, João Lúcio de. **História dos cristãos novos portugueses**. Lisboa: s/e, 1922.

BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: O Contexto de François Rabelais**. São Paulo/Brasília, Hucitec/UnB, 1987.

BANDEIRA, Luís Alberto Moniz. **O Feudo – a Casa da Torre de Garcia D'Ávila. Da conquista dos sertões à independência do Brasil**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2007.

BARMAN, Roderick J. **Brazil: the forging of a nation (1798-1852)**. Stanford: Stanford University Press, 1988.

BARONI, Márcio Henrique de Moraes. **Entre o continente e a nação**. São Paulo: Annablume, 2004.

BASTOS, Elide Rugai. **As criaturas de Prometeu – Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira**. São Paulo: Global, 2006.

BECKFORD, William. **Excursion to the monasteries of Batalha and Alcobaça**. Londres: S/e, 1835.

BERRIEL. Carlos Eduardo Ornelas. **Tietê, Tejo, Sena – A obra de Paulo Prado**. Campinas: Papirus, 2000.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib. **Da alteza Real ao Imperador: O Governo do Príncipe D. Pedro, de abril de 1821 a outubro de 1822**. Tese de doutorado em História Social, Universidade de São Paulo, 2006.

BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**. Lisboa: Edições 70, s/d.

BOAS, Gláucia Villas. GONÇALVES, Marco Antônio. **O Brasil na virada do século: o debate dos cientistas sociais**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

BONDER, Nilton; SORJ, Bernardo. **Judaísmo para o século XXI: o rabino e o sociólogo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BORGES, Vavy Pacheco. **Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista: História de uma Esperança e Muitos Desenganos**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

BORGES, Vavy Pacheco. **Os sentidos do Tenentismo – memória, história e historiografia**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

BOSI, Alfredo (Org.). **Cultura brasileira, temas e situações**. São Paulo: Ática, 1987.

BRITO, Mário da Silva. **História do modernismo brasileiro – Antecedentes da Semana de Arte Moderna**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

CACCESE, Neusa. Festa. **Contribuição para o estudo do modernismo**. São Paulo: Instituto de estudos Brasileiros/USP, 1971.

CAJUEIRO, Renato Luís Bacellar. **Letrados D’El Rey: os conselhos de história e o poder real em Portugal na primeira metade do século XVIII**. Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, 2007.

CALDAS, Karina Ribeiro. **Nação, memória e história: a formação da tradição nos manuais escolares**. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Goiás, 2005.

CÂNDIDO, Antônio. **Formação da Literatura brasileira - momentos decisivos**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1981.

\_\_\_\_\_. **Radicalismos**. *Estudos avançados*, Vol. 4, nº 8, 1990.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao método crítico em Silvio Romero**. São Paulo: USP, 1988.

CARBONELL, Charles-Olivier. **Historiografia**. Lisboa: Teorema, 1992.

CARDIM, Fernão. **Tratado da terra e da gente do Brasil**. São Paulo: CEN, Brasília, INL, 1978.

CARDOSO Irene. **A universidade da comunhão paulista**. São Paulo: Cortez, 1982.

CARVALHO, Flávio Rey de. **Um Iluminismo português? A reforma da Universidade de Coimbra (1772)**. São Paulo: Annablume, 2008.

CARVALHO, Flávio Rey de. **Revisitando o Iluminismo: contribuições para o estudo do caso português**. *Revista Tempo de Conquista*, nº 5, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

\_\_\_\_\_. **A construção nacional – 1830-1889**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

\_\_\_\_\_. **A Formação das almas: O Imaginário da República no Brasil**. São Paulo. Companhia das letras. 1990.

\_\_\_\_\_. **Cidadania no Brasil, o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual**. *Dados*, vol. 40, nº. 2, 1997.

\_\_\_\_\_. **Nação e cidadania no Império – Novos Horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. **O Brasil e seus nomes**. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano 2, nº 23, Agosto 2007.

\_\_\_\_\_. **O motivo edênico no imaginário social brasileiro**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 13, nº 38: p. 13-21, Out/1998.

\_\_\_\_\_. **Os bestializados – O Rio de Janeiro e a república que não foi**. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

CARVALHO, Manuel Emílio Gomes de. **Os deputados brasileiros nas Cortes de Lisboa**. Brasília: Senado Federal/UNB, 1979.

CASTELO, José Aderaldo. **O movimento academicista no Brasil (1641-1808)**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969 (Vol. I, Tomo I).

CELSO, Afonso. **Por que me ufano do meu país**, disponível em [www.ebooksbrasil.org](http://www.ebooksbrasil.org).

CERVO, Amado. MAGALHÃES, José Calvet de. ALVES, Dário Moreira de Castro (org.). **Depois das Caravelas. As Relações entre Portugal e Brasil, 1808 – 2000**. Brasília: Editora da UnB, 2000.

CEZAR, Temístocles Américo. **Em nome do pai, mas não do patriarca: ensaio sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen**. *História*, vol. 24, nº 2: p. 207-15, 2005.

CHAGAS, Patrícia de Santana Pinho. **Em busca da Mama África: Identidade africana, cultura negra e política branca na Bahia**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, UNICAMP, 2001.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CILLIA, Rudolf. REISIGL, Martin. WODAK, Ruth. **A construção discursiva das identidades nacionais**. São Paulo: Contexto, 2003.

CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade: A Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil**. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: Política Externa e Projeto Nacional**. São Paulo: UNESP/FAPESP, 2000.

COSTA, Emília Viotti da. **Os primeiros povoadores do Brasil**. *Revista de História*, ano VII, vol XIII, Jul/Set 1956.

COSTA, Marcos Antonio Silva. **Biografia histórica: a trajetória intelectual de Sérgio Buarque de Holanda entre os anos de 1930 e 1980**. Tese de doutorado apresentada à Universidade estadual Paulista, 2007.

CUNHA, Euclides. **Os Sertões**. São Paulo: Cultrix, 1973.

CUNHA, Luis Antonio. **A Universidade Temporã: O Ensino Superior da Colônia à Era de Vargas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DAHER, Andrea. **O Brasil Francês: as singularidades da França Equinocial. 1612-1615**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DE DECCA, Edgar Salvadori. **Decifra-me ou te devoro: As metáforas em Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2008.

DIHEL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira – Do IHGB aos anos 1930**. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

\_\_\_\_\_. **A cultura historiográfica brasileira – Da década de 1930 aos anos 1970**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

DIMAS, Antônio (Et alli). **Reinventar o Brasil – Gilberto Freyre entre história e ficção**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

\_\_\_\_\_. **Manifesto guloso. Introdução ao Manifesto regionalista**. Recife: Massangana, 1996.

DUMONT, Louis. **O individualismo: uma perspectiva antropológica da sociedade moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

DUSSEL, Enrique. **América latina, dependência y liberación – Antologia de ensayos antropológicos y teológicos desde La preposición de um pensar latinoamericano**. Buenos Ayres: Fernando Garcia, 1973.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e a aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001.

ELLIS Jr., Alfredo. **Raça de gigantes**. São Paulo: Hélios, 1926.

EULÁLIO, Alexandre. **A aventura brasileira de Blaise Cendrars**. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2001.

\_\_\_\_\_. CALIL, Carlo Augusto. **A aventura brasileira de Blaise Cendrars**. São Paulo: EDUSP, 2001.

FALCON, Francisco J. C. **A identidade do historiador**. *Estudos Históricas*, v.1, nº 17: p. 7-30, 1996.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder – formação do patronato político brasileiro**. Rio de Janeiro: Globo, 1984.

FARIA, E. de. **Novo Dicionário da língua portuguesa: para uso dos portugueses e brasileiros**. Lisboa: Tipografia Lisboense, 1850. v. 3.

FAUSTO, Bóris. **A Revolução de Trinta – História e historiografia**. São Paulo: Brasiliense, 1972.

\_\_\_\_\_. **Trabalho urbano e conflito social**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.

FERNANDES, Florestan. **Circuito fechado**. São Paulo: HUCITEC, 1977.

FERRETTI, Danilo J. Zioni. **A Construção da paulistanidade. Identidade, historiografia e política em São Paulo (1856-1930)**, São Paulo, EDUSP, 2004.

FIGUEIRA, Pedro de Alcântara. **Ensaio de História**. Campo Grande: EDUFMS, 1997.

FIGUEIREDO, António de. **Portugal: 50 anos de ditadura**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1976.

FONSECA, Ana Maria Medeiros da. **Da raça à nação: um debate sobre a construção da nação**. Dissertação de mestrado em História, UNICAMP, 1992.

FONSECA, Edson Nery. **Gilberto Freyre, a província e o Phdeísmo carioca**. *Ciência e trópico*, v.20, nº2: p.309-316, Jul/Dez 1992.

FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. **A idéia de República no Império do Brasil: Rio de Janeiro e Pernambuco (1824-1834)**. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima. **Letras, ofícios e bons costumes – civilidade, ordem e sociabilidades na América Portuguesa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

\_\_\_\_\_. **História e Ensino de História**, Belo Horizonte, Autêntica, 2003.

FOUCAULT, Michel de. **Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins fontes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir - o nascimento das prisões**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. **Tratado da província do Brasil**. Rio de Janeiro: INL/ MEC, 1965.

GARCÉS, O.L.Z; SAUTER, G.O. (org.) **Gênesis y desarrollo de los sistemas educativos Iberoamericanos - siglo XIX**. Tombo I. Universidad de Antioquia, Espanha: Cooperativa Editorial Magistério, 2004.

GILROY, Paul. **Entre campos: nações, culturas e o fascínio da raça**. São Paulo: Anablume, 2007.

GODOY, João Miguel Teixeira de. **Formas e problemas na historiografia brasileira**. *Revista de História da UNISINOS*, v.13, nº 1: p. 66-77, Jan/Abr 2009.

GOMES, Artur Nunes. **Sob o signo da ambigüidade: configurações identitárias no espaço português do Rio de Janeiro**. Dissertação de mestrado em Antropologia, UNICAMP, 1998.

GOMES, Laurentino. **1808**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007.

GONÇALVES, Willians da Silva. **O realismo da fraternidade. As relações Brasil-Portugal no governo Kubitschek**. Tese de doutorado em Sociologia, Universidade de São Paulo, 1994.

GONTIJO. Rebecca. **Manoel Bomfim e a escrita da história do Brasil**. Recife: Massangana, 2010.

GRACINDO, Eliane & IOKOI, M. Gricoli (org.). **América Latina Contemporânea: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: Expressão cultural, 1996

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)**. *Revista do IHGB*, v. 156, nº 388: p. 459-613, Jul/Set 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Livro de fontes da historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: FAPERJ/EdUERJ, 2010.

\_\_\_\_\_. **De Paris ao Rio de Janeiro: a institucionalização da escrita da história**. *Acervo*, v. 4, nº 1: p. 135-143, 1989.

\_\_\_\_\_. **Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional**. *Estudos históricos*, v. 1, nº 1: p. 5-27, 1988.

\_\_\_\_\_. **Introdução**. *Anais do Museu Paulista*. v. 15. nº 2: p. 125-148, jul-dez, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001

HANDELMANN, Hendrich. **História do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

HARTOG, François. **Evidências da História – O que os historiadores veem**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

\_\_\_\_\_. **O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003.

\_\_\_\_\_. **O espelho de Heródoto. Ensaios sobre a representação do outro**. Belo Horizonte: EUFMG/Autêntica, 1999.

HAUCK, J. F. **História da igreja no Brasil – Segunda época. A igreja no Brasil no século XIX**. Petrópolis: Vozes, 1992.

HAZARD, Paul. **O pensamento europeu no século XVIII**. Lisboa: Editorial Presença, 1989

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

\_\_\_\_\_. **Os trabalhadores: estudo sobre a história do proletariado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HRUBY, Hugo. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: A história do Brasil no IHGB (1889-1912)**. Dissertação de mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

IGLESIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil**. Belo Horizonte: EDUFMG/ Nova Fronteira, 2000.

\_\_\_\_\_. **José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, nº 1: p. 55-78, 1988.

INGE, William Ralph. **Inglaterra**. Londres, s/e, 1933.

JANCSON, István. **Na Bahia, contra o Império**. São Paulo, Hucitec; Salvador, EdUFBA, 1976.

\_\_\_\_\_. **Independência – História e historiografias**. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2005.

JUNQUEIRA FILHO, Luís Carlos Uchoa (Org.). **Perturbador mundo novo**. São Paulo: Escuta, 1994.

KANTOR, Íris. **Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)**. São Paulo: HUCITEC, 2004.

KEYSERLING, Conde Herman de. **Portugal**. *Descobrimento*, nº 2, Lisboa, 1931.

KHALED JR., Salah Hassan. **A construção da narrativa nacional brasileira. A escrita da nação em Barbosa, Martius e Varnhagen**. Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

KOSELLECK, Reinhardt. **historia/Historia**. Madrid: Editorial Trotta, 2004.

\_\_\_\_\_. **Los estratos del tiempo**: estúdios sobre la historia. Barcelona: Ediciones Paidós, 2001.

KOSMINSKY, Ethel Volfzon. LÈPINE, Claude. PEIXOTO, Fernanda Arêas (org.). **Gilberto Freyre em quatro tempos**. São Paulo: EDUSC, 2003.

KUHLMANN JR, Moysés. **Raízes da historiografia educacional brasileira (1881-1922)**. *Cadernos de Pesquisa*, vol. 106: p. 159-179, Mar/1999.

LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

\_\_\_\_\_. **Combates pela história**. Lisboa: Editorial Presença, 1989

\_\_\_\_\_. **Para um novo conceito de Idade Média: Tempo, trabalho e cultura no ocidente**. Lisboa: Estampa, 1979.

\_\_\_\_\_. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro - História de uma ideologia**. São Paulo: Ática, 1976.

LEMOS, Carlos. **História da casa brasileira**. São Paulo: contexto, 1989.

LÉRY, Jean. **Viagem à terra do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2007.

LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito. **Entre a Monarquia e a República: Imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

LEVY, Stella. **O papel da migração internacional na evolução da sociedade brasileira**. *Revista de saúde pública*, v.1, nº 9, 1974.

LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (Org.). **História social da língua nacional**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.

LOBO, Eulália Maria Lahmayer. **Portugueses em Brasil en el Siglo XX**. Madrid: Mapfre, 1994.

LOBO, Francisco Rodrigues. **Corte na aldeia**. Lisboa: s/e, 1945, p. 136.

LOURENÇO, Eduardo. **A nau de Ícaro**. São Paulo: Cia das letras, 2001.

LOWY, Michel. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchausen**. São Paulo: Busca Vida, 1991.

LUSTOSA, Izabel. **Insultos impressos. A guerra dos jornalistas na Independência**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

MACEDO, Joaquim M. **Lições de História do Brasil**. Rio de Janeiro: Typografia Imparcial, 1861.

MACEDO, Jorge Borges de. “Estrangeirados”, um conceito a rever. *Bracara Augusta: Revista cultural de regionalismo e história da Câmara Municipal de Braga*, nº 28: p. 184-7, 1974.

MACHADO, Humberto Fernandes. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **O império do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

MACHADO, Ironita. **Cultura historiográfica e identidade – Uma possibilidade de análise**. Passo Fundo: EDUPF, 2001.

MACHADO, Maximiano Lopes Machado, **História da província da Paraíba**, Paraíba, 1912

MALATIAN, Tereza. **Oliveira Lima e a construção da nacionalidade**. Bauru: EDUSC, 2001.

MALERBA, Jurandir (Org.). **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006.

MANNHEIM, KARL. . **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MARCHANT, Alexandre. **Do escambo à escravidão: As relações econômicas de europeus e índios na colonização do Brasil. (1500-1580)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

MARIOTTO HAIDAR, Maria de Lourdes. **O ensino secundário no império brasileiro**. São Paulo: Grijalbo/Edusp, 1972.

MARTINS, Wilson. **A literatura brasileira. Vol IV - O Modernismo (1916-1945)**. São Paulo: Cultrix, 1965.

MATOS, Gregório de. **OBRAS**. Rio de Janeiro: Oficina Industrial Graphica, 1930.

MATOS, Raimundo José da Cunha. **Dissertação acerca do sistema de escrever a História Antiga e Moderna do Império do Brasil**. *Revista do IHGB*, nº 26: p. 121-143, 1863.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema: a formação do Estado imperial**. São Paulo, Hucitec, 2004.

MATTOSO, José. **História da vida privada em Portugal – A idade Moderna**. Lisboa: Círculo de leitores, 2011.

MELLO E SOUSA, Laura de (Org) & NOVAIS, Fernando (Dir.). **História da vida privada no Brasil – Cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

\_\_\_\_\_. FURTADO, Júnia Ferreira. BICALHO, Maria Fernanda (Orgs.). **O governo dos povos**. São Paulo: Alameda, 2009.

\_\_\_\_\_. **O diabo e a terra de Santa Cruz**. São Paulo: Companhia das letras, 1986.

\_\_\_\_\_. **O sol e a sombra - Política e administração na América portuguesa do século XVIII**. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

\_\_\_\_\_. **Os desclassificados do ouro**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

MELLO, José Antonio Gonçalves de. **Ingleses em Pernambuco: história do cemitério britânico do Recife e da participação de ingleses e outros estrangeiros na vida e na cultura de Pernambuco, no período de 1813 a 1909**. Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1972.

\_\_\_\_\_. **Tempo dos flamengos – Influência da ocupação holandesa na vida e cultura do Norte do Brasil.** Recife: Secretaria de educação e cultura, 1978.

MESQUITA, Daniel. **Os descobrimentos de Capistrano – A história do Brasil “a grandes traços e largas malhas”.** Rio de Janeiro: Apicuri/EdPUC, 2010.

MICELI, Paulo Celso. **O mito do herói nacional.** São Paulo, Contexto, 1994.

MICELI, Sérgio (org). **História da Ciência Social no Brasil.** São Paulo: Sumaré-Fapesp, 1995.

MISSIO, Edmir. **O cortesão moral de Baldassare Castiglione e ordinário de Eustache du Refuge.** *Memorandum*, nº 14: p. 25-36, Abril/2008.

MOLAS, Ricardo Rodrigues. **Los sometidos de la conquista: Argentina, Bolivia, Paraguay.** Buenos Ayres: Centro editor de America Latina, 1985.

MONTEIRO, Nuno Gonçalves. **História da vida privada em Portugal – a Idade Moderna.** Lisboa: Círculo de Leitores, 2011.

MONTEIRO, Tobias. **História do Império: a elaboração da Independência.** Brasília: INL, 1972.

MORAES, Edmundo. **A brasilidade modernista.** Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MOREL, Marco & Barros, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder. O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

MORENO, A. **Dicionário complementar da língua portuguesa: ortoépico, ortográfico e etimológico, com um glossário de arcaísmos.** Porto: Educação Nacional, 1936.

MOTA, Carlos Guilherme. **1822 – Dimensões.** São Paulo: Perspectiva, 1972.

\_\_\_\_\_. **Viagem incompleta – A experiência brasileira. Formação: Histórias.** São Paulo: SENAC, 1999.

\_\_\_\_\_. **Ideologia da cultura brasileira (1933-74).** São Paulo: Ática, 1978.

MOTA, Marly Silva da. **A nação faz cem anos. A questão nacional no centenário da independência.** Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 1992.

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo.** Londres: s/e, 1883.

NASSER, David. **Portugal, meu avozinho.** Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro (1870-1920).** São Paulo: Annablume, 1998.

\_\_\_\_\_. **Cientificismo e Sensibilidade Romântica: Em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX.** Brasília: Ed. UnB, 2004.

\_\_\_\_\_. **Pensando Origens para o Brasil no Século XIX: História e Literatura.** *História: Questões & Debates*, nº 32: p. 47-64, 2000.

\_\_\_\_\_. **A construção da identidade: um momento privilegiado.** *Revista Brasileira de História*, v. 11, nº 23/24: o. 181-190, Set/91-Ago/92.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas, constitucionais e pés-de-chumbo. A cultura política da Independência (1820-1822).** Rio de Janeiro, Revan/FAPERJ, 2003.

\_\_\_\_\_. MOREL, Marco; e FERREIRA, Tânia Maria. **História e Imprensa: Representações culturais e práticas de poder.** Rio de Janeiro: DPA, 2006.

NICOLAU, Jairo. **História do voto no Brasil.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

NINA RODRIGUES, Raimundo. **O animismo fetichista dos negros baianos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

\_\_\_\_\_. **Os africanos no Brazil.** São Paulo: Nacional, 1988.

\_\_\_\_\_. **Os mestiços brasileiros.** Rio de Janeiro: s/e, 1889.

\_\_\_\_\_. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brazil.** Bahia: Progresso, 1957.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** In: *Projeto História*, nº 10: p. 07-28, Dez/1993.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e o Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: HUCITEC, 1979.

ODÁLIA, Nilo. **O ideal de branqueamento da raça na historiografia brasileira**. *Contexto*, v. 03, nº 7: p.127-136, 1977.

\_\_\_\_\_. **Varnhagen**. São Paulo: Ática, 1979.

\_\_\_\_\_. **As formas do mesmo: ensaio sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Viana**. São Paulo; UNESP, 1977.

OLIVEIRA, José Osório de. **Obreiros da aproximação**. *Atlântico*, nº 2, 1942.

OLIVEIRA LIMA, Manuel de. **Formação histórica da nacionalidade brasileira**. Rio de Janeiro: Leitura, 1944.

\_\_\_\_\_. **O Movimento político da Independência (1821-1822)**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. **A Astúcia Liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro, 1820/1824**. São Paulo/Bragança Paulista, Ícone/UFS, 1999.

OLIVEIRA, Laura Nogueira. **A palavra empenhada: recursos retóricos na construção discursiva de Francisco Adolfo de Varnhagen**. Tese de doutorado em Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. **A década de vinte e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: UNESP/FAPESP, 1997.

\_\_\_\_\_. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. **Nós e eles – Relações culturais entre brasileiros e imigrantes**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. **Gilberto Freyre e a valorização da província**. *Sociedade e Estado*. vol.26, n.1, 2011.

OLIVEIRA, Maria da Glória. **Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista.** Tese de doutorado em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso fundador – a formação do país e a construção da identidade nacional.** Campinas: Pontes, 2003.

ORTEGA Y GASSET, José. **Meditaciones del Quijote.** Madrid: Alianza editorial, 1987.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. BURKE, Peter. **Repensando os trópicos – um retrato intelectual de Gilberto Freyre.** São Paulo: UNESP, 2009.

\_\_\_\_\_. **Gilberto Freyre, um vitoriano dos trópicos.** São Paulo: UNESP, 2005.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação.** São Paulo: Ática, 1989.

PEDREIRA, Jorge. COSTA, FERNANDO DORES. **D. João VI – um príncipe entre dois continentes.** São Paulo: Companhia das letras, 2008.

PEDROSA, Fábio Mendonça. **A Academia Brasílica dos Esquecidos e a história natural da Nova Lusitânia.** *Revista da SBHC*, nº 1: p. 21-28, 2003.

\_\_\_\_\_. **Sol Oriens in Occidus – Contribuições para o estudo da Academia Brasílica dos Esquecidos.** Dissertação de Mestrado em História, Universidade estadual do Rio de Janeiro, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Um historiador nas fronteiras – O Brasil de Sérgio Buarque de Holanda.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

\_\_\_\_\_. **História cultural: experiências de pesquisa.** Porto Alegre: UFRGS, 2003.

PIERONI, Geraldo. **Vadios e ciganos, heréticos e bruxas – Os degredados no Brasil-colônia.** Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2006.

PIMENTA, João Paulo Garrido. **Portugueses, americanos, brasileiros: identidades políticas na crise do Antigo Regime luso americano.** *Almanack brasiliense*, v. 1, nº 3: p. 69-81, Maio/2006.

PONTES, Heloisa. **Brasil com z.** *Estudos Históricos*. Vol. 3, nº. 5, 1990.

PRADO Júnior. Caio. **Idéias gerais sobre a revolução no Brasil. Formação do Brasil contemporâneo.** São Paulo; Brasiliense, 1999.

PRADO, Eduardo. **A ilusão Americana.** Brasília: Senado Federal – Conselho Editorial, 2003.

QUINTAS, Fátima. **A obra em tempos vários.** Recife: Massagana, 1999.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_. **Sexualidade e identidade na historiografia brasileira.** *Revista Aulas, Dossiê Identidades Nacionais*, v.1, nº 2: p. 01-36, Out./Nov. 2006.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil – de Varnhagen a FHC.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

\_\_\_\_\_. **As identidades do Brasil – De Calmon a Bomfim. A favor do Brasil – direita ou esquerda?** Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RENAN, Ernest. **O que é uma nação.** Rio de Janeiro. Brasiliense, 1987.

RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a civilização.** Petrópolis: Vozes, 1979.

\_\_\_\_\_. **O povo brasileiro: formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das letras, 1995.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **Mata galegos – Os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. **Os rolos do tempo - O antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1889-1930).** Niterói: UFF, 1987.

\_\_\_\_\_. **A liberdade em construção – identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado.** Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 2002.

RIBEIRO, Renilson Rosa. **Colônia(s) de Identidade(s): Discursos sobre a raça nos manuais escolares de História do Brasil.** Dissertação de mestrado em História Cultural, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

RICÚPERO, Rodrigo. **A formação da elite colonial (1530-1630).** São Paulo: Alameda, 2009.

ROCHE, Daniel. **República das letras: gênese da cultura iluminista ao século XVIII.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Globo, 1969.

RODRIGUES, José Honório (Org.). **Correspondência de Capistrano de Abreu.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1977 (3 volumes).

\_\_\_\_\_. **História da história do Brasil – Historiografia colonial.** São Paulo: Companhia editora nacional, 1979.

\_\_\_\_\_. **História e historiadores do Brasil.** São Paulo: Fulgor, 1963.

\_\_\_\_\_. **Teoria da história do Brasil.** São Paulo: Companhia editora nacional, 1978.

RODRIGUEZ, Maria Tereza Nava. **Reformismo ilustrado y americanismo: La Real Academia de La Historia (1735-1792).** Tese de doutorado apresentada à Universidade Complutense de Madri, 1988.

ROMERO, Sílvio. **O Brasil social.** Rio de Janeiro: Typographia Jornal do Commercio, 1907.

\_\_\_\_\_. **O Evolucionismo e o Positivismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Álvares & Cia., 1895.

\_\_\_\_\_. **Provocações e debates.** Rio de Janeiro: Imprensa moderna, 1910.

ROUANET, Maria Helena. **Eternamente em Berço Esplêndido**. São Paulo: Siciliano, 1991.

ROWLAND, Robert. **Manuéis e Joaquins: A cultura brasileira e os portugueses**. *Etnográfica*, v. V, nº 1: p. 157-172, 2001.

SAES, Décio. **A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SAID, Edward Wadie. **Cultura e imperialismo**. São Paulo, Companhia das Letras, 2005.

SALES, Iraci Galvão. **Trabalho, progresso e sociedade civilizada**. São Paulo: Hucitec, 1986.

SALVADOR, Frei Vicente de. **História do Brasil – História e política do império português no século XVIII**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

SAMPAIO, Alberto. **Estudos históricos e econômicos**. Lisboa: s/e, 1924.

SANTA ROSA, Virgínio. **O sentido do Tenentismo**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

SANTOS, Evandro dos. **Temp(l)os da pesquisa, temp(l)os da escrita. A biografia em Francisco Adolfo de Varnhagen**. Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

SANTOS, João Marinho dos. **Estudos sobre os descobrimentos e a expansão portuguesa**. Coimbra: FLUC, s/d.

SANTOS, Luís Antônio de Castro. **O espírito da aldeia - orgulho ferido e vaidade na trajetória intelectual de Gilberto Freyre**. *Novos estudos CEBRAP*, n.27: p. 45-66, Jul/1990.

SANTOS, Ricardo Ventura. MAIO, Marcos Chor. **Qual "retrato do Brasil"? Raça, biologia, identidades e política na era da genômica**. *Mana*, v. 10, nº 1, Abr/2004.

SCHWARCZ, Lílian Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCLIAR, Moacyr. **Saturno nos trópicos: a melancolia europeia chega ao Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SCOTT, Ana Volpi. **Os portugueses**. São Paulo: Contexto, 2010.

SCUHLTZ, Kirsten. **Versalhes tropical**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008

SEBE, José Carlos. **Introdução ao nacionalismo acadêmico – os Brazilianistas**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SEIXAS, Wilson. **Pesquisas para a história do sertão da Paraíba**. *Revista do Instituto Histórico e geográfico paraibano*. Nº 21. , 1979.

SENNA, Alecrides de. **Reflexões sobre anti-semitismo: O elemento português em Casa-Grande e Senzala, de Gilberto Freyre**. *Mneme – Revista De Humanidades*, v. 27, nº 11, Jan/2010.

SÉRGIO, António. **Breve interpretação da história de Portugal**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1998.

SERRÃO, José Veríssimo. **A historiografia portuguesa**. Lisboa: Verbo, 1973.

SEVCENKO, Nicolai. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

SEYFERT, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica**. Florianópolis: FCC, 1982.

SILVA, A. de M. **Dicionário da língua portuguesa**. Lisboa: A. José da Rocha, 1858. v. 2.

SILVA, Antônio Martins da. **Portugal e a Europa, distanciamento e reencontro -A idéia de Europa e a integração europeia: ecos, reacções e posicionamentos (1830-2005)**. Viseu: Palimage, 2005.

\_\_\_\_\_. **Portugal entre a Europa e o além-mar**. Coimbra: Minerva, 2000.

SILVA, Fábio Lopes da. **Freyre & Foucault: Casa-grande & senzala como microfísica do poder**. *Revista de história e estudos culturais*, v. 3, nº 3, Jul/Set, 2006.

SILVA, Rogério Forastieri da. **Colônia e Nativismo. A História como “biografia da nação”**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SINGER, Paul. **Uma Utopia Militante: repensando o socialismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOARES, Maria S. A. (Coord.). **A Educação Superior no Brasil**. Brasília: CAPES, 2002.

SOBREIRA, Caesar. **Nordeste Semita: ensaio sobre um certo Nordeste que em Gilberto Freire também é semita**. São Paulo: Global, 2010.

SODRÉ, Néson Werneck. **A ideologia do colonialismo**. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1961.

\_\_\_\_\_. **O que se deve ler para conhecer o Brasil**. Rio de Janeiro: CBPE, 1945.

\_\_\_\_\_. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1963.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil**, 1587.

SOUSA, Ricardo Luíz de. **O antilusitanismo e a afirmação de nacionalidade**. *Politéia – História e sociedade*, v. 5, nº 1: p. 133-151, 2005.

SOUTHEY, Robert. **História do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1977.

SOUZA, Iara. **Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo**. São Paulo: UNESP, 1999.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SPINA, Segismundo. **A Poesia de Gregório de Matos**. São Paulo: EDUSP, 1995.

STAROBINSKI, Jean. **As máscaras da civilização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

STUMPF, Roberta. **Filhos da Minas, Americanos e Portugueses: identidades coletivas na Capitania das Minas Gerais (1763-1792)**. Dissertação de mestrado em História, Universidade de São Paulo, 2001.

SUSSEKIND, Flora & VENTURA, Roberto. **História e Dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim**. São Paulo: Moderna, 1984.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino Superior no Brasil: Análise e Interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

TELES, Gilberto. **Vanguarda europeia e modernismo brasileiro, apresentação e crítica dos principais movimentos vanguardistas**. Petrópolis: Vozes, 1977.

THIOLLIER, René de Castro. **A Semana de Arte Moderna: depoimento inédito, 1922**. São Paulo: Cupolo, s/d.

TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. **A história ensinada sob o império da memória: questões de História da disciplina**. *História*, v. 23, n. 1-2, 2004.

TORGAL, Luís Reis et al. **História da história em Portugal**. *Lisboa: Temas e debates*, v. 1, 1996.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **Intérpretes da realidade brasileira: Introdução à história das idéias políticas no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olímpio Editoras, 1969.

TRINDADE, Héliqio. **Integralismo**. São Paulo: DIFEL, 1974.

UEMORI, Celso Noboru. **Explorando em campo minado: a sinuosa trajetória intelectual de Manoel Bomfim em busca da identidade nacional**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Dominação e consentimento na obra “A América Latina: Males de origem”, de Manoel Bomfim**. *História em Revista*, v. 14: p. 81-100, Dez./2008.

VAINFAS, Ronaldo (Dir). **Dicionário do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VALENTE, A. L. dos S. (Dir.). **Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa**. Lisboa: Tipografia da Parceria Antonio Maria Pereira, 1911. v. 1.

VAN DULMEN, Richard. **Los inícios de La Europa Moderna (1560-1648)**. México: Siglo vintiuno editores, 1984.

VASCONCELOS, Zacarias de Góes e. **Da natureza e limites do Poder Moderador**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1862.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VIEIRA, Martha Victor. **Varnhagen: um intelectual monarquista**. *Revista Intellectus*, v. 2, nº 5: p. 1-12, 2006.

VILLON, Victor. **O mundo português que Gilberto Freyre criou**. Rio de Janeiro: Usina de livros, 2010.

WALDMAN, Thaís Chang. **Moderno Bandeirante: Paulo Prado entre espaços e tradições**. Dissertação de mestrado em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, 2009.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

WELLING, Arno. **Estado, história e memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1988.

WERNECK, Luís Peixoto de Lacerda. **Idéias sobre colonização**. Rio de Janeiro: s/e, 1855.

YILMAZ, L. **Como a História deveria ser escrita; ou deve mesmo ser escrita?** *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 11, nº 1: p. 21-29, Jan./Jun. 2005.

## **BIBLIOGRAFIA CONSULTADA**

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História – A arte de inventar o passado**. Bauru: EDUSC, 2007.

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. **Gilberto Freyre e a invenção do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

ANDRADE, Manuel Correia de Oliveira. **A terra e o homem do Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

\_\_\_\_\_. **Formação territorial e econômica do Brasil**. Recife: Massangana, 2003.

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica – Teoria e método**. Bauru: EDUSC, 2006.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **Uma colônia entre dois impérios – a abertura dos portos brasileiros (1800-1808)**. Bauru: EDUSC, 2008.

ASSUNÇÃO, Paulo de. **Negócios jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos**. São Paulo: EDUSP, 2004.

BERSTEIN, Serge. MILZA, Pierre (Orgs.). **História do Século XIX**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1997.

BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o império – O Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOTELHO, André. SCHWARCZ, Lília Mortiz (Orgs.). **Um enigma chamado Brasil – 29 intérpretes e um país**. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As Escolas Históricas**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1983.

BUENO, Eduardo. **Brasil: uma história**. São Paulo: Ática, 2003.

CAIRE-JABINET, Marie-Paule. **Introdução à historiografia**. Bauru: EDUSC, 2003.

CALDEIRA, Jorge. **A nação mercantilista: ensaio sobre o Brasil**. Recife: Editora 34, 1999.

CANABRAVA, Alice Piffer. **O comércio português no Rio da Prata (1580-1640)**. São Paulo: Editora da USP, 1984.

CÂNDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. São Paulo: T. A. Queiroz; Publifolha, 2000.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Preconceito racial no Brasil-Colônia: Os cristãos-novos**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CARVALHO, Inaiá Maria Pereira de. **O Nordeste e o regime autoritário**. São Paulo: HUCITEC, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção nacional – 1830-1889**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense/Universitária, 2007.

CHACON, Vamireh. **A construção da brasilidade – Gilberto Freyre e sua geração**. São Paulo: Marco zero, 2001.

COSTA E SILVA, Alberto. **Das mãos do oleiro – Aproximações**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: UNESP, 1998.

\_\_\_\_\_. **Da monarquia à república – Momentos decisivos**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COUTO, Domingos de Loreto. **Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco**. Recife: Prefeitura da cidade do Recife/Fundação de cultura cidade do Recife, 1981.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Da Guerra das Relíquias ao Quinto Império: Importação e Exportação da História no Brasil**. *Novos Estudos Cebrap*, nº44: 73-87, mar./ 1996.

DEL PRIORE, Mary. VENÂNCIO, Renato. **Uma história da vida rural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **História da cultura brasileira**. Brasília: Conselho Federal de Cultura, 1973.

DOSSE, François. **A História**. São Paulo: EDUSC, 2003.

FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FARIAS, Sheila de Castro. **A colônia em movimento – Fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1998.

FERREIRA, Tânia Bessone da C.; NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. **Livres Franceses no Rio de Janeiro: 1808-1823**. *História Hoje: Balanços e Perspectivas*. (IV Encontro Regional da ANPUH-RJ): p. 190-202, 1990.

FONSECA, Edson Nery. **Um livro completa meio século**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1983.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa aventura**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1983.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: UNESP, 1997.

FRANCO, Tasso. **Serrinha: a colonização portuguesa numa cidade do sertão da Bahia**. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1996.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1980.
- GAUER, Ruth Maria Chittó. **A construção do Estado-nação no Brasil – A contribuição dos egressos de Coimbra**. Curitiba: Juruá, 2001.
- GIRON, Loraine Slomp & BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. **Terra e homens: colônias e colonos no Brasil**. Caxias do sul: EUNCS, 2004.
- GLÉNISSON, Jean. **Iniciação aos estudos históricos**. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1977.
- GOMES, Laurentino. **1808**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007.
- GONÇALVES, S. C. **Cultura popular e suas representações: caminhos possíveis de reflexão**. *Revista História em Reflexão*, v. 2: p. 1-19, 2008.
- GORENDER, Jacob. **Brasil em preto & branco: o passado escravista que não passou**. São Paulo: Editora Senac, 2000.
- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **O império das províncias. Rio de Janeiro, 1822-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio: Paz e Terra, 1994.
- GUIMARAES, Manoel Luiz Salgado. **História e natureza em Von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação**. *História, ciência e saúde*, v. 7, nº. 2, 2000.
- HARTOG, François. **O século XIX e a história: O caso Fustel de Coulanges**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003.
- HOBSBAWM, Eric. **A Era do Capital: 1848-1875**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- \_\_\_\_\_. **A Era dos Impérios: 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- JANCSON, István & KANTOR, Iris. **Festa, cultura & sociabilidade na América portuguesa**. São Paulo: EDUSP, 2001.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A história em questão – Historiografia brasileira contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 1976.

LIMA, Mário Hélio Gomes de. **Gilberto Freyre**. Recife: Massangana, 2001.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **Imigração portuguesa no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 2001.

LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte**. Natal: Fundação Guimarães Duque, 2003.

MAGALHÃES, José Calvet de. **Breve história das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MALERBA, Jurandir. **A Corte no Exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. **A independência brasileira: novas dimensões**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. **Os Brancos da Lei: Liberalismo e escravidão e mentalidade patriarcal no Império do Brasil**. Maringá: EDUEM, 1994.

MARTINS, Francisco d'Assis d' Oliveira. **A fundação de Vila Nova de Mazagão no Pará: subsídios para a história da colonização portuguesa no Brasil**. Belém: SN, 1938.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Um imenso Portugal – História e historiografia**. São Paulo. Editora 34, 2002.

\_\_\_\_\_. **Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654**. Recife: Editora 34, 2004.

MONTEIRO, Pedro Meira. **A queda do aventureiro**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

\_\_\_\_\_. EUGÊNIO, João Kennedy. **Sérgio Buarque de Holanda – Perspectivas**. Campinas: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro, EdUERJ, 2008.

MORA, Clóvis. **As injustiças de Clio – O negro na historiografia brasileira**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

MORA, José Ferrater. **Visões da história**. Porto: Rés, s/d.

MOTA, Lourenço Dantas. **Introdução ao Brasil – Um banquete no trópico 1**. São Paulo: SENAC, 1999.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao Brasil – Um banquete no trópico 2**. São Paulo: SENAC, 2002.

MOTTA, Roberto. **Gilberto Freyre: raça, religião e modelos de histórias**. *Ciência e trópico*, v. II, nº 2: p. 213-226, Jul/Dez, 1983.

NEVES, Luiz Felipe Baêta. **O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios – colonialismo e repressão cultural**. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1978.

PAIVA, José. **Gilberto Freyre – Intérprete do Brasil**. Porto Alegre: Santander Cultural, 2008.

PASCAL, Maria aparecida Macedo. **Portugueses em São Paulo – A face feminina da imigração**. São Paulo: Expressão & arte editora, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatally. **Exposições Universais: espetáculo da modernidade do século XIX**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

PIVA, Luiz Guilherme. **Ladrilheiros e semeadores – a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Viana, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)**. São Paulo: Editora 34, 2000.

RAMINELLI, Ronaldo. **Imagens da colonização: A representação do índio de Caminha a Vieira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

RAMOS, Fábio Pestana. **No tempo das especiarias – o império da pimenta e do açúcar**. São Paulo: Contexto, 2004.

RANGER, Terence. HOBBSAWM, Eric. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

REIS, José Carlos. **História & Teoria. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RENAN, Ernest **O local da cultura.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

RIBEIRO, Darci. **O Processo Civilizatório.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

RICÚPERO, Bernardo. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil.** São Paulo: Alameda, 2008.

ROLAND, Ana Maria. **Fronteiras da palavra, fronteiras da história.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica e teoria da história: fundamentos da ciência histórica.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SANTIAGO, Gabriel Lomba. **Três leituras básicas para entender a cultura brasileira.** Campinas: Alínea, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Modernidade, Identidade e cultura de fronteira.** *Revista Crítica de Ciências sociais*, nº 38, Dezembro de 1993.

SANTOS, Estilague Ferreira dos. **A monarquia no Brasil: o pensamento político da independência.** Vitória: EdUFES, 1999.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A invenção do "ser negro": um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros.** São Paulo: Pallas, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARTZ, Stuart B. MOTTA, Laura Teixeira. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835).** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

\_\_\_\_\_. LOCHART, James. **A América Latina na época colonial.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro.** Brasília: Editora da UNB, 1982.

- SCUHLTZ, Kirsten. **Versalhes tropical**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.
- SILVA, Lina Gorenstein Ferreira da & CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Ensaio sobre a intolerância: inquisição, marranismo e anti-semitismo**. São Paulo: Humanitas, 2002.
- SILVA, Luis Geraldo. **A faina, a festa e o rito: uma etnografia histórica sobre as gentes do mar, sécs. XVII ao XIX**. São Paulo: Papirus, 2001.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **De Cabral a Pedro I: aspectos da colonização portuguesa no Brasil**. Porto: Universidade Portucalense Infante Dom Henrique, 2001.
- SILVA, Rogério Forastieri da. **História da historiografia**. Bauru: EDUSC, 2001.
- SIMAN, Lana Mara de Castro; FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **Inaugurando a História e construindo a nação - Discursos e imagens no ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- SORJ, Bernardo. **A nova sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001.
- SOUZA, Eliana Maria de Melo (Org.). **Cultura brasileira – Figuras da alteridade**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- TÉTARD, A. Chaveau. **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999.
- TODOROV, Tzevetan. **Nós e os Outros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- TUNA, Gustavo Henrique. **Gilberto Freire – Entre tradição & ruptura**. São Paulo: Cone Sul, 2000.
- VALADARES, Virgínia Trindade. **Elites mineiras setecentistas – conjugação de dois mundos**. Lisboa: colibri, 2004.
- VARELA, Flávia Florentino; MATA, Sérgio Ricardo da; ARAÚJO, Valdeci Lopes de (orgs.). **Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia Brasileira e Modernidade**. Ouro Preto: EDUFOP, 2007.
- VENTURA, Roberto. **Casa grande & senzala**. São Paulo: Publifolha, 2000.

VERDASCA, José. **Raízes da nação brasileira – Os portugueses no Brasil**. São Paulo: IBRASA, 1997.

VERÍSSIMO, José. **Cultura, literatura e política na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

VILLON, Victor. **O mundo português que Gilberto Freyre criou**. Rio de Janeiro: Usina das letras, 2010.